

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

ISCTE  **Escola de Sociologia
e Políticas Públicas**
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Dissensão, Ruptura e Divórcio
O abandono da militância partidária como sinal deslegitimador
dos partidos políticos e da democracia

Sérgio Miguel Castelo Branco de Almeida Correia

Tese submetida para obtenção do grau de
Doutor em Ciência Política

Orientadora:

Professora Doutora Ana Espírito Santo
Professora Auxiliar Convidada
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Professor Doutor Marco Lisi
Professor Auxiliar
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

Lisboa, Outubro de 2016

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

ISCTE  **Escola de Sociologia
e Políticas Públicas**
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Dissensão, Ruptura e Divórcio
O abandono da militância partidária como sinal deslegitimador
dos partidos políticos e da democracia

Sérgio Miguel Castelo Branco de Almeida Correia

Tese submetida para obtenção do grau de
Doutor em Ciência Política

Composição do Júri

Professora Doutora Ana Maria Belchior
(por delegação do Professor Doutor Luís Antero Reto)
Professor Doutor Vargá Carlos Jalali
Professora Doutora Maria da Conceição Pequito Teixeira
Professor Doutor Juan Rodríguez Teruel
Professor Doutor Tiago Luís de Matos Roma Fernandes
Professora Doutora Ana Cristina Rodrigues do Espírito Santo

Lisboa, Outubro de 2016

Aos meus Pais

À Melita, minha Mãe,
Cuja ternura e amor ao próximo me inspiram em cada gesto.

À Maria Teresa, minha mulher,
Que cuida dessa herança
Para que eu possa colocá-la ao serviço de
Portugueses, macaenses, chineses, e dos outros todos,
Dando-lhe diariamente sentido e dimensão.

AGRADECIMENTOS

Esta aventura atingiu o seu termo. Mais do que um sonho ou teimosia é o produto de um esforço individual que não teria sido possível sem a ajuda dos que me inspiraram e ajudaram a chegar até aqui. Em primeiro lugar, os professores que tive ao longo da vida e que até hoje me transmitiram conhecimentos, dando-me as ferramentas para que eu pudesse sonhar, ensinando-me a pensar e preparando-me para o mundo. Da escola primária, na distante Beira (Moçambique), à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Nunca os esqueci, jamais os esquecerei.

O trabalho destes últimos anos, agora apresentado sob esta forma condensada, constitui o fruto de muitas das preocupações que me guiaram nas décadas mais recentes. O percurso que formalmente termina com a entrega da tese é o fruto de um investimento pessoal só tornado possível com as condições que o ISCTE-IUL me proporcionou. Para estas concorreram os Professores Leite Viegas e André Freire. Sem a sua compreensão, num momento difícil da minha vida, não teria concluído esta jornada.

Quero também deixar uma palavra especial ao meu irmão, à Maria João, aos meus sobrinhos, aos meus colegas e insubstituíveis amigos, cujo entusiasmo, a partir dos mais variados locais, me deu o alento que me fugia. Também à Professora Ana Maria Belchior (ISCTE-IUL) e aos académicos com quem contactei e que desde a primeira hora me estimularam e facultaram livros, *papers* e artigos, alguns inacabados, autorizando-me a citá-los, estendo essa palavra. Gostaria, em especial, de aqui destacar os Professores Paula Espírito Santo, Knut Heidar, Emilie van Haute, Anissa Amjahad, Fernando Casal Bértoa, Lynn Bennie e Gerrit Vöerman.

Ao meu amigo Rui Afonso devo-lhe, para além da amizade, as condições profissionais que me permitiram conciliar as exigências da advocacia com o trabalho de investigação e um apelo permanente à intervenção cívica, facilitando-me o estudo e as viagens.

Reservo as últimas linhas a quem teve a paciência de me acompanhar neste percurso solitário. Aos Professores Ana Espírito Santo (ISCTE-IUL) e Marco Lisi (UNL), que, com prejuízo das suas vidas familiares, sempre disponíveis, comigo reuniram e conversaram à distância, revendo o que eu cansado e desinspiradamente escrevia, obrigando-me a ser melhor, deixo sincera, comovida e reconhecida gratidão. Não sei se o que fiz, e por cujas imperfeições sou o único responsável, merecerá a aprovação de quem me ler, amanhã ou no futuro. Sei, e disso tenho a certeza, que sem eles há muito teria desistido. Estou-lhes grato por me terem ajudado a ser hoje um homem mais humilde, mais preocupado e mais esclarecido.

Macau, Outubro de 2016.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO AO TEMA

1. O plano e os seus eixos	1
2. A militância: um tipo de participação em erosão	2
3. Portugal como um caso único	4
4. As respostas dos partidos	6
5. As questões que importam	9
6. O contributo deste trabalho: objectivos	10
7. Dar a palavra aos que saem	12
8. Dissensão, ruptura e divórcio	14

II. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA: DECLÍNIO E ABANDONO DA MILITÂNCIA

1. Introdução: A participação como componente da anatomia dos regimes democráticos.....	19
2. Os diferentes pontos de partida para analisar a militância.....	24
3. Da identificação do problema do declínio ao abandono.....	31

III. METODOLOGIA: CAMINHO E OPÇÕES

1. Introdução.....	39
2. Razões para as escolhas metodológicas	40
3. A entrevista	42
4. A natureza dos dados utilizados	49
5. A análise dos dados.....	51

IV. ABANDONO DA MILITÂNCIA NA EUROPA E EM PORTUGAL: ANÁLISE LONGITUDINAL E COMPARADA

1. Introdução: Os antecedentes	53
2. O universo dos países abrangidos	55
3. A evolução do <i>ratio</i> M/E nos estudos dos autores.....	56
4. A evolução do <i>ratio</i> M/E nos inquéritos	59
5. A evolução do número dos filiados em Portugal.....	61

V. O LUGAR DOS MILITANTES NOS PARTIDOS: UMA PROPOSTA TIPOLOGICA

1. O porquê de uma tipologia, definições preliminares	67
2. As tipologias de referência	71
2.1. Michels e a visão cesarista	71
2.2. Duverger e os círculos concêntricos	72
2.3. Ware e o problema das categorias	74

2.4. O militantismo como fenómeno dos partidos de massas	75
2.5. Um esboço para uma tipologia autónoma da militância	77
2.6. O aprofundamento de conceitos e as definições de Olsen e Marwick	79
2.7. O critério do envolvimento crescente de Scarrow	80
2.8. Compartimentação e especialização de papéis dentro do partido	80
2.9. As dimensões tradicionais de análise dos partidos e a afinação de conceitos para a construção de uma tipologia útil	83
2.10. O conceito de carreira	84
3. A perspectiva que aqui se defende	85
4. Os conceitos de personalidade e capacidade partidárias	87
5. Onde colocar o aderente face ao militante e ao filiado	88
6. Os critérios de referência: profissionalização e envolvimento horário	89
7. A necessidade de uma nova abordagem tipológica da militância	91

VI. QUADRO LEGAL E REGULAMENTAR DOS PARTIDOS POLÍTICOS E ENQUADRAMENTO ESTATUTÁRIO DO EXERCÍCIO DA MILITÂNCIA

1. A importância do quadro legal e regulamentar	99
2. O reforço da ligação ao Estado e a regulação	101
3. O quadro constitucional e regulamentar dos partidos na Europa:	103
3.1. A perspectiva constitucional	104
3.1.1. Ordenamentos de recepção constitucional desenvolvida	107
3.1.2. Ordenamentos de recepção constitucional simples	110
3.1.3. Ordenamentos de recepção constitucional discreta	111
3.2. A perspectiva regulamentar dos partidos no quadro europeu	113
3.3. A perspectiva regulamentar dos militantes no quadro europeu	114
3.3.1. Princípios que regem a militância	116
3.3.2. Condições de adesão e exercício da militância	117
3.3.3. Normas de controlo estadual do exercício da militância	119
4. Conclusão	122

VII. A EVOLUÇÃO DO ENQUADRAMENTO LEGAL DA MILITÂNCIA EM PORTUGAL

1. Introdução	123
2. Enquadramento constitucional	124
3. A regulamentação da militância	128
4. A conformação dos estatutos ao quadro legislativo	132
5. Conclusão	138

VIII. SINAIS DE DESCONTENTAMENTO: OS CASOS DO PSD E DO PS

1. Introdução	139
---------------------	-----

2. A análise descritiva	143
3. Conclusão	147
IX. A ENTREVISTA E OS ENTREVISTADOS	
1. Introdução	149
2. O perfil dos entrevistados	150
3. As razões para a adesão	152
4. A interacção entre os militantes e o partido	160
5. Conclusão	161
X. DA DISSENSÃO À RUPTURA E AO DIVÓRCIO: PERCURSOS E RAZÕES DO ABANDONO DA MILITÂNCIA	
1. Introdução	163
2. A literatura do abandono	165
3. Trajectórias de saída, classificações e razões	171
3.1. Modalidades de abandono da militância	171
3.2. Razões do abandono e saída	176
3.2.1. Razões estruturais	177
3.2.2. Razões organizacionais	181
3.2.3. Razões pessoais	185
4. As consequências do fim da militância	188
5. Conclusão	191
XI. CONCLUSÕES	
1. Os motivos conducentes ao abandono	193
2. O abandono da militância e as reacções dos partidos	195
3. Que futuro para a militância?	200
XII. EPÍLOGO	209
Bibliografia	211
Anexos (II volume)	

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 2.1 Tipologias da participação	22
Quadro 4.1 <i>Ratío</i> M/E em percentagem	57
Quadro 4.2 Taxas de militância na Europa com base em inquéritos 2002-2010	59
Quadro 4.3 <i>Ratíos</i> M/E (Portugal/Espanha)	61
Quadro 4.4 Evolução da militância em Portugal	62
Quadro 4.5 Evolução da militância em Portugal, números absolutos 1974-2016	63
Quadro 5.1 Tipologia de Michels	71
Quadro 5.2 Círculos de Duverger	73
Quadro 5.3 Pirâmide de Häegel	77
Quadro 5.4 Características da actividade dos membros dos partidos	80
Quadro 5.5 Pirâmide de Aldrin	82
Quadro 5.6 Círculos concêntricos da participação política	84
Quadro 5.7 Tipologia da militância	93
Quadro 6.1 Fase de constitucionalização dos partidos na Europa	105
Quadro 6.2 Acolhimento constitucional dos partidos na Europa	106
Quadro 6.3 Tratamento regulamentar dos partidos na Europa	114
Quadro 6.4 Tratamento do estatuto de militante nas leis de partidos	115
Quadro 7.1 Quadro resumo estatutário dos partidos com assento parlamentar	133
Quadro 8.1 Condicionantes da participação	143
Quadro 8.2 Como os militantes vêem a democracia	145
Quadro 8.3 Sentimentos de eficácia interna, influência e satisfação política (PS/PSD)	145
Quadro 8.4 Mudança do sentido de voto (PS/PSD)	147
Quadro 9.1 Perfil dos entrevistados	151
Quadro 9.2 Cargos ocupados pelos entrevistados	152
Quadro 9.3 Enquadramento tipológico das entrevistas	160
Quadro 10.1 Modalidades do abandono da militância	172
Quadro 10.2 Razões do abandono	176

LISTAS DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

SDI	Acção Social Democrata Independente	LPP	Lei dos Partidos Políticos
AR	Assembleia da República	MAPP	Projecto Militantismo Partidário e Activismo Político
BE	Bloco de Esquerda	MSI	Movimento Social Italiano
CDA	Partido Apelo Cristão-Democrata	MUD	Movimento de Unidade Democrática
CDE	Comissão Democrática Eleitoral	SPD	Partido Social-Democrata alemão
CDS	Partido do Centro Democrático Social	OCMLP	Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular	OSCE/	Organização de Segurança e
CDU	Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)	BIDDH	Cooperação Europeia/ Gabinete das Instituições Democráticas e Direitos do Homem
CDU	União Cristã-Democrata (Alemanha)	PAN	Pessoas-Animais-Natureza
CEUD	Comissão Eleitoral de Unidade Democrática	PDS	Partido Democrático de Esquerda
CR	Conselho da Revolução	PEV	Partido Ecologista “Os Verdes”
CRP	Constituição da República portuguesa	PCF	Partido Comunista Francês
DCCP	Dutch Council of Public Policy	PCI	Partido Comunista Italiano
DN	Diário de Notícias	PCP	Partido Comunista Português
DR	Diário da República	PCTP/	Partido Comunista dos
ESS	European Social Survey	MRPP	Trabalhadores Portugueses - Movimento Revolucionário do Proletariado Português
ETA	Euskadi Ta Askatasuna	PL	Partido Livre
EUA	Estados Unidos da América do Norte	PPD	Partido Popular Democrático
FDP	Partido Democrático Liberal (alemão)	PRD	Partido Renovador Democrático
FN	Frente Nacional (França)	PSD	Partido Social Democrata
FRS	Frente Republicana e Socialista	PSF	Partido Socialista Francês
ISSCP	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	R.U.	Reino Unido
JC	Juventude Centrista	SPD	Partido Social-Democrata (alemão)
JCP	Juventude Comunista Portuguesa	UEC	União dos Estudantes Comunistas
JS	Juventude Socialista	UDR	União dos Democratas pela República
JSD	Juventude Social Democrata	UMP	União por um Movimento Popular
JP	Juventude Popular	UNL	Universidade Nova de Lisboa
LCR	Liga Comunista Revolucionária	UTL	Universidade Técnica de Lisboa
LDH	Liga dos Direitos do Homem	TC	Tribunal Constitucional
		TSD	Trabalhadores Social-Democratas
		TUE	Tratados da União Europeia

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

“If I disagree with an organization, say, a political party, I can resign as a member, but generally I cannot stop being a member of the society in which the objectionable party functions” (Hirschman, 1970: 102)

1. O PLANO E OS SEUS EIXOS

A presente investigação desenvolveu-se ao longo de um eixo cujo pano de fundo foi a militância partidária. O objectivo era apurar as razões que conduzem ao seu abandono. Foi este o fio condutor do trabalho que se apresentará nas páginas seguintes tomando como foco da atenção o caso português.

Mas perguntar-se-á, desde logo, o que é a militância? Autores da escola sociológica francesa (Fillieule e Pudal, 2010), na linha do que tinha sido avançado por Ion (1999: 341) situam a origem do termo na teologia, no “universo religioso, do qual se emancipa progressivamente laicizando-se, até designar um activismo específico”. Para Littré (1874), o termo militante designava outrora aquele que pertencia à milícia de Jesus Cristo e, ao tempo, em sentido laico, o lutador, o combatente. Com idênticos sentidos figuraria no *Le Petit Robert* (1995), como adjectivo e substantivo, designando o que milita e luta contra as tentações, em sentido religioso, mas igualmente como o que luta activamente em defesa de uma causa ou ideia. Ou, ainda, o membro activo de uma organização, que poderá ser “um partido, sindicato ou uma associação” (Ion, J., citado por Coenen, 2011).

A origem etimológica remonta às expressões latinas *militantia*, *militans*, *militare*, significando o mesmo que soldado. E a militância “uma forma de participação activa, não remunerada, não orientada prioritariamente para a obtenção de recompensas materiais, e geralmente apresentada como exemplar, posto que a sua intensidade testemunha a importância e o valor que podem ser atribuídos às actividades da organização” (Lagroye, 2002: 244, citado por Fillieule e Pudal, 2010).

Aqui está em causa um tipo especial, a militância em partidos políticos. De fora ficam outras organizações (por exemplo, sindicais ou religiosas) onde o fenómeno também ocorre. A natureza activa e não remunerada sublinha o carácter eminentemente livre e voluntário do acto de adesão enquanto modo de participação num universo, o partido político, cujos traços distintivos foram vincados por autores da estirpe de Burke (1884, 2002), Tocqueville (s/d) e Weber (1946, 2004), como assentando exactamente em pressupostos de liberdade e voluntarismo.

Brodiez, por referência a Ion, destacou o problema terminológico face às diversas formas de envolvimento político, admitindo um termo de carácter genérico, “*engagement*”, “que subsume as diferentes modalidades tanto sincrónicas como diacrónicas”, distinto do termo “militante”, cuja intensidade revela um aspecto caricatural representado pela imagem do aderente tão activo que, como um sacerdote empenhado, “sacrifica no altar da causa toda a vida profissional e privada” (Brodiez, 2004: 1).

Com a ressalva de mais à frente (Capítulo V) melhor se desenvolver o conceito de militante, distinguindo-o de figuras afins, será de aqui reter o que Ferrand-Bechmann referiu relativamente ao militantismo partidário: constitui uma opção política particular de voluntariado, “pressupondo um projecto por parte dos seus actores, e a vontade de defender uma causa”, no que não se confundirá com outras formas de voluntariado que, muitas vezes, aparecerão desinseridas de qualquer projecto (Ferrand-Bechmann, 1988: 140, citado por Brodiez, 2004). O militantismo deriva de um acto voluntário cuja compreensão radica na filiação individual num partido, acto susceptível de transferir para o indivíduo direitos e obrigações (Heidar, 2006, 2007).

A opção pelo estudo dos processos de abandono da militância parte da noção de militante acima referida. Sem prejuízo de se reconhecer a possibilidade de haver abandonos contra-vontade¹, por razões de ordem burocrática ou índole disciplinar, considera-se aqui que a saída é também ela uma escolha livre. O resultado de uma opção que poderá ter sido ditada por uma ou múltiplas causas cujas circunstâncias se desconhecem e que se procurarão averiguar.

2. A MILITÂNCIA: UM TIPO DE PARTICIPAÇÃO EM EROSÃO

A militância e os processos de adesão têm sido tratados como um subcapítulo da participação, mais precisamente como um dos tipos de participação convencional (Verba e Nie, 1972; Morales, 2001; van Deth, 2001; van Haute, 2011a; Lamprianou, 2013).

A razão para se ter escolhido o abandono da militância como objecto central deste trabalho só será entendido levando-se em linha de conta a evolução verificada nas décadas finais do século XX ao nível da participação num conjunto de sistemas democráticos. Com efeito, este período assinala o aparecimento de diversas mudanças, quer ao nível da participação (introdução de novos modelos e mudança de paradigma) e dos comportamentos eleitorais (aumento da abstenção e da volatilidade dos eleitores), quer ao nível dos partidos, visível desde logo numa tendência, embora contestada por alguns (Selle e Sväsand 1991: 460), de declínio da militância partidária, manifestada de forma consistente e regular, em especial em democracias consolidadas, mas que também atingiu as novas democracias. A este propósito vejam-se os trabalhos de 1992, de R. Katz, P. Mair *et al.*, e de 2001, de Mair e van Biezen. Merece igualmente referência o recente Project MAPP (<http://www.projectmapp.eu/>), cujo arquivo contém números relativos à militância para os principais partidos em 31 países, incluindo Portugal (Agosto, 2016), e um repositório de inquéritos sobre membros e cópias de questionários.

O problema da erosão da militância nos partidos, comum à Europa e a outras democracias consolidadas que lhe são exteriores, acentuou-se a partir da década de 70 do século passado, tornando-se transversal quer às democracias mais antigas (Reino Unido, França, Norue-

¹ Em Portugal, por exemplo, em tempos recentes, as expulsões ocorridas no CDS-PP, no PSD e no PCP.

ga, Dinamarca, Alemanha, Holanda ou Canadá, por exemplo), quer a algumas democracias de recente consolidação (Portugal, Espanha, Grécia, Leste europeu).

Os resultados subsequentes obtidos para a década de 90 confirmaram, em geral, que o número total de militantes, quer como número absoluto quer enquanto percentagem do eleitorado, estava em declínio na Europa, constituindo as únicas exceções as jovens democracias da Grécia, Hungria, Eslováquia e Espanha (Mair e van Biezen, 2001)². A tendência registada reafirmar-se-ia para praticamente todos os países da Europa. Da Escandinávia à Alemanha, do Reino Unido aos países ex-comunistas, e em termos cada vez mais acentuados à medida que se avançava no século XXI, agora incluindo-se também as novas democracias (Whiteley, 2009; Norris, 2009; Scarrow e Gezgor, 2006, 2010; van Biezen *et al.*, 2012; Blondel, 2002; van Haute, 2015a; Kosiara-Pedersen, 2015; Spier e Klein, 2015; den Ridder *et al.*, 2015; Heidar, 2015; Bennie, 2015). Apesar de haver quem já na década de 60 situasse uma alteração das atitudes individuais em relação aos partidos (Webb, 2002), mudança aliás contemporânea do registo dos outros fenómenos acima referidos e com reflexo num crescente abandono das clivagens tradicionais e do pós-modernismo.

Colette Ysmal, abordando o caso francês, referiu mesmo um “movimento global” tendente à “*homogeneização*” dos partidos, face ao “quase-desaparecimento do militantismo clássico que caracterizava os partidos de massas” (Ysmal, 1994: 51, 60)³. E Delwitt confirmou a tendência de perda de cerca de 2/3 dos membros dos partidos de massas europeus, entre 1975 e 2005, embora tal evolução se mostre menos pronunciada para os partidos de quadros (Delwitt, 2011)⁴. Pouco depois do início do século XXI, Scarrow e Gzegor confirmavam que “poucos partidos democráticos podem reclamar militâncias superiores a 5% do seu eleitorado, e muitas são bem mais reduzidas do que isto” (2006: 3)⁵.

² Scarrow considera que o declínio em termos absolutos é menos uniforme: “*the enrollment data seem to tell a clear story of decline, the aggregate trends conceal a great deal of variation*” A ausência de dados fiáveis dificulta a avaliação da dimensão da queda e dos momentos em que ocorreu (Scarrow, 2015: 69).

³ Perrineau fala inclusive numa “*crise de l’engagement*” que reflectirá a partir de determinado momento uma inadaptação das estruturas partidárias a um maior individualismo, o que conduziu Ion a referir a passagem do “modelo comunitário do cidadão comprometido” para o “modelo societário do associado” (Perrineau, 1998:116).

⁴ Foram considerados, por recurso à terminologia de Duverger, 10 partidos de massas e 10 partidos de quadros, a saber: a) partidos de massas: CDU e SPD na Alemanha, Trabalhistas e Conservadores no Reino Unido, Social-Democratas na Dinamarca, em Itália o PCI e o PDS, seu sucessor, o Partido Trabalhista norueguês, os Social-Democratas suecos, o CDA holandês e o PCF francês; b) partidos de quadros: FDP da Alemanha, Cristãos-Democratas suecos, o PS francês, os Liberais Democratas ingleses, o Partido Trabalhista irlandês, o Venstre da Dinamarca, o Partido Moderado da Suécia, o Democracia 66 da Holanda e o Partido Liberal flamengo na Bélgica.

⁵ Quanto à discussão sobre o significado dos números, fugindo à corrente dominante, veja-se von Beyme (1986), *infra* Capítulo II, secção 3. Sobre as limitações e inconvenientes dos dados fornecidos pelos partidos *vd. infra* Capítulo III, secção 4.

3. PORTUGAL COMO UM CASO ÚNICO

Em especial no que diz respeito à Europa do Sul, e especificamente quanto a Portugal, sabe-se que o país se apresenta como um caso em que “a crise da militância se afigura como mais consistente e regular, com uma ulterior diminuição de filiados, quer em termos absolutos, quer em termos relativos” (Lisi, 2011: 78)⁶, havendo inclusive quem afirme ser o PCP a única “verdadeira organização de militantes”, apesar de neste partido se ter verificado uma redução dos filiados e do activismo entre 1990/2000 (Teixeira, 2009: 308).

Delwitt abordou o caso português e comparou-o com Espanha, notando que apesar de tanto Portugal como Espanha serem democracias recentes, enquanto que em Portugal em 1986 já era assinalada a tendência de decréscimo do total de militantes, a Espanha continuava a crescer vinte anos depois. Em Portugal, depois de se atingirem mais de 375.000 militantes, por volta de 1992, em 2006 só restavam 225.000, coincidindo esta queda com “uma fase linear de declínio a partir do fim da transição” (Delwitt, 2011: 34). Pese embora alguns trabalhos de investigação realizados na área dos partidos políticos, certo é que são de todo desconhecidas as razões que explicam a ulterior consistência e regularidade da tendência de perda em relação ao caso português de que falava Lisi.

Tem sido igualmente sublinhado que em Portugal “a crise da militância” já se manifestava numa altura em que noutros países da Europa do Sul ainda havia uma tendência de aumento dos filiados em termos absolutos, como aconteceu em Espanha. Este é ademais o único país onde continua a notar-se um aumento do número dos seus militantes, o que acontece de forma consistente desde a transição para a democracia (van Biezen e Pogutke, 2014: 207). Também aqui se assinalou uma divergência em relação ao caso português, face ao observado noutros países, o que estranhamente alinhou a tendência do *ratio* Militantes/Eleitores (M/E) português com os de velhas democracias europeias, falando Delwitt numa estagnação do número de filiados, a qual foi seguida de uma queda dos números logo após o final do período de transição (Delwitt, 2011: 33-34). Permanecem obscuras as razões para que essa crise se tenha antecipado entre nós, por comparação com o que sucedeu em Espanha mais de 20 anos depois, e por que motivo o declínio da militância se deu em Portugal, como se este país fosse, à semelhança da velha Albion ou da Holanda, uma democracia das mais antigas, para que o declínio fosse tão acentuado. O caso português apresenta contornos únicos a este nível em virtude de também ter sido notado que entre 1981 e 2002 a posição do país, no que toca à percentagem de filiação em associações políticas, se ter mantido invariavelmente no último lugar do patamar inferior, verificando-se durante esse período uma tendência para o agravamento da distância entre os países com níveis mais elevados de filiação (Islândia, Suécia, Dinamarca e Noruega) e Portugal. Portugal manteve-se consistentemente em tal po-

⁶ Entre 1980 e 2000 o *ratio* militantes/eleitores para Portugal, Espanha e Grécia foi, respectivamente de: a) 1980: 4,9, 1,7 e 3,2; b) 1990: 5,1, 2,0 e 6,3; c) 2000: 4,0, 3,4 e 6,8. Entre 1997 e 2008, a Espanha aumentou em 35,52% o número dos seus militantes, enquanto a Grécia perdeu 6,67% e Portugal 11,10 (Lisi, 2011: 77-79).

sição durante um período tão longo que se enfatizou ser a probabilidade de filiação política dos escandinavos quinze vezes superior à dos portugueses, mesmo incluindo nessa análise a filiação em organizações sindicais (Ulzurrun, 2005:18-19).

Lisi enfatizou a diferença do caso português, sublinhando que embora a perda de legitimidade e representatividade dos partidos seja comum a outros países, assume em Portugal traços preocupantes, reflectindo-se no número recorde de abstencionistas nas eleições europeias de 2014 (66%) e no elevado número de votos brancos e nulos que então se verificou (Lisi, 2015). Estes últimos tratam-se de fenómenos que têm também a ver com a participação em geral, mas que não deverão ser dissociados do baixo índice de confiança institucional nas instituições políticas democráticas⁷ e nos partidos (Torcal *et al.*, 2001, Torcal, 2014). Estudos recentes indicam que o grau de desidentificação entre os cidadãos e os partidos já é tão grande que mais de 47% dos portugueses respondem negativamente à pergunta de saber se os partidos representam razoavelmente as suas opiniões, 14,1% não sabem ou não respondem (Vieira e Wiesehomeier, 2013: 83), e mais de 80% desconfiam dos partidos e dos políticos (Torcal, 2014: 1548-1549).

Existe, por outro lado, uma visão apoiada nos números de que a militância está em declínio e de que os laços dos partidos com os cidadãos e as organizações que os sustentam estão em erosão (Gunther e Diamond, 2001; Ignazi, 2014), embora os partidos tivessem procurado responder aos desafios colocados por essa realidade (Ignazi, 2014: 164-165). Os resultados obtidos, contudo, continuam a ficar aquém do desejado: a tendência de declínio mantém-se, e mesmo quando se deu uma pequena inversão e aumentou o número de militantes, este veio a revelar-se fugaz e sem continuidade (Mair *et al.*, 2004).

A importância da análise e da procura de respostas a este nível para o caso português reside também nas características únicas da sua regulamentação sobre os partidos, provavelmente a mais completa de toda a Europa, com um extenso rol de disposições relativas à militância, desconhecendo-se se de alguma forma a malha legal e os estatutos dos partidos que a concretizam exercem influência nas tendências registadas.

Concomitantemente, a tendência de declínio da militância que alguns autores têm vindo a referir manifestou-se de forma mais acentuada em períodos que coincidiram com problemas de outra natureza que nada tinham que ver com a militância, mas que de uma forma ou de outra poderão ter contribuído para o agravamento dessa manifestação. Foi o caso do aparecimento de sucessivos escândalos financeiros nalguns países (Alemanha, Itália, França, Bélgica) envolvendo os partidos e algumas das suas figuras de proa, o que transportou consigo a percepção de uma degradação da sua imagem pública e dos resultados eleitorais, *maxime* um aumento da abstenção e do número de votos nulos.

⁷ “[Q]uer nos Estados Unidos, quer na Europa Ocidental, as últimas décadas têm sido caracterizadas por um declínio do apoio em relação às instituições políticas democráticas, declínio esse aparentemente concomitante com o declínio da participação eleitoral.” (Magalhães, 2001:1083)

4. AS RESPOSTAS DOS PARTIDOS

Quando começaram a ser confrontados com os números comprovativos do declínio da militância, os partidos procuraram responder ao problema apesar de não se saber exactamente qual a origem e razões da sua génese. Nessa medida, foram de três tipos as respostas dos partidos. Desde logo, respostas de tipo institucional (i), traduzidas na alteração de leis eleitorais, introdução de novos sistemas eleitorais e aprovação de leis para regularem as finanças dos partidos e disciplinarem donativos e gastos (Knapp, 2004).

Os partidos também responderam do ponto de vista organizacional (ii) procurando democratizar-se. Acolheram novos mecanismos de participação intra-partidária, de “incentivos de processos” (Lisi, 2015:100), aumentando-se a responsividade (*responsiveness*), dando novos poderes aos filiados, nalguns casos também a não-filiados, procurando-se diminuir a distância entre uns e outros. Esta mudança passou pela introdução de eleições directas para a escolha de dirigentes e pela prestação de uma maior atenção aos membros individuais (Webb, 2004; Häegel, 2009). Em França, por exemplo, com excepção da Frente Nacional (FN), todos os partidos percorreram o caminho de uma maior participação, sendo que no caso do Partido Comunista Francês (PCF) foi inclusivamente abandonado, em 1994 (28.º Congresso), o centralismo democrático. Os ganhos do ponto de vista dos militantes teriam como consequência e contrapartida um reforço do poder dos líderes (Webb, 2004; Knapp, 2004). A introdução de consultas internas para escolha de dirigentes e formação da decisão adquiriu mesmo contornos plebiscitários na medida em que a organização interna funciona de acordo com o chamado princípio “*top-down*”, pelo que o alargamento da participação acabou por não ter repercussões na esfera da decisão política e num aumento do número de filiados. Isto mesmo foi demonstrado por von Nostitz em relação ao Partido Socialista Francês (PSF) e à União por um Movimento Popular (UMP) ao salientar o paradoxo da adopção de mecanismos reforçados de democracia intra-partidária que, em vez de terem servido para dar mais poder aos membros, conferiram um aumento de legitimidade e consistência às elites dominantes dos partidos, legitimando as escolhas controladas e as pré-decisões tomadas pelas elites “primárias invisíveis” (von Nostitz, 2014)⁸.

Por outro lado, (iii) no campo da resposta dada em termos externos, os partidos procuraram virar-se mais para o seu entorno, isto é, observando o que se passava nos concorrentes e como estes se comportavam. Mas, igualmente, visando alargar a participação como forma de se adaptarem, corresponderem aos anseios do eleitorado e captarem membros. Assim sucedeu em Inglaterra, onde passou a haver uma maior atenção à política de alianças (Webb, 2004). Em França, a partir de 1983/84, os partidos tradicionais realinharam as suas estratégias em função da entrada de novos actores saídos da direita e dos movimentos ecologistas (Knapp, 2004).

⁸ No caso do PSF, a adopção do modelo plebiscitário de democracia partidária, ao permitir a escolha de um líder, contribuiu para o reforço de uma organização fraca e fragmentada que no curto prazo reduziu a tensão e aumentou a coesão interna do partido (von Nostitz, 2014: 20).

Na Alemanha, os sinais de mudança manifestaram-se a partir de finais da década de 70 e exemplificam o caminho que seria trilhado noutros locais. Inicialmente, esclarece Scarrow (2004), as tendências de desalinamento⁹ até terão sido bem acolhidas nesse país pela CDU e pelo SPD, que contavam capitalizar com a situação. Só que esta precipitou-se em razão das alterações verificadas na sequência da queda de Muro de Berlim e da reunificação alemã. Após as eleições de 1990 e 1994, tanto a CDU como o SPD registaram cerca de 40% de eleitores flutuantes (Scarrow, 2004: 86-110). Assistiu-se então a um reposicionamento ideológico e programático, que conduziu a uma maior desideologização dos partidos e ao aparecimento de estratégias indefinidas, bem como à renovação da sua imagem, abalada pelos escândalos de corrupção dos anos 90. E, tal como sucedera no Reino Unido, também na Alemanha se assistiu à tentativa de reforma organizacional dos partidos, a uma maior profissionalização, a uma tentativa de modernização e rejuvenescimento das suas imagens e a um aumento de poder dos filiados, mas com ênfase em actos de natureza plebiscitária que apelassem à democracia directa (Scarrow, 1999, 2004; Lisi, 2015). Graças aos generosos fundos públicos, os partidos tentaram obter dividendos do investimento em novas tecnologias. E, na sequência do que acontecera noutros países europeus, e também do que ocorrera, em certa medida, nos EUA, quanto às alterações verificadas ao nível da participação, embora o conceito de militante seja ali desconhecido tal qual o conhecemos no universo europeu (Wattenberg, 1998), as campanhas deslocaram-se dos partidos para os candidatos (Mair *et al.*, 2004: 265). Estes passaram a ser o centro dos *media*, o que nalguns casos favorecia uma imagem de unidade dos partidos, disfarçando as disputas, a conflitualidade interna e a “crise de legitimidade”, à qual não foi alheia a concentração de poder nos líderes e o entrosamento com o Estado (Ignazi, 2014).

Também em Itália ocorreram mudanças a partir do final do século XX, em especial no início da década de 90, quando a volatilidade atingiu números mais elevados. Num universo partidário altamente fragmentado, a volatilidade, os escândalos políticos e as operações judiciais – *Tagentopoli*, *Mani Pulite* – que atingiram os principais partidos, conduziram à reconfiguração do sistema de partidos, para além de um processo de reforma eleitoral forçado pelo sistema de *lottizzazione* e pela *partitocrazia*. Surgiram novos partidos e coligações que ocuparam os espaços abertos pela saída dos contendores clássicos (DC, PSI, PCI e MSI), alguns dos quais tinham iniciado tentativas de modernização antes de 1992. Adoptaram-se novos modelos organizacionais, ensaiou-se a captação de novos membros e conferiu-se maior atenção a organizações não-partidárias. Multiplicaram-se os partidos do centro e assistiu-se a uma maior personalização e *mediatização* da política. Foi aprovada uma nova lei eleitoral (Lei Mattarella, 4/8/1993). No entanto, a mobilidade do voto tornou-se ainda maior num mercado eleitoral extremamente competitivo e cada vez mais fraccionado (Bardi, 2004).

⁹ Desalinamento é entendido como enfraquecimento da coesão intragrupal e dos laços individuais com um partido (Zelle, 1998: 55-56).

Em geral, as respostas dos partidos variaram de sistema para sistema, mas ressalvando as especificidades de cada país, a forma como os partidos responderam aos novos desafios deixa transparecer reacções de curto prazo, ditadas em primeira linha por razões de sobrevivência e eleitorais, não estando fora de hipótese uma errada percepção dos partidos quanto ao sentido das reformas eleitorais que deviam ser empreendidas e os desejos dos eleitorados (Mair *et al.*, 2004).

Acontece que, em Portugal, as reformas, embora inserindo-se na linha das realizadas no resto da Europa Ocidental, nomeadamente quanto à eleição directa dos líderes e suas consequências na organização interna, chegaram mais tarde. O PS foi o primeiro partido a seguir esse caminho (1998), acabando tal alteração por ser alargada ao PSD e ao CDS (Lisi, 2011: 206). Quanto ao último, o processo de escolha foi efémero, sendo abolido em 2011. Como prova a mudança verificada no CDS – em que se criticava esse processo devido ao facto de por tal via se esvaziar “o carácter deliberativo do congresso”, comprometendo-se o debate de ideias e afastando activistas do partido (Lisi, 2011: 232) –, bem como algumas posições mais recentes dentro do PS, caso de Ana Gomes (2011)¹⁰, o modelo das directas e a eleição do líder neste formato está longe de suscitar a unanimidade.

Factores como o facciosismo, a tentativa de redução de conflitos ou de controlo interno, a necessidade de manter a coesão ou objectivos específicos das próprias lideranças, incluindo o controlo da selecção das elites e dos mecanismos do voto, têm sido referidos como fazendo parte do “cabaz” que acelera as reformas (Lisi, 2011: 223-224). O grau de intensidade é variável e pode ir das mais moderadas às mais radicais. Mas quanto a estas, há quem entenda que podem contribuir para a distorção da coesão e enfraquecer o papel dos órgãos intermédios dos partidos devido à relação directa entre eleitores e candidatos (Pennings e Hazan, 2001).

Muitas das respostas dos partidos afastam-se da simples preocupação com o estancar do declínio da militância ou com um interesse genuíno na afirmação de uma maior inclusividade, problemas que persistem. Por isso mesmo, há quem também vislumbre nalgumas reformas imperativos ditados por razões conjunturais e lógicas de afirmação interna, ademais confirmadas pela circunstância dos níveis de militância se manterem constantes ou continuarem a tendência de redução (Lisi, 2011: 241).

Conforme se sublinhou, “*whereas scholars have questioned the motivations for joining a party, very little research has been conducted regarding the reasons for remaining a member or for leaving a party*” (van Haute, 2011a: 21). Dentro da mesma linha, em 2010, Amjihad e Vieira chamaram a atenção para a existência de uma lacuna nos estudos sobre os militantes. Segundo estes autores, a maior parte dos estudos centrou-se em duas temáticas: sobre quem aderiria e quais as respectivas motivações. Logo, a situação dos ex-membros mantinha-se

¹⁰ Ainda antes do Congresso de Braga, Ana Gomes em declarações à Lusa: “O esquema das directas revelou-se perverso, o PS deveria mudar e voltar ao esquema antigo, porque o actual não propicia que as moções de estratégia sejam verdadeiramente discutidas. O secretário-geral é eleito para cumprir as moções que apresenta, não há margem para discussão de outras.” (08/04/2011).

completamente desconhecida: *“if one wants to be able to fully understand the party’s changes, we consider it is crucial to wonder about the reasons why some members leave their party”* (Amjahad e Vieira, 2010: 5). Para estes autores, sendo os números da militância apenas um indicador do declínio dos partidos, os mesmo têm sido vistos pelos investigadores como o resultado de mudanças ao nível das sociedades, ficando-se pelos níveis de análise *meso* e *macro*, os quais são insuficientes para nos dizerem quais as razões que levam os militantes ao abandono (Amjahad e Vieira, 2010).

Emilie Van Haute reforçou a ideia de que a adesão a um partido não é o culminar de um processo que se esgote com a adesão. A pouca atenção que tem sido dada aos processos intra-partidários conducentes ao criticismo e às manifestações de descontentamento não tem permitido uma melhor compreensão da forma como estes fenómenos surgem no interior das organizações partidárias (van Haute, 2011a). Cientes destes factos, a própria van Haute e Carty realizaram um trabalho preliminar sobre os que ficam nos partidos apesar de não partilharem as perspectivas e os pontos de vista políticos dos partidos (2012).

5. AS QUESTÕES QUE IMPORTA COLOCAR

Apesar de terem sido apresentadas respostas pelos partidos para a assinalada tendência de declínio e abandono, há questões que se colocam e para as quais ainda se aguardam luzes. O primeiro objectivo deste trabalho é começar a encontrar respostas que tardam e procurar fazê-lo em termos inovadores relativamente ao abandono da militância.

Quanto a este aspecto, como Vöerman e van Schuur referiram, é sempre possível especular sobre as razões do declínio ou da sua constância, mas não se sabe o que de facto mudou, se foram os militantes, se foi o ambiente ou uma combinação de ambos¹¹. Daí que, na perspectiva destes autores, constitua um bom ponto de partida olhar separadamente para os processos de adesão, por um lado, e para os de desvinculação, por outro (Vöerman e van Schuur 2011: 88). As que aqui fundamentalmente nos interessam são as razões atinentes à desvinculação. É importante saber se o declínio é maior entre a população jovem ou mais idosa, qual a evolução dos números e do género dos militantes ou da sua formação. Porém, isto não explica as razões do abandono, nem como é que com as respostas já obtidas se abrem pistas para a renovação dos partidos ou um aumento da participação que inverta o caminho revelado pelos números e que também se reflecte nos números da abstenção¹².

O objectivo principal desta investigação é analisar as razões de saída de um partido, em Portugal, do ponto de vista dos ex-militantes, isto é, a perspectiva de quem sai. E quanto a

¹¹ “Scholars have identified so many factors as being responsible for the decline in party membership that it can seem surprising that parties have any remaining members”(Scarow, 2015: 72).

¹² Em 2013 a taxa de abstenção para as eleições autárquicas atingiu 47,4% (PORDATA, 2015). Em 2014, aquando da realização das últimas eleições europeias o valor foi o maior de sempre, ultrapassando os 66% (Jornal de Negócios, David Santiago, 25/05/2014). Também em Outubro de 2015 foi batido o recorde de abstenção nas eleições legislativas que ascendeu a 43,07% (Observador, Catarina Falcão, 5/10/2015).

esta a natureza das respostas poderá reconduzir-se a três tipos de razões: (a) razões estruturais; (b) razões relativas à organização e (c) razões de ordem pessoal¹³.

Quanto às estruturais admite-se que radiquem em elementos relativos à arquitectura jurídico-constitucional do sistema político, derivando de um envelhecimento ou inadequação dos modelos consagrados de recepção dos partidos e da militância, de um ambiente pouco favorável ao exercício desta, da falta de incentivos à militância, da própria incapacidade do partido para dar resposta aos problemas sentidos pelos seus militantes e pelo seu eleitorado (o que também poderá constituir reflexo de resultados eleitorais negativos), da falta de alternativas ou do esgotamento do papel do partido.

Em relação à organização poderão sobrevir factores como o afastamento do militante em relação aos objectivos do partido, a sua discordância com a linha de rumo seguida, a insatisfação com os processos de formação e tomada de decisões dentro do partido, descontentamento com resultados eleitorais negativos, a verificação de alterações ao nível da direcção e da liderança do partido, expectativas defraudadas em termos de envolvimento e de obtenção de cargos ou a falta de mobilidade interna.

Os factores de ordem pessoal poderão ter que ver com o próprio desgaste do militante, o cansaço em relação às tarefas que lhe estão destinadas, a desilusão pela não realização dos objectivos desejados, a perda de motivação derivada do incumprimento dos prosseguidos pelo partido, a falta de disponibilidade para um maior envolvimento ou para manter níveis de participação elevados nas actividades do partido, o surgimento de outros interesses, a ausência de recursos que lhe permitam dedicar-se a uma maior intervenção política e a carência de instrumentos propiciadores a um maior envolvimento, sem esquecer a eventual incompatibilidade superveniente da militância com a vida familiar e profissional.

6. O CONTRIBUTO DESTE TRABALHO: OBJECTIVOS

Este trabalho pretende ajudar a colmatar a lacuna quanto à escassez de estudos sobre o abandono da militância. Procurar-se-á contribuir para a compreensão dos processos de dissensão, ruptura e divórcio, ou seja, intentar-se-á aqui conhecer melhor as dinâmicas intra-partidárias e os motivos que conduzem os militantes à saída de um partido político. Para concretização deste desiderato, a investigação visa apurar como se manifestam e são geridos os processos de abandono na perspectiva dos próprios intervenientes, de que forma evoluem, que atitudes são tomadas para contrariá-los, identificando-se os eventuais momentos de dissensão e de ruptura, bem como de irreversibilidade da desvinculação, esclarecendo o que para tal irreversibilidade se revelou decisivo, as suas fases e os problemas enfrentados até à sua consumação, sem descurar, logo depois, o pós-divórcio, isto é, quais as consequências para o militante.

¹³ Estes três tipos de razões corresponderão às três perspectivas de análise da militância que Gauja refere: Estado, partido e indivíduo (Gauja, 2015: 235).

Um segundo objectivo passa por uma revisão de alguns conceitos em que se desdobra a militância (por exemplo: militante, activista, aderente, filiado e simpatizante), os quais aparecem muitas vezes confundidos, de forma a que aquela possa ser melhor compreendida. Uma das evidências que salta à vista quando se inicia a abordagem das questões da militância decorre da simples leitura de textos legais, académicos e simples regulamentos partidários onde é patente a fluidez terminológica¹⁴, surgindo realidades iguais referidas de maneira diferente, o que é gerador de confusões. Isso acontece em Portugal mas foi já notado noutras latitudes. Por isso mesmo, entendeu-se útil fazer essa clarificação conceptual e aproveitar o ensejo, ambicioso, é certo, para se apresentar uma nova tipologia da militância que seja susceptível de aplicação ao estudo de qualquer partido independentemente da latitude onde se encontre e do seu posicionamento ideológico no *continuum* esquerda-direita, no que já constituiu um terceiro objectivo deste trabalho.

Centrando-se este trabalho na militância, considerou-se ainda oportuno, em quarto lugar, no que também se afigurava inovador, apresentar uma análise da militância centrada na visão que desta se alcança em diversos ordenamentos jurídico-constitucionais europeus e nas leis de partidos políticos dos países que as possuem, prestando especial atenção à relevância que lhe foi atribuída noutros países e estabelecendo o confronto com Portugal, apurando o modo como a militância é acolhida nesses ordenamentos, procurando perceber se tais normas configuram barreiras ou incentivos à militância. Esta análise foi aprofundada em relação ao caso português mediante a análise dos estatutos dos partidos portugueses com assento parlamentar de maneira a ser obtida uma perspectiva normativa actual da militância e a tentar perceber junto dos entrevistados se estes tiveram alguma influência na sua participação e se de algum modo contribuíram para a saída.

A escolha destes objectivos levou em consideração que, para além da verificação empírica de uma tendência de saída, os indicadores apontam ainda para uma alteração da relação entre os cidadãos e os partidos, mas as explicações até agora avançadas assentaram em regra na análise de inquéritos cujos resultados decorrem das respostas dadas pelos inquiridos, sejam militantes ou cidadãos, a variáveis explicativas pré-definidas pelos investigadores. Com este padrão, as razões que têm sido apresentadas para justificarem a tendência de declínio na militância são múltiplas e vão de uma alteração do papel dos partidos, derivada da chamada auto-suficiência dos cidadãos (Inglehart, 1990; Dalton, 1984), a explicações de cariz pós-materialista (Inglehart, 1971), a razões de mobilidade social e geográfica, ao papel da comunicação social (Wattenberg, 1998), sem esquecer os mecanismos de profissionalização e o modo de institucionalização dos próprios partidos (Katz e Mair, 1995). A estas razões juntar-se-ão, ainda, o aparecimento de movimentos que contribuíram para o “encolhimento” dos partidos, a desvalorização das funções desenvolvidas e a deslocação do debate político

¹⁴ Definições “inconsistentes” que afectam a contagem de efectivos, de onde resultam grandes flutuações sem que haja mudança de comportamentos individuais, e que também influem nas comparações entre países, levando a conclusões erradas (Scarrow: 2015: 77, 82-83).

para o seu exterior, conjuntamente com outras situações como a degradação da sua imagem junto dos eleitores, o que levou alguns a verem no alastrar da insatisfação com os partidos e com a representação uma tendência das democracias ocidentais (Dalton e Weldon, 2005).

Apesar de haver algumas explicações ao nível individual, decorrentes de uma mudança de natureza dos eleitorados e de um aumento de insatisfação com os partidos, as razões da deserção permanecem obscuras. Tal como ainda acontece com os motivos por detrás do declínio (Heidar, 2007; Norris, 2009; van Haute, 2009, 2011a; Amjihad et Vieira, 2010). As respostas são consideradas insuficientes em qualquer um dos modelos – recursos individuais, psicológico, mobilização, voluntarismo cívico, escolha racional – sendo que, entretanto, o declínio persiste, a participação eleitoral estagnou ou decresce, a imagem dos partidos piora junto dos eleitores, com a introdução de discursos reflectindo um ataque generalizado aos partidos, à classe política em bloco e às instituições do regime (Goodliffe, 2012).

Há quem diga que os partidos estarão a falhar no cumprimento da sua missão, estando em risco a *linkage* à sociedade (Wattenberg, 1998; Lawson, 2005, 2011), e há quem fale mesmo num “vácuo na estruturação das atitudes políticas” que deixa os eleitores à deriva (Wattenberg, 1998: 158), o que se compreende se pensarmos que os laços partidários contribuem para situar e orientar os indivíduos nos meandros da política, dando-lhes ferramentas para o processamento da informação (Dalton, 2002). Procurar-se-á complementar as opiniões dos ex-militantes sobre as razões de saída procurando saber junto daqueles em medida a erosão dos laços partidários e a falta de ferramentas de intervenção dos militantes contribuiu para o enfraquecimento do militantismo em Portugal. E se isso justifica as deserções. Trata-se de um aspecto que se intentará abordar na presente investigação e para o qual até hoje não foram dadas respostas em Portugal.

No final da investigação far-se-á uma aproximação ao nível *meso*, colhendo junto dos partidos com assento parlamentar¹⁵ a sua visão sobre a forma como continuam a encarar o papel dos militantes face às razões que estes apontam para a saída.

7. DAR A PALAVRA AOS QUE SAEM

A presente investigação procura afastar-se dos modelos tradicionais de estudo da militância baseados em inquéritos e acolhe a sugestão de Amjihad/Vieira e van Haute no sentido de ser feita uma aproximação aos indivíduos. É que, como Amjihad e Vieira explicaram, as variáveis que têm vindo a ser consideradas têm carácter histórico, enaltecem perspectivas de longo prazo dos níveis *macro* e *meso* e mantêm-se controversas: as respostas dadas não são inequívocas e não esclarecem por que saem os militantes (2010).

A investigação focar-se-á na audição de ex-militantes e na identificação das razões do seu afastamento dadas pelos próprios. Trata-se de uma novidade em termos de investigação no

¹⁵ Foram ouvidos, em representação dos partidos: António Carlos Monteiro (CDS, 12/04/2016), Bruno Góis (BE, 06/04/2016), José de Matos Rosa (PSD, 05/04/2016), Pedro Delgado Alves (PS, 07/04/2016), Francisco Guerreiro (PAN, 06/04/2016).

estudo do abandono da militância pela liberdade conferida aos entrevistados para a indicação e identificação das razões do seu abandono. Na verdade, com excepção de alguns trabalhos avulsos realizados em França com ex-militantes de esquerda, só recentemente van Haute e Carty em inquéritos conduzidos junto de militantes de partidos na Bélgica e Canadá permitiram que fossem os entrevistados a indicarem, por exemplo, qual a sua posição e como viam a dos próprios partidos na escala direita-esquerda (2012: 887)¹⁶. Kosiara-Pedersen também deu conta de um trabalho com base em inquéritos tendo por alvo militantes de organizações juvenis, com o objectivo de conhecer eventuais factores de abandono e dando a oportunidade aos inquiridos de livremente os indicarem. Com base nas respostas obtidas a questões abertas procurou depois enumerar razões para que membros actuais quisessem sair da organização (2015: 2). Aqui tratou-se de falar com quem já saiu.

A necessidade de se encontrarem respostas sobre o abandono a partir da perspectiva dos próprios indivíduos só será exequível começando-se pelo nível nacional¹⁷, para a partir daí, em futuras investigações, se refinar a análise e avançar para conjuntos de países que permitam estudos alargados e comparações no âmbito de projectos mais amplos que não sofram dos constrangimentos temporais, logísticos e financeiros inerentes a uma tese.

Para se perceber as razões do abandono da militância importará obter uma visão de proximidade dada pelos próprios intervenientes. Nesta medida, já Heidar afirmava a existência de duas linhas de estudo da militância. Uma primeira centrada no seu estudo como participação, estabelecendo neste caso a necessidade de aproximação entre o estudo da militância e a forma como os investigadores estudavam o voto, de que constituiria exemplo o trabalho de Whiteley e Seyd (2002). E uma outra com foco no estudo do militante como ‘agente político’, o que levantaria questões de outra natureza, na linha das questões inicialmente colocadas por Michels, do tipo “*como é conduzido o processo de decisão política nos partidos*” ou “*em que medida os militantes influenciam a feitura da decisão*”.

A concentração no caso português permitirá identificar um conjunto de razões que permanece desconhecido¹⁸, e que, se colocado em paralelo com as que são de antemão conhecidas, obtidas em estudos de outra índole, poderá contribuir para uma melhor compreensão do declínio da militância e das razões por detrás do abandono.

¹⁶ Como os próprios explicam, “we let the members speak for themselves. In each case, party members were asked to locate both their party and themselves on a traditional Left–Right scale, with the two questions asked consecutively in the questionnaires. This allowed members to indicate where they believed their party stood. (...) freedom to locate their party provided individual members with the opportunity, if they so desired, to locate themselves at the same point they saw their party occupying. Thus, in instances where they did not indicate the same location, party members quite explicitly indicated that they did not share the ideological position they attributed to their party. These differences provide some insight into the ideological complexity of contemporary party membership.” (van Haute e Carty, 2012: 887).

¹⁷ “[W]e need to focus less on macro-factors that [W] are said to be driving common patterns of membership decline, and to focus more on forces affecting individual parties and countries” (Scarrow, 2015: 94).

¹⁸ “[R]ecord cleaning explains the timing of the reported loss in Portugal’s largest parties, though it does not explain why the earlier losses occurred” (Scarrow, 2015: 96).

Finalmente, quanto aos objectivos gerais, e ainda quanto ao que constituirá um factor de inovação no trabalho, mister se torna referir um outro ponto: este trabalho propõe e exige uma abordagem diferente da militância. Pede uma atitude *durkheimiana*. Esta atitude, que não se confunde com o método, quer que quem investiga a deserção da militância se coloque na mesma posição que Durkheim exigia ao sociólogo. Sabendo que os partidos são um legado de gerações anteriores, que a sua formação vem detrás, essa atitude obriga o investigador a colocar-se no “*état d’esprit où sont physiciens, chimistes, physiologistes, quand ils s’engagent dans une région, encore inexplorée, de leur domaine scientifique*” (Durkheim, 1919: XIII). Trata-se de procurar as razões partindo do princípio de que se ignora por completo (Durkheim, 1919: XI) o que são os partidos e o que é a militância, esperando que os protagonistas comuniquem a sua visão. Porque os fenómenos individuais explicam o estado da colectividade¹⁹, cultiva-se um método e uma atitude mental diferentes na abordagem do abandono da militância. Porque conhecidas que sejam as razões desses fenómenos serão os partidos que terão de se ajustar à sociedade e dar respostas às preocupações e anseios das pessoas. O esclarecimento das razões de saída “trará respostas sobre as condições de manutenção” (Amjahad e Mathieu, 2010) e ajudará a compreender as lógicas que empurram os militantes para a saída, impondo-se ao mesmo tempo perceber os constrangimentos à adesão.

Dalton *et al.* ao abordarem as razões para as alterações da mudança eleitoral, referiram que a compreensão desse fenómeno tornava imperioso perceber as razões para a diminuição da participação política. Atingir esse desiderato implicaria que se cumprisse a necessidade de dar voz aos eleitores, pois que deviam ser estes a manifestarem as suas razões para o afastamento e diminuição da participação (Dalton *et al.*, 2002)²⁰. Para se saber onde e porquê que os partidos estão a falhar é preciso agora ir perguntar a quem saiu dos partidos por que motivo resolveu sair. O que leva à dissensão? O que conduz à ruptura? Quando se dá o divórcio entre o militante e o partido?

Encontrar respostas às questões que se colocam a este nível e concretizar o primeiro dos objectivos visados implicou também a opção por uma forma de investigar que, dada a natureza exploratória deste trabalho (Capítulo III), assenta fundamentalmente na análise qualitativa a partir de entrevistas, completada com indicadores quantitativos e dados obtidos em inquéritos.

8. DISSENSÃO, RUPTURA E DIVÓRCIO

Dada esta explicação introdutória, imprescindível na perspectiva de uma “definição operacional do objecto” (Anduiza Perea *et al.*, 1999: 39) para uma visão de conjunto sobre o estudo que se apresentará, as vertentes de abordagem escolhidas e os planos de observação, questionar-se-ão certamente as razões do título escolhido. O porquê da referência a termos

¹⁹ Heidar destacou que “[T]he sum of micro membership experiences has macro consequences for the political system” (2006: 311).

²⁰ “[M]ore precise measures of changes in electoral behaviour come from interviewing the voters themselves” (Dalton *et al.*, 2002: 33).

– dissensão, ruptura e divórcio - que pouco terão a ver com o universo da militância partidária e que justificação apresentar para não se ter seguido uma terminologia consagrada e anteriormente testada.

A escolha daqueles termos encontra a sua explicação primordial numa repescagem e adaptação do quadro teórico de Hirschman, constante de *Exit, Voice and Loyalty* (1970).

A construção da relação partido/militante como uma relação do tipo empresa/consumidor permitirá conduzir a investigação numa perspectiva de saber junto dos “consumidores” que saem do “mercado”, ou que desistem de adquirir quaisquer “produtos”, sobre as razões que os levam a deixar de consumir e por que razões não passaram a consumir um outro “produto” do mesmo “mercado”, sabendo-se que há vários “produtores” e uma oferta diversificada (em sistemas multipartidários).

O recurso à tipologia de Hirschman como ponto de partida deste trabalho encontra abrigo nas alterações verificadas nos partidos, designadamente na Europa Ocidental, em função de novas relações de consumo. Heidar esclareceu que a partir da década de 70 as sociedades pós-industriais conheceram anos de abundância e uma alteração das atitudes políticas em prol de uma perspectiva mais “utilitária” (“political consumerist attitudes”, Heidar, 2006), o que em parte explicará o declínio da militância. A aproximação a Hirschman procura enquadrar essa alteração de atitudes e de predisposições influenciadas por factores ligados ao consumo.

Ao quadro teórico elaborado por E. van Haute, e à construção *exit, voice and loyalty*, pensa-se que será possível contrapor com utilidade a sequência dissensão, ruptura e divórcio. A escolha destes termos não será isenta de julgamento, mas as múltiplas críticas à tipologia de Hirschman aconselham a opção por uma outra tipologia e terminologia.

Originalmente, o modelo de Hirschman só possuía duas variantes – *exit* e *voice* – tendo sido definido como uma resposta do consumidor à sua insatisfação perante a *performance* da organização (Grima e Glaymann, 2012). *Loyalty* não foi claramente definido por aquele autor, pois que inicialmente surgiu como sentimento de ligação a uma organização e, posteriormente, como uma forma de “auto-sacrifício” (Grima e Glaymann, 2012). Outros autores ajudaram a clarificar os conceitos de Hirschman mas foi sempre sublinhada a dificuldade de extensão do modelo a outras realidades, designadamente de natureza laboral (Rusbult *et al.*, 1986).

As dificuldades na transposição das ideias de Hirschman para a relação de trabalho, ainda que enriquecidas com a opção *neglect* (“*passive allowing the relationship to atrophy*”, Rusbult *et al.*, 1986: 46; “*a lax and disregardful behavior among workers*”, Farrell, 1983: 598; Vangel, 2011), enquanto atitude passiva que se desinteressa da deterioração progressiva da relação, e o cinismo (“*cynicism is the expression of profound dissatisfaction that is exacerbated by the employee’s inability to leave his current employment due to high exit costs*”, Grima e Glaymann, 2012: 6) não são diferentes das que surgem na sua transposição para a relação militante/partido. Em todo o caso, se na análise de uma relação do tipo patrão/trabalhador a tipologia de Hirschman numa das suas versões, seja a original, enriquecida com a *loyalty*, ou a desenvolvida com o *neglect*, ainda é susceptível de balizar a investigação, aderindo à reali-

dade que pretende estudar, perde sentido na análise que aqui se conduzirá.

Se a relação de consumo se adequa e apresenta semelhanças a um estudo como o empreendido relativamente aos ex-militantes (vd. Capítulo X), os desenvolvimentos do modelo e a aplicação a uma relação laboral, ainda que enriquecida com o *neglect*, parece desajustada na relação com o partido. É que, quanto a esta, independentemente da natureza de cada uma das relações, existem dois factores que não condicionam as relações militante/partido nos mesmos termos em que uma relação laboral aparece condicionada. Nesta, a falta de perspectivas do trabalhador, a configurável inexistência de alternativas à opção de saída (*exit*), a dependência económica em relação ao patrão, o medo do desemprego e a possibilidade deste poder condicionar a sua subsistência futura, se encontram refúgio no *neglect* tornam mais difícil a saída. A figura do despedimento não encontra, em regra, paralelo na expulsão do partido. Aquele tem natureza utilitária relativamente a um afastamento de natureza punitiva cujo grau de dificuldade que acarreta para a procura de uma nova ocupação remunerada não tem correspondência face a uma adesão voluntária *imediata* a outro contendor eleitoral.

Fundamental na perspectiva que aqui se assume quanto à opção da tipologia proposta é que, salvo casos pontuais, mormente quanto aos militantes que se encontram na dependência efectiva do partido para a sua subsistência, e que são uma minoria, a maior parte dos que saem não depende do partido para a subsistência. O que não só facilita a saída e a procura de alternativas, como esquece o *neglect*, o qual, salvo melhor opinião, se poderá ainda reconduzir na relação militante/partido a um sentimento de permanência indiferente reflectido no abandono da participação, na ausência às reuniões e alheamento de convocatórias, atitudes que sem hostilizar indiciam a quebra de uma relação e dos laços de solidariedade política que antecedem a saída da organização²¹.

Sufragando-se a posição de Vangel (2011) quanto à consideração de que “*exit, voice, loyalty and neglect may not necessarily represent the exclusive behavior reactions to dissatisfaction*” (Vangel, 2011:14), a sequência que simbolicamente aqui se propõe espelha três momentos que marcam o fim da relação de um militante com o partido. Dois estarão sempre presentes (dissensão e divórcio ou ruptura e divórcio) no momento em que cessa a relação, por vezes poderão estar os três pois reflectem níveis de gravidade da relação. O processo de afastamento físico e psicológico passará por aqui.

Sem prejuízo de poder haver situações em que se dê a introdução de um factor que permita a reversão da situação de descontentamento – como uma mudança de liderança, reforma estatutária, escolha do militante para tarefas em que se realize, atribuição de incentivos que o façam ultrapassar os momentos que conduziram ao estágio anterior –, a relação militante/partido deteriora-se até chegar à dissensão. Esta fase poderá ser de maior ou menor duração, mas se não for objecto de reversão tenderá a evoluir para a ruptura. Ou logo para o divórcio

²¹ Em sentido semelhante vejam-se as conclusões do estudo de Whitey e Cooper (1989), citado por Vangel (2011) defendendo a ideia de que “*exit and neglect are related as evident by a positive correlation between the two variables, suggesting that neglect could be seen as a precursor to exit.*”, p. 10.

sem passar pela ruptura, no caso de uma dissensão violenta e irreversível.

As abordagens de raiz económica introduziram uma perspectiva de análise que ajuda a melhor entender o abandono da militância. É certo que essas não só não devem condicionar a investigação, como também esta pela sua especial natureza não pode limitar-se a replicar modelos anteriores sob pena de pouco se avançar na explicação das causas. Conforme Vöerman e van Schuur enfatizaram, a investigação das razões que conduzem à adesão tem contribuído para a explicação desta, só que até hoje nada esclareceu sobre as razões para o afastamento, que serão quase com toda a certeza diferentes dos motivos da filiação (2011: 88).

Como forma de não condicionar as respostas dos entrevistados escolheu-se um tipo de entrevista que não as orientasse à partida, permitindo-lhes dar sentido à explicação do processo de abandono. Este tipo de entrevistas tem vindo a afirmar-se como meio privilegiado de obter dados através de uma maior intimidade com o entrevistado e como um meio eficiente para aquisição de informação (Harvey, 2010), daí que tenha sido esta a principal opção metodológica.

Assim, depois desta nota introdutória abrir-se-á um Capítulo II onde se procederá a uma delimitação do problema de fundo que contém a principal revisão da literatura sobre o declínio e o abandono. O Capítulo III destina-se à apresentação e justificação da metodologia, seguindo-se o Capítulo IV contendo uma panorâmica da situação da militância na Europa e da evolução mais recente da relação entre militantes e eleitores em Portugal. O Capítulo V apresentará a nossa proposta de tipologia para a militância, procedendo-se a uma resenha das tipologias mais importantes, da forma como evoluíram e têm sido tratados os diversos tipos.

Na parte intermédia do trabalho situam-se os Capítulos VI e VII pelos quais se procederá, respectivamente, à apresentação do quadro legal, regulamentar e estatutário dos partidos políticos na perspectiva da militância e da evolução do enquadramento legal da militância na situação portuguesa.

O Capítulo VIII compreende uma análise descritiva dos sinais de descontentamento manifestados no interior do PS e do PSD, na perspectiva de militantes e delegados.

Os dois capítulos finais consistem na análise das entrevistas. No IX referem-se os perfis dos entrevistados, analisando-se as razões que levaram à adesão, o que se realizou na perspectiva de melhor se apreenderem as razões do abandono. No Capítulo X faz-se a análise das circunstâncias, percursos e fases conducentes ao abandono e respectivas consequências. O capítulo XII contém as conclusões a que se chegou e uma reflexão final sobre o futuro da militância, antecedendo um breve epílogo.

CAPÍTULO II

DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA: DECLÍNIO E ABANDONO DA MILITÂNCIA

“[F]ormal party membership is becoming a sociological relic: the act of joining a political party looks increasingly odd and eccentric” (Bennie, 2015:185)

1. INTRODUÇÃO: A PARTICIPAÇÃO COMO COMPONENTE DA ANATOMIA DOS REGIMES DEMOCRÁTICOS

O tema deste trabalho é a militância partidária, importando situá-la no campo mais vasto da participação: *“a defining element of democratic citizenship”* (Dalton, 2008: 78).

No seu sentido comum, o termo participação implica a ideia de uma actividade ou comportamento em que aqueles que não estão formalmente investidos para tomar as decisões se envolvem visando influenciar quem toma as decisões. Trata-se de uma visão ampla que apela a várias actividades e em que a intencionalidade é inerente ao conceito (Verba, 1967: 55; Booth e Seligson, 1978, citado por Borba, 2012: 265). Este aspecto, enfatizado por Ekman e Amnå (2012), encontra respaldo em Easton (1953: 134) e no conjunto de actividades legais dos indivíduos que Verba, Nie e Kim viram dirigidas à influência da selecção de governantes e dos actos destes (1978: 46), não se afastando da definição muito posterior de Brady como *“action by ordinary citizens directed toward influencing some political outcomes”* (Brady, 1999: 737, e 2003, também citado por Ekman e Amnå, 2012: 280). Esta definição coloca a tónica na acção de cariz político, distinguindo-a de outros tipos de acções participativas que não assumem esse contorno. Verba deu como exemplos de acções participativas políticas o voto, o tipo de participação política por excelência (Tavares, 2004), mas escrever cartas e colaborar em campanhas políticas são ainda formas de participação (Verba, 1967). E Kaase e Marsh aproximam-se das visões anteriores, remetendo a participação política para o campo das actividades voluntárias que, directa ou indirectamente, visam influenciar escolhas políticas nos diversos níveis do sistema político (Kaase e Marsh, 1979: 42; Delfino e Zubieta, 2010: 213).

Inicialmente vista por alguns autores como apresentando carácter unidimensional, através da ideia de um *continuum* onde os comportamentos ocorreriam de acordo com uma relação entre o custo e a complexidade, do voto e da discussão de posições políticas até ao desempenho de cargos públicos (Milbrath, 1965), a participação veio mais tarde a ser apresentada com carácter multidimensional, desdobrando-se em diversas arenas, operando em vários níveis, cada um com as suas características (Borba, 2012). Por isso mesmo, os diversos autores, tendo chegado à conclusão de que as acções que foram primeiro apontadas por Milbrath e Verba não esgotavam o manancial de actividades em que a participação política se desdobrava, procederam à desagregação do conceito em várias partes, distinguindo diversos tipos de acções que se podem classificar de múltiplas formas, incluindo quanto aos resultados alcançados que poderão ser os desejados ou, ao invés, inesperados (Verba, 1967).

Uma das principais classificações, e aquela que porventura introduz a mais importante

distinção, é a que separa as formas institucionalizadas das não-institucionalizadas e para cuja destringa o trabalho de Pizzorno foi pioneiro ao apontar os movimentos sociais como um dos modos de participação política (Borba, 2012: 268). Quanto à distinção entre aquelas formas atente-se no que recentemente escreveram Hooghe e Marien:

“Our distinction between institutionalised and non-institutionalised forms of participation closely follows the framework already set out by Barnes and Kaase (1979). Institutionalised forms of participation are defined and organised by members of the political elite (most notably political parties), while non-institutionalised forms of participation in practice are being used predominantly by non-elite actors, in order to challenge the political elite or to gain access to the political agenda (Inglehart 1997). This distinction is in line with the literature in this regard (e.g., Inglehart and Catterberg 2002; Dalton 2008; Marien et al. 2010) and it is also empirically valid as a confirmatory factor analysis demonstrates these are distinct dimensions.” (Hooghe e Marien, 2013: 139)

Conge, no final da década de 80, apresentou uma definição sintética do conceito de participação política, visando evitar os riscos de indeterminação resultantes de uma excessiva amplitude. Desse modo, colocou em destaque os aspectos que devem ser salientados: acção individual ou colectiva, de âmbito nacional ou local, que apoia ou se opõe às estruturas do Estado, autoridades, e/ou decisões relativas à alocação de bens públicos. Tanto pode ser verbal como escrita, violenta ou não-violenta, e de intensidade variável (Conge, 1988: 247).

O campo de discussão sobre o conceito de participação política é hoje vastíssimo, tendo mesmo havido autores que alargaram tanto o conceito que nele incluíram donativos, reencaaminhamento de mensagens de correio electrónico (e-mails) e acções praticadas por consumidores, como boicotes a produtos, pois podiam assumir conteúdo político (van Deth, 2014), e o chamado activismo de Internet (Hosch-Dayican, 2014), embora quanto a este último possa haver situações em que seja discutível se em causa está uma manifestação de participação política, de apoio a uma causa, ou um gesto de simpatia e apoio a um amigo que nos é próximo. Exemplo é o “gosto” (“like”) numa publicação na rede Facebook sobre um tema político (Hosch-Dayican, 2014: 343-344).

Lamprianou (2013) salientou que a participação política assume múltiplas formas, não é estática. Constitui um fenómeno dinâmico e socialmente evolutivo, de tal modo que Norris questionou se a linha tradicional que dividia a participação convencional de formas activas de protesto ainda fará sentido (Norris, 2002). Daí que se torne também difícil encontrar uma definição universalmente aceite pelos autores²², o que explica que muitas vezes surja referida como “*political engagement*” e noutras ocasiões como “*public involvement in decision making*” (Lamprianou, 2013: 22). A multiplicidade de dimensões em que se projecta acaba por desvalorizar as tentativas de definição do conceito, fazendo mais sentido reter uma noção ampla que dê conta das suas diferentes facetas. Isto é, aliás, o que defende Uhlener (2014) quando considera ser mais frutuosa a posição de van Deth. Este autor, que vê a participação política

²² Sobre os problemas conceptuais vejam-se também, por exemplo, Wajzer (2015), Biorcio (2008), Delfino e Zubieta (2010).

como um conceito abstrato ou geral cobrindo as actividades voluntárias do cidadão relativas ao governo, à política e ao Estado (van Deth, 2014: 353), apresenta um mapa conceptual que permite a aceitação de múltiplas definições (Uhlener, 2014).

Não sendo este o local para aprofundar esta discussão, afigura-se útil para permitir a compreensão do conceito em função do tema tratado a posição expressa por Hooghe. Este autor sublinhou, independentemente do número de elementos que podem ser incluídos no conceito, haver um ponto seguro que se reconduz à existência de

“[a] number of elements are indeed quite ‘unproblematic’, since they are included already in the classical definition by Verba, Schlozman and Brady (1995: 38), as they define political participation as an “activity that has the intent or effect of influencing government action— either directly by affecting the making or implementation of public policy or indirectly by influencing the selection of people who make those policies” (Hooghe, 2014: 339).

Como Hooghe refere, a maior parte dos elementos que constam dessa definição de Verba *et al.* (1995: 38) não leva a grandes debates sobre o tema, apesar de se poder discutir se para haver actos susceptíveis de serem qualificados como de participação política aqueles têm de ser voluntários²³. Simplificando, afigura-se apropriado remeter para a tipologia de Ekman e Amnå (Quadro 2.1) e aqui notar que a militância partidária surge como uma forma de participação política formal individual caracterizada por estar integrada em partidos políticos (2012: 295). Classificada como um subcapítulo da participação política (van Haute, 2009: 45), constitui condição para a preservação do funcionamento democrático da sociedade política reflectida no Estado (Tavares, 2004: 360-361) e é um garante da representatividade, da legitimidade das instituições, da decisão política, da representação e das próprias fundações da democracia parlamentar (Vöerman e van Schuur, 2011).

São estas últimas ideias que se encontram na base da consagração durante o século XX dos partidos políticos como realidade inevitável e sem a qual seria impensável o funcionamento do governo representativo (Bryce, 1921). Verdadeira força motriz da criação da democracia contemporânea (Schattschneider, [1942] 2004), houve mesmo quem chegasse ao ponto de questionar se para além dos partidos políticos ainda haveria vida política (Mair, 2003).

Pese embora o exagero, e independentemente das diferentes visões, perspectivas, maneiras de encará-los ou defini-los, ou de casos pontuais de democracia sem partidos, como acontece na actualidade na República de Palau (Veenendaal, 2013), retenha-se a este propósito que continua a ser consensual a ideia de que os partidos desempenham um papel

²³ Sobre este ponto importa clarificar o seguinte: os actos de participação política com conteúdo político têm de ser voluntários porque só o acto voluntário pode ser motivado e levado em consideração pelos destinatários em atenção à motivação. Neste ponto socorremo-nos de novo de van Deth: *“literally every mode of behaviour would classify as political participation: we only have to ask the individual concerned whether she considers repairing her bike, signing a petition or buying a brand of shoes as ‘politically’ motivated and all these activities become specimens of political participation. Reversely, no political participation would be witnessed if she visits the ballot box for purely personal or private reasons.”*(van Deth, 2014: 350-351).

central nas democracias e que um declínio na sua base de apoio, da qual a militância faz parte conjuntamente com os simpatizantes e os eleitores em geral, terá importantes consequências para o futuro da democracia (Whiteley, 2009, 2011; Kosiara-Pedersen, 2009).

A militância enquanto vertente da participação relaciona-se com a função de *linkage* entre os cidadãos e o Estado. Lawson sublinhou-o, referindo-se aos partidos como agências de *linkage* para a produção da democracia (Lawson, 2005). Para esta autora, a primeira das cinco proposições interligadas com que define a sua *theory of linkage* reside na afirmação de que “se os partidos fornecem a ligação participativa, contribuem directamente para as possibilidades de uma verdadeira democracia” (Lawson, 2005). Igual perspectiva (“*Parties are essential elements in linking society and the state*”) é comungada por Charles Mack (2010: xiii).

Quadro 2.1 – Tipologia da participação

	Não-participação (alheamento)		Participação cívica (lactência política)		Participação política (manifesta)		
	Formas activas (anti-políticas)	Formas passivas (apolíticas)	Envolvimento social (atenção)	Envolvimento cívico (acção)	Formas de participação política	Activismo (participação política extra-parlamentar)	
						Acções de protesto legais ou extra-parlamentares	Acções e protestos ilegais
Individuais	Abstenção Desinteresse pelo acompanhamento de assuntos políticos em jornais, tv Não discussão de temas políticos Percepção da política como repugnante Desafeição política	Abstenção Percepção da política como desinteressante e sem importância Passividade política	Tomando atenção à política e à sociedade Percepção da política como importante	Escrita para um editor Apoio pecuniário a causas sociais Discutindo política e temas sociais com amigos ou na Internet Lendo jornais e vendo televisão quando surgem assuntos políticos Reciclagem	Votar em eleições e referendos Actos deliberados de abstenção ou voto em branco Contacto com representantes políticos e funcionários públicos Candidato a cargos públicos Doações pecuniárias a organizações políticas	Campanhas de compras, boicotes e consumo político Assinar petições Distribuição de panfletos	Desobediência civil Ataques politicamente motivados contra a propriedade
Colectivas	Estilos de vida deliberadamente não-políticos - hedonistas e consumistas Em casos extremos: actos avulsos de negação - violência política (tumultos), reflectindo frustração, alienação ou exclusão social	“Irreflectidas” - estilos de vida não-políticos	Pertencendo a um grupo socialmente focado Identificando-se com uma certa ideologia e/ou partido Estilo de vida envolvido: música, identidade de grupo, vestuário, etc. Exemplo: veganismo, skinheads de direita, anarquistas de esquerda, punks	Voluntariado, e.g. apoio aos sem-abrigo ou a lares femininos Trabalho caridoso ou fé no trabalho comunitário Actividade em organizações comunitárias de base	Membro de um partido político, organização ou sindicato Actividade enquadrada por um partido político, organização ou sindicato (trabalho voluntário ou participação em reuniões)	Envolvimento em fóruns e movimentos sociais Demonstrações, greves, acções de protesto (e.g. jornadas de rua com sinal distinto na agenda política)	Acções de desobediência civil Sabotagem, obstrução de vias Ocupação de edifícios Participação em protestos violentos ou de direitos animais Confrontos com opositores políticos e forças policiais

Fonte: Ekman/Amnå, 2012

Nas democracias representativas a *linkage* dos partidos à sociedade é feita primordialmente ao nível do território. É a este nível que se colocam com maior acuidade as questões concernentes à participação e à representação, cuja influência se assume decisiva ao nível da legitimidade. É no território que se estabelece “o mais apertado laço entre as elites do partido e os eleitores”, o que conduzirá a que os militantes sejam vistos como cidadãos de conexão com “os olhos e os ouvidos do partido” (Poguntke, 2002). E van Haute considera que “as mudanças que afectam a militância podem indirectamente afectar a capacidade dos partidos de desempenharem a função de *linkage*” (van Haute, 2011a: 8).

Esta perspectiva da *linkage* foi posta em causa por Kitschelt (2000) que assinalou uma outra dimensão. Para este autor, a forma como a *linkage* era tradicionalmente vista, associada a princípios programáticos, acabava por desvalorizar um aspecto importante das coligações eleitorais organizadas a partir de uma perspectiva mais economicista assente na distribuição pelos partidos de incentivos selectivos a grupos específicos do eleitorado. Muitas vezes, a maneira de se assegurarem os lugares passaria por relações de tipo clientelar. De certa forma, o que Kitschelt enaltece é que em muitos sistemas, mesmo em democracias avançadas, a *linkage* entre cidadãos e políticos baseia-se numa transacção entre benefícios materiais directos visando determinados indivíduos ou grupos e o voto, num tipo de relação que garantirá o acesso a empregos, bens e serviços (Kitschelt e Wilkinson, 2007).

A posição de Kitschelt, desvalorizando os aspectos clássicos de abordagem da *linkage*, chamou a atenção para o peso que tem um certo tipo de relações que muitas vezes caminha ao lado de esquemas corruptivos, mas parece não ter feito escola. Em especial na Europa Ocidental, onde a intermediação dos partidos continua a ser vista como o mais importante instrumento de ligação dos cidadãos ao Estado (Norris, 2009: 8). Além de que outros factores devem ser levados em consideração na análise dos desenvolvimentos ocorridos com a participação, tal como o contexto institucional do sistema político, o papel das regras legais, o sistema eleitoral ou os mecanismos de participação, não sendo ainda claras as consequências destes factores do ponto de vista individual e da participação das massas para a consolidação da democracia (Norris, 2009).

Se, por outro prisma, como referido por Vöerman e W. van Schuur (2011), os processos de adesão e saída de um partido estão insuficientemente estudados, poucos terão dúvidas de que a atenção que tem sido votada aos processos de abandono é significativamente menor. Tomando como boa a sugestiva imagem de Poguntke (2002) quanto ao facto dos olhos e dos ouvidos do partido serem os dos seus militantes, sendo estes essenciais para a função de *linkage*, a falta daqueles tornará à partida mais difícil a comunicação entre os eleitores e o partido por falta de mediadores directos que estabeleçam a conexão com o exterior²⁴.

Sobre a importância da militância partidária, como forma de participação que distingue os

²⁴ O que pode ser discutível (vd. infra) face aos partidos sem militantes de Mazzoleni e Vöerman (2016), à profissionalização da política ou aos modernos instrumentos de comunicação (Scarrow, 1996, 2015).

membros de um partido dos membros de outro tipo de organizações, não será impertinente recordar a lição de Weber, repescada por Dominique Andolfatto, quando colocou os aderentes²⁵ (*adhérents*) como característica “essencial” dos partidos em razão da natureza voluntária da adesão, o que os diferenciava enquanto associações de homens livres das organizações administrativas burocráticas (Andolfatto, 2001).

Constituindo os militantes o substrato dos partidos, reconhecido o papel que desempenham enquanto receptores externos e retransmissores internos para as respectivas direcções dos interesses e anseios manifestados por aqueles em nome de quem se arvoram representantes políticos, entendeu-se dever ser privilegiada uma linha de trabalho centrada em procurar saber quais as principais razões que, encontrando-se por detrás da persistente tendência de declínio do número de militantes, levam ao abandono dos partidos.

Para esta questão obter respostas importa começar por saber quais as diferentes perspectivas de análise da militância partidária, o que será feito na secção seguinte, antes de na terceira parte se conhecer o que tem sido escrito sobre o declínio da militância e o abandono, para se compreender onde se posiciona este trabalho e quais os contributos que dará ao conhecimento deste problema.

2. AS DIFERENTES ABORDAGENS PARA ANALISAR A MILITÂNCIA

Situada a militância partidária no campo da participação política e relacionada com o estudo dos partidos, convém perguntar o que aqui se entende por militância. E como tem sido estudada? Um ponto de partida para a compreensão do que se seguirá reside na definição apresentada por Heidar (2006, 2007). Este autor definiu a militância (*party membership*) como “*an organizational affiliation by an individual to a political party, assigning obligations and privileges to that individual*” (2006: 301; 2007: 7), definição que exclui as filiações colectivas, caídas em desuso e que davam uma imagem distorcida dos números dos partidos que a admitiam (trabalhistas ingleses, sociais-democratas suecos).

As primeiras referências à adesão formal a um partido remontam aos estudos americanos e aparecem associados à inscrição para o voto nas primárias (van Haute, 2009: 42). Emilie van Haute refere as abordagens feitas por Wilson (distinção entre amadores e profissionais), Michels (apoiantes e líderes) e Milbrath (que distingue identificação partidária, adesão formal e participação nos negócios do partido), mas foi com Duverger que surgiram referências a uma tipologia que leva em consideração uma adesão formal a um partido e o pagamento de contribuições anuais como dever inerente a essa inserção. Para este autor, consoante se tratem de partidos de quadros ou de massas será possível distinguir eleitores de simpatizantes, de aderentes e de militantes (Duverger, 1976: 129).

²⁵ A utilização do termo “aderente” a que Andolfatto recorre, não sendo desprovida de ambiguidade, remete-nos para a figura do militante, por contraposição a expressões que também usa como “afiliado” (simpatizante), “fiel” ou simples “pagador de quotizações”. Só assim, aliás, poderá fazer sentido que esse autor se refira aos aderentes como “*elemento de estabilidade dos partidos no sistema político*” e como “*meio de legitimação das orientações que são tomadas*” pelo partido.

A diferenciação entre os militantes e algumas figuras afins e o modo como começou a ser conceptualizada mereceu a atenção de diversos autores, tornando-se importante para a elaboração de tipologias (vd. Capítulo V). A este respeito, com Seiler surge a proposta de distinção entre simpatizantes e aderentes, por um lado, e partidários (*partisans*), por outro, sendo que aqueles são os que se limitam a afirmar a sua preferência (Seiler, 2000: 188). Sobre o conceito de militante e sua distinção de figuras afins, Seiler chamou a atenção para as categorias do “aderente” (*adhérent*) ou “afiliado” (*affilié*) por contraposição à de militante (*militant*). Recorrendo à distinção de Duverger, e sem que para tal apele às chamadas adesões fictícias ou à ausência de controlos e/ou registos rigorosos, Seiler assinalou a circunstância do acto de adesão “poder limitar-se ao simples facto de pagar uma quotização sem outras implicações na vida da organização”, sublinhando que “o papel atribuído aos membros de um partido varia em razão inversa à que ele atribui aos seus eleitos”, havendo inclusivamente partidos, designadamente de criação interior ou interna, como os partidos de quadros no seu início, que ignoram totalmente o conceito. Outros conservam a pureza do modelo original, dando-se como exemplo o partido agrário de Vaud (Suíça), que se limita a publicar uma lista com o nome dos assinantes no seu próprio jornal. Por tal razão, conclui Seiler, se a noção de aderente pode prestar-se a confusões, o mesmo não acontecerá com o termo militante, visto que este “soa claro e preciso: exprime o compromisso (*engagement*) do indivíduo com a acção colectiva”. Os militantes são os detentores da legitimidade partidária e um recurso essencial dos partidos de massas, os quais não podem ter a pretensão de existir se não tiverem aderentes e militantes em virtude dos recursos em tempo e dinheiro que transportam consigo para o partido (Seiler, 2003: 319-320). Outras categorias surgem em Ölsen (“*party attendance*”, “*volunteer party work*” e “*party leadership*”, 1976), acabando van Haute por reagrupar o essencial dessas classificações numa única, em dez categorias, na qual se combinam as conclusões de Schmitt com as perspectivas individuais e organizacionais (van Haute, 2009)²⁶.

A militância pressupõe adesão, “engajamento”, compromisso. Sobre a ambiguidade do termo “engajamento” em línguas francesa e inglesa pronunciaram-se Guillot e Laura Morales. O primeiro referindo que essa atitude assume formas de intensidade variável, mas constitui sempre um acto individual voluntário, reflectido numa acção (2008). Morales destacando a diversidade de conceitos – militantismo, activismo, filiação, adesão – em torno de um único termo. Para Morales, não é necessário ser particularmente activo numa organização para se ser um participante político, mas o conceito de filiado deverá reservar-se para os casos em que existe um processo formal de registo junto de uma organização. Saber quando é que um indivíduo pode ou deve ser considerado membro de uma organização nem sempre é fácil. E varia de organização para organização (Morales, 2009: 29), o que aconselha a que o conceito

²⁶ O Capítulo V é dedicado em exclusivo às tipologias da militância, pelo que sobre estas nada mais se dirá aqui.

de *membership* em vez de ser visto numa perspectiva estática, formal e legal, seja entendido como o resultado de imperativos, sociais, organizacionais e institucionais (Gauja, 2015).

Scarrow situa a militância no contexto mais vasto dos “apoiantes do partido”, sendo os militantes um subsector destes, pelo que uma definição útil da militância passaria por referir, tal como Heidar faz, uma relação dos militantes com as obrigações e com os direitos (Scarrow, 1996; 2015: 31)²⁷. Repare-se que a definição de Heidar compreende em si três elementos que constituem três perspectivas de análise. Por um lado, refere tratar-se de uma filiação individual. Em segundo lugar, regista que esse acto se reporta a uma organização, o partido político. E, por fim, é através daquele acto de filiação que são outorgados ao indivíduo um conjunto de direitos e de obrigações.

Gauja (2015) assinalou a existência de uma visão tripartida da militância, salientando que pode ser vista de acordo com diferentes perspectivas e serem-lhe atribuídos significados diferentes em função de cada uma daquelas. Uma primeira corresponde à forma como cada Estado se relaciona com a militância. Isto é, a visão dos imperativos institucionais, decorrendo das normas geradas por aquele para acolherem e regularem a militância. Uma segunda assenta na visão da militância como produto de um imperativo social, resultando da ideia que os indivíduos têm da militância, como a concebem, para que serve, o que significa, que actividades nela reconhecem, o que os motiva e explica a sua relação com os partidos. E há uma outra visão que é a dos próprios partidos, enquanto instituições que dentro dos modelos jurídico-constitucionais de cada ordenamento podem definir o que pretendem, qual a utilidade que para si vêem, de que forma poderão articular os seus objectivos com as expectativas dos indivíduos e que ligações querem com estes manter para cumprirem estratégias, as quais variarão de partido para partido e de acordo com as suas escolhas ideológicas. Esta é a perspectiva resultante de imperativos organizacionais (Gauja, 2015). Se bem se reparar, estas três perspectivas encontram-se na definição de Heidar. A adesão é um acto individual produzido numa determinada comunidade política, por referência a uma organização cuja existência e estatuto radicam no Estado, acto que confere a esse mesmo indivíduo um conjunto de direitos e obrigações. Ou seja, para Gauja, a militância, enquanto conceito não-estático, “fluído e contestado” (Gauja, 2015: 235), não se trata de um conceito do tipo “*one size fits all*”, devido à multiplicidade de formas de que se pode revestir. A militância admite por isso ser analisada sob um prisma individual (acto de adesão, objectivos, motivações, incentivos, implicações, consequências), organizacional (como recurso do partido para a realização das suas tarefas, componente da organização, instrumento para a formação da decisão, de legitimação interna, de legitimação externa perante o eleitorado e os outros partidos, fonte de um conjunto de direitos e obrigações alocadas aos membros) e sob um prisma estadual (corolário do reconhecimento dos partidos pelo Estado, componente de um pilar da democracia representativa

²⁷ “(...) defining members as those whose relation to their party involves both obligations and privileges (Scarrow, 1996: 15)

e ferramenta de conexão entre os cidadãos e o Estado) (Gauja, 2015).

Cada uma destas perspectivas terá tendência em ver a militância do ponto em que se posiciona. Numa perspectiva científica, o estabelecimento de comparações tem por pressuposto a existência de um denominador comum que permita olhar para partidos diferentes usando as mesmas ferramentas. Esse denominador comum será o conceito de carreira (Fillieule, 2010). Esta ideia, cujas raízes remontam a Hughes (1937) e Becker (1966), vinca as várias fases de exercício de uma profissão ou actividade, numa perspectiva objectiva e subjectiva. Por um lado, olhando para os diferentes estatutos que o indivíduo assume ao longo desse processo. Por outro, através do modo como o indivíduo vê a sua perspectiva de evolução num processo dialéctico envolvendo diversas variáveis (históricas, institucionais e de contexto) que permitem perceber a sequência de passos e de mudanças de comportamento em cada uma dessas fases (Fillieule: 2010: 4)²⁸.

Esta noção já é perceptível, indirectamente, nos primeiros trabalhos que deram relevo à militância nalgumas das suas vertentes e que tiveram por base o estudo empírico dos partidos, designadamente com Ostrogorski (1910), Michels (2001) e Weber (1946). Os aspectos mais focados respeitavam às elites, ao poder e à organização, pese embora algumas considerações sobre o substrato humano das organizações. Com Duverger, posteriormente, as referências à militância surgem num trabalho que visou mais os partidos no seu todo do que aspectos particulares daquela (Duverger, 1976). No período que se seguiu à II Guerra Mundial, decorrendo de uma visão orientada para o Estado, que era um objecto central de estudo das teorias da democracia, as preocupações dos académicos foram para questões ligadas à organização dos partidos de massas e sua origem, para aspectos relativos à representação social e à dicotomia entre partidos de quadros e de massas, evoluindo depois para vertentes relativas ao desalinhamento (Luther e Müller-Rommel, 2002). Em França, até aos anos 70, a maioria dos estudos sobre os partidos deixava de fora os militantes, incidindo maioritariamente em aspectos ligados à sociologia eleitoral, à socialização e aos sistemas de partidos (Subileau, 1981). Alguns dos trabalhos visaram o Partido Comunista Francês (PCF), sob uma perspectiva teórica que se estendeu à elaboração de tipologias (Kriegel, 1966; Mothé, 1973). Só depois começaram a ser elaborados estudos atinentes ao conhecimento da militância, não raro focados em regiões ou territórios específicos (Derville, 1976; Subileau e Platone, 1976) e com incidência noutras organizações de esquerda, consequência natural da atenção dada então aos partidos de massas, ainda perto do seu apogeu, bem como da influência de Duverger, cuja clássica divisão entre partidos de quadros e de notáveis e partidos de massas de certo modo retirava sentido a que se estudasse a militância nouro tipo de partidos.

²⁸ “[T]he notion of career allows us to understand how, at each biographical stage, the attitudes and behaviours of activists are determined by past attitudes and behaviours, which in turn condition the range of future possibilities, thus resituating commitment across the entire life cycle. The concept of career therefore enables us to combine questions of the predisposition to and operationalization of activism, of differentiated and variable forms of engagement over time, of the multiplicity of engagements across the life cycle, and of the withdrawal and extension of commitment” (Fillieule, 2010: 11).

Seria com o final da década de 80 e o início dos anos 90 que surgiram com mais vigor estudos sobre a militância. De acordo com Delwitt e van Haute, aqueles orientaram-se em função de três áreas: (i) análise dos números da militância, em termos absolutos e relativos, com ênfase nos aspectos da volatilidade e do seu declínio nas democracias ocidentais; (ii) análise ao nível *micro* do lado da oferta centrada nas preocupações sobre o perfil socio-demográfico e político dos militantes, atitudes, motivações e níveis de activismo; e (iii) análise do lado da procura (*demand*), ou seja, das organizações partidárias e das suas relações com as bases, validando visões funcionalistas e visões ligadas às teorias da acção racional (van Haute, 2011b: 10-13; Delwitt, 2011).

Por esta altura, o panorama dos estudos sobre a militância era pobre, o resultado de natureza impressionista, com uma notável ausência de estudos diacrónicos, sendo que os dados sobre a militância eram na maioria “dispersos e irregulares” (Katz *et al.*, 1992: 329), escassos e idiosincráticos (Bartolini, 1982: 274, 1983)²⁹. Ou seja, apesar de ter havido vários autores a apontarem para a exigência de se olhar para dentro da “caixa negra” das organizações partidárias, pouco foi feito ao nível de saber o que aí se passava (Panebianco 2005; Luther e Müller-Rommel, 2002; van Haute, 2011b).

Entretanto, com os vários trabalhos que se realizaram atinentes ao envolvimento dos militantes nas estruturas partidárias, desenvolveram-se teorias visando explicar as razões da adesão, o activismo intra-partidário, os diversos graus de participação dos militantes, suas atitudes e valores (Seyd e Whiteley 1996, 2002; Granik, 2005; van Haute 2011b; Sandri e Amjahad, 2015).

Sobre as explicações da adesão desenvolveram-se basicamente três modelos. Verba e Nie encontraram nos recursos individuais com base no *status*, isto é, educação e rendimento, aliados a factores próprios (idade, sexo, etnia) e motivações psicológicas, os motivos para a adesão. Quanto mais educados, com mais tempo disponível e recursos, maior seria a disponibilidade dos indivíduos para participar (Verba e Nie, 1972; Whiteley e Seyd, 2002). Uma segunda explicação ficou a dever-se ao modelo de envolvimento cognitivo, o qual entendia que a apetência para participar e aderir ficaria na dependência da capacidade e habilidade que cada um tivesse para se interessar, envolver e processar a informação política. A educação não é apenas um conjunto de recursos, mas um instrumento da capacidade individual para dar sentido ao mundo político (Whiteley, 2011). Um terceiro modelo (capital social) parte da ideia de que o envolvimento de um indivíduo numa rede social forte e de relações voluntárias será mais solidário, tenderá a desenvolver laços de confiança com os outros e terá uma maior apetência para participar politicamente, inscrever-se num partido e tornar-se activo (Putnam, 2000). Para além destes modelos teóricos explicativos das razões da adesão, o activismo

²⁹ “[L]a letteratura esistente sul tema e insieme scarsa e di natura largamente idiosincratice. Il migliore, se non il solo, trattamento sistematico del soggetto rimane il classico di Duverger, che è nettamente influenzato dalla situazione storica di origine e sviluppo dei partiti di massa, caratterizzata da forti entusiasmi, identità e mobilitazioni collettive” (Bartolini, 1982: 274).

de alta-intensidade pode ser explicado à luz da teoria geral dos incentivos, a qual deriva de uma síntese entre as teorias da escolha racional e as dos modelos sócio-psicológicos que determinam a participação. Esta teoria vem dizer-nos que o activismo político é o resultado de um conjunto de incentivos de vária ordem (de processo, selectivos visando a realização de objectivos individuais e ideológicos), mas nem sempre aqueles são descortináveis em todas as situações (Whiteley e Seyd, 2002). Isso depende de cada um e nem todos estarão disponíveis para darem a conhecer quais os seus incentivos. Scarrow (2015) refere que as explicações para a adesão podem ser observadas sob um prisma económico (custo/benefício) ou ideológico, que relaciona organização com a visão do partido. Os diversos modelos contribuem para a compreensão das razões da participação e da adesão, mas pouco dizem quanto a saber se esses motivos contribuem para a permanência no seio de um partido ou para a saída. Todavia, os trabalhos sobre as razões de adesão dos jovens politicamente envolvidos e a influência que os laços familiares podem ter na militância, levantaram uma questão importante e que decorre da constatação da cada vez maior dificuldade dos partidos para atraírem e manterem os seus membros, o que comporta o risco de se tornarem em conchas dominadas por políticos profissionais e profissionais de eleições incapazes de assegurarem a conexão entre governantes e governados (Cross e Young, 2008: 349)³⁰. A observação dos números do declínio no final da primeira década do século XXI, usando como pontos de partida os trabalhos de Katz *et al.* (1992) e de Mair e van Biezen (2001), confirmou que o declínio foi de tal forma acentuado que terá inclusivamente deixado de ser um indicador relevante da capacidade organizacional (van Biezen *et al.*, 2012).

Uma outra forma de se estudar a militância é a partir da distinção entre os lados da procura e da oferta. A procura (*demand-side*) privilegia as razões de ordem estratégica ou organizacional que levam os partidos a necessitar de militantes (ex: campanhas, formação de listas, composição de órgãos internos, realização de tarefas da organização). A perspectiva pela oferta (*supply-side*) tem em vista a leitura que se possa fazer a partir das razões que conduzem as pessoas a aderir, ou, como escreve Webb, “*stemming from the social changes which make citizens reluctant to join parties*” (Webb, 2002b: 450). Estes diferentes modos de análise também conduzem a diferentes conclusões. A contagem de efectivos, desde logo, pode ser feita privilegiando-se um desses lados. Confiando-se na procura e recorrendo aos números fornecidos pelos partidos, ou dando primazia à oferta e conduzindo inquéritos, entrevistas e questionários para que os próprios digam se são militantes³¹. Mas também o declínio da militância pode ser visto por esses dois prismas com explicações diversas. Visto do lado das lideranças partidárias poderia ter como resposta que estas considerassem a adesão de militantes como um recurso ineficaz e ineficiente numa perspectiva eleitoral. Do lado da oferta

³⁰ “*If parties are increasingly unable to attract and retain youth members, they are at risk of becoming shells dominated by electoral and political professionals without an activist corps to provide the important linkages between civil society and those who govern*”(Cross e Young, 2008: 349).

³¹ No Capítulo IV ver-se-ão as questões que essas contagens levantam.

poderia resultar do facto de se assistir a um crescimento de factores de desinteresse dos indivíduos pela adesão que conduzisse a esse resultado (Scarrow, 1996). Ao colocar-se a questão neste termos, aquilo que está a ser relevado é o plano de análise antecipado por Katz (1990) quando perspectivou as mudanças ocorridas com a militância na Europa numa relação custo/benefício para os partidos e para os militantes, o que a terá tornado menos atractiva para ambos. Os cidadãos teriam encontrado alternativas à militância, enfraquecendo a relação psicológica com os partidos. Mais do que uma forma de ligação dos partidos à sociedade, este autor recorreu ao conceito para o enfatizar como instrumento da organização partidária no estabelecimento da ligação entre candidatos e eleitos, por um lado, e a massa desorganizada do público (Katz, 1990: 143). Ao destacar os custos da militância na perspectiva do partido, num momento em que as necessidades económicas obrigaram o partido a tomar medidas, vistas como impopulares junto dos militantes e geradoras da quebra de laços, Katz sublinhou a modificação do sentido da *linkage* presente no modelo tradicional dos partidos de massas. Isto tê-los-á levado a interessarem-se mais por partilhar os recursos e a atenção das campanhas com o eleitorado em geral, num contexto de cada vez maior volatilidade, do que em se preocuparem com a retenção dos seus membros (Katz, 1990: 145). Scarrow pontuou que os dois lados (oferta e procura) apresentam explicações pertinentes ao nível da organização do partido para justificar a militância como solução para os problemas da acção colectiva. Também como um recurso para aqueles que nela investem, mas essas perspectivas devem ser separadas quando em causa estiver a explicação das razões de uma mudança, porque origens distintas geram explicações diferentes no longo prazo (Scarrow, 2015: 15). A distinção entre *supply-side* e *demand-side* também se encontra em Seyd e Whiteley quando se trata de dar explicações para a queda dos números da militância. No primeiro caso, estes autores apresentaram três razões principais que se reconduzem à competitividade do mercado político, à falta de tempo das pessoas devido às pressões competitivas e às mudanças socio-económicas e demográficas. Já a explicação na perspectiva da procura residirá na menor necessidade dos líderes recorrerem aos militantes, seja para se financiarem, seja para se organizarem e mobilizarem eleitores (Seyd e Whiteley, 2004). A evolução verificada nos partidos permitiu encontrar mudanças dos dois lados, pelo que olhar só para um deles seria insuficiente para explicar as alterações ocorridas, designadamente nos partidos de massas tradicionais (Scarrow, 1996).

Estas perspectivas de abordagem da militância nem sempre estiveram presentes sob uma forma sistematizada, até porque a militância não existia como sub-capítulo autónomo de estudo, apresentando-se integrada em trabalhos sobre a participação política (Verba e Nie, 1972; Ölsen, 1976; van Haute, 2011a: 9). O primeiro degrau de acesso à militância é a adesão e esta assentava em duas realidades distintas: na participação, por um lado, e nos partidos políticos, por outro (van Haute, 2009: 167). Por esta razão, a falta de autonomia da militância partidária conduziu a que, numa primeira fase, fosse geralmente abordada, tal como a participação, numa perspectiva de estudo predominantemente quantitativa e meramente descri-

tiva³², utilizando duas categorias de medidas: subjectivas (por declaração dos indivíduos) e objectivas (baseadas em respostas dos partidos).

A militância vista deste modo tem muito a ver com a forma como tradicionalmente se analisavam os partidos. Nos EUA, V. O. Key (1958) distinguiu três perspectivas de análise das funções clássicas destes. Uma primeira (i) colocava-se ao nível do eleitorado, o que de certo modo também explica que as primeiras referências à adesão formal a um partido remontem aos estudos americanos e apareçam associadas à inscrição para o voto nas primárias (van Haute, 2009: 42). Uma outra perspectiva situar-se-á (ii) ao nível organizacional, nesta se compreendendo o estudo da forma como os partidos se estruturavam internamente, como se articulavam e funcionavam os seus órgãos e como se preparavam para a participação nos momentos eleitorais. A (iii) terceira perspectiva apresenta-se como de natureza funcional por estar ligada à participação do partido nas instituições de governo de um país ou território. Estas funções, disse-o Fiorina ao debruçar-se sobre a realidade estado-unidense, continuam a ser consensuais (Fiorina, 2002: 94), mas remetem-nos para os três níveis de análise de Katz e Mair. Estes autores também distinguiram no estudo dos partidos um primeiro nível correspondente ao partido no território ou “*on the ground*”. Depois, num plano superior, segundo nível, colocar-se-á o partido-organização, centrado nas instituições ou no “*public office*”, e no lugar de topo ficará o partido no governo ou no “*central office*” (Katz e Mair, 1994). O partido no território é o partido na arena eleitoral, também designado como primeiro nível de análise ou de análise *micro*. É neste nível que os autores têm vindo a tratar as questões relativas ao desalinhamento partidário, à volatilidade eleitoral e às mudanças verificadas no que concerne à militância, muito embora este último aspecto possa ser igualmente considerado quer como faceta da legitimidade na arena política, quer como um dos meios atinentes ao partido-organização (Webb, 2002, Seyd and Whiteley, 2004). A perspectiva funcional de Key corresponderá, *grosso modo*, à primeira das vertentes (3.º nível) de Katz e Mair.

3. DA IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA DO DECLÍNIO AO ABANDONO

Apesar de, como Fillieule refere, o chamado *turnover*, isto é a substituição de um membro por outro, ser um traço permanente das organizações políticas, a investigação de aspectos como a manutenção do empenho e o abandono dos partidos foram descurados, o que se pode compreender tendo em atenção que os ex-membros, por definição, já não estão no partido. Os partidos não mantêm ficheiros sobre estes, o que torna mais difícil a investigação, exigindo-se que se vá à sua procura (Fillieule, 2010).

Foi fundamentalmente a partir da década de 60 que começaram a desenvolver-se os primeiros estudos sistemáticos sobre a militância, mas só com a década de 80 se tornou possível encontrar um maior e mais completo conjunto de trabalhos visando em especial o declínio

³² “[T]out comme dans le cas de la participation politique, (...) les premières études sur l’adhésion se révèlent de nature essentiellement descriptive” (van Haute, 2009).

e abandono da militância³³. Duverger já o notara quando apontou as dificuldades inerentes à falta de dados disponibilizados pelos partidos e a baixa fiabilidade dos fornecidos por estes, sublinhando a necessidade de estudos sistemáticos que dessem um conhecimento mais profundo das variações numéricas e das suas razões (Duverger, 1976: 138-151).

Bartolini e von Beyme foram dois autores que procuraram colmatar essa lacuna. O primeiro analisando a evolução dos números nos partidos socialistas e sociais-democratas europeus recorrendo a valores absolutos e relacionando-os com as percentagens de eleitores inscritos (taxa de adesão) e com a de votantes (taxa de militância), para concluir que nalguns casos houve estagnação e noutros declínio (Bartolini, 1982). Von Beyme (1982), por seu turno, abordando a evolução dos números da filiação no quadro da transformação organizativa operada nos partidos alemães após a II Guerra Mundial e apresentando dados comparativos entre os partidos alemães e italianos (liberais, socialistas e comunistas).

Bartolini recordou o papel que os partidos tiveram no alargamento do sufrágio e no aumento da participação, chamando a atenção para o desempenho fundamental dos militantes no desenvolvimento e estruturação da política de massas e que a relativa ausência de estudos nesta área se devia ao facto de não se ter dado atenção ao trabalho dos militantes (Bartolini, 1982: 242). Este autor notou uma alteração de perspectiva dos partidos, em parte resultado de uma mudança na forma de comunicação entre os partidos e os eleitores devido aos novos canais de comunicação, mas também a mudanças no Estado, como o desenvolvimento do Estado social. Este preencheu funções de educação, protecção e ajuda social e legal, alterando o modelo de financiamento dos partidos, o que, segundo ele, desvalorizou algumas das suas funções tradicionais e a participação dos militantes. Esta mudança, no entender de Bartolini, acaba por recomendar um aprofundamento da recolha de dados a nível nacional, facilitadora do conhecimento do objecto e da análise comparada, atento o papel crucial da militância para se avaliar a deterioração, a revitalização ou a transformação da ligação entre os partidos de massas e a sociedade (Bartolini, 1982). A profunda estatização dos partidos, em função das mudanças organizativas verificadas, teve repercussões ao nível do seu financiamento, traduzido num aumento do peso dos fundos estaduais e na menor importância das contribuições dos filiados (von Beyme, 1982).

Para além da estagnação no crescimento e de uma diminuição da capacidade organizativa em razão de um maior insucesso da mobilização, um dos aspectos relevados por von Beyme reporta-se à não verificação, no seu entendimento, das teses de Michels e Weber quanto à crescente burocratização dos aparelhos partidários devido à falta de gente disponível para aderir aos partidos, fenómeno paralelo a uma crescente desilusão com a sua actuação, a

³³ Declínio e abandono são realidades diferentes mas cujo estudo se complementa, não se afigurando razoável a criação de compartimentos estanques entre um e outro para o respectivo estudo. Uma tendência de declínio pode ter origem num aumento dos eleitorados sem acréscimo de militantes, na saída dos existentes em situações de estabilidade dos eleitorados ou num aumento de novos membros inferior aos que em cada ano saem ou são abatidos. Nas duas últimas situações, as análises deverão ser realizadas em conjunto.

um aprofundamento da desideologização e a uma menor homogeneidade social. Para von Beyme, muitos dos fenómenos indiciadores de um declínio dos partidos poderiam representar a longo prazo uma mudança do seu papel (von Beyme, 1982). Embora já então constatada, a tese da decadência não deveria ser objecto de generalização, pois que se era certo que “em muitos sistemas decaiu o grau de densidade dos partidos do final dos anos setenta aos oitenta, e também decaiu o número absoluto de membros”, não seria menos certo que, com excepção das democracias mais jovens da Europa do Sul (Espanha, Grécia e Portugal), ao tempo ainda em fase de consolidação, havia países, como a República Federal da Alemanha e a Suécia, onde não seria possível afirmar com segurança que havia uma descida do número de militantes (von Beyme, 1986). Fazer assentar a tese da decadência apenas nos números da filiação – o critério mais recorrente – e no grau de densidade, traduzir-se-ia, na perspectiva deste autor, numa insuficiência. Em seu entender existiriam outros indicadores através dos quais se manifestaria a vitalidade dos partidos. Porém, as considerações de von Beyme estão datadas, e a evolução posteriormente ocorrida, mercê dos dados recolhidos nos anos seguintes, encarregar-se-ia de colocar em xeque as suas dúvidas e conclusões.

Sundberg abordaria o fenómeno do declínio da militância em termos comparativos entre a Dinamarca, a Finlândia, a Suécia e a Noruega, colocando especial ênfase no primeiro caso. Sem pôr em crise as conclusões preliminares de outros trabalhos, e assentindo com a conclusão de que o declínio da militância na Europa era um fenómeno das democracias ocidentais contemporâneas, o autor referiu que as respostas dadas para a tendência de declínio dos militantes – assentes genericamente numa correlação entre o sucesso eleitoral e os esforços da militância, numa mudança de estilo das campanhas e na “*desmassificação*” dos partidos – seriam inadequadas para explicar declínios consideráveis e drásticos como na Dinamarca (Sundberg, 1987). Muito embora confirmasse uma variação geral na densidade, com tendência de descida, com excepção do que respeitava à Bélgica e à RFA, Ware também sublinhou que em nenhum país se registaram subidas nos níveis de militância que de algum modo fossem comparáveis à dimensão do declínio no Reino Unido e na Dinamarca, assinalando a falta de estudos que comparassem a tendência de declínio com os níveis de activismo nos partidos (Ware, 1996: 72-73).

Katz colocaria em causa a continuidade da complementaridade que os partidos de massas desempenhavam até então como impulsionadores da participação e do desenvolvimento dos serviços proporcionados pelos Estados. Apoiado numa análise a 9 países europeus e 29 partidos, para o período 1945/1984, Katz assinalou um declínio apreciável do *ratio* membros/eleitores (M/E) para cerca de duas dezenas desses partidos, notando uma mudança de posição dos partidos e seus líderes, mas também dos cidadãos, quanto à utilidade e a relação custo/benefício da militância, o que decorreria das alterações societais, nomeadamente ao nível da comunicação, que transformaram os partidos de aparelhos da sociedade civil em instrumentos dos Estados, fazendo com que organizações de cidadãos passassem a ser mais organizações de dirigentes (1990). O estudo de Katz seria continuado pelo próprio e

outros autores (Katz *et al.* 1992) através de um aprofundamento da dimensão comparativa para o período entre 1960/1990, mas os resultados obtidos, tirando os colapsos verificados na Dinamarca e no R.U. ainda não permitiam que se falasse claramente de uma tendência de declínio à escala europeia. Só mais tarde, com a actualização dos números levada a cabo por Mair e van Biezen (2001), é que se confirmaria uma acentuada tendência de declínio para 13 democracias estabelecidas do velho continente, entre os anos 80 e 90. Embora sem avançarem grandes explicações para as razões da queda, estes autores sublinharam o paralelo verificado entre o declínio da militância verificado nos partidos com outras formas tradicionais de “*mediação institucionalizada*”, como as igrejas ou os sindicatos, constatação que permitia ver desenhar-se um modelo de menor apetência para a participação enquadrada em partidos por parte dos indivíduos, tendência que poderia corresponder ao abandono do modelo dos partidos de massas e a novas formas de socialização e participação política (Mair e van Biezen, 2001). Esse modelo de menor apetência pela participação em partidos não deixaria de se fazer sentir nos números do abandono. Se as pessoas perdem interesse na participação dentro dos partidos, não vão perder tempo a inscrever-se para manterem ou engrossarem os números da militância.

Isto mesmo acabou por ressaltar do trabalho de Marc Hooghe *et al.* (2004). Com base num estudo sobre o papel de recrutamento das organizações juvenis dos partidos belgas e centrado sobre os desafios que a estes se colocavam em matéria de recrutamento, evidenciou-se que o declínio dos filiados nestas organizações seria ainda mais rápido e mais acentuado do que nos partidos. O declínio nas organizações juvenis está em linha com os números do declínio noutros países (Alemanha e Suécia), confirmando-se que uma das fontes de recrutamento dos partidos “*is drying up*” (2004: 207). Uma menor adesão dos mais jovens, ao mesmo tempo que os partidos envelhecem e as gerações de militantes mais velhos não são substituídas por novas entradas de mais jovens, também contribuirá para um decréscimo das taxas de filiação, tornando plausível a continuação da sangria no futuro.

Na Grã-Bretanha, onde se verificou uma queda acentuada dos números da militância nos três maiores partidos (Keen, 2015), acompanhada de uma diminuição dos níveis de activismo, o aumento das dificuldades de recrutamento tem sido atribuído a uma maior pulsão individualista e às mudanças sócio-económicas (Seyd e Whiteley, 2004). Seyd e Whiteley desenvolveram uma abordagem da militância recorrendo à lição de Hirschman e a uma adaptação do respectivo modelo para se perceber as razões do abandono e do declínio da participação, de onde ressalta ser a militância uma forma de participação de alta intensidade responsável pelo reforço da legitimação política do partido e o sucesso eleitoral (Seyd e Whiteley, 2002). As razões que levam à adesão poderão, contudo, não ser as mesmas que contribuem para a permanência e para manterem a motivação, nem idênticas às que estarão na decisão de abandono.

As mudanças ocorridas nos trabalhistas ingleses e o declínio ocorrido após 1997, levaram Pemberton e Wickham-Jones (2013) a debruçarem-se sobre o Labour. Uma das suas

conclusões foi a de que apesar de se terem verificado ingressos substanciais houve uma falha na retenção dos militantes. Razões ambientais e contextuais poderão explicar alguma coisa, eventualmente outras mais haverá, mas a transformação do partido numa entidade fortemente metropolitana e centralizada poderá tê-lo levado a adaptar-se e desenvolver-se num sentido diferente do anterior modelo do partido de massas (Pemberton e Wickham-Jones, 2013). A recente injeção de membros em partidos escoceses (Scottish National Party e Greens), na sequência do referendo de 2014, poderá por isso parecer ilusória, afigurando-se compreensível que num contexto de reconhecido declínio, o acréscimo de militantes verificado na Escócia leve alguns autores a interrogarem-se sobre o seu sentido e continuidade (Bennie *et al.*, 2016).

O caso dinamarquês, cuja queda no *ratio* M/E entre 1960/2000 foi de 15%, também constituiu objecto da análise de Kosiara-Pedersen, que partiu do conceito de militante tal como é entendido pelos partidos representados no Folketinget, isto é, “*party members are defined as formally enrolled, dues-paying individuals*” (2009). Recentemente, num dos raros trabalhos versando potenciais razões de abandono, conduzido no universo das organizações juvenis dinamarquesas, notaria que existem múltiplos estudos sobre a adesão, designadamente sobre incentivos e razões para esta, perante a quase total ausência de trabalhos sobre o abandono (Kosiara-Pedersen, 2016). Este facto tornar-se-ia mais inexplicável por, aparentemente, ser mais fácil a um partido reter um membro do que recrutar novos (2016). Um dos aspectos mais interessantes do estudo foi que em vez de teorizar sobre os motivos que levam ao abandono, construindo uma teoria para depois ser testada, Kosiara-Pedersen conduziu um inquérito em que formulou explicitamente a questão de saber *com base em que motivos os militantes equacionavam o abandono*, estabelecendo o paralelo entre o papel das organizações juvenis, cujas funções em muitos aspectos são similares às dos partidos nas democracias representativas, apurando quatro ordens de razões que podem ditar o abandono: (i) pessoais, em relação às quais a organização nada pode fazer; (ii) relativas à inactividade, por falta de apelo da organização, ausência de interesse ou tempo; (iii) insatisfação com a própria organização e a sua cultura política; e, (iv) desentendimentos políticos com a organização de juventude e/ou o partido. A novidade foi que a partir das respostas assim obtidas tentou validar através de dados quantitativos as razões resultantes das respostas dadas à pergunta anterior. Com excepção da idade, inaplicável aos partidos, Kosiara-Pedersen concluiu que os motivos que levam à saída das organizações juvenis podem ser semelhantes aos que levam ao abandono dos partidos. Por outro lado, os que estão há menos tempo e participam menos têm tendência a sair mais depressa, e as divergências políticas não conduzem ao exercício da voz mas à saída. A forma como os membros são recebidos e participam, como a sua voz é ouvida, contribui para a permanência, enquanto que a existência de grupos organizados, cliques, e a falta de *responsiveness* da organização não ajudam à retenção (Kosiara-Pedersen, 2016).

W. van Schuur e Vöerman (2009) alertaram para o problema de alguns partidos terem dificuldade em encontrar membros activos suficientes para ocuparem os lugares e desem-

penharem as funções necessárias nos diversos órgãos internos, enfatizando os números da queda – em 30 anos (1978-2008) os partidos holandeses perderam cerca de 1/3 dos militantes (de 457.000 para 307.000) não sendo as entradas suficientes para compensarem as saídas, como ocorreu em 2007 quando apenas 21000 militantes substituíram os 29000 que escolheram o caminho da saída –, e colocando a questão de saber por que razão os eleitores hão-de tornar-se membros de um partido, de certo modo retomando algumas dúvidas iniciais de Katz (1990). A investigação conduzida através da Internet junto de ex-membros, membros e potenciais membros de oito partidos holandeses, na sequência de um relatório do DCPD (*Dutch Council for Public Policy*), procurou respostas sobre os motivos para a entrada e saída dos partidos. De acordo com estes autores, inquirir o declínio da militância resume-se a duas questões: “1. *Porque não há mais eleitores que se tornem membros?*”; e “2. *Porque saem tantos?*”. A natureza das respostas obtidas podia decorrer de duas ordens de razões: com ênfase no indivíduo ou no partido. Houve quem manifestasse desagrado com o pagamento de contribuições apesar de contribuir também para outras entidades, apurando-se que 58% dos que saíram eram membros de outras organizações. O baixo nível de confiança gerado pelos partidos, vistos como incompetentes, desonestos e pouco fiáveis, levou estes autores a referirem que os partidos não se podem limitar a apontar factores externos como causais do abandono, mas que deviam olhar para si próprios. As divergências ideológicas dos ex-membros foram assinaladas como um dos factores conducentes ao abandono, assim como o peso das oligarquias internas e a dificuldade de acesso ao círculo decisório, o que geraria sentimentos de frustração conducentes ao abandono. Os resultados obtidos permitiram-lhes deixar o alerta de que a continuação da erosão afectaria os alicerces da democracia parlamentar, arriscando a própria legitimidade do sistema (van Schuur e Vöerman, 2009).

Este problema da legitimidade, tanto do partido, como do sistema, que surge aqui associado ao declínio e ao abandono, foi estudado por Keman, que colocou em relevo o tandem entre a performance democrática dos partidos e a legitimidade, vista fundamentalmente como o resultado dessa performance aos olhos do público, numa perspectiva de satisfação e confiança. Os resultados sugerem que desde a década de 90 o egoísmo do comportamento dos partidos, mais preocupados com o seu próprio interesse, e uma política não-responsiva feriram progressivamente os níveis de legitimidade (Keman, 2014). Esta não deixará de ser equacionada perante os alvos da análise de Mazzoleni e Vöerman (2016) e as questões (*Do parties still have to rely on members in order to play their intermediary role? Do they need a party on the ground?*) colocadas face aos partidos “sem-membros” (*Freedom Party* holandês e a *Lega dei Ticinesi* suíça), exemplos da radicalização de um modelo de democracia competitiva assente numa perspectiva *top-down* que vê na militância activa uma ameaça à estabilidade do sistema. É aspecto diferente daquele que aqui se coloca e que, podendo em tese discutir-se, afigura-se extemporâneo em relação à maioria dos países sem que ocorra previamente uma alteração das leis (constituições, sistemas eleitorais, partidos).

O esvaziamento dos partidos em termos de militantes não permite de imediato concluir

haver aí uma indicação do seu declínio no *public office* ou um declínio puro e simples. Os membros podem ser uma opção em atenção ao fim prosseguido pelo partido (Scarrow, 2015: 17), não tendo sido a sua diminuição que impediu o fortalecimento dos partidos no *public office* (Katz e Mair, 2002). Os resultados até agora obtidos sugerem que o declínio da militância pode afectar a complexidade e a centralização do poder dos partidos, com impacto na sua organização, podendo essa afectação não ser idêntica em relação a todos quando individualmente considerados ou se agrupados por famílias (Kölln, 2014). Com menos militantes os partidos poderão ser conduzidos a aliviarem o peso das suas organizações (*downsizing*), tornando-as menos burocratizadas, e ao mesmo tempo tentados a reforçarem as componentes locais e regionais para aumentarem a sua *responsividade*. Mas também podem ser tentados a reforçar a organização, a adaptá-la e expandi-la, aproximando-se do Estado para compensarem a perda de militantes. Tudo dependerá da contingência de outros factores como o nível de institucionalização e a idade do partido, a dimensão do partido face aos outros contendores existentes no sistema, a complexidade do modelo original ou do próprio financiamento (Tan, 1997). Os estudos de Kölln sobre os efeitos do declínio da militância na Europa, pelo número de partidos (47) e países (6) analisados, apresentam alguns dados que merecem saliência e que levantam interrogações. Michels chamara a atenção para o efeito que a dimensão da militância podia ter na organização partidária, pois quanto maior fosse o número de membros, maior seria a tendência para a formação de uma oligarquia, cuja expressão máxima residiria na sua lei de ferro, que arrastaria o reforço do poder dos dirigentes, em detrimento dos militantes, e uma expansão e burocratização da organização (Michels, 2001). Kölln recorda que, para Blondel, quanto mais membros o partido tiver menos empenhados serão, e maiores os riscos para a unidade do partido, o que sugere uma maior profissionalização, um aumento de complexidade da estrutura organizativa e uma adaptação em razão do crescimento (Kölln, 2015). Os resultados de Kölln, em teoria, reforçam a ideia de que, em geral, o declínio do número de membros conduz a um aumento de dimensão da organização e a uma maior aproximação ao Estado, o que em si é compatível com a ideia de que desse modo os partidos reforçam a sua posição entre o Estado e os cidadãos, levando-os a procurar uma maior proximidade à subsidiação como fonte de rendimento. Um outro efeito decorre de um decréscimo da filiação com um aumento de regulação, mas o maior problema que daqui resulta situa-se noutro ponto. Um partido que perde militantes está a perder um dos seus recursos mais importantes, aquele que estabelece a *linkage* com o eleitorado. Se perante uma situação de declínio, os partidos se preocupam mais em aproximarem-se do Estado do que das suas bases, isto pode significar que se estão mais preocupados em cooperar entre si por razões financeiras em defesa dos seus interesses do que com os daqueles que representam, isso tornará difícil compatibilizar essa preocupação com uma genuína competição para obter os votos dos eleitores (Kölln, 2015). Saber se por detrás da evolução verificada não estaria uma mudança de actividades dos partidos e de motivações dos militantes foi questão colocada por Heidar e Saglie (2003). Uma diminuição das actividades dos partidos que dependem

da oferta e da procura poderá também trazer consequências ao nível da participação e da representação, tornando a via do partido menos viável para prossecução dos interesses que representa, desse modo se aliviando as pressões da organização sobre as lideranças. As lideranças podem mudar o *central office* e orientar o partido em determinada direcção, mas sem gente no terreno será difícil concretizar mudanças. Um declínio acentuado da militância pode não bastar para mudar a organização (Heidar e Saglie, 2003).

As abordagens tradicionais avançam com razões para o declínio e o abandono que colocam a tónica nos níveis *meso* e *macro*, ignorando-se que é ao nível *micro* que se decidem as questões relativas à participação. Ao nível individual é que o cidadão decide participar ou abster-se num acto eleitoral, aderir ou abandonar um partido. A decisão que cada um tome vai necessariamente reflectir-se nos números da participação – eleitoral ou partidária –, o que traz consequências em matéria de organização, legitimidade das instituições e da própria democracia. As dificuldades de recrutamento e retenção de militantes podem radicar num aumento da pulsão individualista, que afasta os cidadãos de formas de participação colectiva, e em mudanças sócio-económicas que tornem mais difícil o recrutamento (Seyd e Whiteley, 2004).

As abordagens tradicionais não permitem obter as respostas necessárias, uma vez que não descem ao cerne do problema, isto é, às motivações individuais. Neste movimento se insere a afirmação de que não obstante serem hoje mais bem conhecidos os perfis dos militantes, poucos autores se focaram nas questões levantadas pelo “desengajamento” (*disengagement*). Saber quem deixou os partidos e por que razões o fez continua a aguardar explicação (Amjahad e Vieira, 2010). As explicações até agora dadas continuam controversas e apoiam-se em perspectivas *macro* – mudanças sociais, individualismo, secularização, alteração do padrão social e enfraquecimento dos laços sociais – e *meso* – explicações ligadas à organização dos partidos, à profissionalização, personalização e influência da comunicação social, que contribuíram para uma certa “desnecessidade” dos militantes nos partidos – que ignoram uma abordagem ao nível dos próprios indivíduos. Daí que, partindo das lições colhidas em Seyd e Whiteley, que recorreram às categorias de Hirschman (*exit, voice and loyalty*) e à chamada “sociologia do desengajamento”, bem como ao trabalho de Granik (2003), Amjahad e Vieira sentiram-se encorajados a considerar que o abandono não seria “nem um facto exclusivamente político, se sublinhadas as dissensões, nem exclusivamente um resultado da redução de incentivos, se analisados os motivos habituais da participação” (2012), sublinhando a necessidade de se alargar a investigação ao nível *micro* (van Haute 2009), de certa forma confirmando a asserção de que da soma das experiências individuais, para lá das consequências sobre os partidos, resultariam sequelas para o sistema político (Heidar, 2006).

CAPÍTULO III

A METODOLOGIA: CAMINHOS E OPÇÕES

“Rather than committing themselves to one methodology as a matter of principle or dogma, we believe that social scientists should choose an approach, a methodology and specific methods appropriate to the questions they are asking.”
(Porta e Keating, 2008: 322)

1. INTRODUÇÃO

A revisão de literatura realizada no capítulo anterior delimitou dentro do universo da Ciência Política a área de pesquisa deste trabalho, referindo-se quais as principais motivações que lhe estão subjacentes. Com este capítulo pretende-se responder a uma preocupação fundamental de qualquer trabalho científico e que consiste em dar a conhecer os métodos de pesquisa usados na investigação, clarificando quais aqueles a que se recorreu, esclarecendo sumariamente os dados que serão considerados e desvendados nos capítulos seguintes, bem como o porquê das decisões de investigação.

Decorre do que já se referiu (cfr. Introdução), que este trabalho se reveste de carácter exploratório, pretendendo-se com a investigação esclarecer quais as razões que conduzem ao abandono da militância partidária. Este desiderato resulta da formulação da opção de base consistente em se buscarem os motivos que se escondem por detrás da saída dos militantes dos partidos, contribuindo para o seu esvaziamento. Ou seja, descobrir o que determina em concreto a desistência da militância de uma organização para onde se entrou voluntariamente.

A natureza exploratória³⁴ do trabalho justifica que esta investigação não contenha, ao contrário do que acontece noutros estudos, a formulação de hipóteses (Mahoney, 2007: 124)³⁵ às quais no final, e depois de analisados os dados recolhidos, se dariam respostas. Como se viu na revisão de literatura, sobre as razões do abandono da militância, praticamente não existe informação em Portugal. A maioria da existente respeita a estudos sobre entradas nos partidos, números e perfis dos militantes e delegados. Estes estudos, contudo, afiguram-se importantes do ponto de vista de perceber as razões da adesão, configurando a outra face do abandono e podendo contribuir para o apuramento dos motivos deste último (Wagner, 2016; vd. infra Capítulos IX e X). Trata-se de desbravar caminho sobre o abandono dos partidos, apresentando a visão dos ex-militantes.

Como ensinaram Caelli *et al.*, o investigador qualitativo tem o dever de fornecer todos os detalhes sobre o estudo e a forma como o problema se abordou, de maneira a que os destinatários possam analisar correctamente o trabalho realizado, em termos tais que qualquer

³⁴ “The objective of exploratory research is the development of hypothesis rather than their testing, whereas formalized research studies are those with substantial structure and with specific hypothesis to be tested” (Kothari, 2009: 4)

³⁵ “(...) qualitative methodology offers its own various tools for framing research questions and formulating testable hypotheses” (Mahoney, 2007: 124)

leitor esteja em condições de fazer uma avaliação da pesquisa (Caelli *et al.* 2003: 8-9). Assim, e com o presente capítulo, decorrendo da opção inicial quanto ao método principal de recolha de dados, abrir-se-á uma secção destinada a fazer o enquadramento teórico das opções metodológicas, a que se seguirá a apresentação dos dados a que se recorreu, com destaque para a entrevista. O capítulo fechará com uma breve secção sobre o modo como os dados foram analisados.

2. RAZÕES PARA AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Classicamente, há duas formas de fazer investigação em Ciência Política. Uma primeira assenta na análise quantitativa, parte dos números e recorre a métodos estatísticos. Baseia-se em aspectos específicos dos fenómenos para obter descrições gerais, testa hipóteses causais e modelos que possam ser replicados e utilizados por outros investigadores. Um outro método consiste em recorrer à chamada investigação qualitativa, susceptível de permitir diversas abordagens e cobrir uma área vasta em que por definição nenhuma se filia em medidas numéricas, havendo a tendência de se focar num único acontecimento ou num pequeno número de situações (King, Keohane e Verba, 1996: 3-4). Hyde esclareceu a razão por detrás da opção entre o recurso a métodos quantitativos e a métodos qualitativos, referindo que as metodologias qualitativas procuram explicar o particular, mais do que “encontrar perfis gerais”, pois buscam-se respostas que permitam obter conclusões que evidenciem as particularidades do caso (Hyde, 2000).

Por outro lado, Subileau (1981) identificava dois modelos de aproximação ao estudo da militância, contrapondo aos modelos estruturais os modelos de base empírica. Para esta académica, o estudo dos modelos estruturais só interessaria ao estudo da militância na medida em que as definições tipológicas dos partidos dependiam do tipo de militantes recrutados, constituindo maior preocupação dos investigadores o conhecimento da história, da organização e da estrutura de poder dos partidos.

Em contrapartida, o estudo dos modelos empíricos assentava na realização de questionários e inquéritos através dos quais se procurava traçar o perfil dos militantes, fundamentalmente através das perspectivas sociológica, sociodemográfica e psicológica (Subileau, 1981: 1047). Através destas procurava-se fazer luz sobre as “condições sociais do militantismo”, designadamente a idade, o sexo, a posição ou origem social, destacando-se os “universos ideológicos, culturais, e as representações dos militantes” (Jardin, 1994: 38-43). Aquilo que neste trabalho importou não foi tanto conhecer esse tipo de dados. Ao invés, procurou-se obter explicações para um fenómeno que respeita ao abandono da militância, um dos aspectos menos tratados pela literatura da militância nos partidos, havendo desde logo que escolher a metodologia que seria seguida para concretização desse objectivo.

Em atenção ao tipo de pergunta que esteve na base da presente investigação, a opção por uma recolha de dados de natureza qualitativa afigurava-se como a mais adequada. As respostas que se procuravam obter estavam mais relacionadas com o “*why and how*” da acção do

que com o “*what, where and when*” (Bray, 2008: 299). Recordando o que Fontana e Frey escreveram, entrevistar é “um dos caminhos mais comuns e mais poderosos que pode ser usado para tentar compreender os seres humanos nossos semelhantes” (Fontana e Frey, 1994: 361). Esta solução afigurava-se adequada aos objectivos, o que não constituindo novidade face à natureza do trabalho, era compaginável com a opção tomada (Kothari, 2009: 14-20)³⁶.

A utilização de metodologias qualitativas na investigação em Ciência Política, por outro lado, não tem tido a atenção merecida, apesar da entrevista ser a melhor ferramenta para esclarecer em que medida “*factores subjectivos influenciam a decisão política*”, bem como para apurar “*as motivações dos envolvidos e o papel de agenciamento em momentos importantes*” (Rathbun, 2010). Talvez por isso já P. Norris referisse ser a utilização de metodologias qualitativas a que introduz uma maior riqueza e profundidade (2002: xiii), apresentando-se a entrevista como fundamental para estabelecer as motivações e as preferências, constituindo o mais directo e objectivo método do arsenal qualitativo:

“sem a compreensão dos desejos, até mesmo o mais rigoroso argumento racionalista não será falsificável se se limitar a inferir preferências do comportamento observado e de um conjunto de constrangimentos situacionais escolhidos” (Rathbun, 2010)

O privilégio concedido à entrevista não esgotava, todavia, o tipo de dados que se entendeu ser de utilizar.

Se é correcto afirmar que a recolha de dados qualitativos tende a ser “*open-ended*” sem que haja respostas de antemão pré-determinadas (Cresswell, 2014: 14), e que a recolha de dados de natureza quantitativa se apresenta como fechada, no sentido de que à partida já existe um leque de questões e de respostas fixadas, como sucede na maioria dos inquéritos, então não custa admitir que a possibilidade de combinação dos dois métodos seria susceptível de enriquecer a informação recolhida. Tal como salientado por Cresswell (2014: 14), todos os métodos têm virtudes e fraquezas, pelo que havendo a hipótese de combiná-los, e desde que à partida não se excluam mutuamente, haverá possibilidade de se obterem resultados mais completos através da “*triangulação*” de dados (Jick, 1979)³⁷.

Foi o que se tentou fazer através da utilização dos dados de inquéritos a delegados e militantes e do recurso aos dados constantes das bases a que se acedeu, de certo modo correspondendo às preocupações que Tashakkori e Teddlie introduziram no debate metodológico na década de 90 e que foram postas em destaque nas décadas antecedentes por vários cientistas sociais (Vidich Shapiro, Reiss, McCall e Simmons e outros). Estes argumentavam que os dois métodos tinham a ganhar um com o outro, devendo os utilizadores de métodos

³⁶ “*Exploratory or formulative research studies do not start with a problem or hypothesis, their problem is to find a problem or the hypothesis to be tested* (Kothari, 2009: 20).

³⁷ “*Triangulation is broadly defined by Denzin (1978: 291) as “the combination of methodologies in the study of the same phenomenon.” The triangulation metaphor is from navigation and military strategy that use multiple reference points to locate an object’s exact position* (Smith, 1975: 273). *Given basic principles of geometry, multiple viewpoints allow for greater accuracy.*” (Jick, 1979: 602)

qualitativos procurar sistematizar as observações, utilizar técnicas de amostragem e desenvolver esquemas quantitativos para codificação de dados complexos, dessa forma trabalhando para um aumento do grau de confiança na generalização dos resultados (Jick, 1979: 604). Este último aspecto voltou a ser recentemente enfatizado por Tashakkori e Teddlie que recordaram ser um pressuposto essencial da utilização de métodos mistos na investigação social e comportamental a possibilidade potencial de se “fornecer uma melhor (mais vasta, mais credível) compreensão do fenómeno sob investigação do que uma abordagem dicotómica do tipo qualitativo/quantitativo”. Em consequência, o recurso a este método de trabalho apresentará “oportunidades mais robustas para delinear políticas e práticas que concretizem mudanças positivas” e, por outro lado, aproximará o investigador dos que resolvem problemas humanos (Tashakkori e Teddlie, 2010: 272-273).

Do conjunto de características referidas por estes autores em relação à utilização de métodos mistos, evidencia-se em primeira linha o eclectismo metodológico, visando permitir a escolha, admite-se mesmo que intuitiva, das melhores técnicas para dar resposta ao que se pretende. Mas igualmente um paradigma plural, ou seja, de que a norma não impõe que à resposta a cada problema corresponda um único método, podendo ser vários os adequados (Teddlie e Tashakkori, 2012).

3. A ENTREVISTA

Neste ponto importa prestar alguma atenção à entrevista, já que não obstante o que se vem de referir foi este método de recolha de dados que se considerou axial na investigação. A própria entrevista envolve uma escolha, implicando que o investigador, também quanto a este ponto, defina o caminho que pretende seguir.

Autores como Qu e Dumay, recordando os ensinamentos de Alvesson, identificaram três perspectivas teóricas para enquadrar as entrevistas, um dos caminhos qualitativos possíveis, como método de recolha de dados. Neopositivismo e romanticismo são as duas primeiras, privilegiando-se, respectivamente, o estudo dos factos e o estudo dos significados. A terceira perspectiva é designada na literatura anglo-saxónica como localismo. Enquanto aquelas procuram utilizar os entrevistados como veículos para as respostas, tratando-os como epistemologicamente passivos, o localismo pretende romper com as perspectivas tradicionais, desafiando os pressupostos, aquisições e objectivos dos que pretendem utilizar os entrevistados como instrumentos. Para o localista, a entrevista será uma oportunidade para explorar o sentido do tópico de investigação para o entrevistado, mas também um espaço definido que será analisado e servirá para posterior apresentação de um resultado (Qu e Dumay, 2011: 240-241). A cada uma das referidas perspectivas corresponderá um desenho de entrevista, já que esta poderá ser estruturada, semi-estruturada ou não-estruturada (*unstructured*) (Qu e Dumay, 2011).

A entrevista estruturada visa confrontar o entrevistado com a situação de ter de se pronunciar sobre um conjunto pré-determinado de questões ao qual corresponde um conjunto

limitado de respostas. Este tipo de entrevista estandardizada e extremamente estruturada (Gall, Gall e Borg 2003, citados por Tuner III, 2010:755), corresponde a uma rigidez, do tipo questionário, onde há pouco espaço para o investigador e o entrevistado se aventurarem por outros caminhos que fujam ao que foi definido logo de início, com excepção dos raros casos em que uma resposta do tipo *open-ended* possa ser introduzida (Fontana e Frey, 1994).

No extremo oposto encontra-se a entrevista não-estruturada, cujas raízes se poderão buscar em Booth quando em 1886 realizou o levantamento das condições sociais e económicas dos londrinos. Mas como referem Fontana e Frey, também em Du Bois (1899) e R. S. Lynd (1929), entre outros, e num conjunto de trabalhos dedicados ao estudo da psicologia levados a efeito pela Escola de Chicago, onde se combinou observação, análise de documentos e entrevistas. Todavia, foi em especial com Becker e Everett, após a II Guerra Mundial, que a etnologia sociológica e os estudos etnográficos ganharam impulso decisivo. Ao tempo, o expoente estaria na obra *The American Soldier*, de Samuel Stouffer, que encontraria acolhimento em Lazarsfeld e Robert Merton (Fontana e Frey, 1994: 362-363). Bayard de Volo e Schatz chamaram a atenção para o uso que a etnografia faz dos métodos de investigação qualitativos e para a necessidade de aproximá-los da Ciência Política:

“we must employ tools that uncover, rather than presuppose, individuals’ motivations and behaviors. By examining how actors themselves view the myriad political situations in which they are involved, we bring to the fore their influence on political outcomes, constrained as it is by structural facts” (Volo e Schatz, 2004: 268)

Depois, segundo estes autores, ao dar-se a palavra aos insiders e obtendo-se os seus pontos de vista pode-se conseguir uma explicação para os resultados comportamentais e, em terceiro lugar, algumas formas de competição política articulam-se directamente com a auto-percepção, dando como exemplo para este último caso as dinâmicas que envolvem afirmações de pertença em determinados tipos de grupos que sobressaem nalgumas comunidades pelo seu carácter étnico, religioso, racial, nacional ou de género:

“competition should not be reduced to group demographics and membership in one or another identity group; it is also about what membership in one or other group is understood to mean and how these meanings influence interests and behaviors” (Volo e Schatz, 2004: 268)

A entrevista não-estruturada tem estado associada à *open-ended ethnographics interview*, que alguns autores diferenciam entre *in-depth* (ou etnográfica) e observação participante (Fontana e Frey, 1994: 365). Enquanto que a entrevista estruturada obedece a um *script* completo, “onde não há lugar para a improvisação” (Myers e Newman, 2007), a entrevista não-estruturada parte de uma relação informal mais ou menos próxima entre o investigador e o participante, em resultado de uma interacção natural entre ambos e a partir da qual serão geradas as perguntas, sem que exista um elenco ou uma categorização preliminar das perguntas que possa limitar a investigação (McNamara, 2008, citado por Turner III, 2010). Fontana e Frey explicam a diferença entre ambas com o exemplo dos trabalhos de campo de

Malinowski, que alinha tópicos e não usa perguntas fechadas (1994: 366). Para Flick, está-se perante um tipo de entrevista em que as oportunidades emergem espontaneamente, muitas vezes de surpresa a partir de contactos de campo, e em que a definição do enquadramento espacial e temporal “*is less clearly delimited than in other interview situations, where time and place are arranged exclusively for the interview*” (Flick, 2009: 169).

Entre os dois tipos extremos situa-se a entrevista semiestandardizada (Flick) ou semiestruturada que corresponde a um tipo menos informal do que a não-estruturada e mais flexível do que o primeiro tipo (Gall *et al.* 2003, citados por Tuner III, 2010). Normalmente, o investigador faz-se acompanhar de um guião onde elenca os tópicos, sendo cada um deles introduzido de forma mais ou menos aberta, encerrando com perguntas mais directas que podem ser respondidas pelo entrevistado com base na experiência e conhecimento que possui (Flick, 2009: 156).

As principais críticas inerentes aos dois modelos que se vem de referir, traduzidas num caso em excesso de rigidez e no outro por uma excessiva latitude e flexibilidade em resultado da própria ausência de estrutura, levaram à opção pelo tipo intermédio, o qual, além do mais se ajusta melhor ao perfil de alguns entrevistados que pela sua formação, estatuto e experiência política aconselhavam a que fossem tratados como fazendo parte de uma elite e, como tal, exigindo cuidados redobrados quanto à escolha do tipo de entrevista (a este propósito cfr. o que escreveram, entre outros, Harvey, 2010, 2011, e Tracy, 2007, 2013).

O desenho de entrevista escolhido procurou, por isso mesmo, dar a maior liberdade possível aos entrevistados, criando a oportunidade para que estes relatassem sem constrangimentos as suas opções, experiências e o processo de formação das decisões de abandono³⁸. De acordo com esta opção, o entrevistador limitar-se-ia a introduzir as questões pertinentes, solicitando depois aos entrevistados o respectivo desenvolvimento, deixando amplo espaço para que por sua iniciativa aqueles pudessem relatar o seu percurso, os factos que entendessem úteis à compreensão e, se assim o desejassem, introduzissem assuntos não contemplados que considerassem relevantes e conexos com o tema. Um modelo destes teria, noutra perspectiva, a virtualidade de evitar que as entrevistas derivassem para temas laterais, distintos daqueles que balizaram o projecto e condicionaram a investigação. Assim, seria possível obter uma certa uniformidade das respostas dos entrevistados, o que facilitaria a elaboração de quadros que resumissem o essencial da informação recolhida.

Quanto a esta foi privilegiada a recolha pessoal dos depoimentos, com o que se pretendia obter maior espontaneidade. Os indivíduos não tinham todos as mesmas experiências. Cada um possuía as suas expectativas e um dos objectivos que sempre se procurou foi o de que

³⁸ “*It is generally advised, for example, to avoid asking elites closed-ended questions because they do not like to be confined to a restricted set of answers: ‘Elites especially – but other highly educated people as well – do not like being put in the straightjacket of close-ended questions. They prefer to articulate their views, explaining why they think what they think.’* (Aberbach and Rockman, 2002: 674)” (Harvey, 2011: 434)

fossem os entrevistados a avançar com as suas razões e vivências pessoais, circunscrevendo-se a intervenção do entrevistador ao essencial.

De certa forma, em causa estava perceber-se o que Lecomte designou como a “dinâmica complexa dos factores interactivos” (1989), só que aqui não circunscritos à mobilização partidária, visto que se pretendia também atingirem-se as lógicas subjacentes ao abandono. Isto é a apreensão do “universo das motivações e significações pessoais investidas pelos actores”, conseguindo compreender “a rede de determinantes e de influências de um ambiente social específico estruturante das suas orientações no campo político” (Lecomte, 1989: 684).

De modo a não condicionar o sentido das respostas dos entrevistados, equacionou-se a elaboração de um pequeno guião (vd. Anexos) que visaria apenas situar os entrevistados para os temas que se gostaria de abordar, deixando depois ao seu critério o respectivo desenvolvimento, remetendo ao entrevistador o papel de procurar manter o discurso dentro do rumo traçado. A opção visou igualmente conferir flexibilidade suficiente ao entrevistado para que o desenho da entrevista lhe permitisse considerar os múltiplos aspectos do fenómeno em causa (Kothari, 2009: 33).

Não se sabendo à partida quanto tempo poderia ser utilizado por cada entrevistado³⁹, nem havendo regras fixas sobre essa matéria, após as primeiras entrevistas seguiu-se a experiência de Harvey (2011). Existe uma razão. A primeira entrevista desenvolveu-se ao longo de mais de duas horas. No seu início não foi feita qualquer advertência sobre o tempo previsível de duração. O resultado foi o entrevistado ter navegado ao longo do tempo pelas mais diversas questões, sem que do ponto de vista do tema em tratamento esse tempo se tivesse revelado totalmente profícuo quanto à recolha dos dados que interessavam. Nas duas entrevistas seguintes o figurino ainda foi esse, mas em virtude da personalidade própria dos entrevistados, o tempo concedido seria mais curto. A partir dessa experiência considerou-se fazer um ajustamento ao padrão das entrevistas, sendo introduzida logo de início a indicação do tempo previsível de duração, até para que os entrevistados, alguns particularmente atarefados nas suas vidas profissionais, se sentissem mais confortáveis e não ficassem com a ideia de que a entrevista se iria arrastar ao longo de horas tratando de todos os temas e mais alguns. A esta decisão correspondeu um maior intervencionismo do entrevistador de maneira a que a entrevista não resvasse para matérias fora do tema. Deste modo, os entrevistados passaram a ser alertados de que o tempo se quedaria por volta dos 40/45 minutos, mas admitindo-se que pudesse prolongar-se até à hora se necessário. Durante este período procurar-se-ia obter o máximo possível de dados dos entrevistados, sem prejuízo destes desenvolverem o

³⁹ “It is not clear (...) how long is most appropriate for conducting interviews. In part, this is because it depends, (...), on the characteristics of the interviewer and interviewee, the time, location, as well as the context of the interview. Ostrander (1993) found that her interviews typically lasted an hour and a half. Stephens (2007) also found that an average interview lasted the same amount of time, but the length varied significantly from one interview to another, from nearly three hours to less than one hour. My own experience is that interviews with elite subjects were significantly shorter and often around 45 minutes in length.” (Harvey, 2011: 436)

seu raciocínio, explanando razões, ideias e preocupações sem constrangimentos excessivos, sempre que entendessem fazê-lo e sem que se desviassem demasiado do tema central, de maneira a poderem-se equilibrar os objectivos visados com a investigação e com a predisposição dos entrevistados para colaborarem e relatarem as suas experiências pessoais.

Na prática, o tempo de gravação durou entre um mínimo de 18 minutos e um máximo de 2:15 horas. A extensão do tempo verificada nalguns casos também foi tributária da experiência de militância dos entrevistados. Isso reflectiu-se na circunstância de, em relação aos mais experientes, percebido que estivesse o sentido da conversa e cientes dos objectivos da entrevista, se dispusessem a pegar nos temas e a espontaneamente desenvolvê-los.

O mini-guião utilizado visava fundamentalmente, num primeiro momento, apurar dados pessoais, entendendo-se como tais os relativos à identificação, idade, habilitações, percursos profissional e político-partidário. Depois, a abordagem aos ex-militantes fez-se pelo apuramento das razões para a adesão, circunstâncias em que esta ocorrera, reconstrução do respectivo percurso militante, das suas vicissitudes, do modo como a sua militância foi exercida, curando-se de saber qual o tempo que por aqueles a esta era dedicado, qual o seu conhecimento de programas, estatutos e regulamentos, bem como conhecer os factos marcantes desse percurso. Nesta fase visou-se compreender o tipo de militância do entrevistado, inserindo-o na nossa própria construção tipológica (Capítulo V), de maneira a que fosse posteriormente mais fácil, através dessa cedência ao passado, a compreensão das razões que ditaram o abandono.

Terminada esta fase, entrou-se então no detalhar dos motivos do abandono, procurando-se iluminar os momentos marcantes que o tivessem projectado, saber da duração do processo, da eventual existência de várias fases e, por fim, das respectivas consequências, o que se tratou de apurar nos planos pessoal e profissional.

No final da entrevista deixou-se espaço para que os entrevistados completassem ou corrigissem afirmações, expondo as suas conclusões sobre a experiência vivida, clarificando se ao abandono tinha correspondido um afastamento da actividade política ou não, se tinha havia continuação de qualquer outra actividade cívica de intervenção, indagando-se da possibilidade desses ex-militantes voltarem a militar num partido político.

Definido o tipo de entrevista que iria seguir-se, iniciou-se a pesquisa dos potenciais entrevistados, tentando que a escolha fosse suficientemente alargada de modo a permitir a inclusão de ex-militantes de todos os partidos com assento parlamentar, sem descartar a possibilidade de haver outros que pudessem vir a ser agregados, pois que o facto do partido em que militaram no momento não ter representação parlamentar não deveria ser uma limitação à recolha do depoimento. Esta opção revelou-se compensadora. Desde logo porque se encontraram indivíduos com experiência de militância e intervenção política mais disponíveis para relatarem as suas vivências do que ex-militantes de partidos que mantinham representação parlamentar. A esta razão acresceu uma outra que se prendia com a circunstância dos partidos em que militaram terem entretanto desaparecido (ASDI, PRD), o que os terá levado a

um maior conforto no relato das vivências por que passaram. A abertura do leque inicialmente definido prende-se também com uma outra razão: é que estando em causa o estudo do abandono da militância e o apuramento das razões para esse fenómeno, chegou-se à conclusão de que não é por um partido não ter assento parlamentar, ou deixar de o ter na sequência de uma eleição, que a militância deixa de ser exercida ou que o partido se fecha à militância. Embora se possa discutir se o facto de um partido ter representação parlamentar, contribuir para uma solução de governo ou estar mesmo no poder não poderá constituir um factor de atracção ou retracção da militância. De qualquer forma, são numerosos os exemplos de partidos que nunca tiveram assento parlamentar e que mantiveram ao longo dos mais de quarenta anos de democracia da III República uma intervenção constante, participando nos processos eleitorais, a nível nacional, autárquico e regional, graças a uma aguerrida e efectiva militância por parte dos seus membros. Exemplo disto é o PCTP/MRPP, que fundado em 1970, antes da instauração do actual regime, atravessou todas as suas fases sem nunca ter conseguido eleger um deputado para o Parlamento.

A preocupação inicial no sentido de se conseguir um leque de entrevistados que respeitasse a percentagem de representação mínima de mulheres na formação das listas para eleições legislativas europeias e autárquicas, fixada pela Lei n.º 3/2006⁴⁰ em 33,3%, saiu defraudada, visto que não foram encontradas ex-militantes nessa proporção que se tivessem mostrado predispostas a serem entrevistadas. Foram poucas as identificadas e ainda menos as que deram seguimento aos contactos efectuados.

Este desequilíbrio na repartição de género não se reflectiu, apesar disso, em diferenças significativas nas respostas obtidas entre os homens e as mulheres entrevistadas. Em rigor, muitas das razões avançadas tanto para a adesão como para a saída foram, como se verá, semelhantes e comuns aos dois sexos, mas não foi possível confirmar se esse equilíbrio nas respostas se deveu ao escasso número de mulheres da amostra ou a outras razões.

Registe-se ainda que houve a preocupação, à semelhança do que sucedera com a procura de equilíbrio entre homens e mulheres, de se enquadrar nas entrevistas ex-militantes mais activos com outros menos activos⁴¹, ex-militantes com projecção pública com outros sem essa projecção, desconhecidos da opinião pública e dos *media*, e também ex-militantes que foram dirigentes com simples militantes de base. Estes últimos, quando identificáveis, difíceis de localizar, por pouco conhecidos, o que tornou difícil, por vezes inviabilizou, a obtenção de endereços de contacto e números de telefone que facilitassem a aproximação.

Nalguns casos aproveitaram-se contactos pessoais com terceiros para se conseguir chegar à fala com os potenciais entrevistados. Houve mesmo ocasiões em que foi a realização de uma entrevista que abriu a porta a outras, corporizando o efeito de bola de neve, mercê de recomendações feitas pelos que acabavam de ser entrevistados.

⁴⁰ Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21/8, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 71/2006, de 4 de Outubro.

⁴¹ Sobre os critérios vd. Capítulo V.

Não foi estabelecido um limite mínimo para o tempo de militância dos entrevistados, admitindo-se como válidos todos os testemunhos. As entrevistas realizaram-se entre Setembro de 2014 e Junho de 2016, num total de 21, duas via *skype* por não ter havido possibilidade de encontro pessoal com os entrevistados. As restantes ocorreram em Lisboa, Estoril, Setúbal, Alcoutim, Vila Real de Santo António e Macau.

Algumas entrevistas ficaram inviabilizadas por haver ex-militantes que recusaram ver o seu nome na lista dos entrevistados, nem mesmo sob pseudónimo, e fornecer dados considerados indispensáveis (por exemplo: data de nascimento, estruturas do partido em que militaram, identificação do período de militância) para se garantir a seriedade e fidedignidade da informação recebida. E houve quem só se mostrasse disponível para responder por escrito. Nestes casos procedeu-se ao envio por correio electrónico de uma ficha com as questões que se gostaria de ver abordadas. Foi expressamente pedido que as respostas fossem dadas pela ordem apresentada e de acordo com aquilo que primeiro lhes viesse à mente, em termos tais que o resultado pudesse vir a ser equivalente ao que se obteria com as entrevistas pessoais. Sugeriu-se, inclusivamente, que as respostas fossem gravadas num ficheiro áudio, o qual seria depois transcrito, com o que se procurava evitar que perdessem mais tempo do que o necessário com uma entrevista ao vivo. Os resultados foram sofríveis e não foi possível aproveitar nenhuma das respostas devido à incompletude da informação prestada.

Realizaram-se dois tipos de entrevistas: a ex-militantes e aos partidos. As segundas visando obter informações quanto à sua organização e forma de tratamento dos dados, reforçar os obtidos e confrontar os partidos com o que as entrevistas aos ex-militantes revelasse, designadamente reacções aos processos de abandono, críticas e preocupações manifestadas ao longo do percurso pelos ex-militantes e quanto às razões que culminaram na saída. As entrevistas aos partidos visaram ainda a confrontação destes com algumas propostas mais recentes, fossem elas decorrentes dos processos de aprofundamento dos mecanismos de democracia directa e da abertura dos partidos a cidadãos não enquadrados pela militância ou de experiências realizadas noutros países ou por outros partidos e que pudessem vir a contribuir para uma melhoria do acesso à informação por parte de quem está de fora dos partidos e gostava ou tem necessidade de aceder àquela.

As entrevistas aos partidos políticos circunscreveram-se a cinco dos que possuem assento parlamentar, a saber:

- CDS-PP, representado por António Carlos Monteiro, deputado e ex-secretário-geral;
- PSD, representado por José de Matos Rosa, deputado e secretário-geral;
- PS, representado por Pedro Delgado Alves, deputado;
- BE, representado por Bruno Góis, membro da Mesa Nacional e do Departamento Internacional); e
- PAN, representado por Francisco Guerreiro, assessor e comissário para a organização.

Não foi possível falar com todos porquanto houve um partido que nunca respondeu a nenhuma solicitação (PEV), fosse por correio postal ou correio electrónico. E um outro (PCP),

tendo sido contactado através do endereço de correio electrónico na AR de um dos seus deputados mais destacados, aliás na sequência da pouca disponibilidade para colaborar manifestada na fase inicial de recolha de dados, não deu qualquer resposta à solicitação para uma entrevista. Registe-se quanto aos partidos ouvidos a sua total disponibilidade para responderem às questões colocadas e fornecerem os dados que lhes foram solicitados. No caso do BE os dados quantitativos da militância não foram fornecidos uma vez que estavam disponíveis na Internet.

A transcrição era depois remetida para os entrevistados para correcção de imprecisões e revisão. Nalguns casos houve lugar a pequenas alterações e correcção de excessos decorrentes da oralidade. Noutros não foi recebido qualquer comentário às transcrições enviadas. O produto obtido e que serviu de base à análise resultou deste conjunto de circunstâncias. Esta informação obtida directamente junto dos entrevistados completou-se com alguns dados sobre os temas recolhidos avulsamente através da imprensa e da Internet. Entre estes referiram-se algumas cartas de desfiliação às quais foi dada divulgação pública e que se considerou serem relevantes para se comparar com os dados recolhidos nas entrevistas.

4. A NATUREZA DOS DADOS UTILIZADOS

A realização desta investigação implicou a utilização de dados de natureza diversa em função de cada umas das matérias tratadas e das diferentes análises efectuadas. Quer isto dizer que os dados disponíveis para as diversas abordagens poder-se-ão basicamente separar em cinco tipos: (i) dados de inquéritos; (ii) dados fornecidos pelos partidos; (iii) dados resultantes da legislação em vigor em Portugal e nos diversos países considerados na análise, (iv) estatutos e regulamentos partidários e (v) entrevistas. Os primeiros são também conhecidos como dados subjectivos, os restantes como dados objectivos (van Haute, 2011a: 11). Quer num caso quer no outro impõe-se alertar para algumas contingências.

Os dados obtidos em inquéritos podem ser colhidos directamente pelo próprio investigador junto da população ou serem o resultado da recolha junto de bases de dados que reúnam um conjunto significativo de elementos em resultado da agregação de esforços e do produto de sinergias internacionais. Neste tipo de inquéritos pergunta-se aos inquiridos se são membros de um partido. Entre as críticas a este método tem-se assinalado um número reduzido dos que respondem à questão, o tamanho reduzido das amostragens e, nalguns casos, a dificuldade de compreensão do conceito de membro ou filiado (van Haute, 2011a: 11).

Pese embora os inconvenientes que têm sido assinalados aos inquéritos, a começar pela falta de vontade dos inquiridos para colaborar (Widfelt, 1995), que pode traduzir-se na falta de sinceridade das respostas, por vezes mesmo na total ausência de resposta, esta solução tem sido utilizada em numerosos trabalhos, uma vez que os dados têm-se mostrado relativamente fiáveis ao longo dos anos e o universo de indivíduos abrangido é elevado. Por tal razão têm sido vários os autores que se têm socorrido dos dados existentes nessas bases (Scarrow e Gezgor, 2010; Whiteley, 2011; van Haute, 2011a, 2012; Scarrow, 2015), apesar deles não

permitirem uma apreensão total da militância como uma relação ou processo dinâmico envolvendo duas partes (Gauja e van Haute, 2015: 200).

Os dados de inquéritos usados foram os compilados e disponibilizados pelo *European Social Survey* (ESS) e o Projecto MAPP (“Militantismo partidário e activismo político”, 2014)⁴². Estes últimos serviram num primeiro momento para revelarem os sinais de descontentamento dos delegados do PSD e dos militantes do PS, tornando-se depois cruciais para, conjuntamente com os obtidos nas entrevistas e recolhidos junto dos partidos, melhor se compreender o fenómeno observado e as razões que se escondem por detrás do abandono. Esta conjugação permitiu verificar até que ponto os dados constantes dos inquéritos são consistentes com os resultados conseguidos junto dos entrevistados e com as respostas dos partidos.

Outro recurso consistiu na utilização de dados disponibilizados pelos partidos. Esclareça-se, ainda, que quanto a estes foram fundamentalmente de natureza quantitativa, mostrando-se úteis para a apresentação de números actualizados em relação ao universo nacional. Mas também resultaram das entrevistas que se realizaram junto de interlocutores partidários com proximidade à organização e às questões relativas à militância. O recurso aos dados dos partidos não esconde a crítica que tem sido apontada a essa informação de apresentar sérios problemas de fiabilidade (Widfelt, 1995; Scarrow, 2015)⁴³, surgindo muitas vezes inflacionados, fragmentados, incompletos e com ausência de números totais (Delwitt, 2011). Não raro reflectindo uma realidade sem correspondência factual, por vezes devido à falta de actualização dos registos, noutros por se misturarem militantes activos com outros que deixaram de pagar quotas há largos anos, que faleceram ou que, entretanto, emigraram⁴⁴; sem esquecer situações em que militantes e simpatizantes são contados em conjunto (Montserrat Baras *et al.*, 2015: 20). Isto leva a que os números assim obtidos na maior parte dos países não sejam passíveis de controlo externo (Mair e van Biezen, 2001). A tendência para engrossar os números tornou-se, aliás, particularmente visível nas situações em que o financiamento dos partidos passou a depender do Estado e em que este passou a atribuir a cada partido contrapartidas em função do número de filiados apresentado (Seyd e Whiteley, 1992:

⁴² Coordenado em Portugal por Paula Espírito Santo (ISSCP, UTL), contou com a colaboração de Marco Lisi (UNL). O Projecto pretende olhar para a militância como uma relação entre a oferta e a procura, os militantes e a organização partidária, numa perspectiva dinâmica que permita apurar em que condições e como é que os partidos recrutam e mantêm os seus membros e o que acontece nos partidos depois da sua entrada, efectuando a ligação com o declínio da militância (www.projectmapp.eu).

⁴³ “*Internal records have several reliability problems, specially over-reporting by the parties and multiple membership by individuals. Parties may not have the time to keep their records intact, particularly as reporting membership figures depends on local organization*” (Widfelt, 1995:138). Em relação a Portugal, escreveu Scarrow: “*Even parties with national membership databases can be more or less conscientious about removing lapsed members from files. (...) [H]aving a central membership database does not guarantee that a party has accurate records.*” (Scarrow, 2015: 81)

⁴⁴ As quotas, como se verá no capítulo VII, não são para todos os partidos um critério relevante, apesar de, para a maioria, constituírem um critério de afirmação da militância e o cumprimento de uma obrigação estatutária.

14-15). Actualmente, a melhoria dos sistemas informáticos e um maior controlo dos partidos, em parte também como consequência do financiamento público, conduziu a que os registos se aproximassem da realidade. De qualquer modo, essa aproximação não constitui ainda uma garantia da fiabilidade dos números obtidos por essa via. Nessa medida, o uso desses dados para efeitos analíticos deverá ser feito com cautelas, cruzando-se o que se tem com o que seja possível obter através de outras fontes (inquéritos). Os dados dos inquéritos e os fornecidos pelos partidos acabam, de certa forma, por se validarem mutuamente (Widfelt, 1995:142), complementando-se. Foi isso o que também se procurou fazer.

Para se dar uma panorâmica da situação actual da militância na Europa recorreu-se, quanto aos números, a dados já apresentados e tratados por diversos autores, que aqui se compilaram e compararam. Quanto à perspectiva jurídico-legal recorreu-se aos textos constitucionais e leis de partidos. O Projecto *Party Law* (www.partylaw.leidenuniv.nl) foi outro dos recursos utilizado, ajudando a completar e eventualmente corrigir a informação recolhida. Ao dar-se uma imagem global da militância na Europa, tanto ao nível dos números como numa perspectiva legal, criaram-se as condições para que depois fosse possível fazer o confronto com a situação portuguesa recorrendo aos mesmos instrumentos. A análise da forma como a militância é tratada pelos diversos partidos portugueses com assento parlamentar recorreu aos estatutos e regulamentos internos de cada partido.

Quanto ao núcleo fundamental deste trabalho, concentrado nos três últimos capítulos, as entrevistas (vd. Anexos) forneceram os dados necessários às razões do abandono.

5. A ANÁLISE DOS DADOS

Os dados quantitativos recolhidos através do ESS visaram fundamentalmente apurar as taxas de militância na Europa para o período 2020-2010, tendo servido para elaboração do quadro 4.2 constante do Capítulo IV. Os dados quantitativos fornecidos pelos partidos foram colocados em quadros por referência aos anos, completando os previamente elaborados com base na informação existente antes da obtenção daqueles dados

No que diz respeito aos dados constitucionais, legislativos e regulamentares foi feita uma análise ao conteúdo dos instrumentos jurídicos na perspectiva da militância, a qual envolveu uma abordagem por frequência de termos e substantiva envolvendo uma apreciação da natureza e alcance das referências (cfr. Capítulos VI e VII).

Relativamente aos dados dos inquéritos a delegados e filiados do Projecto MAPP escolheram-se as variáveis que se considerou serem as mais adequadas ao apuramento dos sinais de descontentamento, obtendo-se a partir daí os números e as percentagens que constam dos quadros do Capítulo VIII.

Quanto às entrevistas, depois de transcritas foi feita a leitura do conteúdo respigando os dados relativos à identificação dos entrevistados, idade, sexo, partido, tempo de militância, cargos exercidos dentro e fora do partido, isto é, cargos desempenhados por eleição ou nomeação mas dependendo de indicação deste. Seguidamente apuraram-se as razões de ade-

são e do abandono, classificando e agrupando o que de pertinente se extraía das entrevistas de acordo com as matrizes classificatórias adoptadas (cfr. Capítulos IX e X).

CAPÍTULO IV

ABANDONO DA MILITÂNCIA NA EUROPA E EM PORTUGAL: ANÁLISE LONGITUDINAL E COMPARADA

1. INTRODUÇÃO: OS ANTECEDENTES

Este pequeno capítulo tem uma função muito específica no conjunto deste trabalho, visto que apresentará uma panorâmica global da evolução da militância nos principais países da Europa e em Portugal, com uma amostragem do *ratio* M/E em Portugal e em Espanha⁴⁵, concluindo-se com a evolução dos números da militância entre nós.

Pouco anos antes de se fechar a cortina do século XX, alguns autores começaram a observar a sedimentação de um crescente descontentamento com a actividade política, reflectida num aumento da desconfiança nos políticos e nas instituições dos sistemas democráticos (Dalton, 1999; Pharr e Putnam, 2000; Torcal, 2003), plasmado em relação aos partidos políticos no que alguns autores chamaram de “*strong and consistent decline in the gross numbers*” (Mair e van Biezen, 2001). Apesar dos números globais poderem não dizer grande coisa sobre as flutuações e as dinâmicas intra-partidárias (van Schuur e Vöerman, 2009: 1), é inequívoco o declínio em relação a mais de uma dezenas de países (Scarrow, 2015: 72), sendo a percepção deste facto que confere maior pertinência à necessidade de conhecer as suas

⁴⁵ Uma análise dos números da militância pode ser feita fundamentalmente sobre três perspectivas, a saber: (i) pelo número bruto, total ou absoluto de militantes (M), que Duverger designa por “taxa de adesão” (Duverger, 1951); (ii) pelo número total de militantes relativamente ao número de votantes/eleitores num partido (M/V); ou (iii) pelo número de militantes face ao número total de eleitores recenseados (M/E), também designada por “densidade partidária” pelo seu criador (Bartolini, 2000).

O simples critério do número total de militantes pode ajudar a adquirir uma ideia sobre a dimensão do partido num determinado país, ou seja, numa perspectiva individual, como lhe chamaram Katz, Mair et al. (1992: 330), e permitirá saber como evoluiu num determinado quadro temporal esse partido no país em que opera. Isto é, se ao longo dos anos cresceu, se encolheu ou se manteve-se estável. Esse critério, no entanto, é pouco útil do ponto de vista comparativo. A diferente dimensão de cada país e as circunstâncias próprias da vida política nacional não permitem extrapolações, inserindo factores de divergência que não podem ser sopesados da mesma forma. Não faz sentido comparar os números absolutos de um partido em Portugal com os de um partido na Alemanha ou em Itália porque a dimensão do país, o número de habitantes e de eleitores é muito diferente. De qualquer modo, a este critério quantitativo se recorrerá quando se abordarem especificamente os partidos portugueses para o efeito de serem comparados.

Mais utilizado como meio de standardização de valores entres países, o segundo critério é considerado um indicador de penetração (ou encapsulação) mas, como também foi sublinhado (Katz e Mair, 1992: 331), esse indicador distorce a realidade na medida em que parte do pressuposto que cada partido tem um eleitorado fixo, o que não corresponde à verdade e é facilmente verificável pela análise dos resultados obtidos pelo mesmo partido em diversos actos eleitorais.

O terceiro critério é aquele que apresenta maiores virtualidades no estudo comparado ao introduzir um factor de correcção decorrente do controlo da dimensão do eleitorado, para depois proceder à transformação dos números brutos numa percentagem em função da evolução do eleitorado. Este indicador “não depende das diferenças dos resultados eleitorais obtidos” (Lisi, 2011: 77). Por este último, não só se torna possível a comparação entre partidos dentro de um mesmo país, como se viabiliza a comparação entre diferentes países, permitindo observar a sua evolução ao longo do tempo e confrontando cada uma das unidades políticas estaduais que se tenha em vista. O indicador M/E foi o aqui escolhido, em detrimento de outros, uma vez que este indicador coloca em evidência a relação entre o número total de militantes e a dimensão dos eleitorados.

reais causas.

Com o final da II Guerra Mundial e o restabelecimento na Europa da normalidade no funcionamento das suas instituições, assistir-se-ia a um incremento dos números da militância, mas a partir de meados da década de 80 tornou-se indisfarçável a existência de uma tendência geral de declínio em relação a vários países. Por exemplo, na Bélgica, em 1949, havia cerca de 300.000 militantes, que em 1987 atingiram 654.762. A partir daqui o declínio foi contínuo até se registarem em 2007 apenas 388.148. Também o *ratio* M/E passou em 1946 de 11,11% para 4,81% em 2010 (van Haute, 2015: 39). Evolução idêntica ocorreu na Alemanha, onde depois de um período de recuo entre 1949 e 1961, os números da militância foram em crescendo até atingirem o seu pico em 1990. Após este ano iniciou-se o declínio que levou a uma redução dos números entre 1991 e 2013 de 2,2 milhões para 1,3 milhões. O *ratio* M/E que era de 4,3% em 1987 reduziu-se até 2,3% em 2007 (Spier e Klein, 2015: 91-92). Noutra democracia consolidada, a Holanda, entre 1978 e 2008 houve uma queda de 1/3 no número de membros dos partidos (van Schuur e Vöerman, 2009), embora entre 2006 e 2012 o número de membros tivesse sido superior a 2002, fenómeno explicado pela ascensão e assassinato de Pim Fortuyn (den Ridder *et al.*, 2015: 141). De qualquer modo, o *ratio* M/E holandês registou uma queda de 13,9%, em 1948, para os referidos 2,5% em 2012. Este cenário repetiu-se em termos ainda mais acentuados no Reino Unido, onde o *ratio* M/E saltou de 10,6%, em 1952, para 0,9%, em 2012, e o número total de militantes que era superior a 3,5 milhões reduziu-se a cerca de 500.000 (Bennie, 2015: 174). Na Noruega a taxa de militância relativamente ao eleitorado (M/E) foi de 17% em 1955, reduziu-se para 13% em 1989, estando em 2012 situada em 5%, valor ainda assim alto para a média europeia (Heidar, 2015: 157).

A apresentação destes números tem levantado algumas dúvidas. Por vezes assinalam-se discrepâncias entre aqueles que são o resultado de dados objectivos e os resultantes de recolha subjectiva, além de que não só o tipo de dados é diferente como muitas vezes a recolha ocorre em diferentes períodos temporais, o que torna difícil eventuais comparações, em especial quando em causa estão dados subjectivos e o entendimento de quem responde não é uniforme (Ponce e Scarrow, 2011; Scarrow, 2015). Desde logo porque há diferenças entre os países e as democracias sobre a definição de militante, depois porque os ciclos eleitorais podem nisso ter influência (van Haute e Gauja, 2015: 12), não sendo a apreensão do conceito igual para todos, mas também porque em muitos países continua a ter uma natureza informal e fluída (Ponce e Scarrow, 2011, Scarrow, 2015: 84). Em todo o caso, pese embora as diversas definições de militante, as quais são também susceptíveis de variar em razão do tipo de partido (Seyd and Whiteley, 1992; Whiteley *et al.* 1994: 19; Duverger, 1976: 117), a definição de militante adoptada (vd. Capítulo II), e a que aqui de novo se recorre, é a que vem de Heidar (2006: 301). Por conseguinte, excluem-se deste núcleo as filiações colectivas, aliás na linha do que vem sendo seguido pela maioria dos autores (Widfelt, 1995: 137).

Não sendo possível a comparação directa entre os dados obtidos pelos autores em relação a diferentes países com os que actualmente constam de bases de dados, aqui será

apresentado o resultado a que aqueles chegaram (Quadro 4.1), por um lado, para depois se olhar para os números de uma das mais importantes bases de dados europeia assente em inquéritos (ESS) para verificar a evolução do *ratio* M/E (Quadro 4.2). A última secção deste capítulo contém todos os dados da militância relativos a Portugal recolhidos com a presente investigação, mas antes disso abre-se de imediato uma secção para dar conta das razões subjacentes à escolha dos países contemplados.

2. O UNIVERSO DOS PAÍSES ABRANGIDOS

Um ponto que merece esclarecimento para que se possa perceber a análise de que a seguir se dá conta, prende-se com o universo de países abrangidos. Sobre este ponto tomou-se por referência o primeiro trabalho de recolha de dados que abrangia a década de 60, da responsabilidade de Richard Katz *et al.* (1992). Seleccionaram-se os países aí presentes e procurou-se recolher nos estudos posteriores os dados relativos a estes mesmos países.

Alguns dos que aparecem nessa primeira recolha não figuram em todas as subsequentes. Por essa razão, num primeiro momento, decidiu-se restringir o universo de análise (Quadro 4.1) apenas aos países que figuravam em todas as recolhas apresentadas pelos diversos autores e bases de dados, de onde resultou a escolha dos seguintes: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, R.U. e Suécia. Outra razão prendeu-se com o facto de serem países com democracias enraizadas há largas décadas e também aquelas em que primeiro foi registado o fenómeno que aqui tratamos.

A este grupo inicial optou-se depois por agregar, para além de Portugal, que constitui a razão primeira deste trabalho, a Espanha e a França. Porque em relação a estes países ainda foram recolhidos dados que abrangem as décadas de 80 e 90, sendo possível a sua inclusão no Quadro 4.1. Quanto a Espanha igualmente por razões de proximidade geográfica, temporal e política, em atenção às datas de mudança de regime e implantação da democracia, e porque em relação a esse país se registou ter sido o único país europeu com um aumento linear e absoluto da militância entre 1976 e 2006 (Delwit, 2011: 34, e *vd. infra* Quadro 4.3). Mas, também, por ser muitas vezes objecto de estudos conjuntos ou associados a Portugal nos mesmos trabalhos em virtude da sua inserção no grupo das novas democracias (van Biezen, 2003; Delwit, 2011; Torcal 2003). O caso francês foi aditado a este núcleo pelo facto de ser também um país de referência no espaço europeu, uma velha democracia que poderia estar desde logo junta ao grupo inicial, e que tal como a maioria dos restantes inicialmente incluídos no trabalho de Katz *et al.* (1992) atravessou o conturbado período da II Guerra, tornando-se no primeiro país a ser objecto de um estudo aprofundado na obra de Duverger, país onde também os partidos de massas terão atingido o seu auge em termos europeus.

Verificou-se que se até determinada altura os dados seriam insuficientes, em razão do carácter juvenil dos estudos, nalgumas outras situações seria possível aceder a um universo de dados mais vasto, pelo que não faria sentido ignorar e omitir informação que está disponível.

Esta realidade conduziu a que se procedesse ao levantamento da situação da militância na

Europa em relação a todos os países que foram incluídos nas sucessivas levadas de inquéritos conduzidos no âmbito do ESS, entre 2002 e 2010, com o objectivo de se obter uma outra visão que complementasse a que resultava do Quadro 4.1 elaborado com base na informação dos autores. Os dados recolhidos do ESS serviram para elaboração do Quadro 4.2.

Quanto aos dados do ESS refira-se que o primeiro ano é 2002 porque foi esta a primeira vez que foram recolhidos dados sobre a militância. Importa ainda esclarecer que embora já haja dados posteriores a 2010, os inquéritos seguintes do ESS deixaram de conter a única variável que aqui foi considerada, isto é, a pergunta relativa à militância e que visava apurar se o inquirido era militante de um partido político no respectivo país⁴⁶.

Mas estes factos não invalidarão uma comparação entre os resultados a que se chegou no Quadro 4.1, em relação aos incluídos neste, por um lado, e entre os que figuram no Quadro 4.2. E isto sem prejuízo de no final se analisarem os países incluídos neste último quadro tendo como balizas temporais o período abrangido pelos inquéritos.

Em ambos os quadros a inserção dos dados obedeceu a uma ordem cronológica, colocando-se em primeiro lugar, no Quadro 4.2, os números obtidos nos vários trabalhos, juntando aos de Katz *et al.* (1992) os de, sucessivamente, Mair e van Biezen (2001), Norris (2001), a que se seguiram os dados constantes dos trabalhos de Scarrow e Gezgor (2010) e Lisi (2011), finalizando-se com a integração dos resultados de van Biezen, Mair e Poguntke (2012). Isto permitirá perceber as disparidades ou consonâncias entre os resultados obtidos.

Não se afigurando razoável a junção dos dados que constam do Quadro 4.1 com os do Quadro 4.2, este último restringiu-se à utilização e comparação dos indicadores obtidos nos inquéritos do ESS.

3. A EVOLUÇÃO DO *RATIO* M/E NOS ESTUDOS DOS AUTORES

Do conjunto de países (Quadro 4.1) verifica-se que foi na Irlanda e em Espanha que se verificou uma evolução do *ratio* M/E (Militantes/Eleitores) em sentido positivo. No caso irlandês, o primeiro indicador é de 1977 e o último de 2008, registando-se uma variação entre 1,23 e 2,03.

⁴⁶ Uma ressalva importante é que também aqui não há em relação a todos os períodos temporais dados referentes a todos os países. Alguns países estiveram presentes apenas nas primeiras levadas, outros só entraram mais tarde e alguns falharam duas ou mais levadas. No primeiro caso podemos referir a Áustria (ausente em 2008 e 2010). Quanto aos que só entraram mais tarde não havendo um marco inicial que permita comparações, há os casos da Eslováquia e Ucrânia (presentes só a partir de 2004), Bulgária, Chipre e Rússia (presentes só a partir de 2006) e da Croácia e Roménia (presentes só a partir de 2008). Relativamente à terceira situação anotem-se a Islândia (só com dados relativos a 2004), Israel (não incluído nas sondagens de 2004 e 2006), Itália (presente apenas na sondagem de 2002), Letónia (presente apenas na sondagem de 2008), Lituânia (presente apenas na sondagem de 2010), Luxemburgo (presente nas sondagens de 2002 e 2004) e Turquia (com dados somente de 2004 e 2008).

Quadro 4.1 – *Ratio* M/E (militantes/eleitores) em percentagem

	Áus	Bél	Din	Fin	Ale	Irl	Itá	Hol	Nor	Sué	UK	Por	Esp	Fra
1960			21,06							21,96				
1961		7,77			2,54				15,54					
1962	26,17			18,90										
1963							12,67	9,41						
1964			18,51							22,33	9,36			
1965		7,39			2,79				15,86					
1966	25,98		16,74	18,63							9,12			
1967								6,22						
1968		7,83	15,76				11,97			20,22				
1969					3,15				15,21		8,03			
1970	25,93			17,15					19,55					
1971	26,00	8,01	13,54					4,24						
1972				16,70	3,72		12,77	3,82						
1973			11,04						13,37	20,27				
1974		8,84									5,97			
1975	25,64		10,48	15,33										
1976					4,51		10,50			21,96				
1977		9,50	8,42			1,23		4,03	14,49					
1978		9,43												5,05
1979	25,42		7,72	14,93			9,82			23,49	5,26			
1980	28,48	8,97	7,30	15,74	4,53/ 4,52	5,00	9,66	4,29	15,35	8,41	4,12	4,9/ 4,87	1,70/ 1,20	1,9
1981		9,14	7,61			1,85		3,97	15,55					
1982						1,65		4,01		23,70				
1983	24,15			14,03	4,41		9,41				0,89			
1984			7,17											
1985		8,75							15,82	23,16				
1986	22,61							3,18						
1987		9,15	6,77	12,94	4,21	5,50	9,66				3,30			
1988			6,53							21,22				2,98
1989		9,15	5,88	13,52	3,89	5,28	9,10	2,75/ 3,19	13,54	8,00	2,63			
1990	21,77/ 23,71					4,86			13,13			5,10/ 5,08	2,00/ 2,07	1,5
1994	17,00													
1995		8,00	3,00	11,00										
1996					3,00									
1997						3,00	3,00		7,31/ 7,30/ 8,00	7,00	2,00			
1998			5,14/ 5,20	9,65	9,60	3,14/ 3,10	4,05/ 4,00		5,54/ 5,50/ 5,54	1,92				
1999	17,66/ 17,70	6,55/ 6,50			2,93/ 2,90									
2000								2,51/ 2,50				4,00/ 4,43	3,40/ 3,42	1,60/ 1,57
2006				8,08										
2007					2,3		5,57							
2008	17,27	5,52	4,13			2,03			5,04	3,87	1,21	3,82	4,36	
2009								2,48						1,85

Fontes: Preto - Katz et al.1992; Verde - Mair e van Biezen 2001, Laranja - Norris, 2001; Vermelho - Scarrow/Gezgor 2010; Roxo - Lisi 2011; Turquesa - van Biezen, Mair e Poguntke 2012.

Contudo, os valores intermédios nem sempre evoluíram do mesmo modo, sendo atingido um pico de 5,50 em 1987, e mais dois valores elevados, respectivamente, em 1979 e 1989, com 5,0 e 5,28, para depois se fixar no valor acima indicado de 2,03.

No caso espanhol, que foi o segundo em que a variação também foi positiva, os valores foram sempre em crescendo, a partir do valor inicial de 1,70 ou 1,20. Os valores seguintes registados foram de 2,0 e 2,07, ambos em 1994, e depois 3,40 e 3,42, em 2000, até se fixar no valor de 4,36, de 2008.

Pese embora os valores provenham de fontes distintas, as diferenças não são, crê-se, significativas, tornando-se fiáveis porque em qualquer um dos autores o sentido da evolução verificada foi idêntico, o que dessa forma adita uma conclusão unívoca quanto às alterações ocorridas.

Em todos os restantes casos, a evolução registada foi de sentido inverso, ou seja, de descida. Se nalgumas situações, apesar de tudo, a quebra verificada nos números do *ratio* M/E oscilou entre (valores aproximados) 2,54 (1961) para 2,30 (2008), no caso da Alemanha, 4,9/4,87 (1980) para 3,82 (2008) em relação a Portugal, de 7,77 (1961) para 5,52 (2008) na situação da Bélgica, e de 5,05 (1978) para 1,85 (2009) no caso francês, noutros países esses valores aproximados dispararam para diferenças substanciais e muito mais significativas durante o arco temporal considerado.

Deste modo, no que concerne a países que sempre apresentaram taxas de militância de partida mais elevadas, como será o caso da (i) Áustria, da (ii) Dinamarca, da (iii) Finlândia, da (iv) Itália, da (v) Noruega e da (vi) Suécia, verificaram-se alterações, respectivamente, das seguintes ordens de grandeza:

- (i) Áustria: de 26,17 (1962) para 17,27 (2008);
- (ii) Dinamarca: de 21,06 (1960) para 4,13 (2008);
- (iii) Finlândia: de 18,90 (1962) para 8,08 (2006);
- (iv) Itália: de 12,67 (1963) para 5,57 (2007);
- (v) Noruega: de 15,54 (1961) para 5,04 (2008); e
- (vi) Suécia: de 21,96 (1960) para 3,87 (2008).

Relativamente às velhas democracias da Holanda e do Reino Unido, embora as taxas de militância iniciais fossem inferiores a 10, sendo respectivamente no primeiro caso de 9,41 (1963) e no segundo de 9,36 (1964), as quebras, sem atingirem os valores da Suécia ou da Noruega, foram também bastante significativas em virtude de terem passado para os valores de 2,48 (2009), quanto à Holanda, e de 1,21 (2008), para o Reino Unido.

Em todos estes casos, com números apurados em diferentes estudos por parte de diversos autores, não se vislumbra a existência de factores de distorção nas conclusões a que se chegou e que confirmam o declínio. Conforme se pode verificar no Quadro 4.2, infra, pequenas oscilações intercalares no *ratio* M/E no sentido de uma tendência de subida também não alteraram o sentido globalmente negativo dos valores finais registados (Áustria, Bélgica, Alemanha, Itália, Holanda, Noruega, Suécia, Reino Unido, Portugal e França).

Isto é, aquela que foi a tendência de declínio registada pelos autores no Quadro 4.1 para um período que vai, grosso modo, de 1960 a 2009, encontra correspondência na evolução verificada entre 2004 e 2010, quanto às médias gerais do *ratio* M/E (de 3,9 para 3,2).

Nalguns casos é possível observar uma quebra mais acentuada em determinados períodos, como por exemplo em relação à Áustria, entre 1990 e 1994, à Alemanha, entre 1998 e 1999, à Itália, entre 1990 e 1997, à Holanda, entre 1963 e 1967, à Noruega entre 1989 e 1997 e entre 1997 e 2008, à Suécia, entre 1979 e 1980, depois repetida entre 1988 e 1989, e ainda ao Reino Unido, entre 1980 e 1983.

4. EVOLUÇÃO DO *RATIO* M/E NOS INQUÉRITOS ESS - 2002/2010

Visando dar uma imagem comparada, nesta secção colocam-se agora em confronto os valores médios das taxas de militância entre diversos países europeus, o que servirá para complementar a panorâmica da evolução dos números absolutos de filiados em relação a Portugal que será apresentada na secção 5.

Tendo presentes estes dados convém olhar agora para a evolução do indicador de variação da militância, constante do Quadro 4.2, cujos resultados foram compilados com base nos inquéritos do ESS entre 2002 e 2010.

Quadro 4.2 – Taxas percentuais de militância na Europa

	2002	2004	2006	2008	2010
Membro de partido	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Alemanha	3,3	2,7	4,1	3,1	3,4
Áustria	14	14,8	15,7	---	---
Bélgica	6,7	6,4	6,5	4,3	5,6
Bulgária	---	---	6,2	5,8	5,2
Chipre	---	---	17,5	14,1	11,1
República Checa	3,1	2,9	---	2,8	2,6
Croácia	---	---	---	13,3	9,1
Dinamarca	6,3	5,9	6,5	7,1	6,2
Estónia	---	2,3	3,5	5,6	4,6
Eslováquia	---	2,0	2,0	1,5	1,0
Eslovénia	4,9	3,5	5,1	4,6	3,9
Espanha	3,6	4,0	2,6	1,2	2,0
Finlândia	7,2	6,9	7,3	6,5	6,2
França	2,2	1,7	2,2	2,2	2,5
Grécia	4,9	7,4	---	7,5	4,5
Holanda	4,6	6,0	5,2	5,4	4,9
Hungria	1,6	0,7	1,4	0,8	1,1
Irlanda	4,2	4,8	4,2	4,3	4,1
Islândia	---	19,5	---	---	---
Israel	9,5	---	---	4,6	4,0
Itália	4	---	---	---	---
Letónia	---	---	---	0,8	---
Lituânia	---	---	---	---	2,3
Luxemburgo	7,6	7,8	---	---	---
Noruega	8,3	8,1	8,6	6,5	6,9
Polónia	1,7	1,1	1,1	1,1	0,7
Portugal	5,8	4,0	3,6	1,9	2,0
Reino Unido	2,7	2,3	2,3	1,9	1,5
Roménia	---	---	---	6,2	---
Rússia	---	---	2,9	3,6	3,7
Suécia	8,4	6,8	6,4	6,5	7,0

Suiça	8,4	7,3	6,7	5,7	6,8
Turquia	---	8,2	---	3,9	---
Ucrânia	---	2,8	5,6	2,8	3,5v
Total (global)	3,8	3,9	3,6	3,3	3,2
N=	45982,2	51367,0	61712,7	72430,3	63943,6

Fonte: Inquéritos 2002-2010 (European Social Survey) ESS1-2002, ed.6.4, ESS1-2004, ed.3.4, ESS3-2006, ed.3.5, ESS4-2008, ed.4.3, ESS5, ed.3.2

* - Em 2012 e 2014 o ESS não incluiu a pergunta sobre se o inquirido era militante (ponderado para a dimensão populacional, após estratificação e de acordo com o design)

As taxas que estão acima condensadas relativamente aos países participantes foram obtidas através da resposta à única questão de saber junto dos inquiridos se estes eram membros de um partido político.

Uma vez que a simples consideração isolada dos números portugueses poderia dar uma imagem pouco perceptível em termos comparados, optou-se pela sua integração no conjunto de todos os países que constam das levas do ESS relativas a essa variável.

A primeira conclusão da leitura do Quadro 4.2 é que os números totais obtidos nos inquéritos sobre as taxas de militância nos anos de 2002 a 2010 também atestam um decaimento desse tipo de participação, verificando-se que entre 2002 e 2010 os valores médios da militância em Portugal oscilaram entre 5,8 e 2,0, respectivamente. No intervalo registaram-se valores que correspondem a 4,0 (2004), 3,6 (2006) e 1,9 (2008). Será necessário aguardar por próximos trabalhos onde figure este indicador para se poder perceber se a variação ocorrida entre 2008 e 2010, que atenta a margem de erro será igual a zero, correspondeu a uma efectiva tendência de recuperação, ou se foi um movimento oscilatório sem continuidade.

Em 2012 e 2014, apesar de terem sido conduzidos inquéritos nos países envolvidos, a variável “membro de partido político” desapareceu, o que impediu a inclusão das sexta e sétima levas de inquéritos nesta análise.

Por outro lado, verifica-se em relação à Alemanha, à Dinamarca e à Irlanda que, apesar das oscilações ocorridas ao longo do período, os resultados iniciais e finais são idênticos. A França e a Holanda foram os únicos países em que se verificou uma subida. Em todos os restantes países considerados, num total de treze, foram registadas descidas.

Refira-se ainda que em todas as novas democracias da Europa Central e de Leste as taxas de militância baixaram sempre, o mesmo acontecendo em Portugal, Espanha e Grécia. Em relação a Portugal, tal como sublinhado por Lisi (2011) em relação ao conjunto dos países da Europa do Sul, verifica-se que este foi o país em que a taxa mais desceu durante o período, podendo agora comprovar-se que tal aconteceu não só face a Espanha e à Grécia, como também por contraponto a todos os antes referidos, o que pode dar uma ideia da dimensão do problema, adiante mais desenvolvido quando se analisarem os números totais da militância.

Atente-se agora no que já constava do Quadro 4.1 e compare-se com o que se vislumbra no Quadro 4.2. Verifica-se não ser possível extrair conclusões definitivas em relação aos dois quadros.

Se é certo que há países em que a orientação dos resultados é semelhante, isto é, naqueles em que foram observados movimentos de descida nos estudos conduzidos pelos autores (Quadro 4.1), também se observam no Quadro 4.2, em relação aos países objecto de análise, movimentos idênticos (Bélgica, Finlândia, Noruega, Suécia, Reino Unido e Portugal), mas há outros casos em que os resultados apurados são divergentes: Dinamarca (no Quadro 4.1 verifica-se uma descida significativa que não tem correspondência no Quadro 4.2), Holanda (no Quadro 4.1 apurou-se uma descida enquanto que no Quadro 4.2 se verifica um aumento), Espanha (no Quadro 4.1 registou-se um aumento e no Quadro 4.2 uma descida) e França (no Quadro 4.1 a descida apurada não tem suporte no Quadro 4.2, onde ao contrário se regista um aumento). Por outro lado, tanto no Quadro 4.1 como no 4.2 os resultados da Alemanha e da Irlanda podem ser considerados idênticos, isto é, sem alteração significativa.

Finalmente, convirá ver o Quadro 4.3 pelo qual se pode verificar a evolução das percentagens M/E para o período 1976/2006 relativamente a Portugal e Espanha.

Quadro 4.3 – *Ratios M/E (Portugal/Espanha)*

Países/anos	1976	1986	1996	2006
Portugal	3,80	4,53	3,51	2,50
Espanha	0,38	1,95	3,36	4,03

Fonte: Delwit (2011: 34), indicador M/E

Todavia, sem prejuízo das conclusões a que aqui se chegou, as quais serão sempre provisórias posto que novos dados poderão infirmá-las em qualquer momento, importa chamar a atenção para a fluidez em termos absolutos dos dados obtidos através dos inquéritos.

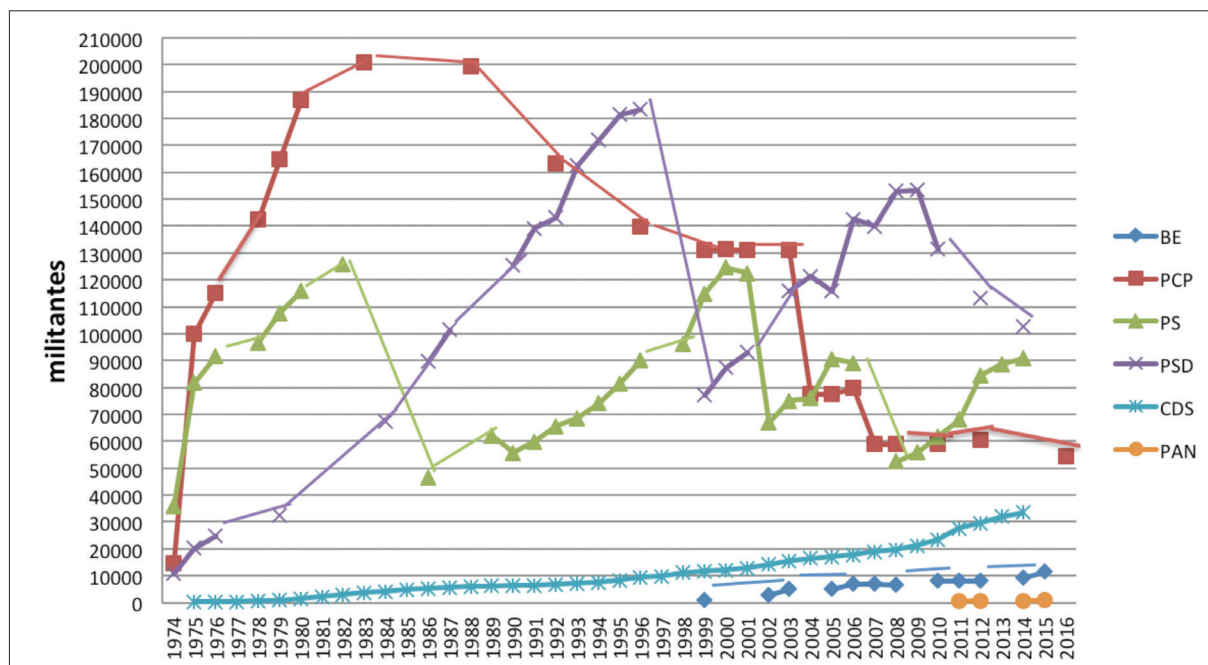
5. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FILIADOS EM PORTUGAL

Os números relativos aos filiados não constituem em Portugal objecto de registo centralizado. Notaram-se algumas pequenas divergências na recolha efectuada relativamente a anos intermédios e mais recuados entre os números apresentados pelos autores, as quais não são significativas e que, por isso, não alteram as tendências registadas e o sentido da análise. Onde se verificaram discrepâncias foi entre os números agora fornecidos pelos partidos e os que foram antes apresentados pelos autores, também com base no que lhes foi dado pelos partidos, tendo-se optado onde se notaram maiores diferenças pelas fontes mais recentes. Actualmente, os partidos possuem bases informáticas que concentram toda a informação relativa aos seus militantes pelo que é natural que para futuro essas diferenças tendam a atenuar-se ou a desaparecer, e o rigor venha a ser maior do que nos primeiros anos de recolha.

Não havendo o tal registo centralizado, a obtenção dos números relativos à militância fica dependente da boa vontade dos partidos, que nem sempre se dispõem a colaborar. Quando tal acontece, nalguns casos, também não se afigura possível confirmar a sua fidelidade. Nada que, afinal, seja novidade (Bosco e Morlino, 2006; Scarrow 2015). A informação que poderia completá-los acrescentando segurança não é fornecida, o que se comprova pela ausência de números relativos às saídas em relação à maioria dos partidos, seja por expulsão, abandono

ou falta de pagamento de quotas. Em todo o caso, os dados compilados ao longo dos anos por diversos autores, conjugados com os agora obtidos, dão de uma forma bastante aproximada a imagem da evolução da militância em Portugal (Quadro 4.4).

Quadro 4.4: Evolução da militância em Portugal 1974-2016 (gráfico)



Fontes: van Biezen (1998: 48), Jalali (2007: 82), Lisi (2011, 85-86), Espírito Santo (2011), Rainho (i, 29/12/2012), Sá; Lourenço (Público, 28/05/2013) e partidos (2014 - CDS e PSD; 2015 - PS; 2016 - BE, PAN e PCP).

Dos partidos com representação parlamentar só o CDS-PP, o PSD, o PS e o PCP atravessaram todo o período que vai de 1974 até ao presente (2015). O BE foi criado em Março de 1999, o PEV constituiu-se em 15/12/1982 e o PAN é de criação ainda mais recente só se possuindo números a partir de 2011.

Olhando para os quatro maiores partidos que percorreram todo o ciclo democrático, verifica-se que há três períodos distintos. Um primeiro período que começa em 1974, ano a partir do qual se assiste a um aumento consistente do número de militantes e que se prolonga até meados da década de 80 do século XX. A seguir abre-se um período de alguma indefinição durante a década de 90, em que os números ora sobem ora descem, sem que seja possível encontrar um fio comum a essas oscilações em relação a todos os partidos. O terceiro período coincidirá com a queda dos números a partir da segunda metade da primeira década do século XXI (cfr. Quadro 4.5).

Depois de ter visto os efectivos reduzirem-se a menos de metade em 1999 – por comparação com 1996 e em consequência de uma operação de actualização de ficheiros (Bosco e Morlino, 2006: 333; Lisi, 2011: 84) –, o PSD continuou a crescer até 2008, começando a partir daqui a sua maior redução.

Quadro 4.5 – Evolução da militância (números absolutos) 1974-2016

	BE	PCP	PS	PSD	CDS	PAN
1974	---	14593	35971	10875	---	---
1975	---	100000	81654	20445	123	---
1976	---	115000	91563	25011	185	---
1977	---	---	---	---	292	---
1978	---	142512	96563	---	495	---
1979	---	164713	107732	32267	809	---
1980	---	187018	115762	---	1293	---
1981	---	---	---	---	2109	---
1982	---	---	125648	---	2999	---
1983	---	200753	---	---	3731	---
1984	---	---	---	67324	4008	---
1985	---	---	---	---	4792	---
1986	---	---	46655	89899	5213	---
1987	---	---	---	101454	5480	---
1988	---	199275	---	---	5850	---
1989	---	---	62117	---	6111	---
1990	---	---	55558	125386	6326	---
1991	---	---	59869	139253	6440	---
1992	---	163506	65447	143075	6690	---
1993	---	---	68498	162496	7023	---
1994	---	---	74127	171931	7574	---
1995	---	---	81358	181390	8317	---
1996	---	140000	90062	183630	9253	---
1997	---	---	---	---	9652	---
1998	---	---	96107	---	11036	---
1999	1000	131000	114974	77055	11534	---
2000	---	131504	124611	87290	11894	---
2001	---	131000	122548	93000	12843	---
2002	3000	---	66917	---	14112	---
2003	5035	131000	74949	115895	15470	---
2004	---	77500	75949	121420	16356	---
2005	5200	77500	90629	116000	17067	---
2006	6900	80000	89000	142673	17579	---
2007	7000	58928	---	140000	18844	---
2008	6700	59000	52491	153000	19686	---
2009	---	---	55887	153361	21129	---
2010	8000	58928	61664	131488	23464	---
2011	8311	---	68065	---	27665	472
2012	8025	60484	84396	113161	29555	650
2013	---	---	88652	---	31885	---
2014	9264	---	90736	102613	33490	627
2015	---	---	---	---	---	872
2016	11734	54280	67000	---	---	---

Fontes: van Biezen (1998: 48), Jalali (2007, 82), Lisi (2011, 85/86), Espírito Santo (2011), Rainho (2012), Sá Lourenço (2013) e partidos (2008-2013 PS, 2014 CDS e PSD, 2015 PAN e 2016 BE e PCP).

No PS assistiu-se a uma significativa queda de efectivos entre 2000 (124.611) e 2011 (68.065). Entre 2012 (84.396) e 2014 (90.736) subiram de novo. Recentemente estes números foram postos em causa por declarações dos próprios responsáveis que indicam ser de apenas 63.000 o número de militantes com menos de dois anos de quotas em atraso⁴⁸.

No PCP verificou-se uma redução substancial de militantes entre 2001 (131.000) e 2004 (77.500), a que se seguiu um período de estabilização até 2006, data a partir da qual voltou a cair para 60.484 (2012), antes de se fixarem nos actuais 54.280 (2016). O PCP terá atingido o número máximo de militantes por volta de 1983, 200.753, começando a partir daqui a decrescer até atingir em 2016, último ano em relação ao qual se possui dados, o número de 54.280. Ou seja, menos de 1/3 do número máximo de 20 anos antes⁴⁹.

No PS verifica-se uma quebra entre 1982, onde surge com 125.648 militantes, e 1986, quando o número se reduz para 46.655. A partir deste último ano os números da militância no PS voltam a crescer até ascenderem em 2000 a 124611. Depois, os números voltam a cair em 2002, para 66.917, altura a partir da qual voltam a ascender gradualmente até atingirem o valor de 89.000 em 2006. Não há números de 2007, mas em 2008 surge uma nova quebra para 52.491. Os números voltarão a subir sem nunca mais atingirem as cifras anteriores, estabilizando em 2014 (90.736 militantes). Refira-se que as quebras de 1986 e 2002 reflectem as operações de refiliação que foram empreendidas para limpeza de ficheiros.

Em relação ao PSD é ainda possível descortinar uma evolução constante de tendência crescente desde 1974 até 1996. A partir deste ano o partido foi perdendo militantes. Apesar de ter conseguido recuperar um número considerável entre 2003 e 2009, após 1996 a tendência de perda prosseguiu até apresentar 102.613 membros (Fevereiro de 2014). O PSD é o maior partido português em número de militantes.

Apesar das vicissitudes por que tem passado ao nível da direcção, o BE ainda apresenta uma tendência de crescimento, o que é, aliás, consentâneo com os resultados obtidos nas legislativas de 2015. Em Maio de 2016 o número dos seus militantes cifrava-se em 11.734. Sabendo-se que o BE passou nos últimos anos pela dissidência de algumas figuras que tiveram projecção nos últimos anos, aliada a uma fase de indefinição motivada pelas mudanças na sua liderança com a introdução de modelos pouco testados – direcção bicéfala a que se seguiu a introdução de um modelo colegial ou de ausência de líder – e mudanças estatutárias, há expectativa no acompanhamento da sua evolução. Os últimos números divulgados mostram que o partido com os resultados eleitorais obtidos para as legislativas de 2015, com

⁴⁸ Um secretário nacional do PS para a Organização, Hugo Pires (...) estimou que, de um total de 150 mil militantes do PS, cerca de 87 mil tenham quotas em atraso entre dois e seis anos” (dnoticias@pt, 10/01/2016).

⁴⁹ O documento do PCP “Teses - Projecto de Resolução Política”, aprovado na reunião do Comité Central de 17 e 18 de Setembro refere que “nos últimos quatro anos [2012-2016] foram recrutados 5300 militantes”. Tendo em atenção este dado, mais o número de militantes do PCP em 2012 (60.484), e o actual (54.280), isso significa que nos últimos quatro anos o partido perdeu 11.504 militantes. As entradas não compensaram as saídas.

mais de 550.000 votos, se tornou na 3ª força parlamentar (19 deputados), superando o CDS-PP e o PCP. De assinalar que o BE registou entre 23/11/2014 e Maio de 2016 a entrada de 1234 novos militantes, valor muito superior às 222 saídas verificadas (BE, 2016: 33). Os números relativos ao CDS/PP fornecidos pelo próprio partido suscitam dúvidas. Não quanto ao número actual de militantes, mas quanto à sua evolução. De acordo com os dados obtidos, o partido nunca perdeu militantes, crescendo sempre desde 1974 até hoje. Se perdeu militantes desconhece-se quantos, e quando, mas é certo que o CDS-PP passou por diversas fases e mudanças directivas que levaram à saída de militantes. No entanto, desconhece-se qual o impacto por não haver números sobre a defecção. Quanto ao PAN, o mais jovem dos partidos, continua a crescer pese embora a quebra registada entre 2012 e 2014. Entre este último ano e Abril de 2016, os filiados aumentaram cerca de 28%⁵⁰.

Aguarda-se com alguma expectativa a reacção dos outros partidos à introdução das primárias no PS, aliás na sequência do processo inovador para o que o jovem Partido Livre (PL) contribuiu, e à abertura do universo da participação interna aos simpatizantes. Um dos desafios que se levanta será o de perceber qual vai ser o estatuto efectivo dos simpatizantes e como é que os militantes estarão dispostos a encará-lo face ao seu próprio papel. Outro passará por avaliar até que ponto a atribuição de um papel mais central aos simpatizantes não constituirá mais um factor de desinteresse e encolhimento da militância, eventualmente sugerindo modelos de participação que se afastem dos que até ao presente conhecemos. Certo é que a chegada dos simpatizantes, a avaliar pelos números das primárias do PS, poderá vir a constituir um fenómeno susceptível de colocar em risco as opções dos próprios militantes e o papel que estes exerceram ao longo de décadas sobre as escolhas da organização, tanto políticas como em matéria de selecção de candidatos. Refira-se a este propósito a experiência inédita ocorrida recentemente com a escolha dos candidatos a deputados do Partido Livre (PL). O PL foi constituído em 2014, tendo aprovado no seu congresso fundacional a 1.ª versão dos seus estatutos onde consagrou o método das eleições directas para a escolha dos dirigentes do partido e, no que constituiu uma inovação, determinava-se que a escolha dos candidatos do partido a eleições gerais exteriores ao partido fosse feita através de eleições primárias. Após a sua legalização (Acórdão do TC n.º 255/2014, de 19/03), o PL iniciou o seu processo de participação nas eleições europeias, admitindo que cidadãos independentes, sem percurso partidário anterior, se autopropusessem para serem candidatos. Aos pré-candidatos exigia-se-lhes apenas que subscrevessem a declaração de princípios do PL, bem como o respectivo código de ética, apoiando o programa e a moção eleitoral, e que aceitassem preencher o questionário político, cumprindo as exigências de natureza formal. Numa segunda fase, os eleitores que se tivessem inscrito, subscrevendo o manifesto eleitoral e pagando dois euros para o financiamento do partido, poderiam participar na votação.

A experiência iniciada pelo PL seria prosseguida pelo PS no processo de escolha do secre-

⁵⁰ Dado obtido por informação directa do partido via email.

tário-geral, meses depois, em Setembro, com uma participação significativamente superior. Inscreveram-se cerca de 250.000 eleitores, dos quais acabaram por participar na votação mais de 178.000. Em 2015, para escolha dos seus candidatos à AR para as legislativas de 4 de Outubro, o processo das directas do PL repetiu-se. Inscreveram-se então 7850 pessoas, cerca de 2500 eram cidadãos sem filiação. Na votação final participaram 2096 pessoas para escolherem os candidatos num universo de 385 pré-candidatos. De acordo com o regulamento actual do PL, o principal objectivo das primárias é a definição da ordenação e composição das listas dos candidatos a deputados. O modelo das primárias abertas a todos constituiu uma via para o partido introduzir um processo inovador de escolha de candidatos, adaptando à realidade nacional experiências anteriormente seguidas noutros países (França, Itália, Grécia, México, Taiwan, R.U. e Alemanha).

A perspectiva longitudinal (1974/2016) confirma uma redução significativa dos números absolutos, que com um pico de 422.945 militantes em 1996⁵¹ para os cinco maiores partidos desceu em 2012, último ano em relação ao qual se obtiveram dados para esses mesmos partidos, para 294.749. O equivalente, grosso modo, a uma descida de 30,5%. Desconhecem-se ainda quais os números reais do abandono, seja por via da dissidência, expulsão ou abate administrativo em resultado do não pagamento de quotas, mas este último dado tenderá a desvalorizar-se face à alteração estatutária recentemente aprovada pelo PS (vd. Capítulo VII, secção 4) que, pela dimensão e importância deste partido no sistema português, poderá indicar uma mudança nessa matéria que, a breve prazo, se poderá traduzir ou num aumento do número de militantes ou, se este não for o caminho desejado pelos apoiantes, num incremento dos simpatizantes. Os dados são por ora insuficientes para se retirarem outras conclusões. Será necessário aguardar a prova do tempo para se aferir a dimensão das mudanças que se perspectivam.

⁵¹ 350.771 para Delwitt em 1986 (2011: 33)

CAPÍTULO V

O LUGAR DOS MILITANTES NOS PARTIDOS: UMA PROPOSTA TIPOLOGICA

1. O PORQUÊ DE UMA TIPOLOGIA, DEFINIÇÕES PRELIMINARES

Compreender um fenómeno é explicá-lo, perceber os seus contornos, apreender o seu sentido, o contexto em que aquele se insere e respectivas conexões. O estabelecimento de uma tipologia constitui a organização de um sistema de tipos que permite ser utilizado como uma ferramenta de análise (Collier *et al.*, 2012). Visa, em primeiro lugar, e pegando numa conseguida expressão de Seiler ao referir-se aos partidos políticos, obter “*l’intelligibilité du réel*” (2003: 57). Dar arrumação a uma realidade que para ser devidamente apreendida precisa de ser ordenada. Deste modo, uma tipologia, qualquer que ela seja, visará antes de mais:

“[R]épartir individus ou objets en catégories ou classes, selon le principe que ces derniers possèdent un, ou des caractères communs qu’ils sont seuls a détenir. Les classes ainsi construites sont ensuite ordonnées systématiquement de manière à constituer des sous-ensembles partiels puis globaux selon une relation d’ordre” (Seiler, 2003: 58)

Gunther e Diamond (2003) vêem uma tipologia como um instrumento com uma função heurística, uma ferramenta de análise que permite comparações e perceber a evolução de um fenómeno. Em Weber essa ferramenta corresponde aos tipos-ideais. E Panebianco assinala que a vantagem da metodologia weberiana, através da criação de tipos-ideais, permite encontrar uma pedra-de-toque “*para avaliar os afastamentos, os desvios próprios das evoluções históricas concretas*”, tornando mais fácil, em “*cada caso histórico em particular, remontar às causas que explicam a sua efectiva configuração*” (Panebianco, 2005: 34).

À semelhança do que aconteceu relativamente aos partidos políticos, vários autores têm procurado a criação de tipologias que permitam uma melhor compreensão do fenómeno militante, quer dentro de uma classe mais geral de militantes, quer no confronto com outras formas de abordagem da participação individual que se situarão nas franjas do respectivo núcleo central. O esforço de construção de uma tipologia, conforme Jardin salientou, não deverá ser visto como “*enfermer la réalité militante dans des catégories préconçues*” (1994: 103). Uma tipologia, para além da função de catalogar e de instrumento de análise, é uma construção que “*permet de souligner la pluralité des situations militantes au sein d’un parti politique*” (1994: 103). É esta realidade que aqui está em causa.

Apesar da existência de critérios inteligíveis, no sentido de que se compreende a que realidades se referem, e de um esforço de sistematização, o que acaba por ressaltar, para lá da deriva terminológica, é a fluidez dessas tipologias, variando as categorias de autor para autor sem que se perceba a razão, e a escassa utilidade de que aquelas acabam por se revestir quando aplicadas a partidos de diferentes origens, independentemente de estarem em causa, como teorizou Duverger (1976), partidos de quadros ou partidos de massas.

A introdução de melhorias nas tipologias existentes passa por uma delimitação das fronteiras (i) entre os termos que são utilizados para caracterizar os diversos estatutos e (ii) entre

os diversos posicionamentos que o militante assume perante o partido. Isto é, requer-se a edificação de balizas mais claras que sejam susceptíveis de eliminar zonas-sombra do tipo “aderente/militante”. E, ao mesmo tempo, combinar com esse objectivo, para melhor caracterização dos diversos estatutos, critérios de natureza temporal e de interacção com o partido, na linha do “*increasing involvement*” de Ölsen (1976) e do “*increasing intensity engagement*” de Scarrow (1994).

Perceber qual o lugar que cada membro de um partido ocupa dentro dele, saber se há apenas uma ou se há diversas categorias de militantes dentro dos partidos, não é realidade abarcável só com uma nomenclatura e a respectiva classificação, passando por algo mais do que a simples construção de uma tipologia. Ao construir-se uma tipologia tem-se em vista a ordenação de um conjunto de indivíduos, de instrumentos ou de objectos, que contribuem para a configuração de uma realidade social e política, importando que seja possível distinguir os diversos tipos que integram esse universo que se pretende ordenar por via da elaboração e ordenação classificatória. Não menos importante será justificar, antecipando, as razões para a proposta que se irá fazer e justificar a final. Em causa está a constatação da inoperacionalidade, desactualização e falta de rigor das tipologias conhecidas, o que justifica a tentativa de aposta numa tipologia que corresponda às modernas exigências de investigação. E que abarque tanto quanto possível a realidade com critérios mais claros e fiáveis, correspondendo a exigências de simplificação (Lagroye e Guy Lord, 1974: 595) e agregação, tornando possível a comparação, em qualquer latitude, entre partidos situados à direita ou à esquerda do espectro político. Esta acabará por ser uma exigência da evolução das sociedades e dos partidos no século XXI face a realidades como a Internet que pressupõem outras formas de interacção e de acção política, com consequências para as instituições e os processos, algumas ainda imprevisíveis (Bimber, 2003; Margetts, 2009; Crouch, 2004).

Contudo, a introdução do factor novidade, seja na escolha de uma nova terminologia, seja na elaboração de um modelo distinto dos existentes, pressupõe definir liminarmente o que se entende por militante, diferenciando-o de figuras afins, ainda que aqui apenas sumariamente e apenas para efeitos de apreensão da noção por comodidade de exposição.

Atenta a diversidade de situações e de realidades que alguns termos abarcam, bem como o diferente sentido que quer autores, quer textos legais e partidários lhes atribuem (Došek, 2014: 16; Bennie, 2013), impõe-se que o investigador as leve em consideração e preencha os respectivos conteúdos com os elementos que a realidade lhe faculte.

Há hoje menos dúvidas quanto à necessidade de se avançar com uma clarificação dos termos utilizados no estudo da militância. As distinções têm cabimento e este surge reforçado pela análise empírica a partir do momento em que alguns partidos e os seus próprios membros assinalam e reconhecem a diferença de estatutos que corresponde a cada termo (Combes, 2011: 122-124). A título de exemplo refira-se que quando se recolheram os dados de análise relativos aos comícios de encerramento de campanhas eleitorais no México, ouvidos os participantes do encontro promovido pelo PAN (Partido Acción Nacional) verificou-se uma

diversificação de perfis dos membros do partido:

“Los participantes tienen un perfil militante más diversificado: hay más simpatizantes que en el caso del PRI y más gente se define como “participantes en la campaña”. Otros se dicen adherentes o militantes. Esa diversidad proviene del propio funcionamiento interno del PAN, partido que hasta su victoria a la presidencia de la República en el año 2000 favoreció un acceso selectivo al estatus de militante a diferencia de un partido de masas a través de una verdadera formación militante. Un militante que ingresó al PAN en 1993, jardinero independiente en Cuernavaca, nos explica:

“Vamos por parte, primero se va a pláticas, posteriormente ya te dan a uno el nombramiento de militante. Pero antes eres adherente: adherente, te dicen las reglas del partido, si las vas a acatar o no... Es lo primero que te dicen aquí: la doctrina de Acción Nacional y que aquí estamos para servir. Así es, eso es la diferencia entre el militante y el adherente. Posteriormente le dan las obligaciones que hay que cumplirlas (...)” (Combes, 2011: 122)

A juntar a estes factores que aconselham uma reanálise dos termos utilizados e dos respectivos conteúdos, sucede que as reformas organizacionais verificadas nos partidos e a abertura destes a não militantes fizeram surgir novas formas de engajamento que colocaram em crise os critérios tradicionais de separação entre quem estava dentro e quem estava fora do partido. Surgiram modelos híbridos de participação que determinaram o aparecimento de “amigos” e redes de “apoiantes” e novos modos de adesão através da Internet (Gauja, 2015; Gibson *et al.*, 2012, Gibson, 2015).

Assim, na esteira da definição de Heidar (2006: 301), entendemos que militante é todo o indivíduo que obtém aprovação no processo formal voluntário de adesão a um partido político e que, sendo admitido como membro dessa organização, adquire um conjunto de direitos e de deveres que conformam o respectivo estatuto. Esta definição corresponde à noção tradicional de filiado, termo sinónimo daquele e que não sendo passível de confusão com a figura do aderente deverá ser mantida porque ambos se referem à mesma realidade.

O termo aderente é muitas vezes utilizado erradamente como sinónimo de militante⁵², é susceptível de confusão⁵³ e corresponde a um estatuto diferente. Para este efeito, e distinguindo-o da definição anterior, aderente é todo o indivíduo que, considerando preenchidos os requisitos de admissibilidade exigidos pelo partido político com que se identifica, pede a respectiva adesão *mediante* a subscrição de um formulário ou manifestação expressa de vontade de adesão a esse partido. A aprovação da adesão pelos órgãos competentes do partido investilo-á no estatuto de militante. Nesta perspectiva, o aderente tem sempre um estatuto transitório, destinado a desaparecer com a aceitação do pedido de adesão ou com a sua rejeição.

Das figuras anteriores destaca-se o simpatizante que, como decorre do significado comum do termo, se trata de alguém que não possui qualquer vínculo ao partido e não formalizou

⁵² Sobre as diferenças de significado dos termos vd. Tomáš Došek (2014).

⁵³ Já anteriormente entre nós se escrevera que “[e]m termos práticos, as noções de aderente e militante acabam por confundir-se no vocabulário político e politológico corrente” (Espírito Santo, 2011: 147). E Bennie fala mesmo em confusão linguística e conceptual entre os vários termos que definem a participação partidária (2013).

qualquer pedido de adesão. Recentemente, designadamente por via da introdução das eleições primárias para a escolha dos líderes, essa figura tem vindo a adquirir crescente saliência, passando-se a reconhecer a existência de uma ligação formal do simpatizante ao partido, embora de natureza diferente dos anteriores vínculos, de efeitos limitados, mas já constando de listas próprias dos partidos para efeitos eleitorais.

Posta esta distinção preliminar fica desde já em crise a multiplicidade de significados que até agora em nada contribuíram para introduzirem um módico de clareza⁵⁴. Por agora passar-se-á então a dar a conhecer o que existe em matéria de tipologias para no final se apresentar um modelo alternativo.

⁵⁴ Prova disto encontra-se em Häegel (2009) que chega a tratar os termos “*adhérent*” e “*militant*” como sinónimos. Duverger coloca a ênfase da distinção entre os termos no carácter formal da adesão, categoria confinada aos partidos de massas consubstanciada no preenchimento de um formulário (Duverger, 1976: 129), significado especial em função do valor atribuído pelos sistemas jurídicos ao acto formal escrito, suprassumo da vinculação pela sua força probatória e sinal de adesão psicológica, mas depois não retira consequências da distinção, acabando por concluir que a se tornaria inútil procurar uma noção de aderente que fosse aplicável a todos os partidos, em virtude de nos partidos de massas apenas o acto formal e o pagamento de quotizações representarem critérios, noções que seriam insuficientes para distinguir os diversos tipos de aderentes (Duverger, 1976: 136). Nalguns autores é possível encontrar alguma sinonímia entre aqueles termos, quase que como admitindo uma semi-identidade entre ambos, de tal forma que isso permitiria o uso indistinto de qualquer uma delas (Olivier, 2003: 763, 766, 769; van Haute, 2009; Häegel, 2009). Em Andolfatto (2001) verifica-se que aderente e militante corporizam realidades distintas. No entanto, como este autor sensibiliza, na esteira de Ion, a noção de aderente mudou de conteúdo em razão das mutações operadas no seio das organizações tradicionais, o que, todavia, não afastou a ambiguidade inerente à utilização desse termo. Em Ostrogorski, o aderente é um simples filiado, enquanto que em Duverger ou Bréchon surge como alguém que paga ao partido uma contribuição (Andolfatto, 2001:100). Porém, o próprio Andolfatto, apesar de reconhecer a diferença de estatutos, acaba por cair na indiferenciação (Andolfatto, 2001:100-109), o que acaba por se mostrar sintomático das dificuldades de delimitação de tipos nesta área. Também Jardin ao efectuar a análise lexical do verbo “militar” e da expressão “militantismo” destacou a possibilidade de associação desses termos, quer, no caso do verbo, a formas verbais e substantivos que foram previamente distinguidos como comprometer-se, agir ou aderir, quer relativamente a termos derivados de expressões verbais do tipo “actividade”, “activismo”, adesão, participação, entre outros (Jardin, 1994: 16). Mais recentemente, van Haute reforçou a ideia de que a definição de uma noção de aderente parece fácil, mas que, em rigor, na literatura científica, se colocam problemas de delimitação. O sentido corrente do termo equipara-o ao de membro, confirmando-se este como aquele que está de acordo, apoia e formaliza esse apoio sob a forma da adesão. O problema, como van Haute desenvolve, é que a figura da adesão, a final, seria obra de Proteus, revelando-se os seus contornos à medida que se apresenta com formas diversas consoante se esteja a falar de procedimentos internos, da assinatura de fichas de adesão ou do pagamento de quotas, admitindo-se que até em matéria de formalismos de adesão seja possível catalogar empiricamente diferentes modelos. Ou, em sentido diverso, falar de adesão numa perspectiva de cultura política, de ideologia ou de organização (van Haute, 2009: 45-48). A indefinição está instalada e pode derivar, como assinalou Gauja, quer da forma acrítica como questões fundamentais da militância são tratadas, baseando-se muitas vezes somente na aceitação de critérios formais, por um lado, quer por encerrarem critérios demasiado redutores (Gauja, 2015). Morales referira a latitude de definições para o militante, e as dificuldades que essa latitude acarreta para a realização de estudos, podendo as definições variar em função de cada organização e conceitos diferentes pretenderem todos definir o engajamento nas organizações: “*militancy, activism, affiliation, and membership*” (2009). Gauja vai mais longe, e ao verificar que se chegou a um ponto em que há estudos que são feitos com base em ‘medidas’ subjectivas da militância, em que os inquiridos é que auto-definem a sua condição, veio afirmar a necessidade de se efectuar uma reavaliação e apreciação “mais crítica” do significado do conceito de “*membership*” no estudo das organizações políticas (Gauja, 2015: 232).

2. AS TIPOLOGIAS DE REFERÊNCIA

Através de uma tipologia procura-se classificar e ordenar um conjunto de elementos dentro de uma categoria. Ordenar esses elementos pressupõe, em primeiro lugar, conhecê-los. Isto é, decidir quais os elementos que devem estar dentro da categoria em relação à qual se pretende ordenar os respectivos membros. E, ao mesmo tempo, identificar quais os que apresentando caracteres semelhantes ou parecidos e podendo aparentemente partilhar essa mesma realidade deverão, no entanto, ficar na sua margem.

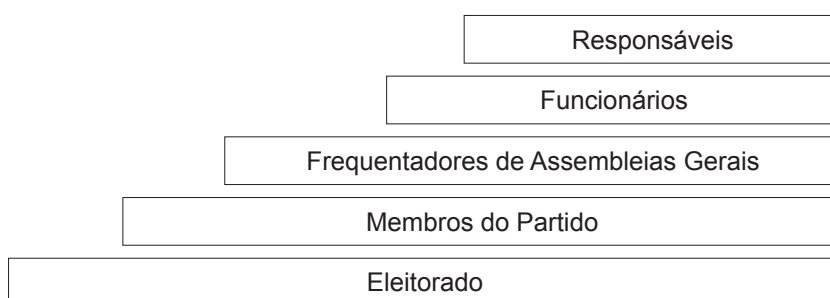
Os critérios mais relevantes e que são predominantemente seguidos pelas várias tipologias, sem prejuízo das particularidades de cada autor, são fundamentalmente de dois tipos: (i) de natureza hierárquica ou organizacional e (ii) de tipo individual ou de prevalência do grau de envolvimento, com a ressalva de haver autores que efectuam (iii) a combinação entre ambos os critérios.

2.1 MICHELS E A VISÃO CESARISTA

Robert Michels, que via nos membros do Partido Social-Democrata alemão do seu tempo uma herança do passado militar, aproximou a noção de partido político da de uma organização de combate, enquanto estrutura pronta para o ataque, impregnada por uma visão cesarista da actividade política, na qual “os dirigidos deviam seguir o seu chefe como se não tivessem vontade própria” (Michels, 2001: 69-72). Tal como no seio de qualquer exército, Michels não olvidou a existência de uma hierarquia organizada por graus, em que a cada grau corresponderia uma determinada classe ou patente, independentemente do mais alto ou do mais baixo nível de democraticidade interna.

Deste modo, com base naquela que poderemos considerar como a primeira tentativa de classificação dos membros de um partido de acordo com um critério de diferenciação entre si, Michels distinguiu entre os seus membros diversas “classes” de militantes cuja ligação ao partido variava de intensidade em razão da natureza do vínculo. Nessa organização escalonada, cuja base emergia de uma classe mais ampla onde caberiam os eleitores, e em que a conexão psicológica variaria de intensidade quanto maior fosse a distância ao topo, seria possível distinguir (i) membros do partido, (ii) frequentadores das assembleias gerais, (iii) funcionários e, lá em cima, (iv) os responsáveis (Michels, 2001: 83).

Quadro 5.1 – Tipologia de Michels



Fonte: Michels (2001: 83)

2.2 DUVERGER E OS CÍRCULOS CONCÊNTRICOS

A noção de “aderente” era estranha ao universo de Michels, mas é frequente em autores franceses, enraizando-se com Duverger, que a faz remontar ao início do século XX e aos primórdios dos partidos socialistas de massas. A partir daqui tal noção é objecto de apropriação e imitação por outros partidos, mas já nada tem a ver com a concepção de partido vigente no século XIX, a qual era ao tempo típica dos regimes parlamentares de natureza censitária. A noção de aderente é o resultado da evolução dos partidos de quadros para os partidos de massas (Duverger, 1976: 119), correspondendo a diferentes formas de participação. Nos primeiros reportavam-se a formas menos comprometidas; nos segundos a uma participação do tipo célula, centralizada e enquadrada, em que se descortina uma fé de tipo religioso e uma disciplina militarizada. Na linguagem corrente é-lhe atribuída uma conotação equivalente à noção de “membro” de um partido (Duverger, 1976: 118). Contudo, qualquer uma dessas duas noções se distingue da ideia de “simpatizante”; isto é, aquele que se

“déclare favorable aux doctrines du parti et lui apporte quelques fois son appui, mais demeure en dehors de son organisation et de sa communauté: le sympathisant n’est pas membre du parti” (Duverger, 1976: 119)

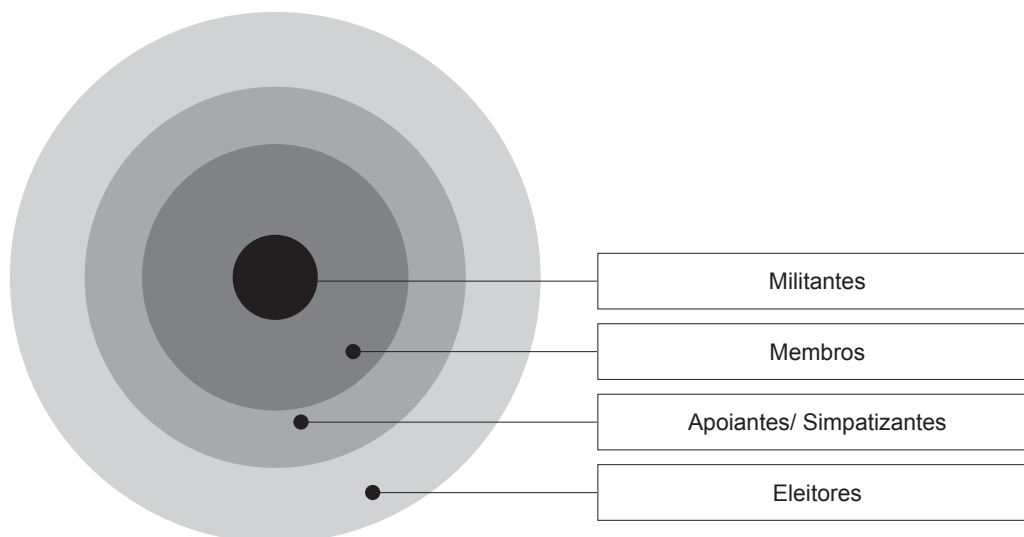
A distinção a que Duverger procede não é inócua. Nem se afigura isenta de consequências, porque adquire importância em matérias como a contagem dos efectivos dos partidos, assumindo significados diversos se se levar em consideração a sua distinção entre partidos de massas e partidos de quadros (Duverger, 1976: 120). Esta distinção apresenta-se como axial na construção de algumas tipologias mais divulgadas, pois que os partidos de quadros ignorariam os chamados critérios formais de adesão e a instituição regular de um sistema de quotizações, factos que para Duverger acabam por ter consequências na análise dos partidos e na organização daquilo a que chama os “*círculos de participação*”.

Esta noção também é particularmente importante para a compreensão da tipologia da militância que Duverger constrói, na medida em que este autor adopta uma ordenação através de círculos concêntricos (Quadro 5.2), em que a cada um desses círculos corresponde um determinado perfil de membro. Deste modo, Duverger identifica nos partidos de massas, em razão do tal mecanismo de adesão formal e solene que não existe nos partidos de quadros, três círculos concêntricos, compreendendo o primeiro os eleitores que votam no partido nas eleições nacionais e locais. O segundo círculo engloba o conjunto dos simpatizantes, “*termo vago que recobre uma noção vaga*”⁵⁵, entendido como um eleitor que é mais do que um simples eleitor (Duverger, 1976: 165), porque “*reconhece a sua inclinação pelo partido*”, “*defende-o e apoia-o algumas vezes em termos financeiros*”, podendo nalguns casos entrar nas instituições colaterais do partido. O último círculo identifica os “militantes”, os que asseguram a organização e funcionamento do partido, uma “categoria particular de aderentes”, que para

⁵⁵ “*La notion d’électeur est simple et précise; celle de sympathisant est vague et complexe*” (Duverger, 1976: 165).

Duverger corresponde ao militante activo dos partidos de massas, mas que nos partidos de quadros, onde não existe militância organizada e adesão formal, se plasmará nos indivíduos que integram os chamados comités.

Quadro 5.2 – Círculos de Duverger



Fontes: Duverger (1976), Scarrow (2015: 27)

Ainda nos partidos de quadros, Duverger assinala uma categoria intermédia vislumbrável nos que possuem comités. Esta quarta categoria surgiria colocada entre os simpatizantes e os militantes, que numericamente serão menos do que aqueles mas mais do que os segundos, correspondendo então aos “aderentes”. A determinação das relações entre os diversos círculos traduz-se para Duverger num problema cuja solução não se afigura fácil, mercê do facto de ser essa relação que irá determinar o carácter mais ou menos democrático, ou mais ou menos oligárquico, das suas estruturas (Duverger, 1976:151-152).

Por aqui se pode avançar com uma primeira crítica ao modelo proposto por Duverger quando apresenta uma tipologia de militantes que engloba no seu primeiro círculo realidades que lhes são exteriores e com a qual não devem estar tão fortemente relacionados. Referimo-nos à inclusão de eleitores e simpatizantes numa classificação que mistura não-membros com membros, eleitores com militantes e simpatizantes. Os eleitores podem ser militantes mas não têm de o ser. Outros poderão ser apenas simpatizantes, muitos sê-lo-ão, alguns serão apenas eleitores sem serem militantes nem simpatizantes. Em qualquer caso, eleitores e simpatizantes pertencem a categorias que se situam fora do universo partidário e que por essa razão não podem, nem devem, ser englobadas numa mesma construção.

Algumas das tipologias pós-Duverger, em razão da sua distinção entre partidos de quadros e de massas, são nitidamente dirigidas aos partidos de esquerda. A razão para que assim aconteça é simples: os partidos de esquerda são aqueles em que desde sempre a formalização da adesão aparece como o processo próprio de vinculação ao partido de quem nele quer

militar, aquilo que de mais pertinente se observa em Duverger é que este autor não apresenta uma verdadeira tipologia da militância. Como van Haute destacou, para além da distinção entre partidos de quadros e de massas, o que Duverger distingue são modos de participação. É em razão destes, assentes em pontos de partida diferentes porque condicionados pelo tipo de organização do partido e a sua cultura própria, que desenvolve a teoria dos círculos concêntricos (van Haute, 2009: 42-43).

2.3 WARE E O PROBLEMA DAS CATEGORIAS

A distinção de Duverger entre partidos de massas e de quadros encontra eco em tipologias construídas por autores do mundo anglo-saxónico. No início da década de 60 já aparece formulada a distinção entre amadores e profissionais (Wilson, 1962), e Milbrath apresenta três modalidades de participação: uma assente na mera identificação, outra na adesão formal, e uma terceira que resulta do envolvimento nos assuntos partidários (Milbrath, 1965).

Mas é Ware quem começa por questionar a necessidade dos partidos possuírem efectivos. Depois de apresentar um conjunto de razões que explicariam porque os partidos precisam de gente – ideológicas, funcionais, por necessidade de legitimação e financeiras, por exemplo –, apresenta uma distinção entre “apoiantes” (*supporters*), “membros” (*members*) e “activistas” (*activists*) tomando como pressuposto de partida a distinção de Duverger. Nessa medida, vai aos partidos de quadros buscar a definição dos “apoiantes”, vistos como “*individuals who are not part of the élite but who help out regularly in elections campaigns*” (Ware, 1996: 65). Nos partidos de massas colhe a noção de “membro”; que identifica com o “activista” desse tipo de partidos, alguém que surge “*particularly involved in the work of the party*”, por contraposição aos pouco activos e que se limitam a pagar quotas (Ware, 1996).

O critério do envolvimento está aqui presente, o que leva Ware a distinguir então esses dois tipos de indivíduos ligados a um partido de um terceiro termo que designará por “activistas”. Ou seja, o equivalente ao militante activo, que não se confunde com os anteriores e cujas raízes serão identificáveis nos partidos “híbridos”, de que constituiria exemplo o Partido Conservador inglês. Para melhor compreensão da exposição, e por uma questão de paralelismo com a terminologia de Duverger antes referida, dever-se-á considerar aqui que o apoiante será para Ware o correspondente ao simpatizante de Duverger, equivalendo a noção de membro ao reflexo da noção de aderente do constitucionalista francês.

A “hibridização” constituiria assim um fenómeno vivido por alguns partidos que passaram de uma situação de quase total ausência de efectivos para um número relativamente elevado, mas em que as tarefas que a estes estão consignadas são distintas das que, em regra, os partidos socialistas conferem aos seus efectivos e cuja capacidade de intervenção na vida interna e no rumo do partido é superior. Ware apresenta ainda como exemplo para o aprofundamento da distinção a evolução verificada nos EUA com os partidos de quadros, o que exigiu que a partir das primeiras décadas do século XX, fundamentalmente em razão da introdução das primárias, uma série de actividades tivesse de passar a ser coordenada pelos

próprios candidatos nos seus círculos, designadamente a organização das campanhas. Esta actividade impunha a participação de gente arregimentada pelo candidato, mas que por esse facto não adquiria o estatuto de “membro” do partido:

“they were involved on a regular basis in party activities, or in the campaign activities of particular candidates, but they were not members – simply because American parties did not, and still do not, have members” (Ware, 1996: 67)

Ware refere ainda a natureza elástica que o termo “activista” possui nos EUA, que sempre o distinguiria do “apoiente”, pois que mesmo naquele país este último está registado como eleitor do partido e vota nas primárias. Nada mais. A este propósito, recorde-se o que Wattenberg escreveu, reportando-se à realidade norte-americana, quando destacou que o conceito de “*partisanship*” (partidário), ali adoptado pela maior parte dos autores para demonstrar o sentimento de afeição em relação a um partido, assumia diferentes significados e objectivos em cada autor, facto que tornava difícil o trabalho de qualquer texto de investigação que quisesse tratar o conceito de uma forma compreensiva (Wattenberg, 1998: 7-10).

2.4 O MILITANTISMO COMO FENÓMENO DOS PARTIDOS DE MASSAS

Em França, em especial a partir da Quinta República, ficou consagrada a expressão “militantisme”, a qual nos aproxima do modelo revolucionário leninista. Para Subileau, a proposta tipológica de Duverger quanto aos modelos de partidos, que durante muitos anos condicionou o debate científico pelo domínio que exerceu no universo específico da Ciência Política, acentuaria aquela concepção. Estando os partidos de quadros confinados a terem apenas notáveis, os militantes constituiriam um exclusivo dos partidos de massas. Acentuou-se então, a ideia de que o “militantismo” seria uma realidade alheia ao espaço ideológico da social-democracia, já que a visão revolucionária dos leninistas não o encarava como uma mera “prática social”, mas como fazendo parte de um entendimento global do mundo que transformava o militante comunista num tipo-ideal de raiz weberiana a partir do qual se definiriam todos os outros tipos de militantes dos partidos de esquerda (Subileau, 1981:1041).

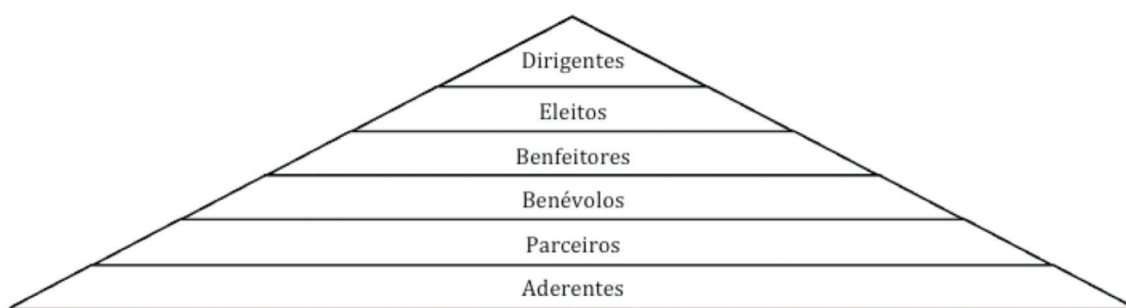
A partir do conceito de militantismo foram várias as tipologias criadas, algumas pretendendo abarcar o conjunto dos militantes, outras reservadas ao universo comunista⁵⁶. Algumas dificilmente poderão ser hoje consideradas como verdadeiras tipologias, quer pela sua patente e *imediata* escassa utilidade prática e científica, quer pela ausência de critérios claros que não se deixem permear pela carga ideológica (Kriegel, 1966; Subileau, 1981; Bonnet *et al.*, 1962;

⁵⁶ Para uma síntese destas posições veja-se a resenha de Françoise Subileau (1981).

Bourdet, 1976; Mothé, 1973)⁵⁷. Daí que mereça referência a classificação dos membros dos partidos apresentada por Françoise Häegel (Quadro 5.2), por referência ao congresso da UMP de 2004, o que foi feito na tentativa de capturar as principais lógicas da adesão partidária e os traços próprios da organização da direita francesa, tendo por fundo as responsabilidades de cada um dentro da organização. É assim que (Quadro 5.2) distingue aderentes (*adhérents*), delegados (*delegués*) e quadros (*cadres*) (Häegel, 2009: 11). Os primeiros são vistos como “militantes” que não detêm qualquer responsabilidade partidária. Para lá dos aderentes, a autora procede então à apresentação de uma tipologia de estatutos, mais do que propriamente de militantes, referindo que enquanto os aderentes se limitam a verem ser-lhes reconhecido o direito de voto, outros membros, para além do direito de voto, satisfazem-se com o simples facto de serem informados sobre o que se passa, isto é, sobre as actividades do partido. A estes designa-os por *partenaires*. Uma terceira categoria de militantes surge designada por Häegel como *benévoles*, isto é aquilo que poderíamos considerar como os voluntários, visto que a acrescer aos direitos dos anteriores, os voluntários têm também a disponibilidade para

⁵⁷ Exemplo do que se vem de afirmar residirá nas tipologias ligadas ao universo comunista francês, cujas mais conhecidas serão as de (i) Kriegel e (ii) Bonnet. A tipologia da militância de (i) Kriegel, provavelmente a maior importante historiadora e politóloga do movimento comunista em França e na Europa da segunda metade do século XX, parte da definição por esta autora do Partido Comunista Francês (PCF), visto como “une contre-société minoritaire où coexistent les couronnes extérieures, le peuple communiste et l'appareil”, concepção que conduzi-la-á à construção de uma classificação que tem por base um critério assente nas funções dos militantes que, em primeira linha, visam assegurar a existência e continuidade do partido. Kriegel identifica (a) profetas, (b) virtuosos, (c) ideólogos, (d) prosélitos, (e) inscritos e, na base, simplesmente (f) eleitores (Subileau, 1981:1042). Note-se que esta tipologia que Annie Kriegel desenvolve é substancialmente diferente das categorias que a mesma autora apresenta como sendo pertinentes ao que chama de “partidos clássicos” e nos quais reconhece as ténues fronteiras entre as figuras do simpatizante, do quotizado e do militante (Kriegel, 1966:11). Bonnet, numa tese em que se debruçou sobre o comunismo na região da Lorena, descrevendo a sua implantação a partir do socialismo alemão, dos imigrantes italianos e polacos e do movimento operário loreno, ofereceu uma tipologia da militância que, excluindo os membros do aparelho comunista, e a partir do diferente envolvimento na vida do partido, agrupa (a) votantes, (b) leitores da imprensa comunista, (c) aderentes antigos ou futuros, e dentre estes um subgrupo com os “certos, prováveis ou possíveis”, a que juntou (d) militantes e (e) peregrinos do Leste (Subileau 1981:1042). Mas tal como acontece com Kriegel, também Bonnet, Santini e Barthélémy já em 1962 se referem a comportamentos que em rigor representam uma aproximação tipológica ao universo do Partido Comunista na Lorena e na qual se distinguem votant, cotisant e militant (Bonnet et al., 1962: 65). Bourdet, numa perspectiva diversa, porque mais englobante, procede à distinção entre militantes reformistas e militantes revolucionários (“les seuls vrais militants”, que estariam destinados a desaparecer quando as massas se tornassem elas próprias militantes), esclarecendo que o que apartará os diversos grupos de militantes se prende com uma combinação de objectivos e dos meios colocados ao seu dispor para a realização dos primeiros, mais do que no tandem tipo da acção/objectivo. Assim, Bourdet elenca sete tipos, a saber: (a) dirigentes, (b) mártires, (c) inscritos, (d) activistas, (e) compagnons de route, (f) simpatizantes e (g) impostores (Bourdet, 1976). Mothé, que centra a sua análise fundamentalmente no militantismo sindical, começa por estabelecer uma dicotomia entre o militante revolucionário leninista do tipo “PC-CGT”, que o autor opõe ao militante auto-gestionário do tipo “cristão-CFDT”, para depois categorizar três tipos de militantes: (a) tribunos, (b) doutrinadores e (c) ideólogos (Mothé, 1973). Para Bourdet e Mothé, sublinha-o Françoise Subileau, o militantismo é visto como um “sistema de atitudes que responde a motivações individuais num contexto determinado pelas estruturas da organização”, cabendo aos traços psicológicos, às funções desenvolvidas e às características das organizações que integram, a definição dos tipos (Subileau, 1981:1042).

o exercício de diversas acções da organização, que colocam ao serviço do partido sem qualquer encargo para este e sem outra contrapartida que não seja “*la satisfaction d’oeuvrer pour la bonne cause*”. A professora francesa fala ainda numa categoria que designa como a dos *bienfaiteurs*, em razão do facto de realizarem contribuições monetárias para o partido, para depois, já numa perspectiva organizacional, alinhar *adhérents, élus e dirigeants* (Häegel, 2009: 13). Se a ideia de um cardápio de responsabilidades, a partir do qual os futuros membros que se filiassem no partido poderiam previamente escolher o respectivo estatuto ainda poderá de algum modo ser vista como um tipo de abordagem por um prisma semelhante aos desenvolvidos por dentro, designadamente por Marwick e Ölsen, verdade se diga que nesta matéria o contributo não parece particularmente enriquecedor, visto que não se acrescenta clareza a uma área em que essa característica deverá ser vista como fundamental.



Fonte: Häegel (2009)

Olivier (2003) também se refere aos “*adhérents*”, afigurando-se ser este o termo por si preferido, constituindo um grupo que será visto como a força da organização e a “caução democrática que permite associar o partido à sociedade”. Também este autor acabará por utilizar tal termo para designar o universo dos membros do partido, os que são chamados a pronunciar-se em escrutínio directo para a escolha dos candidatos presidenciais. O aderente acaba mesmo por ser referido indistintamente em patamar idêntico ao do militante, o que sobressai quando opõe essa categoria dentro do partido à dos eleitos (*élus*) e admite no seu interior a identificação de um conjunto a que chama “*adhérents de base*” (Olivier, 2003).

2.5 UM ESBOÇO PARA UMA TIPOLOGIA AUTÓNOMA DA MILITÂNCIA

Na sequência de um inquérito realizado em 1974, junto de 750 indivíduos ligados às federações girondinas de três partidos políticos (UDR, PSF e o PCF), Lagroye e Lord chamaram a atenção para o facto de que muitos autores para estabelecerem uma tipologia privilegiavam a necessidade de escolha de uma variável principal, à qual depois se juntariam outras variáveis que permitissem tornar menos rígida a classificação (Lagroye e Lord, 1974: 559). Deram como exemplo a construção das tipologias de Duverger (1976), assente num critério estrutural para diferenciar os partidos de massas dos de quadros, e de Jean Charlot (1974), que privi-

legia os objectivos escolhidos pelos próprios partidos como variável axial, salientando quanto a este último autor a dificuldade com que a partir daqui se confronta com a sua aplicação aos dados recolhidos através de inquéritos junto dos partidos. O número excessivo de variáveis recomenda uma redução, que se afigurará fundamental para se poder dominar *“la complexité du phénomène”*. O inquérito referido permitiu a estes autores proporem uma combinação de variáveis para o estabelecimento de uma classificação, variáveis que servirão depois para a elaboração da sua tipologia dos partidos. Aquilo a que se referem expressamente apelidando como *“critère classique du militantisme”*, parte de uma definição de militantismo político visto como:

“le degré et la qualité de la participation aux activités proposées aux adhérents, ainsi que le temps qui est consacré par chacun d’entre eux à ces activités” (Lagroye e Lord, 1974: 561)

A importância da noção de Lagroye e Lord para este trabalho reside na circunstância dos dados obtidos nesse inquérito assinalarem a necessidade de não poder haver, em nosso entender, aquilo que se designaria como uma vinculação excessiva às actividades especificamente partisans, entendidas como, por exemplo, a participação em reuniões, por existirem igualmente as chamadas actividades periféricas ao partido, como a presença em sindicatos e associações. Esse inquérito revelou que os próprios entrevistados tinham tendência em agrupar as actividades que desenvolviam em partidárias e extrapartidárias. A partir destas definiam a sua própria concepção de militância política.

As outras variáveis (objectivos prioritários que os partidos se atribuem e modo de tomada de decisão sob o prisma da democracia interna), por se destinarem especificamente à construção de uma tipologia para os partidos não se revelam aqui pertinentes. Em todo o caso, ainda relativamente aquela variável inicial, Lagroye e Lord avançam com um outro ponto que aqui será útil. Com efeito, pese embora a latitude terminológica de outros autores da escola francesa, aqueles também assinalam um aspecto que se refere de forma seminal à distinção entre aderente e militante. Este critério é fundamental para se aferir o grau, por um lado, e a qualidade da participação, por outro, dos indivíduos dentro dos partidos. Acolhem então três abordagens quanto ao primeiro termo relativo ao grau: (1) assistência às reuniões partidárias, (2) assistência a congressos interdepartamentais e nacionais e (3) ocupação de lugares ou cargos de responsabilidade dentro da estrutura de cada partido (Lagroye e Lord, 1974: 565). No que concerne à qualidade da participação, Lagroye e Lord abordam-na numa tríplice perspectiva tomando como referenciais o (1) tempo gasto semanalmente em actividades partidárias e o (2) conjunto de actividades a que se dedicam para obterem a medida do “activismo” dentro do partido. O terceiro critério está fora do partido e vem da (3) participação em sindicatos, associações, organismos oficiais e outros onde os aderentes podem defender os pontos de vista do seu partido (Lagroye e Lord, 1974: 568). Depois da introdução dos referidos critérios, estes autores são levados a uma distinção em razão das categorias que cada um dos diversos entrevistados pessoalmente escolheu para si, catalogando-se como *“simple*

adhérent”, “*militant épisodique*”, “*militant actif*” ou “*autres+NR*”.

Uma das vantagens, de acordo com Lagroye e Lord, é que uma classificação deste tipo dá resposta às necessidades de simplificação inerentes à construção de uma tipologia.

2.6 O APROFUNDAMENTO DE CONCEITOS E DISTINÇÕES DE ÖLSEN E MARWICK

Alguns autores, sem formularem uma tipologia, aprofundaram conceitos e distinções que se revelaram úteis, partindo do critério do nível de interação⁵⁸ com o partido. Foi o caso de Marwick que aproveitando as actividades políticas da CDU e do SPD durante uma campanha eleitoral, no âmbito de um inquérito circunscrito à região de Munique, repescou a noção de “quadro” (cadre) por considerar que esta constitui a estrutura de base de uma organização. Tal como acontece com a etimologia do termo militante, as origens dos “quadros” deviam reconduzir-se a uma unidade de combate da organização, a um núcleo com características de permanência, com pessoal disciplinado, bem preparado e apto a fornecer as bases de um rápido crescimento numa situação de conflito, tal como teorizado por Lenine. O termo “quadro” ficaria reservado ao profissional revolucionário que assumisse funções de responsabilidade dentro do partido em razão da sua preparação, dedicação e competência, a ponto de merecer um lugar no aparelho, o que, como estudado por Philip Selznick, constituía o objectivo dos comunistas na transformação dos “simples aderentes em militantes mobilizáveis” (Marwick, 1966: 620-621).

Ölсен, por seu lado, partirá da ideia de “envolvimento acrescido” (*increasing involvement*) para realizar a distinção entre situações de envolvimento mais consistente ou mais frágil com o partido. Isto permitir-lhe-á reconhecer a existência de três patamares. O primeiro, que designou por “*party attendance*”, reservou para os que por vezes participam em eventos promovidos pelo partido. Tratar-se-ia de assistentes cujo grau de envolvimento seria ocasional ou circunstancial. O segundo nível ficaria destinado para os “voluntários do trabalho partidário” (*volunteer party work*), gente que para além de ocasionalmente participar nos eventos e reuniões do partido era nalguns momentos capaz de se oferecer para colaborar com o partido e os seus candidatos (*work for their party and its candidates*). Se para além da participação nas tarefas dos níveis 1 e 2 houvesse da parte dos partidários (*partisans*)⁵⁹ uma disponibilidade suficiente para servir nos diversos comités do partido e assumir lugares dentro da estrutura da

⁵⁸ Pode ser entendido como participação/envolvimento com o partido.

⁵⁹ Importa manter presente que o contexto dos partidos e os modos da participação são diferentes entre os EUA e a Europa pelo que a terminologia a que os diversos autores recorrem não será sempre idêntica. De qualquer modo, como no caso de Marwick, esse factor é levado em consideração na comparação que faz entre os trabalhos por si desenvolvidos em Los Angeles e em Munique, aliás com reflexo nas respostas obtidas (“*Les cadres des deux partis s'accordent très largement pour dire que c'est une mauvaise tactique que de donner la préférence aux intérêts personnels aux dépens des intérêts de la communauté. Or, dans une enquête semblable menée à Los Angeles en 1963, les militants démocrates et républicains sont tombés d'accord pour dire que c'était là la meilleure tactique parmi les cinq qu'ils avaient à évaluer (11). Il est donc évident que les différences entre la «culture politique» de Munich et celle de Los Angeles sont notables.*” (Ölсен, 1976: 633)

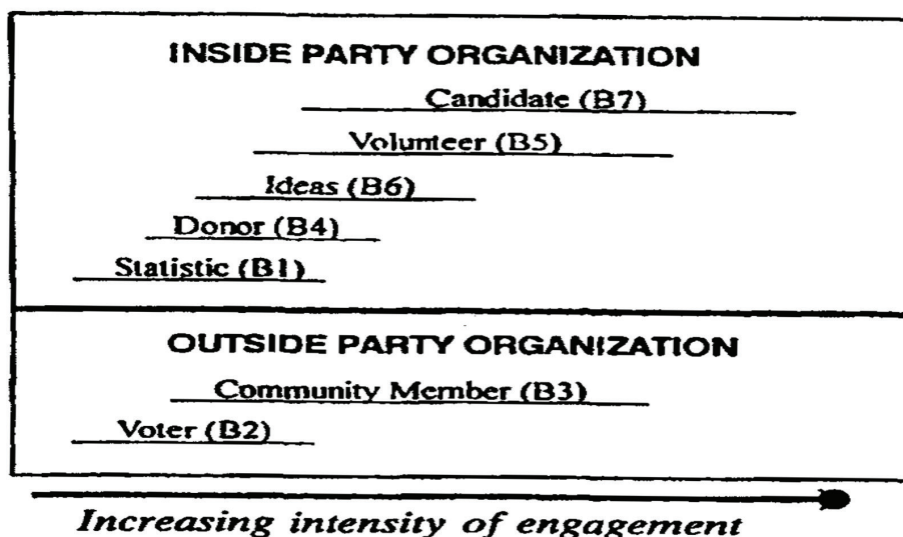
sua organização, então a estes corresponderia o nível 3 (Ölsen, 1976: 551-552).

2.7 O CRITÉRIO DO ENVOLVIMENTO CRESCENTE DE SCARROW

Partindo da discussão de saber que tipos de membros os partidos preferem e quais os tipos de benefícios que os membros poderiam fornecer aos partidos, Scarrow elege como critério de análise um indicador que em larga medida se aproxima daqueles que foram avançados por Ölsen e Marwick.

Estabelecendo à partida uma divisão que vem de Duverger entre os que estão fora da organização do partido e os que estão dentro, Scarrow considera a existência no interior de cada comunidade (*cell*) daquilo que designou como “intensidade do envolvimento crescente” (*increasing intensity engagement*), construindo a partir deste critério uma escala tipológica que, do exterior para o interior, agrupa num primeiro compartimento eleitores e membros da comunidade, estabelecendo uma separação clara entre o que está dentro do partido e o que está fora. Depois, à medida que cresce a intensidade do envolvimento com o partido – o que a autora faz operacionalizando o envolvimento (*engagement*) como uma mescla entre o tempo exigido por uma dada actividade e a visibilidade pública desta – alinha no interior da organização (Quadro 5.4) uma escala crescente de envolvimento, destacando os membros para efeitos estatísticos (*statistics*), os doadores (*donors*), os idealistas (*ideas*), os voluntários (*volunteers*) e, por fim, os candidatos (*candidates*) (Scarrow, 1994: 41-60).

Quadro 5.4 – Características das actividades dos membros do partido



Fonte: Scarrow (1994:51)

2.8 COMPARTIMENTAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE PAPÉIS

Philippe Aldrin e Seiler vêm chamar a atenção para uma realidade decorrente das tarefas que os diversos membros de um partido desempenham em prol da organização. Aldrin considerou que a especialização da articulação dos papéis será aquilo que dentro da organização

acabará por determinar a distinção das funções entre cada elemento, o que dependerá do investimento que cada um faça no partido e da responsabilidade que pretenda assumir em razão das oportunidades da acção política colectiva. O critério de Seiler, por seu turno, recorre ao conceito de “competência política”, entendido no sentido desenvolvido por Daniel Gaxie (1987)⁶⁰, isto é, determinado pelas variáveis sociais “pesadas” – classe social, nível de instrução, nível cultural, por exemplo – e o domínio da linguagem, o que explicaria a inserção num partido e a afirmação pública das respectivas preferências, levando em períodos eleitorais à acção política e ao apoio material. Estas intervenções poder-se-iam revestir de diversos estatutos entre a adesão e o voluntariado (*bénévolat*).

As categorias decorrem dos papéis, mas os pressupostos de partida são em todo o caso distintos para os dois autores. Seiler associa a análise tipológica aos diversos aspectos da mobilização partidária, a qual se insere no comportamento político e irá permitir para chegar ao conceito de competência política diferenciar entre (i) eleitores, (ii) simpatizantes e aderentes, (iii) militantes e (iv) dirigentes. Para Seiler, o conceito de identificação partidária desenvolvido por Converse será o único susceptível de medir o “*phénomène sympathisant*” (Duverger, 1976). Acabando por criticar a fluidez relativamente às categorias do simpatizante e do aderente, ignoradas pelos partidos americanos, proporia o reagrupamento destes numa única categoria, a dos “partidários”. Na esteira de Duverger, Seiler chamou a atenção para a valorização atribuída ao activismo militante nos partidos de massas, vendo o militante como alguém que ultrapassou a fase da mera adesão para se envolver numa acção colectiva e participar em acções voluntárias. É em Weber e nos tipos ideais de acção social que Seiler encontra a explicação para este tipo de atitude. Não obstante, será Michels a transmitir a este autor a razão para o enquadramento dos dirigentes numa ordem específica, ainda de raiz weberiana e decorrente da dicotomia entre o chefe carismático e o boss americano. Para Seiler, quando Michels evidenciou o modelo oligárquico predominante nos social-democratas alemães, entre eleitos e permanentes, estaria a enfatizar as necessidades de liderança e a sua profissionalização nas mãos de um dirigente que concentrasse em si o essencial do poder, contrabalançando a pulsão oligárquica da organização. As teses de Michels, originariamente pensadas em relação aos partidos de massas, manteriam actualidade na medida em que permaneceriam válidas até para os partidos de integração social de Neumann (Seiler, 2000: 180-192).

Aldrin utiliza a distinção de funções para construir uma pirâmide que hierarquiza os vários tipos de militantes (Quadro 5.5). Em Aldrin, o militante define-se dentro do universo partidário de forma “implícita” pelo espaço vazio que não é ocupado por aqueles a quem foram atribuídas tarefas específicas, ou seja, cabe-lhe um papel residual, “*une sorte d’identité par défaut au sein du parti*” (Aldrin, 2009). Esta ideia acentua a compartimentação “quase-canónica” en-

⁶⁰ “*La compétence politique est à la fois attribution et capacité, droit de connaître et connaissance, compétence cognitive et compétence sociale.*” (Gaxie, 1987: 32)

tre militantes e dirigentes, perceptível em Ostrogorski (1910: 30-31)⁶¹, e é fruto de uma análise assente em registos analíticos diferentes:

“Au militant” la rhétorique de l’engagement, de la cause et du collectif qui privilegie les explications psychologiques et sociétales. Au dirigeant, la rhétorique de l’appareil, de la carrière et des jeux politiques qui penche de l’analyse systémique ou de la théorie des champs et flirte volontiers avec la sociologie des élites” (Aldrin, 2009: 2)

Aldrin critica a dicotomia que “naturaliza” a oposição dirigente/militante e “acantona o militante à análise do militantismo”. A seu ver, a especialização de funções – o processo de “selecção, afectação e promoção” – não será apenas o efeito de uma opção, mas o produto do funcionamento dos mecanismos endógenos da organização, conclusão que o conduz a colocar a tónica no estudo de uma categoria que acaba por introduzir e a que chama, em termos gerais, os “permanentes” (*permanents*). Será a consideração desta “classe” de militantes que, de acordo com a sua visão, permitirá fazer uma análise do militantismo fora daquilo a que chamou as categorias *“indigènes fossilisées par la théorie”*, que de modo incompleto dão conta das relações entre militantes e dos movimentos entre categorias. A introdução dos permanentes e das suas diversas categorias heterógenas tornará possível oferecer uma via de análise que permitirá ao estudo do militantismo sair dos escolhos da “compartimentação e do acantonamento”, abandonando visões normativas, por um lado, e permitindo-nos apercebermo-nos da variedade e heterogeneidade das categorias. Dessa forma será possível restituir ao militantismo a sua natureza plástica e plural (Aldrin, 2009).

Quadro 5.5 – Pirâmide de Aldrin



Fonte: Aldrin (2009)

⁶¹ Quando a MacMillan publica a colorida análise de Ostrogorski (1910) sobre a democracia e o sistema de partidos nos EUA, já então o autor russo se referia aos componentes da máquina (machine) nos seguintes termos: “All the men of the Machine may be divided into three categories representing three distinct grades: the ‘boys’, the ‘henchmen’ and the ‘bosses’. The boys are the simple men who do the rough work, very often the dirty work of politics. (...) The ‘henchmen’ are the lieutenants and helps of the bosses.(...) The henchman is a sort of prefect or vicar who “works” for the boss, who manages the subordinate politicians and the electorate on his behalf.” (Ostrogorski, 1910: 230-234). Aqui ainda não será possível falar numa tipologia. Ostrogorski limita-se a alinhar tipos predominantes que decorrem da observação empírica com base em elementos de tipo social, caracteres, enfatizando origens, hábitos, lugar na sociedade, ambições e modo de vida dos que vê entrar nos partidos.

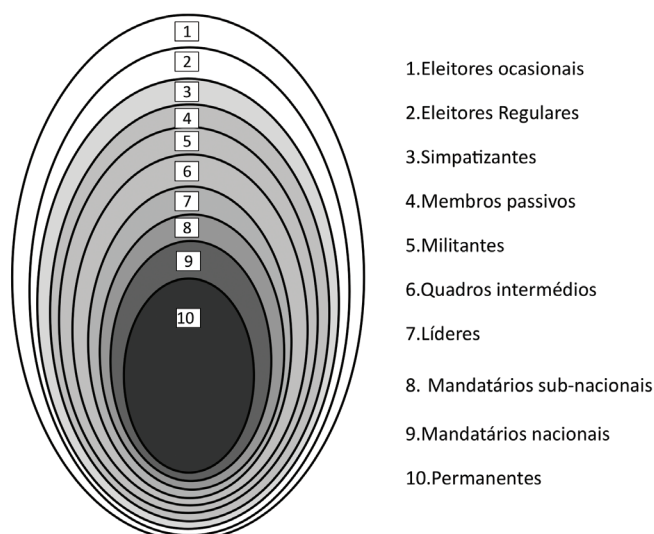
A análise processual, provocando a subversão do sentido das palavras, conduziria igualmente a uma percepção assimétrica “*a priori des parcours d’engagement des ‘simples militants’* (ou “*des militants de base*”) *et des dirigeants du parti*” e do percurso dos “permanentes”. A consideração desta categoria dos permanentes surge, pois, com pertinência para este trabalho, ao chamar a atenção quer para a multiplicidade de “permanentes” que se movem no interior do partido, e mesmo nas suas margens em actividades para as quais aquele é fundamental, mas também para a dualidade de papéis que assumem enquanto profissionais assalariados e, ao mesmo tempo, como militantes, sempre numa perspectiva de análise que combina aspectos psicológicos, ideológicos e funcionais dentro do partido. Em reforço desta ideia, Aldrin nota a evolução operada no decurso das décadas de 70 e 80 do século XX, quando ocorre a importação por parte de alguns partidos dos modelos de organização e gestão empresarial que conduziram à profissionalização de uma série de actividades que, inclusivamente, passaram a implicar a subcontratação de serviços a entidades alheias ao partido situadas no mercado concorrencial, designadamente em áreas como o marketing eleitoral e os estudos de opinião. O desencanto que esta alteração de padrões provocou terá mesmo levado ao aparecimento de um certo desapego pela militância, que em parte poderá explicar uma recomposição das motivações e práticas militantes, já influenciado por uma nova cultura empresarial, que mercê das alterações entretanto ocorridas aproximou ainda mais o partido (PSF) da figura de uma agência eleitoral, ficando a militância reservada, passe o reforço pleonástico, à “notabilização dos notáveis” e à legitimação do seu peso específico (Aldrin, 2009: 67-81).

2.9 AS DIMENSÕES TRADICIONAIS DE ANÁLISE DOS PARTIDOS E A AFINAÇÃO DE CONCEITOS PARA UMA TIPOLOGIA ÚTIL

Dado que a construção de uma tipologia é o resultado do critério adoptado por quem a constrói, alguns autores optaram por considerar uma combinação de critérios para edificarem a sua própria tipologia. Um trabalho desta natureza tenderá a aumentar o número de classificações, o que se tornará interessante se permitir uma melhor compreensão das relações que se estabelecem, conferindo consistência, utilidade e segurança para o uso posterior das categorias encontradas.

Van Haute apresentou uma perspectiva diferente dos autores anteriores e foi buscar a Schmitt a categorização que este fez dos círculos de participação partidária, arrumados em oito classes, para depois combiná-la com as perspectivas individuais atinentes à intensidade da participação e com a perspectiva organizacional, tomando por referencial as três dimensões tradicionais de análise de Katz e Mair – *party on the ground*, *party in public office* e *party in central office* –, de maneira a que estes critérios fossem depois plasmados no modelo dos círculos concêntricos de Duverger, o que a autora belga acaba por fazer arrancando de uma distinção preliminar entre o que está dentro do partido e o que fica na sua orla (Quadro 5.6).

Quadro 5.6 – Círculos concêntricos da participação partidária



Fonte: van Haute (2009)

Deste modo, na orla do núcleo surgirão os anéis exteriores de Schmitt onde se agrupam eleitores ocasionais e regulares. A seguir aparecem os simpatizantes, para só depois serem então alinhados, por esta ordem, i) membros passivos, (ii) militantes e activistas sem mandato, (iii) quadros intermédios ou middle-level elites, (iv) líderes nacionais, (v) mandatários sub-nacionais, (vi) mandatários nacionais e, finalmente, (vii) os permanentes de que Aldrin falava.

As duas primeiras categorias da base da figura anterior (5.6) reportam-se ao *party on the ground*, enquanto, por seu turno, as categorias mencionadas em terceiro, quarto e sétimo lugar dizem respeito ao *party in central office*, para no final alojar as categorias intermédias a que couberam o quinto e sexto lugar no *party in public office*. Como se notará, Schmitt não acrescentou clareza à análise. Bem pelo contrário, porque a combinação de elementos e critérios atinentes a diferentes teorias acaba por impossibilitar generalizações, levando à criação de excepções. Não se percebe qual a vantagem da colocação de uma categoria de permanentes no núcleo dos círculos quando se vê que permanentes podem ser também alguns quadros intermédios ou mandatários nacionais, não sendo certo que esta categoria de permanentes possua internamente uma posição de supremacia no confronto com algumas das outras categorias.

2.10 O CONCEITO DE CARREIRA

Para a compreensão do fenómeno da militância e construção de uma tipologia útil, a introdução por Olivier Fillieule, na esteira, entre outros, de Hughes e Becker, do conceito de “carreira” pode vir dar uma preciosa ajuda.

Por detrás deste conceito está a ideia de que existe um ciclo, ou um percurso, durante o qual se manifestarão diversas formas de activismo e de envolvimento com a organização,

estatutos e responsabilidades, num processo de socialização institucional que passa pelas fases de *adesão*, *empenho* e *deserção* ou *dissidência*. Estabelece-se uma interacção entre o indivíduo e a organização e esta deixa a sua impressão digital sobre aquele em razão dos papéis atribuídos aos membros, com os quais estes se conformam. Fillieule tem particularmente em vista a compreensão de diferentes gerações de activistas, observando as diferenças entre estes, as mudanças institucionais e a fotobiografia em cada momento, já que estes elementos podem contribuir para se saber que elementos influenciam um maior envolvimento com a organização partidária ou contribuem para o abandono (Fillieule, 2010).

3. A PERSPECTIVA QUE SE DEFENDE

Não faz sentido a existência de tipologias da militância cuja utilidade fique dependente de se saber se o partido é de quadros ou de massas, conservador ou revolucionário-leninista. E a necessidade de introdução de um maior rigor não decorre apenas dessa realidade. Igualmente porque os partidos atravessam uma fase em que passam por mudanças organizacionais que implicam a reformulação dos seus laços com os que os apoiam, membros e não-membros, quer no sentido de revitalizarem a militância, quer de se relegitimarem perante o respectivo eleitorado através de procedimentos que reforcem a democracia interna e a participação, alargando-as ao maior número possível de pessoas. Tais procedimentos, olhando para a emergência dos “*multi-speed membership parties*” e para as novas e múltiplas categorias de engajamento que Scarrow isolou, em resultado do impacto provocado por aquelas mudanças (Scarrow, 2014, 2015), obrigam a que se olhe para a militância e conceitos afins numa perspectiva geral, antes de se adoptarem novas classificações em relação a cada tipo de partido.

Se, por um lado, é possível referir-nos genericamente aos aderentes querendo com isso dizer que em tal categoria se incluem, por exclusão, todos os que sendo mais do que eleitores e simpatizantes se predispuseram a engrossar os números de um partido, preenchendo um pedido ou ficha de adesão, submetendo-a à aprovação da organização partidária e passando a figurar nos cadernos desta última; adquirindo estatutos que, fazendo uma transposição do universo da ciência jurídica, mais concretamente do direito civil para a ciência política, poderíamos designar como de “*personalidade partidária*” e “*capacidade partidária*”, com as suas modalidades de gozo e de exercício.

Acima registou-se que se entende a filiação como o acto de inscrição voluntária de um indivíduo num partido político, acto esse que o tornará sujeito de direitos e de obrigações. Compreendendo-se desde logo nesse acto o direito de participação nas actividades do partido, de comparência e intervenção em reuniões, de tomar parte nas votações, de formular propostas, de eleger e ser eleito para os respectivos órgãos, integrando listas para os actos eleitorais internos e externos, ouvindo e fazendo-se ouvir nos diversos fora de actuação do partido, de acordo com as respectivas regras estatutárias e regulamentos.

De entre os respectivos deveres, para além de alguns dos direitos assinalados representarem a contrapartida dos deveres, como seja a obrigação de integrarem listas e de aceitação

das funções e tarefas para que sejam designados, ressalta de imediato a obrigação de pagamento de quotas, embora este último elemento distintivo tenha vindo a perder importância (vd. supra Capítulo VII, secção 4).

Convirá reter aqui as referidas ideias de voluntariado e de liberdade para a aquisição do estatuto de militante, com o que se deixam ao largo vinculações de natureza colectiva como as que eram típicas de alguns partidos, caso por exemplo do Partido Trabalhista inglês⁶². Ainda há pouco Gauja recordou o art.º 11.º da CEDH, que mereceu expressa consagração em constituições nacionais, o qual protege a liberdade de associação como direito fundamental que só poderá ser derogado face a “justificadas limitações” (Gauja, 2015: 236)⁶³.

Um caso que merece destaque e foi recentemente objecto de análise numa perspectiva que volta a realçar as diferentes terminologias e estatutos por referência ao mesmo universo, tem a ver com os exemplos que nos chegam da América Latina. Došek (2014) verificou que a existência de uma das formas de separação dos estatutos entre membros de um mesmo partido passa pela adopção de diferenças estatutárias. Estas diferenças encerram uma graduação entre membros, sendo que alguns partidos só atribuem o denominativo militante aos membros que se predispõem a desenvolver uma carreira dentro do partido⁶⁴.

Mas também no universo partidário mexicano Helène Combes verificou que os estatutos do PAN (mexicano) estabeleciam a diferença entre “*membros aderentes*” e “*membros activos*”, identificando a presença entre os chamados “*participantes en la campaña*” de “*adherentes desde hace poco tiempo*”, os que não tiveram formação militante. Este último aspecto será mais um elemento de distinção entre as figuras (Combes, 2011: 122).

Estes exemplos que nos chegam da América Latina, onde inclusivamente Došek notou aquilo para que se vem chamando a atenção, ilustram igualmente, à semelhança do que sucedia com a literatura francófona, a fluidez no uso dos termos castelhanos que se referem aos

⁶² Só com a reforma estatutária de 1918, na sequência do final da I Guerra Mundial e por influência da Revolução Russa é que o Labour Party (R.U.) levou a cabo a sua primeira reforma organizacional. Até então o partido era uma confederação de sindicatos, com grandes deficiências de organização e sem uma estrutura sólida que permitisse qualificá-lo, na terminologia duvergiana, como um partido de massas. Só em 26/09/1917 foi apresentada por Henderson ao NEC (National Executive Committee) do Labour uma proposta de reorganização estatutária que previa o alargamento da individual membership, o reforço e desenvolvimento das estruturas locais do partido e a adopção de um programa político consistente, o que viria a ser consagrado com a aprovação das alterações estatutárias em 1918. Por esta altura ainda coexistiam no partido as filiações colectivas e as individuais (McHugh, 2001: 47-70).

⁶³ Esta matéria será abordada e desenvolvida nos capítulos VI e VII.

⁶⁴ “Another way that Latin American parties use to express variation in right and duties of its members is differentiated membership stipulated in the statutes. Thus, the majority of the parties contemplate the figure of “*sympathizers*” (*simpatizantes*) that feel close to the party programme, its principles and may support the party during the campaigns, though they are not formally party members, as the most basic way to collaborate with the party. The next step is to become affiliated (*afiliado/miembro*), i.e., party member, either directly or after a period of pre-affiliation (*Partido Demócrata Cristiano in Chile* or *Acción Popular in Peru*). For the most active members, some parties reserve the term *militant* (*militante*), either formally according to the statutes (e.g., *Partido Verde Ecologista de México in Mexico* or *PDL and PRD in Dominican Republic*) or informally for those who decide to run political partisan career as in the case of *Argentina*. The *Partido Revolucionario Institucional* (Mexico) also distinguishes party cadres (*cuadros*) and party leaders (*dirigente*) as the most advanced stage of party membership” (Došek, 2014:16).

membros dos partidos, havendo diferenças com o uso da mesma palavra em vários países, nomeadamente com os termos militante e aderente, de tal forma que o próprio autor acaba por também usar o mesmo termo ao longo de todo o seu *paper* sem qualquer distinção⁶⁵.

Feita esta clarificação entre as definições de militante e aderente e a diferença de estatutos daí resultante, impõe-se a introdução dos conceitos de personalidade e capacidade de exercício partidárias para vincar ainda mais essa diferença.

4. OS CONCEITOS DE PERSONALIDADE E CAPACIDADE PARTIDÁRIAS

Tendo presente o que se vem de expor, conclui-se que a personalidade partidária é o estatuto que um cidadão ou organização (nos casos em que o partido admita filiações colectivas como sucedia com os trabalhistas ingleses) adquire no momento da conclusão com sucesso do processo formal de adesão a um partido. Esse momento corresponderia à aquisição da personalidade jurídica, em Portugal a aquisição de um estatuto com o nascimento completo e com vida (cfr art.º 66º, n.º 1 do Código Civil).

Pelos actos formais de adesão e admissão no partido, o candidato adquire personalidade partidária, como que “nasce” para o partido, momento gerador que traz consigo a aquisição de um conjunto de direitos e deveres traduzido naquilo que designamos por capacidade partidária. Esta última expressão tem o seu desenho fundamental no conceito de capacidade jurídica. Desta forma, a capacidade partidária traduzir-se-á na permissão do militante ser sujeito de quaisquer relações partidárias, activas ou passivas. Ao contrário, porém, do que sucede no direito civil, por via da adesão total e perfeita ao partido, o militante adquire de imediato capacidade de gozo e capacidade de exercício partidárias, cujos momentos de aquisição em regra coincidirão, salvo nos casos em que a capacidade eleitoral activa ou passiva do militante fique condicionada ao decurso de um determinado período tempo.

Esta nomenclatura não é de todo estranha às formações do actual quadro partidário parlamentar, embora surja referida em relação a uma realidade mais limitada que é a capacidade eleitoral. No caso do PS, o art.º 15.º dos seus Estatutos regula a capacidade eleitoral activa e passiva dos membros do partido. Sobre a capacidade eleitoral dos militantes do PSD debruça-se o art.º 73.º dos respectivos Estatutos, verificando-se que no CDS/PP apenas a capacidade eleitoral activa aparece regulada no art.º 7.º n.º 2, no caso para estabelecer uma limitação de carácter temporal à respectiva aquisição após admissão no partido (três meses). Os Estatutos do BE abordam a questão indirectamente, sem recurso a esta terminologia (artigo 4.º) fixando os direitos a eleger e a ser eleito e as limitações à capacidade eleitoral passiva em sede de mandatos para os órgãos do partido (cfr. art.º 15.º), acontecendo o mesmo quanto

⁶⁵ “*There is a great divergence in the use of the Spanish translation of party members, that normally has to do with the level of implication in the party activities and the post held by the members. But there are also differences in the meaning of the same word among the countries. Normally, in the party statutes party members are referred to as **miembros de partido** or **afiliados**. Often, the word **adherente** (adherent) is used in the same meaning. In the public discourse (mass media) is used the word **militante** (militant) for all the categories discussed in this paper without distinction*” (Došek, 2014: 16).

ao PEV (cfr. art.º 12.º dos Estatutos). Para o PCP a única menção estatutária é ainda indirecta constando do art.º 15.º dos Estatutos. No caso do PAN as disposições dos art.ºs 10.º e 11.º reportam-se a esta matéria, sendo aliás um decorrência dos filiados serem cidadãos “no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos”(art.º 8, n.º 1).

5. ONDE COLOCAR O ADERENTE FACE AO MILITANTE E AO FILIADO

De acordo com o raciocínio que se vem seguindo, como modo de afastamento da ambiguidade que tem permeado o conceito de aderente, a adesão constitui uma fase transitória de natureza processual na passagem de um estatuto externo – simpatizante ou mero eleitor – para a aquisição de um estatuto com implicações internas ao nível do partido. Essa fase poderá ter maior ou menor duração em função dos processos de admissão consagrados nos estatutos de cada partido⁶⁶. Para além da função clarificadora do conceito, que passará a contar com balizas claramente definidas em termos temporais e processuais, a sua admissibilidade contribuirá para a depuração do sentido do termo militante, conferindo-lhe um lugar central e único no estudo dos membros dos partidos, qualquer que seja a perspectiva de análise que se adopte.

Xavier Jardin (1994) assinalou, por um lado, que as diversas definições científicas de militante dão a impressão de “*floeu qui flotte autour des concepts*” (1994: 4-5) e, por outro, com reservas face ao exagero, que a Ciência Política até ao momento não definiu com precisão o que é um militante. Daí que se imponha fazer aqui um esforço de conceptualização que de algum modo possa contribuir para afastar essa incerteza.

Deste modo, retomando a definição de militante (secção 1 deste capítulo), e sem prejuízo das subcategorias que a análise empírica permitirá destrinçar em cada partido e país, militante é todo o indivíduo que obtém aprovação no processo de adesão e que sendo admitido num partido político – a única realidade que aqui nos interessa e que se afasta de outros tipos de vinculação a organizações associativas, de natureza sindical ou outras - adquire um conjunto de direitos e deveres que incluirão, sem carácter exaustivo, a titularidade de um documento que atestará perante terceiros a sua pertença à organização, o pagamento de uma quota ou contribuição com carácter regular, a sua inscrição nos cadernos de recenseamento do partido, a capacidade de poder votar para os órgãos do partido, bem como de propor, subscrever e integrar listas e/ou candidatos, o direito de se apresentar a sufrágio para os órgãos do partido e de concorrer, ser eleito ou nomeado para representar o partido externamente, designadamente nas instituições em que este se faça representar, nacionais e/ou internacionais, e/ou nos órgãos de governo próprio de um Estado, a nível nacional, seja nos estados unitários ou

⁶⁶De acordo com Tomáš Došek, em relação a alguns partidos latino-americanos, os candidatos têm de passar pela frequência de um curso ou um período probatório que designa de “período de observação do pré-membro”, variável entre 3 e 6 meses no *Partido Aprista Peruano* e no *Partido Nacionalista Peruano*, no *Partido Acción Nacional (Mexico)*, no *Partido Democracia Cristiana (Chile)*, ou no *Partido Revolucionario Dominicano (República Dominicana)*, havendo outros casos em que a adesão implica o patrocínio de pessoas que já sejam membros do partido (Došek, 2014:15).

nos federais, a nível regional e local.

Com o mesmo objectivo de exclusão da ambiguidade da exposição e procura de uma maior clareza conceitual para a construção de uma tipologia alternativa da militância, consideraremos uma categoria geral com interesse somente para efeitos expositivos, que será a categoria dos filiados, nesta englobando todos o que concluíram com sucesso o processo de adesão formal a um partido tendo adquirido o estatuto de militante.

O termo filiado tenderá a abarcar a mesma realidade ocupada pelo militante mas numa perspectiva mais genérica, pelo que, sem grande inconveniente do ponto de vista conceitual e de análise, os dois termos poderão ser considerados e tratados como sinónimos. No entanto, também sem prejuízo de numa análise futura se repensar a conclusão a que neste momento se chegou, tenderíamos a atribuir ao termo militante uma conotação mais técnica, essencialmente por duas razões. A análise empírica, o que também resulta das investigações de Došek, demonstra que existe uma afirmação do activismo na utilização do termo militante, sinal de um maior empenho. A segunda razão tem a ver com o facto de haver pelo menos uma categoria de membros dos partidos em relação aos quais a prática demonstra que raramente são tratados simplesmente como militantes quando são referidos por terceiros, tendo a expressão que designa essa categoria especialíssima de membros no léxico corrente da comunicação social e da opinião pública se ter vulgarizado e mencioná-los como “notáveis”. Os notáveis não são militantes em sentido técnico, mas são filiados como todos os outros.

O filiado será, assim, numa perspectiva mais generalista, todo e qualquer militante em sentido lato, profissional ou amador, qualquer que seja a posição que ocupe dentro da organização e o grau de envolvimento ou de interacção com o partido a que pertence.

Clarificado o quadro conceitual com que se vê a militância e que se seguirá ao longo da exposição, importará proceder ao seu aprofundamento, pois que só este permitirá a destrição das diversas categorias em que se desdobra dentro da organização.

6. OS CRITÉRIOS DE REFERÊNCIA: PROFISSIONALIZAÇÃO E ENVOLVIMENTO HORÁRIO

Reconhecendo-se no trabalho de van Haute um importante esforço de síntese, seria importante proceder ao aproveitamento parcial dos resultados a que académica belga chegou, combinando-o com as perspectivas de Fillieule, quanto à noção de carreira, e de Ölsen e Scarrow, tomando o maior ou menor grau de envolvimento com o partido como um fiel clarificador para a análise tipológica.

Qualquer observação que se faça aos partidos nos Estados democráticos modernos, do modelo de Westminster ao estado multipartidário polarizado (Sartori, 1966) permitirá verificar que a evolução dos partidos e as transformações operadas nos sucessivos modelos que a história foi conhecendo, espelha a sua passagem de organizações amadoras e com estruturas temporárias, típicas dos partidos de notáveis, de quadros e de elites dos primeiros tempos, até às estruturas altamente profissionalizadas do partido-cartel.

Esta transformação, que levou à criação de estruturas burocráticas permanentes e a uma organização dos seus membros fora da arena parlamentar, permitiu a evolução para estruturas do tipo capital-intensivo que tornaram em termos práticos redundante essa organização, na medida em que se transformaram em campos de recrutamento de pessoal (Krouwel, 2006: 266).

Admitindo-se, por outro prisma, como correcta a asserção de Schlesinger de que um partido, à semelhança dos grupos de interesses ou das organizações públicas são “produtores de bens colectivos”, de que de uma forma ou outra e de cuja actividade muitos beneficiam, e que encontra forte justificação na lógica da acção colectiva de Ölsen, isso significará que, efectuando-se a transposição para o universo da organização partidária, seremos conduzidos à distinção de Clark e Wilson sobre os incentivos (materiais, solidários e intencionais ou dirigidos) e, em particular à distinção deste último entre amadores (*amateurs*) e profissionais (*professionals*) na política (Wilson, 1962; Schlesinger, 1991: 16-18). Nesta medida, faz sentido que a primeira distinção a introduzir entre militantes de um partido político reflecta as diversas dimensões organizacionais de que Krouwel dá conta, permitindo-se dessa forma distinguir a condição dos militantes amadores da respeitante aos militantes profissionais.

Esta distinção simplista, porém, só por si seria insuficiente, visto que é possível distinguir diversos graus na passagem de uma categoria à outra. Isto é, sendo possível verificar que entre uma situação de total amadorismo e uma outra de dedicação integral profissional, entre os que na lição weberiana vivem para a política e os que vivem da política⁶⁷, haverá situação intermédias em que se procura, numa primeira fase, conciliar o voluntarismo com a realização de tarefas ou a participação em órgãos, internos ou externos ao partido, em que é exigido o respeito por datas fixas e o cumprimento de calendários e horários, actividades que embora ainda não permitindo a profissionalização do militante envolvem um elevado capital de tempo e que, normalmente, virão acompanhadas de algum tipo de retribuição, seja sob a forma de comparticipação em deslocações e refeições durante o período consagrado ao partido, ou mesmo o pagamento de senhas de presença ou de pequenas verbas de carácter pecuniário, com carácter regular, que não constituindo um salário permitirão de algum modo compensar o tempo gasto, retribuindo o desempenho dessas funções.

A este respeito bastará pensar, por exemplo, na participação de militantes em órgãos de tipo local ou regional, juntas de freguesia, câmaras municipais, integrando as assembleias de freguesia e municipais, ou desempenhando tarefas em tempo parcial nas vereações. Se no caso da participação nas assembleias de freguesia e municipais, à presença nesses órgãos corresponde o pagamento de senhas de presença por cada reunião, ainda que de valor pouco

⁶⁷ “Há duas maneiras de se fazer da política uma profissão: Ou se vive «*para*» a política... ou, então «*da*» política. A oposição não é, de modo algum, exclusiva. Regra geral, pelo contrário, faz-se ambas as coisas, pelo menos idealmente, mas, na maior parte das vezes, também materialmente. Quem vive «*para*» a política faz «*disso a sua vida*» no sentido interior. (...) Vive «*da*» política como profissão quem trata de fazer daí uma fonte permanente de «*rendimentos*»; (...)” (Weber, 2000: 27)

mais do que simbólico, já no caso das vereações, até há muito pouco tempo, os vereadores dos partidos da oposição eleitos para esse órgão, normalmente não tinham pelouros atribuídos e a sua participação na Câmara outorgava-lhes o direito de receberem uma percentagem do vencimento da função que era legalmente destinado ao vereador a tempo inteiro com funções executivas. Entendemos, pois, que tanto numa perspectiva de análise por círculos concêntricos ou num alinhamento piramidal, ganha utilidade considerar um núcleo intermédio da militância composto por militantes qualificados que desempenham funções em nome e benefício do partido e dos seus eleitores, que embora não sendo profissionais da política são, no entanto, compensados em termos pecuniários pela sua participação, seja mediante a percepção directa de verbas atribuídas pelo partido ou pelo próprio Estado, seja através de outro tipo de benefícios susceptíveis de avaliação pecuniária, que se não representam um acréscimo remuneratório extra profissional do militante, pelo menos contribuem para que este dedique mais tempo às tarefas que o partido necessita sem que pelo seu empenho e o investimento na sua realização decorra um empobrecimento económico. A ideia que aqui acabamos de verter corresponderá à noção de incentivos materiais de Clark e Wilson (1961:134)⁶⁸.

A síntese de van Haute convida assim à introdução dentro do conceito de militância de uma primeira separação de águas, tendo por critério a conjugação entre o tempo dedicado à organização partidária e o recebimento de contrapartidas pecuniárias. Ou seja, entre o que designaríamos por uma a) militância de carácter geral ou amadora, uma b) militância intermédia, semi-profissional ou qualificada e uma c) militância especializada ou profissional (vd. Quadro 5.7 infra). O critério que daqui sai é um critério misto que leva em consideração aqueles dois factores que farão a destriça entre os diversos tipos de militantes.

7. A NECESSIDADE DE UMA NOVA ABORDAGEM TIPOLOGICA DA MILITÂNCIA

Várias das construções mais divulgadas (vd. supra secção 2) perdem generalidade na medida em que resultam de uma focagem da análise num único partido, por vezes numa família de partidos pertencente ao mesmo universo ideológico (de esquerda e/ou comunistas) e/ou grupal (partidos de massas). Este tipo de abordagem, vulgarizado após 1945, em especial em França, direccionada para os partidos de massas de esquerda, retira a utilidade subjacente à elaboração de uma tipologia (Lagroye e Lord, 1974), inviabilizando a sua aplicação a partidos de um outro campo ideológico ou família política. A tipologia que aqui se propõe é a que melhor responde à progressiva profissionalização e estratarquização dos partidos, que acompanhou a sua ascensão no “*public office*”, sendo para o caso irrelevante saber se o partido é mais ou menos cartelizado (Sandri e Pauwels, 2010), já que essa será outra perspectiva de análise que aqui não interessa. A tipologia que se apresenta permite, ainda, acomodar subtipos dentro de cada categoria a partir da identificação daqueles que correspondem a diferen-

⁶⁸ “*These are tangible rewards; that is, rewards that have a monetary value or can easily be translated into ones that have.*” (Clark e Wilson, 1961:134)

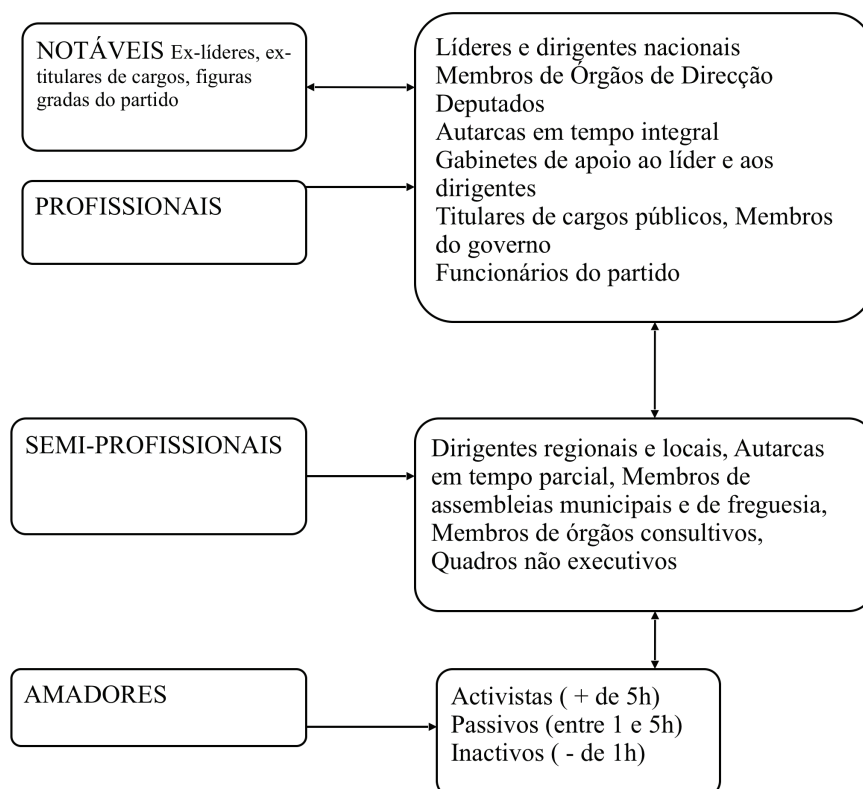
ciações com utilidade prática, não se excluindo novos modos de filiação dentro da militância.

Se apenas se atender ao critério do envolvimento ser-se-á obrigado a delimitar três grupos principais – profissionais, semiprofissionais ou intermédios e amadores –, a partir dos quais se realizará o preenchimento com as diversas categorias que a prática identificou. Porém, esta opção deixaria de fora um grupo de indivíduos que tem vindo a ser genericamente reconhecido, quer pelos próprios partidos, quer pela imprensa, como tendo influência junto dos partidos e das suas lideranças. Em causa estão os referidos “notáveis”⁶⁹, todos eles militantes dos partidos mas que por força do trabalho que fizeram internamente, dos cargos ocupados, dentro do partido e no exercício de funções públicas, como ex-Presidentes da República ou antigos líderes, presidentes ou secretários-gerais, ou inclusivamente integrando governos e órgãos consultivos, adquiriram um estatuto que se é de relativa facilidade “encaixar” numa hierarquia, torna-se de difícil manuseamento no quadro do critério do envolvimento. Com efeito, a maior parte das personalidades que integrará essa classe há muito que deixou de desempenhar profissionalmente tarefas dentro do partido, no sentido de se dedicarem à actividade política profissional, e quando o fazem tal acontece em termos quase residuais. Ainda quando continuam a ser políticos “profissionais”, que em rigor nunca deixarão de ser, pois que apenas se emanciparam do partido deixando de dele depender para assegurarem rendimentos e notoriedade.

Apesar disso, crê-se que de um ponto de vista analítico faz mais sentido considerar os notáveis ou como uma categoria especial de militantes, logo acima dos profissionais, dando neste caso primazia à dimensão hierárquica, e desde que a sua inclusão na tipologia seja entendida com cautela, mais como uma categoria marginal ou especializada ao nível dos profissionais, que interage directamente com os membros dessa classe, do que incluí-los numa das outras categorias (vd. Quadro 5.7 infra).

⁶⁹ Poder-se-ia discutir a opção por este termo para definir uma categoria especial de militantes que não corresponde ao perfil da maioria dos membros de um partido. No entanto, a escolha faz sentido fundamentalmente por duas ordens de razões. A primeira prende-se com a sua consagração prática, tendo o termo entrado no léxico da comunicação social e dos militantes, não se levantando dúvidas que inviabilizem a sua utilização relativamente a uma categoria que o militante de qualquer partido, concordando-se ou não com a designação, facilmente identifica. Por outro, porque também noutras latitudes, como acontece em França, o termo notável (notable) possui fundas reminiscências, não obstante surgir por vezes um uso excessivamente descontraído e uma diluição do seu sentido. É o que desenvolvem Fretel e Lefebvre quando referem ser esse um conceito “ecran” por se referir aos fenómenos sem os explicar. Ainda discorrendo sobre o termo, Fretel e Lefebvre apontam a sua utilização por Duverger dirigido à identificação de uma realidade particular relacionada com os partidos de quadros, mas assinalam que o seu uso também surge em organizações políticas entre si afastadas pelo tempo, para acabarem ainda por fazer apelo a Weber no sentido dessa realidade se reportar a uma parte da classe política que consegue transformar a sua “estima social” numa posição de poder político (Fretel e Lefebvre, 2004: 36-39). Com as devidas salvaguardas, parece ainda assim ser este o menos ambíguo dos termos para essa categoria que se pretende incluir num lugar próprio da terminologia concebida.

Quadro 5.7 – Tipologia da Militância



Abaixo dos notáveis teríamos os profissionais, onde se incluem para além dos líderes e dos dirigentes do núcleo duro, isto é, dirigentes nacionais que integram as comissões executivas ou os designados “secretariados”, também os deputados, nacionais e europeus, parlamentares a tempo inteiro eleitos em listas do partido e que asseguram a respectiva representação junto dos órgãos legislativos nacional e da União Europeia, o pessoal de apoio ao líder e aos grupos parlamentares, desde que o exercício dessas funções cumule com o estatuto militante, bem como autarcas com cargos executivos a tempo inteiro, mormente em câmaras municipais, e o pessoal de apoio a estes, nas mesmas circunstâncias em que acima se considerou relativamente às categorias anteriores. Ainda neste grupo, mas gozando de estatuto diferente, na medida em que a sua forma de vinculação ao partido está associada a um contrato de trabalho de direito privado, todo o pessoal que exerce funções em tempo integral no partido, assegurando o funcionamento da organização, garantindo as tarefas administrativas e a sua gestão quotidiana.

No segundo grupo de nível intermédio proceder-se-á à inclusão dos militantes semi-profissionais, ou seja, dos militantes que não dependendo totalmente do partido ou do preenchimento da quota de lugares que este está vinculado a assegurar no quadro das instituições, desempenham um conjunto de funções a que corresponde alguma forma de remuneração. Será, por exemplo, o caso dos militantes que até há pouco tempo participavam nos gabinetes dos municípios como vereadores sem pelouro ou com funções não-executivas. Neste con-

junto também fará sentido incluir os membros das assembleias municipais e de freguesia, na medida em que muito embora as remunerações recebidas sejam em regra pouco mais do que simbólicas, como acontece com as senhas de presença, há situações em que a possibilidade que o militante tem de fazer parte desses órgãos se insere no início de uma carreira (Fillieule, 2010), ou seja do percurso que têm de seguir para aspirarem a um maior envolvimento com o partido, eventualmente o acesso a órgãos nacionais para aquisição de um estatuto que os transporte para um patamar superior dentro da organização, com mais prestígio e incentivos materiais acrescidos, já direccionados no sentido da profissionalização.

O estatuto de amador corresponderá à terceira classe de militantes, e nela se vislumbram todos aqueles que sendo titulares de um estatuto que lhes permite intervir na vida partidária, fazem-no sem que a participação dependa do recebimento de contrapartidas pecuniárias. Essa intervenção poderá verificar-se pela defesa de razões de princípio ou de convicção, por uma necessidade de afirmação, por esses militantes entenderem que o seu activismo é útil à causa ou, ainda, como primeiro passo de uma afirmação junto do partido e dos demais militantes, como pressuposto da tal carreira que pretendam vir a encetar ou como parte de um caminho necessário à sua ascensão na hierarquia da organização. Este grupo equivaleria hoje aos militantes de base (*membership grassroots*, na terminologia dos politólogos anglo-saxónicos), à infantaria de um exército de voluntários, nela se vislumbrando militantes activos ou activistas⁷⁰, militantes passivos e simples numerários.

A distinção entre estas três categorias de militantes deverá ser feita em função de dados objectivos, levando-se em consideração (1.º factor) o envolvimento efectivo na vida da organização, de onde pode resultar a profissionalização ou semi-profissionalização se houver contrapartidas pecuniárias, directas ou indirectas. Noutras ocasiões, por alguns autores, foi considerado um critério de natureza horária⁷¹, tomando-se como referencial apenas o número de horas dedicado ao partido ou em actividades externas envolvendo este ou a sua organização. Tal critério não poderá, porém, ser tido por decisivo na medida em que alguns dos que

⁷⁰ Já em 1967, Bauman desenvolvera num trabalho, a que quase vinte anos depois viria a ser dado importante destaque numa colectânea de Birnbaum e Jean Leca (*Sur l'individualisme: théories et méthodes*, 1986) a noção de activista, fazendo-se-lhe corresponder três modos de a entender. Cada um destes diverge em função do critério usado, que poderá ser o dos fins prosseguidos (*mobiles*), o das atitudes ou o do comportamento tal qual observado. Bauman adere a esta última concepção que associa a um tipo "*behaviorista*", justificando a sua escolha com o facto de os dois primeiros critérios não serem de fácil observação, só poderem ser confirmados através de processos de investigação morosos e serem inviáveis para fundamentarem aproximações preliminares. Ao contrário, a observação empírica serviria para tornar mais unívoca a definição, uma vez que admitiria a adopção de uma definição prévia que depois poderia ser confirmada a partir de observações conduzidas do exterior (Bauman, 1967: 133-134). Para Bauman, a distinção entre membros do partido, por um lado, e activistas, por outro, manteria pertinência, visto que os segundos representam apenas uma pequena parte (no trabalho referido apenas 11,83%) do total de membros do partido.

⁷¹ Este critério surge como parte da definição de militantismo político de Lagroye e Lord, sendo utilizado para análise das diferenças entre o activismo dos militantes do PCF, do PS e da UDR, quer no que diz respeito às actividades dentro desses partidos como em relação ao activismo em entidades não-políticas (Lagroye e Lord, 1974: 561-571). Aqui o critério horário só serve para distinguir militantes dentro da categoria dos amadores.

não consagrarão “tantas” horas ao partido apresentam-se como quadros técnicos, profissionais e intelectuais, com vida fora do partido, e que embora não estando sempre presentes são essenciais para a apresentação de propostas, elaboração de manifestos, na prestação de um contributo nos órgãos locais em que participam (secções, concelhias), assumindo-se como membros, a esse nível, das organizações executivas dos partidos ou integrando assembleias mais ou menos restritas como, por exemplo, as comissões políticas locais.

Assim, na categoria dos amadores consideraremos o subtipo dos militantes activos, filiados que não desempenham funções profissionais nem semiprofissionais em nome do partido, nem recebem contrapartidas pecuniárias, ou susceptíveis de avaliação pecuniária, envolvendo-se na vida do partido ao nível da secção de base ou concelhia, participando regularmente em reuniões, acompanhando a vida do partido, integrando órgãos políticos locais executivos ou consultivos, contribuindo para a elaboração de programas, apresentação de ideias e propostas, ajudando a formar a opinião do partido que, se canalizadas para níveis superiores, poderá vir a ser incluídas em programas eleitorais e/ou manifestos.

Seyd e Whiteley (2004: 359) utilizam um critério traduzido no número de horas, que já fora referido por Lagroye e Lord (1974)⁷² para procederem à análise das horas que os militantes britânicos disponibilizavam mensalmente aos seus partidos. Estes autores consideram a existência de cinco escalões horários (até 1 hora, até 5 horas, de 5 a 10, de 10 a 20 e mais de 20 horas). Admite-se como bom o critério do número de horas médio mas o mesmo deverá ser reduzido a apenas três escalões (1 hora, entre 1 e 5 horas e superior a 5 horas). A cada um dos escalões corresponderia uma das subcategorias de militantes amadores, nos seguintes termos: a) consagrando mais de 5 horas mensais os activistas; b) colaborando com o partido por um período até 5 horas mensais os passivos e c) dando menos de 1 hora ao partido os inactivos.

O tempo não terá de ser necessariamente contabilizado pela permanência nas instalações do partido em virtude de nalguns casos poder corresponder a uma participação feita no local de trabalho, em casa, em associações cívicas, ainda que a título pessoal, mas desde que o militante seja reconhecido pelos outros como filiado no partido x ou y, e as actividades que em prol daquelas desenvolvam não possam ser dissociadas dele, ou seja em qualquer caso visto como o esforço de um militante de um dado partido.

Na categoria dos militantes passivos encontrar-se-ão os que pagando quotas colaborarão esporadicamente com o partido, designadamente em períodos eleitorais, em eleições inter-

⁷² O critério do número de horas foi apresentado por Lagroye e Lord para afirmar a existência de diferenças na qualidade de participação no interior dos três partidos que estudaram numa escala a três tempos, compreendendo os que consagravam menos de uma hora por semana, os que davam ao partido entre uma e três horas semanais e, por fim, os que davam mais de três horas. Os escalões destes autores não são adequados à nossa construção em virtude de um indivíduo que consagre quatro ou cinco horas ao partido, embora colocado no escalão superior, dificilmente poderia ser considerado um profissional atendendo ao tempo mínimo normal de trabalho de um cidadão actualmente com jornadas médias que, salvo razões excepcionais previstas na lei, não excederão as 8 horas diárias (cfr. Artigo 203.º, n.º1 da Lei 7/2009, de 12 de Fevereiro - Código do Trabalho).

nas ou legislativas, europeias ou autárquicas, participando em acções de rua, convívios do partido, distribuindo propaganda, em suma, colaborando em actividades que não envolvam grande investimento em tempo nem requeiram participação regular e assídua. Esta a razão para se considerar que um escalão entre uma e cinco horas seria o adequado.

Por fim, surgem todos os filiados que constituem o grosso do partido, o seu exército, isto é, os inactivos. Na sua maioria serão militantes que, em regra, não participam na vida do partido. Podem ocasionalmente ser chamados a subscrever listas de apresentação de candidatos em eleições para órgãos internos ou surgirem como suplentes nas listas que o partido ou os seus militantes apresentem nos diversos actos eleitorais em que participem. O tempo dedicado ao partido é reduzido, inferior a uma hora mensal, sempre que possível fugirão a participar nas actividades organizadas, dando como desculpa o trabalho, a vida pessoal, o desempenho de outras actividades que sejam igualmente consumidoras de tempo, não raro atrasar-se-ão no pagamento das quotizações. Mas estes militantes estarão pontualmente disponíveis para se empenharem e darem a sua colaboração ao partido, a alguns militantes mais activos e/ou aos dirigentes. Nalguns casos poderemos estar perante militantes cuja adesão ao partido poderá ter resultado do envolvimento de familiares próximos, que os entusiasmaram em determinado momento a formalizarem a adesão, ou por influência, no mesmo sentido, de colegas de trabalho ou amigos. O estatuto destes militantes pouco se distinguirá do papel de um simpatizante, residindo a diferença numa maior proximidade ao partido, no acesso à organização e seus órgãos, na titularidade de um cartão que formalmente simbolizará a sua vinculação e que *mediante* o pagamento de uma pequena quotização o habilitará a participar nos actos internos.

Resumindo, a tipologia proposta resulta de um critério misto que conjuga as seguintes dimensões: 1) envolvimento, carreira e profissionalização para distinguir os 3 tipos principais; 2) estatuto, independência financeira e emancipação profissional do partido para distinguir o tipo especial dos notáveis dos profissionais; 3) número de horas para dentro da categoria dos amadores distinguir os seus subtipos.

Fora deste universo ficam simpatizantes e eleitores, posto que estando em causa uma tipologia da militância não fará sentido considerá-los neste contexto, independentemente, pelas razões já expostas, de uma maior ou menor proximidade ao partido. A inclusão dos simpatizantes na tipologia apresentada poderá vir a ser equacionada no futuro como uma quinta categoria autónoma a colocar-se a seguir aos amadores, mas esta evolução dependerá da consagração legal pela generalidade dos partidos, e não apenas por um ou outro, da figura nos respectivos estatutos, pois só assim será possível retirar as respectivas consequências. Desta forma desenhar-se-á com acrescida clareza a figura do militante, aqui recortada a partir do conjunto dos filiados, deixando de fora figuras que fizeram escola entre os autores mas que parecem hoje desfasadas. A tipologia proposta também marginaliza os “benévolos” de que falavam os autores franceses, na medida em que se os voluntários estão filiados no partido surgirão sempre como militantes. Se não o forem, então colocar-se-ão fora do partido na mesma posição em que estão os simpatizantes, independentemente do estatuto que possam

vir a adquirir⁷³, e os eleitores.

⁷³ Sandri e Amjahad chamam a atenção para os mais recentes fenómenos registados nalguns partidos no sentido da adopção de estratégias que conduzam a um alargamento das suas fronteiras de maneira a cativar “apoiantes não-membros” (ou “simpatizantes”), dando como exemplo o que aconteceu em partidos canadianos, australianos, israelitas e latino-americanos. Esses partidos, na sequência das reformas conduzidas, reconheceram diferentes formas de “filiação” que têm levado à consagração de novas categorias entre os não-membros como “friends” e “supporters”. Estas autoras referem especificamente o caso do PS francês onde coexistem três formas de “filiação” ao lado da militância (Sandri e Amjahad, 2015: 194). Quanto à situação em Portugal veja-se o que adiante se escreve na secção 5, do capítulo VII, infra.

CAPÍTULO VI

QUADRO LEGAL E REGULAMENTAR DOS PARTIDOS POLÍTICOS E ENQUADRAMENTO ESTATUTÁRIO DO EXERCÍCIO DA MILITÂNCIA

1. INTRODUÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO QUADRO REGULAMENTAR

Qualquer abordagem que se proponha fazer do fenómeno da militância partidária, enquanto subcapítulo da participação política, exige que antes de se entrar na discussão da militância e seus contornos se conheça o quadro legal e regulamentar em que se desenvolve.

De acordo com uma visão kelseniana, todo o sistema normativo funda-se numa norma fundamental na qual todas as demais que são produzidas pelo sistema jurídico encontram a sua razão de ser. É esta ordem assente numa estrutura de natureza piramidal que encontra no seu topo a Constituição, reconhecida neste quadro teórico como a norma fundamental da qual derivam todas as leis e regulamentos e à qual estes se submetem. Esta norma fundamental confere coerência, unidade e validade a toda a produção normativa que à sua sombra seja produzida. No caso dos partidos políticos, tal como relativamente às diversas instituições que contribuem para a moldagem da arquitectura jurídico-política de um Estado, são as Constituições dos diversos países que reconhecem a sua existência, sendo a partir destas e num plano hierarquicamente subordinado que será depois possível encontrar as leis dos partidos, em sentido estrito, e toda a regulamentação que na decorrência destas é produzida pelos estados e pelos próprios partidos, aqui sob a forma de estatutos.

As constituições, como recentemente Kölln sublinhou, reconhecem a importância dos partidos, mas não os regulam (2014: 6). Importa por isso mesmo conhecer de que forma é reconhecida essa saliência e quais as balizas que parametrizam nos sistemas jurídico-político-constitucionais europeus a acção dos partidos políticos e as actividades dos seus membros.

A constitucionalização e regulação dos partidos não corresponde apenas à prossecução de finalidades normativas no sentido de tornar possível uma hierarquização da produção legislativa de um dado instituto. Nesta medida, são vários os objectivos que têm sido apontados pelos autores como estando por detrás da produção normativa. Desde logo, a sua legitimação como actores institucionais na estrutura dos Estados (Rashkova e van Biezen, 2014: 267-268, Borz, 2016: 3)⁷⁴, assegurando a adopção de meios que garantam um ambiente competitivo “equitativo, livre e justo”, proporcionando a todos os partidos as mesmas oportunidades (Norris, 2005: 5), ao mesmo tempo garantindo a neutralidade e a defesa do interesse público face ao egoísmo de cada um dos partidos (Daalder, 2001). Por outro lado, a importância da regulação e da sua presença, cada vez mais acentuada nas última décadas dentro do Estado, prender-se-ia também com as necessidades de conferir uma maior credibilidade a estas organizações, aumentando a confiança dos cidadãos (Kölln, 2014b), de diferenciá-las e de

⁷⁴ Legitimação interna - porque ao nível do sistema político - mas também externa - porque dirigida à comunidade destinatária da sua acção cuja aprovação é demonstrada pela participação eleitoral e o voto nos partidos (Beetham, 1991 e 1993).

conferir-lhes privilégios face a outro tipo de associações voluntárias (van Biezen e Borz, 2012; van Biezen, 2008). Subjacente a estas ideias estaria ainda a necessidade dos partidos se protegerem face à entrada de outsiders, ao mesmo tempo que se contribuiria para uma maior estabilização do sistema político e do sistema de partidos. A recepção constitucional dos partidos e subsequente regulamentação confere-lhes validade legal, justifica a sua existência e constitui manifestação da evidência democrática de aprovação do seu papel.

Não obstante tais posições e a multiplicidade de critérios que se podem apontar como estando por detrás da aprovação de legislação e da regulamentação atinente aos partidos, o alinhamento de Katz quanto às finalidades das leis dos partidos é ainda aquele que pela sua simplicidade se afigura ser o que melhor reflecte a necessidade do enquadramento legislativo. Katz apresenta três propósitos fundamentais na aprovação de normas de tipo regulatório dirigidas especificamente aos partidos políticos, a saber:

- a) O reconhecimento da qualidade do partido, o que irá condicionar a sua participação nos sufrágios, a alocação de recursos públicos e o papel dos partidos no governo;
- b) A regulação das actividades em que os partidos se podem envolver;
- c) A regulação interna das suas estruturas e modos de actuação que serão compatíveis com o respectivo estatuto (Katz, 2004).

A perspectiva regulatória é particularmente importante se tivermos presente que a *regulamentação jurídico-legal é a mais poderosa forma de intervenção do Estado nos partidos políticos*, a qual acaba por ocorrer, tanto em democracias estabelecidas, como em Estados recentemente democratizados, em Estados semi-democráticos e naqueles que não são de todo considerados democracias (Karvonen, 2007).

Mas, perguntar-se-á, por que razão sendo este um trabalho inserido no tema da militância surge aqui um capítulo onde se aborda o enquadramento legislativo e regulamentar? A razão é simples: se é através da legislação que são definidas as condições com que todos os partidos que queiram participar em eleições se conformarão, então é preciso perceber *quais as garantias e os constrangimentos do exercício da militância*, se existirem, que resultam dessa definição preliminar e em que textos é que estão contemplados. Sem que isso seja feito não será possível perceber onde se insere a militância, de onde decorre e como se exerce. E se tais condições são consequência e se contêm dentro da regulamentação dos próprios partidos, na medida em que sem estes e na ausência da respectiva regulação a militância não existe.

Dever-se-á desde já reter a ideia de que numa perspectiva ampla, conjuntamente com o sistema eleitoral, *o ambiente da regulação institucional é uma determinante da estrutura e do comportamento dos próprios partidos*, com repercussão em vastas áreas do seu funcionamento, quer ao nível da organização, da qual fazem parte os militantes, quer das suas finanças ou da forma como se comportam eleitoralmente (Gauja, 2014: 1-2). A percepção da importância desta matriz acentua a necessidade de se conhecerem as linhas que condicionarão a sua institucionalização e sobrevivência no quadro do regime democrático e do sistema de partidos inerente a cada país.

Desta forma, visando corresponder ao objecto mais geral acima referido, este capítulo está estruturado em termos de numa primeira parte se dar conta do reforço da ligação ao Estado, com a evolução da regulamentação dos partidos e das suas razões, a que se seguirá uma abordagem sobre os pontos de incidência da regulação sobre os partidos colocando especial ênfase na militância. A secção final contém uma amostra sobre a panorâmica de enquadramento da militância dos partidos políticos na Europa, em termos constitucionais e regulamentares, procurando sublinhar-se o que de mais relevante se respiga nos diversos ordenamentos, deixando-se de fora outras facetas da regulamentação dos partidos, mormente aquelas que só indirectamente digam respeito à militância, como será o caso das ligadas ao financiamento. O capítulo encerra com uma breve nota final.

2. O REFORÇO DA LIGAÇÃO AO ESTADO E A REGULAÇÃO

Os modelos de partidos que a história nos foi dando a conhecer (Duverger, 1976; Neumann 1956; Lipset e Rokkan, 1967; Katz e Mair, 1995; Gunther e Diamond, 2001; Krouwel, 2006) será a magna razão da exigência da sua regulação. Mas não é a única. De certa forma, importa ter presente que subjacente à atribuição de importância ao quadro constitucional e legal dos partidos, está a verificação por parte dos autores do reforço da sua ligação ao Estado, com a satisfação de necessidades de financiamento e a consequente erosão da sua ligação à sociedade.

O reforço da *linkage* entre o Estado e os partidos (Lawson, 1980), em detrimento da sua ligação à sociedade, sublinhado, entre outros, por Katz (1990), Dalton *et al.* (2011) e Mair (2003: 281), é uma característica dos partidos cartel, tendo constituído um ponto de viragem na relação que até aí mantinham com o Estado:

“[O]s partidos de hoje vêem-se cada vez mais forçados a observarem novas leis e regulamentos estatais, que por vezes chegam mesmo a determinar o modo de funcionamento da sua organização interna. Muitos destes regulamentos e leis dos partidos foram introduzidos ou alargados no seguimento da introdução do financiamento público, já que a distribuição das subvenções estatais exige inevitavelmente um sistema mais codificado de registo e controlo dos partidos. Controlar o acesso dos partidos aos meios de comunicação públicos implicou também um novo sistema de regulação, o qual funciona, uma vez mais, no sentido de codificar o estatuto dos partidos e o seu leque de actividades. Assim, depois de terem sido, em grande medida, associações «privadas» de voluntários desenvolvidas no seio da sociedade, os partidos tornaram-se cada vez mais sujeitos a um quadro regulador que lhes atribui um estatuto (quase) oficial enquanto parte do Estado” (Mair, 2003: 281)

É nesta linha de raciocínio que van Biezen e Kopecký explicam a evolução dessa forma de *linkage* entre a sociedade e o Estado. Onde tradicionalmente os partidos eram vistos em termos da sua ligação permanente à sociedade, por contrapartida de uma ligação temporária com o Estado, passamos a ter o inverso. Ou seja, uma ligação temporária com a sociedade e uma ligação permanente ao Estado (van Biezen e Kopecký, 2007: 237). A regulação pública passa então a ser vista como parte de um processo pelo qual um conjunto de actividades dos partidos passou a ser “gerido” pelo Estado (van Biezen e Kopecký, 2007: 239): *“Political par-*

ties and the state live together in close symbiosis in contemporary democracies” (van Biezen e Kopecký, 2007: 250).

A sempre presente diferenciação entre novas e velhas democracias é uma vertente que a literatura evidencia quanto à importância do quadro legal que rege a actividade dos partidos. Se em relação a muitos outros aspectos o funcionamento de umas e de outras se escora numa identidade de regras democráticas que pode variar nalguns aspectos em função das características particulares de cada país, acontece que em matéria de regulamentação existe uma divergência grande quanto ao papel desta na formação e aparecimento dos partidos, factor a que não será alheia a história política de cada país, a estabilidade da vida política e do seu regime e o maior ou menor número de convulsões que tenha atravessado.

Nas velhas democracias o papel do funcionamento e da interpenetração com o Estado processou-se de forma gradual, através de um processo de aproximação. A regulamentação específica foi introduzida muito depois de definido o quadro constitucional. É o caso da Alemanha. Com uma constituição aprovada em 1949, só viria a ter uma regulamentação específica sobre os partidos em 1959. Também será o caso da Finlândia, cuja democracia, apesar de ter tido um primeiro texto constitucional em 1919, que não obstante algumas reformas se manteve praticamente intocável durante quase um século, só foi objecto de reforma em 1999 (em vigor desde 2000), sendo que apenas em 1969 recebeu uma lei de partidos.

Nas novas democracias temos casos em que a introdução do quadro legal-regulamentar acompanhou os primórdios de vida democrática, precedendo mesmo nalgumas situações a realização das primeiras eleições livres, e levando a que dessa forma desde muito cedo os partidos fossem moldados pelas directivas estaduais. Foi o que aconteceu em Portugal, que teve a primeira legislação sobre partidos em 1974, surgindo a Constituição apenas em 1976. Mas igualmente em Espanha, em 1977, na Hungria, em 1989, e na antiga Checoslováquia, em 1990, colocando-se a questão do financiamento logo à partida. Daí que van Biezen e Kopecký também apresentem como justificação para a introdução tardia de regulamentação nas velhas democracias a circunstância de a questão do financiamento só se ter colocado mais tarde (van Biezen e Kopecký, 2014: 171).

A regulação dos partidos políticos por parte dos Estados, além do aspecto propriamente legitimador⁷⁵ e regulador, apresenta ainda uma outra vertente quando o legislador impõe o respeito de patamares mínimos para a formalização da constituição de partidos, para a apresentação de candidatos por estes ou para a sua manutenção, o que condiciona a entrada de novos contendores na arena política (Molenaar, 2014)⁷⁶. Esta será uma outra forma de influenciar o sistema de partidos. Este aspecto pode concorrer para um aumento do potencial de cartelização dos partidos e do sistema de partidos (Rashkova e van Biezen, 2014: 268).

⁷⁵ “*Just as political power is seen as legitimate when it is established and exercised according to the law, which makes it legally valid, so are political parties*” (Rashkova e Van Biezen, 2014: 268)

⁷⁶ “[L]aw becomes a tool for the maintenance of the parties’ own position in the electoral process while simultaneously putting up barriers to new contenders” (Molenaar, 2014: 324)

A vertente regulatória por parte do Estado acentuou-se de tal modo nas últimas décadas que Katz concluiu que os partidos ter-se-ão tornado de tal forma objecto de regulamentação estadual que esta excede em muito o que seria admissível para outras associações privadas em sociedades liberais (Katz, 2002: 90; van Biezen e Kopecký, 2007: 239; van Bizen e Casal Bértoa, 2014: 71)⁷⁷.

O excesso de regulação, uma forma de intervenção directa do Estado nos partidos (1993: 421), talvez a mais poderosa, foi equacionado por Whiteley como podendo ser uma das explicações para a redução de incentivos à participação⁷⁸, com consequências no longo prazo resultantes da transformação dos partidos em `utilidades públicas'⁷⁹. A alteração do estatuto tê-los-á desviado daquele que seria o foco da sua atenção, tornando-os mais preocupados com a representação dos interesses do Estado em detrimento da defesa dos cidadãos e dos interesses destes perante aquele (Whiteley, 2014: 3). Como Whiteley explica, o “fardo” da regulação não é exclusivo dos partidos, penetrando noutras áreas da actividade dos cidadãos. Isso mesmo foi sugerido pelos resultados dos estudos realizados, tendo-se verificado que os efeitos do voluntariado no activismo partidário podem ter conduzido a um enfraquecimento da participação por excesso de regulação, havendo mesmo a evidência de que:

“[R]egulation weakens the impacts of efficacy, voluntary activity and internet usage in the party membership and activism models. It clearly serves to demotivate people from getting involved in Party Politics” (Whiteley, 2014: 18)

3. O QUADRO CONSTITUCIONAL E REGULAMENTAR DOS PARTIDOS NA EUROPA

Sistematizando os aspectos regulatórios dos partidos, van Biezen e Casal Bértoa (2014) fazem convergir o conjunto das leis atinentes aos partidos no que designam em termos amplos por *party law*⁸⁰, no que constitui a armadura crucial para a institucionalização dos partidos e o desenvolvimento de uma organização estável (Svåsand, 2014: 277).

Dentro dessa noção ampla caberiam, num primeiro grupo, (i) as normas especificamente viradas para o funcionamento dos partidos (normas constitucionais, leis dos partidos ou

⁷⁷ Karvonen chamou a atenção para o facto desta intervenção estadual ter vindo gradualmente a estender-se, deixando de ser exclusivo das democracias para se alargar a Estados semi-democráticos ou a países “não-livres” (Karvonen, 2007).

⁷⁸ A questão de Whiteley é pertinente, coloca-se em termos simples, e deverá ser compulsada num trabalho que aspira trazer alguma luz sobre as razões que levam ao abandono da militância: até que ponto a malha regulatória contribui para o abandono? Intentaremos dar resposta a esta pergunta no decurso do presente trabalho.

⁷⁹ O conceito do partido como utilidade pública, cunhado por Epstein (1986: 157) e acolhido por van Biezen (2004) resulta do reconhecimento da importância do papel dos partidos para a construção da democracia. Tratando-se de entidades nas quais o público tem particular interesse justificar-se-ia um controlo regulatório estadual, por um lado, mas, por outro, também a necessidade do aumento da proeminência do seu papel em resultado de novas concepções sobre os partidos e a democracia que levaram a que o apoio público aos partidos e o controlo das suas finanças fossem vistos como meios legítimos de se controlarem as práticas ilícitas de financiamento (van Biezen, 2004: 703).

⁸⁰ *“[W]e have focused primarily on the laws that most directly affect the activities, organization and behavior of political parties, i.e. Constitutions, special laws regulating political parties (Party Laws) and laws on the financing of political parties (Party Finance Laws)”* (van Biezen e Casal Bértoa, 2014: 72).

party law em sentido estrito⁸¹, leis de enquadramento e regulação das finanças partidárias, leis eleitorais e leis reguladoras das campanhas eleitorais)⁸². Um segundo núcleo distinto do anterior comportaria as (ii) leis reguladoras da sua intervenção na comunicação social (*media e broadcasting*). Finalmente, um terceiro ponto de incidência regulatória estaria reservado (iii) para normas de natureza administrativa, estatutária e de jurisprudência produzidas sobre os partidos (van Biezen e Casal Bértoa, 2014: 72)⁸³. A análise que seguidamente se empreende focar-se-á nas normas do primeiro grupo - normas constitucionais e leis dos partidos em sentido estrito - e nas normas de natureza estatutária do terceiro grupo de van Biezen e Casal Bértoa, procurando respigar numas e noutras aquilo que de significativo existe especificamente dirigido à militância na Europa.

3.1 A PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL

A abordagem do quadro constitucional dos partidos políticos na Europa pode ser encetada sob diversas perspectivas. Desde logo por ordem cronológica (Quadro 6.1), seguindo a matriz de van Biezen e Casal Bértoa (2014), que periodizaram por vagas a constitucionalização dos partidos no universo europeu pós-II Guerra (2014: 72-73). No entanto, não sendo uniforme o tratamento dado em cada um dos diversos ordenamentos aos partidos políticos, e muito embora essa abordagem nos permita compreender a evolução no tempo e nos situe historicamente as diversas vagas, a sua utilidade prática para uma visão compreensiva de conjunto é diminuta.

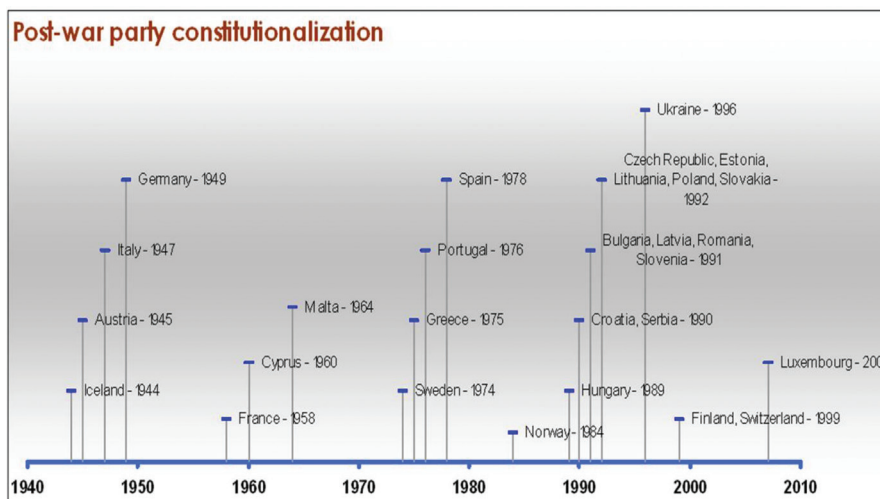
Um outro caminho passa por encontrar pontos de convergência e divergência entre as diversas constituições, procurando-se depois formar grupos de onde decorra para os países que compõem cada um deles alguma identidade de características e similitude na forma de tratamento.

⁸¹ Katz oferece-nos a este propósito uma tipologia de natureza dual contrapondo *party laws a party statutes*, que define como “*sets of rules generated by each party for its own internal governance*” (2004: 2)

⁸² Em sentido idêntico Wolfgang Müller e Ulrich Sieberer (“*Party law can be understood as laws specifically designed to regulate the life of party organizations*”, 2006: 435).

⁸³ Em termos mais sintéticos, Svåsand agrupa este conjunto normativo em três tipos reguladores, a saber: (i) Constituição, (ii) actos legislativos directamente relacionados com os partidos e (iii) actos reguladores das funções desenvolvidas pelos partidos que não se dirigem especialmente aos partidos (Svåsand, 2014: 278).

Quadro 6.1 – Fases de constitucionalização dos partidos



Fonte: www.partylaw.leidenuniv.nl

Deste modo, ganhará sentido a distinção já referida no ponto 2 deste capítulo, entre as Constituições das novas e as das velhas democracias. Porém, sucede que esta equação para além de deixar de fora aqueles países que não possuem constituição formal, como será o caso do Reino Unido, também ignora que dentro de cada um desses grupos o tratamento dado pelos legisladores difere muito de uns países para outros.

Presentes as limitações que se vem de referir, sublinhar-se-á que o tratamento cronológico que distingue e agrupa temporalmente os momentos da constitucionalização e da regulamentação, ou o tratamento por vetustez do regime, não permite ignorar as diferenças entre os diversos países na forma como os partidos foram constitucionalizados e regulamentados. Ingrid van Biezen e Borz (2012), no estudo que encetam sobre os modelos de constitucionalização dos partidos na Europa do pós-Guerra, chamam a atenção para a lacuna sobre a existência de teorias de constitucionalização dos partidos, optando por um estudo comparativo focado na natureza descritiva dos textos constitucionais, através do qual verificam a intensidade das menções aos partidos nas diversas matérias dos textos constitucionais, o que é concretizado mediante indicadores de amplitude (*range*) e magnitude. Por amplitude aquelas autoras referem-se ao número total de categorias da constitucionalização dos partidos, numa escala entre 1 e 11, que varia entre todas as referências que pertencem a uma mesma categoria ou que cobrem todo o espectro desde os princípios democráticos à legislação secundária. Ao referirem-se à magnitude aquelas autoras consideram a frequência de disposições constitucionais referidas aos partidos que podem ser identificadas nos diversos textos (2012). Através desse trabalho, van Biezen e Borz conseguem dar uma visão comparativa geral das diferentes dimensões da constitucionalização dos partidos nos países que analisam.

Os resultados a que chegam são, todavia, insuficientes para se poder avaliar o grau de acolhimento dos partidos nas constituições, porque mais importante do que aquelas variáveis mencionadas de amplitude e magnitude será avaliar a profundidade das referências aos parti-

dos. Só estas estarão em condições de poderem dizer se o seu acolhimento num determinado ordenamento constitucional é intenso, forte ou fraco, visto que nem todas as categorias e referências possuem o mesmo impacto. Ou seja, a profundidade conferida aos partidos quando um texto constitucional se limita a vagas menções aos partidos em matérias de princípios ou desenvolve múltiplas referências à sua presença em aspectos de natureza meramente formal, não é a mesma que ocorre quando esse mesmo texto dispõe sobre questões específicas relativas à natureza estatutária dos partidos ou relativas à militância, impondo regras apertadas naquilo a que as referidas autoras chamam o “partido extraparlamentar”.

Deste modo, cingindo-nos ao que se passa na Europa, assume aqui pertinência a adopção de um critério que distingue os países pela natureza material e/ou formal da recepção constitucional dos partidos. Esta perspectiva conduz à identificação de quatro grupos fundamentais de países:

1) Países em que os partidos mereceram acolhimento expresso e desenvolvido, estabelecendo-se regras e sublinhando-se a sua importância nos textos constitucionais;

2) Países que embora reconhecendo e acolhendo constitucionalmente os partidos políticos limitaram-se a fazer referências simples e pouco desenvolvidas, na maior parte dos casos por referência ao trabalho parlamentar ou às incompatibilidades entre determinados cargos e a pertença a um partido;

3) Países cujo acolhimento é implícito ou muito discreto em virtude de referências genéricas e/ou desgarradas de natureza predominantemente formal, e, finalmente,

4) Países que não fazem qualquer referência aos partidos políticos nas suas Constituições apesar daqueles constituírem instrumentos fundamentais do jogo democrático.

Este esquema encontra-se plasmado na tabela seguinte:

Quadro 6.2 – Acolhimento constitucional dos partidos na Europa⁸⁴

Acolhimento desenvolvido	Acolhimento simples	Acolhimento discreto	Ausência
Alemanha	Eslováquia	Áustria	Bélgica
Bulgária	Itália	Chipre	Dinamarca
Croácia	Lituânia	Eslovénia	Irlanda
Espanha	Suécia	Estónia	Holanda
França		Finlândia	
Grécia		Islândia	
Hungria		Luxemburgo	
Polónia		Letónia	
Portugal		Malta	
República Checa		Noruega	
Roménia		Suiça	
Sérvia			
Ucrânia			

⁸⁴ O Reino Unido não tem uma constituição formal.

Não será o acolhimento constitucional dos partidos ou a sua ausência que conferirá maior ou menor grau de democraticidade a um país, não se olvidando que nalguns casos existirão razões de natureza histórica, política e/ou jurídica que explicam os diferentes regimes. São questões distintas e a este propósito bastará pensar que no caso do R.U., já referido, não existe uma Constituição formal, e nem por isso haveria o atrevimento de se dizer, passe o pleonasma, que a vetusta democracia de Westminster seria menos democrática do que a resultante da Constituição de Bona.

Não existindo, por outro lado, quaisquer regras específicas que devam ser seguidas para a inclusão de referências constitucionais aos partidos, convirá ter presente que a forma de governo – monarquia ou república –, bem como a natureza federal ou unitária do Estado e a opção por um estatuto religioso ou de laicidade também exige que, por vezes, a arrumação das matérias se faça de modos distintos para salvaguarda dessas mesmas realidades.

Postas estas reservas, e recorrendo ao critério proposto, verifica-se que das Constituições europeias em vigor apenas quatro não fazem qualquer referência à existência de partidos políticos: Bélgica, Dinamarca, Irlanda e Holanda. Em relação a estes e sobre este ponto específico nada mais há a dizer. Quanto às demais, temos algumas constituições que para além de reconhecerem a sua existência, fazendo-lhes menção expressa, também lhes conferem um estatuto fundamental para o funcionamento das suas instituições democráticas.

Foi esta diferença de estatutos e de tratamento nas diversas constituições analisadas que levou à ordenação acima referida que de seguida se desenvolve.

3.1.1 ORDENAMENTOS DE RECEPÇÃO CONSTITUCIONAL DESENVOLVIDA

Começar-se-á por referir o elenco dos países que procederam ao acolhimento desenvolvido dos partidos vendo como essa matéria foi recepcionada.

Verifica-se que aí se incluem as velhas democracias da Alemanha e França. Quanto à primeira reter-se-á que a Lei Fundamental de Bona tem um artigo (21.º), no que foi uma das pioneiras, especificamente dedicado aos partidos, determinando a sua participação na formação da vontade popular, bem como a sua liberdade de formação, a obrigatoriedade da conformação das organizações aos princípios democráticos e a publicitação dos seus bens, fontes de financiamento e fundos. Prevê-se a inconstitucionalização dos que violarem a ordem democrática em razão dos seus valores ou da conduta dos membros, o que será apreciado pelo Tribunal Constitucional federal, remetendo-se para a legislação federal posterior o desenvolvimento das matérias em causa. Quanto à França, só em 1958 é que no art.º 4.⁸⁵, do Título I (*De La Souveraineté*), se estatuiu que os partidos e agrupamentos políticos concorrem para a formação do sufrágio, constituindo-se e exercendo livremente a sua actividade, no respeito da soberania nacional e da democracia, remetendo-se para legislação secundária a garantia legal do pluralismo das opiniões e da participação equitativa dos partidos na vida

⁸⁵ Versão das leis constitucionais 99-569, de 8 de Julho, e 2008-724, de 23 de Julho.

democrática. Apesar de ambos os países serem de tradição democrática e terem sofrido as vicissitudes da II Guerra, aquilo que na Alemanha ocorreu em 1949 só encontraria paralelo em França nove anos depois.

Quanto aos restantes países incluídos neste grupo, encontram-se as democracias da Europa do Sul que encetaram processos de transição a partir de 1974 — Grécia, Portugal (de que se tratará no Capítulo VII) e Espanha — e procederam à constitucionalização dos partidos em 1975, 1976 e 1978, respectivamente. A Constituição grega (1975), para além de abordar diversos aspectos da intervenção dos partidos na arena parlamentar, na formação do governo e de prever o seu acesso aos meios de comunicação públicos, na parte III, relativa à Organização e Funções do Estado (art.º 29.º, n.º 1 – Secção I, Estrutura do Estado), consagrou o direito do cidadãos gregos titulares do direito de voto fundarem ou juntarem-se a partidos, cujas organizações e actividades deverão estar ao serviço do livre funcionamento do governo democrático, obedecer a regras de transparência eleitoral e financeira, de incompatibilidades e proibições, chegando-se ao ponto de se garantir a liberdade de participação dos jovens que ainda não tenham atingido o direito de voto nas organizações juvenis dos partidos.

A Constituição espanhola (1978) vai inclusivamente mais longe do que a grega. Depois de afirmar no art.º 1.º, n.º 1, do Título Preliminar, quando define o modelo de Estado adoptado – social e democrático de Derecho –, o pluralismo político como um dos seus valores axiais, dedica todo o art.º 6.º aos partidos políticos, que aí surgem como expressão desse pluralismo político, concorrendo para a “*formación y manifestación de la voluntad popular*” e como “*instrumento fundamental para la participación política*”. A criação e o exercício das actividades dos partidos processam-se de acordo com o princípio da liberdade e no respeito pela Constituição e a lei, o que se reflectirá na estrutura interna e funcionamento democráticos. Outras referências surgem em matérias de incompatibilidades (art.ºs 127.º e 159.º).

Os restantes países que conferiram acolhimento expresso aos partidos políticos, embora em momentos diferentes, correspondem a países inseridos na quarta vaga de constitucionalização (van Biezen e Bertóia, 2014) e são todos da Europa Central e do Leste. A constitucionalização dos partidos nestes países foi uma consequência directa das mudanças de regimes consequentes à queda do Muro de Berlim, em 1989, e ao colapso da União Soviética. As primeiras a fazê-lo foram as da Hungria, em 1989, e a Croácia e a Sérvia, ambas em 1990, no que pode ser visto como uma reacção aos sistemas de partido único vigentes nesses países durante a segunda metade do século XX. Estas Constituições têm em comum uma consagração ampla dos partidos políticos.

No caso húngaro, para além da referência preambular ao estabelecimento de um sistema multipartidário, já constante do Act XX de 1949, formalmente em vigor após a queda do regime comunista, e do Act XXXI de 1989, que repôs a ordem anterior até à aprovação da actual Constituição de 25/04/2011, contém-se uma norma no seu artigo VIII, pela qual é reconhecido o direito de livre associação, constituição e actividade de partidos políticos. Em relação à Croácia e à Sérvia, os partidos são vistos como elementos estruturantes do sistema

democrático multipartidário (art.º 3.º da Constituição croata) ou como entidades que têm o papel de moldar democraticamente a vontade política dos cidadãos. Podem ser livremente constituídos, embora estejam impedidos de defenderem o derrube pela força da ordem constitucional, estando vinculados ao respeito pelos direitos humanos e das minorias e impedidos de incitarem ao ódio racial, nacionalista ou religioso (art.º 5.º da Constituição sérvia).

O princípio do pluralismo político aparece igualmente consagrado no art.º 11.º da Constituição búlgara, impedindo-se aí a proclamação de um partido ou ideologia oficiais do Estado e devendo os partidos facilitar a formação e expressão da vontade dos cidadãos. Tal como na Sérvia, também na Hungria está constitucionalmente proibida a presença de partidos de base étnica, religiosa ou racial ou que defendam a conquista do poder por meios violentos.

Na Roménia, a Constituição de 1991 (revista em 2003) introduziu os partidos políticos no ordenamento jurídico dedicando-lhes uma importância condizente com a natureza plural da sua democracia. O art.º 8.º refere o pluralismo como condição e garantia da democracia constitucional, estabelecendo-se que os partidos políticos devem ser constituídos e prosseguir as suas actividades de acordo com a lei, “contribuindo para a definição e expressão da vontade política dos cidadãos, respeitando a soberania nacional, a integridade territorial, a ordem legal e os princípios da democracia”. Sinal da importância conferida pelo sistema constitucional romeno aos partidos residirá ainda na colocação da legislação sobre partidos entre as competências reservadas ao parlamento em matéria de elaboração de leis, na segunda classe legislativa, entre as leis constitucionais e as leis orgânicas (cfr. art.º 73.º).

Também na Polónia, após o período transitório que sucedeu ao restabelecimento da democracia e das liberdades, durante o qual vigorou a Constituição de 1952 depurada dos apêndices estalinistas, e que ficou conhecida por “pequena Constituição” (1992), em 2/04/1997 foi aprovada a actual Lei Fundamental. A traumática história contemporânea da Polónia levou a que Constituição proibisse os partidos fascistas, nazis e comunistas, assim como os que tenham por objectivo atingir o poder por meios violentos ou mantenham o segredo da sua estrutura e militância (art.º 13.º).

A situação conturbada que a Ucrânia vive levanta dúvidas quanto ao texto actualmente em vigor⁸⁶. De qualquer modo, de acordo com o texto de 1996, com as alterações de 2004, a norma fundamental é o art.º 36.º que consagra a liberdade de associação dos ucranianos em partidos políticos, válida sem prejuízo das restrições legais para protecção da segurança nacional e ordem pública, da saúde da população ou de direitos e liberdades de “outras pessoas”. Só os nacionais podem ser membros dos partidos devendo estes promover a formação e expressão da vontade política e participar em eleições. De igual forma, as restrições à mili-

⁸⁶ A Constituição aprovada em 1996 foi revista em 2004, mas em 2010 o Tribunal Constitucional julgou inconstitucionais aquelas alterações, bem como as emendas de 2006, repondo o texto anterior. Já em Fevereiro de 2014 o parlamento ucraniano deliberou aprovar uma lei, por maioria simples, reintroduzindo as alterações de 8 de Dezembro de 2004, o que aconteceu por maioria simples e mediante um processo simplificado, tendo o então Presidente se recusado a assinar o diploma que consubstanciava as alterações.

tância só podem ocorrer por força da Constituição ou das leis do país, não podendo ninguém ser obrigado a inscrever-se num partido ou ver os seus direitos restringidos em razão do seu estatuto de membro.

Numa linha que não se afasta daquilo que constitui o traço unificador da maioria das Constituições dos países que hoje formam a Europa Central e do Leste, a Constituição checa (1992, em vigor desde 1/1/1993)⁸⁷, recebeu os partidos políticos no art.º 5.º do Capítulo I, sinal da importância que lhes atribui concretizada na definição do sistema político que se funda na livre e voluntária formação de e competição entre partidos políticos, os quais se vincularão ao respeito pelos princípios democráticos e à rejeição da violência.

De um modo geral, em todos estes ordenamentos os partidos surgem associados a preocupações de garantia do pluralismo político na representação e na formação da vontade, como via para a realização da democracia, constituindo instituições privilegiadas em matéria de participação subordinadas à Constituição de cada país e aos princípios que as enformam.

3.1.2 ORDENAMENTOS DE RECEPÇÃO CONSTITUCIONAL SIMPLES

Neste segundo grupo encontram-se quatro países que procederam à constitucionalização dos seus partidos em três momentos distintos. Dois deles correspondem a velhas democracias — Itália e Suécia — e outros dois a novas democracias — Eslováquia e Lituânia. Estranhar-se-á, ao olhar-se para o que sucedeu com a Alemanha e a França, acima integrados no primeiro grupo, que ao invés do que naqueles países aconteceu, em especial no caso alemão, a Constituição italiana de 1947, tendo a Itália integrado as forças do Eixo e passado pela ditadura fascista de Mussolini, não tivesse acompanhado o exemplo alemão e se limitasse a breves menções aos partidos políticos em apenas três artigos (49.º, 98.º e nas disposições transitórias e finais, Base XII). No primeiro para consagrar o direito de livre associação em partidos (art.º 49.º), depois para admitir restrições em relação a algumas categorias de funcionários públicos (art.º 98.º) e, no final, para impedir a reorganização sob qualquer forma do partido fascista (Base XII das Disposições Transitórias e Finais). A explicação para essa austeridade poderá estar no facto de ter sido um dos primeiros textos constitucionais do pós-Guerra, apenas antecedido pela Áustria, país cuja Constituição de 1945 tratou os partidos de forma ainda mais ligeira.

A Suécia tem a particularidade de ser uma monarquia constitucional. Este facto poderá explicar a tardia e discreta constitucionalização dos partidos em 1974. Apesar disso, este país é considerado como aquele que deu o pontapé de saída para a segunda vaga de constitucionalização quando procedeu à revisão da velha Constituição de 1809. O texto saído dessa

⁸⁷A Constituição checa foi objecto de emendas pelos Act No. 347/1997 Coll., Act No. 300/2000 Coll., Act No. 448/2001 Coll., Act No. 395/2001 Coll. e Act No. 515/2002 Coll.

revisão entrou em vigor em 1/1/1975⁸⁸, apontando os partidos como instrumentos da formação da vontade popular e fazendo referências à distribuição de mandatos no Riksdag (cfr. art.ºs 7.º e 8.º). Teve a particularidade de apresentar uma breve definição de partido – “*party denotes an association or group of voters which runs for election under a particular designation*” - e dispôr sobre a reserva de competência do Riksdag em matéria de partidos.

Quanto à Eslováquia, a Constituição de 1992, ao lado do direito de livre associação e de outros direitos de natureza política, veio pelo art.º 29.º, nos n.ºs 2, 3 e 4, garantir aos cidadãos o direito de constituírem e se associarem a partidos e movimentos políticos, assegurando-se que eventuais restrições, que serão a excepção, só poderão ter lugar com base na lei, mais se afirmando o princípio da sua independência face ao Estado. A matéria das incompatibilidades de alguns titulares de órgãos do Estado (magistrados judiciais e provedor de justiça) também mereceu referência expressa, cometendo-se ao Tribunal Constitucional, à semelhança do que sucede noutros ordenamentos, a última palavra quanto ao desmantelamento ou suspensão de um partido.

O art.º 35.º da Constituição lituana (1995), por seu lado, conferiu aos cidadãos a garantia de livremente formarem sociedades, partidos e associações, desde que os seus fins não sejam contrários à Constituição e às leis, não podendo ninguém ser compelido a fazer parte dessas organizações. Aos partidos políticos proibiu-se a possibilidade de monopolização dos meios de comunicação social (art.º 44.º), completando-se as referências constitucionais aos partidos com as incompatibilidades com a militância do Presidente da República (art.º 83.º) e dos juízes (art.º 113.º). Os partidos estão impedidos de interferir na actividade jurisdicional (art.º 114.º).

3.1.3 ORDENAMENTOS DE RECEPÇÃO CONSTITUCIONAL DISCRETA

Um olhar perfunctório para os países que foram incluídos nesta terceira categoria designada recepção constitucional discreta, dá conta de um conjunto muito heterogéneo que inclui velhas democracias, novas democracias, monarquias, países do Sul, do Centro e Leste europeus e das margens do Báltico, e em que a inclusão temporal dos partidos abrange todas as vagas da periodização de van Biezen e Bértoa (2014), atravessando toda a segunda metade do século XX e entrando pelo século XXI. Aqui justifica-se que as referências aos textos constitucionais desses países obedeçam a uma ordem cronológica, começando-se desde logo pelas duas primeiras constituições que se referem aos partidos políticos: as constituições da Islândia e da Áustria. A Islândia, apesar de ter aprovado a sua Constituição em 1944, com uma primeira revisão em 1984, manteve a curta referência do art.º 31.º através do qual se dá uma mera indicação do acolhimento dos partidos no seu sistema político.

No caso austríaco, apesar de o texto de 1920 conter 5 referências a partidos, actualmente (versão de 01/03/2010) existem 14, embora fossem 16 na versão de 2007. A maioria estão

⁸⁸ A Constituição sueca é um conjunto de quatro leis fundamentais: Instrumento de Governação (normalmente associado ao Riksdag Act), a Lei da Sucessão, a Lei da Liberdade de Imprensa e a Lei Fundamental da Liberdade de Expressão.

inseridas em procedimentos de natureza parlamentar ou ligadas a matérias de natureza eleitoral e governamental, havendo uma disposição sobre incompatibilidades relacionada com o Tribunal Constitucional. A diferença de tratamento relativamente às constituições italiana e alemã, suas contemporâneas, está no relevo conferido aos partidos.

O art.º 73.º da Constituição cipriota de 1960 limitou-se a reconhecer a presença dos partidos na arena parlamentar, ao lado do direito de se constituírem como grupo parlamentar se obtiverem mais de 12% dos membros da Câmara dos Representantes. A Constituição de Malta (1964) refere-se aos partidos nos procedimentos para a constituição da Câmara dos Representantes em matérias como o processo de indicação do líder da oposição, processo eleitoral e Autoridade de Radiodifusão (*Broadcasting Authority*).

A Constituição norueguesa de 1814 tem no seu texto uma referência aos partidos desde a revisão de 1988. Actualmente, essas referências aparecem somente em matérias relativas, respectivamente, ao processo eleitoral e à obrigatoriedade de aceitação dos mandatos.

Na Letónia, através de uma emenda Constitucional ao texto original de 1922, o art.º 102.º admitiu o direito de qualquer pessoa formar ou associar-se a um partido político ou outra organização pública. Após a revisão constitucional de 3/5/2007 não existe nenhuma outra disposição que se refira directamente aos partidos políticos.

O ordenamento constitucional esloveno, que emerge do texto de 1991, não acolheu directamente os partidos, contendo apenas referências esparsas em matéria de incompatibilidades nos art.ºs 42.º (forças de segurança), 133.º (magistrados), 136.º (procurador do Estado) e 166.º (Tribunal Constitucional), e de atribuição ao órgão constitucional do poder de julgar das actividades dos partidos desconformes à Constituição (art.º 160.º)

Nos termos da versão consolidada da Constituição estoniana de 1992, após a revisão de 2011⁸⁹, e que teve por base o texto de 1938, no parágrafo 30 do Capítulo II (Direitos Fundamentais, Liberdades e Deveres), os partidos são referidos a título incidental, podendo o direito de pertença ser objecto de restrições legais. Os partidos não podem ter por fim ou actividade o derrube da ordem constitucional pela força. Se a sua acção conflitar com normas criminais são proibidos. Aos tribunais comuns incumbe a apreciação de eventual proibição, suspensão ou imposição de coimas. O Presidente da República está obrigado a suspender a sua qualidade de membro de partido durante o período do mandato (parágrafo 84, Capítulo V).

Após a fase de renovação constitucional dos países do Leste e Europa Central que estiveram sob jugo soviético, também a Finlândia e a Suíça (1999) e o Luxemburgo (2008) aprovaram revisões das suas constituições com tímidas e discretas inserções sobre os partidos.

Sem qualquer desenvolvimento, a Finlândia só após 1991 introduziu os partidos na Constituição, o que ocorreu a propósito da indicação dos candidatos presidenciais e num único artigo (23.º). Na versão de 1999, conhecida como a Constituição de 2000, as duas únicas ocorrências respeitam ao direito de nomeação de candidatos ao parlamento e presidenciais.

⁸⁹ Objecto de referendo e em vigor desde 22/07/2011.

A Suíça procedeu pela primeira vez à recepção constitucional dos partidos no actual art.º 137.º. Aí se diz tão-só que os partidos contribuem para a formação da opinião e da vontade popular. Uma outra menção aos partidos surge no art.º 147.º, prevendo-se a sua audição, após os cantões, sobre os principais actos legislativos, sobre trabalhos preparatórios de projectos de grande dimensão e em matéria de tratados internacionais importantes.

Quanto ao Luxemburgo, os partidos políticos figuram no texto da Constituição desde a revisão de 2008 (art.º 32bis) concorrendo, enquanto expressão do pluralismo democrático⁹⁰ para a formação da vontade popular e a expressão do sufrágio universal.

3.2 A PERSPECTIVA REGULAMENTAR DOS PARTIDOS NO QUADRO EUROPEU

Na generalidade dos países, mesmo naqueles que levaram a constitucionalização dos partidos a um patamar mais detalhado, a natureza das suas actividades e importância do seu papel em todos os regimes democráticos, implicou a necessidade de uma regulamentação. Essa regulamentação visou aspectos particulares concernentes à transparência da sua acção e ao controlo da conformidade desta com as leis e regulamentos dos Estados. Nesta medida, os Estados viram-se na necessidade de desenvolver a malha regulamentar. Este processo foi conduzido na generalidade dos países *mediante* a aprovação de leis dos partidos, de leis dedicadas ao financiamento ou de leis que num mesmo instrumento regulam todas as matérias respeitantes aos partidos, incluindo aquilo que há a referir sobre a matéria da militância (cfr. Quadro 6.3).

Merece aqui referência o Código de Boa Conduta em Matéria de Partidos Políticos que, em 2008, a Comissão de Veneza do Conselho da Europa adoptou no âmbito da 77.ª sessão plenária⁹¹, bem como um documento de idêntica natureza versando as normas mínimas dos partidos políticos, adoptado em Bruxelas, em Fevereiro de 2008, sob a égide do NDI (*National Democratic Institute*)⁹². Os dois documentos constituem um repositório do que deve ser seguido pelas legislações e partidos nacionais em matéria de princípios, organização, financiamento e funções políticas.

⁹⁰ Sobre os trabalhos preparatórios e a introdução deste artigo na Constituição do Luxemburgo, veja-se o excelente texto de Gabriela Borz (2016).

⁹¹ Resolução 1546, de 17/04/2007, da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa que recomendava à Comissão de Veneza a sua adopção, visando o reforço da democracia interna dos partidos e da sua credibilidade aos olhos dos cidadãos, de maneira a contribuir para a legitimação do processo democrático, aumentar a transparência e combater a corrupção, através de um conjunto de linhas directivas, resultantes de boas práticas às quais os partidos se deviam ater. Não se trata, contudo, de um documento de carácter normativo, mas sim de carácter orientador, que levou em consideração o conteúdo do que sobre a matéria se refere na Declaração Europeia dos Direitos do Homem, designadamente quanto ao seu artigo 11.º em matéria de protecção dos partidos políticos, bem como a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, o acervo de legislação já existente nos países e as práticas nacionais nesse domínio.

⁹² Neste documento colaboraram académicos (Scarrow, Farrell, Kelly, Mitchell e Reilly, entre outros), representantes de partidos europeus, de federações de partidos e de organizações dedicadas ao seu estudo.

Quadro 6.3 – Tratamento regulamentar dos partidos na Europa

Com leis de partidos	Sem leis de partidos	Com leis de financiamento	Com leis de partidos e de financiamento
Alemanha	Irlanda	Áustria	Croácia
Bulgária	Malta	Bélgica	Finlândia
Rep. Checa	Suíça	Chipre	Letónia
Estónia		Dinamarca	Lituânia
Noruega		França	Portugal
Polónia		Grécia	Roménia
Eslováquia		Hungria	Sérvia
Eslovénia		Islândia	Espanha
Ucrânia		Itália	Reino Unido
		Luxemburgo	
		Holanda	
		Suécia	

Fonte: www.partylaw.leidenuniv.nl

Apesar de haver quem assinale que se assistiu nos últimos anos a uma proliferação de leis específicas sobre partidos políticos (Casal Bértoa *et al.*, 2012), ainda assim se verifica que quanto aos países que foram objecto de análise haver três (Irlanda, Malta e Suíça) que não possuem nem leis de partidos nem leis de financiamento (Quadro 6.3). Nove países têm uma lei de partidos políticos, doze apenas têm leis de financiamento e os restantes nove países têm quer leis de partidos quer leis de financiamento, separando claramente as duas matérias. No total, há dezoito países que têm leis especificamente designadas como leis de partidos, ou recorrendo a expressão equivalente (Alemanha, Bulgária, Croácia, República Checa, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, Letónia, Lituânia, Noruega, Polónia, Portugal, Roménia, Sérvia, Ucrânia e Reino Unido). Em vinte e um países há leis designadas como leis de financiamento partidário, havendo países em que a distinção entre esses dois tipos de diplomas é feita a nível legislativo, adoptando-se as duas fontes. Deste modo, só nove países têm uma lei de partidos e uma lei reguladora do financiamento partidário (Croácia, Finlândia, Letónia, Lituânia, Roménia, Sérvia, Espanha e R.U., para além de Portugal). A Hungria embora sem uma lei específica de partidos contém incorporada nas leis de financiamento matérias relativas à organização, registo e cessação de actividades.

3.3 A PERSPECTIVA REGULAMENTAR DOS MILITANTES NO QUADRO EUROPEU

Esta é uma tese sobre militantes, pelo que importa agora, relativamente aos países que foram objecto de análise, ver como as leis nacionais tratam as questões atinentes à militância, procurando agrupá-las.

As questões específicas da militância normalmente não são desenvolvidas por nenhuma das categorias de leis acima referidas, que em regra se limitam a remeter para os estatutos de cada partido a respectiva regulamentação, sem prejuízo de ser feita a indicação de um con-

junto de matérias que deverá necessariamente figurar nesses estatutos. Mas mesmo entre países que têm leis de partidos é possível vislumbrar diferentes patamares regulamentadores, já que o grau de pormenorização varia de país para país.

Embora haja pontos considerados no financiamento dos partidos que também dizem respeito à militância, designadamente em matéria de pagamento de quotizações e donativos, uma primeira classificação (Quadro 6.4) que pode ser apresentada passará pela distinção entre:

(i) Países que concentram nas leis de partidos ou de financiamento a essência do estatuto do militante e da sua vida dentro da organização - aquisição, exercício e saída – ou estatuem pormenorizadamente o que deve figurar nos estatutos, com capítulos próprios sobre a militância ou artigos desenvolvidos com referências a esta (Concentração e Remissão);

(ii) Países que se limitam a enumerar princípios gerais na legislação nacional e fazem a remissão para os Estatutos (Afloração e Remissão), e, em terceiro lugar,

(iii) Países que contêm na legislação referências residuais remetendo directamente para uma fonte secundária – os estatutos dos partidos – sem desenvolvimentos quanto à arrumação desse estatuto ou que pura e simplesmente nada dizem (Remissão Directa ou Silêncio).

Quadro 6.4: Tratamento do estatuto de militante nas leis de partidos

Concentração e Remissão	Afloração e Remissão	Remissão Directa ou Silêncio
Alemanha	Bulgária	Áustria
Espanha	República Checa	Bélgica
Estónia	Croácia	Chipre
Letónia	Eslováquia	Dinamarca
Lituânia	Eslovénia	Finlândia
Portugal	Hungria	França
Sérvia	Polónia	Grécia
	Roménia	Holanda
	Ucrânia	Islândia
		Itália
		Luxemburgo
		Noruega
		Reino Unido ⁹³
		Suécia

⁹³ O R.U. não tem uma lei de partidos políticos tal como as concebidas na maioria da Europa continental. O *Registration of Political Parties Act* (1998) foi criado como um diploma regulador das formalidades de registo dos partidos, inexistindo nessa lei princípios ou regras que devam presidir à sua organização, estrutura ou militância. A referência que aqui surge deve-se somente à razão de ser normalmente tratada como se fosse uma lei material de partidos, mas de facto não o é (exemplo: www.partylaw.leidenuniversity.nl). Neste sentido, Karvonen chamou a atenção para o facto do detalhe do diploma não ter correspondência em termos de substância e focus, o que a transforma num mero documento de controlo das finanças partidárias e das respectivas práticas contabilísticas (2007: 450).

Acrescente-se que a essência do estatuto de militante a que acima se aludiu parte da observação da regulamentação tendo em vista, fundamentalmente, as categorias respeitantes aos (a) requisitos ou condições de aquisição desse estatuto, (b) direitos e deveres e (c) condições de saída, pois entende-se que esses três itens correspondem ao cerne da militância político-partidária.

Verifica-se que nos países compreendidos no quadro anterior (6.4) só um corresponde ao estatuto de velha democracia (Alemanha), sendo todos os outros novas democracias (duas do Sul da Europa - Espanha e Portugal - e três do Báltico). Estes países possuem em comum o facto de terem vivido sob o jugo de regimes autoritários e/ou ditatoriais e em que a importância conferida aos partidos e a riqueza da respectiva regulamentação poderão ser vistas quer como uma garantia de não-regresso a situação passadas, quer como mecanismos de protecção da democracia e da participação dos seus cidadãos.

As matérias contempladas nas leis de regulamentação dos partidos que dizem directamente respeito à militância também poderão ser aqui alinhavadas em duas áreas primordiais⁹⁴, a saber: (i) princípios que regem a militância e (ii) condições de adesão, exercício e abandono ou exclusão da militância, onde se concentram o essencial dos direitos e deveres e os procedimentos que deverão ser seguidos. A estas duas áreas poderá ser acrescida uma (iii) terceira que se prende com o controlo do exercício da militância.

3.3.1 PRINCÍPIOS QUE REGEM A MILITÂNCIA

Em matéria de (i) princípios que regem a militância, a análise empreendida permitiu verificar que de um modo geral as leis de partidos preocuparam-se em vincar a liberdade e voluntariedade da adesão, o que corresponde ao contemplado no resultado final dos trabalhos da Comissão de Veneza, sobressaindo nas diversas leis de partidos⁹⁵. Isso foi feito tanto por referência à natureza dos partidos, enquanto organizações de constituição livre, como através das manifestações de vontade exigidas pela adesão e a filiação individual dos cidadãos em partidos políticos. Num caso como o da lei espanhola, isso é conseguido logo no seu art.º 1.º, cuja epígrafe é Liberdade de Criação e Filiação. Aí se enfatiza o princípio da filiação livre e voluntária, envolvendo a liberdade de permanência e de saída, exercidas no quadro consti-

⁹⁴ Que corresponderão ao núcleo de temas fundamentais que são também referidos, embora não necessariamente por esta mesma forma, no Código de Boas Práticas da Comissão de Veneza (2008) e nas Linhas Directivas sobre a Regulamentação dos Partidos da OSCE/BIDDH e Comissão de Veneza (2010).

⁹⁵ Através de formulações sumárias ou em termos mais detalhados, os princípios contemplados constituem hoje património comum das democracias liberais e estão presentes em vários tratados e textos com carácter supranacional. É o caso da CEDH (art.ºs 11.º da Convenção e 3.º do Protocolo adicional à CPDHLF, Paris, 20/3/1952), do PIDCP (art.º 22.º), dos TUE (art.º 6.º e 10.º do TUE e art.º 12.º da CDF, em especial o n.º 2 que refere explicitamente os partidos políticos) ou da OSCE (2011).

tucional e legal. Outras disposições fazem apelo aos princípios democráticos quanto à participação, a consagração de assembleias gerais, a escolha dos órgãos por sufrágio universal e directo, dispondo o art.º 8.º sobre a necessidade dos estatutos fixarem detalhadamente os direitos e deveres, obrigando-se aos partidos o respeito pelo contraditório previamente à aplicação de sanções. Formulações similares ou visando idênticos objectivos são descortináveis no art.º 3.º da lei lituana, no art.º 21.º da lei sérvia, nos art.ºs 1.º e 7.º da lei romena e também no art.º 1.º da lei ucraniana.

A decisão de livre adesão, para além de encerrar em si um acto voluntário que vai permitir uma vinculação do indivíduo à organização, mais apertada do que a simples adesão espiritual ou manifestação de simpatia para com o partido, acaba também por ser uma afirmação de concordância, não só com os objectivos, programas e estatutos do partido a cuja adesão o indivíduo se pretende vincular, como em certa medida com os princípios que regem a militância e que, em rigor, se verifica serem princípios que estão também presentes e pelos quais se deve nortear a acção dos partidos políticos: (1) princípio da legalidade, (2) princípio democrático, (3) princípio da não-discriminação e (4) princípio da transparência e abertura.

Pelo primeiro dos referidos princípios afirma-se o primado da lei, o *rule of law*, com os seus corolários de respeito pela Constituição de cada país e pela legislação que em cada momento vigorar, o que não contende com o direito que os partidos têm de pugnam pela sua alteração ou revisão sempre que a elas se opuserem pelos meios legítimos que esses instrumentos consagram. O respeito pelo corpo normativo engloba os estatutos e regulamentos que disciplinam a participação e a organização interna. Já o princípio democrático visa garantir que a organização, estrutura do partido e o exercício dos direitos de participação na formação das decisões se faça de acordo com as regras democráticas, o que tem implicações na apresentação de candidaturas, na escolha dos órgãos e nas regras que deverão ser seguidas nos procedimentos eleitorais internos. Aos anteriores encontram-se intimamente ligados os princípios da transparência e abertura que exigem o acesso livre quer a documentos programáticos e de governo interno, quer a informações regulares, concisas e claras sobre a actividade dos seus órgãos de direcção e fiscalização e acesso às contas do partido. De uma forma ou de outra, estes princípios estão presentes nas leis de partidos ou, quando tal não aconteça, deverão estar contemplados nos estatutos.

3.3.2 CONDIÇÕES DE ADESÃO E EXERCÍCIO DA MILITÂNCIA

Na prática, quanto aos requisitos ou condições de aquisição do estatuto de militante, sem prejuízo do grau de pormenorização das questões da militância ser muito variável entre as diversas leis, o que de certo modo já decorria da arrumação constante do Quadro 6.4, algumas LPP dão recepção plena a princípios que já constam das disposições constitucionais, nalguns casos reproduzindo directamente as fórmulas destas; noutras situações através do desenvolvimento dos traços essenciais do regime prescrito por esses mesmos textos, seja quanto à formação da vontade, garantias de pluralismo, legalidade e democracia ou protecção da

própria ordem constitucional⁹⁶.

Em matéria de direitos e deveres dos militantes verifica-se existir uma preocupação grande em muitas leis de partidos quanto à necessidade de se fazer uma referência expressa a estas matérias⁹⁷. Ao optarem por esta chamada, os diversos legisladores internos mais não fizeram do que assegurar-se de que constituindo esse núcleo um aspecto fundamental da participação dos militantes, a conformação das prerrogativas e dos deveres não poderia ficar à mercê do livre arbítrio das organizações. Por esta via estar-se-ia também a conferir alguma estabilidade ao estatuto do militante dando-se-lhe espaço para o exercício da militância de acordo com as balizas constitucionalmente definidas.

Esta necessidade, sendo visível na exigência de várias leis quanto à formulação de forma clara e completa do elenco de atributos do estatuto do militante, foi acompanhada pelo estabelecimento por parte de alguns legisladores de um sistema rígido em matéria de procedimentos disciplinares e de aplicação de sanções, o qual segue, em regra, com os direitos de impugnação e/ou recurso de decisões sancionatórias que afectem individualmente cada militante. Esta garantia dos militantes poderá exercitar-se através do apelo a instâncias internas do partido sancionador e, por vezes, nos casos em que tal acontece, a um subsequente controlo externo de natureza judicial⁹⁸.

⁹⁶A este respeito poder-se-á comparar, por exemplo, o que refere o art.º 21.º da Constituição alemã face ao que se dispõe no art.º 1.º da sua LPP: no primeiro caso afirma-se o papel dos partidos para “a formação da vontade política do povo”, a liberdade do seu estabelecimento, a conformação aos princípios democráticos, transparência financeira e subordinação à ordem constitucional; no segundo reafirmam-se e concretizam-se esses princípios. Igual exercício pode ser feito quanto ao art.º 8.º da Constituição romena no confronto com o 1.º da LPP. De igual modo, pode-se comparar o que consta do parágrafo 48 da Constituição estoniana com o que ficou inscrito nos parágrafos 4.º e 5.º da respectiva LPP, bem como o art.º 3.º da Constituição da Croácia com o art.º 6.º da LPP. Noutros casos, a correspondência não é tão directa e desdobra-se em vários artigos das leis de partidos. É o que se verifica nos casos da Lituânia, em que o art.º 35.º da Constituição se afigura corresponder aos art.ºs 3.º e 4.º da LPP, da Bulgária, cujo art.º 11.º da Constituição encontra eco nos art.ºs 2.º e 4.º da LPP, mas também da Polónia em relação aos art.ºs 11.º e 13.º da Constituição com consequências nos art.ºs 1.º, 3.º, 4.º e 8.º da LPP, ou Sérvia, em que aos art.ºs 5.º, 55.º e 195.º da Constituição corresponderão as disposições dos art.ºs 2.º e 4.º da LPP.

⁹⁷Neste ponto, assinalem-se as disposições contidas nas leis alemã (art.º 10.º), espanhola (art.º 8.º que prescreve a necessidade dos estatutos conterem em detalhe os direitos e deveres dos militantes), letã (secções 26.º e seguintes do capítulo VI), lituana (art.º 6.º, n.º 2, 6), sérvia (art.º 14.º), búlgara (art.º 14.º) e checa (parágrafo 6.º).

⁹⁸A este propósito registem-se os art.ºs 10.º n.º 3 e 14.º da lei alemã, quando referem que os estatutos conterão disposições sobre medidas disciplinares aplicáveis aos membros, as razões para a aplicação dessas medidas, a indicação dos órgãos competentes para início dos procedimentos disciplinares, aplicação de sanções e direito de recurso, as razões para a privação de uso ou acesso por parte dos membros às instalações do partido e a forma de constituição dos tribunais arbitrais para julgamento dos casos, os quais ficam sujeitos a uma disciplina própria e a normas processuais específicas dotadas das necessárias garantias. Também o art.º 8.º, n.º 3 da lei espanhola que obriga ao respeito pelo contraditório e à submissão à lei nos procedimentos sancionatórios, incluindo o mais gravoso que é o atinente à expulsão. Em matéria de abandono também merece destaque o § 5.º, n.º (2) da lei estoniana que prescreve o caminho que deverá ser seguido pelos militantes que queiram sair dos partidos, exigindo-se-lhes uma comunicação escrita e fazendo condicionar os seus efeitos à recepção da comunicação pelo líder do partido. Ainda sobre esta matéria saliente-se a secção 30 do capítulo VI da lei letã, os art.ºs 14.ºs das leis sérvia e búlgara, as provisões iniciais e os parágrafos 2.º e 3.º da lei checa, e ainda o art.º 10.º, alíneas f) e g) da lei romena e o art.º 8.º, n.º 4, da lei ucraniana.

As normas de natureza administrativo-burocrática que surgem nalgumas leis dos partidos em desenvolvimento dos regimes constitucionais apresentam-se, por vezes, com uma extensão e profundidade eventualmente pouco compatível com o carácter amplo desse tipo de normas. Todavia, essa opção ainda se inserirá na preocupação de retirar aos partidos uma latitude excessiva de actuação susceptível de comprometer a liberdade do estatuto do militante e a conformação da acção interna dos seus órgãos às regras do direito e da democracia.

Finalmente, em matéria de abandono, e com excepção das normas de controlo da aplicação de sanções disciplinares acima referidas, cuja pena máxima será a expulsão, as leis de partidos não regulam os processos de saída, o que é compreensível tendo em atenção que ao exercício da militância é inerente o princípio de liberdade nas suas duas vertentes, não podendo ser colocados obstáculos à liberdade de entrada e de saída.

3.3.3 NORMAS DE CONTROLO ESTADUAL DO EXERCÍCIO DA MILITÂNCIA

Merece ainda destaque, por igualmente estar expressamente incorporada em várias leis, a consagração da militância como actividade reservada a cidadãos com direito de voto (art.ºs 6.º das lei romena e ucraniana, art.ºs 8.º e 11.º da lei búlgara), a pessoas físicas (art.º 2.º da lei alemã, § 2.º (2) da lei checa), maiores e capazes (art.º 3.º da lei eslovaca, art.º 2.º da lei polaca, § 5.º (1) da lei estoniana, § 2.º (3) da lei checa, art.º 6.º da lei eslovena, com a especialidade dos menores que tenham completado quinze anos poderem aderir devidamente autorizados por quem tenha as responsabilidades parentais, art.º 21.º da lei sérvia, art.º 5.º n.º 1 da lei lituana), bem como a proibição de dupla filiação ou filiação simultânea (cfr., por exemplo, os art.ºs 8.º 1 da lei romena, art.º 6.º da lei ucraniana, art.º 11.º (2) da lei búlgara, § 2.º (3) da lei checa, art.º 5.º n.º 2 da lei lituana, e o § 5.º (1) da lei estoniana).

Uma matéria que também diz respeito à militância e que surge tratada em vários países, normalmente com acolhimento constitucional, dado que as suas implicações extravasam o âmbito restrito dos partidos, é a que concerne às incompatibilidades. Quanto a este tema recorta-se um regime semelhante, abrangendo diversas categorias (magistrados e membros das forças armadas, titulares de determinados cargos públicos), sendo evidente a preocupação dos legisladores nacionais de evitar comprometer o exercício de determinadas funções na estrutura estadual com o exercício da militância, evitando diminuir a isenção, o prestígio e a imparcialidade daquelas. É o que acontece, por exemplo, nas leis da Grécia (Constituição art.º 29.º, n.º 3), Hungria (Constituição art.º XXIII, 8 in fine, e na parte relativa ao Estado art.ºs 24.º (4), quanto ao estatuto dos juízes do TC, 26.º (1) quanto ao estatuto dos juízes em geral, 29.º (6) quanto ao Ministério Público, 30.º (3) quanto ao Comissário dos Direitos Fundamentais, 45.º (4) quanto às Forças de Defesa, e 46.º (5) quanto à Polícia), Itália (Constituição, art.º 98.º em relação a militares, magistrados, polícias, diplomatas e representantes consulares), Bulgária (Constituição, art.ºs 95.º e 147.º, proibições do Presidente e Vice-Presidente poderem ocupar cargos de liderança partidária e dos juízes do TC serem membros dos partidos), Roménia e Sérvia (art.º 40.º n.º 3 e 55.º, respectivamente, abrangendo nos dois casos juízes

do Tribunal Constitucional, procuradores populares, magistrados, membros activos das Forças Armadas, polícias e funcionários públicos), Eslováquia (Constituição art.º 137.º aplicável aos juízes do TC, 145.ª, para juízes em geral, 151.ª (3) para procuradores), e Eslovénia (Constituição art.º 42.º pra as Forças Armadas, 133.º para juízes, 136.º para procuradores, 166.º quanto aos juízes do TC)

O controlo exercido por alguns países sobre os números da militância, acompanhamento da sua evolução e abate dos membros nos respectivos registos é um aspecto que encontra eco nalgumas legislações e que merece aqui ser destacado. A este propósito, no caso da Estónia, o §8.º da LPP contém algumas regras formais a serem observadas no abate dos membros por demissão ou exclusão nas listas de militantes, processo acompanhado pelos tribunais, uma vez que neste país os partidos são obrigados a manter listas actualizadas junto do tribunal de registo da sede do partido. Um procedimento semelhante ficou consagrado na Lituânia, onde o art.º 8.º, n.º 8, da sua lei obriga os partidos a apresentarem listas actualizadas dos militantes ao Ministro da Justiça antes das eleições a que pretendam concorrer, e na Sérvia, que obriga os seus partidos a manter registos escritos e numa base central electrónica dos seus membros. No respeitante à Lituânia, o regime de controlo do número de militantes é aliás relativamente severo em virtude do número de militantes ser especialmente importante para a manutenção de um partido. Neste país, um número inferior a 1000 levará à sua extinção, informação que deverá ser prestada pelo partido num prazo de trinta dias a contar da data do decréscimo, aos serviços competentes de registo das Entidades Legais, devendo os partidos que se vejam nessa situação procederem num prazo de seis meses à sua reorganização sob pena de entrarem em liquidação.

Nos países cuja regulamentação se analisou verificou-se em quase todos a existência de constrangimentos ao exercício da militância em razão da nacionalidade. Este facto surge em regra referido, em primeira ordem, nalgumas leis através da menção simples ao requisito da cidadania do Estado. Aqui pode ser apontado como exemplo a lei de partidos eslovaca que delimita o círculo de eventuais militantes entre os seus cidadãos com mais de dezoito anos e direito de voto (§ 3.º). A necessidade de se ser cidadão é comum e surge com recurso a uma formulação semelhante igualmente nos ordenamentos alemão (art.º 2.º da lei de partidos: os partidos são associações de cidadãos e não serão considerados partidos se a maioria dos seus membros ou dos membros dos seus comités executivos foram estrangeiros), sérvio (art.º 21.º da lei de partidos: qualquer cidadão maior), polaco (art.º 2.º: cidadãos com direito de voto), lituano (art.ºs 2.º, 3.º e 5.º da lei de partidos: cidadãos da República da Lituânia, com dezoito ou mais anos), estónio (§ 48.º da Constituição: só cidadãos da Estónia podem pertencer a partidos políticos), romeno (art.ºs 1.º, 6.º e 8.º da lei de partidos, onde se refere serem os partidos associações de cidadãos romenos com direito de voto) e ucraniano (art.º 6.º na lei de partidos e 36.º da Constituição: só cidadãos com direito de voto). Noutros casos, a lei do estatuto pessoal, entendida como a lei da nacionalidade do indivíduo, não é decisiva para impedir a participação militante de nacionais de outros países, e até de apátridas. Com

efeito, ao lado de situações em que o requisito da nacionalidade se assume como essencial para a constituição do partido e a sua consideração como tal (Alemanha, Espanha) há outras em que se admite a extensão do direito de participação a cidadãos da União Europeia com capacidade activa, vivendo permanentemente no país e com mais de dezoito anos (§ 5.º da lei da estónia) e a não-cidadãos (apátridas) e cidadãos estrangeiros residindo legalmente no país (secção 26, capítulo IV da lei letã). Na Grécia a referência à nacionalidade surge logo no art.º 29.º da Constituição mas apenas em atenção à formação dos partidos. Uma norma que tratando este ponto da nacionalidade foge à regra é a constante do art.º 7.º da lei de partidos da Eslovénia. A atípica formulação que o legislador deste país escolheu, apesar de referir o impedimento de uma “pessoa estrangeira” poder fazer parte de um partido político, criou no entanto um estatuto especial que admite a pertença de estrangeiros aos partidos na qualidade de “membros honorários” se os estatutos do partido o admitirem. Esta excepção coexiste com uma outra dedicada aos cidadãos da União Europeia que também podem vir a ser militantes de partidos eslovenos desde que lhes tenha sido reconhecido o direito de voto a partir da data de admissão do país na União Europeia (art.º 7.º da lei de partidos da Eslovénia). Na Finlândia, a secção 7a inculca a ideia de que estrangeiros poderão fazer parte dos partidos, uma vez que não existe uma disposição expressa que o impeça e a redacção da norma mencionada só se pronuncia inequivocamente sobre a proibição dos estrangeiros poderem fazer parte da direcção dos partidos.

Uma segunda ordem de constrangimentos, para além dos acima referidos e que surgem em textos constitucionais, filia-se na existência em quase todos os países de um regime de incompatibilidades em razão já não da nacionalidade mas da profissão do indivíduo. Tal como no capítulo seguinte se observará quando se analisar o caso português, evidencia-se em quase todos os ordenamentos uma proibição expressa de desempenho de determinadas profissões ou cargos na estrutura política do Estado com a pertença a um partido ou uma militância activa. O exercício da militância está em regra vedado a magistrados, membros das forças armadas e policiais em geral. A estas categorias acrescentam-se por vezes os provedores de justiça, os diplomatas, o pessoal que exerça funções consulares e funcionários públicos em geral⁹⁹.

⁹⁹ Na Lituânia exige-se que o Presidente suspenda o exercício da militância (art.º 83.º). Na Polónia o regime das incompatibilidades apresenta-se como o mais apertado de todos em virtude de às categorias tradicionais acima referidas se juntarem ainda os membros do Conselho Nacional da Rádio e TV e o Presidente do Banco Central. Na maioria dos países, o regime das incompatibilidades relativamente à militância parece estar na maioria dos países num patamar de maior relevância por comparação com outros requisitos que surgem na legislação secundária, pois que são inúmeras as disposições constitucionais que a elas se referem (art.ºs 43.º, 133.º, 136.º e 166.º da Constituição eslovena, art.ºs 6.º e 27.º da lei fundamental de Espanha, art.º 127.º da Constituição ucraniana, art.º 55.º da Constituição sérvia e 21.º da lei de partidos deste país, art.ºs 178.º, 195.º, 205.º, 209.º, 214.º da Constituição polaca, art.ºs 35.º, 83.º, 113.º e 141.º da Constituição lituana, art.º 98.º da Constituição italiana e art.º 29.º, n.º 3 da Constituição grega).

4. CONCLUSÃO

O quadro constitucional e regulamentar que se traçou visou apresentar os traços mais relevantes que condicionam o exercício da militância em diversos países, fazendo ressaltar os pontos de contacto entre os diversos sistemas e enaltecendo aquilo que de diferente pode ser encontrado em cada um deles. O que acima se registou não esgota uma apreciação país a país, de cariz mais descritivo¹⁰⁰, que embora perdendo para uma perspectiva analítica mais comparativa se crê ser igualmente útil e esclarecedora para evidenciar de forma individualizada a diferença de regimes de país para país. Crê-se que com o capítulo seguinte, quando se abordar o caso específico de Portugal, será possível completar o que aqui se deixou.

Sem prejuízo disso, levando em consideração os países referenciados na primeira coluna do Quadro 6.4, reparar-se-á que somente a Alemanha pode ser considerada uma velha democracia. Estranhar-se-á a sua inclusão ao lado de países cujas democracias resultaram dos movimentos da terceira vaga iniciados por Portugal e da queda do Muro de Berlim com o alargamento a Leste do modelo democrático-liberal. Também os países incluídos no referido quadro no elenco afluência e remissão correspondem a novas democracias. Acresce que igualmente todos os países aí presentes são da Europa Central e do Leste partilhando o facto de terem vivido todos o pós-II Guerra e o período da Guerra Fria sob influência da defunta União Soviética. Também se verifica que nas respectivas regulamentações internas a militância não mereceu tratamento autónomo nem especialmente desenvolvido, embora surjam algumas referências de carácter genérico. Por outro lado, com excepção da Ucrânia, cuja constitucionalização dos partidos remonta a 1996, todos os demais países deste grupo procederam à constitucionalização dos partidos em 1989 (Hungria), 1990 (Croácia), 1991 (Bulgária, Eslovénia e Roménia) e 1992 (República Checa, Eslováquia e Polónia), pertencendo todos, de acordo com a perspectiva de van Biezen (2009) à quarta vaga. Esta razão explicará a similitude que existe quanto a esta matéria entre as legislações destes países. Em rigor, entre os países das duas primeiras colunas do Quadro 6.4 a maior diferença estará no grau de desenvolvimento e profundidade dos regimes respectivos.

Finalmente, no que aos países de remissão directa para os estatutos dos partidos ou silêncio encontra-se neste elenco, com a única excepção da Grécia, o grosso das velhas democracias europeias e das que se consolidaram antes da terceira vaga, e que, talvez por essa razão, não terão sentido necessidade de desenvolverem e aprofundarem regimes aplicáveis à militância, dando uma maior liberdade aos partidos e aos respectivos estatutos quanto à conformação dos modelos em que operam. Em comum, entre todos os países deste grupo, o facto de nada se dizer sobre a militância ou de tudo aquilo que a esta interessa ser objecto de expressa remissão sem mais considerações.

¹⁰⁰ Este modelo de exposição foi o adoptado por Romée Piccio (2012).

CAPÍTULO VII

EVOLUÇÃO DO ENQUADRAMENTO LEGAL DA MILITÂNCIA EM PORTUGAL

1. INTRODUÇÃO

São poucos os trabalhos de fundo existentes em Portugal sobre a militância. Para além de alguns estudos especificamente dirigidos a partidos individualizados, a maioria dos realizados abordam-na lateralmente e inserida em análises sobre os partidos. Em regra, correspondem a visões gerais sobre estes, sua génese e consagração no sistema jurídico-constitucional (Sousa, 1983), à apresentação da evolução do sistema de partidos no regime democrático (Stock, 1985), a visões comparativas conduzidas por investigadores estrangeiros face ao vizinho espanhol (van Biezen, 1998), no contexto de outros países da Europa (Mair e van Biezen, 2001) ou, ainda, referidas ao grupo particular da Europa do Sul (van Biezen e Casal Bértoa, 2014). Sobre as oportunidades de intervenção dos militantes no quadro estatutário face aos princípios constitucionalmente definidos debruçou-se Ana Maria Belchior (2008). Jalali, num trabalho sobre o comportamento eleitoral, também apresentou uma tabela de taxas de filiação para os eleitores partidários entre 1976-1999 (2003) e os números da militância numa análise sobre o PSD (Jalali, 2006: 371). Outros trabalhos sobre os partidos focaram-se no recrutamento do pessoal dirigente (Coelho, 2014) e no recrutamento parlamentar (Teixeira, 2009), bem como na génese do sistema de partidos, extensão e natureza do apoio popular, e, ainda, nas atitudes dos cidadãos em relação a estes (Teixeira, 2011; Teixeira e Pereira, 2011). Meirinho Martins compilou alguns dados atinentes à militância em Portugal no contexto de um trabalho sobre a participação na democracia portuguesa (2004). Mais recentemente, Lisi abordou a evolução da militância no período democrático e as mudanças quantitativas e qualitativas operadas nos perfis dos militantes (2011). Com base em dados estatísticos disponibilizados pelos partidos e pela imprensa, Paula do Espírito Santo apresentou as principais tendências sociodemográficas dos filiados dos maiores partidos e uma evolução do seu número para o período 1974 a 2010 (Espírito Santo, 2011: 151-154). Casal Bértoa tem em fase de ultimização um desenvolvido artigo sobre a regulação partidária em Portugal, onde regista alguns aspectos do regime legal (2014). Alguns outros trabalhos foram realizados com base em inquéritos que visaram a obtenção de dados de natureza quantitativa para contabilização dos efectivos, apurar razões de adesão, perfil dos militantes, idades, profissões, qualificações e tempo consagrado ao partido, mas ainda aguardam adequado tratamento.

Depois de no Capítulo VI se ter visto o que em termos gerais se passa na Europa, este capítulo centra-se no caso português numa perspectiva normativa, desde o momento do golpe militar de Abril de 1974, que conduziu ao derrube do regime autoritário à instauração da democracia e ao reconhecimento dos partidos, até ao presente. A importância do caso português reside nas características únicas da sua regulamentação¹⁰¹, provavelmente a mais completa

¹⁰¹ “[T]he constitutional regulation of parties as a special type of public utility in relation to democratic principles received minimal focus after the war but increased in importance in the 1970s (Portugal) and more recently after 2000 (Switzerland and Luxembourg).” (Borz, 2016: 4)

de toda a Europa, contendo por isso mesmo um extenso rol de disposições que interessam à militância, e na circunstância de, tal como sucedeu na Finlândia e em Espanha, a regulação dos partidos ser anterior ao respectivo acolhimento constitucional.

Em Portugal, só com a instauração da democracia após o golpe de 25/04/1974 é que se procedeu à legalização dos partidos políticos, criando-se os mecanismos legais e estatutários necessários ao seu funcionamento e ao enquadramento da militância. Este capítulo coloca em destaque a militância em Portugal procedendo ao seu enquadramento constitucional, regulamentar e estatutário. Posto isto, para concretização deste objectivo efectuou-se uma análise em função do objectivo traçado que consistiu em percorrer a legislação vigente desde 25/04/1974 atinente aos partidos, obtendo-se uma perspectiva cronológica e material do que foi produzido em termos legislativos. Tentou-se encontrar nos vários textos o que de pertinente existe sobre a militância, estatuições e eventuais remissões na Constituição (CRP) e na Lei dos Partidos Políticos (LPP), contando com o material disponibilizado pelos partidos.

2. O ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL DA MILITÂNCIA

Alguns constitucionalistas chamaram a atenção para a análise de Triepel, segundo a qual as relações entre o Estado e os partidos atravessaram quatro fases. As três primeiras corresponderam a períodos de hostilidade (até ao século XIX, com excepção do Reino Unido), desconhecimento ou indiferença (Estado Constitucional liberal) e legalização (pós-I Guerra Mundial). A última fase, que se abre no pós-II Guerra, seria a da incorporação (*Inkorporierung*), ou seja, a da sua constitucionalização (Gouveia e Cabrita, 2001; Laguna, 2006). É esta que aqui interessa na vertente da militância.

O processo de constitucionalização dos partidos portugueses insere-se na 3.^a vaga de democratização de que falava Huntington (Casal Bértoa *et al.*, 2012: 5), ou na 6.^a vaga de Elster (1995: 369). Este facto não significa que em países inseridos na mesma vaga de constitucionalização a magnitude e intensidade do processo seja igual em todos eles (van Biezen e Broz, 2012: 337). Mas a inserção histórica poderá ajudar a compreender a extensão da recepção constitucional dos partidos em Portugal no confronto entre velhas e novas democracias e para as tendências demonstradas por Avnon (1995) e Müller e Siberer (2006:438) quanto à necessidade que os países saídos de regimes totalitários e autoritários sentem de enfatizarem o papel dos partidos nas suas constituições (vd. Capítulo VI).

Na CRP identificaram-se vinte e duas disposições directamente respeitantes aos partidos ou onde lhes são feitas referências explícitas, abrangendo 10 dimensões das 12 compiladas por van Biezen e Casal Bértoa (2014: 75). Este elenco espelha os diferentes espaços – (1) *democratic principles*, (2) *rights and freedoms*, (3) *activity and behaviour*, (4) *identity and programme*, (5) *extra-parliamentary party*, (6) *electoral party*, (7) *parliamentary party*, (8) *governamental party*, (9) *public/party finance*, (10) *judicial/external oversight*, (11) *secondary legislation* e (12) *media access* – em que os partidos se projectam nas Constituições dos diversos países (van Biezen e Casal Bértoa 2014; Casal Bértoa, 2014) e a variação do respectivo

acolhimento constitucional¹⁰². Na CRP só ficam de fora as dimensões (8) e (12).

As referências apontadas, contudo, não esgotam a amplitude da sua influência, sempre presente em termos indirectos em tudo quanto diga respeito à intervenção do Parlamento face ao monopólio da representação parlamentar dos partidos. Considerando todas as disposições, por outro lado, há somente quatro artigos com relevância e eventual influência directa na militância, a saber: 35.º/3 (protecção dos dados informáticos referentes à filiação), 51.º (proibição de bigamia partidária, direito a não ser prejudicado e princípios relativos à organização interna dos partidos em matéria de transparência, organização e gestão democrática), 160.º (perda do mandato de deputado por inscrição noutra partido durante a legislatura) e 269.º (protecção do direito à filiação dos funcionários públicos). Quer isto dizer que em matéria de militância são as dimensões extraparlamentar e a dos direitos e liberdades aquelas que mais directamente lhes dizem respeito, assumindo preponderância face às restantes. É este aspecto, quanto ao acolhimento dos partidos, que sendo desenvolvido na CRP a afasta das suas congéneres europeias, quanto ao acolhimento dos partidos, mesmo daquelas colocadas no mesmo plano do Sul da Europa, em virtude dessa matéria não gozar de tão apurado tratamento (Grécia, Espanha, Itália), ou nem sequer ser contemplado, limitando-se as referências existentes à vertente eleitoral/parlamentar/burocrática (Chipre, Malta). Numa perspectiva de análise e acolhimento, já não dos partidos mas da militância, reparar-se-á que a Constituição espanhola limita-se a referir no artigo 6.º a necessidade dos partidos terem estruturas e funcionamentos democráticos, a Constituição italiana apenas consagra no artigo 49.º o direito – subjectivo porque relativo aos cidadãos – de associação a um partido político, e o artigo 29.º da Constituição grega somente postula um genérico direito de adesão a partidos, acrescentando que a sua actividade e organização deverão servir o livre funcionamento democrático do governo. As constituições de Malta e Chipre nada desenvolvem a esse respeito.

De qualquer modo, tal como sublinhado por van Biezen e Casal Bértoa (2014) a respeito das democracias do Sul da Europa, aquilo que aproxima as Constituições portuguesa, grega e espanhola, mais recentes e inseridas em movimentos temporalmente distintos face a Itália, Chipre e Malta, é a circunstância desses textos não circunscreverem o papel dos partidos às arenas parlamentar e eleitoral, preocupando-se com a regulação de outras vertentes como as referidas aos seus princípios enformadores, regras de organização e funcionamento.

Importa recordar, para melhor se perceber a inserção e extensão das disposições constitucionais, que aquando da restauração da democracia¹⁰³, a regulação dos partidos e da

¹⁰² Com esta perspectiva não se confunde a de Bravo de Laguna sobre o desdobramento em três vertentes do controlo estadual sobre os partidos - ideológico-programático, externo ou negativo e interno ou estrutural-funcional (Laguna, 2006: 121)

¹⁰³ Em Portugal, de acordo com Mackie e Rose, as primeiras eleições democráticas competitivas datam de 1915 (Scarrow, 2015: 50), embora a origem dos partidos políticos remonte ao século XIX, ao período do constitucionalismo liberal, tendo emergido de grupos de notáveis, sem enquadramento constitucional, com uma organização rudimentar, ausência de estruturas e fraca implantação nacional. Embora alguns tivessem depois continuidade na I República, praticamente desapareceriam com o golpe militar de 28/05/1926, só ressurgindo no pós-1974 (para mais desenvolvimentos vd. Sardica, 1997: 558-559, Sousa, 1983 e Antunes, 1982: 113).

militância precedeu o respectivo acolhimento constitucional (Decreto-Lei n.º 595/74, de 7/11). A explicação para este facto residiu na necessidade que o novo regime sentiu de preparar as condições de participação nas primeiras eleições de onde sairia a Assembleia que iria elaborar e aprovar a Constituição de 1976 (neste sentido, Casal Bértoa, 2014), e de ser necessária uma legislação, ainda que embrionária, contendo as regras dessa participação. Também em Espanha isso se verificou com a LPP, de 4/12/1978, “*formalmente anterior à Constituição, ainda que discutida quando já era conhecido o texto constitucional*” (Laguna, 2006: 132).

A nova ordem jurídico-política definiu a estrutura constitucional transitória logo na Lei n.º 3/74, de 14/05, que procurava articular-se com o Programa do MFA. Aí se previa que a escolha dos membros do Governo Provisório fosse feita de entre cidadãos representativos de grupos e correntes políticas, esclarecendo-se que o novo governo tinha de promover a liberdade de reunião e de associação, devendo neste âmbito ser permitida a constituição de “associações políticas”, futuro embrião dos partidos. Daí que não seja de estranhar que o Decreto-Lei n.º 595/74 tivesse conferido aos partidos políticos portugueses o relevo e as funções que desde há séculos lhes são apontadas no funcionamento dos sistemas de governo democráticos.

Esse diploma sobre os partidos políticos, antecessor da Constituição de 76, para além de conter uma primeira definição da noção de partidos e de um conjunto de normas versando sobre os seus fins, constituição e princípios que deviam reger a sua actividade e a relação com o Estado, designadamente em matéria fiscal, fazia ressaltar do seu elenco algumas disposições pertinentes em termos da perspectiva de militância que se abria com o novo regime. Na sua essência, o que de substancial sobre os partidos foi então aprovado continuaria na legislação posterior e nos estatutos que em cumprimento da lei aprovaram.

Referimo-nos às exigências de só poderem ser filiados nos partidos os (i) titulares de direitos políticos (art.º 15.º, n.º 1) e ao (ii) princípio da filiação única (art.º 16.º), impeditivo da inscrição simultânea em mais do que um partido. Mas, de igual modo, e não menos importante, ficava registada a salvaguarda de que a militância, designada como participação, implicava direitos pessoais mas não conferia direitos de conteúdo patrimonial (art.º 17.º, n.º 1).

Às referidas exigências acrescia a da necessidade dos partidos garantirem meios de reclamação e recurso das decisões que afectassem os filiados (art.º 17.º, n.º 2), bem como a conformação da disciplina partidária às exigências constitucionais e legais (art.º 19.º).

A preocupação então manifestada levou à sua recepção constitucional (1976), onde a primeira referência feita aos partidos surge no art.º 10.º, no âmbito da chamada aliança com o MFA, visando enquadrá-los para o desenvolvimento pacífico do processo revolucionário. Esta norma viria a ser substituída logo na 1ª Revisão (1982), que mudando a sua epígrafe de “processo revolucionário” para “sufrágio universal e partidos políticos” vincou a normalização constitucional e democrática do seu estatuto, objectivando o papel dos partidos como entidades que concorrem para a organização e expressão da vontade popular. Na versão originária, ao lado de um conjunto de disposições destinadas ao reconhecimento dos partidos, do sufrágio universal, da sua função *mediadora* e da conversão de votos em mandatos, referia-se no

art.º 46.º o direito dos cidadãos livremente e sem dependência de prévia autorização constituírem associações, proibindo-se no entanto as que perfilhassem a ideologia fascista. O regime da liberdade de associação completava-se no artigo seguinte (47.º), que tinha por epígrafe “Associações e Partidos Políticos”. Com esta norma assegurava-se a inclusão no direito de associação da liberdade de constituição e participação em partidos políticos, atribuindo-se-lhes a função de democraticamente concorrerem para a formação da vontade política e a organização do poder político. Ao mesmo tempo garantia-se a proibição de inscrição simultânea e o direito a não ser prejudicado no exercício de qualquer prerrogativa pelo facto de se ser membro de um partido. A utilização de expressões ou símbolos confundíveis com os símbolos nacionais e religiosos ficava igualmente vedada aos partidos.

Se até 1982 a acção dos partidos, e de certa forma a militância, esteve condicionada à tutela militar exercida pelo Conselho da Revolução (CR), a extinção deste órgão conduziu ao reforço do papel dos partidos (van Biezen e Casal Bértoa, 2014: 74). Não só as competências do CR sobre os partidos passaram a ser exercidas pelo TC, a partir de 06/04/1983, como se deu o esvaziamento da sua tutela. No texto originário, o CR era um órgão de soberania que se impunha ao Presidente da República (PR) até para nomear o primeiro-ministro em consequência de eleições legislativas. Isto é, antes da audição aos partidos, prévia à indigitação do primeiro-ministro, o PR era obrigado a ouvir o CR (art.º 190.º, n.º 1, versão originária). Na revisão de 1982 suprimiu-se a menção ao CR.

Mais tarde, a revisão constitucional de 1997 teria ainda maior impacto sobre os partidos, em especial sobre os poderes dos militantes, já que veio consagrar a extensão dos princípios da democracia representativa aos partidos, mediante o aditamento dos n.ºs 5 e 6 ao supra referido art.º 47.º, que após a revisão de 1982 passara a ser o art.º 51.º. Pelo referido n.º 5 ficavam consagrados os princípios da transparência, organização, gestão democrática e participação de todos os militantes dos partidos¹⁰⁴, dispondo o novo n.º 6 sobre as regras de financiamento. Ao contrário do que aconteceu em Espanha, em que foi o combate ao terrorismo a determinar as mudanças constitucionais, em Portugal, na base de tais alterações terá estado a vontade de eliminar as votações de braço no ar, normalmente seguidas pelo PCP e o PEV, e terminar com as cíclicas purgas de militantes (van Biezen e Casal Bértoa, 2014; Casal Bértoa, 2014). Como sublinhado pelo TC (Acórdão 304/2003, de 18/06) e já enfatizado por Revez (2007: 89), ao alargar-se em toda a sua extensão o princípio democrático aos partidos, na sua dupla vertente material, relativa aos direitos dos militantes, e burocrático-procedimental, o legislador quis conferir maior *autenticidade* e *verdade* ao voto dos militantes, acrescentando *genuinidade* democrática à participação interna.

Ao contrário do que sucedeu noutros sistemas, caracterizados pela estabilidade das suas Constituições, com alterações pontuais e dilatadas no tempo (van Biezen e Casal Bértoa, 2014), a CRP foi alvo de sucessivas intervenções, que aprofundaram a intervenção estadual

¹⁰⁴ Princípios estruturantes da democracia que são estendidos e impostos aos partidos em 1997 (Cano-telho e Moreira, 2007, 2010).

sobre os partidos, muito para lá do reconhecimento da sua importância e *funcionalização constitucional* (Gomes Canotilho e Moreira, 2007: 692), somando ao controlo ideológico (art.º 46.º) a moldagem das condições em concreto de exercício da militância, através da imposição de apertadas regras desenvolvidas na legislação específica. Esta moldagem realizada por via estadual constitui uma das razões para a similitude substancial dos estatutos dos partidos portugueses, quer sejam estes catalogados como sendo de direita ou de esquerda, quer esteja em causa o elenco dos direitos e deveres, requisitos de admissão, permanência e exclusão, ou, ainda, a organização interna e os processos de escolha dos seus órgãos de direcção.

3. A REGULAMENTAÇÃO DA MILITÂNCIA

O acolhimento constitucional dos partidos constituiu um elemento matricial do sistema político português, aí se encontrando as normas gerais relativas à militância. No entanto, o diploma que contém o maior acervo de disposições atinentes à militância é a Lei n.º 2/2003, de 22/08 (LPP), actualmente com a redacção que lhe foi dada pela Lei Orgânica n.º 2/2008, de 14/05, que procedeu à republicação e renumeração daquela. Esta lei substituiu a legislação constante do Decreto-Lei n.º 595/74, de 7/11, acima referida¹⁰⁵. Será sobre a Lei Orgânica n.º 2/2008 que se focará agora a análise.

A importância dada à militância mereceu na LPP um capítulo exclusivo para os filiados (art.º 19.º a 23.º), onde se procedeu a uma enfatização expressa do princípio democrático. Seja em matéria de participação, seja quanto à natureza do estatuto que cada um dos filiados goza, como corolário de um princípio de liberdade (art.º 19.º) e igualdade de direitos (art.º 5.º, n.º 2), o legislador conferiu pertinência axial a todo o regime disciplinador da sua actuação a partir do momento em que pensou os partidos como organizações de cidadãos titulares de direitos políticos (art.º 7.º). Na sugestiva linguagem do TC, constante do aresto acima referido, os partidos apresentar-se-ão como *associações privadas de interesse constitucional*. Este entendimento não é aquele que no presente se afigurará mais correcto face à magnitude da intervenção legal sobre os partidos portugueses, pois os partidos são mais do que isso, parecendo bem mais consentânea com o figurino legal a posição dos que os vêem, e não apenas em Portugal, como *bens públicos da democracia* (van Biezen, 2004).

A natureza individual e cívica da militância, assente num feixe de direitos e deveres gerados no pressuposto da cidadania, acaba por ser o elemento originário da formação dos próprios partidos, na medida em que a sua existência e reconhecimento destes por parte do Estado vai depender da recolha de um número mínimo de assinaturas individuais¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Esta lei viu serem-lhe introduzidas alterações pelos Decretos-Leis n.ºs 126/75, de 13 de Março, 195/76, de 16 de Março, e pela Lei n.º 110/97, de 16 de Setembro, e do Decreto-Lei n.º 692/74, de 5 de Dezembro e a Lei n.º 5/89, de 17 de Março, agora todos revogados.

¹⁰⁶ Este é o regime constante do artigo 15.º da LPP que, ao referir as condições de natureza processual/formal cujo cumprimento se impõe no momento pré-fundacional da organização, determina que as assinaturas dos signatários proponentes da respectiva constituição serão individualizadas, devendo ser acompanhadas do nome completo, da indicação do número do bilhete de identidade e do cartão de eleitor.

Os diversos números do art.º 19.º, que tem por epígrafe “*Liberdade de filiação*”, dão corpo às vertentes em que o princípio da liberdade se concretiza, contraponto do estatuto de cidadania que se manifesta no momento da formação do partido, da adesão e da saída do filiado. Em circunstância alguma poderá o militante ser coagido a permanecer na organização, com o que se afastam eventuais pressões de natureza física, moral ou psicológica. Deste modo se protege a liberdade – neste caso a *liberdade negativa de pertença ou participação* (Laguna, 2006: 135) –, verdadeira essência da militância.

O princípio de liberdade, que tenderá a ser considerado como genético ao estatuto de filiado, apresenta diversas vertentes e compagina-se com a afirmação constitucional da igualdade e da não discriminação em razão do sexo, da origem, da raça, da língua, da opção religiosa de cada um ou do respectivo percurso educacional (n.º 2, do art.º 5.º). Tal sucede na linha do que com carácter geral ficou consagrado em matéria de direitos e deveres fundamentais no art.º 13.º da CRP (princípio da igualdade). Este princípio de liberdade tem inclusive reflexo no modo de exercício dos mandatos para que o filiado seja eleito (art.º 23.º). Sendo axial ao estatuto da militância possui, contudo, uma atenuação de carácter excepcional de natureza restritiva: a limitação decorre da especialidade do exercício de algumas profissões ou actividades relativamente às quais o legislador entendeu dever ser contraposto um conjunto de restrições em matéria de filiação, de alcance variável em função da profissão ou actividade que se tenha em vista e, inclusivamente, do seu exercício efectivo.

Paralelamente à proibição de não discriminação surge a garantia de que tão relevante quanto aquela é a afirmação de que ninguém poderá ser privilegiado ou prejudicado em razão do estatuto que a filiação lhe confira. A filiação partidária não será motivo de prejuízo para o cidadão, mas também não servirá para a aquisição de benefícios ou a isenção de deveres a que a generalidade dos cidadãos esteja sujeita (art.º 19.º, n.º 3).

O n.º 4 do artigo 19.º da LPP dispõe sobre o direito de estrangeiros e apátridas legalmente residentes em Portugal se poderem filiar nos partidos. Os estrangeiros beneficiarão dos direitos de participação que constem do respectivo estatuto político. Tratar-se-á de uma consequência dos efeitos do alargamento das fronteiras entre os Estados, de uma maior liberdade e da admissibilidade de uma cidadania que não fica confinada às fronteiras do estatuto pessoal decorrente da nacionalidade individual¹⁰⁷. Relativamente ao espaço europeu onde Portugal se

¹⁰⁷ Um estatuto de igualdade política recíproca já tinha sido objecto de reconhecimento entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil. Inicialmente esse estatuto decorria da Convenção Sobre a Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, celebrada em Brasília em 7 de Setembro de 1971, entretanto objecto de revogação e substituição pelo Tratado de Cooperação, Amizade e Consulta, assinado em Porto Seguro em 22 de Abril de 2000, objecto do Decreto 3927/2001, do Presidente do Brasil, na sequência da sua aprovação pelo Decreto Legislativo n.º 165, do Congresso Nacional, e que em Portugal foi objecto da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 28 de Setembro, depois ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 79/2000, de 14 de Dezembro. Há, todavia, uma diferença de vulto entre o estatuto de igualdade política recíproca conferido ao abrigo deste Tratado entre Portugal e o Brasil e aquele que resulta para os cidadãos europeus dos documentos da União Europeia. É que enquanto aquele fica dependente de um pedido formal nesse sentido e sujeito a despacho da entidade competente – em Portugal o Ministro da Administração Interna, no Brasil o Ministro da Justiça, o segundo é automático”.

insere, a consideração dos direitos de participação dos estrangeiros representará actualmente, mais do que uma concessão, um corolário¹⁰⁸ da afirmação da cidadania europeia¹⁰⁹. Este é justamente um dos pontos que na maioria dos estatutos dos partidos políticos portugueses encontrou recepção.

Constitucionalmente concebida na perspectiva do cidadão atomizado, e resultado de um acto que emana da liberdade individual, a filiação é reafirmada no quadro legislativo vigente como pessoal e insusceptível de transmissão a terceiro, de onde ressalta a perspectiva eminentemente ética como é vista e deve ser entendida. Esta visão manifesta-se em termos concludentes na forma como é expressamente afastada pelo legislador, na esteira daquele que foi o entendimento desde o Decreto-Lei n.º 595/74, a sua associação à concessão de quaisquer direitos de natureza patrimonial (art.º 20.º). O apelo à responsabilidade individual manifesta-se, igualmente, na reafirmação da proibição de dupla filiação simultânea (art.º 21.º). A maioria verá aqui uma repetição do que já constava do artigo 51º da CRP, mas que o legislador entendeu dever ser reafirmado na LPP.

Assim, estabelece-se uma proibição absoluta de carácter genérico em matéria de filiação no que respeita aos militares, agentes militarizados dos quadros permanentes em serviço efectivo e agentes dos serviços e forças de segurança em idêntica situação (art.º 21.º, n.º 1). Esta proibição encontrará compreensão na necessidade de se protegerem as instituições em que aqueles exercem funções do risco da sua partidarização, funções que pela sua natureza e condições em que são exercidas estão directamente vinculadas ao poder coercitivo do Estado e aos meios de que este dispõe para impor a sua vontade. De outro modo, o exercício de tais funções por parte desses profissionais seria incompatível com o estatuto de filiado, atentos os direitos e obrigações de que este é titular e a conflitualidade que resultaria de uma afirmação paralela de estatutos quando ambos estivessem em situações de confronto. É que, por um lado, teríamos as necessidades de interesse público e de afirmação da autoridade do Estado, contrapostas à defesa de interesses político-partidários. E, por outro lado, a susceptibilidade da defesa destes últimos poderia colocar em risco a isenção e a independência do exercício de tais funções exigida para a prossecução dos interesses superiores da comunidade.

Já no que a magistrados e diplomatas se refere, sendo que para os primeiros é absolutamente indiferente o facto de pertencerem a uma ou outra das magistraturas – MP ou Judicatura –, aceitou-se que aqueles pudessem solicitar a sua admissão aos partidos políticos e adquirissem um estatuto de filiados. Essa admissibilidade genérica sofre, porém, uma

¹⁰⁸ Casal Bértoa vê em tal disposição uma resposta clara de Portugal à integração na UE (2014: 22).

¹⁰⁹ Também Canotilho e Moreira lhe fazem referência (2007). A chamada cidadania comunitária ou da União foi formalmente consagrada no título I, B, do Tratado de Maastricht de 1992, acabando depois por ser acolhida pelo artigo 17.º (antigo artigo 8.º) do Tratado que instituiu a União Europeia (Amesterdão, 1997) com a seguinte redacção: “1. *Citizenship of the Union is hereby established. Every person holding the nationality of a Member State shall be citizen of the Union. Citizenship of the Union shall complement and not replace national citizenship*” (OJEC, 1997, 186).

compressão com a proibição da prática de actividades político-partidárias sempre que estas tenham carácter público (art.º 21.º, n.º 2). Deste modo, ficará aberta a participação em todas aquelas actividades partidárias que não se revistam de publicidade.

A formulação encontrada pelo legislador é, aliás, assaz questionável, sendo-se levado a pensar que o impedimento à participação nas actividades de “carácter público” deverá ser entendido como um lapso legislativo que em momento oportuno merecerá correcção¹¹⁰.

Uma terceira categoria de restrições de carácter mais ligeiro afecta responsáveis da Administração Pública, de institutos públicos e de entidades administrativas independentes. Quanto a todos estes apenas lhes ficou vedado o exercício de funções dirigentes em órgãos de direcção política dos partidos que possuam natureza executiva (n.º 3 do art.º 21.º).

A lei acautela as situações em que a sujeição dos filiados à disciplina interna dos partidos redunde num eventual conflito com o exercício de direitos e deveres consagrados constitucional e legalmente, situação em que os primeiros deverão ceder perante os segundos (art.º 22.º). Categórica é, igualmente, a imposição aos partidos de que o exercício dos poderes de natureza disciplinar sobre os seus membros far-se-á no quadro de garantias de defesa e de respeito pelo princípio do contraditório, a que se juntam os direitos de reclamação e de recurso. Desta forma se procura afastar o arbítrio do procedimento e da punição interna.

No que poderá ser visto como uma excessiva intromissão do Estado na liberdade de organização interna de cada partido, a LPP consagrou uma ossatura organizativa que implica a obrigatoriedade dos partidos políticos possuírem um órgão com vocação nacional, de cariz deliberativo, representativo de todos os seus filiados, que será apoiado por um órgão de tipo executivo e por um órgão jurisdicional interno, todos escolhidos de acordo com o já referido princípio democrático (art.ºs 24.º a 27.º).

Importa ainda dar nota da existência de condicionamentos indirectos do exercício da militância e que resultam de preocupações do legislador que excedem o mero interesse enquadrador e regulador. A este nível pressupõe-se a existência de opções de princípio às quais os partidos deverão ater-se e que embora não tenham reflexo imediato no exercício da militância, nem de algum modo a condicionem, acabam por ter repercussão nos actos eleitorais internos, na apresentação de candidaturas externas e na temporalidade do exercício de cargos (respeito pela igualdade de género no acesso aos órgãos partidários e na apresentação

¹¹⁰ A explicação para que deva ser considerado como um lapso é imediatamente perceptível perante a impossibilidade, salvo melhor opinião, de articulação do princípio da transparência no funcionamento e organização dos partidos políticos, princípio que hoje constitui uma pedra de toque da própria legitimidade dos sistemas demoliberais perante os cidadãos, com o exercício de actividades político-partidárias que não sendo públicas só poderiam ser sigilosas, reservadas ou secretas. Mas neste caso necessitando de ser conduzidas na obscuridade, longe dos olhos dos cidadãos e correndo o risco de não ser possível a respectiva *accountability*, a exigência de prestação de contas perante os filiados do partido em que estejam inscritos e a generalidade da opinião pública. Quanto a esta última seria de difícil compreensão a aceitação do exercício de actividades que, à semelhança do que sucede com os militares e agentes de forças de segurança dos quadros permanentes, fossem susceptíveis de beliscarem o exercício da função, lançando sobre esses profissionais uma névoa de suspeição e desconfiança aos olhos dos destinatários e credores da sua actividade.

de candidaturas¹¹¹, proibição de ocupação vitalícia de cargos¹¹² e subtracção aos órgãos jurisdicionais internos do poder de julgamento em última instância dos conflitos que oponham filiados ou outros órgãos do partido ao seu órgão jurisdicional¹¹³.

Finalmente, refira-se que a vocação profissionalizante da política, patente em Weber (2000: 27), obteve reconhecimento autónomo na LPP ao nível da estrutura organizativa dos partidos, em virtude de se admitir a existência de relações vinculativas laborais, às quais se aplicarão as disposições das leis gerais de trabalho. Aqui com o aditamento de uma causa específica de rescisão de contratos estabelecidos neste âmbito, vertida na determinação de ser tida como justa causa de despedimento a circunstância de um funcionário se desfiliar, fazer propaganda contra o partido – entidade patronal – ou apresentar-se a um acto eleitoral numa candidatura concorrente (art.º 38º).

Fica assim claro como é que o quadro constitucional e legal conformador da actuação dos partidos políticos se articula com o substracto pessoal representado pelos filiados, que é o que lhes confere existência física e sem o qual a organização se mostraria inviável.

4. CONFORMAÇÃO DOS ESTATUTOS AO QUADRO LEGISLATIVO

Nesta secção far-se-á uma análise dos estatutos dos partidos portugueses com assento parlamentar.

Em regra, pode-se dizer que os requisitos que os partidos portugueses fixam para a admissão de novos membros são pouco exigentes, bastando-se com uma manifestação de vontade, a maioria, e a titularidade dos direitos civis e políticos (Quadro 7.1). As manifestações de adesão aos estatutos, aos princípios ou as declarações que nesse sentido sejam formuladas, embora com diferentes denominações, revestem-se de escasso interesse e preenchem condições de natureza formal que ficarão sempre na dependência do seu cumprimento prático pelo militante, inexistindo mecanismos de controlo ou períodos probatórios. As excepções serão o PCP, uma vez que a candidatura do aderente será objecto de aval e abono quanto à seriedade do candidato por parte de militante que o conheça ou, na falta daquele, sujeito a análise por parte do organismo que tiver o dever de decidir sobre a proposta de filiação, e o PEV cuja adesão só por si não será suficiente, pois que o partido exige que o candidato à admissão consiga “demonstrar um empenhamento ecológico efectivo, quer seja no plano individual ou profissional, quer seja num movimento, grupo ou associação”, o que não se vê como possa concretizar-se (art.º 11.º dos Estatutos).

¹¹¹ Esta matéria é regulada no art.º 28.º, mas já constava no antigo art.º 29.º da versão originária da Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22/08. Este princípio encontraria eco na Lei da Paridade (Lei Orgânica 3/2006, de 21/08). Os estatutos de algumas organizações partidárias consagraram explicitamente tal desiderato (art.ºs. 16.º, n.º 12 dos Estatutos do PS e 10.º, n.º 3 e 21.º, n.º 5, do BE, por exemplo). No caso do PS, este partido tinha previsto desde 1988 um sistema de quotas (25%), o qual apenas em 1999 seria concretizado (Monteiro, 2011).

¹¹² Art.º 29.º da LPP.

¹¹³ Art.º 30.º e 31.º da LPP.

A verificação de que não existe uniformidade terminológica para denominar os militantes entre os diferentes partidos não constituirá novidade face à multiplicidade de classificações tipológicas que é possível encontrar nesta área (vd. Capítulo V).

No caso do CDS-PP a expressão usada é a de “filiaados” (art.º 5.º, n.º 1, dos Estatutos). Porém, a designação “militante” também aparece incidentalmente nalguns artigos, nomeadamente nos art.ºs 13.º, 14.º, 28.º e 37.º O termo “filiaado” constituiu opção consignada nos estatutos do PAN (art.ºs 8.º a 13.º). Já para o PSD o termo escolhido é o de “militante (art.º 5.º). O BE denomina os seus militantes como “aderentes”. Em todo o caso, apesar da escolha daquele termo, o art.º 3.º, n.º 4, dos Estatutos do BE, fala em “concelho e distrito ou região de filiação”, e em vez de se referir ao cartão de aderente, prevê-se a atribuição de um “cartão de filiação”. No PS designam-se como militantes (art.º 6.º) e filiaados (art.º 44.º). No PCP como militantes em múltiplas disposições. O Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV) designa os seus militantes apenas como “membros”.

Quadro 7.1 – Quadro-resumo estatutário dos membros dos partidos com assento parlamentar

	CDS/PP	PSD	PS	PCP	BE	PEV	PAN
Designação	filiaado (e militante)	militante	militante	membro (e militante)	aderente (e filiaado)	membro	filiaado
Prevê simpatizantes	militantes das organizações autónomas que subscrevem acordos equiparados a filiaados	admite independentes nos conselhos estratégicos, grupos temáticos e conselhos de opinião	sim, e participação de independentes em reuniões com excepção do momento das deliberações	não	Prevê participação de não-aderentes nas actividades dos núcleos e grupos de trabalho	não	companheiros de causas
Inscrição	individual	individual	individual	individual	individual	individual	individual
Requisitos gerais	portugueses, maiores, pleno gozo de direitos civis e políticos, membros das organizações autónomas são equiparados	adesão ao Programa e Estatutos, pleno gozo de direitos civis e políticos, membros da JSD, maiores	aceitação da Declaração de Princípios e Estatutos, nacionais	adesão ao Programa e Estatutos, nacionais	pleno gozo de direitos civis e políticos, desejo de aderir	adesão às opções fundamentais, empenho ecológico	cidadãos maiores no gozo dos direitos civis e políticos, de acordo com Manifesto e Princípios
Outras condições	exercício de direitos e vinculação a deveres sujeita a actualização de dados	pagamento de quotas	disciplina do partido	(i) militância numa das organizações (ii) pagamento da quotização	pagamento de quota anual quando não isentada	não ser filiaado noutro partido	cumprir regulamento interno
Capacidade activa	3 meses	6 meses	6 meses e inscrição nos cadernos eleitorais	todos os membros têm os mesmos direitos e deveres	sem limitações	sem limitações	sem limitações

Capacidade passiva	não há limite	1 ano, 6 meses para os órgãos das secções	6 meses devido à alteração do art.º 15.º, XX Congresso, 2014	todos os membros com iguais direitos e deveres	sem limitações	sem limitações	sem limitações
Estrangeiros	sim	sim	sim	não previsto	não previsto	não previsto	sim
Tendências	correntes de opinião	não previstas	não admitidas	não previstas	desde a IX Convenção	não previstas	não previstas
Contagem do tempo de militância nas juventudes	não previsto	conta-se o tempo de militância na JSD	aquisição automática do estatuto de militante aos 18 anos	não previsto	não previsto	não previsto	não tem organização juvenil
Referendo interno	sim	sim	sim	não previsto	sim, vinculativo	não previsto	sim
Limitação de mandatos	sim, 3 ou 4	sim, 3 mandatos ou 6 anos com excepções	sim, 2 mandatos sucessivos ou 8 anos	não previsto	sim, 2 sucessivos, secretariados renovados em 1/3	não, revogáveis em qualquer momento	não previsto

Fontes: Estatutos dos partidos (CDS-PP 2014, PSD 2012, PS 2015, PCP 2012, BE 2016, PEV 2012, PAN 2016)

O pagamento de quotas não é tratado de igual modo em relação a todos os partidos. Formalmente é uma exigência dos partidos. No caso do PCP é condição da admissão como militante e exercício de direitos (art.º 9.º dos Estatutos). No PS deixou de o ser desde as alterações estatutárias do XX Congresso (cfr. nova redacção do art.º 15.º que eliminou a obrigatoriedade de pagamento de quotas para a capacidade eleitoral). No entanto, a exigência de pagamento de quotas não é vista hoje entre todas as organizações como condição de admissibilidade, embora seja em regra paralisadora do exercício de direitos e fundamento de expulsão com base nesse requisito específico, caso o não pagamento se prolongue no tempo.

As entrevistas realizadas aos partidos evidenciaram um tratamento diferenciado quanto à falta de pagamento de quotas e a desvalorização destas no contexto mais geral dos deveres que cada partido impõe aos seus militantes. Embora se encontrem estatutariamente previstas e os valores fixados sejam relativamente baixos – 50 cêntimos por mês para o CDS-PP, 1 Euro por mês para PSD, PS e PAN, 15 Euros ano para o BE – pode-se falar numa tendência de desvalorização do pagamento da quota mensal. Em Janeiro de 2016 a Comissão Nacional do PS aprovou o regresso à actividade partidária de todos os militantes que tendo entre 2 e 6 anos de atraso no pagamento de quotas pagassem 24 Euros. No CDS-PP uma deliberação do Conselho Nacional suspendeu o pagamento de quotas, sendo que em 2005/2006 já havia sido admitido o pagamento de apenas três quotas mensais para que o militante deixasse de estar em dívida e pudesse exercer o direito de voto. No PSD, por ocasião dos 40 anos do partido, os militantes incluídos na lista dos não-activos poderiam voltar à listagem dos activos se pagassem um ano de quotas, independentemente do número de anos em atraso. O BE, para efeitos eleitorais, admite que o militante tenha capacidade activa e passiva desde que no momento do acto eleitoral tenha a quota desse ano em dia, prevendo um procedimento

de isenção de quota para os que não possam pagar. O PAN, depois de ter começado por fixar um valor mensal de 12 Euros, hoje deixa ao critério do militante a indicação do montante que está disposto a pagar anualmente. Se o militante nada disser fica com a quota do ano anterior. O relatório da Mesa Nacional do BE à X Convenção inclui abandonos, mas nada diz sobre a situação das quotas, o que não permite perceber qual o peso das disposições que prevêem a dispensa e o pagamento faseado de quotas (art.º 4.º n.º 2 e 5.º n.º 2 e 10.º n.º 4 dos Estatutos).

A desvalorização da obrigatoriedade do pagamento de quotas poderá indiciar uma perspectiva de alteração do estatuto dos militantes quanto a este ponto e sugerir uma tendência para no futuro ser seguida pela generalidade dos partidos no sentido de dar corpo à sua maior abertura à sociedade, a conseguir por via da atribuição aos simpatizantes de uma capacidade eleitoral activa genérica nas eleições internas para escolha de dirigentes, candidatos e formulação de políticas não dependente do pagamento de qualquer contribuição.

Um outro ponto prende-se com a admissão de estrangeiros. Tanto o CDS-PP, como o PSD, o PS e o PAN admitem explicitamente, embora com nuances, a admissão de estrangeiros, presumindo-se que sejam titulares de direitos políticos (art.º 5.º, n.º 2 dos Estatutos do CDS-PP), lhes tenham sido reconhecidos direitos de voto (art.º 5.º dos Estatutos do PSD) ou residam legalmente em Portugal (art.º 6.º, n.º 2, dos Estatutos do PS). Esta concessão à entrada de estrangeiros não surge formulada nos estatutos do BE, do PCP e do PEV. Sendo partidos de esquerda seria natural que por razões históricas e de princípio tivessem sido contempladas. Se tal tivesse acontecido isso não seria de estranhar face às raízes que se encontrarão, em especial quanto ao PCP, na tradição marxista-leninista e no espírito do internacionalismo proletário (art.ºs 2.º n.º 1 e 3.º n.º 2 dos Estatutos). Mas também em relação ao BE se vislumbra a afirmação estatutária do partido defender e promover “a perspe[c]tiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da humanidade” (art.º 1.º, n.º 3, dos Estatutos), que no caso do PEV se abriga no estabelecimento de laços com partidos congéneres de outros países, prevista no art.º 9.º dos Estatutos¹¹⁴. Trata-se, no entanto, de aspecto que embora mereça registo pela estranheza que poderá causar, todavia se afigurar pouco significativo. Não será crível que tais partidos perante cidadãos estrangeiros legalmente residentes em Portugal, que gozam de direitos civis e políticos, incluindo o direito de voto, os impedissem de se inscrever nas suas fileiras como militantes, se essa fosse a vontade desses cidadãos, e por razões que se prendessem com o estatuto de serem nacionais de outros países.

Ainda quanto à admissibilidade de estrangeiros, a estes deverá ser equiparada a situação dos apátridas desde que residam legalmente em Portugal. O PAN é o único partido que contempla esta situação admitindo a adesão dos que estando em situação de apatridia não tenham condições para cumprir com todos os requisitos de admissão. Esta inovação *sui generis* permite a estes indivíduos a filiação e a participação usufruindo dos direitos e deveres

¹¹⁴ “O Partido Ecologista «Os Verdes» poderá filiar-se em organizações políticas de carácter internacional, assim como colaborar ou desenvolver iniciativas com entidades estrangeiras (...)”.

dos filiados, com excepção dos de natureza eleitoral (art.º 8.º, n.º 2 dos Estatutos).

O princípio da inscrição individual, já presente na LPP, é um dado comum a todos os partidos, não se registando diferenças significativas em matéria de direitos e deveres. Assinale-se que de um ponto de vista formal, quanto à arrumação dentro dos seus estatutos, o CDS-PP, tal como o PCP, coloca os deveres à frente dos direitos – art.ºs 6.º e 7.º, respectivamente – enquanto nos restantes casos se verifica que primeiro se definem os direitos para só depois se dizer quais os correspondentes deveres. Com maior ou menor densidade pode-se afirmar que o núcleo essencial dos deveres dos militantes, para além de objectivos de carácter geral ligados à divulgação das ideias e da mensagem, se concentra na aceitação do respectivo corpo normativo e acatamento das regras da disciplina, no dever de exercício dos cargos, a que acrescem deveres de participação, de lealdade, de reforço da imagem, de defesa da unidade e coesão internas, bem como da sua imagem perante terceiros.

De igual modo, os direitos dos membros, filiados ou militantes surgem associados a manifestações do direito de participação, ao exercício de direitos conexos com a liberdade de expressão e de opinião para a formação da vontade e definição de políticas e, ainda, como contraponto das obrigações de natureza disciplinar a que se encontram adstritos, o direito de audição e de defesa relativamente às questões que lhes digam respeito.

Onde é possível encontrar uma maior diferenciação de estatutos dentro dos partidos é em matéria de capacidade eleitoral, tanto activa como passiva. Não se descortina na LPP um quadro estrito a que todos os partidos se devam circunscrever. Cumpridos os requisitos mínimos de admissão cada partido acaba por fixar internamente as balizas que regem a medida dessa capacidade. Por isso mesmo, enquanto no CDS-PP se restringe a capacidade eleitoral activa apenas aos militantes que ainda não tenham completado três meses de filiação (art.º 7.º, n.º 2), o PSD fixou esse prazo em seis meses (art.º 73.º, n.º 2), contando-se este prazo em relação à data que vier a ser fixada para o acto eleitoral. Este prazo foi no caso do PS recentemente reduzido para seis meses¹¹⁵. O art.º 15.º foi objecto de uma proposta de alteração incluída na moção que António Costa levou ao XX Congresso (29/30 Novembro, 2014). Passou-se a prever a capacidade eleitoral dos militantes que tenham 6 meses de inscrição na data do acto eleitoral e constem dos cadernos eleitorais. O BE e o PAN não prevêm qualquer prazo limitativo da eleição de um membro para os seus órgãos.

Um outro aspecto que merece realce em virtude do mesmo ter repercussão na aquisição da capacidade activa e passiva dos membros, tem a ver com a relevância que alguns partidos atribuem ao tempo de militância nas suas organizações juvenis. Notar-se-á que se para o PS – pese embora o artigo 9.º dispor que os membros regularmente inscritos que completem 18 anos e preencham os requisitos gerais do artigo 6.º adquirem o direito de se tornarem membros do partido *mediante* simples comunicação à sede nacional –, não se equacionou no

¹¹⁵ Antes era de 12 meses na data do acto eleitoral, a que se juntava a necessidade da regularidade da situação contributiva até um mês antes da data prevista para o acto eleitoral.

preceito do artigo 15.º que o tempo de filiação da organização juvenil concorra para o cômputo dos prazos necessários para aquisição da capacidade eleitoral activa e passiva.

Também o CDS-PP não contempla essa hipótese apesar de admitir que a adesão às suas organizações autónomas poderá conferir a qualidade de filiado, mas aqui a concessão do *status* fica na disponibilidade do que as normas reguladoras dessas entidades dispuserem (art.º 8.º). Existe, todavia, uma norma de equiparação geral entre os filiados nas referidas organizações e os filiados no CDS-PP sempre que aqueles participem em quaisquer actos do Partido ao abrigo de acordos de cooperação (art.º 49.º). Em todo o caso, a contagem do tempo de filiação nas organizações autónomas torna-se pouco relevante devido ao curto período de filiação que é exigido pelo CDS-PP para que os seus membros adquiram capacidade eleitoral activa (três meses), sendo que para a passiva não se estabeleceu qualquer limite.

Situação distinta é a do PSD. Este partido contém uma norma expressa a determinar a contagem do tempo de militância na JSD para efeitos de fixação da capacidade eleitoral activa e passiva, admitindo-se que para a eleição para os órgãos internos do Grupo Parlamentar e dos Grupos de Lista não haja qualquer antiguidade mínima que deva ser considerada (art.º 73.º).

Quanto ao PCP e ao PEV, que nos respectivos estatutos incluíram a existência de organizações juvenis (art.º 55.º dos Estatutos do PCP, e art.ºs 46.º e 47.º para o PEV), nada ficou previsto sobre esta matéria. O BE e o PAN pura e simplesmente não equacionaram a existência de organizações autónomas, juvenis ou outras. Porém, o PAN prevê um regime especial de admissão para maiores de 14 anos pela aquisição do estatuto de “companheiros de causas”. Estes podem ser titulares de direitos e sujeitos de deveres, com excepção dos relativos à capacidade eleitoral e ao pagamento de quotas (art.º 13.º).

Os aderentes que adquirem o estatuto de militantes organizam-se depois nas estruturas internas das entidades que passam a integrar. Quanto a estas, o número e dimensão dos respectivos órgãos é muito variável, sem prejuízo de haver um núcleo mínimo (uma assembleia, um órgão executivo e um órgão de jurisdição, todos de âmbito nacional) que todos respeitam, que resulta da LPP e cuja falta necessariamente conduziria à sua desconformidade com a lei, com consequências quanto à sua continuidade ou, numa fase inicial, à rejeição da sua admissibilidade e da aceitação da sua inscrição como partidos, por falta de preenchimento de requisitos, por parte do decisor, no caso o TC (art.ºs 14.º e 16.º, n.ºs 1 e 2, da LPP).

Apesar de assumirem um estatuto diferente do militante, os simpatizantes viram o seu estatuto reforçado no ano transacto em virtude das alterações introduzidas pelo PS nos respectivos Estatutos. Este partido, ao procurar uma mobilização mais forte e o crescimento da sua base de apoio, alargou o elenco dos respectivos direitos e deveres, com a inclusão de uma norma expressa para dar guarida à sua participação na eleição directa do Secretário-Geral e em eleições primárias, agora também com a previsão da sua inclusão em grupos de trabalho e conselhos consultivos junto dos órgãos do partido (cfr. art.º 12.º, novas alíneas d), e e) e o novo n.º 3 do art.º 59.º). Na base das alterações propostas, que não podem ser vistas desligadas do processo das primárias e dos elevados níveis registados, referiu-se a consciência

do partido das dificuldades do sistema partidário e da crescente desconfiança e alheamento dos cidadãos, com expressão nos preocupantes níveis de abstenção eleitoral e escassa participação nos partidos, para além da preocupação de introduzir uma maior transparência e democraticidade nas decisões (cfr. Moção de António Costa ao XX Congresso). Por seu turno, o BE já na IX Convenção (2014), embora não tivesse passado a admitir simpatizantes, aprovava um conjunto de alterações no sentido de aumentar a democraticidade interna da organização e os direitos dos membros. A este título registre-se o reconhecimento do direito de tendência, o direito dos seus militantes poderem participar em organizações exteriores ao partido de “carácter não partidário”, com “autonomia e independência”, bem como o reforço da paridade de género nos seus órgãos, isto para além da introdução do instituto do referendo interno vinculativo sobre questões políticas relevantes, da limitação de mandatos e de um mais amplo acesso à informação por parte dos militantes, que viram consagrado o direito de acesso às minutas das reuniões da Mesa Nacional e da Comissão Política, ademais publicitadas na página do BE na Internet. Para além disso, o art.º 17.º, n.º 3, dos Estatutos, prevê que os não-aderentes possam participar na actividade dos Núcleos.

Será necessário aguardar algum tempo para se verificar qual a repercussão que as mais recentes alterações, designadamente dos estatutos de PS e BE, trarão em relação aos actuais níveis de militância, e para se avaliar até que ponto os caminhos encetados por estes partidos poderão ser seguidos pelos demais.

5. CONCLUSÃO

Da análise efectuada e em relação aos dois pontos principais de focagem – quadro legal e regulamentar de exercício da militância e evolução dos números desta – retém-se duas notas. Uma quanto ao primeiro aspecto é divisível em três ideias que se completam, demonstrando-nos que (i) a militância não foi objecto de uma recepção expressa apresentando-se como uma modalidade de participação política relevante no quadro dos partidos políticos e da liberdade de associação contemplada na legislação para-constitucional. A segunda ideia reside na (ii) construção de um modo de participação que não se esgota no texto constitucional, ganha continuidade e conteúdo mais desenvolvido na LPP onde lhe foi reservado um capítulo específico. A terceira ideia tem a ver com (iii) a consolidação da essencialidade da militância na vida dos partidos através do tratamento que lhe é dado pelos estatutos, que limitados pela malha constitucional e legal pouco podem acrescentar ao que já decorria dos referidos textos.

O trabalho realizado confirmou, todavia, a ideia de que a legislação e regulamentação dos partidos em Portugal é bastante completa, sem que com isso se limite a sua capacidade modernizadora e apetência para introdução de novas experiências tendentes a um maior envolvimento da militância e ao alargamento da participação nas escolhas que têm de ser feitas através dos processos das primárias e das directas, por exemplo.

CAPÍTULO VIII

SINAIS DE DESCONTENTAMENTO NO INTERIOR DOS PARTIDOS (PSD E PS)

1. INTRODUÇÃO

O estudo das motivações para a adesão aos partidos políticos foi durante muitos anos o centro das investigações relativas à militância (Gauja e Van Haute, 2015), mas com o declínio dos números dos membros verificado a partir de meados da década de 60 (vd. supra capítulos II e IV), tornou-se imperioso conhecer as causas que levaram a essa mudança. Porque se é certo que a dimensão da militância não é um critério determinante para espelhar a conexão de um partido com a sociedade, parece razoável admitir-se que um partido com poucos militantes possa levantar dúvidas sobre a sua capacidade em assegurar a “*participatory linkage*” (Widflet, 1995:136-137)¹¹⁶.

Com este capítulo proceder-se-á à descrição e análise das posições dos militantes do PSD e do PS, em relação a diversos aspectos da relação entre os militantes, os partidos e os dirigentes. Os dados analisados neste capítulo resultam de algumas das respostas recolhidas no projecto “Militantismo partidário e activismo político” (2014), de uma amostra global de 1660 indivíduos. Há, contudo, duas ressalvas que importa fazer. Em relação ao PSD os inquéritos foram conduzidos junto de delegados (313), enquanto que em relação ao PS as respostas foram dadas pelos militantes (1347). Por delegados, no sentido em que o termo foi utilizado no projecto, está-se a referir o conjunto de militantes e de quadros da elite intermédia do partido que foi eleita ou teve assento, em virtude da sua posição nos órgãos nacionais, no XXV Congresso do PSD. Para aquele efeito foram considerados militantes todos os filiados do PS que foram contactados e que receberam os questionários *online*. É este facto que explica a diferença entre o número total de indivíduos abrangidos num caso e no outro. Quanto a este ponto, volta-se a frisar que no caso do PS as respostas foram dadas por militantes indiferenciados e no do PSD por militantes que se poderá considerar como que fazendo parte de uma elite intermédia do partido, dado que nesta situação estamos perante delegados a um congresso escolhidos por via eleitoral para representarem as diversas organizações de base e secções locais nesse fórum. Por esta última razão, poderiam os segundos ter uma perspectiva diferente da dos primeiros em virtude de se admitir que encontrando-se aqueles num patamar mais elevado na hierarquia do partido seriam titulares de uma opinião diferenciada.

Apesar de limitada no espectro ao PS e ao PSD, notar-se-á que os partidos envolvidos são os dois maiores partidos portugueses, partidos cuja expressão eleitoral será actualmente de

¹¹⁶ A necessidade da existência de militantes é colocada em xeque pelas experiências do Partido da Liberdade (Holanda), de Geert Wilders, e da Lega dei Ticinesi (Suiça), fundada pelo falecido Giuliano Bignasca. Mas como Mazzoleni e Vöerman referem, isso não invalida a necessidade de haver quem nessas formas radicalizadas do partido-empresa desempenhe informalmente as funções normalmente cometidas aos militantes (2016: 4-8).

cerca de 60% do eleitorado¹¹⁷.

A segunda nota diz respeito à forma de obtenção das respostas que, de acordo com a explicação dos coordenadores do projecto, deriva de respostas dadas através de plataformas *online* dirigidas exclusivamente para o universo de cada um dos partidos analisados. Em termos práticos, os inquiridos foram contactados por correio electrónico e através deste acediam a uma plataforma onde estava o inquérito. Esclareça-se ainda que o trabalho de campo foi conduzido entre Janeiro e Fevereiro de 2014¹¹⁸ (Espírito Santo *et al.*, 2015: 8).

A análise aqui apresentada será depois confrontada com a informação obtida através das entrevistas, a qual será mais adiante revelada no Capítulo IX.

A saída será sempre uma das opções que se apresenta aos membros descontentes de uma organização (Hirschman, 1970) como solução final de uma situação ou de um conjunto de circunstâncias conducente a tal desfecho. No capítulo X procurar-se-á saber quais as razões que estiveram por detrás do abandono da militância por parte de ex-militantes. Antes disso vai-se aqui fazer a leitura dos sinais de descontentamento e percepção de democracia interna que se identificaram a partir das variáveis do projecto MAPP relacionadas com o PS e o PSD.

Os partidos políticos constituíram uma das realidades em que nas últimas décadas se manifestaram de forma mais severa os primeiros sinais de uma mudança de atitude dos cidadãos em relação à participação. Tanto na Europa como nos EUA, ao lado do declínio da participação eleitoral, verificou-se que houve igualmente o aparecimento de sinais de anomia política, um aumento da indiferença e desencanto em relação aos partidos e à governação em geral, com uma redução assinalável dos efectivos partidários (Wattenberg, 1998; Mény, 1984). A preocupação pela dimensão da participação aparece desde muito cedo associada à existência de uma democracia efectiva e inclusiva, sendo certo que as tendências oligárquicas que Michels mais tarde identificaria e detalharia em relação ao SPD já haviam sido referidas por Ostrogorski (1910: 329-334). Michels, se por um lado estava ciente da importância da militância, também não deixou de equacionar a difícil compatibilização entre a democracia e a “lei de ferro da oligarquia”, o que, como Teorell referiu, colocava em causa a existência dos mecanismos democráticos intra-partidários e transformava a democracia interna numa mera quimera (Teorell, 1999).

Duverger reconheceu a importância da democracia interna, não obstante sublinhar que à semelhança do que acontecia em qualquer comunidade humana, a estrutura do poder é o resultado de forças antagónicas que implicam conciliar as convicções com as necessidades práticas, o que conferia duas faces à direcção dos partidos. Por um lado, seriam democráticos

¹¹⁷ Nas legislativas de 2015, a coligação PSD/CDS-PP obteve 36,86% e o PS 32,31%. O PSD obteve ainda, nos círculos onde concorreu sozinho, mais 1,5%. Nas últimas eleições legislativas em que concorreram com listas próprias (2011), o PSD obteve 38,65% e o CDS 11,70%. Nessas mesmas eleições o PS obteve 28,06%.

¹¹⁸ Todos os dados adiantes referidos e os quadros apresentados resultam da análise realizada aos resultados obtidos e disponibilizados por aqueles investigadores.

na aparência; por outro lado, reflectiriam uma realidade oligárquica. Em razão disso, Duverger foi levado a concluir que a democracia dava-se mal com a existência de um partido forte na medida em que esta contribuiria para o enfraquecimento da sua autoridade deixando-o sem meios para a respectiva afirmação no combate político (Duverger, 1976: 204)¹¹⁹.

Teorell chamou a atenção para as preocupações evidenciadas pelos autores clássicos em resultado das diversas dimensões em que se manifestava o conflito democracia vs. participação, o que foi depois objecto de tentativas de ultrapassagem através de modelos em que de uma forma ou de outra, com mais ou menos matizes, se privilegiava uma dessas vertentes. Schattschneider que, tal como Duverger assinalaria mais tarde, entendia ser a existência de partidos poderosos incompatível com as regras da democracia, admitindo que, tal como nas empresas, em que importa mais a opinião dos consumidores, também nos partidos, mais importante do que fazer o que dizem os militantes seria fazer o que pediam os seus eleitores (Teorell, 1999: 364). McKenzie, repescando o que Michels defendia, considerou que a visão deste sobre o que é um partido democrático é incompatível com um sistema parlamentar do tipo britânico, já que em seu entender isso precludia a possibilidade de haver uma democracia intra-partidária (McKenzie, 1955: 131)¹²⁰.

De qualquer modo, como Koelble concluiu, saber o que é a democracia de um partido varia em função das origens, da ideologia e dos objectivos políticos dos fundadores e seus seguidores, pelo que, da mesma forma, saber o que é um partido democrático é algo que também varia com os seus princípios e depende dos olhos de quem observa (1989: 214).

Alguns defensores dos modelos competitivos desvalorizaram, igualmente, as regras da democracia intra-partidária, preferindo colocar a tónica nos processos de selecção e accountability dos dirigentes; em termos tais que a democracia intra-partidária colocava os partidos na posição de donos do negócio (*principals*) com dois agentes que são de um lado os eleitores e do outro os militantes. A democracia acabaria por claudicar porque a vontade dos segundos se imporá à dos primeiros (Teorell, 1999: 366).

De qualquer modo, as preocupações com o funcionamento da democracia intra-partidária estiveram sempre presentes, assumindo projecção acrescida depois de, logo após a II Guerra Mundial, se dar a explosão dos partidos de massas. Nessa ocasião atingir-se-iam números de efectivos nunca antes verificados, de tal forma que esse modelo de partido, inicialmente típico dos partidos de esquerda, acabaria por ser assimilado por partidos de direita, dando corpo à teoria do contágio pela esquerda (Duverger, 1976: 121).

A este período de robustez dos partidos sucedeu-lhe, a partir do último terço do século XX,

¹¹⁹ “*Les principes démocratiques exigent l’élection des dirigeants à tous les échelons, leur renouvellement fréquent, leur caractère collectif, leur autorité faible.*” (Duverger, 1976: 204)

¹²⁰ “*A parliamentary party may of course choose to hold itself responsible to its mass organization, as do a number of continental parties. (...) But as parliamentary government is practised in this country there can be no doubt about the answer to that question: the leaders of a parliamentary party can (and in practice, must) be responsive to their mass organization but they cannot be responsible to it*” (McKenzie, 1955: 132)

um período de progressivo esvaziamento dos seus militantes. Esta redução de efectivos será apenas um dos sinais pelos quais se revelou este fenómeno, sem prejuízo de outros poderem ser encontrados dentro dos próprios partidos, assumindo diversas formas, manifestando-se de forma directa ou indirecta em atitudes e em críticas que normalmente não passam para o exterior, mas que podem ser reconhecíveis quando, em regra através de inquéritos, se procura saber como é que os militantes vêem o funcionamento, a organização, as expectativas, o processo decisório e a sua própria participação nos partidos em que militam.

O problema que aqui se coloca havia sido equacionado por Hirschman quando analisou as várias formas de manifestação do descontentamento dentro das organizações, tanto associações voluntárias como sindicatos e partidos políticos. A deterioração da performance das organizações pode conduzir os insatisfeitos a dois tipos de reacções: manifestação do descontentamento (*voice*) ou saída (*exit*). A primeira está mais ligada à política, visto que a opção de saída é mais própria da economia. Na política, a saída tenderá a ser vista como tendencialmente associada à traição, à deserção e à defecção (Hirschman, 1970: 17). A opção de saída, por outro prisma, não reforça a organização, mas o exercício da voz, que é a opção política por excelência (Hirschman, 1970: 16).

As organizações não são todas iguais. Isso significa, como Hirschman salientou, que não reagem todas da mesma maneira ao descontentamento, sendo múltiplas as diversas formas pelas quais este se exprime¹²¹. Em todo o caso, tenderão a ser mais influenciadas pelos seus activistas do que pelas preocupações dos eleitores (Hirschman, 1970: 73-76).

O cumprimento das regras democráticas é hoje na Europa uma constante das leis de partidos e dos estatutos destes. Portugal não foge à regra (cfr. supra Capítulos VI e VII). E se os legisladores dos diversos países entenderam que o respeito pelas regras democráticas devia ser levado ao interior dos partidos, constituindo o seu cumprimento um referencial para os seus membros, afigura-se indispensável apurar em que termos é que os militantes estão satisfeitos ou insatisfeitos com o cumprimento dessas regras, em que medida a democracia interna está a funcionar e será sinal de satisfação ou insatisfação.

Estando aqui em causa apurar as razões que conduzem ao abandono da militância, uma questão que, pelo exposto, se pode legitimamente colocar é a de saber até que ponto o declínio da militância é um resultado da insatisfação dos militantes em consequência das próprias práticas internas dos partidos, dos seus modelos de organização, da forma como é exercida a liderança, da sua participação na escolha dos objectivos e do caminho para os atingir.

Deste modo, a análise aqui realizada centra-se em torno de três temas. Para cada um dos temas foi seleccionado um grupo de variáveis. Um primeiro grupo (Quadro 8.1) relaciona-se com as condicionantes da participação e visou obter a perspectiva dos militantes em relação

¹²¹ “There a great many ways in which customers, voters, and party members can impress their unhappiness on a firm or a party and make their managers highly uncomfortable; only a few of these ways, and not necessarily the most important ones, will result in a loss of sales or votes, rather than in, say, a loss of sleep by the managers” (Hirschman, 1970: 73-74)

a esta. O segundo grupo de variáveis (Quadro 8.2) centra-se na forma como os militantes inquiridos vêem em termos genéricos a democracia e a participação interna nos seus próprios partidos. Finalmente, no terceiro grupo (Quadro 8.3) agregaram-se as variáveis que se entendeu poderem reflectir os seus sentimentos de influência e satisfação face ao seu próprio papel (eficácia interna) na organização do respectivos partidos.

2. A ANÁLISE DESCRITIVA: OS CASOS DO PSD E DO PS

A percepção da satisfação ou insatisfação dos militantes poderá ser um auxiliar precioso para se perceber das razões que conduzem ao abandono. Admite-se que as razões de insatisfação dos delegados e militantes aqui objecto de análise, possam vir a aumentar caso não sejam, entretanto, objecto de posterior correcção ou afastamento, em termos tais que o seu aprofundamento conduzirá ao seu próprio abandono do partido.

Uma primeira nota de análise decorre do facto dos militantes atribuírem um peso grande às regras estatutárias, assim como à influência que estas acabam por ter no funcionamento do partido.

Conforme se pode ver pelo Quadro 8.1, quanto à variável 1, que consiste na afirmação de que as regras estatutárias não influenciam o funcionamento interno do partido, verifica-se haver 67% dos inquiridos, no caso do PS, que discorda dessa afirmação, havendo 23% que dela discordam totalmente. Já no caso do PSD a percentagem dos que discordam da mesma afirmação é superior, atingindo-se nos dois indicadores um valor de 70%¹²².

Quadro 8.1 – Condicionantes da participação

1. As regras estatutárias não influenciam o funcionamento interno do partido	Discorda totalmente	Discorda	Concorda	Concorda totalmente	N
PS	23	44	28	5	1270
PSD	25	45	27	3	287
2. O funcionamento interno depende das tendências e divisões internas do partido	Discorda totalmente	Discorda	Concorda	Concorda totalmente	
PS	4	17	59	20	1269
PSD	6	20	60	14	289
3. A participação interna dos militantes depende dos benefícios que possam receber do partido	Discorda totalmente	Discorda	Concorda	Concorda totalmente	
PS	26	33	32	9	1273
PSD	27	41	27	5	287

Fonte: "Militantismo partidário e activismo político", coordenadores P. Espírito-Santo e Marco Lisi, ISCSP-UL e FCSH-UNL, 2015 (com arredondamentos para a unidade)

¹²² A formulação das perguntas pela negativa não autoriza a extracção de qualquer conclusão quanto à influência que as regras estatutárias efectivamente têm na participação dos militantes ou sobre o peso da sua influência interna, mas pelo menos permite com segurança concluir que a importância que os militantes do PSD e do PS atribuem aos estatutos dos respectivos partidos não poderá ser desvalorizada. Afigura-se importante que em próximos inquéritos se formule a questão sem a utilização da negativa, de maneira a que os resultados permitam conclusões mais firmes.

Quanto à segunda variável (se o funcionamento interno do partido depende das tendências e divisões nele existentes), verifica-se que 79% no caso do PS e 74% para o PSD atribuem uma importância fundamental às divisões internas para o funcionamento interno do partido. No entanto, os militantes de PS e os delegados do PSD discordam da afirmação de que a participação interna esteja dependente dos eventuais benefícios que possam vir a obter do partido (variável 3). Para o PS registou-se uma percentagem de 59%, que no caso do PSD subiu para uns esclarecedores 68%. Este último ponto é importante face ao que já se escreveu sobre o desenvolvimento da participação dos militantes, a sua relação com a organização e a influência dos incentivos organizativos, colectivos e selectivos para a participação (Panebianco, 2005: 33-64).

Na verdade, elaborando a partir de Michels e de Pizzorno, Panebianco chamou a atenção para que se no momento da sua formação um partido é fundamentalmente uma associação entre iguais, tenderá posteriormente e ao longo do seu processo de institucionalização, consistente numa passagem de uma fase de fluidez estrutural inicial para uma outra de estabilização organizativa (2005: 36), a substituir os incentivos colectivos mais ligados à sua identidade colectiva pelos incentivos selectivos decorrentes da sua burocratização, e que poderão ser de ordem natural ou mais ligados a posições de *status* (2005: 47-50). Os incentivos selectivos, como este autor ensinou, interessam mais aos carreiristas do que aos crentes, relacionam-se com o sistema interno de desigualdades e é uma das principais fontes de retribuição da militância (2005: 54).

Os resultados constantes da variável 2 do Quadro 8.1 podem, no entanto, ser ilusórios, visto que os partidos e os seus militantes também tenderão a esconder o peso dos incentivos selectivos “cuja excessiva visibilidade comprometeria a imagem do partido como organização dedicada à tentativa de obter uma “causa” (e, portanto, enfraqueceria a sua capacidade de distribuir incentivos colectivos de identidade)” (Panebianco, 2005: 49).

Na segunda bateria de variáveis (Quadro 8.2), que agrega as respostas dos inquiridos quanto à sua perspectiva em relação à democracia interna e ao pluralismo, verifica-se que tanto no PS (86%) como no PSD (71%) os respondentes concordam ser desejável um aumento da democracia interna dos seus partidos, apesar de também em termos indubitavelmente maioritários (59% no PS, 73% no PSD) esses mesmos militantes discordarem da afirmação de que a estrutura interna dos seus partidos não permitiria a expressão do pluralismo interno. Repare-se que não há aqui qualquer contradição nas respostas obtidas porque um desejo de aumento de democracia interna não é incompatível com o facto de se entender que as estruturas existentes já permitem que as diversas opiniões se manifestem.

Quadro 8.2 – Como os militantes vêem a democracia interna e o pluralismo interno

4. É desejável aumentar a democracia interna do partido	Discorda totalmente	Discorda	Concorda	Concorda totalmente	N
PS	3	11	44	42	1268
PSD	5	24	44	27	288
5. A estrutura interna do partido não permite a expressão do pluralismo interno	Discorda totalmente	Discorda	Concorda	Concorda totalmente	N
PS	19	40	25	16	1273
PSD	25	48	18	9	287

Fonte: “Militantismo partidário e activismo político”, coordenadores P. Espírito-Santo e Marco Lisi, ISCS-UL e FCSH-UNL, 2015 (com arredondamentos para a unidade)

Estas respostas levantam ainda dúvidas sobre a efectiva suficiência dos espaços de cada um dos partidos serem adequados à expressão do pluralismo interno, tanto mais que essas opiniões foram recolhidas num mesmo momento temporal e cobrindo dois universos distintos de militantes do PS e do PSD. Para além disso, não tendo estes dois partidos formas de organização e modelos de funcionamento que sejam decalcados um do outro, o sentido das respostas dadas não pode deixar de obrigar à reflexão.

Finalmente, nesta sede passa-se à análise do conjunto de variáveis que se considerou ser relevante para aferição dos sentimentos de eficiência, influência e satisfação política dos militantes de PS e PSD e que são as se encontram infra no Quadro 8.3. Sobre este ponto apurou-se em relação aos dois partidos analisados que as respostas dadas foram no sentido de haver mais de 50% dos inquiridos, concretamente 57% quanto ao PS e 55% quanto ao PSD, a revelarem a sua concordância com a afirmação de que os dirigentes não se interessam pelas opiniões dos militantes.

O facto dos inquiridos considerarem que os dirigentes não se interessam pelas suas opiniões é sinal de falta de sentimento de eficácia interna por parte dos militantes.

Quadro 8.3 – Sentimentos de eficácia interna, influência e satisfação política

6. Os dirigentes não se interessam pelas opiniões dos militantes	Discorda totalmente	Discorda	Concorda	Concorda totalmente	N
PS	10	33	36	21	1287
PSD	10	35	43	12	287
7. O líder não tem autonomia suficiente	Discorda totalmente	Discorda	Concorda	Concorda totalmente	N
PS	21	49	24	6	1271
PSD	27	56	12	5	289
8. A influência dos militantes na vida do partido	Aumentou	Diminuiu	Igual	NS/NR	N
PS	19	41	28	12	1289
PSD	22	45	30	3	289
9. Está satisfeito com a influência que tem na vida do partido	Nada Satisfeito	Pouco Satisfeito	Bastante Satisfeito	Muito Satisfeito	N
PS	17	51	29	3	1273
PSD	3	44	50	3	313

Fonte: “Militantismo partidário e activismo político”, coordenadores P. Espírito-Santo e Marco Lisi, ISCS-UL e FCSH-UNL, 2015 (com arredondamentos para a unidade)

Quanto à influência na vida do partido, tanto no PS como no PSD mais de 40% dos militantes inquiridos considera que essa influência diminuiu, havendo cerca de 30% que entendem que está na mesma. Apenas 19% dos inquiridos do PS e 22% dos do PSD considera que a influência dos militantes na vida do partido aumentou. Estes resultados foram obtidos numa altura em que vários partidos haviam iniciado já mudanças tendentes a uma maior participação, designadamente através da realização das primeiras experiências visando a escolha directa dos seus líderes. Quer isto dizer que as reformas conduzidas nos últimos anos, ou não contribuíram para aumentar a influência dos militantes ou mantiveram o *status* quo ante. Em qualquer caso, não se poderá concluir que tenham concorrido em termos reais para a introdução de melhorias a esse nível. Esta verificação vai na linha do que já fora anteriormente sublinhado por Scarrow e Wauters, ou seja, a adopção de processos do tipo “um membro-um voto” para a escolha do líder teve um impacto questionável para atrair novos membros e fomentar a participação (Espírito Santo *et al.*, 2015).

Acresce que em relação à variável sobre a influência que os militantes têm na vida dos respectivos partidos (variável 9 do Quadro 8.3), há uma pequena diferença em termos quantitativos quanto à medida do descontentamento entre os inquiridos do PS e do PSD, mas não quanto ao sentido das respostas dadas. Em ambos os casos se verifica que a percentagem dos militantes descontentes com a sua própria influência na vida do partido é muito elevada (igual ou superior a 60%). Porém, se no caso do PS a percentagem dos descontentes que estão nada ou pouco satisfeitos ascende a 68%, constituindo por isso mesmo uma larguíssima maioria, no caso do PSD esse valor é bem mais modesto, situando-se em 47% para as mesmas categorias. Em qualquer um dos casos é baixíssima a percentagem dos que estão muito satisfeitos com a influência que têm na vida daqueles partidos e que se fica apenas pelos 3% em ambos os casos, conforme se pode verificar.

Um outro aspecto com importância para a perspectiva que se tem em vista neste trabalho prende-se com os resultados revelados pela resposta que os militantes dos dois partidos deram a uma outra afirmação (variável 7 da Tabela 8.3) e que foi a seguinte: o líder não tem autonomia suficiente. Mais de dois terços dos militantes inquiridos nos dois partidos discorda ou discorda totalmente de que o líder não tenha autonomia suficiente. No PS são 70% os militantes inquiridos que discordam da afirmação de que o líder não tenha autonomia suficiente. No PSD foram ainda mais os que discordaram daquela afirmação (83%).

Quer isto dizer que o facto de existir um peso muito significativo das tendências e do fracionamento interno no funcionamento dos partidos não tem condicionado, na perspectiva dos militantes inquiridos, a autonomia dos líderes de PS e PSD, que poderá ser considerada excessiva. Esta conclusão surge reforçada pelo desejo manifestado por larga maioria desses mesmos militantes no sentido de ser desejável um aumento da democracia interna do partido.

O descontentamento dos inquiridos do PS e PSD, perceptível pelos resultados acima referidos, encontra eco num comportamento que os inquiridos revelam e que contraria a tradicional fidelidade dos militantes aos partidos na hora de votar. Mais difícil se torna compreender o

que leva um número bastante significativo de militantes a confessarem que – 16% para o PS, e 19% para o PSD – tenham mudado o sentido do seu voto desde que se tornaram militantes (Quadro 8.4).

Quadro 8.4 – Mudança do sentido de voto

Desde que é militante votou sempre no seu partido?	Sim	Não
PS (N1347)	84	16
PSD (N313)	81	19

Fonte: “Militantismo partidário e activismo político”, coordenadores P. Espírito-Santo e Marco Lisi, ISCSP-UL e FCSH-UNL, 2015 (com arredondamentos para a unidade)

Quando quase 1/5 dos militantes de um partido, indivíduos que se inscreveram voluntariamente nessa organização, se predispõe a votar em outros partidos, reforçando as votações dos rivais e dando mostras de tão grande volatilidade, será de nos interrogarmos sobre as razões que levam a esse comportamento e se essas não estarão afinal ligadas às mesmas que também conduzem ao abandono da militância. É o que tentaremos perceber.

3. CONCLUSÃO

Resulta dos dados consultados e da análise realizada que existe uma insatisfação grande entre os militantes do PS e do PSD com o funcionamento dos seus partidos.

Uma esmagadora maioria dos inquiridos dos dois partidos entende que é (i) desejável um aumento da democracia interna, que (ii) os dirigentes não se interessam pelas opiniões dos militantes, que (iii) o funcionamento interno depende das tendências e divisões dos partidos, que (iv) a influência dos militantes nos partidos diminuiu ou, quando muito, ficou na mesma – não obstante as reformas estatutárias que ocorreram nos últimos anos – e que (v) os líderes têm autonomia suficiente.

Para além destes indicadores, verifica-se que os inquiridos consideram não depender a participação interna dos filiados dos benefícios que possam receber do partido, embora haja uma percentagem significativa de inquiridos nos dois partidos (32% para o PS e 27% para o PSD) que admite a dependência da participação dos referidos benefícios.

Onde os resultados apresentam divergências é relativamente à concordância ou discordância em relação à questão de saber se os militantes não influenciam as políticas do partido, por um lado, e se, por outro lado, estão satisfeitos com a influência que os próprios têm na vida do partido. Aqui, os inquiridos do PSD revelaram uma maior satisfação do que os do PS face à sua própria influência. Quanto a este aspecto, todavia, admite-se que a diferença se ficou a dever ao facto dos inquiridos do PSD serem delegados, o que poderá ter levado a que considerassem a sua posição como resultado da influência que a si próprios atribuíram em função da qualidade detida, sendo natural que como delegados tivessem considerado ter mais facilidade em levar a sua voz até às instâncias superiores do partido e serem tentados a, por essa via, psicologicamente assumirem e reconhecerem uma maior repercussão da sua posição nas instâncias de decisão. Este é, porém, um dado que só em posteriores inquéritos poderá vir a ser confirmado.

CAPÍTULO IX

A ENTREVISTA E OS ENTREVISTADOS: PERFIS ENQUANTO MILITANTES

1. INTRODUÇÃO

Com este capítulo inicia-se uma parte fundamental deste trabalho. Trata-se agora de apresentar os resultados a que a investigação conduziu. De acordo com o que oportunamente foi proposto desenvolver, aquilo que se pretendia obter com a investigação eram respostas para a questão mais geral de se saber quais as razões para o abandono da militância. Porém, antes de se dar conta destas, o que será feito no capítulo seguinte através de uma abordagem sistematizada, vai-se começar por apresentar neste capítulo uma secção (2) com o perfil dos militantes entrevistados. E, concomitantemente, (3) apurar junto desses mesmos entrevistados quais as razões que motivaram a sua militância materializada na adesão a um partido. O conhecimento dessas duas realidades poderá ajudar à compreensão das razões do abandono. Esta parte concluir-se-á com uma (4) leitura do perfil dos entrevistados à luz das tipologias referidas no Capítulo V. Deste modo, o presente capítulo facilitará o enquadramento da análise final crítica sobre os resultados da investigação.

Sobre a importância que os militantes têm para um partido muito foi escrito. Pode-se dizer ser matéria consensual que os militantes continuam a ser importantes, apesar das mudanças verificadas na filosofia, estrutura e organização dos partidos e no perfil dos membros. Como Scarrow recordou, partidos com bases de militância desenvolvidas contribuem para a integração política das comunidades, ajudam à estabilidade e constituem um estímulo à participação, sendo estas ideias que já vinham da década de 60 e de autores como Neumann, Rokkan, Weiner e LaPalombara (Scarrow, 2009). Os militantes perderiam a relevância que outrora mereceram para satisfazer as necessidades de financiamento, entretanto substituídas pelas subvenções estatais, com o surgimento dos partidos-cartel e dos partidos-empresa, mas se há quem considere que os partidos terão perdido muito do seu interesse na militância em razão de novos recursos eleitorais que substituíram a sua necessidade (Mjelde, 2013: 61), continua no entanto a ser reconhecido o seu papel na difusão da mensagem, influência social, no preenchimento de necessidades da organização, como campo para o recrutamento de pessoal político e garantia da relação de *linkage* entre governantes e governados (Mjelde, 2013: 63).

A perspectiva do partido não será, todavia, igual à do militante. As motivações serão diferentes, embora ambos procurem, em última instância, que o primeiro alcance o poder. Gauja e van Haute demonstraram que os militantes são, em regra, motivados por incentivos políticos e valores, com as razões ideológicas em primeiro lugar, havendo apenas a registar em investigações recentes o caso do PS belga, em que menos de 50% dos inquiridos manifestaram as razões ideológicas como sendo as primeiras de entre as possíveis (Gauja e van Haute, 2014). Outro tipo de razões, como os incentivos de processo de natureza social que decorrem da manutenção de determinado tipo de relações ou de relações filiadas na tradição familiar, pode

ser também invocado, mas são raros os casos em que foram claramente assumidos por militantes os incentivos materiais como sendo os mais determinantes (Gauja e van Haute, 2014).

Uma decisão de adesão a um partido coloca em confronto o equilíbrio entre as motivações ideológicas decorrentes da afirmação de princípios e convicções com uma análise custo/benefício entre as compensações que a filiação conceda e os custos dessa entrada no rol dos militantes (Subileau *et al.*, 1999:47-48). Mostra-se por isso necessário à compreensão das razões do abandono conhecer os motivos que levaram os ex-militantes a aderir e tentar perceber em que medida umas e outras se relacionam.

2. O PERFIL DOS ENTREVISTADOS

De acordo com a metodologia e processo descritos no Capítulo III, foram entrevistados vinte e um indivíduos¹²³. Há um caso específico em que o processo de adesão não chegou a ser concluído (João Motta), dois outros em que o investigador foi induzido em erro pelas notícias da imprensa que davam conta dos abandonos dos partidos, o que na prática não chegou a ocorrer e só foi confirmado com as entrevistas (Ribeiro e Castro e Cunha Paredes). Apesar disso, entendeu-se que os respectivos depoimentos deviam ser considerados. E a explicação para a sua inclusão é fácil. Na primeira situação o formulário de adesão foi preenchido e entregue, mas o processo viria a desaparecer, o que não constituiu impedimento para que essa pessoa se empenhasse, realizasse tarefas típicas de uma militância activa (preparação de programas, escolha de equipas, planificação de acções de campanha, estudo dos dossiers necessários), tivesse sido inclusivamente candidato a presidente de câmara e depois eleito vereador, exercendo o mandato como se fosse um militante do partido. Nos outros casos surgiram notícias de abandono que não se chegaram a concretizar, embora no caso de Ribeiro e Castro houvesse um adeus público à AR e a renúncia a cargos no partido.

Com excepção de um dos entrevistados, que teve menos de um ano de militância (António Bagão Félix), os restantes tinham um tempo de militância que ia de cerca de dois a mais de quarenta anos (António D'Orey Capucho, Carlos Brito, Domingos Lopes)¹²⁴.

Numa repartição por grupos, há um primeiro composto por quatro indivíduos que iniciaram

¹²³ À partida não foi definido um número de entrevistas. Os critérios que aqui se seguiram foram os que haviam sido definidos por Diefenbach. Isto é, não havendo maneira de se determinar qual o número adequado, nem havendo uma fórmula que diga qual o número suficiente de entrevistas e de dados, ficou ao critério do investigador decidir quando considera a amostra suficiente, sabendo-se de antemão que quanto maior fosse o número dos entrevistados mais representativa seria a amostra, mas daqui não decorre que um aumento do número reforce a validade dos resultados ou a qualidade dos dados: "*validity is not a numbers game*" (Diefenbach, 2009: 883).

¹²⁴ Paula Marques e Susana Atalaia Ferreira nunca chegaram a formalmente militar num partido político. Foram militantes de uma organização de juventude que se encontra na dependência directa do partido (PCP). Qualquer uma destas entrevistadas estaria em condições, preenchidos os requisitos formais de natureza estatutária, de passar a fazer parte da organização principal. Mas isso não sucedeu. Entendeu-se apesar disso ser de agregar estas entrevistadas em virtude do seu abandono ter ocorrido no final de uma experiência de activismo de vários anos e no momento em que o passo seguinte, que seria a passagem automática da organização juvenil para a integração plena no partido, poderia ser dado. Em circunstâncias normais tê-lo-ia sido, não fosse a precipitação da ruptura.

a sua militância partidária antes de 25/04/1974. Outro do qual fazem parte doze entrevistados que só solicitaram a adesão aos partidos depois do golpe militar. Um terceiro grupo é constituído por quatro entrevistados e corresponde a indivíduos que se tornaram militantes depois de 2000.

A média de idades foi de pouco mais de 56 anos, apresentando-se o mais novo com 25 anos (Luís Geraldo) e o mais velho com 81 (Carlos Brito). Cinco dos entrevistados foram militantes de mais do que um partido/organização (PSD/ASDI, JCP/BE, OCMLP/PS, ASDI/PRD e PSD/PS), não se contando neste número os casos em que o ingresso no partido sucedeu após militância na organização juvenil adstrita. Quanto a estes considerou-se que havia uma solução de continuidade que permitia que fosse tratado como se não tivesse havido qualquer mudança. Por fim, importa assinalar que todos os ex-militantes entrevistados mantinham à data das entrevistas o estatuto de independentes.

Quadro 9.1 – Perfil dos entrevistados

Nome	Idade	Sexo	Partido	Anos de militância	Data da entrevista
A. AZEVEDO	63	M	PSD	21	23/11/2014
A. BAGÃO FÉLIX	66	M	CDS	<1	29/01/2015
A. D. CAPUCHO	70	M	PSD	40	29/05/2015
B. MESQUITA	25	M	BE	2	12/12/2015
C. BRITO	81	M	PCP	40	21/09/2014
C. C. AZEVEDO	67	M	PSD	5	13/11/2015
C. L. FIGUEIRA	70	M	PCP	37	22/09/2014
D. LOPES	65	M	UEC/PCP	40	04/06/2015
D. OLIVEIRA	45	M	JCP/BE	25	03/02/2015
G. d'O. MARTINS	62	M	JSD/PSD/ASDI	11	04/06/2015
H. ROSETA	68	F	PSD/PS	27	27/05/2015
J. ALBUQUERQUE	61	M	ASDI/PRD	<9	16/01/2016
J. MOTTA	60	M	(IND) PSD	----**	28/01/2015
J. R. CASTRO	61	M	JC/CDS-PP	<30*	06/11/2015
L. GERALDO	25	M	JP/CDS-PP	4	27/01/2015
N. LIMA BASTOS	45	M	JSD/PSD	25	22/10/2014
N. S. MATA	51	M	PSD	10	10/05/015
P. CUNHA PAREDES	61	M	PS	6 *	28/01/2015
P. L. BAPTISTA	66	M	OCMLP/PS	27	18/04/2015
P. MARQUES	47	F	JCP	7	29/01/2015
S. ATALIA F.	37	F	JCP	4	09/06/2016

* - No decurso da entrevista revelou ainda ser militante

** - O processo de inscrição desapareceu

No que diz respeito às habilitações académicas de base verifica-se que dezassete são titulares de habilitações académicas ao nível de licenciatura ou superior nas áreas de arquitectura (2), engenharia (2), direito (6), gestão e administração de empresas (1), finanças (1), filosofia (1), história (1), ciência política (2) e ciências sociais (1). Um dos entrevistados tem formação de base ao nível do bacharelato em contabilidade (1) e um outro também em música (1), ao tempo desempregado, e estudante de uma licenciatura. Outros dois tiveram

frequência de cursos superiores (2) não concluindo as licenciaturas.

Outro aspecto que convirá detalhar prende-se com os currículos políticos dos entrevistados. Isto é, cargos ocupados nas estruturas partidárias e cargos exercidos nos órgãos do Estado ligados ao poder legislativo, executivo e autárquico.

No cômputo geral verifica-se que apenas dois dos entrevistados foram membros do Conselho de Estado, havendo sete que desempenharam funções de deputados. Três dos entrevistados prestaram funções executivas ao nível do Governo da República, ocupando pastas ministeriais ou secretarias de Estado. Há ainda nove outros que ocuparam ou ocupam ainda posições em órgãos autárquicos (câmaras municipais e assembleias municipais). Por fim, re-fira-se ainda que um dos entrevistados era à data da entrevista presidente de um tribunal superior, tendo entretanto cessado o respectivo mandato e passado a integrar o sector privado.

O Quadro 9.2 resume os currículos políticos que se vêm de mencionar:

Quadro 9.2 – Cargos ocupados pelos entrevistados

Nome	Organização	Conselho de Estado	Deputado	Governo	Autarquias
A.AZEVEDO	---	---	---	---	---
A.B.FELIX	---	Sim	Sim	Sim	---
A.CAPUCHO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
B.MESQUITA	---	---	---	---	---
C.BRITO	Sim	---	Sim	---	Sim
C. AZEVEDO	---	---	---	---	Sim
C.L.FIGUEIRA	Sim	---	Sim	---	Sim
D.LOPES	Sim	---	---	---	Sim
D.OLIVEIRA	Sim	---	---	---	---
G. d'O. MARTINS	Sim	---	Sim	Sim	---
H.ROSETA	Sim	---	Sim	---	Sim
J.ALBUQUERQUE	Sim	---	---	---	---
J.MOTTA	---	---	---	---	Sim
J.R.CASTRO	Sim	---	Sim	Sim	Sim
L.GERALDO	Sim	---	---	---	---
N.L.BASTOS	Sim	---	---	---	---
N.S. MATA	Sim	---	---	---	---
P.C.PAREDES	---	---	---	---	Sim
P.L.BAPTISTA	Sim	---	Sim	---	Sim
P.MARQUES	Sim	---	---	---	Sim
S. ATALAIA F.	Sim	---	---	---	---

3. AS RAZÕES PARA A ADESÃO

A respeito do tema das razões da adesão aos partidos, há mais de cinco décadas, Clark e Wilson avançaram com a ideia de que na base da adesão e da permanência de um indivíduo num partido político estaria a combinação de benefícios materiais, entendidos como benefícios tangíveis, que têm valor pecuniário ou podem ser facilmente transformados neste valor (Clark e Wilson, 1961: 134), com outras três ordens de razões não-materiais. Incentivos específicos, por um lado, como honras ou cargos, mas também incentivos de natureza

colectiva solidária que derivam do acto de associação, relacionados com oportunidades de socialização, de identificação, de estatuto. Ao lado destes surgiriam, igualmente, os chamados incentivos “intencionais” ou “finalísticos” (*purposive incentives*). Estes são incentivos por natureza intangíveis, que derivam dos objectivos da organização e não apenas do acto de associação individual. São compagináveis com a satisfação de objectivos supra-pessoais e com a vontade em contribuir para uma causa vista como útil ou necessária, que apesar de como tal ser reconhecida não é tangível e da qual não resultam no imediato benefícios para os membros. Será o caso, designadamente, do combate à corrupção ou a luta contra a ineficiência nos serviços públicos (Clark e Wilson 1961¹²⁵:134-135; Wilson, 1973: 33-34; Gallagher e Marsh, 2004: 410).

Quando questionados sobre as razões que estiveram na base das suas filiações, verificou-se que as respostas dadas pelos entrevistados se concentraram basicamente em torno de um núcleo central que englobava (a) razões de natureza ideológica, (b) razões de natureza social, (c) razões de ordem carismática ou de influência pessoal e (d) razões do domínio da formação individual.

Uma diferenciação que deverá ser primariamente considerada entre os entrevistados prende-se com a sua idade. Conforme foi dado perceber, muito embora as razões que estiveram nas opções tomadas possam ser integradas nos grupos referidos no parágrafo anterior, dever-se-á ter presente que depois, dentro de cada grupo, as razões podendo ser parecidas não são iguais para todos, variando em função da idade e vivências pessoais dos entrevistados.

As razões de natureza ideológica foram invocadas como estando na base da participação e adesão aos partidos em relação à generalidade dos entrevistados. Quanto ao grupo dos mais velhos, ou seja, aqueles que iniciaram a militância partidária antes do 25 de Abril de 1974, como para Carlos Luís Figueira, a principal explicação para isso deriva de serem “[as razões ideológicas] as mais motivadoras”. Entre as invocadas estão à cabeça o combate à ditadura, a vontade de melhorar o país e, depois da mudança de regime, o desejo de participar na construção da democracia. Para esta geração que nasceu para a política antes do 25 de Abril, o unificador comum que a conduziu à acção militante encontra-se na oposição ao salazarismo, a que não será alheia a juventude e a condição de estudantes ou jovens trabalhadores que então detinham, resumida por Carlos Brito em curtas palavras: antifascista, republicano e desejo de acção política. Também para Pedro Baptista a grande motivação foi “puramente ideológica”, mas ao mesmo tempo instrumental em razão do “desejo de servir o país”. Porque apesar dessa motivação primordial, as “forças políticas não são conchaves ideológicas”, funcionando antes como um “instrumento de acção” para melhorar a situação do país”. Daí a associação.

¹²⁵ Estes autores referem que as organizações “intencionais” ou “finalísticas” (*purposives*) aparecem associadas a associações ideológicas, dando como exemplo de aproximações a um tipo puro os partidos comunistas. Como Clark e Wilson referem: “*The loss of members from communist or socialist parties with every shift in party line indicates that many members regard these shifts as changes in purposes and not merely as tactical maneuvers.*” (1961: 146-148).

Os ideais de construção, de fazer algo de diferente, de novo, são ademais comuns a este grupo de indivíduos independentemente da opção ideológica, em termos da escolha política, que acabaram por fazer. Tanto em Domingos Lopes, ex-militante do PCP, como em Helena Roseta, ex-PSD e ex-PS, subjacente às suas opções está a realização do ideal e o que este transportava consigo: a participação e a construção, isto é, “a ideia de construir uma sociedade socialista onde figurasse a igualdade” (Lopes) e “a necessidade e a vontade de participar no processo de transformação de Portugal” (Roseta). Para a actual presidente da Assembleia Municipal de Lisboa foram estas as razões que a mobilizaram para a militância. Contudo, sem descartar as razões ideológicas, frisou que as razões que a conduziram à participação vieram mesmo antes destas, apresentando-se como “razões de natureza democrática cívica”. A escolha pela democracia fazia parte do “básico”. E para Roseta decidir depois qual o quadrante ideológico em que se iria inserir far-se-ia já dentro do espaço democrático, quando tivesse que optar por uma determinada família de ideias em detrimento de outra, “ou em relação a outras”.

A ideia romântica do ideal também surgiu manifestada por António D’ Orey Capucho (ex-PSD). Ele que fora, inicialmente, um “oposicionista de café” para quem o apoio às candidaturas da CEUD e depois à CDE, nas eleições legislativas que antecederam o 25 de Abril, foram o resultado de uma paixão: “fundamentalmente estava muito apaixonado, como muita gente da minha geração”. A juventude de que Brito falava acompanha o discurso de Capucho que, com 29 anos no momento em que se dá o golpe de Abril de 74, sublinha que no seu caso e no de muitos da sua geração o que os atraía era a social-democracia “à sueca”, a de Olof Palme e do Estado-providência, com todos os valores que lhe estavam associados, pontificado em Portugal pelo recém-formado Partido Socialista.

Se compararmos os depoimentos que se tem vindo a referir com os prestados pela geração que só chegou à militância depois de Abril de 1974, facilmente se verifica que as diferenças estão mais ligadas aos períodos históricos do que às motivações propriamente ditas, não raro se misturando as razões ideológicas com aquilo a que alguns entrevistados consideravam o “apelo cívico”. Roseta já o referira, mas também Ribeiro Castro, que entrou para o CDS logo após a respectiva fundação, em finais de Julho de 1974 – o partido fora fundado em 19 de Julho desse ano – tornando-se depois um dos fundadores da Juventude Centrista (JC), falou num tempo de “emergência cívica”. Recordando que tinha havido uma revolução, Ribeiro e Castro recordou um tempo de “aceleração política”, “uma chamada a que as pessoas tomassem posições”, pessoas que acabavam de sair de um regime de ditadura, marcado pelo autoritarismo, numa época em que a política não fazia parte do dia-a-dia.

Esta passagem de um tempo ao outro, que Ribeiro e Castro salienta, está presente na maneira como Roseta estabelece as diferenças em matéria de participação entre um antes e um depois de Abril de 1974. Roseta lembra que desde o tempo de liceu que fazia militância política, mas fala numa “militância inorgânica” que se exprimia por diversas formas e que a levou a “militar” em vários movimentos, “sobretudo movimentos católicos”. Roseta apresentou

como razão para essa forma de activismo o facto de em seu entender haver um único partido organizado, o PCP, no que foi secundada pelos depoimentos de Carlos Brito, mas também de Carlos Luís Figueira e Domingos Lopes. Brito que iniciou a sua participação política como activista ao lado do MUD Juvenil e que a si próprio se via como um jovem “desejoso de ter acção política, olhava para o panorama e só via um partido que tinha de facto uma acção, uma estrutura, uma acção militante continuada”.

Figueira, por seu turno, não esconde que se em primeiro lugar estavam as razões ideológicas, o PCP era o único partido que “em Portugal, no interior em particular”, “tinha uma actividade constante”, “heróica”, “no espaço de luta contra a ditadura”, o que para si constituíram “factores de grande atractividade”, convergindo com Lopes, que contrapõe à repressão o apelo “heróico”, uma certa ideia de fraternidade e de camaradagem que se aliava à capacidade que o partido proporcionava para “se poder resistir”, para “se poder organizar”. Ou seja, para estes entrevistados as preocupações ideológicas e o desejo da intervenção política foram também condicionados pelo nível de activismo e de organização que o PCP revelava.

Há aqui uma linha de intervenção que separa de forma nítida a participação antes e depois de 25 de Abril. Ali, onde Roseta refere uma militância inorgânica, que depois em democracia passa a ser enquadrada pelos partidos políticos, Ribeiro e Castro acrescentou que “a política era feita a partir do Estado” e, segundo este último, foi isto o que mudou em 1974. A excepção antes do 25 de Abril estava nalgumas poucas organizações, como o PCP e alguns movimentos de extrema-esquerda, que estavam no terreno e ofereciam um tipo de participação política e uma estrutura organizativa que ultrapassavam a barreira do regime em virtude de funcionarem na clandestinidade.

De qualquer modo, na sua essência, as razões da participação e do apelo à militância reconduzem-se a uma raiz comum de natureza ideológica e cívica, também presente no percurso de Guilherme D'Oliveira Martins, cuja entrada na vida política ocorre nos primeiros dias de Maio de 1974. Oliveira Martins segue um caminho até certo ponto paralelo ao de Ribeiro e Castro, mas num outro partido, dando-se no caso destes dois entrevistados a coincidência de nos partidos em que foram militantes terem sido ambos decisivos na fundação das respectivas organizações juvenis. Com efeito, se Ribeiro e Castro estivera na génese da JC (depois Juventude Popular), Oliveira Martins faria parte do “primeiro núcleo de membros da JSD”: “eu fui fundador da JSD e, de algum modo, também, fundador do PSD [ao tempo ainda PPD] (...), se eu não me engano eu serei o membro 41 ou 42 do PPD”. Para o entrevistado, a primeira razão que encontrou para se juntar ao partido “foi o desejo de participar na construção da democracia que dava os primeiros passos”.

Quando se analisam os depoimentos dos que iniciaram a sua militância logo após a conclusão da transição democrática, são ainda as razões ideológicas e de participação cívica as que primeiro sobressaem. Contudo, as motivações que lhes subjazem são de outra ordem.

O perigo da ditadura estava ultrapassado, o autoritarismo ficara para trás, não havia partidos na clandestinidade e eram nulos os riscos da participação¹²⁶. Saindo de uma situação

política de falta de democracia e de ausência de liberdades políticas e cívicas, participar na transformação do país, contribuir para a alteração das relações sociais, como escreveu Subileau, era ainda num dado contexto histórico estar a “aceder à liberdade” (1981: 1043), factor marcante de toda uma geração.

O combate político deixara de fazer sentido como oposição à ditadura, Os tempos eram outros. E a democracia, apesar de incipiente, ganhara as suas fundações, novas instituições, e paulatinamente consolidava-se. É natural que mudado o contexto, não obstante ser o mesmo o campo de inserção das razões da adesão, que estas em concreto sofressem modificações. Aí se cruzam motivações ideológicas ligadas a uma certa visão nacionalista (A. Azevedo refere nas razões da sua adesão a oposição a um ideal de cariz colectivista, a permanência de desigualdades no modelo que temia ver instalado em Portugal, o que justificava a opção por um partido – PSD – que se afirmava como nacional e identificado com os portugueses e a sua sensibilidade) com ideias de serviço público (Lima Bastos pensava em poder fazer alguma coisa de positivo pela comunidade; Mata associa a ideia da política à de serviço público e a uma opção ideológica), que se repetem com adesões mais recentes de entrevistados mais jovens. Para Paula Marques o que interessava era a participação, tanto na comunidade de residência como na comunidade académica, enquanto em Geraldo a motivação estava em “poder alterar alguma coisa daquilo que me rodeava”. Susana Atalaia referiu preocupações com questões relacionadas com a educação, que vinham do meio familiar, e a aquisição de uma consciência das desigualdades. Em especial, referiu, porque tendo o pai emigrado para a Venezuela tornou-se mais patente aos olhos da entrevistada a diferença entre aquele mundo para onde começou a viajar a partir dos doze anos e a realidade portuguesa, tendo-lhe impressionado o facto de haver quem pensasse que esse país [Venezuela] não se desenvolvia apenas porque aí se trabalhava pouco ou não se queria trabalhar, ignorando-se, como vincou, a sua situação de pobreza.

Ao mesmo tempo, para estes entrevistados, a vontade de aproximação e adesão ao partido, enquadradas num fundo ideológico e cívico, não se podem alhear de uma perspectiva de intervenção devidamente organizada pelos partidos. Para Marques, num percurso que viu marcados os anos de militância pela pertença à JCP, tal perspectiva até aparece associada a uma ideia de maior conforto para a reflexão e de organização para a intervenção política. Igual sentimento transpareceu em Geraldo, que ambicionando com os seus companheiros uma participação política mais activa se revia na organização da JP. As razões ideológicas foram ainda aquelas que Bruno Mesquita, ex-BE, primeiro referiu, mas aqui com um cunho particular em virtude de para este entrevistado haver um conjunto de questões que não eram habitualmente discutidas pelos outros partidos e que foram trazidas para o debate político pelo BE. E até no caso atípico de António Bagão Félix, que no curto período de militância¹²⁷

¹²⁶ “Porque nós, tudo o que nós tínhamos garantido quando nos metíamos em actividades políticas antes do 25 de Abril era, eventualmente, sermos presos, termos problemas na nossa vida profissional, não podermos entrar na função pública, sermos, enfim, no extremo exilados, perseguidos, etc.” (Roseta).

computada no CDS, sem prejuízo de na actualidade se considerar um independente, admitiu ser perfeitamente natural que o conotassem com a área política da democracia-cristã, por ser a doutrina social da Igreja a sua base de filiação ideológica.

Há, todavia, uma outra ordem de razões para a adesão que também surge amiúde referida e que remete para factores de ordem social, predominantemente ligados ao universo das relações familiares e às amizades criadas durante a juventude. Trata-se de uma influência forte e determinante que foi enfatizada por vários entrevistados, quase como se a sua participação política activa e adesão a um partido se assumisse como um determinismo a que lhes seria impossível escapar. Num ambiente muito politizado, onde a mãe era dirigente sindical, primeira presidente de um sindicato em Portugal, e com um padrasto que fora ex-deputado da Constituinte e era o responsável pela sua formação intelectual, Daniel Oliveira (ex-JCP) reconheceu nessas referências o peso da instituição familiar na sua militância. Igual padrão encontra-se nos depoimentos de Paula Marques, cuja mãe tinha sido militante do PCP herdando dos seus avós “uma matriz claramente de esquerda”, e de Susana Atalaia quando refere, pouco depois da sua adesão à JCP, ter notado que “à época (...) eram todos filhos de alguém que estava dentro do partido”, “todos eles se conheciam desde os Pioneiros, costumavam ir para campos de férias juntos”, para a Festa do Avante, pois “como eram filhos de militantes iam para ali para brincar”, “ali havia de facto muitas situações em que eram filhas ou dos próprios funcionários, funcionários do partido” ou de pessoas ligadas à autarquia.

Estas influências para a adesão com origem no meio familiar sobressaíram em trabalhos efectuados há várias décadas, em que oferecendo-se idêntico padrão se notou possuir a socialização familiar anterior à adesão um papel que confere à entrada na organização uma natureza “quase hereditária” (Subileau, 1981:1044). Para o militante que carrega consigo o lastro de um ambiente familiar comunista, que o impele à participação, a adesão torna-se como que uma fase de desenvolvimento do processo de socialização política e de formação da consciência (Derville e Croisat, 1979: 766). E a este propósito escreveu Lecomte:

“Premier élément déterminant dans la socialisation intra-familiale la politisation des parents et singulièrement du père dont les orientations politiques sont très largement connues – et reconnues – par leur enfants.” (Lecomte, 1989: 685-686)

Luís Geraldo, por seu turno, fala da influência que os seus colegas de escola, em quem viu um nível cultural mais elevado, e os pais daqueles tiveram na formação da sua vontade para aderir à JP. Alguns, refere o entrevistado, “já faziam parte das jotas ou dos *rotary* ou

¹²⁷ Bagão Felix distingue por sua iniciativa a militância da filiação, em termos que não foram os adoptados para estes conceitos no capítulo V e que são seguidos ao longo deste trabalho. Na verdade, Bagão Felix chega a dizer que “durante uns meses inscrevi-me como militante do CDS”, “fui filiado, não militante, que é um pouco diferente”, “eu nunca tive nada como filiado, nunca participei em nada” e “eu filiei-me, mas não militei, a não ser no Congresso onde estava ao lado dele”. Das suas palavras depreende-se que o entrevistado pretendeu significar que atribuía à militância um posicionamento mais activo, mais comprometido com o trabalho partidário, não passando a filiação de uma ficha no partido. Não é a perspectiva deste trabalho (vd. infra Quadro 9.3).

international clubs” e os pais “eram maçons, deputados, assessores”, acrescentando que o facto de ser jovem o terá levado a aderir em virtude disso ser “um pouco como consequência da ordem social” em que estava inserido. De igual forma, e para lá da reflexão individual, foi a (...) militância de alguns amigos noutros partidos que levou João Motta a um processo de aproximação e adesão incompleta ao PSD. Incompleta porque “os interesses partidários e das pessoas que dominam os partidos” “não estavam muito interessados em que eu fizesse parte da organização”. Para Nuno Lima Bastos, o início da sua militância situa-se nos seus tempos de liceu, quando aderiu à JSD-Madeira, mercê da influência ao tempo de um colega que era filho de um Secretário Regional do Governo da Região Autónoma da Madeira: “na altura, o pai dele ia propô-lo para militante da JSD, tínhamos 17 anos (...), e ele perguntou-me se não queria aderir também”.

O terceiro núcleo de razões adiantadas pelos entrevistados identifica-se por um lado com as qualidades de intervenção política de alguns homens que se impuseram em momentos cruciais do percurso dos entrevistados, por outro com aquilo a que Weber chamou a graça, o poder carismático de um indivíduo, de onde lhe chega uma das formas de autoridade e legitimidade política, fazendo dele o líder por excelência, transformando-o na figura do condottiere (Weber, 2000: 18-20). O carisma constituiu na análise dos recrusas do RPR francês, já aqui referido, o segundo factor prevalente de mobilização (Lecomte, 1989: 690), não sendo de estranhar que nas entrevistas efectuadas para este trabalho tal factor adquira peso semelhante.

É assim que aparecem referidos, por exemplo, os nomes de Adelino Amaro da Costa – “E depois aconteceu, como lhe disse, que conheci o Adelino Amaro da Costa, por parte desses colegas com quem partilhava as minhas dúvidas”, “[t]ivemos uma longa conversa, ele engraçou comigo, eu engracei com ele” (Ribeiro e Castro) –, de Francisco Sá Carneiro – “[e] no PSD, de facto, tinha uma simpatia muito pessoal e especial por alguns dirigentes, desde o Júlio Castro Caldas, que era meu amigo de infância, aqui em Cascais (...), [m]as fundamentalmente uma grande simpatia pelo Francisco Sá Carneiro” (António D’Orey Capucho); “a razão *imediate* foi o conhecimento que tive de duas pessoas como o Prof. Miller Guerra e o Dr. Francisco Sá Carneiro, que foram duas pessoas que tiveram uma grande importância para mim, em termos políticos” (Guilherme D’Oliveira Martins); “[a] minha simpatia e os meus pontos de contacto com o PSD não nasceram em 95, nasceram quando eu era simpatizante do PSD, desde que me lembro, no tempo de Sá Carneiro” –, e de Alberto João Jardim – “reconheço que na altura tinha uma grande admiração pelo Alberto João Jardim (...), “estamos a falar de 1984, de um período (...) em que a Madeira estava a crescer de uma forma exponencial, com pujança”; “eu tinha uma grande simpatia por ele” (Lima Bastos). Carlos Luís Figueira fala no professor de filosofia, trotskista, membro do Partido Socialista Belga, “um homem humanamente muito interessante de quem me tornei amigo”. Cândido Azevedo recorda os tempos que passou nos Pupilos do Exército para exaltar a figura de Cavaco Silva – “[p]orque eu conheço o Prof. Cavaco Silva desde os meus onze anos e ele foi sempre aquele homem rígido e de princípios” – e com Bagão Félix mostrou-se incontornável uma referência a Morais Leitão:

“Eu filiei-me por razões pessoais. De amizade com a pessoa que mais estimei na minha vida, e que ainda estimo, apesar de não estar entre nós, pessoa a quem devo muito. O sentimento de gratidão é um dos sentimentos mais nobres que uma pessoa pode ter”.

Residualmente, mas ainda assim conexas com as razões anteriores por conducentes e preparatórias do quadro mental inerente à decisão de adesão, foram referidas influências situadas no campo da formação individual, a quarta ordem de razões, e que vão das leituras, como sucedeu com Paula Marques – “à medida que fui construindo a personalidade (...), com alguma leitura, aos catorze anos, de literatura política no espectro de uma esquerda e, muito em particular, de uma esquerda marxista, levaram-me a entender que a estrutura que respondia, quer na forma quer no conteúdo, à vontade de participar e cujos princípios básicos eram princípios em que eu me revia [era a JCP]” – e Ribeiro e Castro – “[a]traíu-me muito a ideia de que o personalismo era a alternativa e a alternativa certa relativamente a uma deriva socialista (...), e sempre achei desde as minhas primeiras leituras na adolescência, que o socialismo é um erro teórico”, mas também com Carlos Brito – “[m]as aquilo, ‘O processo histórico’, era um livro muito cativante”, “encontrava-se resposta para muitas das dúvidas que temos sobre a sociedade, o desenvolvimento”, “depois, também, a literatura, o Jorge Amado, e os americanos, o John dos Passos, o Steinbeck, tudo isso acabava por ter uma influência muito grande na formação ideológica; os poetas, o Éluard, o Aragon, os velhos comunistas, tudo isso foi importante na minha formação”, “[é] essa literatura, e depois, digamos, mais algumas coisas que começaram a chegar”, como “a leitura do Avante”, “também comecei a ler o Avante muito antes de ser militante”.

As leituras seriam um factor potenciador da formação da consciência política dos indivíduos, conforme concluiu Molly Andrews ao analisar os militantes socialistas britânicos entre 1930 e 1980 (Andrews, 1991, citada por Sawicky, 2011), e nessa medida poderão ser entendidas, conclusão que, tal como as oportunidades para o enriquecimento humano, cultural e político, referido por Figueira e Lopes, é possível extrair das entrevistas, como factor potenciador das próprias adesões.

O papel formativo e socializador da participação política é, aliás, factor evidenciado pelo trabalho de autores franceses, em especial em relação aos militantes comunistas, e deverá ser visto conjuntamente com o próprio enquadramento organizativo proporcionado pelo partido:

“Un parti politique est un agent de socialisation politique important et même irremplaçable pour les personnes qui doivent ‘compenser les handicaps sociaux et culturels’ [Gaxie]. Comme d’autres organisations, il constitue en quelque sorte un substitut possible aux mécanismes traditionnels de socialisation politique, en particulier le système scolaire. Par l’information qu’il diffuse, les débats qu’il organise, la formation qu’il assure a ses militants, il donne à ceux-ci une meilleure connaissance phénoménale de la politique, une plus grande capacité à émettre des opinions selon certains schémas d’explication et une formation théorique plus au moins développée et contraignante” (Derville e Croisat, 1979: 760).

Uma última razão para a adesão, fugindo a qualquer padrão e quase do domínio do fortuito, registou-se no depoimento de Cunha Paredes, que confessaria ainda ser militante do PS,

e para quem existia aquilo a que chamou “uma dívida de gratidão” para com o partido que o foi buscar a uma tranquila vida profissional, “numa terra pequena onde (...) sou conhecido e toda a gente gosta de mim” para ser candidato a presidente da câmara, onde lhe foi dada a oportunidade de deixar de gerir o “loteamentozinho” para “mudar de escala” e passar, enquanto arquitecto, a “gerir o concelho”.

4. A INTERACÇÃO ENTRE OS MILITANTES E O PARTIDO

Esta secção faz apelo à tipologia de militantes constante do Capítulo V. Recordar-se-á que ali se classificaram os militantes em três grandes grupos, a saber: militantes profissionais, militantes semiprofissionais intermédios qualificados e em amadores. Para além destes, ainda se identificou um quarto grupo situado num outro patamar e no qual ficariam colocados os notáveis. Nesta secção pretende-se deixar o retrato da relação que os entrevistados tiveram com os seus partidos em função das posições ocupadas na estrutura partidária, cotejando-a com a tipologia referida.

Considera-se que este retrato instantâneo será susceptível de facilitar a compreensão daquilo que foi transmitido ao longo das entrevistas e abrir algumas pistas que ajudem a explicar as razões do afastamento.

Conforme se pode ver pelo quadro infra, quatro dos ex-militantes entrevistados não exerceram nenhuns cargos partidários.

Quadro 9.3 – Enquadramento tipológico dos entrevistados

Nome	Notável	Profissional	Semiprofissional	Amador	Cargos
A. AZEVEDO	---	---	---	Activista	Presidente Secção
A. B. FELIX	---	---	---	Passivo	---
A. CAPUCHO	Sim	---	---	---	SG Adjunto e SG, Vice-Presidente CP, CN, Presidente Concelhia
B. MESQUITA	---	----	---	Inactivo	---
C. BRITO	---	Sim	---	---	CC, CP do CC
C. AZEVEDO	---	---	Sim	---	CP da Secção
C. L. FIGUEIRA	---	Sim	---	---	CC, CP do CC
D. LOPES	---	---	Sim	---	SG Adjunto
D. OLIVEIRA	---	---	Sim	---	Mesa Nacional, Comissão Política
G. d’O. MARTINS	---	Sim	---	---	Secretário-Geral Adjunto
H.ROSETA	---	Sim	---	---	Dirigente Nacional
J.ALBUQUERQ.	---	---	---	Activista	Conselho Jurisdição
J.MOTTA*	---	---	(Sim)	---	----
J.R.CASTRO	Sim	---	---	---	Presidente, Dirigente Nacional
L. GERALDO	---	---	---	Activista	---
N. L. BASTOS	---	---	---	Activista	Presidente Secção
N. S. MATA	---	---	---	Activista	Dirigente Local
P. C. PAREDES	---	---	---	Activista	---
P. L. BAPTISTA	---	---	---	Activista	Dirigente Nacional
P. MARQUES	---	---	---	Activista	Dirigente Nacional
S. ATALAI A F.	---	---	---	Activista	Dirigente Concelho

(*) processo de militante incompleto por extravio da ficha

De acordo com o critério tipológico que se utilizou no capítulo V (Tipologias da Militância) para efectuar a destrição entre diversos tipos de militantes, considerado o número total de entrevistas, houve quatro que podem ser classificados como tendo sido políticos profissionais, enquanto no activo, havendo um (A. Capucho) que tendo-o sido se incluiu já na categoria dos notáveis. Quanto a Ribeiro e Castro, embora não tenha abandonado o partido, e sem prejuízo de ter actualmente assumido uma condição de militante de base, foi também classificado como notável. Aliás, no seu caso, atento o seu percurso político e o facto de ter sido inclusivamente presidente do partido, não faria sentido englobá-lo noutra categoria. Três dos entrevistados estão actualmente na situação de reforma. Os restantes onze foram militantes de base, dos quais se considerou que nove se deveriam considerar activistas, um inactivo e o outro considerou-se passivo.

5. CONCLUSÃO

Recorrendo-se nesta sede à tipologia que a partir da matriz originária de Wilson foi utilizada por Gallagher e Marsh (2004), e de que na introdução se deu conta, isto é, com a divisão em três categorias, verifica-se que dos entrevistados, relativamente às razões “intencionais” ou “finalísticas” (*purposives*), houve alguns que se aproximaram do activismo exclusivamente por razões de apoio ao partido, de natureza “*partizan*” ou militância pura. Na base das suas motivações para o activismo enquadrado em partidos políticos estiveram razões ideológicas, as quais poderão nalguns casos ter sido objecto de uma estimulação adicional em virtude do carisma dos dirigentes e do enquadramento social, profissional e familiar dos entrevistados.

Depois, temos um grupo de inquiridos que admitiu serem fundamentalmente razões solidárias, não havendo quem assumisse razões materiais como determinantes. Todavia, houve entrevistados que, num segundo momento, chegaram a admitir a hipótese de haver alguns benefícios, vistos como naturais, do seu empenho e da evolução da sua carreira militante.

E, à semelhança do que acontecera no trabalho realizado na região de Grenoble na década de 80 sobre a forma como os novos recrutas do RPR chegavam à política, as entrevistas efectuadas permitem concluir a “similitude de estruturação das predisposições políticas” seja ao nível dos elementos que podem ser considerados de elite, como dos simples militantes de base (Lecomte, 1989). Não será então de admirar que as respostas obtidas nesta parte, apesar da dimensão relativamente pequena da amostra conseguida e de em causa estarem diferentes partidos do espectro político e entrevistados com experiências muito diferentes, se insiram na linha dos resultados de outros trabalhos efectuados, designadamente os resultantes de relatos biográficos, que confirmam o papel de pais, de amigos, de figuras tutelares e até de sacerdotes e professores (Sawicky, 2011: 213).

De igual forma, verificou-se a quase completa negação pela maioria dos entrevistados das motivações ligadas à profissionalização, à procura de compensações a nível profissional ou material ou à perspectiva de início de uma carreira política por via da militância. Não constitui

por isso um facto novo, visto que houve quem apontasse anteriormente como sendo esse um dado tradicional do estudo das elites políticas que as razões ligadas à vontade de fazer carreira fossem negadas ou muito subestimadas, em detrimento de razões mais ideológicas ou que estivessem mais directamente relacionadas com a política do tipo “participar na transformação da sociedade” (Subileau *et al.*, 1999: 48). O padrão repetiu-se apesar de neste trabalho se estar perante entrevistas, enquanto que naquele estudo realizado em França estava em causa o resultado de inquéritos.

Neste ponto, o que as entrevistas desvendaram corresponde *grosso modo*, incluindo quanto à ordem de prioridades que determinou os incentivos ideológicos em primeiro lugar, aos resultados mais recentes obtidos relativamente a outros países (Espanha, Bélgica, Dinamarca, Itália, Holanda, Noruega, Grã-Bretanha) em trabalhos visando apurar junto de militantes as razões para as suas adesões aos partidos políticos (Montserrat Baras *et al.*, 2015: 26-27; van Haute, 2015: 42; Kosiara-Pedersen, 2015: 74-76; Sandri *et al.*, 2015: 126; den Ridder *et al.*, 2015: 142; Heidar, 2015: 159; Bennie, 2015: 175-176)¹²⁸.

No caso português, o golpe militar de 25 de Abril de 1974 alterou a forma de fazer política vigente até então e que separava os que estavam integrados no regime e se predispunham a intervir nas organizações que aquele permitia, procurando mudá-lo por dentro, e os que rejeitando o modelo autoritário escolheram o caminho da participação em organizações clandestinas. A instauração da democracia alterou esta dicotomia.

O reconhecimento dos partidos, gerado pela revolução, trouxe consigo uma participação enquadrada por aqueles, abrindo novas oportunidades de participação, também de carreira, aos que desejavam ter um papel na construção da democracia e de uma sociedade mais moderna. Os partidos políticos revelaram-se uma via de aproximação dos cidadãos à política, unindo jovens e menos jovens no desejo de intervenção.

Pode-se com propriedade afirmar que para a esmagadora maioria dos ex-militantes entrevistados as possibilidades de intervenção proporcionadas pelos partidos constituíram uma forma especial de mobilização, de aprendizagem e de aquisição de experiências, identificando-se essa participação com um sentimento de utilidade associado à criação de laços de solidariedade e à realização de esforços em prol de um bem ou ideal comum, sem que encoberto por esse altruísmo estivesse, pelo menos de início, subjacente uma vontade de profissionalização política ou de fazer carreira no partido.

¹²⁸ “Party members everywhere are generally motivated by policy incentives and political values, rather than by private benefits and to a lesser extent, social norms. (...) Except for the PSOE in Spain (of which 85% of members reported joining for such reasons) and the Belgian pillar parties, material incentives (personal rewards such as career advancements) were – amongst all democracies – not a significant motivating factor in the decision to join a political party” (Gauja e van Haute, 2015: 193).

CAPÍTULO X

DA DISSENSÃO À RUPTURA E AO DIVÓRCIO: PERCURSOS E RAZÕES DO ABANDONO DA MILITÂNCIA

1. INTRODUÇÃO

Com o presente capítulo entra-se no cerne deste trabalho, procedendo-se aqui ao destaque das razões invocadas para o abandono pelos entrevistados cujo perfil foi apresentado no capítulo anterior. Antes realiza-se uma breve revisão de literatura circunscrita ao abandono, para depois se concluir com uma breve análise das consequências do fim da militância.

A identificação das razões que levam os indivíduos a abandonarem as organizações não é uma questão recente, embora sejam poucos os autores que fazendo expressamente uma abordagem nessa perspectiva tenham ao mesmo tempo procurado elencá-las (Hirschman, 1970; Whiteley e Seyd, 2002; van Schuur e Vöerman, 2009; Kosiara-Pedersen, 2016). Se há razões que podem ser comuns a diversos tipos de participação de natureza associativa e com manifestações em áreas diversificadas (religião, sindicalismo, grupos radicais), outras haverá que são específicas da militância político-partidária. Também os interesses com que bule se mostram diversos das daquelas outras áreas, percorrendo as demonstrações de insatisfação e dissídio em relação à organização caminhos que variam em função das circunstâncias pessoais, históricas, políticas e sociais em que os actores se encontram.

Embora estejamos no domínio da Ciência Política, Whiteley e Seyd não se coibiram de apontar a um economista o pioneirismo do estudo do abandono das organizações (Whiteley e Seyd, 2002: 50). Foi Hirschman que no clássico *Exit, Voice, and Loyalty* (1970), partindo da premissa de que, por muito bom que seja o desenho institucional de uma organização, tal como em qualquer sociedade somos confrontados com a existência de disfunções, com comportamentos que não são os esperados, previstos ou desejados, mas aos quais importa prestar atenção. Porquê? Para que possam ser introduzidas as correcções necessárias e a eficiência da organização – seja uma entidade de cariz social, política ou económica – possa ser melhorada. E o que se diz de uma organização pode dizer-se de um indivíduo. Num mercado competitivo onde a oferta é variada, a menor qualidade de um determinado produto ou organização, ou a sua saída do mercado, pode ser preenchida pela procura de uma oferta alternativa, que rapidamente ocupará o espaço de insatisfação que foi deixado vago. Mas nem sempre as coisas se passam de forma tão linear. A existência de situações de monopólio, duopólio ou oligopólio distorcem as regras e podem concorrer, igualmente, para a existência de desequilíbrios. Estas situações, como Hirschman esclareceu, podem conduzir à existência, numa situação de quase total permanência, de bolsas de ineficiência geradoras de insatisfação e desleixo (*neglect*), às quais importa atalhar para se evitarem perdas desnecessárias e sofrimento escusado.

Colocadas as coisas nestes termos sumários, Hirschman procurou entender a competição e procedeu à análise das estratégias alternativas que se abriam aos consumidores descon-

tentes e aos membros das organizações, concluindo que um indivíduo poderia perante uma situação de insatisfação optar por uma de três alternativas: exercer o direito de saída (*exit*), manifestar a discordância e tentar corrigir as disfunções usando para tal o mecanismo da voz (*voice*), ou, terceira alternativa, permanecer fiel à organização (*loyalty*)¹²⁹.

A voz é um conceito susceptível de gradação que pode admitir diversas formas de manifestação, das mais pacíficas às mais violentas, constituindo o seu exercício a acção política por excelência (Hirschman, 1970:16). Na maioria das organizações, referiu-o o economista alemão, é a voz que se manifesta, visto que a saída é normalmente associada à deserção, à defecção e à traição (Hirschman, 1970:17). Em termos económicos, a “saída” de um produto para outro não tem as mesmas consequências que o abandono de uma organização, seja esta de natureza social ou política. No primeiro caso, a saída, reflectida na troca de um produto por outro num mercado concorrencial, é a única opção do consumidor descontente e aquela que ao ser capaz de infligir perdas severas em relação a um mau produto vai punir opções de gestão incompetentes.

Num partido as coisas não se passam nos mesmos termos. Porque o exercício da voz, expressa nas intervenções nos *fora* próprios do partido, sob a forma de críticas e sugestões, pode não ter consequências, levando o militante ao cansaço, a deixar de se manifestar, ficando como está ou optando pela saída. Também porque a opção de saída, correspondendo ao abandono do partido, pode fortalecer uma direcção incapaz, ajudando-a a permanecer no poder por via da erosão dos elementos críticos e descontentes. Mas pode igualmente não validar uma outra escolha que se traduzisse na entrada numa organização concorrente. Ou seja, a saída pode traduzir abandono da militância sem mais. A isto acresce que o mercado dos partidos não se caracteriza por uma grande elasticidade, sendo mais difícil que em situações de rigidez as consequências negativas se manifestem com a mesma rapidez com que acontecem num mercado económico elástico. Daí a pertinência do terceiro termo da equação (*loyalty*) como moderador das duas opções:

“Loyalty is a key concept in the battle between exit and voice not only because, as a result of it, members may be locked into their organizations a little longer and thus use the voice option with greater determination and resourcefulness than would otherwise be the case. It is helpful also because it implies the possibility of disloyalty, that is, exit. Just as it would be impossible to be good in a world without evil, so it makes no sense to speak of being loyal to a firm, a party, or an organization with an unbreakable monopoly. While loyalty postpones exit its very existence is predicated on the possibility of exit. That even the most loyal member can exit is often an important part of his bargaining power vis-a-vis the organization. The chances for voice to function effectively as a recuperation mechanism are appreciably strengthened if voice is backed up by the threat of exit, whether it is made openly or whether

¹²⁹ O termo que corresponde ao conceito tem vindo a ser traduzido entre nós como “lealdade”. Contudo, em diversas situações o seu sentido aproxima-se da noção de permanência. Este é efectivamente o sentido da expressão em língua inglesa nas situações descritas por Hirschman, aquele que melhor se aplica ao que está em discussão e confere sentido à voz. De outro modo, a saída seria sempre a opção. A lealdade pode ser útil em termos sociais, funcionar como preventivo da deterioração e barreira à opção de saída (Hirschman, 1970: 79-80).

the possibility of exit is merely well understood to be an element in the situation by all concerned." (Hirschman, 1970: 82)

A opção de saída pode funcionar depressa no sentido de provocar um rápido ajustamento e a correcção das ineficiências do partido. Isto acontecerá se a elasticidade da procura não for demasiado pequena, caso em que não traria consequências atenta a dificuldade de percepção das perdas, nem excessivamente ampla, dado que nesta segunda situação isso provocaria que não houvesse tempo para a introdução das mudanças, pois o volume das perdas levaria ao seu rápido desaparecimento, antes mesmo que a mudança fosse introduzida. Logo, o ideal era que também aquela fosse equilibrada.

2. A LITERATURA DO ABANDONO

Whiteley e Seyd desenvolveram um trabalho tendo por fundo o sistema partidário britânico sobre o que designaram como a *militância partidária de alta intensidade*. Este trabalho surge no início do século XXI como o primeiro que em termos explícitos coloca a pergunta de saber por que razão os militantes saem dos partidos¹³⁰. Também eles tributários do trabalho de Hirschman, Whiteley e Seyd chamaram a atenção para o facto das ideias do economista alemão poderem ser aplicadas a uma explicação das razões do abandono, fazendo notar que a importância do modelo depende do modelo de participação que lhe esteja subjacente. Com isto quiseram frisar que as ideias eram relevantes para as teorias desde que apoiadas nos incentivos subjacentes à participação. Num quadro político com um sistema de incentivos fracos, a reacção dos membros seria mais depressa a da saída. Se, ao contrário, o sistema de incentivos fosse forte os membros tenderiam a refrear a opção de saída em virtude do custo ser elevado e, eventualmente, pouco compensadora. Como na citação acima transcrita, o peso da voz seria maior se o seu exercício estivesse suportado numa ameaça real de abandono, directa ou indirecta, que tivesse de ser considerada e cujas consequências para o partido fossem reais. A ausência ou o enfraquecimento dos estímulos para permanecer, isto é, dos incentivos selectivos e colectivos, teria como efeito tornar alguns membros dos partidos menos activos e, ao mesmo tempo, encorajar outros para a saída (Whiteley e Seyd, 2002:149-168). Concluir que o descontentamento com a liderança ou a prestação do partido na governação constituem incentivos para a saída pouco acrescenta ao que já se sabia desde Ostrogorski (1910). Percebe-se, em função disso, que Kosiara-Pedersen (2016) assinalasse a existência de múltiplos estudos visando os incentivos à participação política e fazendo luz sobre as razões da adesão, para poder sublinhar a lacuna quanto à existência de trabalhos sobre as razões de saída, assim justificando o estudo pioneiro que dedicou ao abandono das organizações juvenis dos partidos na Dinamarca.

É certo que esta autora não deixou de referir o trabalho seminal de van Schuur (2012) como a excepção que confirmava a regra. Em rigor, van Schuur e Vöerman já haviam apresentado

¹³⁰ "High-Intensity Participation - The Dynamics of Party Activism in Britain", 2002, University of Michigan Press.

em 2009 um estudo sobre as razões que levavam os militantes dos partidos holandeses à saída das organizações e onde avançavam com a diminuição ou a falta de democracia interna como constituindo motivo primordial da deserção.

Tal estudo assentou, de novo, nas teorias clássicas dos incentivos e nas que foram construídas nas sedes partidárias para explicar os abandonos. W. van Schuur e Vöerman (2009) formularam claramente que se tratava de saber das razões de saída para o que começavam por estabelecer uma distinção entre quatro categorias de militantes, às quais seriam depois colocadas 27 questões. Estas correspondiam às opções dos próprios autores com base nas teorias referidas. O resultado revelou que das questões colocadas por van Schuur e Vöerman, num universo de 694 inquiridos e de 499 respostas analisadas, houve 3 questões que não obtiveram resposta e as restantes 24 mostraram-se ser claramente insuficientes para esclarecerem o pretendido.

Fosse porque as razões avançadas por esses autores não seriam aplicáveis, fosse por falta de uma pergunta final aberta que desse aos inquiridos a oportunidade de se pronunciarem sobre as mais importantes razões de saída, de modo a que pudessem aportar outras não enumeradas; por haver alguns inquiridos que enfatizaram as respostas ligadas ao seu envolvimento ou distanciamento do partido; ou, ainda, haver quem referisse serem praticamente todas as hipóteses previstas pelos autores do estudo aplicáveis ao seu caso, certo é que pouca luz surgiu sobre o assunto.

Foi esta incerteza que Kosiara-Pedersen quis evitar, no que seguiu uma estratégia semelhante à que neste trabalho também se escolheu. Como esta autora esclareceu, a estratégia de investigação em vez de assentar numa construção teórica que depois seria testada, passou antes por enveredar por uma análise exclusivamente qualitativa e deixar os membros falar, focando-se no período *imediatamente* anterior a uma eventual saída da organização para lhes perguntar directamente “*why are you considering leave the party?*” (2016).

Centrada no caso dinamarquês, que à semelhança do que acontece em Portugal tem uma tradição de organizações políticas juvenis independentes ligadas aos partidos, Kosiara-Pedersen apresentou aos seus entrevistados uma pergunta aberta onde foi depois buscar as razões pelas quais esses membros admitiam poder vir a sair. Note-se que os entrevistados desta autora não se tratavam já de ex-membros, mas sim de membros que admitiam uma eventual saída. Com esta ressalva, e ainda a de que essas organizações não são os próprios partidos, nem aquelas passaram por um processo de declínio dos números dos seus membros comparável ao dos partidos dinamarqueses – os números agregados mostram mesmo um crescimento dos membros das organizações juvenis –, os resultados obtidos permitiram a essa autora alinhar basicamente quatro ordens de razões que poderiam motivar o abandono das organizações:

- (i) pessoais, em relação às quais a organização nada pode fazer;
- (ii) ligadas à sua inclusão e ao activismo, podendo ir da inactividade à falta de mobilização, falta de interesse, de afecto ou tempo;

(iii) ausência de *responsiveness*, aí incluindo-se a insatisfação com a organização, com a cultura política e social no seu seio e com a liderança; e, por fim,

(iv) divergências políticas com a própria organização ou o partido-mãe (Kosiara-Pedersen 2016: 6-8), já que foi, afinal, sobre organizações juvenis de partidos que Kosiara-Pedersen se debruçou.

A metodologia seguida remeteu aos entrevistados, ainda membros da organização, a indicação dos motivos, separando os factores atinentes ao indivíduo, como a existência de uma situação profissional conflituante com a militância, inactividade, falta de interesse, ausência de sentimento de pertença e falta de tempo, com outros factores relacionados com o partido, designadamente a falta de *responsiveness*, a insatisfação com o comportamento da organização, seus métodos de trabalho e cultura política e social no seu interior, desacordo quanto à política da organização juvenil, do partido-mãe, ou de ambos. As razões apresentadas por Kosiara-Pedersen, decorrendo de uma análise a organizações juvenis, como a própria autora refere, podem vir a aplicar-se também aos partidos políticos (2016: 13).

Mais recentemente, Emilie van Haute acentuou a necessidade de se conhecerem melhor as relações entre os militantes e os partidos para o que propôs o recurso a novas ferramentas que permitissem compreender as razões da satisfação ou insatisfação dos militantes, as dúvidas, o criticismo, a lealdade ou os motivos que os levam a renovar a adesão ficando na organização. Ou, ainda, em casos limite, a abandoná-la.

A proximidade destes processos das propostas formuladas por Hirschman foi enfatizada por van Haute, que destacou a natureza não hegemónica dos partidos. Este facto é na sua opinião susceptível de conduzir ao aparecimento de manifestações de insatisfação entre os seus membros, as quais são normalmente ignoradas e acabam por ficar sem investigação (van Haute, 2015). Colocando-se ainda num momento de discussão e consolidação teórica, as propostas de van Haute quanto ao estudo da insatisfação constituem um contributo essencial para a análise do abandono.

A insuficiência das respostas existentes sobre o abandono, no campo específico dos partidos, pode ser colmatado com o recurso a trabalhos que analisem esse processo em relação a outras organizações para as quais a militância constitua igualmente uma pedra de toque para a consolidação da estrutura e que conte com ela para a prossecução dos seus fins últimos.

Quanto a este ponto é essencial levar em consideração o aparecimento de um conjunto de trabalhos que, recorrendo à análise qualitativa, isto é, fundamentalmente à entrevista, analisou o fenómeno do abandono¹³¹ no universo de algumas organizações políticas (partidos radicais de extrema-direita e extrema-esquerda, movimentos religiosos, partidos nacionalistas). Estas

¹³¹ Na linha de Fink e Hearne (2008) e de Bjørge e Horgan (2009), Harris refere-se a “*disengagement*” como um processo complexo que se desenvolve em diversos níveis e que decorre de uma mudança comportamental da qual resulta a saída de um grupo ou organização (Harris, 2010: 31). Pode ser individual ou colectivo, mas aqui apenas se tem em vista o primeiro aspecto. Para todos os efeitos será traduzido e ser-lhe-á feita referência através dos termos portugueses de “abandono”, “saída” e, onde se mostrar mais apropriado à exposição, “desengajamento”.

divergem dos partidos na medida em que são reflexo de uma participação não-convencional, eventualmente ilegal e violenta, quer nos métodos usados, quer nas estratégias seguidas e nas formas escolhidas para passarem a sua mensagem e manterem o substracto humano da organização. Além de que os seus fins últimos, normalmente, também se diferenciam dos partidos (tomada do poder pela força, projectos de secessão ou instauração de uma nova ordem constitucional por meios violentos)¹³². Entre esses trabalhos contam-se os realizados sobre o abandono de organizações radicais e terroristas (Reinares, 2011; Rogelio, 2011; Sommier, 2012), os quais enfatizaram as perspectivas ao nível *micro* do indivíduo e ao nível *meso*, estas relativas à inserção na organização.

As motivações que conduzem ao abandono e que até agora têm sido referidas pelos autores variam com a natureza das organizações. E pese embora algumas semelhanças entre organizações de diferentes tipos como grupos religiosos ou criminais quanto aos factores de abandono (Harris, 2010: 31)¹³³, não se pode efectuar a simples transposição do que foi apurado, por exemplo, no campo das organizações terroristas, sindicais, criminosas ou religiosas para os partidos políticos. Tal poderá não ser perceptível nalguns casos ao nível da adesão pois não custa admitir que a adesão ali possa ser, com maior ou menor pressão ou influência de terceiros, voluntária. Mas a natureza e objectivos dos partidos separam-nos decisivamente daquelas. Quanto às primeiras, basta pensar que os partidos democráticos não têm no seu código genético a violência como *modus operandi*, e que o terrorismo constitui uma actividade, um tipo de comportamento violento politicamente motivado (Weinberg *et al.*, 2009: 3), e não uma ideologia¹³⁴.

Um partido é uma instituição empenhada em causas cívicas, não-violenta, sem prejuízo de haver momentos históricos em que há partidos que se tornam violentos, de nem sempre as distinções serem claras e de haver organizações que começando de um dos lados evoluem para o outro (Weinberg *et al.*, 2009)¹³⁵.

¹³² Para um aprofundamento das relações entre partidos políticos e organizações terroristas existe já hoje literatura evidenciando origens históricas comuns e os pontos de conexão entre uns e outras, por vezes constituindo relações dinâmicas e recíprocas. Houve partidos políticos que evoluíram para ou de onde saíram facções que prosseguiram a luta política por recurso a meios violentos e outras que tendo nascido como organizações terroristas se transformaram em partidos. Para uma visão global sobre esta questão veja-se a obra de Weinberg, Pedahzur e Perlinger, *Political Parties and Terrorist Groups* (New York, NY: Routledge, 2009).

¹³³ “*Research on the defection from religious groups, cults, gangs and criminal organisations indicate similar contributing factors to disengagement despite differing ideologies*” (Harris, 2010: 31).

¹³⁴ Não existe uma definição universal e consagrada do conceito de terrorismo, não obstante as múltiplas definições que têm surgido em textos legais internacionais e internos. No entanto, como vários autores têm sublinhado, é possível encontrar um conjunto de elementos inerentes ao conceito e consensualmente aceites. A este propósito, Sorel (2003) refere haver acordo quanto ao método (uso indiscriminado da violência), qualificação (terrorismo), consequências (danos públicos e privados, em bens materiais e em pessoas) e propósito (a disseminação do terror). Sobre as dificuldades de definição do conceito veja-se, por exemplo, o que foi escrito por Richards (2014), Hennebel e Lewkowicz (2009) e Weinberg *et al.* (2009). Para uma visão mais completa sobre as diferenças entre grupos terroristas e partidos políticos vd. Weinberg *et al.* (2004, 2009).

¹³⁵ Veja-se em particular a secção “*Party Politics and terrorism: a common history*”, pp. 5-14 (Weinberg *et al.*, 2009).

Os sindicatos, por sua vez, são entidades que visam a defesa de interesses próprios de uma classe ou de um grupo de profissionais tendo em atenção as suas condições laborais e direitos económico-sociais, podendo ser vistos como actores económicos, para os economistas, e grupos de interesses, para os cientistas políticos, este últimos enfatizando as suas ligações aos partidos (Streeck e Hassel, 2003).

E também quanto às organizações religiosas os objectivos são distintos, posto que estas visam em primeira linha a difusão da fé e a realização de fins espirituais¹³⁶. No entanto, quer sindicatos quer organizações religiosas podem ser vistas e tratadas como fontes inspiradoras dos partidos ou surgirem como suas organizações colaterais, com ou sem laços formais, mas funcionando como ajuda à ancoragem do partido junto do eleitorado potencial (Pongutke, 2006: 396-405).

Não obstante, como Sommier salientou, a reorientação do olhar relativamente às dinâmicas de saída da violência de quem estava envolvido em organizações terroristas revelou-se fértil numa perspectiva científica (Sommier, 2012: 16). Sem descurar os efeitos da socialização primária em determinadas comunidades, nem as predisposições psicológicas de cada indivíduo, que poderão aproximar em alguns aspectos a militância em organizações terroristas de formas de participação convencional¹³⁷, os aspectos ligados à vivência e ao abandono dentro destas organizações apresentam especificidades próprias que muitas vezes envolvem a transferência do militante de situações de quase ou total clandestinidade para a reinserção numa vida mais “normal” que passa por renegar a violência na qual se acreditou e que culminou no seu envolvimento activo. Contudo, o recurso *cum grano salis* às experiências realizadas ao nível *micro* e *meso* junto de movimentos radicais (Fillieule, 2011) e organizações terroristas (Hwang *et al.*, 2013; Reinares, 2011) afigura-se indispensável para o exame analítico das entrevistas, na medida que permitirá o aproveitamento dos motivos de saída ali identificados numa nova matriz adaptada aos partidos políticos.

Importa aqui deixar uma nota adicional. É comum encontrar na abordagem do abandono em relação a organizações terroristas e radicais¹³⁸ de extrema-direita e/ou extrema-esquerda uma

¹³⁶ Quanto ao que seja religião existe um problema semelhante ao que se coloca ao conceito de terrorismo relativamente à sua definição. Para se ter uma ideia da natureza da dificuldade e das implicações de uma definição (substantiva, por oposição a uma definição funcional que se limita a dizer o que faz) vejam-se, por exemplo, os textos de Horton (1960), Boyan (1968), Dobbeleare e Lauwers (1973) e Jeremy Gunn (2003). A proposta de Feofanov parece ser a que de uma forma mais simples coloca em evidência o elemento distintivo face à política, isto é, uma crença não-racional e sincera sobre a alegada origem do universo (1994: 77).

¹³⁷ “[L]es logiques de l’engagement à haut risque ne sont pas de nature différente de celles de l’engagement stricto sensu, mais s’en écartent seulement par leur degré ou leur intensité.” (Sommier, 2012: 19)

¹³⁸ “By radical organization, I am referring to any form of organization ready to operate outside of the legal framework and to resort to violence, whether because it feels that the conventional forms of action are ineffective, or because repression leaves no other alternative than violence or the dissolution of the group.” (Fillieule, 2011: 7)

distinção a separar conceptualmente a desradicalização e o desengajamento, referindo-se o primeiro termo a um movimento por parte do indivíduo que destaca uma mudança atitudinal e o segundo à cessação da participação nas actividades da organização (Reinares 2011; Hwang *et al.* 2013¹³⁹). Na investigação que se conduziu esta distinção não fazia sentido. Desde logo, porque os movimentos extremistas e as organizações políticas paramilitares ou que admitem o recurso à violência como forma legítima de luta têm em comum o facto de rejeitarem ou contestarem abertamente o sistema político e o regime de democracia vigente nesses países. Este facto não se colocava em relação a nenhum dos partidos políticos em relevo neste trabalho. Aquilo que aqueles autores chamam de “desradicalização”, que pode assumir dimensão comportamental (estratégica e táctica) e ideológica (Ashour, 2007: 599), e, eventualmente, ocorrer nos dois níveis ou apenas num (Ashour, 2009b :6-7)¹⁴⁰, corresponderá em relação aos partidos políticos, numa versão mais benigna e mais próxima da nossa realidade, a um movimento atitudinal de afastamento ideológico e/ou desideologização.

Poder-se-á questionar esta aproximação, mas o trabalho de Ashour dá-nos o indispensável escoramento quando ao abordar o processo de desradicalização verificado em movimentos islamistas o vê como uma mudança relativa em que um grupo radical “*reverses its ideology and de-legitimises the use of violent methods to achieve political goals*” (Ashour, 2009a: 5). Pode, porém, também ser extensivo a indivíduos e a sua dimensão enquanto processo de abandono inicia-se no momento em que é tomada a decisão de mudança comportamental e de deslegitimação ideológica (Ashour, 2009a: 25).

Este fenómeno de desideologização por que passam alguns militantes não é comparável e não está sujeita ao mesmo peso que recai sobre o militante de uma organização terrorista ou simplesmente radical quando decide abandoná-la. Nestes últimos, as condições de envolvimento, ligação psicológica e, muitas vezes, profundidade da dependência material e afectiva em relação à organização são muito diferentes das circunstâncias que rodeiam a participação

¹³⁹ “Disengagement is a decision by individual members of a terror group, radical movement, or gang to cease participation in acts of violence. Thus, the term specifically focuses on behavior, in contrast to the often-used term deradicalization, which denotes the delegitimation of the ideological principles that underpin that behavior. It is often the case that an individual may disengage without ever fully deradicalizing.

Disengagement should be understood as a gradual process of internal reflection, occurring over months or years, especially in those instances where one eventually leaves the movement. This process often involves reading, discussing, debating within oneself and among friends, and making dozens of small incremental choices.” (Hwang *et al.* 2013: 755)

Em sentido idêntico veja-se Reinares: “[D]isengagement focuses on behavioral modification and refers to a process whereby a person ceases his or her participation in activities associated with terrorist violence; deradicalization emphasizes an attitudinal change. It implies that he or she no longer condones terrorism and does not justify the individual an collective actors using such types of violence” (Reinares, 2011: 780).

¹⁴⁰ Há um terceiro nível de desradicalização de que Ashour também fala e que se prende com o desmantelamento de unidade armadas, mas essa é uma dimensão que aqui não nos interessa.

num partido político que se atém às regras do sistema político-constitucional democrático vigente num dado país, que as aceita e contribui pela sua acção democrática e não-violenta para o reforço desse mesmo regime e da legitimidade dos processos de intervenção, formação de opinião e escolhas de políticas e dirigentes.

Ainda num quadro de identificação de razões de saída como aquele que aqui se procura tratar, refira-se o trabalho que Agrikoliansky elaborou sobre os militantes da LDH, onde acabou por apresentar um modelo em que ao analisar as razões da participação dos indivíduos na LDH aclarou razões do abandono de anteriores militâncias construídas à sombra de partidos políticos (PSF, PCF, LCR). Aí se descortinou, em consequência de experiências de militância mal sucedidas ou frustradas, uma vontade de envolvimento numa acção política que conferisse mais espaço à autonomia individual e, por outro lado, à realização de objectivos de natureza pessoal, desejos que são por aqueles militantes da LDH vistos como não sendo compagináveis com os rigorosos cânones partidários (Agrikoliansky, 2001: 37).

Considerando as diversas áreas e organizações em que o abandono se pode projectar, inexistente uma malha tipológica que autorize o enquadramento dos factores revelados num quadro-resumo que facilite a compreensão e análise destes últimos. Todavia, os factores já identificados (van Schuur e Vöerman, 2009, Kosiara-Pedersen, 2016), que serviram à realização de análises de outras organizações e que basicamente se distinguem entre factores que dizem respeito ao partido, ao indivíduo e externos, também aqui podem ser úteis. Nesta medida, aproveitar-se-á também, para além do trabalho daqueles autores, o que foi desenvolvido por Reinares (2011) e que com algumas mudanças pode também ser respigado em Ashour (2007, 2009a e 2009b), Sommier (2012) e van der Valck e Wagenaar (2010) para a análise das entrevistas que se realizaram.

Como Bjørgo e Horgan referiram, cada movimento é em si único (2009), não havendo uma base que permita efectuar a transferência de experiências consideradas *sui generis* de abandono de um movimento para outro. Contudo, daí a razão do risco que a opção comporta, e apesar do conteúdo político e ideológico poder variar, o processo social e psicológico de afastamento poderá ser similar e/ou comparável (Ashour, 2009a:2-3), o que permite aqui seguir uma estratégia semelhante.

3. TRAJECTÓRIAS DE SAÍDA, CLASSIFICAÇÕES E RAZÕES

3.1 MODALIDADES DE ABANDONO DA MILITÂNCIA

Através de uma fotografia é possível a quem não foi o fotógrafo nem fez parte dela aperceber-se de um conjunto de situações que constituem o próprio retrato. Por vezes, o ângulo escolhido pelo fotógrafo permite situá-la temporal e espacialmente. Se se quiser saber mais sobre aquelas pessoas ou as circunstâncias em que a foto foi obtida será necessário falar com o autor, eventualmente com os retratados. Esta será a única forma de se ficar com a história da fotografia, das pessoas e das circunstâncias em que foi tirada, isto é, das razões por detrás do momento captado.

O abandono da militância constitui o ponto final de uma carreira¹⁴¹ num partido, mas a iniciativa nem sempre parte do indivíduo¹⁴². Nalguns casos pode configurar-se como o resultado de tensões geradas no interior do partido e na relação deste com o militante. Circunstâncias que progressivamente colocam o militante numa posição cada vez mais desconfortável. O abandono da organização configura-se então como o único caminho, aquele ao qual já não se poderá escapar nem contrariar pela voz e que surge como uma força irreversível que põe um termo à lealdade e ao envolvimento do militante.

Fará por isso sentido que neste momento se leve em consideração uma primeira distinção entre os casos de abandono explícito e os de abandono implícito da militância (Quadro 10.1).

Quadro 10.1 – Modalidades de Abandono da Militância

Explícito	Voluntário	Activo: carta de desfiliação (formal) comunicação verbal (informal)
	Involuntário	Passivo: expulsão (formal) incapacidade superveniente (formal) administrativo-burocrático (informal)
Implícito	Ostensivo	Activo: actos incompatíveis com a manutenção do estatuto (sempre informal)
	Dissimulado	Passivo: não pagamento de quotas, não participação em actividades do partido, relaxamento do exercício de direitos e deveres (sempre informal)

Fonte: formulação do autor

Os casos de abandono explícito correspondem às situações em que o abandono decorre de um acto voluntário, directo e formalizado através de uma decisão de desfiliação comunicada ao partido, normalmente sob a forma de uma carta. Ao lado destes, há igualmente casos de abandono explícito involuntário que configuram situações de saída provocada (exemplo: processo disciplinar seguido de expulsão).

Ao lado das situações de abandono explícito importa considerar os abandonos implícitos, ou seja, decorrentes de actos voluntários indirectos (por oposição aos de abandono explícito), demonstrativos de situações de afastamento e ruptura que conduzem ao abandono.

Os actos implícitos poderão ser ostensivos, podendo ir do não pagamento de quotas à candidatura ou apoio a listas de outros partidos. Ou, ainda, resultarem de actos dissimulados decorrentes de atitudes passivas do militante. Estas atitudes podem também incluir o referido

¹⁴¹ A noção de carreira destacada por Fillieule (2011) e Agrikoliansky (2001) foi particularmente desenvolvida pelo primeiro, que foi buscar as suas origens mais profundas ao interaccionismo simbólico de Blummer e ao behaviorismo social de Mead. Radica numa concepção pragmática da relação do indivíduo com a sociedade, em que ambos são interdependentes, e num modelo de investigação herdado da escola sociológica de Chicago, cujas raízes mais próximas se encontram em Everett Hughes (1958), Anselm Strauss (1959) e Howard Becker (1960, 1966). Fillieule considerou este modelo adequado ao estudo do desengajamento, na medida em que concebe o activismo como uma actividade social de longa duração marcada pelas fases de adesão (*joining*), empenho (*commitment*) e abandono (*defection*) (Fillieule, 2011: 9)

¹⁴² “*Defection is not always voluntary. It may result from the natural dissolution of a collective (Gottraux, 2002), from the decline of a movement, producing orphans in a cycle of mobilization, as Verta Taylor illustrates with regard to post-war American feminism (1989); from exclusion; from extraction/de-programming (e.g. Beckford, 1978); or even from a forced exit through exile or, say, a prison sentence.*” (Fillieule, 2010)

não pagamento de quotas, mas aqui em resultado de uma atitude diferente (inércia, desleixo), ou traduzirem-se na não participação em actividades do partido, ignorando-se convocatórias e relaxando-se o exercício de direitos e deveres.

A ênfase da destrição é colocada na clareza da manifestação de vontade porque é com base nesta que as distinções devem ser feitas. Foi também o critério da vontade que determinou o ingresso do indivíduo no partido, convindo por isso vincar que, ao contrário da adesão, onde não há adesões implícitas, o abandono poderá sê-lo. O militante sai quando quer e como quer, com carta ou sem carta, interessando saber em primeiro lugar porque sai e não como sai.

Em qualquer uma das suas modalidades, o abandono constituirá sempre o resultado da conjugação de diversos factores. A investigação não permitiu aferir se há partidos em que umas modalidades estejam mais vincadas do que noutros. O que se pode dizer com segurança é que as diversas modalidades estão presentes em todos os partidos, num momento ou noutro. E ainda, quando é possível apontar uma modalidade principal, que o abandono é o resultado de um processo e de uma conjugação de situações.

Deste facto são exemplos a saída de A. Capucho (ex-PSD), mas também as de ex-militantes do PCP (C. Brito e C. L. Figueira). Capucho apontou vários episódios por detrás do seu afastamento que, a seu ver, não foram lineares porque, se por um lado existiu um movimento de afastamento ideológico em relação ao partido, verificou-se igualmente que o movimento que levou à sua saída foi impulsionado por um processo de expulsão, como aconteceu com outros antigos militantes do PCP. Capucho sentiu que estava a ser empurrado para a saída e di-lo claramente: “nunca tencionei afastar-me, e [procurei] manter-me calmamente naquela história”. Capucho apresenta situações¹⁴³ que em seu entender propulsionaram definitivamente a saída, designadamente ligadas à apresentação de listas para as eleições autárquicas de 2013 e com o seu apoio, em Sintra, à candidatura de Marco Almeida; mas também com a sua posição de 1983 em relação à reforma estatutária do partido. Quanto a esta, o entrevistado assinalou ter sido instrutor do seu processo disciplinar um dos visados na manifestação dessa posição por si veiculada muitos anos antes tendente à reforma estatutária. Quis com isso dizer que a reforma estatutária por si desencadeada iria afectar então o instrutor que muito anos depois viria a conduzir o seu processo disciplinar, o que foi entendido como uma entorse à isenção. Acrescentou que foi claro o “empurrão” que lhe foi dado pelo instrutor para a saída, e não tanto, esclareceu, pelo secretário-geral, Moreira da Silva, que era quem tinha a “responsabilidade cimeira”. O empurrão foi dado pela máquina do partido da qual o instrutor faria parte. Ao lado da divergência ideológica, que ao mesmo tempo foi organizacional e pessoal quanto à forma de condução do processo autárquico, referiu ter-se assistido a um extremar de posi-

¹⁴³ O entrevistado referiu outras situações como a proposta eleitoral de Passos Coelho quando venceu o primeiro congresso, no que viu como entorse à linha social-democrata, a forma como o líder manobrou os opositores internos, oferecendo-lhes um cargo ministerial e um lugar no Parlamento Europeu, como desvalorizou as propostas da revisão estatutária que lhe solicitara, as suas práticas no poder e a situação do entrevistado de ser comentador televisivo: “[E]les começaram a embirrar comigo. Houve nitidamente um choque e uma estratégia de ruptura mas nunca me passou pela cabeça abandonar o PSD” (A. Capucho).

ções, forçado quer pelo partido quer pelo militante, o que na perspectiva deste último conduziu inevitavelmente à instauração do processo disciplinar.

Apesar das distâncias no espectro político, o figurino descrito pouco se afasta daquele que foi transmitido por alguns ex-militantes do PCP como C. Brito ou C. L. Figueira. Quanto a Figueira, a forma como sentiu a natureza dos “empurrões” de saída aproximava bastante a sua situação da de Capucho, e justifica a premência da distinção entre uma saída vista pelo militante como involuntária, em que o eventual desejo de permanência cede perante a força que vinda de dentro do partido impele à saída do militante, que a vê como algo contra a sua vontade, e as outras situações em que o juízo de avaliação conducente à saída passa pelo exame introspectivo e culmina numa decisão livre e reflectida, coerente com o resultado do juízo realizado. As saídas de Capucho e Figueira enquadram-se numa forma de abandono involuntário passivo. Ao contrário do que aconteceu com Brito que, apesar de se ter também sentido empurrado para sair, se antecipou à expulsão e resolveu “auto-suspender-se” remetendo uma carta com as razões da decisão (abandono explícito, voluntário e formal). Também os abandonos de Roseta (ex-PSD e ex-PS), Daniel Oliveira (ex-BE), Bagão Félix (ex-CDS) e D. Lopes (ex-PCP) se inserem nesta modalidade. Roseta remeteu uma carta de demissão ao PS antes que, como disse, lhe “pussem o processo disciplinar”; Daniel Oliveira redigiu uma missiva de demissão à Comissão Política e à Comissão de Direitos do BE (DN, 2013); Domingos Lopes dirigiu-se por escrito à direcção do PCP; Bagão Félix fez o mesmo em relação à direcção do CDS; Guilherme D’Oliveira Martins quando quis sair do PPD (depois PPD-PSD) endereçou uma carta a Sá Carneiro informando-o das razões da sua saída; Luís Geraldo escreveu à direcção concelhia da JP, mantendo-se em funções até ser substituído. Susana Atalaia (ex-JCP) escreveu uma carta que depois leu numa reunião, expondo “todos os motivos pelos quais não concordava e pelos quais tinha saído”, vincando a sua posição de maneira a que “ficasse registado na cabeça deles por que é que eu estava a sair”. Pedro Baptista também endereçou uma carta ao PS quando entendeu afastar-se. Este último fê-lo em termos *sui generis* invocando um precedente aberto por Mário Soares. Com efeito, depois de tomar a sua decisão, Baptista informou o partido de que suspendia a sua actividade. Em resposta foi contactado por alguém do PS que lhe disse não existir estatutariamente essa figura, ao que o ex-militante ripostou dizendo “ai isso é que têm”, acrescentando que se Mário Soares a usara ele também iria fazê-lo porque o antigo líder não seria uma excepção.

As coisas nem sempre se processam assim com todos os ex-militantes. Outros há que simplesmente assumem uma atitude passiva em relação ao partido, que pode ser ostensiva ou dissimulada. Ostensiva se o militante começa a assumir atitudes por estar zangado com o partido ou os dirigentes, por se sentir despeitado, e encara a saída, inclusivamente informando verbalmente o partido ou outros militantes da sua predisposição, eventualmente sem nunca formalizar a decisão, e ao fim de alguns anos surge a apoiar outro partido ou organização. P. Marques (ex-JCP) será um desses casos. Seguiu outro caminho, disse-o a pessoas dentro do partido, mas confessou não ter escrito nenhuma carta porque nunca conseguiu fazê-lo. Outros

cessam o pagamento de quotas, por vezes já as tinham em atraso, e esperam que o tempo e os estatutos dos partidos consumam o desligamento. Lima Bastos e Nuno Mata deixaram de pagar as suas quotas ao PSD, desconhecendo inclusivamente, na actualidade, qual o seu estatuto em relação ao partido. A. Azevedo (ex-PSD) cessou o pagamento de quotas em 2005 (foi militante desde 1984/85). Mata não se recorda de ter formalizado a saída. Foi-se afastando cada vez mais e, “no fundo”, deixou de ser militante porque a partir de determinada altura deixou de se considerar militante. Nunca mais pagou quotas, simplesmente desinteressou-se. Estes são casos de abandono implícito dissimulado passivo e informal. O abandono implícito ostensivo será também acompanhado do não pagamento de quotas, mas como decisão ostensiva, e não por simples negligência ou desleixo.

No campo das decisões de saída explícita involuntária contar-se-á ainda uma outra situação que aqui chamaremos de saída administrativa-burocrática e que é caracterizada por uma forma indirecta e disfarçada de expulsão. Nesta situação não ocorre um verdadeiro processo de dissídio. Não há expulsão nem processo a isso conducente, não há carta de afastamento, não há nada para além de um comportamento concludente por parte do partido. Figueira referiu-o acidentalmente quando deu conta de situações verificadas no PCP em que o fim da militância coincidiu com o protelamento ou a recusa por parte do partido de renovar a emissão do cartão de um militante, situação ademais estatutariamente prevista¹⁴⁴.

A esta distinção versando o modo explícito (voluntário ou involuntário, formal ou informal) como se processou a saída de alguns militantes, poderá aqui juntar-se uma outra quanto à forma como se processou a saída. Isto é, ao lado de casos em que o militante sai de forma explícita, voluntária ou involuntária, seja pela decisão de formalização da sua saída – saída explícita voluntária formal ou informal –, seja por uma forma de saída explícita involuntária formal ou informal, existem situações de que as entrevistas deram conta em que a saída ocorre em termos mais discretos, sempre informais, sem que em relação ao partido do qual o militante se vai apartando seja dado conhecimento dessa intenção – saída implícita –, esperando-se então que sejam o decurso do tempo, a distância, a prática de actos incompatíveis com a manutenção do estatuto e/ou o relaxamento do exercício dos seus direitos e deveres a apagarem os vínculos em que a relação do militante com o partido se escorava.

Fosse por uma questão de carácter individual, oportunidade política ou simples vontade de colocar um ponto final imediato na relação, foram vários os casos registados em que ao acto de desfiliação correspondeu o envio de uma missiva comunicando a intenção e as razões de saída. Em todo o caso, posições como as de P. Baptista (ex-PS) e C. Brito (ex-PCP) constituem casos que fogem à regra, dado não se tratarem de militantes “anónimos”, mas igualmente porque as suas cartas surgem como expedientes ligados à interpretação dos estatutos dos partidos que, pese embora episódios como o referido em relação a Soares, não só não são

¹⁴⁴ O art.º 11.º, n.º 1, dos Estatutos do PCP dispõe que perdem a condição de militantes os que “tendo deixado de participar na vida partidária, não tenham tido o seu cartão renovado por duas vezes consecutivas, por razões não justificadas que lhes sejam imputáveis.”

reconhecidos pelos partidos como desaconselham a abertura de uma categoria própria quanto à forma de saída. Para todos os efeitos, as modalidades de saída cingir-se-ão a um modo explícito de saída, voluntário ou involuntário, formal ou informal, ou a um modo implícito, que assentará em actos ostensivos ou dissimulados mas que serão sempre informais.

Por fim, refira-se uma modalidade de abandono da qual não se colheu nenhum exemplo através das entrevistas e que respeita a situações do foro individual que não estão directamente ligadas aos partidos. Aqui englobam-se situações de doença ou incapacidade superveniente (saídas explícitas, involuntárias e passivas), em que não existindo divergência sobrevêm razões que obrigam ao abandono. Em tese deverão ser sempre consideradas.

3.2 RAZÕES DO ABANDONO DA MILITÂNCIA

As trajectórias de afastamento de ex-militantes obtidas a partir dos relatos que atestam as suas vivências permitem o agrupamento de três ordens de razões gerais, dentro das quais é depois possível seccionar motivações mais específicas. Aquelas correspondem às razões de ordem (i) estrutural, (ii) organizacional e (iii) pessoal, por vezes com denominações nem sempre homogéneas, mas ilustrando realidades similares, já identificadas, por exemplo, por van Schuur e Vöerman (2009), Harris (2010) e Reinares (2011). O último destes autores apresenta uma classificação em relação a ex-membros da ETA de que aqui nos socorreremos para a nossa própria construção, replicando-a com adaptações, por no essencial corresponder a uma sistematização clara e resultar de um estudo que também recorre a metodologia aqui seguida (informação qualitativa obtida através de entrevistas semi-estruturadas gravadas e conduzidas pessoalmente pelo investigador), o que não aconteceu com os trabalhos exclusivamente direccionados para os partidos ou os seus braços juvenis (van Schuur e Vöerman, 2009; Koslarska-Pedersen, 2016). As razões referidas apoiam-se em comportamentos identificáveis que se vão manifestando e assumindo diversas formas no dia-a-dia dos entrevistados.

Quadro 10.2 – Razões do Abandono da Militância

Estruturais	Ambientais	Político-legal (Constituição, leis de partidos) Sistema de partidos (bipartidários ou multipartidários), Estatutos dos partidos
	Ideológicas	Esgotamento Desadequação Contradição entre o discurso e a realidade Mudança de pontos de vista
Organizacionais	Centralismo	Ignora as bases
	Poder dos líderes	Excessivo
	Desinteresse pelos militantes	Por parte da organização Por parte dos dirigentes
	Ausência de debate	Decisões formatadas Decisões impostas do topo para a base
	Falta de estímulos	Permanência Participação
	Opacidade Falta de seriedade	Formação de listas Quotas Formação da decisão Disciplina

Pessoais	Personalidade	Independência Feitio Dificuldade de relacionamento com a organização Falta de liberdade
	Familiares e profissionais	Falta de tempo Outros interesses
	Desinteresse/Descrença	Ausência de motivação Desconforto (na relação com os outros) Inutilidade da militância

Fonte: autor, com base em Reinares (2011)

3.2.1 RAZÕES ESTRUTURAIS

Por razões de ordem estrutural entende-se aqui o conjunto de condições jurídico-legais vigentes num país e as percepções de natureza política e social que reflectindo, num primeiro momento, a abertura para a adesão à militância partidária, acabam num segundo momento por concorrer para a saída do partido. Estas podem ser de dois tipos: ambientais e ideológicas.

Nas razões de tipo ambiental têm-se em vista as que resultam do sistema político-constitucional e as que decorrem do sistema de partidos e dos estatutos destes. O enquadramento constitucional e legal que a militância recebe pode ser mais ou menos valorizado e criar um ambiente mais ou menos propício ao exercício da militância ou à sua desvalorização e abandono (vd. supra Capítulo VI). Quanto mais relevante for a recepção constitucional e o papel conferido aos partidos, quanto maiores forem as garantias de participação, mais favorável será o ambiente, maiores os estímulos para que os cidadãos exerçam a militância, e se a abandonarem num partido poderão sempre retomá-la noutra.

Este entendimento que aqui deixamos – para o qual é também importante a noção de sistema político desenvolvida por Easton, onde os partidos políticos surgem como elementos desse sistema estruturando as acções políticas e contribuindo para a sua legitimação (Easton, 1957) – encontra respaldo nos chamados factores contextuais de Mazzoleni e Vöerman (2016)¹⁴⁵, também no trabalho de Gauja (2015: 9), mas estava igualmente presente no modelo da militância de Laura Morales (2009), pelo qual esta autora explicou quais os factores que motivam, capacitam e facilitam a participação política. A participação política não é apenas determinada por factores socio-económicos, pelos recursos individuais de que Verba, Nie e Kim (1978) ou Barnes e Kaase (1979) referiam, mas igualmente pelas oportunidades de participação que radicam no contexto social e político. Se os contextos *micro* (indivíduo) e *meso* (organização) são essenciais para se compreender a participação, também os contextos *macro* desempenham um papel incontornável porque determinam as fronteiras da “acção política” (Morales, 2009: 13-33), e impõem estrangimentos estruturais para a criação de

¹⁴⁵ Teorizando sobre a possibilidade de passarmos a ter partidos sem militantes, Mazzoleni e Vöerman chamam a atenção para o facto de que a mudança de natureza e a diversificação das modalidades de filiação nos partidos não pode dar como garantido que a militância partidária seja passado, mas a possibilidade de se passar a ter partidos sem membros está “contextualmente dependente da regulação estatal” e das leis eleitorais (2016: 3)

associações políticas e a decisão dos indivíduos de a estas se juntarem (Morales, 2009:19)¹⁴⁶:

“the institutional configuration of each political system conditions the channels of participation available and these channels then structure the incentives to join political associations” (Morales, 2009: 20)

Se, como Morales refere, as condições ambientais, que aqui se reconduzem a razões estruturais, designadamente o sistema político¹⁴⁷, são susceptíveis de desempenhar um papel para efeitos de uma maior adesão e participação, então parece fazer sentido que esses factores sejam considerados quando se equaciona o abandono, dado que o sistema político e o quadro jurídico-constitucional funcionam nos dois sentidos. Representando opções legislativas, os resultados acima referidos no sentido de uma maior abertura ou redundando em estruturas mais fechadas e com controlo mais apertado, dificilmente poderão ser considerados neutros.

Ainda como razão estrutural do tipo ambiental concorrerá a tradição histórico-cultural do país. Admite-se que experiências históricas anteriores poderão contribuir para um maior ou menor apelo ao exercício da militância. Ponce e Scarrow referem que no caso das novas democracias do Leste o passado comunista parece influenciar a militância. E se ao nível das distorções herdadas dos anteriores regimes poderão ter ocorrido correcções nos novos regimes, estes autores esclarecem que, no que ao activismo respeita, haverá menos disponibilidade dos militantes para se voluntariarem para o exercício de tarefas partidárias (2013: 14). Existe ainda uma outra razão estrutural que se considerou também ser do tipo ambiental e que se reflecte no facto do sistema ser bipartidário ou pluripartidário, pouco ou muito fragmentado. Esta é uma condicionante que também deverá ser considerada numa perspectiva teórica a admitir-se como verdadeiro que quanto maior for a fragmentação do sistema maior será a mobilização de militantes, de activistas e até simpatizantes activos para colaborarem nas iniciativas e realizações que os partidos pretendam conduzir (Ponce e Scarrow, 2013: 15)¹⁴⁸.

Nenhuma destas razões ambientais foi referida pelos entrevistados, mas a sua chamada aqui prende-se com o quadro-resumo (Quadro 10.2) no qual se considerou pertinente que

¹⁴⁶ Vd. também o que acima ficou escrito no capítulo VI, secção 1, quanto à importância e necessidade do quadro regulamentar.

¹⁴⁷ *“The openness of the political system may influence the likelihood of joining of individuals in several ways (Kriesi and van Praag 1987; Kriesi et al. 1995; Dekker, Koopmans and van den Broek 1997; Klantardmans 1997). Firstly, the degree of openness of the political system is a powerful incentive (or disincentive) for collective action in general, and for group membership more specifically. It has an impact on the development of new demands: the greater the openness of the political system to new demands, the greater their legitimacy and following in the population. Secondly, a greater openness of the political system to those demands will increase the efficacy of new actors in achieving their goals, and will increase the expected benefits from collective action. If the political system responds with ease to the requirements of citizens and of the groups that they form with the goal of fulfilling their political demands, citizens will consider participation in these groups as useful means for obtaining their goals. Finally, a political system open to new demands favours the participation of new actors in the decision-making process and, thus, increases the possibilities of influencing outcomes for the members of those groups while increasing their resources.”* (Morales, 2001: 34)

¹⁴⁸ *“Greater party system fragmentation leads to greater mobilization from members, active partisans, and active sympathizers as demand-side theories of mobilization predict. However, these factors have a comparatively greater impact on the number of active partisan sympathizers.”* (Ponce e Scarrow, 2013:15)

figurassem todas as razões que de uma forma ou de outra são susceptíveis de contribuir para o abandono da militância, ainda que não expressamente mencionadas.

No segundo grupo de razões estruturais estão as de natureza ideológica que são um ponto comum à esmagadora maioria dos entrevistados e independentemente do facto do partido de onde se sai se tratar de um partido situado à esquerda ou à direita do espectro político.

Sobre este ponto, Roseta falou na sua divergência em relação ao PSD quando colocada perante a escolha do partido nas presidenciais de 1985, consumada no apoio a Freitas do Amaral, e a sua vontade de apoiar Mário Soares, porque para si o que estava em causa naquele momento era uma escolha de regime. Outro ex-militante, L. Geraldo (ex-JP), referiu uma “desvinculação (...) semi-ideológica” do CDS/PP por ter podido, só então, “compreender pontos que não via com tanta clareza”. D. Oliveira assume que no seu processo de ruptura com a JCP “já no fim, as divergências ideológicas eram bastante profundas”, embora acrescente que, apesar disso, “raramente se sai de um partido político pelas razões que nos levaram a ir afastando”. Brito queria que o PCP abandonasse o marxismo-leninismo e foi convergir num movimento (Associação da Renovação Comunista) cujos Manifesto e Declaração de Princípios colocavam em causa bandeiras ideológicas do PCP, numa altura em que já pugnava por uma renovação ideológica do partido. Mesquita (ex-BE) dá conta de um processo de amadurecimento político que o leva a afastar-se de posições mais extremistas e a aproximar-se do centro, de tal forma que admite a sua proximidade a posições do PS. Cândido Azevedo (ex-PSD), entre outros factores, mencionou o seu descontentamento com as coligações e com “essa coligação quase permanente com o CDS”, esclarecendo que, a seu ver, “entre um verdadeiro partido socialista democrático e um verdadeiro partido social-democrata” não notava diferenças, para depois defender a razão da sua posição: “a haver uma coligação, que fosse PS/PSD”.

De uma forma ou de outra este tipo de razões corresponde basicamente às razões de natureza ideológica identificadas no capítulo anterior (vd. secção 3) como respeitantes às motivações de adesão, podendo estabelecer-se um paralelo entre a relevância das razões ideológicas para a entrada e para a saída. Destas últimas constituíram testemunhos, por exemplo, os depoimentos prestados pela geração mais velha de ex-militantes, nomeadamente os ex-militantes comunistas (Brito, D. Lopes, C. L. Figueira) e social-democratas (Capucho e Roseta), cujo início da acção política no período pré-25/04/1974 se ficou a dever à simpatia pelos movimentos de oposição à ditadura, na adesão aos princípios democráticos propugnados por essa mesma oposição e na construção de uma alternativa para o país que respeitasse estes valores.

No conjunto das razões estruturais considera-se ainda que o conhecimento dos estatutos e regulamentos dos partidos, enquanto corpo normativo definidor das condições, termos e enquadramento da participação interna (vd. supra Capítulo VII), poderia ter algum peso na participação dos entrevistados ou, eventualmente, constituir mais um contributo para o processo de saída. Não é possível dizer que os estatutos ou regulamentos dos partidos tivessem influência no abandono da militância ou constituíssem uma condicionante negativa à sua par-

ticipação. Os estatutos são um dos elementos fundamentais para a organização, não sendo, todavia, o único em que esta se manifesta. O modo como na prática o partido funciona, como os seus diversos órgãos se comportam e as relações estabelecidas entre estes e os militantes se articulam são outros aspectos da organização. Mas quanto aos estatutos, podendo por vezes revelarem-se vagos, foi unânime a ideia deixada de que estes não constituem um empecilho ou obstáculo à participação dos militantes. Não foi pelos estatutos que as suas saídas se precipitaram ou aceleraram, como também não se verificou que a partir desse instrumento fossem desencadeadas dinâmicas internas de participação, admitindo-se que em várias situações as alterações resultaram de uma exigência de acomodação a partir de uma pressão externa ou de uma vontade da direcção (por exemplo, primárias do PS). Provam-no Capucho (ex-PSD) e C. Azevedo (ex-PSD), que não consideraram que os estatutos tivessem qualquer influência nas suas saídas. O mesmo sucedeu com Oliveira Martins, para quem a saída do PSD não foi influenciada pelos estatutos, tendo estado na sua base uma divergência constitucional¹⁴⁹. O mesmo aconteceu com Mata (ex-PSD) e Lima Bastos (ex-PSD). Este último, tal como Baptista (ex-PS), até viu nos estatutos um incentivo à participação dos militantes. Constituindo os estatutos o repositório de normas atinentes à disciplina partidária foi esse o ponto em que o caminho de Roseta (ex-PSD, ex-PS) se cruzou com o(s) partido(s). O acatamento das regras constitui para Roseta um pressuposto da militância, pelo que quando colocada perante a irreversibilidade de uma quebra de disciplina a opção deverá ser tomada pela saída. Foi o que fez quando em 1982, relativamente à discussão da lei de amnistia para os presos do PRP-BR, na qual tivera intervenção directa, tendo sido inclusive o resultado de uma iniciativa sua, abandonou o partido em clara ruptura com a linha dominante, fazendo vingar a sua linha de consciência.

Só Ribeiro e Castro (CDS-PP), apesar de entender como os anteriores que o problema do abandono não está nos estatutos, enfileira noutro sentido. Para o antigo líder, os estatutos têm sido instrumentais da luta política, tornaram-se um objecto do combate, pelo que um dos seus problemas estará hoje no seu incumprimento: “os estatutos são um verbo de encher”.

D. Oliveira (ex-JCP, ex-BE) aproveitou para comparar os estatutos do PCP do seu tempo na JCP com os que encontrou no BE, salientando que os primeiros beneficiavam de uma blindagem tão poderosa que criava bloqueios impeditivos da representação da divergência. Nesta medida são perniciosos, chegando mesmo ao ponto de procederem à “criminalização” da divergência. Já os estatutos do BE enfermiariam de uma estrutura excessivamente ligeira, susceptível de gerar abusos, mas, salientou, a questão estatutária acaba por ser de menor importância. Mais importante do que isso é a cultura política dos dirigentes, da sua maior ou menor tolerância à divergência. O falecido Miguel Portas seria aí o exemplo a seguir.

Esta última afirmação remete-nos para um outro aspecto que tem que ver com a institucionalização dos partidos. Se o que conta mais são os dirigentes, então isso significa que a

¹⁴⁹ Oliveira Martins esclareceu que em causa estava a revisão da Constituição de 76. Sá Carneiro defendia uma via referendária, enquanto que o entrevistado propugnou por uma revisão que deveria conduzir-se de acordo com as regras que o próprio texto constitucional previa. Foi esta a posição que viria a vingar.

institucionalização do partido é fraca, e reforça a importância de quem dirige, acentuando o fenómeno da personalização da política e conferindo respaldo acrescido à tese já explorada e desenvolvida por Lisi em relação ao PS de que os partidos, e não só o PS, afinal acabam por estar ao serviço dos líderes (Lisi, 2009)¹⁵⁰.

3.2.2 RAZÕES ORGANIZACIONAIS

As razões de ordem organizacional reportam-se às condições de funcionamento interno do partido, à organização *stricto sensu*, aos factores que podem estimular a militância, distribuição do poder, modelo e espaço de intervenção reservado aos militantes, estrutura interna, formas de organização e processos de formação e tomada de decisão, acesso à informação e relações entre as estruturas locais e as direcções nacionais. Enfim, tudo o que diga respeito à burocracia dos partidos.

Este tipo de razões foi referido pelos ex-militantes do PCP e da JCP, que apontaram como razões de discordância o chamado “centralismo democrático”¹⁵¹ (Brito, Oliveira, Lopes), o excesso de controlo e centralização das decisões, designadamente quanto a questões regionais e locais (Figueira, Marques), o processo de formação da decisão (de cima para baixo) e o modo de votação de braço no ar (Brito, Figueira, Lopes)¹⁵². Domingos Lopes (ex-PCP) chamou a atenção para este modo de tomada da decisão, de certa forma associando-o a períodos revolucionários, alturas em que notar-se-ia menos e seria por isso menos controverso. Noutros períodos, referiu, em “períodos normais”, seria “impossível aceitar que haja um gajo que decide pelos outros”, porque isso é cerceador da participação: “o centralismo democrático é a liquidação do PCP”¹⁵³.

Mas de instrumentalização, controlo hierárquico e do mesmo centralismo também se queixou Susana Atalaia (ex-JCP) questionando “se é centralismo, se é uma cúpula que toma as decisões, como é que pode haver democracia?”, situação que no seu caso se agravava

¹⁵⁰ “[A] introdução da eleição directa do secretário-geral contribuiu para reforçar a legitimidade do líder, mas sem aumentar a capacidade de decisão dos filiados, dada a falta de uma verdadeira competição interna. (...) A criação de um vínculo directo entre o vértice e a base do partido atribuiu maior legitimidade ao líder, quer dentro do partido, quer aos olhos da sociedade civil. No entanto, se observarmos o valor e o papel assumidos pela base militante, é evidente que esta alteração não aumentou a democraticidade da organização, mas tem beneficiado de forma substancial a autonomia do líder. A maior liberdade de manobra do secretário-geral teve origem sobretudo no facto de este não ter de negociar a sua eleição dentro dos órgãos nacionais: desta forma liberta-se dos jogos de poder horizontal e não necessita de distribuir quotas de poder pelas várias sensibilidades internas com o fim de garantir o apoio da coligação dominante.” (Lisi, 2009: 285-288)

¹⁵¹ Pode discutir-se se o centralismo democrático é um factor atinente à organização ou se não terá também cunho estrutural-ideológico, por típico dos antigos partidos comunistas europeus. No entanto, nas razões dos ex-militantes o que está verdadeiramente em causa é o processo de formação de decisão e escolha no interior da organização, pelo que nesta medida assume-se como factor efectivamente organizacional.

¹⁵² Disto também se queixou Luís Geraldo em relação à Juventude Popular.

¹⁵³ Michels falava do partido moderno como uma organização de combate e socorreu-se de Lassale, “o grande fundador do partido operário de acção revolucionária”, para explicar o centralismo como uma “garantia de rapidez das decisões” para grandes organizações e aparelhos pesados como eram os primeiros partidos de massas, evitando perdas de tempo e assegurando a unidade e flexibilidade da acção (Michels, 2001: 70).

quando se apercebeu que “havia ali um movimento, uma coisa que me desagradava, que era quererem que eu dissesse coisas com as quais não concordava”. Na passagem que a seguir se transcreve está reflectido em termos cristalinos esse sentimento:

“E mais, e obrigarem-nos a votar – e disso tenho perfeita consciência –, de sair do centro de trabalho do Seixal e de me terem dito numa reunião que embora eu tivesse votado contra, quando eu saísse eu tinha de dizer que tinha havido uma unanimidade. E eu disse que não, que não tinha havido unanimidade nenhuma, que tinha votado contra. O meu contra era contra. E eles diziam que isso é aqui entre nós porque lá fora tens de dizer que a votação que ganhou foi unânime, e isso chocou-me tremendamente.”

Figueira (ex-PCP) identificou os seus pontos de discordância quanto às questões organizativas na falta de descentralização das decisões para as organizações regionais, também no excessivo centralismo a que Brito se referiu. A oposição de Figueira ao estilo de votação conjugava-se com a vontade de ver introduzido o voto secreto e o sistema de listas múltiplas quanto às opções de nomes para a escolha dos candidatos do partido. Para o ex-militante exigia-se uma maior participação, mais transparência e uma maior autocrítica, cuja ausência conduziu em seu entender a muitos desencantos. E, na mesma linha, tendo passado por dois processos de saída (JCP e BE), Oliveira referiu que em ambos os casos houve razões de funcionamento interno. No caso da JCP, Oliveira queixou-se da “funcionalização” da organização, da sua “tendência para transformar em funcionários jovens quadros”, o que em seu entender lhes iria criar dependências financeiras e orgânicas relativamente ao partido, no que foi acompanhado por S. Atalaia (ex-JCP). Quanto ao BE referiu o sectarismo interno e a cristalização das divergências que afastaram dos principais debates e decisões “pelo menos 1/4 dos militantes”, criando um “cordão sanitário” entre o poder e a oposição, numa lógica de fidelidades internas, quer quanto a grupos quer quanto a lideranças, prejudicial ao partido (vd. também a carta de desvinculação de D. Oliveira, 2013)¹⁵⁴.

Vale a pena referir a este nível as diferenças quanto à tomada de decisões e a evolução a esse nível verificada no PCP. Lopes (ex-PCP) estabeleceu um paralelo entre o que se passava antes do golpe de Abril de 1974 e o que se passa hoje, dizendo que havia uma prática de reuniões unitárias em que os militantes se reuniam com outros que não eram do partido e dali acabava por sair uma orientação, numa forma de procedimento totalmente diferente daquela que actualmente impera em que há orientações do partido claramente definidas. Lopes viu inclusive diferenças na actuação dos vários secretários-gerais, e se com Carvalhas ainda terá havido um esforço de acomodação e uma vontade de democratização, depois, no período que antecedeu a entrada de Jerónimo de Sousa para a direcção do partido, foi “a debandada geral” dos quadros da geração que vinha do 25 de Abril.

As críticas à organização que os ex-militantes do PCP apresentam em relação a este partido correspondem a um padrão muito específico, a que pensamos não será alheia a história, o passado, a tradição e inserção ideológica do partido. Com excepção deste ponto, em geral, as críticas à organização dos partidos não apresentam diferenças substanciais entre partidos

¹⁵⁴ Cf. Anexos.

mais à direita e mais à esquerda ou ao centro, apesar de nalguns casos os entrevistados não terem apontado pontos em concreto e remetendo para razões genéricas ligadas “ao funcionamento do partido” (A. Azevedo, ex-PSD) como a falta de resposta havida às comunicações e aos documentos que a estrutura local remetia aos órgãos centrais do partido.

A falta de debate interno, mas também a simulação deste, por via de decisões pré-formatadas resultantes de orientações prévias favoráveis a uma determinada linha, são críticas comuns aos partidos. Geraldo (ex-JP) transmitiu que não havia propriamente indicações da direcção nacional, verificando-se antes uma “convivência das estruturas” da JP e do Conselho Nacional, numa espécie de “panelinha que se criava entre os antigos presidentes da JP e os actuais”. Ribeiro e Castro¹⁵⁵ enfatizou ser a sua principal crítica decorrente do facto dos órgãos do partido “não serem ouvidos, não serem tidos em conta” e recordou um artigo de imprensa que publicara com o título “O dia em que o CDS morreu” (Observador, 11/08/2015)¹⁵⁶.

Um aspecto recorrente de queixa de ex-militantes atinente à organização, relativo a vários partidos (PSD, CDS, PS e JCP) e ainda respeitante aos processos de formação e tomada de decisão, refere-se à composição e formação de listas, tanto para órgãos internos como externos. Os depoimentos que a este nível foram prestados e a frequência de situações mencionadas na imprensa não permite concluir por um padrão de actuação partilhado entre os partidos, mas indicia a necessidade de serem objecto de estudo mais aprofundado dada a repetição cíclica das críticas em vários partidos¹⁵⁷. Com efeito, Lima Bastos (ex-PSD) conta o episódio

¹⁵⁵ Recorde-se que Ribeiro e Castro não se desvinculou formalmente do CDS-PP. No entanto, foi o próprio que esclareceu abandonar a actividade partidária, no seguimento das críticas que vinha fazendo ao partido. Tratando-se de militante que assumiu nunca ter pago quotas, o que face ao artigo 6.º, n.º 2, alínea c) dos Estatutos aprovados em 11 de Janeiro de 2014, conduzirá, salvo qualquer alteração, à saída por essa via do militante.

¹⁵⁶ Neste texto, Ribeiro e Castro destaca a forma como foi apresentada à imprensa a “Comissão Política Nacional” da coligação Portugal à Frente (PàF), que o CDS-PP integrava com o PSD, perguntando onde estava esse órgão previsto e regulado, como fora designado e escolhidos os seus membros. A razão para as dúvidas de Ribeiro e Castro ali dava conta radicava na circunstância das comissões políticas nacionais serem os órgãos máximos de direcção política dos partidos, de serem normalmente eleitas em congresso, possuírem grande relevo estatutário, e de esse órgão que acabava de ser anunciado à imprensa não ter qualquer base jurídica, resultar de uma única reunião da Comissão Política do CDS-PP (29 de Abril de 2015) e de nem sequer o documento disponibilizado para a decisão – uma declaração conjunta assinada por Passos Coelho e Paulo Portas – prever a existência de tal órgão. Depois de referir a existência de alguns documentos autónomos sobre os quais pouca ou nenhuma informação anterior veiculada, o que se questionava era a possibilidade de haver órgãos com tanto poder e responsabilidade sem serem eleitos em congresso, de não existir regulamentação que regesse a sua existência e de os membros da Comissão Política do CDS-PP eleitos pelo Congresso serem de tal forma “preteridos” e “destratados”.

¹⁵⁷ Ao longo dos anos têm sido muitas as notícias referindo este tipo de situações, aqui ficando algumas a título de exemplo: “Candidato à distrital do CDS-Porto compara processo eleitoral com o regime cubano”, Público, 08/04/2008, “Chapelada”: PS da Amadora recruta militantes à força nos bairros sociais”, Expresso, 03/05/2008, “Suspeitas de irregularidades nos cadernos eleitorais obrigaram a reunião no PSD”, Público, 29/05/2008, “Dezenas de militantes com a mesma morada”, Correio da Manhã, 27/12/2009, “Judiciária investiga PSD em Leiria”, Jornal de Leiria, 21/04/2015, “Militantes do PS fazem acordo para fugir a julgamento”, JN, 29/01/2016, “Eleições PSD-Aveiro: estalou o verniz. Ulisses Pereira acusa CJN de branqueamento”, Espinho Alerta, 04/03/2016, “Um morto era candidato no PS-Guarda”, Sábado, 04/03/2016, “Lista de Montenegro critica PSD por aceitar 17 militantes com a mesma morada”, DN, 05/03/2016 “Cadernos Eleitorais no PS-Coimbra volta a gerar polémica”, Público, 13/05/2016, “A lista B vai impugnar as eleições locais”, Rádio Cruzeiro *online*, 14/07/2016.

ocorrido com a formação de uma lista promovida por um funcionário consular recorrendo a um grupo de militantes que não teria sido inscrito no PSD pela via dita “normal”, procedimento apadrinhado por um dirigente nacional do partido que, no entender do entrevistado, falseou os factos ao órgão de jurisdição nacional e levou a uma decisão sem averiguação. Também Mata (ex-PSD) descreveu um episódio ocorrido a propósito da elaboração de uma lista para os órgãos autárquicos numa freguesia da Madeira: “viemos a ter conhecimento das listas sem que alguma vez mais tivéssemos sido consultados sobre a constituição dessas listas”. Situação idêntica, a um outro nível e num outro partido, em que o peso da estrutura central era visível, foi vivida por P. Marques (ex-JCP): “eram listas unitárias mas tinham de estar sempre sujeitas a controlo do PC. Não me agradava”. Marques esclareceu que o foco da discórdia “era a ordenação da lista e a própria construção dos programas para a associação de estudantes do liceu” que ficaria na dependência da aprovação por parte de uma organização central. Pedro Baptista (ex-PS) chega a falar da existência de “uma nomenclatura absolutamente monárquica”, no que é secundado por Capucho (ex-PSD), para quem os partidos “têm sido motivo de grande suspeição em relação à lisura de processos internos e em relação à idoneidade e honestidade de um número significativo de dirigentes”¹⁵⁸, no que parece ser um denominador comum de queixa dos entrevistados¹⁵⁹.

P. Baptista, que se queixou dos métodos usados pelos seus próprios apoiantes (o grupo que o apoiava, soube-o depois, pagou quotas de terceiros porque “se não tivéssemos pago quotas nem sequer tínhamos conseguido fazer listas”), ainda referiu ao nível interno a existência de “um sistema de funcionamento que é de tal forma promíscuo que obriga sempre a utilizar métodos promíscuos. (...) Você vai ganhar com votos de gajos que são uns crápulas,

¹⁵⁸ Ainda recentemente, Pedro Duarte, ex-líder da JSD, numa entrevista dizia o seguinte: “Foi em Janeiro de 1998. É uma história gira. Candidatei-me contra ele [Jorge Moreira da Silva] num congresso muito estranho. Ele ganhou. Era o presidente em funções, já tinha ganhado como candidato único depois da saída do Pedro Passos Coelho e voltou a concorrer para ser reeleito. Eu candidatei-me contra ele. Perdi, mas foi uma derrota um bocadinho esquisita, porque perdi por 13 votos. Na altura não falei sobre o assunto, mas hoje já posso falar. O congresso foi em Viseu e, na segunda noite, de sábado, ambos fizemos as nossas intervenções. Ele fez a intervenção dele e recebeu umas palmas de uma parte dos delegados. Eu fui discursar a seguir e tinha claramente não só a maioria de observadores, mas sobretudo a maioria dos delegados. (...) Ora, na altura havia umas delegações de votos, relativas a votos dos Açores e da Madeira, e que apareceram à última hora. Eram umas sessenta e tal menções de voto. Apareceu uma pessoa da Madeira a dizer: “Eu tenho aqui ‘x’ delegações”. Perdi por 13 votos, mas toda a gente percebeu que tina sido uma coisa estranha. Isso fez com que no conselho nacional imediatamente a seguir o Jorge Moreira da Silva caísse.” (Público, 23/07/2016)

¹⁵⁹ Baptista relatou que numa votação em que o resultado fora um empate, o dirigente “Guilherme Pinto diz que deu empate e, portanto, a lista passou”. Ora, essa questão para Baptista nem se colocava, visto que “se deu empate a lista chumbou, é evidente”. Logo a seguir, Pedro Baptista esclareceu que nessa reunião pediu uma recontagem dos votos, que foi aceite, mas foi impedido de assistir a essa recontagem. Impedido que estava de assistir ao acto de recontagem por ele solicitado, e de que fora o principal impulsionador, foi-se embora. Mais tarde veio a saber que o resultado da votação, afinal, não fora um empate. A lista “tinha chumbado por três” votos. Baptista acabou por revelar que, após várias peripécias, os apoiantes da lista “chumbada”, em vez de apresentarem outra lista, arranjaram maneira de fazer passá-la, e para resolverem a situação gerada pelo resultado da recontagem mandaram “acordar uma série de tipos”. E, “às três da manhã, foi uma coisa à PC”, referiu Baptista, realizando-se uma nova votação em que a lista reprovada acabaria por passar.

porque são gajos que só votam se lhes pagarem”, resumindo numa palavra que as suas razões de saída foram “razões de funcionamento interno”, razões de *irreformabilidade* do PS, por considerar o partido irreformável, por considerá-lo incapaz de promover a reforma do sistema político. E porque falhara na promoção daquilo com que apareceu sempre ao eleitorado: as suas tendências regionalizadoras.

3.2.3 RAZÕES PESSOAIS

O que nalguns casos transparece, aliado ao desencanto pelas respectivas experiências pessoais, noutros ao desconforto provocado pela forma abrupta como àquelas foi posto termo, são as manifestações de progressivo afastamento psicológico em relação ao partido e aos seus dirigentes, os quais foram secundados pelo afastamento físico das estruturas e do convívio com outros militantes, configurando-se a existência de um processo efectivo de apartamento, onde se descortinam quanto ao abandono as razões de ordem pessoal (terceiro grupo).

A noção de processo acima referida é aqui retomada com o sentido que também lhe foi atribuído por Agrikoliansky (*“activités se déroulant dans le temps et possédant une dynamique propre, et non comme le simple reflet de contraintes structurelles ou d’un calcul utilitaire”*, 2001:30), a qual também encontra respaldo em Harris (2010: 31) e Clubb (2009: 26-27). Este autor, que procedeu à distinção entre os factores normativos e afectivos, introduziu ao lado destes uma terceira galeria de razões que reconduziu aos factores de continuidade, os quais determinam o abandono ou a continuação, vistos já como o encarar por parte do militante das consequências e custos pessoais que estão associados à permanência dentro da organização, e que poderão tornar menos atractivo admitir o seguimento da militância (Harris, 2010: 35). Harris recondu-los ao grau de investimento feito pelo indivíduo na organização e à percepção da falta de alternativas.

Dos 21 entrevistados, houve 7 que iniciaram a sua militância em organizações de juventude partidária, sendo que 3 nunca ingressaram nos partidos porque puseram termo à militância antes da fase seguinte. Não ficou claro nos depoimentos recolhidos que a idade fosse determinante para o abandono, embora se saiba que a idade constitui na fase de socialização primária um factor fundamental para a escolha das orientações políticas e a identificação partidária. A experiência e o capital acumulado foram fundamentais, pois conferem conhecimento, maturidade, introduzem novos factores de análise e de escolha ao militante, contribuindo para a decisão de abandono.

A. Azevedo (ex-PSD) realçou o peso que o feitio de cada um se pode revestir nas opções, de tal forma que antes de ter apontado os motivos que o foram progressivamente remetendo para as franjas da participação, num primeiro momento interrogou-se sobre as verdadeiras causas do seu afastamento. Esse exercício levou-o mesmo a questionar-se durante a entrevista por que se teria afastado. Logo a seguir deu uma resposta que remete essa situação para a sua circunstância: “se calhar isso também tem um pouco a ver com o feitio das pes-

soas”. Depois lá acabará por referir as suas razões, porque os partidos deviam “funcionar melhor”, ter “mais qualidade”, sem no entanto disfarçar um certo sentimento de culpabilidade pela sua condição que, em rigor, acabou por se relacionar com outros factores, como o seu individualismo, e por ser pessoa pouco dada a integrar-se em grupos e na estrutura do partido.

Discorrendo sobre o conjunto de razões que o levou a sair do PCP, Domingos Lopes reconheceria que as características da personalidade de cada um, do seu carácter, também influem no processo que conduz à ruptura: “a partir de certa altura percebi que queriam que eu saísse (...). E o partido nesse aspecto é uma máquina de triturar pessoas”. No ar ficou a ideia de que para outros seria menos penosa a permanência.

Há aqui como que uma interiorização da degradação da relação de dissensão do militante com o partido, que por vezes se vai manifestando nas reuniões, nas cartas, nas tomadas de posição, de tal modo que em certas ocasiões o peso das divergências ideológicas e das críticas em relação à organização e funcionamento do partido parece que de repente perdem sentido em certos contextos, sendo então os factores de ordem pessoal que acabam por vir ao de cima e se sobrepor.

À semelhança de outros (P. Marques e S. Atalaia, ex-JC, e L. Geraldo, ex-JP), D. Oliveira (ex-BE) sublinhou haver uma gota de água que perante um acumular de situações precipitou a saída e fez o copo transbordar. Muitas vezes, como referiu, a gota de água são questões de pouca importância no contexto mais geral da divergência. A gota de água aparece assim como o detonador de um acumular de situações, de desencontros e incompreensões entre o militante, o dirigente e o partido que numa fase final precipitam o abandono.

Uma categoria de razões que remete para o nível pessoal refere-se aos sentimentos de desmotivação, desilusão e descrença que em Lima Bastos (ex-PSD) são associados à mentira e ao discurso fácil durante as campanhas, discurso que depois não tem correspondência no momento de chegada ao poder, sabendo-se que esse tipo de discurso é atirado sem que haja “qualquer real pretensão de quando se chega ao poder concretizar aquilo que se está a propor”. Trata-se de um ponto também salientado por Bagão Félix (ex-CDS, “a divergência profundíssima entre o que se promete e o que se faz”). Há o imputar de uma quota-parte desse estado de espírito desencantado aos dirigentes do partido, responsabilizados por um certo derrubar da esperança a partir do momento em que chegam ao poder e se desinteressam dos assuntos que acompanharam previamente à conquista do poder, aspectos igualmente desenvolvidos por A. Azevedo (ex-PSD) e N. Mata (ex-PSD). O que acontece é que, depois, “as coisas que vais apreciando e o que vais vendo quanto à tua pertença ao partido são coisas que não fazem muito sentido para ti” (Mata, ex-PSD). Diferentes maneiras de encarar a vida partidária, formações de base diferentes, outros valores, “porque quando estamos com pessoas que não têm os mesmos princípios que nós acaba por ser complicado”. E “porque me apercebi ao longo do tempo que lá estive que para se subir numa estrutura partidária era preciso ter um estômago e uma capacidade de encaixe que eu considero que não tenho” (Mata, ex-PSD).

Por processo semelhante passou P. Marques (ex-JCP) que já andava há um tempo “nesta coisa de sair do dirigismo” e que na sequência da incompreensão, falta de apoio e posterior aproveitamento do trabalho realizado pelo seu grupo na sede da JCP, na zona da Boavista (Porto), transbordou e disse para consigo: “isto acabou”.

As razões de natureza pessoal, como mecha que desencadeia ou acelera um processo de abandono já iniciado, não constituem um padrão que se encontre presente em todos os casos abordados. Para lá das diferenças de personalidade que interfiram na relação do militante com o partido, foram identificados outros factores de ordem pessoal com influência na decisão de abandono. Esses outros factores reconduzem-se ao custo pessoal da permanência e às alternativas que se abrem ao militante no momento em que pondera a saída.

As diferenças só são significativas ao nível pessoal entre as saídas de militantes que deixam o PCP – como em França foi identificado em relação a ex-militantes comunistas após longos períodos de envolvimento (Accardo, 1993; Leclerc, 2011) –, e os filiados noutros partidos, afigurando-se ainda mais difícil optar pela saída nos casos de haver uma carreira profissional feita na dependência do partido e dessa opção se colocar numa altura em que o militante ainda está numa idade activa não podendo sair directamente para uma reforma¹⁶⁰.

Este quadro foi aquele com que se deparou C. L. Figueira (ex-PCP). Quando entrou em ruptura com a direcção do partido a primeira coisa que fez foi deixar de ser funcionário do partido, diminuindo o ritmo da militância para reorganizar a vida, ter outras actividades remuneradas e sair do PCP, onde “nem subsídio de desemprego tinha”. A partir de então a militância muda e assume formas mais distanciadas da política activa. D. Lopes (ex-PCP) esclareceu que a partir da direcção de Carvalhas “não queria ser só funcionário do partido” e como já tinha o curso de Direito foi estagiar para ingressar na advocacia.

Alguns militantes procuram logo evitar uma situação de dependência face ao partido porque apesar de estarem envolvidos num trabalho colectivo se afirmam como individualistas (A. Azevedo, ex-PSD), também porque não criam dependências de vida e afectivas em relação ao partido, em razão do seu círculo de amigos ser fora do universo partidário. Dedicam-se a outras actividades e isso facilita o afastamento (D. Oliveira, ex-BE).

A ideia de que a construção de uma carreira profissional contribui para o desprendimento da intervenção política, tornando menos difícil a saída e enfatizando a separação entre o que é militância política e o que é profissional¹⁶¹ foi sublinhada em vários casos. Oliveira Martins (ex-PSD e ex-ASDI) recordou a tradição de serviço público da sua família, lembrando que os partidos “não devem ser antecâmaras para a criação de empregos”. Roseta referiu que

¹⁶⁰ Efectivamente trata-se de uma razão pessoal e como tal deverá ser tratada, embora possa também ser vista como de natureza estrutural. Mas aqui é tratada como pessoal porque se fosse considerada como razão estrutural a dependência funcional do partido seria factor de permanência e não de abandono.

¹⁶¹ Aqui recorda-se a distinção weberiana entre o que vive para a política e o que vive da política. Ambos podem ser profissionais no sentido em que como tal se classificou no capítulo V, em que se apresentou a nossa tipologia, mas o grau de dependência entre um e outro é diferente. O sentido da militância profissional é neste lugar a militância do que vive da política.

quando abandonou o PSD teve de reorganizar a sua vida, nada que a impedisse de tomar a decisão e seguir o seu caminho.

O processo de transformação do militante activista num burocrata profissionalizado e em situação de dependência em relação à organização do partido foi um dos aspectos enfatizados por S. Atalaia (ex-PCP), de certa forma em termos coincidentes com os que Oliveira (ex-JCP, ex-BE) já referira sobre a mesma organização. O resultado da profissionalização burocrática no final da adolescência acaba por moldar a participação interna e, anos mais tarde, vai pesar ao nível do preenchimento dos lugares nas listas e nos órgãos de poder político a que o partido concorre definindo um determinado perfil de dirigente.

As situações de dependência profissional do militante face ao partido inexistem em quadros de saída como os de Brito (ex-PCP), Capucho (ex-PSD) ou C. Azevedo (ex-PSD), cuja idade já não os obriga ao recomeço de uma vida profissional, o que lhes permitindo sair directamente para a reforma diminui alguns dos constrangimentos da decisão.

Da funcionalização não deverá dissociar-se a crítica quanto à construção de carreiras políticas profissionais erguidas à sombra da militância nas organizações juvenis, o que ocorrendo numa fase da vida em que muitos dos jovens ainda não completaram a sua preparação académica e profissional, propicia situações de dependência vistas como estímulos negativos à militância. O carreirismo constituirá por esta via um obstáculo à entrada de novos militantes, olhados por quem está como potenciais concorrentes aos lugares e cargos disponíveis distribuídos pelo partido. A rejeição do carreirismo político profissional é uma constante por parte dos entrevistados, porque aquele desvirtua o papel pedagógico e formativo das organizações juvenis, transformadas em escolas de carreirismo político (Ribeiro e Castro, J. Motta, S. Atalaia, N. Mata, por exemplo), por vezes associadas a movimentos de tomada do poder ou funcionando como instrumentos de controlo dos partidos pelas direcções partidárias. Em resultado disto, alguns dos entrevistados admitiram a necessidade de serem introduzidas correcções nessas organizações de maneira a ser cultivado um espírito diferente daquele que tem vindo a ser transmitido para o exterior¹⁶².

4. AS CONSEQUÊNCIAS DO FIM DA MILITÂNCIA

A recuperação da liberdade e independência de intervenção será a principal consequência pessoal do fim da militância. Para a maioria. Mas as consequências do abandono projectam-se em diversas vertentes. Aqui interessam-nos as relativas ao plano individual exclusivo do militante porque só a este e à sua relação com o partido dizem respeito.

Os trabalhos de Accardo (1993), Leclercq (2011) e Leclercq e Pagis (2011) colocaram em destaque as vertentes envolvidas no processo de abandono na perspectiva do indivíduo. Se

¹⁶² Para Ribeiro e Castro, fundador da Juventude Popular, “as jotas em vez de serem uma forma de amadurecimento dos jovens para a política, tornaram-se uma forma de degradação progressiva da política”, desenvolvendo tiques profundamente negativos que depois se transmitem aos partidos. Tornaram-se em “sindicatos políticos de jovens”.

o processo de adesão predispõe o militante à interiorização de um conjunto de normas, à aceitação de um processo de assimilação política, cultural e ideológica, a um investimento que conduz à identificação do militante com a organização, com os seus objectivos e modos de actuar¹⁶³, o fim da militância acarreta um processo inverso de “desaculturação” e desidentificação, o qual se coloca em primeiro lugar em termos psicológicos e físicos e que depois, na prática, pode acarretar outras consequências, designadamente quando a militância trouxe consigo a assunção de um estatuto de profissionalização, total ou parcial. Como Leclercq descreveu no processo de desengajamento de Philippe C., o militante vai procedendo a uma transformação do seu sistema de lealdades e muitas vezes, mesmo inconscientemente, prepara o processo de abandono (2011: 137), que umas vezes passará pela expulsão, outras pela saída pura e simples.

Há quem assuma a inexistência de quaisquer consequências pessoais ou políticas na decisão que toma. Mas uma reacção desta natureza também se prende com o tipo de militância que se exerceu. Para o militante passivo ou inactivo, que raramente participa ou que se limita a pagar quotas e não interage regularmente com o partido e a sua organização, não ocorre o mesmo grau de aprofundamento da relação que acontece com os militantes activistas. É por isso compreensível que para estes últimos possa ser mais difícil o abandono e com maiores consequências. Em todo o caso, em regra, o momento de saída surge como o resultado de uma reflexão, aparentemente feita sem grande dificuldade, que liberta o militante de uma situação que deixou de contribuir para a sua realização pessoal ou ideário político. Por vezes, o ex-militante é o primeiro a reconhecer que da sua parte poderá não ter havido empenho suficiente. A saída não é um drama e encara-se como o resultado natural de uma relação esgotada, desligada ou superficial, ou não correspondida por parte do partido, aparentemente já sem benefícios ideológicos ou quaisquer outros na perspectiva do militante que justifiquem a continuidade. De uma relação pouco profunda, intermitente, ainda que por vezes duradoura, sai-se com relativa facilidade. Não está a correr bem, não corresponde ao esperado, não satisfaz, o militante não se encontra numa situação de dependência económica, o impacto nas suas condições de vida será praticamente nulo, e aí o remédio é sair. Sai-se e o assunto fica arrumado. Terão sido essas as experiências de A. Azevedo (ex-PSD), N. Mata (ex-PSD), Lima Bastos (ex-PSD), B. Mesquita (ex-BE), S. Atalaia (ex-JCP) ou L. Geraldo (ex-JP). Azevedo apontou vários episódios demonstrativos de que a relação não corria bem e acaba por dizer que não é muito de rupturas. Mata (ex-PSD) concluiu que aquele ambiente e aquela estrutura não eram para ele. A relação não era boa, algumas vezes terá funcionado, mas quando se tornou claro que não interessava saiu. Da parte das pessoas com quem privava recordou as “que eram e são minhas amigas e que faziam parte do partido continuam a ser minhas amigas”. Para S. Atalaia (ex-JCP), a ruptura acontece num momento de entrada para

¹⁶³ “[S]’investir dans une institution sur un mode militant, c’est en intérioriser les normes, les schémas d’action et d’interprétation; c’est adhérer à un dispositif doctrinal et acquérir un « sens pratique » spécifique (Bourdieu, 1980).” (Leclercq e Pagis, 2011: 7)

a universidade, em que surge a possibilidade de conhecer outras pessoas, “pessoas que não tinham posições tão extremadas”, com uma visão diferente das coisas, tudo concorrendo para que as coisas acabassem por acontecer naturalmente. Vai-se deixando de fazer parte de um grupo, passa-se para outro, o que antes fazia sentido deixa de fazer, e ainda quando a porta permanece aberta é o próprio militante que se afasta porque “já não estava nas actividades do partido” e não queria estar nessas actividades: “já não fazia qualquer sentido”. O romantismo da militância, o “Maria vai com as outras”, acaba aqui. Ou então, como sucedeu com Bruno Mesquita, há um amadurecimento do jovem militante que leva ao desaparecimento da atracção inicial pelo partido. Aquela primeira relação não se aprofunda e, em função de outros factores de natureza pessoal e/ou profissional, acaba por deixar de corresponder às expectativas. Há outros estímulos que surgem a afastarem o militante do partido. Ou então é o partido que também não o procura, aquele militante já não lhe serve, afastou-se, deixou de se rever na ideologia, nos procedimentos ou na organização, deixou de ser recuperável e desinteressa-se.

Quanto ao futuro, frisaram, nenhum deles ficou zangado com a política ou perdeu interesse pela actualidade política ou por muitas das causas de natureza cívica e ideológica por que se bateram. Alguns, em especial os mais novos, poderão voltar a filiar-se, a militarem num outro partido. De qualquer modo, do seu ponto de vista não há pressa, até porque nalgumas situações o espaço ocupado pelo partido corresponde ao do seu posicionamento ideológico. Se as condições se proporcionarem poderá voltar a ser possível participarem, mas até lá haverá outros motivos de interesse, poder-se-ão realizar outras tarefas e abraçar novas causas.

Outros relatos deram conta de um nível de envolvimento com o partido em que o militante associa a sua saída a diversas consequências. Uma serão positivas, outras negativas. Em rigor, as consequências apresentam-se como algo com que o militante conta quando decide sair, fazem parte da ponderação do resultado ao longo do processo de formação da decisão e isso ganha consistência à medida que cresce a irreversibilidade do abandono. Daniel Oliveira recorda que depois da ruptura com o BE passou a expressar de forma mais clara a divergência. Esta atitude acarretou uma elevada dimensão de hostilização por parte dos restantes membros do partido, com as divergências a ganharem contornos pessoais, trazendo consigo “a imagem do traidor, e tudo o resto que se cola às pessoas de uma forma muito dolorosa”.

Entretanto, o militante encontra outras actividades para se ir realizando. Contacta com outras pessoas fora do círculo habitual, empenha-se mais nas causas em que acredita, mas todavia deixa ao mesmo tempo de se rever nas práticas do partido. Sabe que vai ser difícil voltar atrás porque é a divergência que sai reforçada. A reconciliação torna-se cada vez mais improvável, a relação partido/militante degrada-se, a contestação sobe de tom, o desencanto torna-se mais profundo. A relação afectiva com o movimento varia de indivíduo para indivíduo, poderá ser mais ou menos forte, com as pessoas também. Alguns reagirão mal à sua saída, outros compreendê-lo-ão. Há relações pessoais que se degradam. A ruptura com o partido apresenta-se já como inevitável. Mas sendo um militante de causas, um activista empenhado,

não reagirá como o militante passivo ou inactivo (vd. Capítulo V). Para o activista não basta sair. O combate terá de ganhar novo fôlego e continuar noutro lado, eventualmente sob outra forma. Poderá ser dentro de outro partido, como fizeram D. Oliveira, quando foi da JCP para o BE, ou deste para apoiar o Livre, e Roseta quando circulou do PSD para o PS e deste transitou para os Cidadãos por Lisboa. Por vezes, apoiando outros movimentos ou causas mais específicas (Pedro Baptista e a afirmação regionalista como Movimento Partido do Norte), ou ao lado de grupos de cidadãos em causas sociais, contribuindo para a procura de soluções mais imediatas, enfileirando por uma participação feita noutros moldes (Paula Marques).

Nem sempre as coisas se passam desta forma. Alguns autores chamaram a atenção para o facto de uma inserção na militância ser muitas vezes acompanhada de um processo de aquisição de conhecimentos e de experiências, que na perspectiva do militante representam uma valorização da posição de partida e de que a já referida noção de carreira dá conta. Por isso mesmo é que também houve quem considerasse que a análise dos efeitos da inserção de um indivíduo na militância deverá ser feita de forma paralela com um “estudo aprofundado das lógicas de mobilidade social, ascendente ou descendente, que marcam as trajectórias militantes” (Leclercq e Pagis, 2011).

A saída do partido conduz os ex-militantes ao que van der Valck e Wagenaar chamaram de normalização, implicando o restabelecimento das pontes com a sociedade da qual se haviam apartado, um reprocessamento da experiência militante, uma procura de sentido para o passado e o enquadramento na sua história pessoal (2010: 52-53).

5. CONCLUSÃO

Este capítulo permitiu a apreensão das diversas modalidades de que se pode revestir o processo de saída de um partido. Explícito ou implícito, em resultado de processos desencadeados pelo próprio militante ou provocados pela organização, uns voluntários outros involuntários, formais ou informais, certo é que o abandono da militância corresponde a um processo sequencial para o qual concorrem aspectos atinentes ao entorno em que se desenvolve a militância, a organização do partido e as motivações pessoais, os quais, com excepção dos casos em que existam motivos de saúde que gerem uma situação de incapacidade física e psicológica que tornem impossível o exercício da militância, serão decisivas na manutenção de um estatuto ou na sua perda¹⁶⁴.

As razões identificadas foram de diversa ordem, sendo possível vislumbrar diferenças entre os diversos processos de saída de que se teve conhecimento. A conjugação de factores e os aspectos ligados à personalidade de cada indivíduo surgem associados, não sendo possível apontar, em regra, um único factor como sendo o motivador de um abandono da militância.

Por outro lado, parece ser consensual a ideia de que a um somar de circunstâncias plurais

¹⁶⁴ Merece leitura a carta de desfiliação do CDS-PP de Luís Russo Pistola (A minha desfiliação do CDS-PP, 16/06/2014), na qual este ex-militante invoca de forma clara as suas razões de saída e onde está presente uma visão global do processo de adesão e desvinculação (vd. Anexos).

propiciadoras do aparecimento de um ambiente favorável ao abandono da militância, que podem ir das práticas internas ao desconforto com a liderança, a um afastamento ideológico ou a razões estritamente pessoais, sobrevirá sempre um facto que funcionará como um detonador de um processo de saída, sedimentado ao longo de meses ou anos em simples desencontros, divergências e conflitos abertos. Os processos de saída prolongaram-se por períodos entre menos de seis meses e alguns anos, sem que exista uniformidade ou denominador comum em termos temporais. Cada caso é um caso.

O quadro psicológico em que se desenha o processo de abandono e saída é semelhante entre todos os militantes, independentemente das respectivas razões. Nos ex-militantes do PCP, porventura em razão de um estilo de militância mais activo e nalguns casos mesmo profissionalizado, notou-se que o afastamento foi mais difícil. Por vezes contra-vontade e com consequências pessoais e profissionais mais dolorosas, o que em relação aos outros não aconteceu.

As críticas dos ex-militantes reflectem um peso excessivo das estruturas dirigentes centrais ao nível da decisão, ainda quando tomada localmente, o que torna meramente instrumental a participação dos militantes, cujas decisões se assumem como formais e plebiscitárias, sendo tomadas no seguimento de processos *top-down* e em resultado de escolhas antecipadas pelas lideranças e direcções nacionais. Este factor é gerador de frustração no militante, promovendo o aparecimento de sentimentos de inutilidade quanto ao próprio e de desconfiança em relação aos dirigentes, ambos conducentes à insatisfação e que contribuem para o acumular de razões que levam ao abandono.

A consagração estatutária de princípios de participação, liberdade de decisão, livre expressão da opinião crítica e salvaguarda de uma esfera de decisão, nem sempre é respeitada pelas direcções dos partidos, acabando por não ter na prática a correspondência desejada. Esta realidade remete-nos para a difícil acomodação entre os princípios de democraticidade interna que regem os partidos e as necessidades do combate político tal como as lideranças e direcções entendem que deverá ser travado. Este é um conflito sempre latente que se evidencia com maior acuidade nos momentos pré-eleitorais, em especial quando está em causa a formação de listas para os órgãos internos ou externos do partido.

Um último aspecto a realçar decorre da circunstância de, com excepção dos casos em que a saída foi ditada por motivos estritamente pessoais, de índole profissional ou decorrente da extinção do partido em que se militava, mas ainda aqui com *nuances*, a esmagadora maioria dos entrevistados continuou a participar noutras iniciativas da sociedade civil, integrando movimentos sociais, organizações filantrópicas ou profissionais e estruturas não-partidárias, por vezes desenvolvendo actividade cívica à margem dos partidos, nalguns casos continuando a colaborar com outros partidos com estatuto de independente. Este tipo de atitude denota a manutenção do interesse na participação, agora configurada numa alteração do tipo e numa deslocação do interior do partido para fora dele.

CAPÍTULO XI

CONCLUSÕES

“[P]arties’ organizational choices are not purely matters of electoral strategy and internal power struggles. They are also the product of implicit or explicit beliefs about the nature of politics, and about how parties ought to function as channels of democratic representation” (Scarrow, 2015: 42)

1. OS MOTIVOS CONDUCENTES AO ABANDONO

O desenho que foi deixado nas páginas anteriores sobre a militância permite a extracção de um conjunto de conclusões que espelha a reflexão efectuada sobre o tópico da militância, com especial incidência sobre as razões que conduzem ao seu abandono e a situação dos partidos políticos em geral face ao papel constitucional que lhes está reservado no sistema político português. Convirá recordar que o primeiro e objectivo principal desta tese era tentar saber porque saem os militantes, identificando as razões conducentes ao abandono numa perspectiva *micro*, isto é, ouvindo ex-militantes.

Excluindo os factores de natureza pessoal que afastam as pessoas da militância, se houvesse que escolher sem hierarquizar apenas os dois factores principais de abandono apontar-se-iam razões ideológicas e razões de processo. A ideologia continua a ser importante para motivar e o processo formativo da decisão fundamental para o sentimento de utilidade do militante. Isso implicará, como outros escreveram, que os partidos sejam mais do que a reflexão de interesses particulares e sejam capazes de dar “expressão executiva a princípios, objectivos e políticas ancoradas numa concepção comum do bem comum” (Accetti e Wolkenstein, 2016: 20).

Deste modo, empreendeu-se uma revisão dos conceitos atinentes à militância, destrinçando termos e procurando eliminar as confusões decorrentes da sua grande latitude terminológica. Com este trabalho ficou claro a que realidades se referem termos que têm sido usados indistintamente e como é que se deve distinguir o militante do aderente, o activista do simpatizante, mostrando-se assim possível a adopção de uma terminologia uniforme e coerente sempre que se estudarem os fenómeno ligados à militância partidária.

Associado a este objectivo construiu-se uma nova tipologia da militância que recorre a um critério misto para o qual concorrem fundamentalmente o conceito de carreira, a profissionalização, para a distinção entre os diversos tipos, e o envolvimento horário, para a distinção dos subtipos dentro da categoria dos amadores. De acordo com esta tipologia classificaram-se os entrevistados no âmbito deste trabalho, mas só a uma outra escala, mediante a análise dos próprios partidos, será possível retirar todos os benefícios e estabelecer comparações úteis entre aqueles para se verificar quais os tipos predominantes e o peso relativo de cada um deles em cada partido.

A análise conduzida aos normativos constitucionais e às leis de partidos de, respectiva-

mente, 31 e 18 países europeus, permitiu ver como é que a militância é acolhida nos textos constitucionais, procedendo-se à classificação dos diversos modos de acolhimento e verificação das diferenças entre uns e outros quanto ao tratamento da militância. Esta análise foi objecto de seguimento aprofundado em relação ao caso português, neste caso envolvendo uma análise exaustiva da militância nos estatutos dos partidos com assento parlamentar.

Da análise do quadro constitucional e regulamentar, olhando para os dados disponíveis, não se pode afirmar que as alterações ocorridas quanto ao acolhimento constitucional dos partidos e as regras da militância tenham tido influência em termos positivos ou negativos nos números do abandono ou nos da sua evolução.

A concretização de uma análise longitudinal e comparada da evolução da militância na Europa e em Portugal conduzida com o recurso a dados de natureza quantitativa permitiu aferir a dimensão do abandono e, em especial, em relação aos últimos anos de 2012 a 2016 avaliar a queda dos números da militância em Portugal, por comparação com todo o resto do período desde 1974. O número agregado de militantes dos principais partidos com assento parlamentar será neste momento inferior a 270.000, neste se incluindo alguns milhares que não pagam quotas. Este número representa uma quebra de cerca de 65.000 militantes em relação a 1999.

As entrevistas abrangeram a análise de situações relativamente a onze organizações (JCP e UEC em resultado da fusão ocorrida em 1979 entre a UJC e a UEC foram consideradas como uma única), correspondendo a um universo de 8 partidos e 3 estruturas juvenis. Os resultados obtidos relativamente ao objectivo primordial deste trabalho dão os contornos de uma imagem que traduz a forma como a militância é exercida em Portugal e de quais as razões subjacentes ao seu abandono. Ressalvados os casos de expulsão, as razões do abandono são idênticas em relação a todos os partidos e fundamentalmente constituem o resultado de divergências de natureza ideológica. Por vezes também de divergências associadas aos processos de formação e tomada de decisão interna nos partidos e só residualmente se configuram como opções atinentes a aspectos de ordem pessoal alheios aos partidos. É por isso difícil apontar uma única razão como decisiva para o abandono já que, em regra, se apresentam como um conjunto de situações que em diversos momentos concorrem para um fim. A investigação permitiu que se ficasse a saber em relação aos entrevistados ex-militantes como nasceram as divergências, como evoluíram e como acabaram. E também, ainda que lateralmente, quais as consequências do abandono numa perspectiva política e pessoal. Quanto às primeiras verificou-se que muitos dos que abandonam a militância partidária prosseguem uma intervenção cívica e política a título pessoal junto de outros movimentos associativos. Numa perspectiva pessoal verifica-se que ao corte com o partido acresce a quebra de relações pessoais e de convívio que haviam sido estabelecidas com antigos companheiros e camaradas à sombra dos antigos partidos. Quanto a este aspecto das consequências releva o tipo de militância exercido, sendo maiores quanto mais fundo for o grau de envolvimento com a organização e a dependência do militante do partido (afectiva e profissional).

A confrontação das razões das entrevistas com as respostas obtidas de delegados e militantes, respectivamente, do PSD e do PS, permitiu concluir que as razões de insatisfação apontadas por estes, designadamente ao nível dos aspectos organizativos e decisórios apresentam similitudes, o que confrontado com os depoimentos prestados nas entrevistas permite equacionar a existência de um capital de queixa subjacente ao abandono que é comum aos dois maiores partidos portugueses.

As entrevistas aos ex-militantes admitem concluir que os instrumentos de regulação legislativa e estatutária consagram princípios de ordem geral vistos como adequados e suficientes para a intervenção partidária, mas o dia-a-dia dos partidos desvaloriza a intervenção dos militantes, que acaba condicionada pelo peso excessivo das estruturas centrais dirigentes e instrumentalizada por estas no sentido que mais lhes convém, o que retira significado e utilidade à intervenção dos militantes.

Em regra, os ex-militantes queixaram-se de serem pouco ouvidos e gozarem de pouca autonomia nas estruturas locais em relação a aspectos fundamentais da decisão, designadamente em matéria de formação de listas. A ausência de renovação interna, a manipulação do aparelho, a profissionalização precoce e a formação de clientelas que controlam os partidos e os aspectos fundamentais da organização foram outros motivos salientados como concorrendo para o desinteresse na militância. Os estímulos à militância são poucos, o que associado à falta de sentido útil da intervenção redundam na frustração e abandono.

Os processos de abertura dos partidos à participação de não-militantes e a introdução de primárias são acolhidos com interesse e valorizados por quem saiu, mas constituirão apenas um passo para uma maior participação. Será preciso perceber futuramente se essas mudanças serão suficientes para contribuir para a renovação dos partidos e de que forma se poderão articular com a militância tradicional sem que esta perca o seu sentido.

2. O ABANDONO DA MILITÂNCIA E AS REACÇÕES DOS PARTIDOS

A actualização e análise dos números da militância em Portugal mostrou que houve uma queda nos números da militância entre 2003 (342.349) e 2010 (283.544), quebra verificada pela soma dos militantes dos principais partidos com assento parlamentar (BE, PCP, PS, PSD, CDS-PP). Depois de 2010 não se voltaram a obter números para todos estes partidos em relação ao mesmo ano civil, pelo que não é possível com os dados disponíveis e recorrendo a idêntico critério dizer se a militância em 2016 continua a cair. Dos números indicados desconhece-se qual o número de militantes com quotas em atraso e há quanto tempo, embora notícias recentes indiquem que quanto a PS e PSD só 63.000 (Observador, 23/05/2016) e 53.683 (Jornal de Negócios, 30/03/2016), respectivamente, têm os pagamentos em dia.

As entrevistas conduzidas junto dos partidos revelaram que estes estão atentos aos sinais que lhes chegam a partir do eleitorado, porventura mais do que em relação àqueles que lhes chegam dos militantes.

Os partidos observam o que se passa à sua volta e recebem os *inputs* que da periferia

são enviados para o centro, constituindo um “instrumento de ligação entre a cidadania e o governo, uma onda de protesto, até mesmo uma revolução” (Merkl, 2005: 4). Parafrazeando Lawson, a razão de ser dos partidos políticos “*is to create a substantive connection between rulers and ruled*” (Lawson, 1980: 3), conexão que tem de ser mantida e estimulada porque essa é a forma de assegurar a legitimidade e conseguir os votos “*which are the currency in the market of power*” (Lawson, 1976: 23).

De um modo geral, e confirmando o que Lisa Young (2013) avançara¹⁶⁵, os dirigentes ouvidos transmitiram a ideia de que os partidos procuram continuar a ter uma presença forte no terreno e que a sua atenção à militância não é descurada, havendo inclusive uma adaptação de procedimentos, por vezes com repercussão prática, aos sinais que chegam dos militantes e do eleitorado com o objectivo de responderem aos anseios destes, posição compatível com uma vontade de manter a militância, se possível reforçando-a.

Esta adaptação revelou-se fundamentalmente em três pontos: (i) contribuições dos militantes, com a desvalorização destas e nalguns casos com a sua adaptação à situação dos militantes, (ii) abertura dos partidos à participação de não-militantes, no seguimento do que fora referido por alguns autores e aconteceu noutros países europeus (Lisi, 2015; Webb, 2004; Häegel, 2009) e (iii) introdução de novas formas de comunicação interna e externa, já antes anunciada, entre outros, por Bimber (2003), Margetts (2009) e Crouch (2004).

A evolução recente ocorrida em matéria de pagamento de quotas por parte dos militantes (vd. Capítulo VII, secção 4), reflecte a desvalorização da sua importância na forma como os partidos tradicionalmente as encaravam. Com um valor bastante reduzido face às necessidades de financiamento dos partidos, as quotas têm vindo progressivamente a abandonar o seu estatuto de sinal distintivo da militância para adquirirem um papel residual, de natureza instrumental, que só ganha verdadeiro sentido à beira dos momentos eleitorais internos quando é preciso estabilizar o universo daqueles que podem participar nos actos eleitorais. Não pagar quotas não é hoje para a maior parte dos partidos um factor impeditivo da participação, constituindo somente uma condicionante da capacidade eleitoral activa e passiva nos casos e em relação aos partidos em que o seu pagamento não tenha sido de antemão isentado ou perdoado. Hoje, o pagamento de quotas tem cada vez mais para os partidos uma faceta simbólica perdendo significado efectivo na economia dos números, tanto em matéria contabilística como na consideração daqueles que são efectivamente militantes e com os quais o partido poderá contar para as tarefas de organização e funcionamento¹⁶⁶. No futuro será importante vir a apurar até que ponto esta desvalorização da quota não constituirá uma forma de atalhar às irregularidades e chapeladas que ciclicamente ocorrem nos actos internos de alguns partidos.

Esta desvalorização do sentido da quota do militante encontra o seu contraponto na cada

¹⁶⁵ “[C]ontinued efforts to attract members is indicative of a perception that members are necessary to legitimize the party in democratic competition”(Young, 2013: 65)

¹⁶⁶ O que confirma os resultados obtidos por Bennie em relação ao Reino Unido: “The data suggest that membership fees are relatively unimportant to parties, compared with other sources of funding. Donations and fundraising exceed the income derived from membership fees in every case” (Bennie, 2103: 8)

vez maior importância de que se reveste a participação de não-militantes, com o estatuto de simpatizante ou outro, para quase todos os partidos¹⁶⁷.

Ao procurarem, independentemente do modo como o fazem, que os simpatizantes participem na vida interna do partido, integrando-os muitas vezes nas suas reuniões e dando-lhes uma palavra na escolha das lideranças *mediante* a sua inscrição nos actos eleitorais através de processos como os das primárias, dão conta de que continuam a valorizar a sua *linkage* à sociedade. À míngua de militantes, ou com muito menos do que os que já tiveram (PS, PSD, PCP), os partidos admitem e estimulam a participação de simpatizantes, sinal de que estes últimos poderão vir a ser, desempenhando um papel que já foi dos militantes, importantes para legitimação do partido na competição democrática (Young, 2013: 65). Há quem fale numa valorização da vertente eleitoralista dos partidos (Katz e Cross, 2013), mas o que se verifica é que houve uma alteração dos termos em que essa conexão era estabelecida, sentindo-se os partidos na necessidade de se adaptarem às circunstâncias. De outro modo, não se perceberia a necessidade de fazer participar os simpatizantes na recolha de ideias e sugestões que serão depois incorporadas nos programas eleitorais a contratualizar com os eleitores, em processos de primárias e de escolha de candidatos. Se as razões fossem exclusivamente eleitoralistas bastaria realizar sondagens e ir adaptando os partidos aos seus resultados, sendo isto actualmente válido também em relação ao PSD que no seu 36.º Congresso, em Abril de 2016, aprovou uma moção defendendo a introdução de primárias abertas a simpatizantes.

A evolução verificada em Portugal nos últimos anos acompanhou uma tendência previamente manifestada noutros países europeus onde os fenómenos do abandono da militância e da não participação já se tinham manifestado em termos expressivos (Reino Unido, Itália, França). Essa evolução espelha-se na expressa consagração nos estatutos e regulamentos de alguns partidos da figura do simpatizante, com esta ou outra denominação.

Elevado a um patamar superior, passando a ser merecedor de atenção redobrada, o simpatizante adquiriu um estatuto de para-filiado que embora não tendo ainda uma palavra decisiva nas decisões dos órgãos internos dos partidos, adquire um peso significativo nos processos eleitorais abertos para escolha de candidatos e dirigentes e na formulação de propostas que serão depois trabalhadas e incorporadas nas políticas a propor aos eleitores.

Não podendo os partidos contar com uma militância tão activa e fisicamente tão presente quanto desejariam e que foi tradicional na *golden era* dos partidos de massas, a consagração da figura do simpatizante permite aos partidos actuais (*catch-all*, cartel, empresa) continuarem a contar com a contribuição de segmentos importantes da sua base eleitoral que não estando sujeitos aos constrangimentos que decorreriam do exercício de uma militância plena, estarão eventualmente mais disponíveis para participar nos momentos decisivos, assim se permitindo a quem quer participar uma mais fácil conciliação das respectivas vidas pessoais e profissionais com o apoio aos partidos da sua preferência. No entanto, isto terá de ser con-

¹⁶⁷ As excepções são o PEV e o o PCP, mas este, embora não preveja a participação de simpatizantes, conta com eles para a recolha de fundos (art.º 70.º dos Estatutos e Teses, 2016: 77).

firmado em futuros estudos.

Ao mesmo tempo, exactamente por se tratar de uma participação mais distanciada, menos onerosa para quem participa porque menos presente no dia-a-dia do partido, e também menos susceptível de ser influenciada pela conflitualidade interna e de ser permeável às lutas da organização, o simpatizante estará mais à-vontade para transmitir os anseios do eleitorado ao partido, assegurando a *linkage* à sociedade, que não fora a sua presença se viria diminuída pela tendência de declínio da militância e cada vez maior incrustação ao Estado.

Ao lado destes dois fenómenos relativos às quotas e à participação dos simpatizantes, que por via das alterações registadas se posicionam como uma categoria alternativa da militância situada entre esta e os eleitores, as entrevistas aos partidos assinalaram numa outra vertente o papel que é actualmente desempenhado pelas novas tecnologias na introdução de novas formas de comunicação interna e externa, o que acontece em especial através das redes sociais¹⁶⁸. É hoje claríssimo que por via de uma forte presença nas redes sociais proporcionadas pela Internet e de um uso intensivo das novas formas de comunicação à distância (telemóveis, *sms*, *Messenger*, *Whatsapp*, *Twitter*, *Facebook*, *blogues*), os partidos procuram manter um contacto regular e actual com a sociedade, recebendo os *inputs* e enviando *outputs*, ainda que devam manter presente que as novas tecnologias não podem ser sobrevalorizadas, exigindo-se que sejam vistas como um complemento da intervenção presencial (Accetti e Wolkenstein, 2016), e não como um seu substituto.

Numa perspectiva interna, os responsáveis dos partidos ouvidos foram unânimes no reconhecimento da necessidade de igualmente se assegurar uma presença constante no terreno, junto das respectivas sedes e secções concelhias, por parte das direcções nacionais. Contudo, não estando ao alcance de todos os partidos os mesmos meios, e sendo ademais compreensível que partidos de menores dimensões e com menos militantes tenham mais dificuldade em colocar no terreno, pelo menos em termos quantitativos e em aglomerados mais distantes dos grandes centros urbanos, as pessoas necessárias e ao mesmo tempo disponibilizarem em termos físicos os materiais de informação e propaganda, verificou-se serem os partidos mais novos e os mais jovens aqueles que de raiz mais investiram na comunicação à distância, enquanto que os partidos da primeira vaga (CDS-PP, PSD, PS e PCP) se adaptaram e foram substituindo os processos tradicionais de comunicação pelas novas tecnologias.

Os custos associados à produção de materiais em papel, os portes postais e preocupações de protecção ecológica e ambiental também contribuem para a maior pertinência deste tipo de comunicação em detrimento das formas tradicionais.

Um outro aspecto revelado pela investigação na sequência das entrevistas realizadas, decorre da existência de um desfasamento entre aquilo que os partidos e seus dirigentes consideram correcto e aquilo que é possível extrair das respostas dadas através de inquéritos pelos delegados do PSD e militantes do PS (cfr. Capítulo VIII). Os inquiridos destes dois parti-

¹⁶⁸ Para o que muito contribuiu o papel de novos partidos na Alemanha (Partido dos Piratas) e em Itália (Cinco Estrelas).

dos manifestaram-se maioritariamente a favor de um aumento da democracia interna, concordaram com a afirmação de que os dirigentes não se interessam pelas posições dos militantes e mostraram insatisfação com a sua influência na vida do partido. Não será pois de estranhar que se era este o sentimento de delegados e militantes, que as críticas de ex-militantes fossem também severas sobre este ponto, verificando-se face a essas críticas que os partidos convivem mal com as que lhes são dirigidas quanto aos processos de formação das decisões.

Instados a pronunciarem-se sobre críticas que ao longo das entrevistas foram produzidas pelos entrevistados, os partidos tenderam a desvalorizá-las. Pode-se mesmo dizer que os partidos revelam alguma displicência na forma como continuam a encarar as críticas que lhes são dirigidas e a olhar para as saídas dos seus militantes, apesar de em relação aos que saem voluntariamente serem muitas vezes contactados pelas estruturas locais no sentido de ultrapassarem a divergência e regressarem. Não existem, todavia, procedimentos institucionalizados¹⁶⁹ que sejam conduzidos através de um órgão próprio para recuperação de militantes, iniciativas que em muito dependerão de quem estiver na organização local do partido ou do conhecimento que um ou outro dirigente tenha da situação e decida interferir.

Para este cenário em muito contribuirá uma perspectiva dos dirigentes que reduz os motivos de queixa e a discordância a conflitos pessoais e a episódios relacionados com a feita das listas, de certo modo desconsiderando as verdadeiras razões de objecção que conduzem à ruptura e ao divórcio do militante com o partido, ignorando que muitos dos que saem fazem-no, não pela razão de não quererem participar, mas porque discordam e o exercício da voz se tornou um acto inútil e destituído de sentido.

Não foi possível confirmar, já que isso exigiria uma investigação ao nível das bases dos partidos, se a nível local o tratamento que é dado à crítica veiculada pelos militantes descontentes – admite-se que haja descontentes que preferem o silêncio – é objecto de tratamento, ponderação e uma vontade de acolhê-las e integrá-las na comunicação que é transmitida para o centro/topo do partido. Do discurso dos partidos resulta que da sua parte e respectivos dirigentes existe atenção às críticas¹⁷⁰, pelo menos na forma, embora esta atenção não fosse

¹⁶⁹ Uma excepção será a constante do art.º 3.º, n.º 7, dos Estatutos do BE, que determina um contacto obrigatório com o militante ao fim de cinco anos sem qualquer contacto com a organização, antes de ser verificada a caducidade da inscrição, devendo a iniciativa dessa diligência partir do órgão competente da área de residência. Em todo o caso, cinco anos sem contacto com a organização parece um prazo excessivamente longo antes da caducidade.

¹⁷⁰ José Matos Rosa (PSD) referiu as suas constantes deslocações a secções locais e concelhias, a existência de uma caixa de correio electrónica só para as solicitações que chegam ao partido, que “entupiu completamente”, e que ninguém fica sem resposta, havendo uma estrutura que responde “quase no momento” a todos os autarcas, militantes e simpatizantes. António Carlos Monteiro referiu, em relação à acusação de uma eventual falta de resposta às iniciativas locais, que as pessoas se queixavam de excesso de presidencialismo, “mas depois toda a gente quer ter o presidente no mesmo dia e à mesma hora”, acabando por desvalorizar eventuais críticas com o facto da longevidade de Paulo Portas à frente do CDS-PP só ser comparável com a de Cunhal, desse dirigente ter levado o partido “num espaço de dez anos duas vezes ao Governo”. Acrescentou que aquilo de que as pessoas [militantes] se queixam “é da sua extrema eficácia” e que os que saem fazem-no como forma de marcar mais vinadamente a sua ruptura, “que na realidade traduz um sentimento de frustração face à sua incapacidade de apresentar uma solução alternativa à liderança no partido”.

reconhecida pelos ex-militantes entrevistados.

3. QUE FUTURO PARA A MILITÂNCIA?

Saber se a tendência de declínio da militância poderá algum dia vir a ser invertida e se as elevadas taxas do *ratio* militantes/eleitores que se registaram há algumas décadas poderão voltar a repetir-se é questão para a qual não se possui resposta. Esta também não era resposta que se tivesse procurado no âmbito deste trabalho.

Mas registados os principais motivos conducentes ao abandono da militância, possuindo-se neste momento alguns referenciais empíricos subjacentes à insatisfação e ao descontentamento de ex-militantes, e tendo-se ouvido aquilo que os partidos sobre o tema se predispuseram a dizer, encontramos hoje em melhor posição para poder reflectir sobre qual o futuro que poderá estar reservado à militância.

Um dos aspectos que mais impressionou nas entrevistas com ex-militantes foi sentir o seu desconforto pela constatação da inutilidade da sua intervenção nas estruturas onde se integravam, pelo reconhecimento da falta de sentido da sua participação e pela desconfiança que esta gerou, nalguns casos, na sua disponibilidade para voltar a militar num partido.

Se para alguns mais jovens e menos comprometidos o abandono ocorreu numa fase das suas vidas em que académica e profissionalmente ainda tinham todo um caminho para percorrer, tornando-se por isso mais fácil de decidir e menos penoso de assumir, noutros casos, em que existia já um longo percurso de militância, muitas vezes em condições politicamente adversas e em que os laços criados ao abrigo da militância se fortaleceram e a cumplicidade entre o partido e os seus militantes era recíproca, o processo de decisão torna-se mais complexo e a ruptura assume contornos mais dolorosos.

O militante que sai tem de lidar com o sentimento de frustração da experiência à qual deu o seu empenho. Houve uma aposta que falhou, não raro trazendo consequências pessoais e profissionais. Compreende-se por isso a dificuldade que essas pessoas terão em voltarem a predispor-se um dia a reintegrarem-se numa estrutura partidária. Para a maioria, o regresso num partido está fora de questão, muito embora continuem a considerar a participação política e cívica importante e admitam formas de colaboração autónomas, quer com os partidos quer com movimentos, mas valorizando mais a sua intervenção em espaços fora dos partidos.

Este é um problema com que o sistema político e os partidos terão de lidar. Olhando para o caso português, o declínio da militância – falando de números absolutos e ignorando ganhos modestos em pequenos partidos ou em partidos novos ainda em fase de institucionalização e consolidação –, veio acompanhado nos últimos anos de outros indicadores como um crescimento continuado da abstenção, um aumento da desconfiança no sistema político e nas suas instituições, com especial incidência nos partidos políticos enquanto instituições representativas do eleitorado. Vistas as coisas deste modo, numa perspectiva global, isto significa que cada um desses problemas não se trata de um assunto isolado que possa resolver-se por si. Ajustamentos pontuais nas leis ou nos regulamentos podem melhorar al-

guma coisa. Uma limpeza dos cadernos eleitorais eventualmente ajudar a uma melhoria dos indicadores da abstenção. Mas o problema de fundo fica por resolver.

A desconfiança traduz-se numa atitude de suspeição. Esta dirige-se-á em primeira linha aos partidos políticos, mas igualmente aos seus dirigentes porque são aqueles que estão mais próximo do eleitorado, os que mais ocupam e monopolizam o espaço político, os que representam o partido e por ele dão a cara nas diversas instituições e órgãos em que aqueles se fazem representar.

Essa atitude de desconfiança mina os fundamentos do sistema, e ainda que não colocando em causa a opção democrática, questiona os processos seguidos, os modelos adoptados, as escolhas que em cada momento são feitas, em última instância tudo reconduzindo a um problema de legitimidade da qual os membros dos partidos são uma fonte (Scarrow, 2015: 66).

Legitimidade que se traduzirá na aceitação pelos cidadãos da acção dos partidos, do bem fundado dos seus programas e das políticas propostas, das práticas adoptadas e, muito em particular, da acção dos dirigentes que lideram os partidos e daqueles que pelos partidos são propostos para tomarem assento nas instituições e nos *fora* onde se fazem representar.

Até agora, apesar de ser actualmente maior a distância que separa os cidadãos dos partidos, Portugal não passou por uma crise que colocasse em causa os fundamentos do sistema político. Como escreveu Beetham, o falhanço de um governo é irrelevante do ponto de vista da legitimidade do sistema político porque o problema se resolve substituindo um governo por outro, trocando partidos e actores. Mas já não será assim se o sistema se começar a mostrar incapaz de corrigir as disfunções e o fracasso adquirir contornos crónicos de tal forma que seja a legitimidade do sistema político que seja posta em xeque (Beetham, 1993: 489).

Atribuir hoje um sentido à militância, em termos tais que qualquer cidadão interessado pela coisa pública possa sentir-se tentado a participar e sem que ao fazê-lo tenha outro objectivo que não seja o próprio sentido de participar, de contribuir para a discussão, para a introdução e estudo dos temas que importam à sociedade, envolve um elevado sentido de altruísmo e de defesa de causas, incompatível com uma militância virada para dentro do próprio partido, assente num activismo de reuniões do qual se aproveitam alguns menos qualificados e profissionalmente mais disponíveis nas suas vidas para estabelecerem projectos de carreira e alcançarem o almejado seguro de vida.

Alguns dirão que os resultados de um estudo desta natureza poderá dar uma imagem parcial e desfocada da militância porque quem sai não o faz por satisfação, tendendo a sublinhar o desencanto, a frustração e as situações mais desagradáveis. Porém, interessa recordar que em causa está muito mais do que a análise de situações individuais. Em causa está a saúde de um pilar da democracia e a sua legitimidade e capacidade para continuar a dar respostas aos anseios da comunidade.

Chamar mais gente interessada à participação, dar-lhe voz nos partidos, conferir um sen-

tido útil à militância, envolve começar por ser capaz de manter os militantes existentes e ao mesmo tempo manifestar uma atitude de abertura à sociedade que não se confunde com a participação de tempos a tempos em eleições primárias alargadas a simpatizantes¹⁷¹. A participação em primárias e a sua abertura são apenas um instrumento útil que necessita de ser completado com outros. Recorde-se, aliás, que uma das consequências referidas por vários autores sobre o resultado da abertura dos processos eleitorais internos dos partidos a simpatizantes e a escolha directa dos líderes foi ter trazido consigo um aumento da capacidade de decisão e de poder dos dirigentes (von Nostitz, 2014; Wauters, 2014; Gauja 2006), pelo que haverá que continuar a dar-lhes sentido, limitando os potenciais inconvenientes. Os ex-militantes escutados no âmbito deste trabalho, enquanto foram militantes, era gente que acreditava, que participava, que colaborava. Gente que se predispôs a enfrentar combates, a alterar ritmos e percursos de vida para se integrar, servir no sentido mais nobre do termo, um ideal, um projecto em que se reviam, no qual acreditavam. E que consideravam útil. E saíram quando compreenderam que essa participação empenhada não fazia sentido, era desvalorizada e correspondia ao cumprimento de formalidades instrumentais destituídas de fundamento e de um sentido de continuidade e concretização que os motivasse.

Os partidos continuam a manifestar interesse na militância¹⁷², compreendendo-se que continuem a ser necessárias pessoas com disponibilidade para assegurarem o maior número possível de tarefas. Partidos sem membros teremos de admitir que não existem, pelo menos enquanto forem entendidos como associações voluntárias de pessoas (Mazzoleni e Vöerman, 2016). No entanto, a alteração do figurino da militância introduzido pelo modo como cada vez mais se vêem os simpatizantes, força quase inesgotável com um potencial de valorização da *linkage* à sociedade, poderá no futuro determinar partidos descentralizados, menos burocratizados, com aparelhos mais reduzidos e onde a informação circula mais depressa, sendo possível dar respostas mais imediatas, mais transparentes e mais facilmente escrutináveis. Como Mazzoleni e Vöerman referiram, um partido pode teoricamente sobreviver só com um membro e nada impede que a mudança de figurino possa significar a substituição de uma militância formal por uma militância informal (2016: 3). Mas importa saber se partidos nestas condições terão condições de sobrevivência, durante quanto tempo, e se ainda assim cumprirão as suas funções naturais. Gauja chamou recentemente a atenção para o facto da militância possuir diferentes significados em função dos contextos em que é tratada, podendo ser analisada a partir de diferentes perspectivas, isto é, do Estado, do indivíduo ou sob os olhos do partido, pelo que o que vier a acontecer dependerá da forma como estas três realidades interagirem (2015: 233). Por outro lado, como esta mesma autora sublinhou, o declínio dos números oficiais da militância e de um “activismo de alta intensidade” têm sido apresentados

¹⁷¹ “[L]e primarie sono un formidabile strumento di partecipazione, di apertura del partito alla società e di mobilitazione elettorale”, “una reazione alla crisi di legittimità che affligge i partiti politici”, mas convirá não esquecer que as razões mais ligadas a este tipo de processos inclusivos são mais tácticas do que ideológicas (Sandri e Seddone, 2014: 3,15).

¹⁷² E a tentarem atrair o maior número possível de militantes, como notado por Wauters (2009).

como reflectindo uma crise das organizações, em vez de alertarem para uma “re-análise do próprio conceito de militante” e a obtenção de uma resposta que nos permita perceber se as teorias com que trabalhamos e os indicadores empíricos que usamos são ainda adequados e fiáveis (Gauja, 2015: 234).

A história da formação e os resultados alcançados por partidos sem uma militância formal tradicional, como na Holanda o Partido da Liberdade (*Partij voor de Vrijheid*) de Geert Wilders, que tem apenas dois membros, o próprio Wilders e uma Fundação, onde não existe “*party on the ground*”, nem “*party on central office*”, que obteve nas eleições legislativas holandesas de 2012 a percentagem de 10,1% e nas eleições europeias de 2014, 13,35%, ou a suíça *Lega dei Ticinesi*, fundada em 1991 pelo empresário Giuliano Bignasca, entretanto falecido mas que na assembleia fundacional de três membros foi designado presidente vitalício, tendo o partido obtido 29,7% de votos nas eleições cantonais de 2011, e em 2015 atingido 28%, assim sobrevivendo ao decesso do fundador, voltam a chamar a atenção para a efectiva necessidade de militantes tal como os conhecemos classicamente e foram definidos neste trabalho. Caracterizados como partidos nacionalistas de direita, com um modelo que leva a classificá-los como uma forma radicalizada dos partidos-empresa (Mazzoleni e Vöerman, 2016: 8), estes partidos mantêm sem estruturas formais e sem militância formal uma ligação efectiva ao eleitorado, o que é feito predominantemente através de uma forte presença na comunicação social que assegura a ligação constante entre os líderes e os apoiantes. Não se sabe se o modelo terá condições para se impor, mas é de crer que as condições particulares dos terrenos onde se movimentam – um país pequeno no caso holandês, um cantão suíço quanto à Liga – tenham alguma influência no seu sucesso. Em espaços e países de maiores dimensões não é certo se o modelo funcionará, visto que os outros partidos-empresa conhecidos ainda assim possuíam estruturas, mesmo incipientes “*on the ground*”. De qualquer modo, Mazzoleni e Vöerman acentuaram na sua análise a falta de enraizamento na sociedade, o carácter instrumental da participação e deliberação deste tipo de partidos, que funcionam em função do líder, num modelo *top-down* que desvaloriza outro tipo de participação para que desta não resulte um enfraquecimento do poder daquele.

O facto da militância ter evoluído nas últimas décadas num sentido que admite um menor comprometimento por parte dos militantes (Young, 2013: 65) e de os partidos estarem dispostos a aceitar que um indivíduo transite entre os estatutos de militância e de simpatizante sem com isso perder a ligação ao partido e de acordo com os seus interesses e disponibilidades, que tanto podem ser de tempo como económicas, demonstram que a valorização e protecção da participação não pode ser confinada a uma rigidez excessiva (Accetti e Wolkenstein, 2016)¹⁷³. Compreende-se, por isso mesmo, que Bennie referisse que os dados mais recentes

¹⁷³ *If they want to cater to this new aspect of the demand for political participation, political parties cannot conceive of themselves merely as vehicles for the aggregation of pre-formed preferences, but must rather provide concrete opportunities for individuals to develop and refine their political views* (Accetti e Wolkenstein, 2016: 11)

sugerem que os simpatizantes se estão a tornar mais importantes em relação aos militantes (Bennie, 2013: 9).

Acreditamos, por isso, que uma maior rigidez do instituto da militância poderá ter o condão de afastar mais as pessoas dos partidos, sendo por isso admissível, pelo menos teoricamente, que os partidos estarão dispostos a contemporar com uma cada vez maior flexibilidade das formas de participação que reduza os custos da militância¹⁷⁴. Esta maior flexibilidade poderá mesmo vir acompanhada de um conjunto de privilégios de ordem económica para determinados segmentos ou categorias de membros¹⁷⁵, como já hoje acontece em Portugal, nos casos do BE e do PAN, que poderão ir do valor diferenciado das quotas a descontos na aquisição de determinados tipos de bens (t-shirts, livros, material de escritório e de propaganda, refeições) ou à participação em eventos especialmente organizados (jantares, espectáculos, exposições, por exemplo).

A reconfiguração dos estatutos de militante e de simpatizante pode ser um caminho no sentido de voltar a conferir utilidade à militância, na perspectiva de quem quer participar num combate político activo e tem disponibilidade para nele investir, e reforçar a participação por via de um alargamento substancial dos simpatizantes, dando a estes instrumentos que lhes permitam uma intervenção mais qualificada e menos exigente face às obrigações da militância. Em causa estaria a substituição de um modelo oneroso de activismo de alta intensidade, difícil de compatibilizar com uma participação mais inclusiva, por um modelo de activismo de baixa intensidade, mas mais presente e susceptível de interessar mais pessoas, fazendo-as intervir nos caminhos e escolhas dos partidos, aproximando-os no quotidiano dos seus fiéis e de uma “reserva de caça” (Panebianco, 2005) mais vasta. Poder-se-á questionar se os militantes estarão dispostos a aceitar a participação de simpatizantes e de outros terceiros que estejam fora dos partidos, e em que condições, de maneira a que o estatuto de militante não se torne ele próprio inútil. Mas a este propósito diversas soluções poderão ser pensadas no sentido de se conciliar a necessidade que os partidos ainda hoje mantêm de possuírem militantes com uma maior inclusividade e regularidade da participação de não-militantes nas decisões que interessem ao partido¹⁷⁶.

¹⁷⁴ Fundamentalmente económicos e de intervenção. Em Portugal os custos procedimentais de adesão e de reputação são praticamente inexistentes para os militantes. Sobre estes custos vd. Scarrow, 2015: 129-135.

¹⁷⁵ Por exemplo: o Partido Conservador inglês anuncia quatro categorias diferentes de membership, correspondendo a cada uma quotas diferentes: *party member standard* (£ 25), *party member armed forces* (£ 15), *party member under 23* (£ 5) e *supporter/friend* (£ 1).

¹⁷⁶ Uma possibilidade seria o aproveitamento da experiência daquilo que já hoje acontece nalguns clubes desportivos em que convivem diversos estatutos de associado, correspondendo a cada um a associação a privilégios variados e o pagamento de diferentes contribuições, sendo que nem todos os votos têm o mesmo peso nos actos eleitorais internos, havendo associados com um, cinco ou vinte votos, por exemplo, em razão do número de anos de filiação. Numa situação de diferenciação de estatutos entre o militante e o simpatizante a introdução de um critério do tipo “a cada militante são atribuídos dois votos, a cada simpatizante é atribuído um voto”, embora contrariando o princípio de a cada eleitor corresponder um voto, permitiria, para além da capacidade eleitoral passiva dos militantes, garantir que os militantes manteriam algum peso na decisão final.

A instituição em Portugal de quaisquer novos modelos de participação, que aproximem os cidadãos dos partidos, depende da vontade destes e do seu desejo de se modernizarem e corresponderem aos anseios das pessoas que lhes estão mais próximas e que se identificam com as suas ideias e projectos. A forma como isso poderá ser concretizado é matéria para discussão futura.

A investigação realizada permite pensar que o futuro da militância não é uma realidade fechada e muito menos destinada à extinção. O que esta sugere é que terá de haver uma ligação mais forte dos partidos à sua base, que as pessoas tendem a rejeitar o condicionamento da expressão da sua vontade a procedimentos plebiscitários na escolha de políticas e de candidatos, que existe um fundo ideológico referencial que não pode ser desvalorizado, e que o reforço da *linkage* do partido à sociedade obrigará à atribuição de uma maior autonomia e capacidade de decisão a estruturas descentralizadas, permitindo que estas tenham a oportunidade de escolher de um conjunto de instrumentos disponibilizados pelos partidos aqueles que lhes serão mais favoráveis para passarem localmente a mensagem e segurarem o seu eleitorado potencial.

Por outro lado, uma aposta dos partidos na participação – já nem falamos na militância como aqui foi descrita e apresentada – deverá confrontá-los quer com a necessidade de melhoria dos instrumentos de participação, quer com a capacitação do maior número de pessoas para intervir.

Esta última passará, crê-se, por uma maior aposta na formação, agora já não restringida aos militantes e a simpatizantes, mas aberta a todos, que prepare as pessoas, lhes ofereça condições de participação e as dote dos conhecimentos e instrumentos necessários a essa participação, estimulando a intervenção, a liberdade de crítica e o debate aberto de ideias na discussão de projectos, a apresentação de propostas sobre as matérias relevantes, convocando o maior número de pessoas no processo de formação da decisão.

Quem participa precisa de sentir que é útil à participação, que o seu contributo é valorizado no processo de formação de decisão, e que as escolhas, sejam de políticas ou de pessoas, obedecerão a processos de apresentação de propostas ou de candidaturas, de discussão e de selecção transparentes, suportados em argumentos sérios e no mérito, em termos tais que a aceitação da decisão por militantes e simpatizantes seja um resultado do próprio processo e da legitimidade que pelos seus destinatários lhe seja reconhecida.

Poder-se-á sempre questionar, como outros já fizeram, se a natureza destes procedimentos será compatível com lideranças robustas, habituadas a decidirem primeiro para depois imporem a decisão sem discussão. Ou com a necessidade dos partidos se manterem internamente fortes, coesos, não abrindo pontos de clivagem desnecessários que dêem origem a processos de fraccionamento e cisão. Mas colocar essas questões é um primeiro passo para se aceitar a necessidade de mudar. E se houver essa vontade, então tais questões terão de ser colocadas e discutidas.

Encontrar um ponto de equilíbrio que possa combinar os anseios a uma maior participa-

ção com a necessidade de assegurar a *responsiveness* do partido em tempo útil constitui um desafio, é certo, mas aos partidos compete encontrar as melhores soluções combinando a “utilidade funcional da manutenção de uma base militante, com a necessidade de equilibrar as expectativas do Estado e individuais em relação ao que significa ser membro de um partido” (Gauja, 2015: 239).

Em termos de organização, a reacção muito crítica ao carreirismo e à profissionalização que os ex-militantes demonstraram, recomenda um emagrecimento das estruturas burocráticas dos partidos, que deverão ser reduzidas ao mínimo para permitir o funcionamento dos serviços básicos da organização, reduzindo as oportunidades de carreira interna¹⁷⁷.

Quanto a este ponto, deverá ser equacionada a necessidade dos partidos manterem estruturas juvenis ou sindicais autónomas com representatividade própria nos órgãos internos, ou de saber se não fará mais sentido permitir a inclusão dos jovens nos partidos a partir do momento em que atinjam a maioridade, combinando a sua inclusão com uma participação equilibrada nos órgãos internos e, por hipótese, aprofundando o modelo dos grupos de trabalho sectoriais que vem sendo seguido por alguns partidos para tratar de questões que lhes são próprias.

Associado ao que se vem de referir está o incontornável problema da formação das elites dos partidos que serão chamadas a preencher os órgãos que constituem a ossatura das instituições públicas da democracia.

Os modelos que têm imperado até agora, que tanta crítica têm suscitado e que as entrevistas deste trabalho melhor elucidaram, merecem uma reflexão crítica por parte dos partidos. O cumprimento de percurso político-administrativo desde a juventude à sombra do partido, desvalorizando aptidões, qualificações e a criação de espíritos livres e independentes, pelos exemplos que as entrevistas trouxeram, não concorre para a formação das elites que os partidos e o País precisam.

O reconhecido baixo nível geral da elite política nacional contribui para o descrédito dos partidos, afigurando-se no mínimo problemático que, mesmo que sejam introduzidos pelos partidos mecanismos tendentes a um aumento da participação e a uma maior transparência dos processos de decisão, que estes processos surtam efeito se não houver uma renovação das actuais elites por via de uma reformulação dos seus critérios de formação e escolha, de maneira a que sejam privilegiados o mérito, a capacidade de decisão, o espírito crítico, o pensamento aberto e descomprometido.

Alargar os horizontes da participação, dando um sentido útil e actual à militância e ao empenho cívico nos partidos, abrindo o campo de recrutamento das futuras elites, conferindo inteligência às escolhas, critério e transparência às decisões, inculcando confiança nos

¹⁷⁷ Note-se que o relatório da Mesa Nacional do BE à X Convenção (2016) chamou a atenção para a melhoria das finanças do partido, em virtude dos bons resultados eleitorais que praticamente duplicaram a subvenção estatal, verificando-se que uma das consequências *imediatas* foi a contratação de mais funcionários para as distritais e equipas da sede central e para apoio ao grupo parlamentar.

destinatários, poderá não parecer tarefa fácil e ao alcance de uma só geração. Acreditar que isso é possível, que está ao nosso alcance e que daí depende o salto qualitativo que a nossa democracia carece, será certamente mais fácil. Depende dos partidos, dos seus militantes, dos simpatizantes e de todos os cidadãos que não desistem perante os primeiros escolhos do caminho, que não viram a cara à borrasca e que dizem presente no momento em que o país precisa deles. Acima de tudo depende de cada um de nós. Depende de todos os que se recusam a aceitar passivamente a “transformação da democracia de partidos numa democracia de audiências” (Mair, 2013: 44)¹⁷⁸. Da nossa capacidade de intervenção cívica e da maneira como formos capazes de olhar para democracia que construímos em quarenta anos. Também para a participação política que temos e para os partidos.

Olhar para os partidos e para a militância que hoje temos é também uma certa forma de olharmos para nós. Só olhando para nós poderemos apercebermo-nos dos nossos defeitos, dos nossos vícios, das virtudes que também temos. Talvez possamos, pois, começar por aí. Olhando para nós.

¹⁷⁸ *“As citizens exit the national political arena, they inevitably weaken the major actors who survive there – the political parties. And this, in turn, is part of, and promotes, audience democracy.”* (Mair, 2013: 44)

XII

EPIÍLOGO

“[T]he price of being responsive to the party’s members may be limited capacity to be responsive to the broader electorate” (Katz e Cross, 2013: 171)

Esta investigação foi norteada por um objectivo muito específico, qual fosse o de procurar contribuir para a identificação e aclaração das razões que pudessem esconder-se por detrás do abandono da militância partidária. Centrada no caso português, onde pouco se tem feito recorrendo a uma metodologia de base qualitativa que contactasse ex-militantes e os questionasse directamente sobre as razões que estavam na origem da sua saída dos partidos, a sua elaboração exigiu que fosse, por um lado, feito um levantamento da situação da militância em Portugal e, por outro lado, que durante o tempo disponível para a sua concretização fosse contactado o maior número possível de ex-militantes, para que estes tivessem a palavra.

Para tanto, começou-se por fazer uma identificação do problema mais geral do declínio da militância e da forma como este tem sido analisado pelos diversos autores e pelos partidos. Tratou-se, desde logo, de trabalhar para a clarificação de alguns conceitos fundamentais e efectuar uma digressão pelo que de mais significativo tem sido escrito ao longo das últimas décadas sobre os partidos políticos e a militância. Houve a preocupação de fazê-lo sem quaisquer constrangimentos ou *arrière-pensées* que pudessem limitar ou desvalorizar os resultados a que se chegasse.

Qualquer investigador, como qualquer pessoa, tem as suas preocupações, as suas convicções, e é produto de um processo de formação e socialização ao longo da vida que o acompanha e conduz desde a mais tenra idade até à sua inserção profissional quando atingida a vida adulta. Nesse percurso assimilam-se ideias, imagens, conceitos, que de uma forma ou de outra estarão sempre presentes nas escolhas que esse caminho pede. Ao investigador cabe antes de se lançar na realização da empreitada a que se propôs tomar as precauções e rodear-se do maior número possível de elementos que o ajudem a concretizá-la, fazendo-o de forma tal que os resultados a que se chegue sejam os que de forma mais fiel apresentem a realidade estudada, qualquer que seja o sentido das conclusões que se possam extrair, confirmem ou infirmem as ideias iniciais que presidiram à escolha do tema, depois ao seu estudo e à apresentação dos resultados a que se chegou.

Quando se partiu para esta aventura, tal como na introdução ficou vincado, procurou-se que isso fosse feito numa perspectiva durkheimniana que libertasse o investigador e lhe permitisse apreender o sentido da coisas, como se não as conhecesse anteriormente, como se nunca tivesse ouvido falar delas. Foi isso que se procurou fazer no tempo previamente delimitado de acordo com o programa científico do curso e respeitando, tanto quanto possível, o projecto aprovado.

Todavia, uma revisão de literatura, ainda que o mais completa que o estado da arte e o en-

genho nos permitisse, e a condução de entrevistas sobre o tema seriam sempre insuficientes para conferirem aos avaliadores do trabalho e aos seus destinatários, instrumentos adequados à construção de uma ideia global sobre a situação dos partidos políticos e da militância na Europa, dos resultados que foram sendo apurados, e daqueles que deverão ser os instrumentos primordiais de ajuda para o estudo e compreensão da realidade a que se dedicou atenção.

Porque de militantes e de partidos estamos a falar, e a situação destes sofreu uma evolução grande a partir da década de setenta do século passado, entendeu-se, na sequência da revisão de literatura, começar por fazer uma abordagem, ainda que breve, das suas origens, situando-os temporalmente e dando conta do modo como se foram posicionando na sua relação com o Estado e os cidadãos.

Nessa abordagem considerou-se haver pertinência em apresentar uma tipologia que, tendo assimilado todas as que nos precederam, pudesse ter um sentido útil e actual para o estudo e compreensão dessa incontornável realidade dos nossos dias e para que fosse à sua luz que a militância exercida sob as formas hoje conhecidas se enquadrasse.

Num universo onde as transformações sociais e políticas, muitas induzidas pelo avanço tecnológico, são constantes e decisivas para a nossa forma de actuar, de compreender o mundo e de nos governarmos de acordo com as regras, que com maiores ou menores desafios, retrocessos e avanços foram as que escolhemos, estão acolhidas em textos internacionais e fazem parte do nosso quadro constitucional e político de referência, construindo em torno de uma ideia de participação que obriga ao respeito, entre muitos outros, por princípios de liberdade, de justiça e de igualdade que não seriam concretizáveis sem a existência de uma democracia para a qual concorrem decisivamente os partidos políticos e os cidadãos, era também necessário que o estudo que se empreendesse sobre a militância fosse capaz de ajudar à introdução de alguma clareza em relação aos conceitos a que se recorre e aos tipos que a caracterizam. Foi isso que também houve a preocupação de fazer.

Associada a esta, surgiu a oportunidade de analisar, porque fundamental para entender a militância, o quadro político-constitucional e regulamentar que a baliza, antes de se entrar na matéria central deste trabalho que, pensamos, permitiu conhecer um pouco melhor o modo como a militância se exerce no Portugal do século XXI, os seus constrangimentos e desafios, colocando a tónica nos processos de abandono, tentando esclarecer como saem e porque saem os militantes dos partidos.

O autor destas linhas já fez o seu próprio juízo crítico e aguardará os contributos, as críticas e sugestões que outros mais abalizados lhe queiram fazer chegar.

Quanto ao resultado final do trabalho e a saber se alcançou os objectivos a que se propôs, essas são avaliações que só aos seus destinatários competem.

BIBLIOGRAFIA

- Accardo, Alain (1993), Une faillite politique [Entretien avec un militant du PCF], in *Actes de la recherche en sciences sociales*, Vol. 96-97, Mars 1993, Esprits d'État, 80-86
- Accetti, Carlo Invernizzi e Wolkenstein, Fabio (2016), The crisis of party democracy, cognitive mobilization and the case for making parties more deliberative, *American Political Science Review*, LSI Research Online (in press), disponível em <http://eprints.lse.ac.uk/65718/>
- Anduiza Perea, Eva, Ismael Crespo e Mónica Méndez Lago (1999), Metodología de la Ciencia Política, *Cuadernos Metodológicos*, CIS, 28
- Agrikoliansky, Éric (2001), Carrières militantes et vocation à la morale: les militants de la LDH dans les années 1980, *Revue Française de Science Politique*, 2001/1 (Vol. 51), 27-46
- Aldrin, Philippe (2009), Les permanents sont t'ils des militants?, *Recherche Socialiste*, dossier spéciale "Les transformations du militantisme socialiste" (dirigé par Rémi Lefebvre), Hors- série, 46-47 (2009), 67-81
- Amjahad, Anissa e Mathieu Vieira (2010), *From the Decline of membership to Disengagement. A First Step Towards a New Research Agenda*, Paper presented at Politcogenetmaal 2010, Leuven, 27-28 May
- Andolfatto, Dominique (2001), Les Adhérents: Une Ressource Réévaluée, in *Les Partis Politiques : Quelles Perspectives?*, Sous la direction de Dominique Andolfatto, Fabienne Greffet et Laurent Olivier, L'Harmattan, Paris;
- Antunes, Luís Filipe Colaço (1982), Sistema de Partidos y Participación Política en Portugal, *Revista de Estudios Políticos* (Nueva Epoca), n.º 27, Mayo-Junio, 113-136
- Ashour, Omar (2007) Lions Tamed? An Inquiry into the Causes of De-Radicalization of Armed Islamist Movements: The Case of the Egyptian Islamic Group, *Middle East Journal*, Vol. 61, NO. 4, Autum, 596-625
- Ashour, Omar (2009a) Votes and Violence - Islamists and the Processes of Transformation, *The International Centre for the Study of Radicalisation and Political Violence (ICSR)*, November
- Ashour, Omar (2009b) *The De-Radicalization of Jihadists – Transforming armed Islamist movements*, Routledge
- Avnon, Dan (1995), Parties laws in democratic systems of government, *Journal of Legislative Studies*, 1(2), 283-300
- Bardi, Luciano (2004), Party Responses to Electoral Dealignment in Italy, in *Political Parties and Electoral Change – Party Responses to Electoral Markets*, Edited by Peter Mair, Wolfgang F. Müller, and Fritz Plasser, Sage, 111-144
- Barnes, Samuel H. e Max Kaase (1979), *Political Action, Mass Participation in Five Western Democracies*, Beverly Hills, Sage

- Bartolini, Stefano (1982), Gli Iscritti ai Partiti di Massa: Analisi dell'esperienza socialista in Europa (1889-1978), *Rivista Italiana di Scienza Politica*, Volume 12, n.º 2, Agosto
- Bartolini Stefano (1983), The Membership of Mass Parties: The Social Democratic Experience 1889-1978, in Hans Daalder and P. Mair (eds), *Western European Party System. Continuity and Change*, Beverly Hills, Sage, pp. 177-220;
- Bartolini, Stefano (2000), *The Class Cleavage – The Political Mobilization of the European Left, 1860-1980*, Cambridge University Press;
- Bauman, Zygmunt (1967), Les membres et les activistes du parti dans l'entreprise de la production, in *L'Homme et la société*, n. 5, 127-139
- Beetham David (1991), Max Weber and the Legitimacy of the Modern State, *Analyse & Kritik*, 13 (1991) S., 34-45
- Beetham, David (1993), In Defence of Legitimacy, *Political Studies*, XLI, 488-491
- Belchior, Ana Maria (2008), Democracia nos Partidos Políticos Portugueses - Uma análise do eleitorado, dos programas e dos estatutos, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 58, 131-154
- Bennie, Lynn (2013), *Party Membership Matters*, Paper prepared for the Annual Conference of EFOP (Elections, Public Opinion and Parties), Lancaster University, UK, 13-15 September
- Bennie, Lynn (2015), Party membership in Britain, A minority pursuit, in *Party Members and Activists*, Edited by Emilie van Haute and Anika Gauja, Routledge, 169-185
- Bennie, Lynn, James Mitchells e Rob Johns (2016), *Recruited by Referendum: Party membership in SNP and Scottish Greens*, Paper prepared for the Annual 66th Annual International Conference of the Political Science Association, Brighton, UK, 21-23 March
- Bimber, Bruce (2003) *Information and American Democracy, Technology in the Evolution of Political Power*, Cambridge University Press
- Biorcio, Roberto (2008), Partecipazione politica e associazionismo, *Partecipazione e Conflitto*, 0/2008, 67-93
- Bjørger, Tore e John Horgan (2009), *Leaving Terrorism Behind, Individual and collective disengagement*, Edited by Tore Bjørger and John Horgan, Routledge
- Blondel, Jean (2002), Party Government, Patronage, and Party Decline in Western Europe, in *Political Parties Old Concepts, New Challenges*, Edited by Richard Gunther, José Ramon Montero, and Juan Linz, Oxford University Press
- Bolleyer, Nicole (2009) Inside the Cartel Party: Party Organization in Government and Opposition, *Political Studies*, Vol.57, 559–579
- Bonnet, Serge, Santini Charles e Barthelemy Hubert (1962), Appartenance politique et attitude religieuse dans l'émigration italienne en Lorraine sidérurgique, *Archives de Sociologie des Religions*, n. 13, 45-71

- Booth, John A. e Mitchell A. Seligson (1978), *Political Participation in Latin America*, Edit by John A. Booth e Mitchell A. Seligson, Holmes & Meiers Publishers, New York
- Borba, Julian (2012), Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação, *Revista Sociedade e Estado*, Vol. 27, n.º 2, Maio/Agosto, 263-288
- Borz, Gabriela (2016), Justifying the constitutional regulation of political parties: A framework for analysis, *International Political Science Review*, 1-15
- Bosco, Anna and Morlino, Leonardo (2006), What Changes in South European Parties? A Comparative Introduction, *South European Society and Politics*, 11:3-4, 331-358
- Bourdet, Yvon (1976), *Qu'est-ce qui fait courir les militants?*, Paris, Stock, 1976
- Boyan, A. Stephen (1968), Defining Religion in Operational and Institutional Terms, *University of Pennsylvania Law Review*, Vol. 116, 479-498
- Brady, H. (1999), Political Participation, in *Measures of Political Attitudes*, J.P. Robison, P.R. Shaver, L. S. Wrightsmann (Eds.), San Diego Academic Press, 737-801;
- Brady, H. (2003), *An analytical perspective on participation inequality and income inequality*, Paper for the Russell Sage Foundation Project on the "Social Dimensions of Inequality";
- Bray, Zoe (2008), *Ethnographic approaches, Approaches and Methodologies in the Social Sciences, A Pluralist Perspective*, Edited by Donatella della Porta and Michael Keating, Cambridge University Press, 296-315
- Brice, Viscount James (1921), *Modern Democracies*, The MacMillan Company, New York
- Brodiez, Axelle (2004), Militants, Benévoles, Affiliés, Affranchis, ...: De l'applicabilité historique des travaux sociologiques, manuscrit auteur, publié dans "*Les bénévoles et leurs associations. Autres réalités, autre sociologie?*", 279-291
- Burke, Edmund (1884), *Thoughts on the Cause of Present Discontents*, London, 6th Edition, em <http://openlibrary.org>
- Burke Edmund (2002), Thoughts on The Cause of the Present Discontents, in *Perspectives on Political Parties – Classical Readings*, Edited by Susan E. Scarrow, Palgrave MacMillan;
- Caelli, K., Ray, L., e Mill, J. (2003). 'Clear as mud': Toward greater clarity in generic qualitative research. *International Journal of Qualitative Methods*, 2(2), 2-24, retrieved January, 25, 2016, from https://www.ualberta.ca/~iiqm/backissues/2_2/pdf/caellietal.pdf
- Canotilho, J.J. Gomes e Vital Moreira (2007), *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Almedina, 4ª edição revista
- Canotilho, J.J. Gomes e Vital Moreira (2010), *CRP – Constituição da República Portuguesa Anotada*, Coimbra Editora, 4ª edição (2 volumes)
- Casal Bértoa, Fernando (2014), *Plus ça change: Portuguese Party Regulation over-time (1974-2012)*,

manuscrito facultado pelo autor

- Casal Bértoa, Fernando, Daniella Romée Piccio e Ekaterina R. Rashkova (2012), Party Law in Comparative Perspective, *Working Paper Series on the Legal Regulation of Political Parties*, No. 16, disponível em <http://www.partylaw.leidenuniv.nl/uploads/wp1612.pdf>
- Charlot, Jean (1974), *Os partidos políticos*, Parceria A. M. Pereira Lda, Lisboa
- Clark, Peter B. e James Q. Wilson (1961) Incentive Systems: a Theory of Organizations, *Administrative Science Quarterly*, Vol. 6, September, no. 2, 129-166
- Clubb, Gordon (2009), Re-evaluating the Disengagement Process: the Case of Fatah, *Perspectives on Terrorism*, Vol. 3, Issue 3, September
- Coelho, Miguel (2014), *Os Partidos Políticos e o recrutamento do pessoal dirigente em Portugal – O caso do PS e do PPD/PSD*, Europress
- Coenen, Marie-Thérèse (2011), *De la définition du militant et de la militante : Un concept aux dimensions plurielles*, CARHOP-2011
- Collier, David, Jody LaPorte e Jason Seawright (2012), Putting typologies to work: concept formation, measurement, and analytic rigor, *Public Research Quarterly*, 65(1), 217-232
- Combes, Hélène (2011), “Tomar partido”. Para una sociologia de los militantes desde los cierres de campaña, *Revista de Sociologia*, n.º 25, 113-138
- Conge, Patrick (1988), The Concept of Political Participation: Toward a Definition, *Comparative Politics*, Vol. 20, No. 2 (Jan), pp. 241-249, Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/421669>
- Cresswell, John W. (2014), *A concise introduction to mixed methods research*, Sage
- Cross, William and Lisa Young (2008), Factors Influencing the Decision of The Young Politically Engaged to Join a Political Party – An Investigation of the Canadian Case, *Party Politics*, Vol. 14, 3, 345-369.
- Crouch, Collin (2004), *Posdemocracia*, Editorial Taurus, Madrid
- Daalder, Hans (2001), The Rise of Parties in Western Democracies, in *Political Parties and Democracy*, Edited by Larry Diamond and Richard Gunther, The Johns Hopkins University Press, Baltimore
- Dalton, Russell (1984), Cognitive Mobilization and Partisan Dealignment in Advanced Industrial Democracies, *The Journal of Politics*, 46, 264-284
- Dalton, Russell J. (1999), Political Support in Advanced Industrial Democracies, in *Critical Citizens. Global Support for Democratic Governance*, Pippa Norris, ed., Oxford University Press;
- Dalton, Russell J., Ian McAllister e Martin Wattenberg (2002), Parties and their Publics, *Political Parties in the New Europe*, Edited by Kurt Richard Luther and Ferdinand Muller-Rommel, Oxford, 19-42
- Dalton, Russell (2002), The Decline of Party Identification, in Dalton, R.J. e M. P. Wattenberg (eds.), in

- Parties without Partisans, Political Change in Advanced Industrial Democracies*, Oxford University Press
- Dalton, Russell J. (2008) Citizenship Norms and the Expansion of Political Participation, *Political Studies*, Vol. 56, 76-98
- Dalton, R.J., Farrell D.M. e McAllister, Ian (2011), *Political parties and Democratic Linkage: How Parties Organize Democracy*, Oxford, Oxford University Press
- Dalton, Russell J. e Weldon, Steven A. (2005), Public Images of Political Parties: A necessary evil?, *West European Politics*, Vol. 28, No 5, November, 931-951
- Delfino, Gisela e Zubieta, Elena M. (2010), Participación Política: Concepto y Modalidades, Tese Doctoral: Participación Política y Factores Psicosociales: un estudio com estudiantes universitarios, *Anuário de Investigación*, Volumen VXII, 211-220
- Delwitt, Pascal (2011), Still in Decline? Party Membership in Europe, in *Party Membership in Europe: Exploration into the anthills of Party Politics*, edited by Emilie Van Haute, in *Party Membership in Europe: Exploration in the anthills of Party Politics*, Bruxelles Editions de l'Université de Bruxelles, 25-42
- Den Ridder, Josje, Joop van Holsteyn e Ruud Koole (2015) *Party membership in the Netherlands, Party Members and Activists*, Edited by Emilie van Haute e Anika Gauja, Routledge, 134-150
- Derville, Jacques (1976) La Fédération Socialiste de L'Isère depuis 1969: contribution à l'étude de l'évolution du parti socialiste, *Revue Française de Science Politique*, Volume 26, Numéro 3, 568-599
- Derville, Maurice e Jacques Croisat (1979) La socialisation des militants communistes français, *Revue Française de Science Politique*, Volume 29, Numéro 4-5, 760-790
- Diefenbach, Thomas (2009), Are case studies more than sophisticated storytelling?: Methodological problems of qualitative empirical research mainly based on semi-structured interviews, *Quality and Quantity*, 43, 875-894, disponível em <http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11135-008-9164-0>
- Dobbeleare, Karel e Jan Lawuers (1973), Definition of Religion, A Sociological Critique, *Social Compass*, XX, 1973/4, 535-551
- Došek, Tomáš (2014), *Party Membership in Latin American Political Parties: What is the role of the militants?*, Paper "Contemporary Meanings of Party membership", ECPR Joint Sessions of Workshops, April 10-15, University of Salamanca
- Durkheim, Émile (1919), *Les Regles de la Méthode Sociologique*, Paris, Librairie Félix Alcan, Septième Edition
- Duverger, Maurice (1951), Adhérents et Electeurs des Partis, *Revue Française de Science Politique*, Volume 1, numéro 1-2, pp 56-75
- Duverger, Maurice (1976), *Les partis politiques*, Librairie Armand Collin

- Easton, David (1953), *The Political System: An Inquiry in the State of Political Science*, New York, Alfred A. Knott
- Easton, David (1957), An Approach to the Analysis of Political Systems, *World Politics*, Johns Hopkins University Press, Vol. 9, No. 3, April, 383-400
- Ekman, Joakim e Erik Amnå (2012), Political Participation and Civic Engagement: Towards a new typology, *Human Affairs*, 22, 283-300
- Elster, Jon (1995), Forces and Mechanisms in the Constitution-making process, *Duke Law Journal*, Vol. 45, 364-396
- Espírito Santo, Paula do (2011), *Sociologia Política e Eleitoral, Modelo e Explicações de Voto*, ISOSP, 2.ª edição
- Espírito Santo, Paula, Marco Lisi e Bruno Ferreira Costa (2015), 1) *Party membership in Portugal: between demobilisation and competition* 2) *Party membership in Portugal: profile, attitudes and patterns of participation*, Paper, Conferência Filiados e Delegados em perspectiva Comparada, Lisboa, ISSCP/UTL, 23 de Janeiro
- Farrell, Dan (1983), Exit, voice, loyalty, and neglect as responses to job dissatisfaction: A multidimensional scaling study, *Academy of Management Journal*, Vol 26(4), Dec 1983, 596-607
- Ferrand-Bechmann, Dan (1988), Les acteurs de la scène associative, *Revue de l'économie sociale*, avril 1988, 151-157
- Feofanov, Dmitry N. (1994), Defining Religion: An Immodest Proposal, *Hofstra Law Review*, Vol. 23, Iss. 2, Article 2, available at: <http://scholarlycommons.law.hofstra.edu/hlr/vol23/iss2/2>
- Fillieule, Olivier (2010), Some Elements of an Interactionist Approach to Political Disengagement, *Social Movement Studies*, Vol. 9, No. 1, January, 1-15
- Fillieule, Olivier (2011) Disengagement process from radical organizations. What is so different when it comes to exclusive groups?, *Political Science Working Paper Series*, Lausanne
- Fillieule, Olivier e Bernard Pudal (2010), Sociologie du militantisme, Problématisations et déplacement des méthodes d'enquête, in *Penser les mouvements sociaux – Conflits sociaux*, Sommier, Éditions La Découverte, 163-184
- Fink, N. C., e Hearne, E. B. (2008). *Beyond terrorism: Deradicalization and disengagement from violent extremism* [Electronic Version]. International Peace Institute, 1-27, <http://www.ipinst.org/asset/file/384/BETER.pdf>
- Fiorina, Morris (2002), Parties and partisanship: a 40-Year Retrospective, *Political Behavior*, Vol. 24, n. 2, June, 93-115
- Flick, Uwe (2009), *An Introduction to Qualitative Research*, SAGE, 4th edition
- Fontana, Andrea e James Frey (1994), The Art of Science, *The Handbook of Qualitative Research*, edited by N. a. Y. L. Denzin, Thousand Oaks, Sage Publications, 361-76

- Fretel, Julien e Rémi Lefebvre (2004), *Retour sur un lieu commun historiographique: la faiblesse des partis politiques en France*, Communication présentée aux Journées AFSP “Science politique/histoire” – 4-6 mars
- Gallagher, Michael e Michael Marsh (2004), Party Membership in Ireland, The Members of Fina Gael, *Party Politics*, Vol 10, no. 4, 407-425
- Gaxie, Danie (1987) Le cens caché, *Réseaux*, vol. 5, 29-51
- Gauja, Anika (2006), *Enforcing Democracy? Towards a regulatory regime for the implementation of intra-party democracy*, Discussion Paper 16/06 (April), Democratic Audit of Australia, Canberra
- Gauja, Anika (2014), Building competition and breaking cartels? The legislative and judicial regulation of political parties in common law democracies, *International Political Science Review*, Online first version of record published on April, 24, in <http://ips.sagepub.com/content/early/2014/04/24/0192512114523461>
- Gauja, Anika (2015), The construction of party membership, *EJPR*, 54 (2), 232-248
- Gauja Anika e Emilie van Haute (2014) *Members and Activists of Political Parties in Comparative Perspective*, Paper prepared for the IPSA World Congress of Political Science – Panel ‘What is party membership?’, disponível em http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_35231.pdf
- Gauja, Anika e Emilie van Haute (2015), *Members and Activists of Political Parties in Comparative Perspective, Party Members and Activists*, Edited by Emilie van haute and Anika Gauja, Routledge
- Gibson, Rachel K. (2015) Party change, social media and the rise of ‘citizen-initiated’ campaigning, *Party Politics*, Vol. 21(2), 183–197
- Gibson, Rachel K., Kevin Gillan, Fabienne Greffet, Benjamin J. Lee e Stephen Ward (2012), Party organization change and ICTs: the growth of a virtual grassroots?, *New Media and Society*, 15 (1), 31-51
- Goodliffe, Gabriel (2012), The price of disengagement: radical populism in France and Germany, *Journal of Contemporary European Studies*, 20:2, 137-160
- Gouveia, Jorge Bacelar e Ana Rita Cabrita (2001), Partidos Políticos, *Revista Paraná Eleitoral*, n.º 40, Abril-Junho, 49-62
- Granik, Sue (2003), *Part of the party: Continuity and Discontinuity amongst political party memberships*, Paper presented at the PSA Annual Conference, University of Leicester, UK
- Granik, Sue (2005): Membership Benefits, Membership Action: Why Incentives for Activism Are What Members Want, *Journal of Nonprofit & Public Sector Marketing*, 14:1-2, 65-89
- Grima, François e Dominique Glaymann (2012), A revisited analysis of the Exit-Voice-Loyalty-Neglect model: contributions of a longitudinal and conceptually extended approach, in *M@n@gement*, vol. 15, no. 1, 1-41
- Guillot, Philippe (2006), *Engagement Politique*, artigo sem referências, disponível online <http://philguillot>.

pagesperso-orange.fr/Publications/Engagement.pdf

- Gunn, T. Jeremy (2003), The complexity of Religion and the Definition of “Religion” in *International Law, Harvard Human Rights Journal*, vol. 16, 189-215
- Gunther, Richard e Larry Diamond (2001), Types and Functions of Parties, in *Political Parties and Democracy*, Edited by Larry Diamond and Richard Gunther, The Johns Hopkins University Press, Baltimore
- Gunther, Richard e Larry Diamond (2003), Species of Political Parties – A New Typology, *Party Politics*, Vol. 9, n. 2, pp. 167-199
- Häegel, Florence (2009), La mobilisation partisane de droite – Les logiques organisationnelles et sociales d’adhésion à l’UMP, *Revue Française de Science Politique*, 2009/1, Vol. 59, 7-27
- Harris, Kira J. (2010), *Review: Disillusionment with radical Social Groups, Proceedings of the 1st Australian Counter Terrorism Conference*, Edit Cowan University, Research Online, <http://ro.ecu.edu.au/act/4/>
- Harvey, W. S. (2010), Methodological Approaches for Interviewing Elites. *Geography Compass*, 4(3): 193-205
- Harvey, W. S. (2011), Strategies for conducting elite interviews, *Qualitative Research*, 11 (4), 431-441
- Heidar, Knut (2006), Party Membership and Participation, in *Handbook of Party Politics*, eds. Richard S. Katz and William J. Crotty, Sage Publications, 301-315
- Heidar, Knut (2007), *What would be nice to know about party members in European democracies?*, Paper prepared for workshop 20: Partisanship in Europe: members, activists and identifiers, European Consortium for Political Research, Helsinki, Joint Sessions, 7-12 May
- Heidar, Knut (2015), Party membership in Norway, Declining but still viable?, in *Party Members and Activists*, Edited by Emilie van Haute and Anika Gauja, Routledge, 151-168
- Heidar, Knut e Jo Saglie (2003), A decline in linkage? Intra-party participation in Norway, 1991-2000, *European Journal of Political Research*, 42, pp. 761-786
- Hennebel, Ludovic and Gregory Lewbkowicz (2009), Le problème de la définition du terrorisme, in *Juger le Terrorisme dans l’État de Droit*, sous la direction de Ludovic Hennebel, L. et Damien Vandermeersch, Bruylant, Bruxelles, 17-59
- Hirschman, Albert O. (1970), *Exit, Voice, and Loyalty - Responses to Decline in Firms, Organizations, and States*, Harvard University Press
- Hooghe, Marc (2014), Defining political participation: how to pinpoint an elusive target?, *Acta Politica*, 49, 338-341
- Hooghe, Marc, Dietlind Stolle e Patrick Stouthuysen (2004), Head Start in Politics – The Recruitment Function of Youth Organizations of Political Parties in Belgium (Flanders), *Party Politics*, Vol. 10, 2, pp.193-212

- Hooghe, Marc e Sofie Marien (2013) A Comparative Analysis of the Relation Between Political Trust and Forms of Political Participation in Europe, *European Societies*, 15:1, 131-152
- Horton, Robin (1960) A Definition of Religion, and its Uses, *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, Vol. 90, No. 2, Jul.-Dec., 201-226
- Hosch-Dayican, Bengü (2014), *Online political activities as emerging forms of political participation: How do they fit in the conceptual map?*, *Acta Politica*, 49, 342-346
- Hyde, Kenneth F. (2000), Recognising deductive processes in qualitative research, *Qualitative Market Research*, 3 (2), 82-89, retrieved from <http://search.proquest.com/docview/213451424?accountid=38384>
- Hwang, Julie Chernov, Rizal Panggabean e Ihsan Ali Fauzi (2013), The Disengagement of Jihadis in Poso, Indonesia, *Asian Survey*, Vol. 53, Number 4, pp. 754–777
- Ignazi, Piero (2014), Power and the (il)legitimacy of political parties: An unavoidable paradox of contemporary democracy?, *Party Politics*, 2014, Vol. 20(2), 160-169
- Inglehart, Ronald (1971), The silent revolution in Europe, Intergenerational Change in Post-Industrial Societies, *American Political Science Review*, Vol. 65, no 4, pp 991-1017
- Inglehart, Ronald (1990), *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, Princeton University Press
- Ion, Jacques (2006), Militant, militantisme, in *Dictionnaire de Sociologie Le Robert*, Paris, Seuil, 1999
- Jalali, Carlos (2006), The Woes of Being in Opposition: The PSD since 1995, *South European Society and Politics*, 11:3-4, 359-379
- Jalali, Carlos (2007), *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*, ICS
- Jardin, Xavier (1994) *Le militantisme au R.P.R. (dans quatre circonscriptions parisiennes) – Contribution à l'analyse générale du militantisme politique*, Mémoire présenté pour le DEA Études Politiques, Sous la Direction de Jean Charlot
- Jick, Todd D. (1979) Mixing Qualitative and Quantitative Methods: Triangulation in Action, *Administrative Science Quarterly*, Vol. 24, No. 4, Qualitative Methodology, December, 602-611
- Kaase, Max e Alan Marsh (1979), Political Action. A Theoretical Perspective, Barnes, S. & Kaase M. (Eds.), in *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*, London, Sage
- Karvonen, Lauri (2007), Legislation on Political Parties: A Global Comparison, *Party Politics*, Vol. 13, n.º 4, 437-455
- Katz, R. (1990), Party as linkage: A vestigial function?, *EJPR* 18, 143-161
- Katz, R. S. (2002), The internal life of parties, in *Political Challenges in the New Europe: Political and Analytical Challenges*, eds. K. R. Luther & Müller-Rommel, Oxford University Press, Oxford, 87-118

- Katz, R. S. e Peter Mair (2002), The Ascendancy of Parties in Public office, in *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*, Gunther, Richard, José Ramón Montero, and Juan J. Linz, eds., Oxford University Press
- Katz, Richard S. (2004), *Democracy and the Legal Regulation of Political Parties*, Paper prepared for USAID's Conference on 'Change in Political parties', Washington D.C., 1 October
- Katz, Richard S., Peter Mair *et al.* (1992), The membership of political parties in European democracies 1960-1990, *EJPR*, 22, 329-345;
- Katz, Richard e Peter Mair (1994), The evolution of party organization: three faces of party organization, William Croty (Ed.), in *Political Parties in a Changing Age*, special issue of the American Review of Politics, 14, 593-617
- Katz, Richard e Peter Mair (1995) Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party, *Party Politics*, Vol. 1., no. 1, 5-28
- Katz, Richard S. e William Cross (2013), *Problematizing Intra-Party Democracy, The Challenges of Intra-Party democracy*, Edited by William P. Cross and Richard S. Katz, Oxford
- Keen, Richard (2015), *Membership of UK Political Parties*, House of Commons Library, August 11
- Keman, Hans (2014) Democratic Performance of Parties and Legitimacy in *Europe, West European Politics*, April, 309-330
- King, Gary, Robert Keohane, e Sidney Verba (1996), *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*, Princeton University Press
- Kitschelt, Herber (2000) *Linkages between Citizens and Politicians in Democratic Polities*, *Comparative Political Studies*, 33, 6/7, August/September, 845-879
- Kitschelt, Herbert e Steven Wilkinson (2007) *Patrons, Clients, and Policies: Patterns of Democratic Accountability and Political Competition*, Edited by Herbert Kitschelt and Steven Wilkinson, Cambridge
- Knapp, Andrew (2004), Ephemeral Victories? France's Governing Parties, the Ecologists, and the Far Right, in *Political Parties and Electoral Change – Party Responses to Electoral Markets*, Edited by Peter Mair, Wolfgang F. Müller, and Fritz Plasser, Sage, pp. 49-85
- Koelble, Thomas A. (1989), Party Structures and Democracy - Michels, McKenzie, and Duverger revisited via the examples of the West German Green Party and the British Social Democratic Party, *Comparative Political Studies*, Vol 22, no. 2, July, 199-216
- Kölln, Ann-Kristin (2014), Party membership in Europe: Testing party-level explanations of decline, *Party Politics*, 1-13
- Kölln, Ann-Kristin (2014b) *Does party regulation in Europe create a level playing field?* Paper prepared for presentation at the workshop "The Legal Regulation of Political Parties – Promoting Electoral Integrity", Sydney University, Australia, 28-29 September

- Kölln, Ann-Kristin (2015) The effects of membership decline on party organisations in Europe, *European Journal of Political Research*, 54, 707–725
- Kosiara-Pedersen, Karina (2009), *Danish Party Membership*, CUVAP Working Paper Series
- Kosiara-Pedersen, Karina (2015) Party membership in Denmark, Fluctuating membership figures and organizational stability, in *Party Members and Activists*, Edited by Emilie van Haute and Anika Gauja, Routledge, 66-83
- Kosiara-Pedersen, Karina (2016), *Why are Members on the Way out of their Political Youth Organization?*, CERGU'S Working Paper Series 2016:8 University of Gothenburg, January
- Kothari, C. R. (2009), *Research Methodology – Methods and Techniques*, New Age International Publishers
- Kriegel, Anne (1966), Le parti communiste français sous la Troisième République (1920-1939). Évolution de ses effectifs, in *Revue Française de Science Politique*, 16^{ème} année, n.1, pp 5-35
- Krouwel, André (2006), Party Models, in *Handbook of Party Politics*, Edited by Richard Katz and William Crotty, Sage, 249-269
- Lagroye, Jacques e Guy Lord (1974), Trois fédérations de partis politiques: esquisse de typologie, in *Revue Française de Science Politique*, 24^{ème} année, n. 3, pp. 559-595
- Laguna, Juan Hernández Bravo de (2006), La Constitucionalización de los partidos en España, *Anales de La Facultad de Derecho de la Universidad de La Laguna*, 23, diciembre, 119-138
- Lamprianou, Iasonas (2013), Contemporary Political Participation Research: A Critical Assessment, K.N. Demetriou (ed.), *Democracy in Transition – Political participation in European Union*, Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 22-42
- Lawson, Kay (1976), *The Comparative Study of Political Parties*, New York, St. Martin
- Lawson, Kay (1980), *Political Parties and Linkage: A Comparative Perspective*, Kay Lawson (ed.) Yale University Press, New Haven, 3–24
- Lawson, Kay (2005), Linkage and Democracy, in *Political Parties and Political Systems – The Concept of Linkage Revisited*, Edited by Andrea Römmele, David M. Farrell, and Piero Ignazi, Praeger
- Lawson, Kay (2011), Five Variation on a Theme, Interest Aggregation by Party Today, in *How Political Parties Respond - Interest aggregation revisited*, Edited by Kay Lawson and Thomas Pongutke, Routledge Chapman & Hall
- Leclercq, Catherine (2011), Engagement et Construction de Soi. La carrière d'émancipation d'un permanent communiste, *Sociétés Contemporaines*, 2001/4 (vol. n.º 84), 127-149
- Leclercq, Catherine e Julie Pagis (2011), Les incidences biographiques de l'engagement. Socialisations militantes et mobilité sociale. Introduction, *Sociétés Contemporaines*, 2011/4 (nº 84), p. 5-23
- Lecomte, Patrick (1989) Comment viennent-ils à la politique? L'engagement des nouvelles recrues du

- RPR, *Revue Française de Science Politique*, 39e année, n°5, 1989, 683-699
- Lisi, Marco (2009) *A Arte de ser indispensável ao líder, Líder e organização no Partido Socialista português*, Lisboa, ICS
- Lisi, M. (2011), *Os Partidos Políticos em Portugal – Continuidade e Transformação*, Coimbra, Almedina
- Lisi, Marco (2015) O futuro dos partidos na representação política, in *O Futuro da Representação Política Democrática*, Organização e Introdução: André Freire, Vega, 1.ª edição, 93-118
- Lipset, S. M. e Stein Rokkan (1967), Cleavages Structures, Party Systems, and Voter Alignments, in Peter Mair (ed.), *The West European Party System* (Oxford University Press, 1990), 91-111
- Littré (1874), *Dictionnaire de La Langue Française*, Librairie Hachette et Cie., Tomo 3, disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5460034d.r=Dictionnaire%20de%20la%20langue%20fran%C3%A7aise%20littr%C3%A9?rk=42918;4>
- Luther, Kurt Richard e Ferdinand Müller-Rommel (2002), *Political Parties in a Changing Europe*, Working Papers, 14, Keele European Parties Research Unit (KEPRU)
- Mack, Charles S. (2010), *When political parties die: a cross-national analysis of disalignment and realignment*, Praeger, Santa Barbara;
- Magalhães, Pedro C. (2001) Desigualdade, desinteresse e desconfiança: a abstenção nas eleições legislativas de 1999, *Análise Social*, XXXV, 157, 1079-1903
- Mahoney, James (2007), Qualitative Methodology and Comparative Politics, *Comparative Political Studies*, Volume 40, number 2, February, 122-144
- Mair, Peter (1994), Party organizations: From Civil Society to the State, Edited by Richard Katz & Peter Mair, in *How Parties Organize: Change and Adaptation in party organizations in western democracies*, London, Sage
- Mair, Peter (2003) Os partidos políticos e a democracia, *Análise Social*, Vol. XXXVIII, 167, 277-293
- Mair, Peter (2013), *Ruling the Void, The Hollowing of Western Democracy*, Verso, London
- Mair, Peter e Ingrid van Biezen (2001), Party Membership in Twenty Democracies, 1980-2000, *Party Politics*, Vol. 7, no. 1, 5-21
- Mair, Peter, Wolfgang C. Muller e Fritz Plaser (2004) Political Parties in *Changing Electoral Markets, Political Parties and Electoral Change, Parties Responses to Electoral Markets*, edited by Peter Mair, Wolfgang C. Muller e Fritz Plaser, Sage
- Margetts, Helen Z. (2009) The Internet and Public Policy, *Policy & Internet*: Vol. 1: Iss. 1, Article 1, <http://www.psocommons.org/policyandinternet/vol1/iss1/art1>
- Martins, Manuel Meirinho (2004), *Participação Política e Democracia – O Caso Português (1975-2000)*, Lisboa, ISCSP

- Marwick, Dwaine (1966), Les cadres des partis politiques en Allemagne, *Revue Française de Sociologie*, 7-1, Le Comportement Politique. Études comparatives réunies et présentées par Mattei Dogan, 619-635.
- Mazzoleni, Oscar e Gerrit Vöerman (2016), Memberless parties: Beyond the business-firm party model, *Party Politics*, 1-10
- McHug, Declan (2001), A 'Mass Party' Frustrated? The Development of the Labour Party in Manchester, 1918-31, University of Salford, European Studies Research Institute, em www.usir.salford.ac.uk/14841/1/dx224666.pdf
- McKenzie, R. T. (1955) Power in British Political Parties [I], *The British Journal of Sociology*, Vol. 6, No. 2 (Jun.), 123-132, Published by: Wiley on behalf of The London School of Economics and Political Science, stable URL: <http://www.jstor.org/stable/587478>
- Mény, Yves (1984) L'affaiblissement des partis, *Pouvoirs*, 29, pp.111-120
- Merkl, Peter H. (2005) Linkage, or what else? The place of linkage theory in the study of political parties, in *Political Parties and Political Systems: The Concept of Linkage Revisited*, A. Romelle, D. Farrell, and P. Ignazi (eds.), Westport, C.T. Praeger
- Michels, Robert (2001) *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna*, Edições Antígona, Lisboa, 1.ª edição portuguesa, Junho
- Milbrath, L.W. (1965), *Political Representation*, Chicago, RandMcNally
- Mjelde, H. L. (2013), How and Why Parties Respond to Membership Decline: The Case of the SPD and the CDU, *German Politics*, 22(3), 253-269
- Molenaar, Franjse (2014), Legitimising political party representation: Party law development in Latin America, *International Political Science Review*, Vol. 35(3) 324–338
- Morales, Laura (2001) *Citizens in Polities: The Individual and Contextual Determinants of Political Membership in Western Countries*, Estudio/Working Paper 2001/164
- Morales, Laura (2009) *Joining Political Organisations – institutions, mobilization and participation in western democracies*, ECPR Monographs
- Monteiro, Rosa (2011), A Política de Quotas em Portugal: O papel dos partidos políticos e do feminismo de Estado, *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, 92 | 2011, colocado *onlineno* dia 19 Julho 2012, criado a 28 Agosto 2014. URL : <http://rccs.revues.org/3953>; DOI: 10.4000/rccs.3953
- Montserrat Baras, Oscar Barberà, Astrid Barrio, Patricia Correa e Juan Rodrigues-Teruel (2015), Party membership in Spain and congress delegates, *Party Members and Activists*, Edited by Emilie van Haute and Anika Gauja, Routledge, 17-33
- Mothé, Daniel (1973), *Le métier de militant*, Paris, Seuil
- Müller, Wolfgang C. and Ulrich, Siberer (2006), Party Law, Richard S. Katz and William Crotty, in *Handbook of Party Politics*, Sage, 435-445

- Myers, Michael D. e Michael Newman (2007) The qualitative interview in IS research: Examining the craft, *Information and Organization*, Vol. 17, Number 1, 2-26
- Neumann, Sigmund (1956), Toward a Comparative Study of Political Parties, in Sigmund Neumann (ed.), *Modern Political Parties*, The University of Chicago, 395-421
- Norris, Pippa (2001), *Mapping Party Activism, in Democratic Phoenix: Political Activism Worldwide*, Cambridge University Press, 103-118
- Norris, Pippa (2002), *Democratic Phoenix, Agencies, Repertoires, & Target of Political Activism*, Paper for presentation at Panel 14-8 Political Activism, Participation, and Identification, August 30, APSA, Boston, 29th August - 1st September
- Norris, P. (2005), *Building Political Parties: reforming legal regulations and internal rules*, Report for International IDEA: revised draft @ January 5, Stockholm
- Norris, Pippa (2009), Political Activism: new challenges, new opportunities, in *the Oxford Handbook of Comparative Politics*, Charles Boix and Susan C. Stokes, published online, September;
- Olivier, Laurent (2003), Ambiguïtés de la démocratisation partisane en France (PS, RPR, UMP), *Revue Française de Science Politique*, vol. 53, n. 5, Octobre, pp. 761-790
- Ölsen, Marvin E. (1976), Three Routes to Political Party Participation, *The Western Political Quarterly*, Vol. 29, No. 4 (Dec., 1976), pp. 550-562
- Ostrogorski, Moisei (1910), *Democracy and the Party System in the United States, A Study in extra-constitutional government*, The MacMillan Company, New York
- Panebianco, Angelo (2005), *Modelos de partido – Organização e poder nos partidos políticos*, Martins Fontes, S. Paulo
- Pemberton, H. R. e Wickham-Jones, M. (2013), Labour's lost grassroots: The rise and fall of party membership, *British Politics*, 8(2), 181-206
- Pennings, Paul e Reuven Y. Hazan (2001), Democratizing Candidate Selection – Causes and Consequences, *Party Politics*, Vol. 7, No. 3, pp. 267-275
- Perrineau, Pascal (1998), Les renouveaux de l'action politique, in Vingtième Siècle, *Revue D'Histoire*, n°. 60, octobre-décembre, pp. 112-117
- Pharr, Susan J. and Robert D. Putnam (2000), *Disaffected Democracies. What's Troubling the Trilateral Countries*, Princeton University Press
- Piccio, Daniela Romée (2012), *Party Regulation in Europe: Country Reports*, Working Paper Series on The Legal Regulation of Political Parties, no. 18, disponível em <http://www.partylaw.leidenuniv.nl/uploads/wp1812.pdf>
- Poguntke, Thomas (2002), Party Organizational Linkage: Parties without firm social roots?, in Kurt Richard Luther and Ferdinand MullerRommel (Eds.), in *Political Parties in the New Europe: Political and Analytical Changes*, Oxford University Press

- Ponce, Aldo F. e Susan E. Scarrow (2011), Rethinking Party Membership: Towards a Functional Measurement Strategy, Paper presented at the *American Political Science Association Annual Meetings*, Seattle, Washington, Sept. 1-4
- Ponce, Aldo F. E Susan E. Scarrow (2013), *Party Members vs. Party Sympathizers in a Period of Declining Membership: Who Does What (and with Whom)?*, Paper prepared for the American Political Science Association Annual Meetings, Chicago, Ill. August 29-Sept 1
- Putnam, Robert D. (2000), *Bowling Alone, The collapse and revival of American community*, New York, Simon & Schuster
- Qu, Sandy Q. e John Dumay (2011), The qualitative research interview, *Qualitative Research in Accounting & Management*, Vol. 8 No. 3, 238-264
- Rashkova, Ekaterina R. e Ingrid van Biezen (2014), The legal regulation of political parties: Contesting or promoting legitimacy?, *International Political Science Review*, Vol. 35(3), 265-274
- Rathbun, Brian C. (2010), Interviewing and Qualitative Field Methods, in the *Oxford Handbook of Political Methodology*, Janet M. Box-Steffensmeier, H. E. Brady and David Collier (eds.), Oxford University Press
- Reinares, Fernando (2011), Exit from Terrorism: A Qualitative Empirical Study on Disengagement and Deradicalization Among Members of ETA, *Terrorism and Violence*, 23, 780-803
- Revez, António Manuel (2007), O que são partidos políticos democráticos? E têm os partidos de ser democráticos?, in *Questões Sociais Contemporâneas, Actas das VII Jornadas do Departamento de Sociologia*, Eduardo Figueira, Maria da Saudade Baltazar, Maria Manuel Serrano (Coordenadores da Edição), 86-96
- Richards, Anthony (2014), Conceptualizing Terrorism, *Studies in Conflict & Terrorism*, 37:3, 213-236
- Rogelio, Alonso (2011) Why Do Terrorists Stop? Analyzing Why ETA Members Abandon or Continue with Terrorism, *Studies in Conflict & Terrorism*, 34:9, 696-716
- Rusbult, Caryl E., Dennis J. Johnson e Gregory D. Morrow (1986), Determinants and Consequences of Exit, Voice, Loyalty, and Neglect: Responses to Dissatisfaction in Adult Romantic Involvements, *Human Relations*, Volume 39, Number 1, 45-63
- Sandri, Giulia e Anissa Amjahad (2015) Party Membership and Intra-party Democracy, How do members react to organizational change within political parties? The case of Belgium, *Partecipazione e Conflito*, *The Open Journal of Sociopolitical Studies*, Issue 8 (1), 190:214
- Sandri, Giulia e Antonella Seddone (2014), *La versioni del militante – opinione e giudizi sulle primarie PD*, XXVIII Convegno SISP, Università di Perugia 11-13 settembre
- Sandri, Giulia, e Pauwels, Teun (2010), Party membership role and party cartelization in Belgium and Italy: Two faces of the same medal?, *Politics & Policy*, Volume 38, no. 6, 1237-1266
- Sandri, Giulia e Antonella Seddone and Georgia Bulli (2015), Party Membership in Italy, *Party Members and Activists*, Edited by Emilie van Haute e Anika Gauja, Routledge

- Sardica, José Miguel (1997), Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas), *Análise Social*, Vol. XXXI (142), 1997 (3º), 557-601
- Sartori, Giovanni (1966), El pluralismo polarizado en los partidos políticos europeos. *Revista de estudios políticos*, 147, 21-64
- Scarrow, Susan (1994), The 'paradox of enrollment': Assessing the costs and benefits of party memberships, *European Journal of Political Research*, 25, 41-60 (an earlier version of this paper was presented to the workshop Democracies and the Organization of Political Parties, ECPR Joint Sessions, University of Limerick, 30 March - 4 April 1992)
- Scarrow, Susan (1996), *Parties and Their Members: Organizing for Victory in Britain and Germany*, Oxford
- Scarrow, S. (1999) Parties and the Expansion of Direct Democracy, *Party Politics*, Vol. 5, n.3, 341-362
- Scarrow, Susan (2004), Embracing Dealignment, Combatting Realignment: German Parties Respond, in *Political Parties and Electoral Change – Party Responses to Electoral Markets*, Edited by Peter Mair, Wolfgang F. Müller, and Fritz Plasser, Sage, pp. 86-110
- Scarrow, Susan (2009), Political Activism and Party Members, *The Oxford Handbook of Political Behavior*, Edited by Russell J. Dalton and Hans-Dieter Klingemann
- Scarrow, Susan (2014), *Multi-Speed Membership Parties: Evidence and Implications*, Paper prepared for "Contemporary Meanings of Party Membership", ECPR Joint Sessions of Workshops, Salamanca, Spain, April 10-15
- Scarrow, Susan E. (2015), *Beyond Party Members, Changing Approaches to Partisan Mobilization*, Oxford University Press
- Scarrow, Susan e Burcu Gezgor (2006), *Trends in Party Membership and Membership Participation: Smaller Parties Different Types of Members?*, Paper presented for the Midwest Political Science Association, Annual Meetings, Chicago, April 20-23
- Scarrow, Susan e Burcu Gezgor (2010), Declining Memberships, Changing Members? European Political Parties in a New Era, *Party Politics*, 16(6), pp 823-843
- Schattschneider, E. E. [1942] (2004), *Party Government – American Government in Action, 1942 – reimpressão*, Transaction Publishers;
- Schlesinger, John (1991), *Political parties and the winning of office*, Ann Harbor, University of Michigan Press
- Seiler, Daniel-Louis (2000), *Les Partis Politiques*, Armand Collin, 2ème Edition, Paris
- Seiler, Daniel-Louis (2003), *Les Partis Politiques en Occident: Sociologie Historique du Phénomène Partisan*, Ellipses Édition, Paris
- Selle, Per e Lars Sväsand (1991) Membership in Party Organizations and the Problem of the Decline of Parties, *Comparative Political Studies*, 23

- Seyd, Patrick, and Peter Whiteley (1992), *Labour's Grass Roots: The Politics of Party Membership*, Clarendon Press
- Seyd, Patrick e Whiteley, Paul F. (1996), L'évolution récente des adhérents du Parti conservateur et du Parti travailliste en Grande-Bretagne, *Revue Française de Science Politique*, 46e année, n°6, 914-935
- Seyd, Patrick e Paul Whiteley (2002), *High-intensity Participation: the dynamics of party activism in Britain*, The University of Michigan Press;
- Seyd, Patrick e Paul Whiteley (2004), British Party members – An Overview, *Party Politics*, Vol. 10, No. 4, 355-366
- Sommier, Isabelle (2012), Engagement radical, désengagement et déradicalisation. *Continuum* et lignes de fracture, *Lien social et Politiques*, n° 68, 2012, p. 15-35, acessível em <http://id.erudit.org/iderudit/1014803ar>
- Sorel, Jea-Marc (2003), Some questions about the definition of terrorisme and the fight against its financing, *EJIL*, Vol. 14/2, 365-378
- Sousa, Marcelo Rebelo de (1983), *Os partidos políticos no Direito Constitucional português*, Braga, Livraria Cruz
- Spier, Tim e Markus Klein (2015), Party membership in Germany, Rather formal, therefore uncool?, *Party Members and Activists*, Edited by Emilie van Haute and Anika Gauja, Routledge, 84-99
- Stock, Maria José (1985) O centrismo político em Portugal: evolução do sistema de partidos, génese do Bloco Central e análise dos dois parceiros de coligação, *Análise Social*, Vol. XXI, 1.º, 45-82
- Streeck, Wolfgang e Anke Hassel (2003) Trade Unions as Political Actors, in *International Handbook of Trade Unions*, John T. Addison and Claus Schnabel Edward Elgar (eds.), London, Elgar, 335-65, acessível em: http://pubman.mpdl.mpg.de/pubman/item/escidoc:1234497/component/escidoc:1234496/5_Streeck_und_Hassel_2003_Trade_Unions.pdf
- Subileau, Françoise (1981) Le militantisme dans les partis politiques sous la Cinquième République: État des travaux de langue française, *Revue Française de Science Politique*, 31e année, n°5-6, 1038-106
- Subileau, Françoise, Colette Ysmal e Henri Rey (1999), *Les Adhérents Socialistes en 1998*, Le Cahier du CEVIPOF n° 23, Mai
- Subileau, Françoise e François Platone (1976) Les militants communistes à Paris: pratiques militantes, *Revue Française de Science Politique*, Vol. 26, 2, Janvier
- Sundberg, Jan (1987), Exploring the basis of declining party membership in Denmark: a Scandinavian Comparison, *Scandinavian Political Studies*, vol. 10, n. 1, pp. 17-38
- Svåsand, Lars (2014), Regulation of political parties and party functions in Malawi: Incentive structures and the selective application of the rules, *IPSR*, Vol. 35 (3) 275-290

- Tan, Alexander C. (1997), Party Change and Party Membership Decline: An Exploratory Analysis, *Party Politics*, 3
- Tashakkori, Abbas e Charles Teddlie (2010), Putting the Human Back in “Human Research Methodology”: The Researcher in Mixed Methods Research”, *Journal of Mixed Methods Research*, 4(4), 271-277
- Tavares, André Ramos (2004), Democracia e exercício do poder: apontamentos sobre participação política, *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, n.º 3, Jan.-Jun., 351-378
- Teddlie, Charles e Abbas Tashakkori (2012), Common “Core” Characteristics of Mixed Methods Research: A Review of Critical Issues and Call for Greater Convergence, *American Behavioral Scientist*, 56 (6), 774-788.
- Teixeira, Maria da Conceição Pequito (2009), *O Povo Semi-Soberano, Partidos e Recrutamento Parlamentar em Portugal (1990-2003)*, Coimbra, Almedina
- Teixeira, Conceição Pequito (2011), *Can't live with them, can't live without them, Popular support to parties in new democracies*, em <http://saopaulo2011.ipsa.org/paper/can-t-live-them-can-t-live-without-them-popular-support-parties-new-democracies>
- Teixeira, Conceição Pequito e Paulo Almeida Pereira (2011), Public Attitudes towards Parties in Portugal: a Longitudinal Overview, *Brazilian Political Science Review*, 5 (1), 105-128
- Tocqueville, Alexis (s.d.), *Da Democracia na América*, Rés Editora, Porto
- Teorell, Jan (1999), A Deliberative defence of intra-party democracy, *Party Politics*, Vol, 5, 3, 363-382
- Torcacal, Mariano (2003), *Political Disaffection and Democratization History in New Democracies*, Working Paper 308, October, Kellogg Institute;
- Torcacal, Mariano (2014), The decline of political trust in Spain and Portugal: Economic Performance or Political Responsiveness, *American Behavioral Scientist*, Vol. 58(12), 1542-1567
- Torcacal, Mariano, Richard Gunther e José Ramón Montero (2001), *Anti-party sentiments in Southern Europe*, Estudio/Working Paper 2001/170, October
- Tracy, Sarah J. (2007) Taking the Plunge: A Contextual Approach to Problem-Based Research, *Communication Monographs*, 74:1, 106-111
- Tracy, Sarah J. (2013) *Qualitative Research Methods – Collecting evidence, Crafting analysis, Communicating impact*, Wiley-Blackwell
- Turner III, Daniel W. (2010), Qualitative Interview Design: A Practical Guide for Novice Investigators, *The Qualitative Report*, 15(3), 754-760, retrieved from <http://nsuworks.nova.edu/tqr/vol15/iss3/19>
- Uhlener, Carole Jean (2014), *Clarifying “Political Participation” by Considering Why We Care About It*, Paper prepared for the PARTIREP Workshop “Conceptualizing Political Participation”, Mannheim, September 25-26

- Ulzurrun, Laura Morales Diez de (2005), *Attitudes, Resources, Opportunities, and Mobilisation: A Multi-level Model of Political Membership*, Estudio/Working Paper 40/2005, Departamento de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Facultad de Derecho, Universidad Autónoma de Madrid, disponível em www.uam.es/centros/derecho/cpolitica/papers.htm
- Van Biezen, Ingrid (1998), Building party organisations and the relevance of party models: the communist and socialist parties in Spain and Portugal, *WEP*, Vol. 21, No. 2, April, 32-62
- Van Biezen, Ingrid (2003), *Political Parties in New Democracies, Party Organization in Southern and East-Central Europe*, Palgrave MacMillan;
- Van Biezen, Ingrid (2004), Political Parties as Public Utilities, *Party Politics*, Vol. 10, Nº 6, 701-722
- Van Biezen, I. (2008). State intervention in *Party Politics*: the public funding and regulation of political parties. *European Review*, 16(03), 337-353
- Van Biezen, Ingrid (2009). 'Constitutionalizing Party Democracy: The Constitutive Codification of Political Parties in Post-War Europe', Working Paper Series on the Legal Regulation of Political Parties, No. 3
- Van Biezen, Ingrid e Fernando Casal Bértoa (2014), Party Regulation in Post-Authoritarian Contexts: Southern Europe in Comparative Perspective, *South European Society and Politics*, Vol. 19, n.º 1, 71-87, <http://dx.doi.org/10.1080/13608746.2014.888275>
- Van Biezen, Ingrid e Gabriela Borz (2012), Models of party democracy: patterns of party regulation in post-war European constitutions, *European Political Science Review*, 4, 327-359
- Van Biezen, Ingrid e Petr Kopecký (2007), The State and the Parties – Public Funding, Public Regulation and Rent-Seeking in Contemporary Democracies, *Party Politics*, Vol. 13, N.º 2, 235-254
- Van Biezen, Ingrid e Petr Kopecký (2014), The cartel party and the state: Party-state linkages in European democracies, *Party Politics*, Vol. 20(2), 170-182
- Van Biezen, Ingrid e Poguntke, Thomas (2014), The decline of membership-based politics, *Party Politics*, 2014, Vol 2(2), 205-216
- Van Biezen, Ingrid, Peter Mair e Thomas Poguntke (2012), Going, going ... gone? The decline of party memberships in contemporary Europe, *European Journal of Political Research*, 51, 2012, 24-56;
- Van der Valck, Ineke e Willem Wagenaar (2010), The extreme right: entry and exit, Anne Frank House (ed.), *Racism & Extremism Monitor*, acessível em http://www.annefrank.org/ImageVaultFiles/id_12094/cf_21/EntryAndExit.PDF
- Van Deth, Jan W. (2001), *Studying Political Participation: Towards a theory of everything?*, Paper prepared for delivery at the Joint Sessions of Workshops of the ECPR, Grenoble, 6-11 April
- Van Deth, J. W. (2014), A conceptual map of political participation, *Acta Politica*, 49, 349-367
- Vangel, Kristine (2011), *Employee Responses to Job Dissatisfaction*, in Schmidt Labor Research Center Seminar Series, em <http://www.uri.edu/research/lrc/research/papers/Vangel-Commitment.pdf>

- Van Haute, Emilie (2009), *Adhérer à un parti – Aux sources de la participation politique*, Editions de l'Université de Bruxelles;
- Van Haute, Emilie (2011a), *Party Membership in Europe: Exploration into the anthills of Party Politics*, Edited by Emilie van Haute, Editions de l'Université Libre de Bruxelles;
- Van Haute, Emilie (2011b), *Joining isn't Everything: Exit, Voice, and Loyalty in Party Organizations*, Paper prepared for the workshop "Parties as Organizations and Parties as Systems", 19-21 May, Vancouver, Canada;
- Van Haute, Emilie (2012), *Crowds of Passive Followers? The study of Party Membership and Activism in Belgium*, Paper for presentation at the MAPP workshop, Brussels, 16-17 April
- van Haute, Emilie (2015a) Party membership in Belgium, From the cradle to the grave?, *Party Members and Activists*, Edited by Emilie van Haute and Anika Gauja, Routledge, 34-49
- van Haute, Emilie (2015b) Joining Isn't Everything: Exit, Voice, and Loyalty in Party Organizations, in *Parties and Party Systems: Structure and Context*, UBC Press, Editors: Richard Johnston, Campbell Sharman, 184-201
- Van Haute, Emilie e Anika Gauja (2015), Introduction: party membership and activism, *Party Members and Activists*, Edited by Emilie van Haute and Ania Gauja, Routledge, 1-16
- Van Haute, Emilie e R. Kenneth Carty (2012), Ideological Misfits: A distinctive class of party members, *Party Politics*, 18 (6), 885-895
- Van Schuur H. Wijbrandt e Gerrit Vöerman (2009), *Democracy in Retreat? Decline in political party membership: the case of The Netherlands*, Paper, ASA Annual Meeting 2009
- Veenendaal, Wouter P. (2013), How democracy functions without parties: The Republic of Palau, *Party Politics*, published on line, November 25, in <http://ppq.sagepub.com/content/early/2013/11/20/1354068813509524>
- Verba, Sidney (1967) Democratic Participation, *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 373, September, 53-78
- Verba, Sidney e Norman Nie (1972), *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*, New York: Harper & Row
- Verba, Sidney, Norman H. Nie, e Jae-on Kim (1978), *Participation and Political Equality: A Seven-Nation Comparison*, New York, Cambridge University Press
- Verba, Schlozman e Brady (1995), *Voice and Equality*, Cambridge University Press
- Vieira, Mónica e Wiesehomeier (2013), Representação política em Portugal: perspectiva dos cidadãos, in *A Qualidade da Democracia em Portugal, A Visão dos Cidadãos*, António Costa Pinto, Luís de Sousa, Pedro Magalhães (organizadores), ICS, 79-119
- Vöerman, Gerrit e Van Schuur, Wijbrandt (2011), Dutch Political parties and their members, Party Membership in Europe, in *Party Membership in Europe: Exploration into the anthills of Party Politics*,

- edited by Emilie Van Haute, Editions de l'Université de Bruxelles, 77-94
- Volo, Lorraine Bayard de e Edward Schatz (2004), From the Inside out: Ethnographic Methods in Political Research, *Political Science and Politics*, Vol. 37, No. 2 (Apr.), 267-271
- Von Beyme, Klaus (1982) Le transformazioni organizzative nei partiti politici tedeschi, *Rivista Italiana di Scienza Politica*, ano 12, 2, Agosto, 213-240
- Von Beyme, Klaus (1986), *Los partidos políticos en las democracias occidentales*, Madrid, tradução da 1ª edição em língua alemã de 1982
- Von Nostitz, Felix-Christopher (2014), *The Effect of Party Primaries: Rebalancing the Functions of Party Membership*, Paper Prepared for the Panel "Parties and Elections", ECPR General Conference, Glasgow, UK, September 06th
- Wagner, Markus (2016) Why do Party members Leave?, *Parliamentary Affairs*, 0, 1-17
- Wajzer, Mateusz (2015), *Political participation, Some Problems of Conceptualization*, Working Paper, May
- Ware, Alan (1996), *Political Parties and Party Systems*, Oxford University Press;
- Wattenberg, M. (1998), *The decline of American political parties 1952-1996*, Cambridge, Harvard University Press, 2nd Edition
- Wauters, Bram (2009), *Intra-party democracy in Belgium: On paper, in practice and through the eyes of the members*, Paper prepared for the ECPR Joint Sessions, Lisbon 14-19 April 2009, Workshop 21: Promoting Internal Party Democracy: A Selling Point, A Serious Danger, Or A Redundant Exercise?
- Wauters, Bram (2014), Democratising Party Leadership Selection in Belgium: Motivations and Decision Makers, *Political Studies*, Vol. 62 (51), 61-80
- Webb, Paul (2002) Introduction – Political Parties in Advanced Industrial Democracies, in *Political Parties in Advanced Industrial Democracies*, Webb, P., Farrell and Holliday, Oxford University Press, pp. 18-42
- Webb, Paul (2002b), Conclusion – Political Parties and Democratic Control in Advanced Industrial Societies, in *Political Parties in Advanced Industrial Democracies*, edited by Webb, Paul, David Farrell and Ian Holliday, Oxford University Press, pp. 438-460
- Webb, Paul (2004), Party Responses to the Changing Electoral Market in Britain, in *Political Parties and Electoral Change – Party Responses to Electoral Markets*, Edited by Peter Mair, Wolfgang F. Müller, and Fritz Plasser, Sage, pp-20-48
- Weber, Max (1946), *Economy and Society – Translated*, Edited, and with an Introduction by H.H. Gerth and C. Wright Mills, New York, Oxford University Press
- Weber, Max (2000), *A política como profissão*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa

- Weber, Max (2004), *Economia e Sociedade – Fundamentos da Sociologia Compreensiva*, Volume 2, Editora UNB – Imprensa Oficial, São Paulo
- Weinberg, Leonard, Ami Pedahzur e Sivan Hirsch-Hoefler (2004), The Challenges of Conceptualizing Terrorism, *Terrorism and Political Violence*, 16:4, 777-794
- Weinberg, Leonard, Ami Pedahzur e Arie Perlinger (2009), *Political Parties and Terrorist Groups*, New York, Routledge
- Widfelt, Anders (1995), Party Membership and Party Representativeness, in Klingemann, Hans Dieter and Fuchs, Dieter (eds) *Citizen and the State*, Oxford University Press, 134-182
- Whiteley, Paul (2009), *Is the Party Over? – The Decline of Party Activism and Membership across the Democratic World*, Paper presented at the Panel on Party membership and Activists in Comparative Perspective, PSAM, University of Manchester, April 2009, também em *Party Politics*, Vol. 17, 21-44
- Whiteley, Paul F. (2011) *Is the Party Over? The Decline of Party Activism and Membership across the Democratic World*, *Party Politics*, 17, 21-44
- Whiteley, Peter (2014), *The Dynamics of Decline: Political Parties in the European Democracies, 2002-2010*, Paper presented at the “Contemporary Meanings of Party Membership” workshop, ECPR Joint Sessions at the University of Salamanca, 10th-15th April 2014
- Whiteley, Peter, Patrick Seyd e Jeremy Richardson (1994, reprinted 2002), *True Blues: The Politics of Conservative Party Membership*, Oxford University Press;
- Whiteley, P. e Patrick Seyd (2002), *High-Intensity Participation – The Dynamics of Party Activism in Britain*, Ann Harbor - The University of Michigan Press
- Whiteley, Peter (2014), *The Dynamics of Decline: Political Parties in the European Democracies, 2002-2010*, Paper presented at the “Contemporary Meanings of Party Membership” workshop, ECPR Joint Sessions at the University of Salamanca, 10th-15th April 2014
- Wilson, J. Q. (1962), *The Amateur Democrat: Club Politics in Three Cities*, Chicago, Chicago University Press
- Wilson, J. (1973) *Political Organizations*, New York, Basic Books
- Young, Lisa (2013), *Party Members and Intra-Party Democracy, The Challenges of Intra-party Democracy*, Edited by William P. Cross and Richard S. Katz, ECPR-Oxford, 65-80
- Young, Lisa e William Cross (2002), The Rise of Plebiscitary Democracy in Canadian Political Parties, *Party Politics*, 8, vol. 6, 673-699
- Ysmal, Colete (1994), *Transformations du Militantisme et Déclin des Partis*, in Perrineau, Pascal, *L'Engagement politique, Déclin ou mutation?*, Paris, Presses de la Fondation de Science Politique, pp.41-65
- Zelle, Carsten (1998), A Third face of dealignment? An Update of Party Identification in *Germany, 1971-*

94, *Stability and Change in German Elections*, Hoe Electores Merge, Converge, or Collide, Edited by Christopher J. Anderson and Carsten Zelle, Preager, 1998

Fontes primárias de consulta:

Constituições e Leis de Partidos Políticos referidos em www.partylaw.leidenuniv.nl

Constituição da Alemanha: http://www.gesetze-im-internet.de/englisch_gg/

Constituição da Bulgária: www.parliament.bg

Constituição de Espanha: texto consolidado, 27/09/2011, www.tribunalconstitucional.es

Constituição da Eslováquia: www.nrs.sk/web/

Constituição da Eslovénia: www.us-rs.si

Constituição da Estónia: www.riigiteaja.ee

Constituição da Finlândia: web.eduskunta.fi

Constituição da Hungria: www.mkab.hu/rules/fundamental-law Constituição da Letónia: www.saiema.lv/en/legislation/constitution

Constituição do Luxemburgo: <http://www.legilux.public.lu/leg/textescoordonnes/thema/CONST/index.html>

Constituição da Polónia: www.sejn.gov.pl

Constituição da República Checa: www.psp.cz

Constituição da Roménia: www.cedp.ro

Constituição da Suíça: www.admin.ch

The Constitution of Sweden – The Fundamental Laws and the Riskdag Act, Sveriges Riksdag <http://www.government.se/sb/d/17177/a/221579>

Dutch Civil Code <http://www.dutchcivillaw.com/legislation/dcctitle2222.htm>

Venice Commission EC

http://www.venice.coe.int/WebForms/pages/?p=01_Elections_and_Referendums&lang=EN

European Social Survey (ESS) Database (ESS Round 6: European Social Survey Round 6 Data (2012). Data file edition 2.2. NSD - Norwegian Centre for Research Data, Norway – Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC; ESS Round 5: European Social Survey Round 5 Data (2010). Data file edition 3.2. NSD - Norwegian Centre for Research Data, Norway – Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC; ESS Round 4: European Social Survey Round 4 Data (2008). Data file edition 4.3. NSD - Norwegian Centre for Research Data, Norway – Data Archive

and distributor of ESS data for ESS ERIC; ESS Round 3: European Social Survey Round 3 Data (2006). Data file edition 3.5. NSD - Norwegian Centre for Research Data, Norway – Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC; ESS Round 2: European Social Survey Round 2 Data (2004). Data file edition 3.4. NSD - Norwegian Centre for Research Data, Norway – Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC; ESS Round 1: European Social Survey Round 1 Data (2002). Data file edition 6.4. NSD - Norwegian Centre for Research Data, Norway – Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC.), <http://www.europeansocialsurvey.org>

PORDATA - Base Dados Portugal Contemporâneo (2015) em <http://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

Outras fontes:

Estatutos do BE (Aprovados na X Convenção Nacional, 25 e 26 de Junho 2016)

Estatutos do CDS/PP (Versão aprovada no XXV Congresso, em 11 de Janeiro de 2014)

Estatutos do PAN (<http://www.pan.com.pt/comunicacao/noticias/item/393-estatutos.html>)

Estatutos do PCP (Com as alterações do XIX Congresso, 1 e 2 de Dezembro de 2012)

Estatutos do PEV (Aprovados na XII Convenção, 18 e 19 de Maio de 2012)

Estatutos do PS (<http://www.ps.pt/2016/06/09/estatutos/>)

Estatutos do PSD (Aprovados XXXIV Congresso, 23, 24 e 25 de Março de 2012)

Moção de António Costa ao XX Congresso do PS

Bloco de Esquerda: Relatório da Mesa Nacional sobre o seu mandato (2012-2014)

Bloco de Esquerda: Relatório da Mesa Nacional do Bloco de Esquerda à X Convenção (2016)

Teses – Projecto de Resolução Política aprovadas na reunião do Comité Central do PCP de 17 e 18 de Setembro de 2016

Público (2011) “200 elementos vão abandonar o Bloco de Esquerda e formar novo partido”, Raquel Esperança, 9 de Novembro

Jornal i (2012) Partidos têm mais de 300 mil militantes. PS com o dobro das novas adesões do PSD de Passos, Pedro Rainho, 29 de Dezembro

Diário de Notícias (2013) Carta de Demissão de Daniel Oliveira ao BE, 5 de Março

Dnoticias.pt (2016) PS quer recuperar 87 mil militantes com quotas em atraso mediante pagamento de 24 euros, em www.dnoticias.pt, 10 de Janeiro

Público (2013) PS somou 20 mil novos militantes nos últimos dois anos, Nuno Sá Lourenço, 28 de Maio

Jornal i (2014), Livre: quem quer ser candidato ao Parlamento Europeu?, 23 de Março

Público (2014), Rui Tavares foi o nome mais votado na primeira fase das primárias do Livre, 26 de Março

Jornal de Negócios (2014), 66,2% é a maior taxa de abstenção de sempre, David Santiago, 25 de Maio

Público (2015), Cerca de 8 mil inscritos para as Primárias do Livre/Tempo de Avançar, 16 de Junho

Sábado (2015), Há quase 8.000 inscritos para escolher candidatos do Livre, 18 de Junho

Observador (2016), PS pensa fazer refiliação de militantes em Setembro, 23 de Maio

Observador (2015), Resultados das primárias do Livre/Tempo de Avançar são conhecidos dia 24, 22 de Junho

Sábado (2015), Rui Tavares e Ana Drago são cabeças de lista do Livre, 24 de Junho

Observador (2015) Abstenção bate recorde em 2015 e fica em 43,07%, Catarina Falcão, 5 de Outubro

Público (2015), Partidos de Garcia Pereira e Marinho e Pinto vão receber 170 mil euros por ano, Maria Lopes, 5 de Outubro

TSF Rádio Notícias (2015) Quase 5 milhões de votos dão 14 milhões de euros, por ano, aos partidos, Nuno Guedes, 5 de Outubro

Diário Digital (2016), PS quer recuperar 87 mil militantes com quotas em atraso *mediante* pagamento de 24 euros, LUSA, 9 de Janeiro

Jornal de Negócios (2016), 30 de Março

Tratado de Amesterdão (1997), OJEC

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

ISCTE  **Escola de Sociologia
e Políticas Públicas**
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Dissensão, Ruptura e Divórcio
O abandono da militância partidária como sinal deslegitimador
dos partidos políticos e da democracia
(Anexos)

Sérgio Miguel Castelo Branco de Almeida Correia

Tese submetida para obtenção do grau de
Doutor em Ciência Política

Orientadora:
Professora Doutora Ana Espírito Santo
Professora Auxiliar Convidada
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:
Professor Doutor Marco Lisi
Professor Auxiliar
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

Lisboa, Outubro de 2016

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

ISCTE  **Escola de Sociologia
e Políticas Públicas**
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Dissensão, Ruptura e Divórcio
O abandono da militância partidária como sinal deslegitimador
dos partidos políticos e da democracia
(Anexos)

Sérgio Miguel Castelo Branco de Almeida Correia

Tese submetida para obtenção do grau de
Doutor em Ciência Política

Composição do Júri

Professora Doutora Ana Maria Belchior
(por delegação do Professor Doutor Luís Antero Reto)
Professor Doutor Vargá Carlos Jalali
Professora Doutora Maria da Conceição Pequito Teixeira
Professor Doutor Juan Rodríguez Teruel
Professor Doutor Tiago Luís de Matos Roma Fernandes
Professora Doutora Ana Cristina Rodrigues do Espírito Santo

Lisboa, Outubro de 2016

ÍNDICE DOS ANEXOS

A) GUIÃO DAS ENTREVISTAS	7
B) TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS A EX-MILITANTES	
ANTÓNIO AZEVEDO	9
ANTÓNIO BAGÃO FÉLIX	15
ANTÓNIO CAPUCHO	23
BRUNO MESQUITA	33
CARLOS BRITO	41
CÂNDIDO AZEVEDO	59
CARLOS LUÍS FIGUEIRA	67
DOMINGOS LOPES	77
DANIEL OLIVEIRA	87
GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS	101
HELENA ROSETA	103
JOÃO ALBUQUERQUE	117
JOÃO MOTTA	125
JOSÉ RIBEIRO E CASTRO	129
LUÍS GERALDO	145
NUNO LIMA BASTOS	151
NUNO SARDINHA DA MATA	167
PEDRO CUNHA PAREDES	175
PEDRO LUÍS BAPTISTA	187
PEDRO MARQUES	201
SUSANA ATALAIA FERREIRA	207
C) TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS AOS PARTIDOS	
ANTÓNIO CARLOS MONTEIRO (CDS-PP)	223
BRUNO GÓIS (BLOCO DE ESQUERDA)	235
FRANCISCO GUERREIRO (PAN)	249
JOSÉ MATOS ROSA (PSD)	259
PEDRO DELGADO ALVES (PS)	273
D) CARTA DE DESFILIAÇÃO DE DANIEL OLIVEIRA (BE)	283
E) CARTA DE DESFILIAÇÃO DE LUÍS RUSSO PISTOLA (CDS-PP)	289

ANEXO A

GUIÃO PARA AS ENTREVISTAS

(EX-MILITANTES)

1. Dados pessoais
 - 1.1. Nome
 - 1.2. Idade
 - 1.3. Sexo
 - 1.4. Habilitações académicas
 - 1.5. Profissão
 - 1.6. Tempo de militância
 - 1.7. Desempenho de cargos políticos (passado e/ou presente)
2. Razões de adesão ao partido
 - 2.1 Ideológicas
 - 2.2 Outras (identificar)
3. Momento em que ocorreu a adesão
 - 3.1 Data
 - 3.2 Conhecimento do Programa e dos Estatutos
 - 3.3 Circuntâncias e/ou Expectativas
4. Nível de participação nas actividades do partido
5. Participação em momentos eleitorais: internos e externos
6. Tipo de envolvimento (campanhas, fóruns, manifestações, desfiles, Internet)
7. Envolvimento com outras organizações, caso tenha havido, quais e que razões motivaram
8. Indicação dos aspectos que em seu entender não estavam a ser preenchidos em relação às expectativas antes referidas: pontos de discordância, atitudes tomadas para manifestar a sua discordância, reacção dos demais militantes e do partido
9. Identificação dos momentos de dissensão e ruptura
10. Momento da consumação do divórcio
 - Razões
 - Consequências a nível pessoal e político
11. Actividade política posterior
 - Partidos e/ou outras entidades da sociedade civil
12. Expectativas de futuro envolvimento

Conclusão (espaço para o entrevistado poder acrescentar algo mais que não tivesse dito e gostasse de referir)

ANEXO B

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA A ANTÓNIO AZEVEDO,
23 de Novembro de 2014 (Macau, Clube Militar)

Chamo-me António Emílio Santos de Almeida Azevedo, 63 anos, sou licenciado em engenharia electrotécnica, exercendo a profissão, neste momento, no Governo de Macau. Fui responsável pela estrutura local do PSD entre 1996 e 1999. Tendo sido aquele um período muito rico aqui em Macau, e tendo eu algum gosto pela política, ainda que não seja político, achei que fazia sentido e valia a pena acompanhar o processo final de transição de Macau.

Sou, e já era anteriormente, militante do PSD, embora já não pague quotas há muito tempo. Digamos que sou um reformado ou um militante na reserva. Não cortei por completo os laços, no sentido de que não escrevi uma carta ao PSD a dizer que desistia de ser militante. Não tenho pago a quota. Há pouco, uma pessoa que pensava que eu ainda estaria em Portugal, porque eu, entretanto, depois de 1999, regresssei com a família a Portugal, onde estive até 2006, e durante esse período fui a algumas reuniões a nível local da secção onde pertencia, que era a chamada ex-secção G e que correspondia à zona de Lumiar e Telheiras, ainda agora, há muito pouco tempo, me mandou um e-mail a perguntar se eu queria participar num jantar, uma vez que estão a reavivar o contacto com algumas pessoas que faziam parte daquela estrutura local, mas tive de dizer que não, que já não residia em Portugal.

Sou militante desde 1984/85 que foi a altura em que me fiz militante do PSD. Deixei de pagar quotas talvez a partir de 2005, talvez desde o último ano em que estive em Portugal. Em termos estatutários já não devo ser militante. Mas também ninguém me escreveu uma carta a dizer que tinha deixado de pagar quotas, nem a perguntar se estaria interessado em regularizar a situação. Não sei como me contabilizam na estrutura central. Aqui não, porque eu na altura em que regresssei a Portugal em 1999 transferi também o meu registo, o meu processo para Portugal, e como disse fazia parte da estrutura da secção G. Agora não, porque houve uma mudança grande ao nível de Lisboa, a nível partidário houve uma reforma e passaram a abarcar várias secções. Aquilo tem agora uma estrutura diferente, mas se quer que lhe diga também não sei exactamente como está. Sei que está diferente e que já não existe a secção G.

Para além de ter sido responsável pela estrutura local do PSD não desempenhei outros cargos, nem dentro do partido, nem fora do partido por indicação deste. Fui um militante de base que naquela altura se candidatou. E tive um período de alguma “relevância mediática” enquanto estive à frente da estrutura local do PSD.

A minha adesão deveu-se ao gosto pela política. Em minha casa, com os meus pais, sempre se falou muito de política. Não que houvesse uma qualquer identificação com o regime, no sentido de ser pró-regime, antes de 1974, mas sempre houve um espírito muito liberal, e de se

falar nas coisas, e de se concordar ou discordar. No caso do PSD, a diferença que eu vejo, e a razão para me ter feito militante do PSD, foi por me parecer que o PSD seria um partido mais nacional, mais identificado com os portugueses e a sensibilidade dos portugueses. Não sendo um partido que defendesse uma estrutura colectivista, e pensando eu que a democracia pode não funcionar mas não se encontra outro regime; com as ditaduras e com os regimes como o da antiga União Soviética verificou-se que as pessoas não ficaram mais felizes, porque também continuaram [a haver] muitas desigualdades. As razões foram de natureza ideológica, de aproximação ao partido, e também de algum nacionalismo.

Quando entrei não pensei fazer carreira política, embora pudesse ter tido outras expectativas, não o nego. As pessoas quando entram têm alguma expectativa e talvez até pudesse ter tido uma outra intervenção política, a outro nível, mas nunca aconteceu. As pessoas fazem-se militantes também por isso, porque senão iam só votar, penso eu. Se a identificação for apenas com o partido e a pessoa pensar que não tem jeito, não gosta, não está para aí metido, então só vota. Se acha que tem alguma coisa mais, se pensa que pode dar uma mais-valia a qualquer coisa, então faz-se militante. Se calhar também para ajudar a formar opinião, para participar.

Quanto aos Estatutos e o Programa conhecia-os no geral. Ao longo do tempo, depois, fui conhecendo melhor. Também o modo de funcionamento dos partidos, neste caso do meu. Não conheço os outros. Em relação à influência dos Estatutos e regulamentos na participação, confesso que nunca elaborei, nunca estudei sobre isso e penso que haveria necessidade de estudar. Reconheço aí a minha ignorância e também o meu não interesse. Portanto, também não lhe sei dizer se com outras regras ou outros estatutos aquilo seria melhor. Que regras internas, que estatutos, onde é que teriam que ser alterados para a participação poder ser...? Posso dar-lhe a minha sensibilidade sobre o funcionamento em Portugal, aqui não, porque a estrutura é muito pequena e posso dizer-lhe que não gostei. Acho que os partidos funcionam mal. Se é pelas regras internas, se é pelas pessoas que lá estão, por que razão é, muito sinceramente, não lhe posso dizer. Posso dizer-lhe que no meu caso houve um afastamento partidário, que eu não identifico com as regras dos estatutos ou com os regulamentos internos, mas que identifico se calar com a forma como se lida internamente com esses estatutos e os regulamentos. Há ali umas cliques, um modo de funcionar, são pessoas que vêm com um *background* que se calhar eu não tinha, mas se calhar eu também não sou o melhor exemplo. Eu saí daqui de Macau e cheguei a Portugal, a uma estrutura local, sem conhecer ninguém e também aí penso que o próprio feitio das pessoas ajudará e no meu caso não ajudará muito. Se uma pessoa tem um bom relacionamento, se calhar estas coisas contornam-se. Ali, o modo de funcionarem passa pelas pessoas se integrarem num grupo. Se calhar, até por esse aspecto, eu não devia ter sido militante. Sou muito individualista e entrar ali numa coisa [em] que há dificuldade de integração na estrutura, e no geral, nos múltiplos “grupozinhos”, que há...

Sobre o meu nível de participação posso dizer-lhe que no período de maior militância, que

foi aquele que lhe disse entre 1996 e 1999, e aí, na estrutura local do PSD – estas coisas muito pequenas funcionam com as pessoas, com um bocadinho de carolice –, nessa altura perdi aí, entre aspas, dei um bom bocado do meu tempo nesse período. Não digo [que] durante os três anos tenha sido sempre assim, mas muito provavelmente umas quatro horas por dia. Com muita correspondência. Nessa fase a estrutura local do PSD mandou muita coisa para Portugal, para a estrutura central do PSD, porque nessa altura havia muitos problemas polémicos como a integração dos funcionários públicos na República ou aquele outro caso que foi extremamente polémico, que foi aquilo que fizeram para os funcionários públicos, o registo de umas declarações para efeitos anticorrupção, que depois também quiseram fazer em Portugal. Foi uma coisa que apareceu em 97 ou 98, com uma lei da Assembleia Legislativa. Foi uma das coisas mais polémicas da fase final daquele período e na altura quem estava no grupo parlamentar do PSD era o Marques Guedes, que foi uma pessoa com quem falei e até gostei bastante de falar com ele. Isso só para lhe dizer que até essa intervenção, e nessa altura fui algumas vezes a Portugal, nesses três anos, e cheguei a ir a dois ou três congressos, já não me recordo, e nunca falei com o líder do PSD, que era o Marcelo Rebelo de Sousa, nunca falei com ele. O senhor, por isto, por aquilo ou por aqueloutro, perante aquelas situações e a opinião de uma estrutura local do partido devia pelo menos chamar as pessoas, falar e dizer “ouça lá, a gente recebe aqui montes de correspondência da estrutura local, os senhores têm estes problemas, têm esta visão, nós concordamos ou não concordamos”. Mas aí isso talvez tenha a ver com uma outra leitura que eu faço, que era do governador, do general Rocha Vieira, a manobrar os cordelinhos lá, internamente, sabendo que havia cá uma pessoa que criticava e que era crítica da administração dele, mas como ele se mexe também bastante bem no PSD, embora eu ache que ele se mexe muito melhor no Partido Socialista, é o que eu francamente acho, ainda que ele goste muito de dizer que é uma pessoa muito próxima do PSD, penso que o resultado prático foi sempre o facto do grande apoio ser dado por pessoas do Partido Socialista.

Depois desta fase de mais actividade fui para Portugal. E aos poucos fui-me afastando. Ao princípio, se bem me recordo, havia reuniões todas as quartas-feiras, na secção G. Não digo que fosse com muita regularidade, mas ao princípio ia quase todas as quartas-feiras. Aos poucos fui-me afastando, e depois deixei de ir, já no último ano. Também houve mudanças na estrutura de lá. Aquilo era um núcleo e depois havia secções, também ao nível do concelho, mas aquilo tinha a ver com o número de militantes, não era só a questão administrativa. Em 1996, aqui em Macau, conseguiu-se que isto que era um núcleo passasse a secção. Naquele período, entre 1996 e 1998, cresceu o número de militantes. Agora, francamente, nem sei quantos é que são. Não faço ideia nenhuma.

Particpei nos Congressos de Tavira e num no Porto. Em Tavira não, mas no Porto até tive uma intervenção que depois deu aso a uma entrevista aqui em Macau, ao Ponto Final. Nunca participei em listas a nível nacional. Só aqui em Macau, naquele período e para ir aos congressos. Tirando isso, se bem me recordo [nota: em relação a eleições nacionais, presiden-

ciais, legislativas, autárquicas] uma vez fiz parte de uma mesa, como delegado, no Lumiar, como representante do partido. Em campanhas, acções de rua, nada, nunca participei, nunca tive esse tipo de actividade. Era um militante mesmo muito “básico”. Também nunca participei em fóruns, comícios, desfiles, nem na Internet.

Nunca tive envolvimento com outras organizações. Com clubes desportivos sempre tive uma ligação à Associação de Bridge de Macau, é muito antiga, desde a sua constituição. Agora quanto a outras organizações, tipo ONG ou humanitárias, nunca tive qualquer participação.

Quando me afastei do partido nunca encarei outra hipótese qualquer de participação a nível cívico, fosse num partido ou noutro tipo de organização. Até porque acho, fazendo um pequeno aparte, a democracia tem de viver com os partidos. Ela não se esgota nos partidos, a meu ver, mas ela deve fazer-se sobretudo nos partidos. E uma coisa que reconheço como uma culpa minha, se eu digo isto provavelmente devia lutar internamente, eu ainda não identifiquei o que me levou a afastar-me. Porquê que me afastei? Se calhar isso também um pouco a ver com o feitio das pessoas. Também com a minha idade, já não sou jovem nenhum para estar a tomar essas guerras como minhas. Mas deveria ser internamente, porque é nos partidos que, a meu ver, a intervenção cívica devia fazer-se, não esgotando a intervenção que as pessoas possam ter noutros fóruns, é sobretudo nos partidos que essa intervenção deve ser feita. Eles deviam funcionar melhor, ter mais qualidade política.

Neste momento não sei qual é o meu estatuto. Mas saindo do PSD também não coloco a hipótese de aderir a outro partido. Penso que as famílias políticas também vêm de muito detrás, e com a minha formação, longe de mim, simplificando um bocado mas sem querer [ser] simplista, penso que elas estão bastante bem definidas. Há os comunistas, depois há os democratas-cristãos, e no meio há um *centrão* enorme. Os sociais-democratas tocam-se com os socialistas. Em Portugal há o Bloco de Esquerda, os verdes, os ecologistas, mas são mais de intervenção. São importantes e quanto mais as pessoas se identificarem com os partidos tradicionais, em especial por causa da sua prática, pelas pessoas que lá estão, pelo seu modo de funcionar, mais esses partidos ligados a causas terão [ascendente]. Porquê que o PSD e os outros partidos não tomam para eles a causa dos Verdes, de uma sociedade liberta disto e daquilo? Não têm de ser necessariamente os Verdes. Eu posso subscrever perfeitamente aquilo e ser um militante do PSD.

Não identifico em concreto pontos de discordância que tenham levado ao meu afastamento. Há razões de natureza política e [razões] ligadas ao funcionamento da estrutura. Em todos os partidos, num momento ou noutro, há-de haver decisões em relação às quais as pessoas não-de estar em discordância com o partido. Acho isso natural e não relevo muito. Agora não me lembro de casos concretos, mas seguramente que houve. Por exemplo, muito recentemente, aquela coisa das subvenções vitalícias para os políticos que o PSD e o PS se entenderam e iam deixar passar. Está a ver, é evidente que se perguntassem eu não concordava, nunca concordei com isso. Os políticos estão ali para prestar um serviço público, acho que deviam ser bem pagos, e se calhar por causa disso é que a qualidade da nossa classe política

é má, piorou, porque eles são mal pagos, tenho de reconhecer isso, mas eles estão ali para prestar um serviço público, não estão ali para se encherem de benesses e de outras coisas. E a vida política também deveria ser transitória. As pessoas deviam lá estar por um período limitado de tempo. E depois vinham outros, com sangue novo, com ideias novas. Uma coisa que se nota muito aqui em Macau: é perfeitamente inconcebível que uma pessoa esteja como secretário [membro do Governo local] quinze anos, não faz sentido. De todo. Ainda que em Portugal haja um exemplo, como o do senhor da Madeira. Lá, o senhor da Madeira esteve lá trinta anos, mas ele pode dizer, e é verdade, que foi eleito. Aquilo é um regime democrático, elegeram-no. Está lá, foi eleito, houve um sufrágio, sufragaram-no, aqui não há, até nesse aspecto se pode dizer que eles são todos por nomeação, mas não é para lá estarem quinze anos.

Aquilo que eu acho de relevante em relação à minha participação política foi no período entre 1996 e 1999. E esse foi escrito. Há imensas cartas que fazem parte do arquivo do PSD local, muitas cartas para lá e, infelizmente, em muitas coisas eles não subscreveram aquela que era a minha opinião. Se calhar começa aí o meu afastamento. Eu sempre disse que a forma como o PSD acompanhou os anos finais da Administração portuguesa foi negativa. Não ligaram nenhuma. Podem dizer que você estava aqui numa estrutura local, que não tem peso nenhum, e eles lá não lhe ligaram nenhuma, você estava aqui, não tinha peso, eles não lhe ligaram nenhuma e você sentiu-se melindrado por isso. Não estou a dizer que nestas coisas não seja assim, mas havia uma estrutura local em que as pessoas escreveram, há imensas coisas escritas, cartas e documentos, e não havia resposta. A estrutura central não queria saber das iniciativas da estrutura local, claramente.

Não houve quaisquer reacções ao meu afastamento. As pessoas percebiam, mesmo lá [Portugal], que eu seria um bocadinho um *outsider*. Esta pessoa que me escreveu agora, que quer reactivar a estrutura local do PSD, ele era o responsável da secção G na altura em que regressei a Portugal. Percebi que ele entretanto foi afastado e houve uma outra pessoa que lá ficou. Ele lá terá percebido que se calhar havia ali uma pessoa que tinha uma forma de pensar um bocado diferente dos outros e agora lembrou-se de mim. Não sei bem qual será o objectivo porque dizia que aquilo era um jantar, na semana que passou, mas não sei. Tirando esse pequeno pormenor, que agora até está identificado, acho que não. O meu próprio feitio, muito individualista, pela pouca relevância das posições que tenho. As pessoas não têm estados de alma [no sentido de lamentarem que me tenha ido embora], não. Da parte das estruturas do partido não houve qualquer tentativa de contacto para saber porque é que não vem, porque deixou de aparecer, qualquer coisa assim, nada. É tudo muito impessoal, eu acho. Eu acho que quando as pessoas entram nos partidos, elas próprias, e eu não queria estar a dar este exemplo, porque não conheço em pormenor, mas o Passos Coelho chegou a presidente do PSD porque houve um núcleo que o transportou para lá. Não foi só ele. Houve um núcleo de pessoas, e isto passa-se a nível do poder lá acima mas também a nível local. Também é assim, foi a ideia com que fiquei. Aquilo há sempre um núcleo de quatro ou cinco pessoas que

dizem que “agora temos de pôr este como presidente da secção, e metem”. A sensibilidade que tenho é que aquilo que acontece a nível central é também o que acontece a nível local, é a percepção que tenho enquanto militante de um partido. E é isso que está mal, está a ver. Aquilo não devia ser por núcleos ou grupos de quatro ou cinco pessoas que resolvem tomar o poder, quaisquer que sejam as estruturas, intermédias, superiores ou de base. Não foi assim que eu cheguei aqui, no caso do PSD. As pessoas poderão sempre dizer que Macau é um caso diferente. É um bocadinho diferente mas nessa altura já havia por aqui uns trinta militantes. Só depois de 98 é que chegaram acima dos quarenta. Mas quando eu lá cheguei não andei a fazer campanha, não me servi dos apoios deste ou daquele. Havia eleições, eu tinha participação, normalmente falava nas reuniões, e houve uma votação. Não criei nenhum *lobby* ou um núcleo, mas acho que em Portugal é assim que funciona ao nível de qualquer estrutura.

No momento da minha adesão houve uma pessoa que teve alguma influência nisso [na entrada no PSD], ainda cá está, foi o Félix Pontes, que está na Autoridade Monetária e Cambial, que foi militante do PSD. No início chegou a ser aqui presidente da estrutura local, quando isto era um núcleo, depois constituiu uma associação para concorrer às eleições legislativas, a UNAMACAU, que tinha muita gente do PSD, e eu também ajudei. Isto para lhe dizer que se tiver que identificar uma pessoa foi o Félix Pontes. Na altura era ele quem estava à frente do partido. Como também me conhecia inscrevi-me.

Não sou muito de rupturas, não consigo identificar um momento em concreto para o afastamento. Não houve. E se houvesse algum motivo teria sido em 1999, depois daquele processo. Pensando naquilo que lhe disse, continuo a pensar, e sempre disse, que a forma como a estrutura central acompanhou aquela parte final da Administração portuguesa aqui foi má. Foi desmotivador, mas não foi o motivo para eu dizer “estes tipos não me ligaram nenhuma à estrutura local e vou-me embora, bato com a porta”. Não, não houve nada disso. Foi uma conjunção de circunstâncias e o meu afastamento não teve quaisquer consequências a nível pessoal. Nem político. Nunca tive relevância nenhuma.

Não tenho expectativas de futuro envolvimento. E até lhes respondi, no contacto recentemente efectuado, que estava bastante desiludido. Dizendo um bocadinho aquilo que acabei de lhe dizer quanto à fase final da Administração portuguesa e aos anos de prática política enquanto lá estive, em Lisboa, entre 1999 e 2006. Fui-me desligando. Não me estou a ver a voltar a ter uma participação activa.

Tendo verificado que os partidos, no caso o meu partido, o PSD funcionava mal, talvez devesse ter investido um pouco mais. Não o fiz.

ENTREVISTA AO DR. BAGÃO FÉLIX
UNIVERSIDADE LUSÍADA, 29/01/2015

Sou António José de Castro Bagão Félix, tenho 66 anos de idade, sou licenciado em Finanças, em 1970, pelo então Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, hoje ISEG, dou aulas como professor catedrático convidado na Universidade Lusíada, e faço comentários, escrevo. Durante toda a minha vida exerci funções na área da banca e dos seguros. Fui secretário de Estado três vezes, da Segurança Social e do Emprego e da Formação Profissional, fui ministro duas vezes, do Trabalho e das Finanças, fui vice-governador do Banco de Portugal, trabalho com muitas ONG's e sou conselheiro de Estado.

Interesse pela actividade política?

Muito grande. Hoje mesmo continuo a fazer comentário político na SIC Notícias. Tenho um blogue no Público onde escrevo todos os dias. Ainda agora acabei de escrever o meu texto de hoje. E gosto muito de olhar, de reflectir, de perspectivar a actividade política, quer nacional quer internacional.

Em todo o caso, há uma distinção que eu devo fazer e que de algum modo vai passar por esta nossa conversa. Gosto muito de *policy* mas já não gosto muito de *politics*. Em língua portuguesa nós não temos a distinção destas duas palavras, mas em língua inglesa ela é muito clara. Ou seja, eu sou uma pessoa que gosta de segurança social, de *policy*, há trinta e tal anos, na área das finanças, na área do trabalho, áreas sobretudo sociais, não apenas, mas das quais eu estou mais perto por razões do destino da vida. Já quanto à *politics*, no sentido mais weberiano da produção de poder, direi que não estou tão atento, não gosto. Essa será uma das razões porque embora eu podendo ser, e aceito isso perfeitamente, ser conotado com uma determinada área, espectro político ideológico, eu sou democrata-cristão. Toda a minha base é a doutrina social da Igreja, que cada vez está mais presente, ou deveria estar. Não sou filiado em nenhum partido. Identificam-me com o CDS, eu fui para o governo indicado pela quota do CDS, mas não sou filiado.

Perguntar-me-á porque é que não sou filiado. Não sou filiado por várias razões. Primeiro porque não gosto. Dizia Gustave Thibon que “ser livre é depender do que se gosta”, que eu acho uma excelente definição de liberdade individual. E como eu não gosto não quero depender do que não gosto. Ainda é uma daquelas possibilidades que nós temos na vida, a de poder escolher. Não quer dizer que não tenha muitos amigos, por exemplo na área do CDS, e quando me pedem alguma coisa, como aliás com outros partidos, dou o melhor que sei e posso. Mas não tenho apetência nenhuma.

Em segundo lugar, porque há uma grande desilusão. Como é que hei-de dizer? Deixe-me começar de outra maneira. Eu tenho um espírito muito metódico e muito rigoroso. Por exemplo, na ética da exactidão, que começa desde logo no tempo, como é que nós usamos o nosso tempo, que é escasso. Não pode ser reciclado, o tempo não pode ser reciclado.

E tem de ser rentabilizado?

Exactamente, e tem de ser nesse sentido, e já tive contactos com o gabinete de estudos do partido A, B ou C, reuniões, e há uma sensação para pessoas que têm a sua vida normal corrente que são desperdício.

Ainda há duas razões pelas quais eu não pertenço a nenhum partido. Porque há uma fulanização muito grande. Porque é uma fulanização em função das conveniências de ser poder ou não ser poder. E, depois, há pouca verdade. No sentido mais profundo da expressão. Talvez não seja verdade, há pouca autenticidade. O valor da autenticidade não é o valor mais frequente nas estruturas partidárias. Então, para ser mais autêntico, nós temos de estar fora. Ou como espectadores comprometidos ou mesmo como actores comprometidos, mas no sentido mais livre da expressão.

Não sei se conhece um texto que li há muitos anos, muito interessante, de um autor americano, que perguntava ao leitor se sabia qual a diferença entre envolvimento e comprometimento. E dizia que era muito fácil de seguir. Ele deu aliás uma imagem que é: vamos supor que está num restaurante a comer um ovo estrelado com fiambre. Bem, a galinha está envolvida e o porco está comprometido. Ou seja, eu gosto de estar envolvido mas não gosto de estar comprometido se esse comprometimento anula parte da minha independência e capacidade de crítica. Capacidade crítica, isto é, não custa muito a ver. Eu compreendo mas eu não sou assim, mas eu compreendo isso. É aquela ideia de que eu até não penso assim mas tenho de pensar para o exterior assim porque é assim que tenho que pensar. É a anulação da personalidade. E eu, portanto, dizendo esta expressão deste autor americano, eu gosto de estar envolvido, no bom sentido da palavra, mas não gosto de estar comprometido, anulado quanto à minha própria capacidade crítica e liberdade criativa.

No passado, em algum momento, chegou a equacionar a hipótese de se tornar militante de um partido?

Sim. Sim. Eu fui para a política activa, propriamente dita, em 1980. Eu fui secretário da Estado da Segurança Social no governo do Dr. Sá Carneiro, tinha 31 anos. E o ministro era o Dr. João Morais Leitão, de quem era muito amigo e que infelizmente já não está entre nós e com quem, aliás, tinha iniciado a minha vida profissional na Companhia de Seguros Mundial. Houve uma razão profissional que me arrastou para um convite político. Hesitei muito na altura mas acabei por aceitar porque era uma área que sempre me interessou, a segurança social. E em 1986 o Dr. João Morais Leitão, depois da saída do Dr. Francisco Lucas Pires do CDS, candidatou-se a presidente do CDS, onde aliás perdeu para o Prof. Adriano Moreira. E nessa altura ele pediu-me se o podia acompanhar. Eu durante uns meses inscrevi-me como militante do CDS, mantendo exactamente o que pensava. Nesse aspecto não alterei nada. Mas por uma razão que para mim também é importante, que era de lealdade e de amizade, que são valores que estão noutra plano mas são importantes, e uma vez tendo ele perdido, passado uns meses entendi que seria mais correcto não estar. Desvinculei-me normalmente passado uns meses. Há quase trinta anos. Foram uns meses apenas. Porque ele me pediu e porque eu achei que com ele era diferente. No fundo era uma razão de natureza muito pessoal.

Fui filiado, não militante, que é um pouco diferente. Depois fui como vice-presidente, eu e o Roberto Carneiro, caso o Dr. Morais Leitão fosse para presidente do CDS. Ele perdeu para o Prof. Adriano Moreira – é caso para dizer ainda bem (risos), digo eu agora - e, portanto, depois, eu filiei-me, mas não militei, a não ser no Congresso onde estava ao lado dele.

Não me desfiliei logo porque não me parecia curial e correcto. Além do mais porque a pessoa que venceu o Congresso era o Prof. Adriano Moreira, pessoa pela qual tinha e tenho um profundo respeito intelectual e político. E, portanto, esperei algum tempo e depois escrevi uma carta. Formalizei com toda a naturalidade e as pessoas perceberam. Não teve nada de especial.

No entanto, continua a ter actividade cívica e faz parte de outro tipo de entidades, de associações....

Sim. Desde logo faço parte de um órgão político que é o Conselho de Estado, indicado pelo Presidente da República. Tenho actividade cívica, que para mim é fundamental, faz parte do meu dia a dia, no verdadeiro sentido da palavra. Sou membro da Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa, da Irmandade da Misericórdia de Lisboa, Rede Cuidadores, Associação das Crianças Portuguesas Desaparecidas (APCD). Já estive ligado ao Banco Alimentar, fui presidente do Conselho de Justiça e Paz da Igreja Católica, fui presidente da Assembleia Geral da União das Misericórdias, e também tenho actividades de outra natureza. Eu sou um apaixonado por botânica e faço parte dos órgãos sociais da Associação dos Amigos do Jardim Botânico da Ajuda. Penso que isso pessoalmente enriquece-me muito.

E nessas associações em que participa não vê os mesmos constrangimentos que vê nos partidos?

Não, pelo contrário. Ali a pessoa dá-se. Nos partidos a pessoa quer receber. Há uma grande diferença. Isso, aliás, nos partidos há a sensação de que as pessoas se marcam umas às outras. São irmãos dentro do partido mas ao mesmo tempo há uma mistura estranha. Um egoísmo e um associativismo dos partidos. Nessas organizações trabalha-se para o bem comum, não há guerras, não há guerras no sentido de um estar num lugar e o outro poder não estar. Depois há um outro ponto: estas instituições são instituições que nós fazemos para além da nossa actividade normal.

Nos partidos, uma das coisas que é mais criticável, e que é mais preocupante, é que a *politics* está a transformar a vida política portuguesa e também partidária numa..., ou melhor está a dar-lhe um carácter muito centrífugo. Quer dizer, as pessoas normais, entre aspas, vão-se afastando. E quem é que hoje está nos partidos? São pessoas que não têm actividade fora dos partidos, não têm profissão. Também entre aspas, compreende o que estou a dizer, não é com qualquer sentido pejorativo. Aliás, nós olhamos para a formação dos governos, e não apenas em Portugal, esse não é um fenómeno português, e o que é que vemos? Vemos pessoas que nunca trabalharam fora do espectro político partidário. Não têm experiência da vida. E a vida faz-se aprendendo com o erro. Nós só conseguiremos melhorar se estivermos perante obstáculos, dificuldades, a experiência é a pedagogia do erro. E essa situação leva a

que haja um apartamento, uma separação entre o povo governado e o governantes e/ou os membros dos partidos políticos. Enfim, há excelentes exceções. Quando há uma regra há excelentes exceções. Esse é um ponto que tem levado a transformar, permita-me a expressão um bocadinho exagerada, em transformar os partidos em pedras-pomes. Pouca densidade, muitos buraquinhos, que são os buraquinhos próprios do *intriguismo*, do amiguismo, mas pouca densidade. E essa densidade é importante para dar credibilidade perante aqueles que representam, que são as pessoas, os eleitores.

Calculo, até por aquilo que me acabou de dizer, que não tenha ainda a perspectiva de vir a militar num partido...

Nunca tive, mas agora definitivamente. E fui convidado muitas vezes, sobretudo para o CDS, resisti sempre.

Mas admitindo como mera hipótese que isso ainda estaria no seu horizonte, que condições gostaria de ver preenchidas que pudesse voltar a formalizar uma adesão?

É uma boa questão. A principal seria esta: eu vou para o partido, vamos supor para o partido A, mas nunca deixarei de dizer aquilo que penso. Mas isso é completamente “incompatível” com a disciplina partidária. Aliás, eu tenho a experiência agora. Embora estando fora dos partidos, repito, admito que associado mais ao CDS, e obviamente enquadrado na lógica da maioria actual, enfim, que é a minha área política, prefiro dizer a minha área ideológica-doutrinária, o que é certo é que há pessoas que não compreendem aspectos que semanalmente escrevo ou digo, que não vão no guião. No guião tem que dizer isto. Eu não, eu digo o que penso. Só quero que as pessoas tenham a ideia de que eu digo o que penso, estando certo ou estando errado, concordando-se ou discordando-se, isso está perfeitamente correcto. O que eu quero é que as pessoas percebam – e também exigiria de um partido – é que eu não me pronuncio antes de estudar as questões. Esse é um ponto fundamental. Depois a pessoa pode concordar ou discordar. Porque o tipo não sabe, porque é incompetente, mas pelo menos trabalhou, estudou o assunto, não foi só porque ouviu. E hoje o que se nota nas organizações partidárias é muita sabedoria de ouvido, do mesmo dia. Ninguém estuda. Há uma propagação sonora do que se ouve, mas não um desenvolvimento intelectual da mesma. E as pessoas a certa altura dizem que é sempre a mesma coisa. Já o outro tinha dito e este vem repetir. Há um mimetismo muito acentuado que não é bom. Se eu tivesse que usar duas palavras para dizer como é nós podemos robustecer a vértebra partidária, eu diria três, três palavras: densidade, que já disse, exigência, trabalho, e exemplo, exemplaridade. Quando essas três, e algumas dessas três, e às vezes são mesmo as três, que estão fora da regra, fora da norma, norma no sentido quase estatístico, evidentemente que as estruturas partidárias tendem a esfarelar-se.

E nota aí alguma diferença entre partidos de esquerda e de direita?

Não. Às vezes no início dos partidos nota-se que querem fazer diferente. Tivemos essa experiência com partidos que às vezes se apresentam com uma visão mais ética, tentativamente mais ética ou fora do *mainstream* – nós tivemos o caso do PRD – há sempre o assomo de

algumas alterações, uma corrente de ar, uma ventilação, que também é preciso porque aquilo é um ar abafado. Agora à esquerda temos o Livre, como já tivemos com o Bloco de Esquerda. Mas depois, rapidamente, acomodam-se na lógica da gestão do poder ou do não poder. Adaptam-se ao sistema. Também se nota isso quando há uma alteração da liderança partidária. É como quando há um novo governo. Há sempre um estado de graça, de renovação, algumas pessoas que mudam. Mas repare bem, agora, no caso do PS. Houve uma alteração, não interessa se para melhor se para pior, também não sou socialista, tenho uma opinião que não interessa nada para este efeito, mas depois uma pessoa olha e as pessoas que estão à volta parece que são as mesmas. Umas vão para pousio, e as que estavam em pousio voltam outra vez. É como as terras. Voltam outra vez. Há falta de renovação de quadros, de gente nova. E a gente nova que aparece (nesse aspecto talvez esteja a ser injusto)...

Há gente nova com muito valor, só que não está nos partidos. Quer à esquerda, quer à direita. Até a nível de economistas, até é mais à esquerda do que à direita. Com valor, concorde-se ou não, mas é um facto, não estão [nos partidos]. Os partidos não têm íman, não têm suficiente força, de um íman. Pelo contrário, o íman está no exterior. Os partidos são centrífugos.

Na altura em que se filiou no CDS tinha conhecimento do programa e dos estatutos do partido?

Sim, conhecia o programa e os estatutos. Mais os estatutos. Nesse aspecto penso que tem havido uma evolução positiva dos partidos. O exemplo mais actual que temos é o do Partido Socialista com a ideia dos simpatizantes e até o modo – na altura o António José Seguro foi muito criticado mas acabaram por lhe dar razão – foi uma inovação, como há pouco disse, que me parece importante. Listas abertas também me parece importante. Mas o fundamental era que esse caminho positivo que mais rápida ou mais lentamente se está forjando – por exemplo, há umas ideias do Partido Livre que são interessantíssimas; é importante que elas apareçam, que sejam testadas. Tudo isso é importante, mas era importante que fosse também acompanhado de uma alteração da representatividade eleitoral, das leis eleitorais.

Há aqui uma divergência, um desajustamento entre alguma evolução política positiva ao nível da ventilação na sociedade, dos partidos, e uma lei eleitoral que é absolutamente, ou leis eleitorais da democracia representativa, da democracia dos partidos, que continuam a ser imóveis e paralisantes, e não despertam essa ideia da melhor relação entre o eleitor e o eleito. Por outro lado, já agora que me falou dos programas dos partidos, e sobretudo dos programas eleitorais, há um ponto..., aliás, há agora um grande teste na Grécia, com o Syriza, e é um teste absolutamente crucial, que em Portugal tem sido objecto de recidivas constantes, e as eleições no final deste ano são cruciais para sabermos se alguma coisa mudou, ou não, que são as divergências, a divergência profundíssima entre o que se promete e o que se faz. Algumas coisas são naturais porque quando se promete uma coisa não se está sempre dentro do assunto. Mas há outras em que se sabe que a promessa é uma ilusão, para não dizer que é uma fraude política. Quando, por exemplo, para citar governos diferentes, num dos

quais até eu estive, o de Durão Barroso, ou Sócrates, ou até mesmo Passos Coelho, quando dizem que não cortam impostos ou que não aumentam o 13.º mês, eles sabem que estão a utilizar armas fraudulentas, do ponto de vista político e sociológico. Ora bem, essa divergência é das coisas mais perigosas que pode existir na lógica partidária política. Porque pode matar definitivamente o resto do contrato de confiança que ainda existe e que gera esta coisa terrível do método indutivo, que é muito característica dos portugueses, de rapidamente partirem do particular para o geral com aquela velha frase do “são todos iguais”. Esse é dos pontos mais sensíveis para o futuro da evolução partidária em Portugal.

Repare que no meu caso [o afastamento da filiação] foi apenas o resultado da gestão do tempo por razões de natureza mais pessoal do que político-partidária. Eu filiei-me por razões pessoais. De amizade com a pessoa que mais estimei na minha vida, e que ainda estimo apesar de não estar entre nós, pessoa a quem devo muito. O sentimento de gratidão é um dos sentimentos mais nobres que uma pessoa pode ter. E eu tenho. E terei até ao fim da minha vida. Foi com ele que iniciei a minha vida profissional, foi com ele que iniciei a minha vida política, e ambas porque tive a confiança dele. Portanto, a razão é estritamente pessoal. Sendo a razão estritamente pessoal, a partir do momento em que no Porto, no Rivoli, se perdeu a eleição interna do CDS; eu nunca tive nada como filiado, nunca participei em nada, apenas deixei, foi uma espécie de período de nojo para não dizerem “o tipo perde eleições no domingo e desfilia-se na segunda-feira”. Era pouco elegante. Foram razões de contagem do tempo, pessoalmente até para não ser deselegante para com o Prof. Adriano Moreira. Foi só isso.

Digamos que eu não tive qualquer processo de dissensão porque não houve dissensão. Nem eu discordava muito do Prof. Adriano Moreira. Como a razão que me levou a filiar foi de natureza pessoal, ela quase deixou de ter subsistência a partir do momento em que se perdeu. O afastamento não de seu por razões políticas. Deixe-me contar este pequeno episódio. Isto foi em Abril de 1986, creio que já foi Maio, e depois; estava em funções o governo minoritário do Prof. Cavaco Silva entre 1985 e 1987, houve eleições no Verão de 87, nessa altura já estava desfilado. Mas deixe-me contar este episódio. Telefonei ao Dr. Morais Leitão. Fui até casa dele na altura da campanha eleitoral. Havia o comício final do CDS, no Pavilhão dos Desportos, no Parque Eduardo VII, e disse “vamos lá os dois”. E fomos os dois, sem qualquer azedume. Eu não estava zangado com ninguém, nem nada, mas até achava que era importante estar lá embora já não estivesse filiado. Portanto, foram razões de solidariedade e ligação ideológico-doutrinária. Mas a minha razão é muito pessoal, tem pouco de político-partidário.

Há pouco na sua introdução falou não só de Portugal como de outros países. Portugal tem esta característica que é muito portuguesa mas que ao mesmo tempo me interrogo. Nós vemos que independentemente da posição que cada um possa ter, a maior parte dos países está num processo de profunda alteração político-partidária. Temos o caso da Grécia, em que há uma transumância completa de votos do partido mais tradicional do Pasok, para um partido mais radical ou menos tradicional, uma coligação, o Syriza. Temos o caso de Espanha com o

Podemos. Temos o caso de França, temos o caso de Inglaterra com o UKIP [*United Kingdom Independence Party*], temos alguns movimentos alternativos na Alemanha, na Holanda, enfim, a Itália, que foi a revolução completa, e que teve durante quarenta anos, no pós-Guerra, sobretudo a Democracia Cristã mas também o Partido Socialista muito enraizados. Em Portugal há de facto uma resiliência absolutamente notável do partidos. Não sei se é bom se é mau. Não estou em condições de responder a isso. Mas acho que era uma questão interessante para quem estuda e investiga estas matérias. Porquê que Portugal, ainda por cima tendo aqui ao lado a Espanha, porquê que é assim?

Entre as várias razões encontro uma que pode ser vista numa perspectiva positiva ou negativa. Nós somos muito avessos ao risco, à novidade, neste sentido, e isso depois também se revela na nossa própria insuficiência de investimento. Nós temos poucos militantes de risco. Temos muitos militantes de partido mas temos poucos militantes de risco. E também porque somos o país do mais ou menos. Repare bem, nós estamos constantemente a dizer mais ou menos. O tempo está mais ou menos, Macau está mais ou menos, o Benfica está mais ou menos. Uma vez um espanhol que é meu amigo, já foi aí há uns vinte anos, perguntou-me “mas porquê que vocês estão sempre a dizer mais ou menos?; nós em Espanha não dizemos mais ou menos. Ou é mais ou é menos. Até os tipos do centro são radicais, passe o paradoxo”. Nós andamos um bocadinho no mais ou menos. Não sei se isso é uma razão cultural sociológica que de algum modo leva a uma maior resiliência dos partidos tradicionais. É uma questão que não sei [responder]. Limito-me a colocá-la.

ENTREVISTA A ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO
(HOTEL PALÁCIO, ESTORIL, 29 DE MAIO DE 2015)

Quanto à minha identificação: António d'Orey Capucho, 70 anos, tenho o Curso Superior de Organização e Administração de Empresa, depois de ter estado três anos em Agronomia.

Em relação a cargos ocupados antes do 25 de Abril: até Outubro de 74 era director-geral de uma grande empresa familiar na área de Lisboa e, a partir de então, na política fui, sucessivamente, secretário-geral adjunto do PSD, secretário-geral, vice-presidente da Comissão Política, membro do Conselho Nacional, líder parlamentar, por duas vezes, primeiro com Mota Pinto e Cavaco Silva, depois com Durão Barroso, Partidariamente tenho também ligações à fundação do partido aqui em Cascais. Desempenhei vários anos as funções de presidente desta Concelhia. A nível do Estado fui deputado em várias legislaturas, eleito pelos círculos de Lisboa, Faro e Setúbal. Fui secretário de Estado Adjunto do Balsemão em 80, depois fui ministro da Qualidade devida no Bloco Central em 83/85, portanto no governo liderado por Mário Soares com Mota Pinto, e finalmente fui ministro dos Assuntos Parlamentares em 87/89 com Cavaco Silva. Em 89 fui para o Parlamento Europeu, onde estive dez anos, fui sempre vice-presidente do Parlamento Europeu nesses dois mandatos. A nível nacional, o que é que eu fiz mais? Fui membro do Conselho de Estado, duas vezes, primeiro com Jorge Sampaio, depois com Cavaco Silva. E a nível autárquico fui primeiro presidente da Assembleia Municipal de Cascais, com a Helena Roseta, em 83, e depois em 2001 e 2011, fui presidente da Câmara sempre eleito com maioria absoluta. Agora sou simplesmente coordenador do Grupo Político Independente "Sintrensenses com Marco Almeida".

Razões que o levaram a aderir ao PPD e, se possível, a identificação das razões que o levaram a aderir?

Antes do 25 de Abril estive ligado à oposição democrática, ou melhor, apoiei a oposição democrática, era oposicionista de café. Apoiei as candidaturas da CEUD e depois da CDE nas duas eleições legislativas que antecederam o 25 de Abril. E fundamentalmente estava muito apaixonado, como muita gente da minha geração (o 25 de Abril aparece quando eu tinha 29 anos) com a social-democracia "à sueca", com o Olof Palme e com o estado providência, e todos os demais valores que foram encarnados pela social-democracia naquela altura e o Partido Socialista. Bom, e depois havia o impulso da juventude de fazer política. Já o fazia antes do 25 de Abril, mas com o 25 de Abril senti-me ainda mais atraído. Hesitei entre o PS e o PSD. Qual foi a diferença fundamental? No PS, como sabe, no início era um partido que, se hoje se pode dizer que é o verdadeiro representante da social-democracia em Portugal, naquela altura tinha todas aquelas esquerdas esquisitíssimas que, depois, a pouco a pouco se foram afastando, ou que foram integrados. E no PSD, de facto, tinha uma simpatia muito pessoal e especial por alguns dirigentes, desde o Júlio Castro Caldas, que era meu amigo de infância aqui de Cascais, e que era advogado da empresa onde fui director-geral, e que foi membro da primeira comissão política de Sá Carneiro. Mas fundamentalmente uma grande simpatia pelo

Francisco Sá Carneiro, que inesperadamente me convidou – eu fazia política mas aqui em Cascais, a nível nacional não – isto em Outubro de 74, inesperadamente me convidou para o apoiar ou ajudar, na justa medida em que tinham perdido alguém com funções administrativas, financeiras e organizativas dentro do partido. Fui lá falar com ele, pediu-me desculpa de não me poder receber naquela altura porque tinha que ir falar com o Presidente da República e perguntou-me se eu não me importava que falasse comigo na viagem entre a sede na Duque da Loulé, na altura, e o Palácio de Belém. Nessa altura tivemos uma primeira conversa. Eu aceitei colaborar com ele, primeiro em part-time, muito reduzido, mas ao fim de poucos meses estava a meio tempo, e em Fevereiro de 75 sou nomeado secretário-geral adjunto juntamente com vários outros militantes que hoje são pessoas de grande nome, como a Helena Roseta, o Marcelo Rebelo de Sousa, o Guilherme Oliveira Martins. A partir daqui foi uma longa caminhada dentro do PSD, até há pouco tempo, até que fui expulso.

Inicialmente, quando adere ao PPD/PSD, já tinha perspectiva de profissionalização?

Nenhuma. Porque tive vários problemas de consciência na altura, mas de facto o apelo a colaborar com Sá Carneiro, naquela aventura que era dedicar-me à política foi muito forte. E porquê os problemas de consciência? Porque a empresa onde estava, que era uma empresa familiar, a Casa Capucho - com centenas de funcionários, deste lado na Rua de São Paulo e na outra banda a fundição e os armazéns-, tinha entrado em dificuldades de tesouraria graves e foi intervencionada pelo Estado. Uma das coisas para que eu não tinha paciência era aturar um oficial de Exército que tinha vindo de Moçambique e que entra na empresa para tomar conta dos acontecimentos e põe os três sócios gerentes, um primo meu, o meu pai e um tio meu completamente de lado. Portanto, foi o apelo a um projecto que era extremamente interessante e em que todos os meus amigos, embora de forma amadora, seja aqui em Cascais seja em Lisboa, estavam envolvidos.

No momento em que adere ao PPD qual é que era o seu conhecimento em relação ao Programa do partido e aos Estatutos?

Aos Estatutos e ao Programa o conhecimento era total porque participei, ainda como convidado, ao 1º Congresso e tive um grande entrosamento com os responsáveis pelo Gabinete de Estudos que foram, nem mais nem menos, um professor catedrático de economia, Alfredo de Sousa, que presidia, coadjuvado para a área económica por Cavaco Silva e na área social a Leonor Beleza. Na altura os gabinetes de estudos funcionavam a sério. Portanto, tive conhecimento da elaboração do programa e do debate em congresso. Foi uma coisa verdadeiramente épica porque havia propostas bastante esquerdizantes, que se conseguiu evitar. Nos estatutos a minha participação foi também do mesmo género. Não porque tivesse uma grande experiência, porque não sou jurista, aí foi mais na Comissão Política o Júlio Castro Caldas como jurista, que teve bastante influência. Estive na génese embora como colaborador esporádico dessas áreas.

Gostava de saber qual é a sua opinião em relação a dois aspectos. Em primeiro lugar, se vê ou viu os estatutos como um impedimento à participação, qual o papel que

têm em relação à participação. Por outro, se os estatutos de alguma forma influenciam a deserção.

Não creio que os Estatutos tenham responsabilidades cimeiras nesse domínio. Ou seja, não é por causa dos estatutos que a participação se esvaiu completamente. É uma história que é fácil de contar, embora hoje em dia fosse possível e desejável inventar novas modalidades de participação dos militantes, nomeadamente, nas escolhas determinantes, como aliás o Partido Socialista fez, pois não há dúvida nenhuma que eleições primárias contempladas nos estatutos são um enorme apelo a que os militantes participem. O voto preferencial, não nas eleições legislativas (que aí não concordo), por exemplo em determinadas escolhas dentro do partido, aí os Estatutos podiam ser bastante melhorados. Mas não culpo os estatutos. Mas a verdade é que o interesse pela participação seja cada vez mais raro e residual. Evidentemente que inicialmente havia a chama do 25 de Abril, e fundamentalmente a chama da luta contra a viragem do país para um totalitarismo de sinal contrário. Até ao 25 de Novembro do ano seguinte houve uma luta titânica, muito dura, e violenta mesmo, que mobilizou muito as pessoas, porque era o futuro do país e o futuro dos filhos que estava em causa. E havia uma expectativa de que poderíamos construir um país novo. Todas estas razões levavam a que as pessoas se interessassem e que participassem.

Os partidos não tinham então financiamento do Estado (vivia das contribuições dos militantes e de alguns amigos dos principais dirigentes). Eu curiosamente nunca tive responsabilidades financeiras em matéria de angariação de fundos, nunca quis ter. Dentro do partido foi das boas decisões que tomei. De facto, o Partido tinha fracos recursos financeiros, não havia placards, mas sim cartazes que se colava e quem colava eram os militantes, havia pinturas murais e quem pintava eram os militantes, as pinturas murais de Cascais foram pintadas por mim. Eu marcava a parede, tinha muito jeito para isso, aliás tenho dois filhos licenciados em Belas-Artes, um em arquitectura e outro em pintura, mas tinha muito jeito para *lettering*. Havia as sedes abertas, as sedes tinham em regra um pequeno bar, e as reuniões dos militantes eram permanentes, não apenas entre os militantes do concelho como os militantes da distrital. O Francisco Sá Carneiro fazia o Conselho Nacional do partido, cento e tal membros, que hoje dura uma noite num qualquer hotel chique de Lisboa. Naquela altura, sexta-feira à noite, trinta ou quarenta dirigentes do partido iam aos vários concelhos e em vários casos a freguesias relevantes, fazer sessões de esclarecimento. E depois no sábado e no domingo realizava-se o Conselho Nacional que durava um dia e meio e às vezes dois dias e até mais. Portanto, havia uma participação completamente diferente por todas estas razões. A partir de certo momento o partido começa a ter outros meios, através de financiamento, e cometeu um erro crasso, que se mantém até hoje: para se ser militante paga-se apenas um euro por mês, dozes euros por ano. Eu não sou contra o financiamento do Estado, mas acho que há aqui um desequilíbrio brutal ao estarmos a pedir aos contribuintes noventa e tal por cento das receitas que os partidos têm. Por outro lado, a partir desse momento passou a profissionalizar-se a JSD, organismo a que nunca pertenci porque percebi do que a casa gastava. Eles

têm dupla capacidade eleitoral activa e passiva. Votam no PSD porque a partir dos 18 anos passam automaticamente a ser militantes do PSD. Mas como têm lugares por inerência em quantidades muito generosas, jogam em dois carrinhos e ganham um peso absolutamente desproporcionado. Como passamos a vida em campanhas eleitorais, estas passaram a ser um modo de vida para muitos militantes profissionalizados para o efeito e afastou a militância desinteressada. Aquilo que havia dantes era bem diferente: levava-se a bucha de casa, trabalhávamos à noite na colagem de cartazes e nas pinturas murais, e a JSD colaborava porque era uma festa. Mais tarde, a partir do momento em que o partido começa a ter uma influência grande nas principais câmaras municipais, no governo e nos distritos, na altura em que nos distritos se nomeava muita gente, aí passou a haver a caça ao lugar a qualquer custo. A “militância” existia e exprimia-se essencialmente nas eleições internas através de grupos arregimentados, sindicatos de voto, para poderem eleger este ou aquele. E há as célebres histórias de trinta ou quarenta pessoas a viverem na mesma casa. E outras situações ainda mais indecorosas do que esta. A propósito dos distritos: hoje em dia, os serviços do Estado estão desconcentrados nas cinco regiões-plano, Porto, Coimbra, Évora, Lisboa e Faro, mas na altura estavam nos dezoito distritos. Portanto, a Comissão Política Distrital, quando o Governo era da mesma côr, tinha um conjunto não negligenciável de cargos para distribuir nas câmaras e nos serviços desconcentrados do governo. Por outro lado, enquanto que, no início, o ministro tinha um chefe de gabinete, três adjuntos e duas secretárias, que escolhia livremente, agora tem isso e mais aqueles em número que quiserem. Basta ir à Internet e verificar a composição dos gabinetes dos membros do Governo, enfim, dos *boys* e das *girls*, para encurtar razões. Isso assumiu foros de enorme escândalo a nível nacional e a nível das câmaras, através fundamentalmente das empresas municipais.

Porque razão é que as pessoas em seu entender, com toda a experiência que tem, é que as pessoas hoje em dia não entram nos partidos? E porque razão os partidos estão cada vez mais vazios?

Mais recentemente porque os principais partidos têm sido motivo de grande suspeição em relação à lisura de processos internos e em relação à idoneidade e honestidade de um número significativo de dirigentes. Obviamente, estamos a falar do centro do espectro político. Isso tem afastado muita gente da participação nos partidos. E depois porque os partidos não oferecem rigorosamente nada. É raríssimo haver debate interno. Não podemos generalizar, mas é claro que, quando se aproximam eleições, as coisas modificam-se um pouco. Veja-se o esforço que o António Costa está agora a fazer de alargar o debate à sociedade civil para que esta se possa pronunciar sobre o programa eleitoral do PS. Mas, se reparar, estas iniciativas têm todas um âmbito excessivamente nacional, não são desconcentradas regional e municipalmente. A nível concelhio, as sedes do PSD estão quase todas fechadas, deixaram de ser espaços de convívio e de debate. Para além desta desconfiança em relação à idoneidade e mesmo à competência, acho que a política em termos gerais está de rastos, também porque os eleitores têm muita dificuldade em aceitar a comparação entre as promessas eleitorais e

aquilo que é cumprido a seguir. Das promessas à realidade vai uma distância colossal, sempre com o pretexto de que não se sabia exactamente qual é que era a situação herdada, do armário com os esqueletos imprevistos, enfim, são sempre desculpas de mau pagador. Mas, de facto, o incumprimento das promessas eleitorais leva a que muita gente se afaste da militância partidária. Quem ganha com isto? Fundamentalmente, os partidos mais à esquerda e os novos partidos que estão a tentar dar uma imagem diferente. O Partido Comunista, espantosamente, renovou-se e hoje tem um conjunto de jovens dirigentes muito bem preparados. O próprio Bloco de Esquerda, que não tem a disciplina e a coerência interna do Partido Comunista, tem muitas facções, aquilo é uma confusão e a experiência da bicefalia foi catastrófica. E agora há que contar com o Partido Livre e outros movimentos que aparecem que estão a tentar mostrar que são diferentes e fazem um esforço enorme de alargar a sua influência através da participação da sociedade civil nas iniciativas que levam a efeito.

Há agora também um fenómeno novo interessante e que tem a ver com as autarquias e os movimentos independentes. Nalguns casos resultam de cisões dentro dos partidos, como aconteceu em Sintra, em que, violando os estatutos, os órgãos nacionais e distritais rejeitaram a candidatura natural votada unanimemente nas bases. Como o candidato natural não era da linha do Pedro Passos Coelho foi vetado. Fundamento? Nenhum, absolutamente nenhum fundamento foi invocado. Havia antecedentes de rejeição das candidaturas propostas pelas bases: o Marques Mendes foi criticado por ter chumbado as candidaturas de Isaltino Morais e de Valentim Loureiro, mas invocou fundamentos ponderosos relacionados com o envolvimento de ambos em processos judiciais complicados. Mas, enfim, apareceram muitos movimentos independentes em vários pontos do país que representam já uma percentagem muito importante dos eleitores e que traduzem uma vontade de participação local fora dos partidos. Estes movimentos para já só têm suporte para se poderem manifestar a nível autárquico, a nível local, mas a nível nacional continuamos com o monopólio da representação por parte dos partidos. Como será possível a nível nacional ultrapassar essa limitação? Obviamente que será através da abertura a candidatos independentes nos círculos uninominais após uma próxima revisão da lei eleitoral para as legislativas.

Há, ainda, duas situações novas com a utilização de partidos sem actividade como barrigas de aluguer. São partidos que existem de direito porque a lei permite que possam continuar apesar de terem uma votação inferior a 1% e, mais do que isso, não terem qualquer actividade conhecida...Isto é culpa dos partidos que estão na Assembleia da República, incapazes de legislar para acabar com esta vergonha.

E subsistem *ad aeternum*...

O que aconteceu em Espanha, em que aparecem dois partidos novos com muito peso, como se viu nas eleições locais, o *Podemos* e o *Ciudadanos*. E aqui a liderança carismática de ambos é fundamental. Quer um partido quer o outro têm um desempenho notável. Ao contrário do *Podemos* e do *Ciudadanos*, por cá os novos Partidos não apresentam líderes suficientemente credíveis, isentos de ligações a forças partidárias pré-existentes.

Vamos voltar agora, se não se importa, à sua saída do PSD. (...) No seu caso apercebeu-se de um faseamento, isto é se houve um processo evolutivo, no seu caso pessoal, por um lado, e por outro quais é que foram as razões, no seu caso pessoal e se é que as pode dizer mais em concreto, que provocaram a sua saída, já que o seu estatuto não era o de um militante qualquer dentro do partido?

A partir do momento em que eu conheci a proposta eleitoral do Pedro Passos Coelho, quando ganhou o primeiro congresso, percebi que havia ali um entorse à direita da linha social-democrata. Percebi que aquilo não tinha nada a ver comigo e apoiei o Rangel, aliás fui mandatário nacional do Rangel. Pedro Passos Coelho habilmente agarrou nos opositores principais: um fez ministro e noutro fez cabeça de lista ao Parlamento Europeu. Aguiar Branco ministro, Rangel cabeça-de-lista ao PE. Depois verifiquei que na prática as coisas agravaram-se, porque aquela geração que tinha convivido com PPC na JSD, e que eu conhecia muito bem porque era secretário-geral na altura e tinha até uma relação cordata com o Pedro Passos Coelho. Quem trabalhava e pontificava na altura na JSD era o Carlos Coelho, que trabalha hoje no PE. É um deputado com uma qualidade fantástica, uma excepção à regra, muito trabalhador. Pedro Passos Coelho era o relações públicas. Enfim, percebi que eles tinham uma estratégia de tomada do poder no sentido de secar tudo que não fosse da cor. Ou seja, qualquer secção que não fosse afim era imediatamente minada pelos seus *muchachos*. E apresentei, a pedido dele, uma proposta de alteração dos estatutos, de maneira a democratizar o PSD, que não foi acolhida. Entretanto ele chega ao poder e a prática de poder ainda mais me afastou do partido e da governação. Como era comentador na SIC-Notícias e na TVI24, eles começaram a embirrar comigo. Houve nitidamente um choque e uma estratégia de ruptura mas nunca me passou pela cabeça abandonar o PSD, porque sempre pensei que aquilo era passageiro e que com aquela política mais dia menos dia levavam uma banhada em eleições. Foram muito ajudados pela situação do PS e neste momento até alimentam alguma esperança de virem a safar-se nas próximas eleições, tendo em conta as sondagens (o PS à frente mas sem maioria, com a actual maioria muito próxima). Eu ainda tentei aligeirar a pancada que dava no Governo, não batia muito mais do que o Marcelo hoje bate – o Marcelo é uma pessoa muito hábil, agora então mais do que nunca – mas então o que é que aconteceu? Sou convidado para me candidatar em 17 municípios, nalguns casos pela própria secção local, noutros casos pela distrital. Falei com o Moreira da Silva, que hoje é ministro e é um dos tipos por quem eu tenho consideração dentro do PSD, embora fosse um medroso e tivesse deixado o Relvas fazer o que lhe apetecia (é a minha convicção). Embora vá fazer setenta anos, não me apetece ficar sem fazer nada, tive várias ofertas de emprego, mas as empresas aqui que me podem oferecer emprego têm directa ou indirectamente coisas dependentes da Câmara, não estou interessado. Mas disse-lhes que aceitaria Oeiras, Sintra ou Mafra. Porquê? Porque Cascais sempre teve ligações muito estreitas com estes três concelhos, culturais, lixo, esgoto, uma orquestra conjunta com Oeiras. Disseram-me que em Oeiras já temos o tipo que vem de Santarém, há um compromisso feito. Em Mafra também já havia um compromisso. Em Sintra

sim com a justificação de que o Marco Almeida, segundo as sondagens que tinham, iria ser derrotado pelo Basílio Horta, que já se sabia que era candidato. Como eu era amigo do Marco Almeida fui ter com ele e disse-lhe que teria muito gosto em que ele fosse o número dois na lista e continuasse vice-presidente e com os pelouros que tem. E ele disse-me, ó António, eu gosto muito de si mas desculpe lá, eu tenho sondagens que não dizem isso, dizem que eu estou empatado com o Basílio Horta, e mostrou-mas. E estava. E a prova é que de facto ele ficou separado por 1%. Obviamente desisti de avançar em Sintra e expliquei ao Moreira da Silva e ao Presidente da Distrital a situação e que aceitaria candidatar-me à Assembleia Municipal de Cascais ou à Junta de Freguesia do Estoril, onde sempre vivi, que entretanto foi fundida com a de Cascais. Isto para estar entretido. E este último respondeu-me já havia um compromisso para ceder ao CDS qualquer dos lugares. Então, respondi, vão ter com o CDS e negociem. Recusaram! Então passem muito bem. E não lhe estou a contar os pormenores todos da história, que é muito mais picante do que isto. E aí, ficou claro que apenas queriam ver-me pelas costas e entrei claramente em ruptura com o PSD.

Desculpe estar a interrompê-lo, mas o senhor Dr. sentiu que estava a ser empurrado?

Completamente. Não pelo Jorge Moreira da Silva. Tomara o Jorge Moreira da Silva aproveitar a minha disponibilidade, penso ter razões para pensar isso. Era ele quem tinha a responsabilidade cimeira, mas a máquina queria mesmo afastar-me de qualquer cargo, não pensando eles que eu iria candidatar-me em Sintra à Assembleia Municipal. Sabia que os estatutos eram claros, e que é razoável que o partido diga que quem se candidatar contra ele nas autarquias vai para a rua. Decidi que se me quiserem pôr na rua, que ponham. Curiosamente, os estatutos dizem que não apenas vai para a rua quem se candidata contra o partido como quem apoia uma candidatura contra o partido, o que ocorria em muitas centenas de casos, como no Porto: o Rui Rio não é parvo e pôs-se de lado, e não apoiou formalmente aquela candidatura, mas muitos nomes sonantes do PSD no Porto estavam na Comissão de Honra do Rui Moreira. E pronto, quando me notificaram fiz uma defesa invocando que eles a montante, antes da minha opção, violaram os estatutos. Eu violei, não há dúvida nenhuma, e assumo as responsabilidades, mas eles também violaram a nível nacional e distrital porque inviabilizaram a candidatura do Marco Almeida sem que tenham apresentado qualquer fundamentação para contrariar a vontade das bases que unanimemente se pronunciaram a favor do Marco Almeida. O acórdão do tribunal partidário - presidido por um catedrático de Coimbra, que é responsável pela minha saída de secretário-geral em 83, porque não aceitei uma diminuição dos poderes estatutários do secretário-geral - passa em claro a situação do processo de nomeação e limita-se a dizer que infringi os estatutos e, por esta razão, a sanção é incontornável. A minha mulher escreveu-lhes, também militante e fundadora como eu, a dizer que “eu não me candidatei mas apoiei, fiz parte da Comissão de Honra, de maneira que agradecia que me desencadeassem um processo disciplinar e se não o fizerem apresento a minha demissão. Acrescentou que não devolvia o cartão de militante porque está assinado pelo marido em 74. É esta a história.

Consequências a nível pessoal e político?

Aos 70 anos e reformado, o que ganho chega-me para viver sem luxos e recatadamente. Para ter actividade vou dar aulas ou vou assumir responsabilidades numa IPSS, só preciso de estar ocupado. Tive já convites para instituições de solidariedade social, importantes aqui em Cascais, mas não quero decidir antes de Outubro, quero deixar passar este período.

Não encara a perspectiva de voltar a entrar no PSD ... ou noutro partido?

Sim, sim, encaro o regresso ao PSD. Embora seja muito complicado. Mas, por exemplo, foram expulsos do partido por apoiarem a candidatura de Mário Soares vários militantes, alguns meus amigos daqui de Cascais, quando impuseram a candidatura de Freitas do Amaral. Mas então aí é a maior das aberrações, porque eu acho que a candidatura presidencial tem aquelas características que você conhece e os militantes do partido devem ser absolutamente livres para apoiarem, ou não, aquele que o partido entende apoiar. Mas a verdade é que foram expulsos e que mais tarde foram readmitidos e com o mesmo número de filiado.

Imagine que o Pedro Passos Coelho leva uma grande banhada, o que é pouco provável, ou que perde e tem a honradez de dizer “vou à vida, haja eleições internas”, ou que aparece um líder que, em vez de ir em aventuras para a Presidência da República, o Rui Rio, que eu acho que não tem perfil para Belém, ou alguém parecido, que pode regenerar o partido. Nesse caso eu perfeitamente que haja uma amnistia dentro do partido e que possa regressar.

Os deputados vão ser escolhidos a dedo pelo Pedro Passos Coelho, sem dúvida nenhuma, todas as concelhias que eram adversas foram tramadas. Por isso, eu estou muito céptico. As distritais estão todas subjugadas existem apenas para exercer a sua influência na escolha dos deputados, nas candidaturas autárquicas e nos lugares que ainda sobram a nível do distrito e nos lugarzinhos que os senhores ministros e secretários de Estado vão favorecendo.

Os militantes hoje em dia mandam pouco no partido?

Os militantes em geral não mandam nada. Mas há uma casta de militantes, há uma oligarquia nacional que tem uma ramificação ao nível distrital e uma ramificação depois para as várias concelhias. Coisa que era impensável em tempos antigos. A independência era total.

Só uma questão final. No início da nossa conversa abordou aí a questão das jotas. Eu perguntava-lhe se na sua perspectiva o actual estatuto das juventudes partidárias se deve manter, se deve ser alterado, se as jotas devem ser extintas, se de alguma forma, e eu julgo ter lido isso nas suas palavras, têm tido uma influência perniciosa...

E muito desproporcionada, como lhe referi. E não é só a Jota (JSD). O PSD tem três estruturas paralelas. Uma delas é mais recente, que é a dos autarcas social-democratas (ASD). Eu criei essa estrutura com um nome diferente, que era a Associação Nacional dos Autarcas Social-Democratas, que não tinham nenhum lugar de inerência nos órgãos nacionais, distritais ou locais. Era apenas uma associação que visava encontrar os autarcas por todos o país, proporcionar formação autárquica, que naquela altura não havia. Éramos muito apoiados por uma fundação alemã, que nos dava apoio, ligada ao Partido Liberal alemão, que entretanto

depois ficou abaixo dos 5% e deixou de ter dinheiro para isso. E fazíamos cursos de formação autárquica. Era uma associação que tinha essa característica, não era nenhuma plataforma de corrida aos lugares. Eu nunca participei como Presidente da Câmara de Cascais em nenhuma reunião dos ASD, mas eles devem reunir esporadicamente e apenas para decidirem quem é que os representa na Comissão Política, no Conselho Nacional e no Congresso. Em 10 anos de Presidente de Câmara, não me lembro de nada, de nenhuma posição relevante, com origem nos ASD. Depois, há os Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD) que tiveram uma razão de ser. De início havia uma luta muito desigual, de um lado a Intersindical, do outro a UGT, e depois tínhamos comissões de trabalhadores, que eram muito importantes na altura. Aqui justificava-se os TSD para coordenarem a actuação dos militantes ao nível das comissões de trabalhadores nas grandes empresas. E tiveram um papel importante na TAP, na siderurgia, nos bancários, etc. Hoje praticamente não têm actividade, volta e meia fazem comunicados risíveis de colagem ao governo. Os TSD não servem para nada, é para extinguir. Quem quiser fazer sindicalismo que o faça na UGT ou na CGTP, quem quer colaborar e candidatar-se às comissões de trabalhadores, que se candidate, não precisa do PSD para nada.

Finalmente, a situação da JSD é ainda mais escandalosa. Porquê? Porque, de facto, eles têm uma grande capacidade de mobilização e têm uma grande apetência para ocuparem lugares. Em vez de frequentarem um estágio temporário pago a €600,00 preferem naturalmente um lugar de adjunto ou de assessor, onde ganham o dobro ou o triplo. São muito protegidos porque dos actuais dirigentes do partido, grande parte vêm da JSD e há ali uma relação de solidariedade e de conivência muito perversa. Ao menos que se acabe com a dupla capacidade eleitoral activa e passiva da JSD. Se votam na JSD não deviam votar no PSD e inversamente. Votar e poder ser eleito nos dois lados é contra todas as regras democráticas. Um militante do PSD não inscrito na JSD vale um voto, um militante da JSD com mais de 18 anos pode votar e ser eleito pelas duas estruturas. Po exemplo, no Congresso há listas para o Conselho Nacional. Evidentemente que todas as listas, organizadas por seniores, tentam encaixar um ou outro jovem para tentar captar os votos deles. Simultaneamente eles próprios apresentam a sua própria lista e condicionam, ou tentam sensibilizar os seus delegados eleitos nas bases a concentrarem os seus votos. Isto acontece em todos os órgãos do Partido e, conseqüentemente, conseguem uma representação completamente desproporcionada em relação ao seu peso real no Partido.

ENTREVISTA A BRUNO MESQUITA

VIA SKYPE, 12/12/2015

O meu nome é Bruno Miguel Veríssimo Mesquita, tenho 25 anos, sou Mestre em Economia Internacional e Estudos Europeus no ISEG e tenho uma licenciatura em Ciência Política, no ISCTE. Sou assistente de investigação no projecto FCT. Fui militante do Bloco de Esquerda entre o fim de 2009 e o início de 2011. Não chegou a dois anos, mas à volta disso.

Durante o período em que foi militante exerceu cargos nos órgãos do partido? Integrou listas para os órgãos internos?

Não, nada. Fui apenas militante de base. Na altura entrei mais com o objectivo de apoiar o partido, porque era um partido com o qual me identificava particularmente no sentido de contribuir. Tinha a ideia de ajudar o partido, eventualmente não consegui depois participar da maneira que queria, mas dei o meu contributo da forma que podia.

Para além do apoio ao partido, quais as razões que o levaram a aderir?

Foram razões ideológicas. Em primeira instância foi uma identificação com a ideologia do partido. Era um partido que defendia questões que na altura não eram muito debatidas, não eram muito comentadas na praça pública, e na própria arena política que é o parlamento. E foi um partido com que me identifiquei naquela altura por discutir questões pouco usuais, e pouco debatidas, que de certa forma eu achava pertinentes e que mais nenhum outro partido as defendia como na altura o BE defendia. Essa foi a principal razão que me motivou. E, noutro sentido, era por ser um partido pequeno, que estava ainda com pouca força e pouco dinâmica naquela altura e [eu] senti que podia contribuir financeiramente para o desenvolvimento do partido. Com a minha pertença ao partido podia contribuir para a evolução e o crescimento do próprio partido. Foram as duas principais razões.

E conhecia o programa e os estatutos do partido?

Eu antes de me filiar no partido visitei o website, a página deles na Internet. Li, não posso dizer que tenha lido aprofundadamente, mas li em traços gerais o programa do próprio partido, os seus regulamentos de base, e como já tinha uma ideia pré-concebida sobre o partido que coincidia com aquilo que eu tinha lido nesses mesmos programas, e que versava essas questões sociais que os outros partidos não discutiam, essa verificação do programa eleitoral, essa confirmação das minhas expectativas foi o que me levou, efectivamente, a fazer a minha proposta de adesão ao partido. Portanto, sim houve essa consulta aos documentos de base do partido. Não posso dizer que tenha lido exaustivamente e que tenha tomado uma decisão com base nisso, mas foi um catalisador para formar a decisão.

E quando faz a adesão foi ajudado por alguns colegas, pessoas amigas?

Não, não. Foi de livre e espontânea vontade. Até porque na altura não tinha amigos próximos que se identificassem com o partido, nem sequer discutíamos muito essa questão da nossa filiação partidária. Foi mesmo por iniciativa própria que consultei a página na Internet, consultei as condições de adesão. Na altura fiz o tal pagamento da quota anual, foi-me en-

viado o cartão e pronto. Foi por iniciativa própria. Os meus pais em casa também não tiveram qualquer influência na minha decisão, visto que também não são pessoas muito envolvidas nas questões políticas. Foi mesmo por mim, por minha iniciativa e minha vontade de querer ter a minha primeira experiência enquanto membro de um partido político, neste caso em termos de filiação de base, que decidi então juntar-me ao BE.

Eu residia no concelho de Loures. O BE tinha a hipótese de eu me juntar nessa concelhia ou noutra que não fosse a de Loures. Por acaso, quando me filiei filiei-me na de Lisboa porque na altura, como eu estudava em Lisboa, achei que podia ser mais fácil para mim para me poder deslocar. Na altura, a sede deles era na zona do Rato. Agora já não é. E achei que seria mais fácil para mim deslocar-me a qualquer evento, qualquer acontecimento que se realizasse na concelhia de Lisboa do que ali em Loures, que envolvia ir para o centro, que ficava ainda um bocado distante da zona onde eu morava.

E enquanto foi militante costumava frequentar as instalações do partido? Ia a reuniões, quantas horas é que consagrava, em média, a essa actividade?

A minha ideia inicial seria essa. Mas eu, entretanto, por diversos motivos nunca consegui ter a militância activa que queria. Cheguei uma vez a tentar comparecer a uma reunião, mas infelizmente não consegui comparecer. Entretanto, estabelecia contacto com diversas pessoas pertencentes ao partido, que através de emails me convidavam para determinados eventos, comícios, concentrações de militantes, até para acções de rua ou outro tipo de movimentos mas, infelizmente, dada a questão de estar a estudar e depois ter começado a trabalhar também não facilitava a minha presença nesses eventos. E acabei por nunca conseguir comparecer a um evento mesmo oficial do partido. Entretanto, conheci também outras pessoas que eram membros do partido. Conversava com eles, mas foi a única interacção que tive com membros do partido. De resto não consegui comparecer a nenhum evento oficial do partido. O mais interventivo que tive nesse sentido foi nas votações, coincidiu com o período em que estive filiado, com as eleições para os órgãos, na altura creio que era para a mesa da assembleia e para as listas de jovens do partido. Fiz duas votações por correspondência nesses dois eventos e foi a única interacção que tive, de resto não consegui outro tipo de interacção.

Então o facto de não ter interagido mais com o partido não se deve a factos relacionados com a organização ou estrutura do partido mas mais a razões de natureza pessoal que têm que ver com a sua vida ou outras opções que na altura fez?

Exacto. Na altura assumi mais uma postura de me querer tornar militante não-activo, no sentido de contribuir para o partido, isto involuntariamente, porque como lhe disse as circunstâncias pessoais e profissionais levaram-me a isso e acabei por optar por essa via e não contribuir activamente para os encontros e os eventos do partido.

Para além do partido colaborava com outro tipo de associações ou de organizações, participava em actividades de carácter associativo, clubes desportivos, de campismo, associações humanitárias, ou outras?

Estou aqui a fazer um exercício de memória mas julgo que nessa altura não tinha actividade associativa activa.

E depois manteve-se como militante durante quase dois anos. Então o que o leva a afastar-se do partido?

O próprio partido em si passou por questões internas com culminaram com a saída dos principais dirigentes, como era o Francisco Louçã. Mas o BE em si, na minha perspectiva, acabou por perder muita da sua perspicácia e pertinência em termos políticos, e eu acabei por me afastar daquilo que estava a ser a prestação política do partido no parlamento. Acabei por me dissociar um pouco dessas questões. Há uma questão muito pertinente que é a questão da maturação e da cristalização política. Há aquela tendência das pessoas começarem um pouco mais extremistas na sua posição e à medida que vão amadurecendo ganham uma percepção política mais do centro, aproximam-se mais do centro em termos políticos à medida que vão envelhecendo. É uma teoria já antiga da cristalização política, do Inglehart, e acabou um pouco por essas questões que o BE defendia afincadamente no seu início. Essas questões foram sendo ligeiramente postas de parte e eu acabei por dissociar-me e ver mais o BE como um partido de protesto. E não tanto como um partido que defendesse causa específicas que os outros partidos não defendessem de uma forma coerente, de uma forma participativa. E então acabei por me dissociar daquilo que eram os objectivos do partido e de me identificar cada menos com ele. Isso contribuiu, também com aqueles factores pessoais e profissionais que já disse; as duas coisas conjugadas acabaram por me afastar definitivamente do partido e foi quando efectivamente deixei de contribuir e deixei de ser militante e associado do partido.

E para deixar de ser militante fez alguma coisa em especial, escreveu para o partido, devolveu o cartão, contactou alguém?

Eu por acaso lembro-me que na altura até coloquei uma questão por email. Confirmei mesmo que deixava de pagar quotas e que não queria mais ser militante do partido. Nunca me responderam, foi estranho porque até o próprio website deles não tem qualquer informação sobre essa questão de deixar de ser militante. Entretanto, mais tarde, fui ver os regulamentos e encontrei uma cláusula que dizia se durante um prazo de cinco anos não houvesse contacto entre o militante e o partido a militância era extinta, extinguia-se automaticamente. Uma espécie de caducidade da militância. Eu como já não contacto com eles, vai fazer agora cinco anos em 2016, portanto presumo que de alguma forma vá chegar ao período de caducidade no início do ano, embora eu na minha perspectiva já não seja membro do partido desde essa altura. Deixei de prestar o meu serviço enquanto associado e de pagar as quotas do partido. Mas para efeitos legais deduzo que só este ano eles considerem que eu deixei de ser membro do partido. Posso confirmar que de vez em quando ainda recebo alguns emails deles, não sei se por estar nalguma *mailing list* do partido ou algo do género. Apesar de não ter qualquer resposta da minha parte continuo a receber essas convocações para colóquios, para acções de rua. Ainda há pouco tempo me convocaram para ajudar à distribuição de *flyers* da candidatura à Presidência da República da Marisa Matias, mas isso deduzo que seja por estar numa

mailing list específica. Porque, garanto-lhe, desde essa altura nunca mais entrei em contacto com eles, nem manifestei qualquer intenção em fazer parte das actividades deles.

Da parte dos responsáveis do partido nunca houve qualquer contacto no sentido de saberem porque se afastou, porque não aparecia?

Não. Julgo que uma vez. E não posso ter a certeza porque não estava presente. Na altura da filiação no partido, em que dei os contactos, eu dei como contacto alternativo o da casa dos meus avós. E a minha avó houve um dia que me disse que ligaram lá para casa uns senhores, que ela percebeu que eram de um partido, a perguntar por mim. Como trabalho como assistente de investigação até podia ter que ver com o meu trabalho, mas eu deduzi que ao mesmo tempo podia ser alguém do BE a contactar-me e a perguntar-me efectivamente porque é que eu não aparecia e não dava notícias relativamente aos emails que eles enviavam. Mas não tenho a certeza sobre isso e só uma vez é que ela me mencionou isso, só uma vez tentaram ligar. Isto aconteceu talvez por volta de 2012/2013.

E para cobrar quotas? Podiam tê-lo contactado para esse efeito uma vez que os partidos também dependem das contribuições?

É verdade, mas para cobrança de quotas nunca me contactaram.

E chegou a mandar alguma comunicação a manifestar os seus pontos de discordância? Nunca mandou uma carta ao partido dizendo que estava zangado por esta ou aquela razão?

Não. Ao partido não. A algumas pessoas que eu conhecia, próximas, amigos, manifestava o meu descontentamento, mas não directamente ao partido. Não por esse canal.

E quanto tempo é que mediou, presumo que não tenha sido imediato, entre o momento em que começa a passar por esse sentimento de insatisfação em relação ao partido e o momento em que toma a decisão de se desvincular e deixar de pagar quotas? Foi um período curto, longo, algumas semanas, alguns meses?

Dado que tive de pagar a quota de 2009 e de 2010 estava perfeitamente seguro que era aquilo que eu queria fazer. Não paguei nenhuma quota obrigado, nem me mantive durante 2009 e 2010 filiado no partido sem estar convicto que era aquilo que eu queria naquele momento. O ano de 2011 foi um ano de reflexão. Comecei a perceber que o partido não estava a corresponder às esperanças de reivindicação e às esperanças de participação e projecção política que eu tinha para eles e esse é capaz de ter sido o ano em que me apercebi que não pretendia continuar no partido e ele já não representava aquilo que eu esperava em termos de participação política.

Foram uns meses em que pensei seriamente se valeria a pena continuar a ajudar o partido, com o qual eu já não me identificava, aliás, e foram esses que me levaram a tomar uma decisão de já não prestar apoio ao partido. Posso dizer que terá sido uma questão de meses que eu levei a considerar essa hipótese e que tomei a decisão de já não pagar a quota desse ano. E terminou aí.

Depois de se ter desvinculado ou afastado do Bloco pensou em voltar a ter militância

política noutro partido?

Posso dizer que nesse mesmo ano, em 2011, não, não tive qualquer pensamento nesse sentido. Mas, depois, a própria situação política portuguesa foi-se modificando e houve umas coisas, até em termos económicos, que me levaram a ter uma perspectiva mais central em termos de espectro político, e que me identificaram mais com os partidos do centro. Mesmo assim, nessa altura, eu não estava inclinado para ter uma militância activa porque era já assistente de investigação, isto já em 2013. Já tinha participação em projectos de investigação e para me manter em parte imparcial nessas mesmas actividades, enquanto assistente de investigação e participação em projectos de investigação, achava que não era adequado estar a exprimir a vontade de me filiar e efectivamente me filiar num outro partido. Mas posso dizer que já me identificava com outros partidos mais perto do centro, neste caso o PS, mas de qualquer forma nunca tive a intenção real de me filiar. Entretanto, este ano as coisas mudaram consideravelmente, neste ano de 2015. E agora, que estou a terminar a minha participação num projecto de investigação, estou a ponderar no início do próximo ano, por exemplo, filiar-me na Juventude Socialista, na JS, partindo do princípio que ainda estou na condição de me filiar na JS, se não no próprio PS, novamente como militante.

Não saí desencantado com a política, de forma nenhuma.

Continua a ter interesse e a acompanhar a evolução da actividade política em Portugal e a interessar-se pelos temas de actualidade...

Até porque está intrinsecamente associado com aquilo que eu faço actualmente. Ser assistente de investigação de projectos sobre ciência política, e neste caso de representação política. É essencial também para mim manter-me, e sempre tem sido assim desde que me lembro, tenho seguido sempre as questões políticas com bastante interesse, quer seja nos media, quer noutro tipo. Eu próprio a experiência que tenho tido como assistente de investigação e participação em projectos, entrevistas a deputados, inquiridos, leva-me muito perto da arena política e é impossível não estar em contacto com toda essa actividade, com toda essa animosidade [comunidade] política, é algo que faz parte de mim, é impossível não gostar, não sentir pelo menos um interesse nessa área.

E para além de um partido político também pensa vir a ter uma participação mais activa outras organizações da sociedade civil?

Para já não diria. Eu neste momento também tenho outra posição. Sou membro, não presencial, de comparência em reuniões e eventos, mas pertenço e sou membro, sou associado do Montepio. Abri conta no Montepio, trabalhei lá como estagiário durante algum tempo e acabei por pertencer, e pertenço neste momento, à Associação Mutualista. Isto não é associativismo num sentido prático, não há uma actividade, uma concertação de várias pessoas em que há uma interacção social, não se pode chamar a isso associativismo, mas de certa forma os ideais que a própria associação defende estão próximos do associativismo, é um associativismo social. E tem a componente mutualista, a componente financeira também associada. Por isso não se pode dizer que tenha uma participação associativa muito activa, tenho a esse

nível porque pago quotas, sou um associado do próprio Montepio e usufruo dos direitos e deveres inerentes ao facto de ser um associado do Montepio. Mas a participação cívica e activa neste momento não possuo.

As organizações de juventude têm sido alvo de muitas críticas. O que eu pergunto é como é que as vê, por um lado, e, por outro, como é que sendo maior, tendo mais de 18 anos, se vê necessidade de ingressar numa organização juvenil de um partido em vez de entrar directamente no partido. Como há pouco falou na JS, não encara a possibilidade de entrar directamente no PS sem passar pela organização de juventude? Acha que é importante ou necessário passar pela organização de juventude para poder participar?

Respondendo à primeira metade da pergunta. Relativamente à perspectiva sobre as juventudes dos partidos, neste caso JS, JSD, JCP...; a minha perspectiva neste momento, e de muita gente, é aquela questão controversa dos “tachos” e das questões das ajudas às pessoas que entram nessas juventudes e que conseguem fazer um percurso de subida, muitas vezes discutível, se ele é efectivamente 100% justo ou se não há outro factor da ascensão por detrás dessas figuras a partir das juventudes dos partidos. Essa é aquela questão eterna de saber se há ou não há corrupção nas jotas, se todas as pessoas que lá estão são capazes politicamente, se se mexem de forma legítima ou não, ou se procuram contactos para conseguir subir ou não dentro do partido. Essa questão há muito que é debatida e que se ouve falar bastante. Neste momento eu acredito que a reputação as jotas está de certa forma bastante denegrida. Agora, por mim, eu pelo menos, por mim a entrada numa jota não me faria confusão no sentido em que eu sou uma pessoa bastante resolvida na minha vida em termos políticos, sou uma pessoa bastante amadurecida em termos políticos, na minha perspectiva. É bastante sofisticada. Isso para mim, ao entrar numa jota não haveria para mim aquela questão da pressão social, da pressão da estrutura partidária para me levar num determinado sentido. Até porque, como o senhor sabe, hoje em dia nos partidos há diferentes correntes políticas e à partida deveria haver, pelo menos, liberdade de pensamento, liberdade de opinião dentro da esfera do partido em determinadas correntes políticas, nunca se desviando do essencial daquilo que devia ser o partido. Portanto, eu estando seguro em relação às minhas convicções, tanto as minhas convicções sociais e políticas, os meus princípios morais e éticos, mesmo entrando numa jota, não veria qualquer problema porque sei como sou e o que quero em termos éticos e em termos pessoais. Sei o que são as minhas convicções políticas, sei que o PS é o partido com o qual mais me identifico em termos políticos e partilho algumas das suas convicções quer em termos sociais quer em termos económicos, e sei que, se calhar, podia começar pela jota no sentido em que queria dar a minha contribuição mesmo de base, na base fundamental do partido, visto ainda ser relativamente jovem de idade, poder partilhar com outras pessoas também mais jovens, conhecer outras perspectivas. Mas se calhar não se conhece já o próprio PS, se calhar já com alguma idade e outro tipo de pensamento, se calhar alguns, não digo todos, muito deles não passaram também por jotas, não passaram por

aquela experiência de juventude de estar num partido e efectivamente subir, ascender na estrutura partidária, aprender com os mais velhos e assim progredir. Eu penso que apesar de ter muita a aprender, como uma pessoa tem sempre, também podia absorver, porque no fundo quem é que nos vai governar no futuro? São as pessoas mais jovens, porque as mais velhas estão a terminar o seu ciclo político, e as pessoas mais jovens ainda estão neste momento nas jotas e podem efectivamente moldar aquele que pode ser o nosso futuro. Por isso acho importante ter essa experiência de base na jota, trocar impressões com outras pessoas, ensinar, aprender com elas, ensinar o que já sei e aprender com elas o que eu não sei. E a partir daí ir subindo patamares, não tendo pressa, porque em termos políticos uma pessoa pode progredir até uma idade relativamente avançada, e acho que seria a experiência ideal para mim de a ter, visto que ainda tenho a idade e a possibilidade de fazer isso, acho que o ideal para mim seria mesmo começar por uma juventude, pela Juventude Socialista e daí progredir e, quem sabe, chegar a posições mais avançadas no partido. Não escondo que possa ser algo que me seduza e que aposte nisso no futuro. Não digo entrar e apostar tudo para chegar logo a deputado, por exemplo, ou chegar a um cargo de ministro, ir progredindo na estrutura, ir conhecendo pessoas, dentro dos próprios partidos. Os contactos é uma questão bastante importante, e é isso que eu ambiciono e por isso estou a pensar seriamente em entrar pela JS e não directamente pelo PS.

E ainda voltando um bocadinho atrás e à sua saída do Bloco. Para a sua saída do Bloco os Estatutos contribuíram de alguma forma para ela? Ou essa questão nem sequer se colocou porque nunca pensou que os estatutos fossem limitativos da sua participação ou constituíssem algum constrangimento à sua actividade?

Os estatutos do partido não. Sabia, quando aderi, que os estatutos em si eram algo que devia regulamentar a acção por parte dos próprios associados, mas não considero que os estatutos tenham sido um catalisador da minha saída do partido ou que tenham tido alguma influência particular na minha saída. A única questão era a questão de estar efectivamente desvinculado ou não do partido. Aí é que procurei saber se deixando de pagar quotas estava desvinculado ou não. Entretanto, como lhe disse, encontrei nos estatutos essa menção, mas não lhe posso dizer que tenha tido uma influência decisiva na minha saída. Foi mesmo uma questão de identificação política, garanto-lhe, de desligamento daquele que estava a ser o sentido que o partido estava a tomar que depois inclusivamente geraram alguns tumultos internos que culminaram com a saída do Francisco Louçã e a entrada daquela liderança bicéfala que não tenho palavras para descrever. Mas aparte disso não, não acho que os estatutos fossem determinantes.

ENTREVISTA CARLOS BRITO

ALCOUTIM, 21/09/2014

Estudei no Instituto Comercial de Lisboa, sou contabilista, na altura chamava-se ICL. Sou contabilista de profissão e exerci essa profissão na minha juventude até ser recrutado para funcionário do Partido Comunista Português. E a partir daí a vida, quer em liberdade, quer preso, quer na clandestinidade, foi toda ela centrada na actividade política. Clandestina até ao 25 de Abril. E depois do 25 de Abril fui transitando de dentro do partido para as tarefas no plano institucional.

Trabalhei na área do acompanhamento dos quadros que estavam no Governo. Estando eu fora do Governo acompanhava os militantes que estavam no Governo. Depois participei na elaboração do projecto de Constituição do PCP. Participei na Constituinte, fui eleito para a Constituinte. Na Constituinte fui membro do grupo parlamentar, o presidente do grupo parlamentar era o Octávio Pato. Depois fui novamente eleito para a Assembleia da República. E aí fui então eleito presidente do grupo parlamentar, funções que desempenhei até sair da AR quando não fui eleito em 1991.

E, portanto, digamos, a minha acção política depois do 25 de Abril foi no plano institucional. Quando saí da AR fui designado para director do jornal Avante, onde trabalhei até ao momento em que propus ao partido que deixasse de ter tarefas tão absorventes, a reforma normal, que regressasse ao Algarve e passasse a funcionar no plano regional e local, quer partidariamente quer no plano associativo. E assim foi.

Não sei se conhece este meu livro [*Tempo de subversão*] sobre o Cunhal. Neste livro documento muito bem as minhas divergências com a linha política do partido. Bom, divergências sempre tive, ainda há pouco, a propósito deste livro, tive uma polémica com o Jara. Dizia o Jara que as minhas divergências foram sempre caladas e que só na altura em que me preparei para decidir é que falei. Não é verdade, não é verdade; aliás escondi uma carta que escrevi ao Secretariado do partido em 1974, pouco antes do 25 de Abril, em que discordava de algumas das orientações que o Secretariado dimanava relativamente ao movimento dos capitães.

O movimento dos capitães foi uma grande originalidade, uma espantosa originalidade. A gente olha para a história de outros países e são raríssimos os casos em que desabrocham movimentos com aquelas características, e que avançam até à vitória. E que depois tem um papel importante na construção do estado democrático. É, digamos, uma raridade histórica. Bom, e eu dizia isso antes do 25 de Abril. Porque o Partido e o Álvaro Cunhal tinham uma grande experiência do confronto. O putschismo, aqui até se lhe chamava o revirinho, e foi muito importante até aos anos 40, até meados dos anos 40, tanto que essas tendências foram, de certa maneira, batidas, embora também ainda subsistissem; ainda houve depois, mas já não com as características de revirinho, uma tentativa de golpe de Beja, o movimento das Arcadas da Sé, etc., etc.. Pronto, mas havia aí uma experiência do Partido de combate ao putschismo, como uma tendência negativa e que afastava do trabalho de massas. Pronto, e eu dizia pron-

to, isto não é isso, isso é outra coisa. Pude citar essa carta em que dizia há muito que seria um erro, um perigo, as pessoas deixarem-se fascinar por um movimento militar e abandonarem o trabalho de massas e a acção popular, etc., etc. Mas também outro perigo é a miopia. É considerar que não há nada de novo debaixo do Sol e não se ver que há aqui uma realidade nova, um movimento que pode perfeitamente ser colocado ao lado do movimento popular e em conjunto trabalharmos. E depois, sempre tive a minha própria opinião, mas, digamos, as divergências acentuaram-se depois pela maneira como foram também tratados os chamados movimentos dissidentes. Tanto o Grupo dos Seis, a Terceira Via. Eu também pensava que teria sido possível dar um tratamento diferente a essas questões.

Eu não sou doutor, sou bacharel, coisa que não se usa. Os meus colegas lá do Instituto é que me chamavam bacharel e eu, é pá, isso é um nome horroroso. Pronto, sou Carlos Brito.

Mas, dizia eu, as divergências foram-se acentuando, até que na preparação do XII Congresso do Partido eu escrevi uma carta à direcção pondo algumas questões, quer relativamente ao funcionamento interno do partido, quer em relação ao plano ideológico.

Eu propunha que o partido abandonasse o marxismo-leninismo por considerar que estava esgotado e que tinha sido colado a experiências atroztes do movimento operário,. E também no plano político, relativamente às relações com as outras forças da esquerda, nomeadamente com o Partido Socialista, também sobre o funcionamento interno, sobre o funcionamento dos órgãos, a competência dos órgãos, carta que teve então uma grande expansão. A revista Visão publicou duzentos mil exemplares na abertura da Festa do Avante. Bom, a partir daí, ainda com um grupo de outros membros da Direcção, tentámos dialogar com a Direcção do Partido. Isso não se tornou possível, acabámos até por ser sancionados, e a partir daí fundámos uma associação que é a Associação Renovação Comunista de que faço parte dos corpos sociais.

Relativamente ainda a outros aspectos. O meu amigo é neto de um sindicalista importante, e eu sou filho de um militante republicano da ala esquerda da República, da chamada esquerda democrática de José Rodrigues dos Santos; portanto, o meu pai foi deportado depois do 28 de Maio para Moçambique. Eu nasci em Lourenço Marques filho de deportado político. Isso também marcou toda a minha atitude em relação ao regime. Eu, como costume dizer, nasci antifascista. Já era quando abri os olhos. A minha Mãe, depois, criou-me num grande respeito pelos ideais da República. Eu antes de mais nada fui republicano daquelas grandes figuras da República, designadamente pelo Afonso Costa.

Em termos da sua formação base política diria que primeiro é republicano e só depois é que abraçou o marxismo-leninismo?

Quer dizer, isso marca-me sempre e marca sempre as minhas opiniões enquanto comunista. Eu não deixo de ter aquele peso da liberdade como questão essencial do ser humano. Isso está entranhado e sempre marcou profundamente a minha maneira de ver as coisas.

Eu conto neste livro. Aqui eu marco o meu encontro com o PCP. Eu fui preso a primeira vez era militante, activista do MUD juvenil. Fui preso por ter ido esperar a Maria Lamas ao

aeroporto. Maria Lamas que regressava de uma viagem em que ela tinha ido participar em reuniões do Conselho Mundial da Paz. Tinha ido à União Soviética e contava-se que iria ser presa. É a primeira crónica deste livro, a minha primeira prisão no aeroporto de Lisboa. Mas não era um activista muito activo dentro da direcção universitária do MUD Juvenil. Tinha alugado uma sede, tinha havido uma campanha eleitoral, uma farsa de uma campanha eleitoral, uma farsa de eleições em 1953, e eu tinha sido responsável dessa sede. Era eu que estava lá e recebia os jovens e eles prendem-me por causa do aeroporto. Mas depois descobrem que eu sou o “senhor Alfredo” da sede do MUD Juvenil. Reconhecem-me: “Ah! Olha, este gajo era o que estava na sede do MUD Juvenil”. E estive ali mais uns tempos. Só depois de sair da cadeia é que fui apanhado pelo Zé Dias Coelho, um escultor que foi assassinado pela PIDE, convida-me para entrar para o Partido. E é a partir daí que eu conto aqui (no livro) o meu encontro com o Partido, as tarefas, a conversa que tive com o meu pai quando lhe disse que era comunista e a resposta dele - “Entras para um partido, perdes uma parte da tua liberdade, mas o teu ainda é o pior de todos, ainda perdes mais.” E conto aqui, numa crónica que se chama “O encontro com o PCP”.

Aqui tem vários aspectos da minha actividade dentro do PCP. As razões da entrada era isto: jovem antifascista, republicano, desejoso de ter acção política, olhava para o panorama e só via um partido que tinha de facto uma acção, uma estrutura, uma acção militante continuada, e naturalmente que a pessoa se ia aproximando. Depois as leituras. Lembro-me que na altura uma leitura muito importante era “O processo histórico”. O autor, até vim a saber depois, era trotskista. Mas aquilo; “O processo histórico” era um livro muito cativante. Encontrava-se resposta para muitas das dúvidas que temos sobre a sociedade, o desenvolvimento. Depois, também, a literatura, o Jorge Amado, e os americanos, o John dos Passos, o Steinbeck, tudo isso acabava por ter uma influência muito grande na formação ideológica; os poetas, sempre tive uma grande ligação com a poesia, os poetas, o Eluard, o Aragon, os velhos comunistas, tudo isso foi importante na minha formação. E também a profundidade das nossas contradições enquanto país. Isso também fazia sentir o apelo de uma pessoa se colocar ao lado do povo e também daqueles que podiam depois transformar a sociedade, a classe operária, e por aí fora.

Em termos da sua adesão ao Partido Comunista, as razões foram fundamentalmente ideológicas...?

Sim, fundamentalmente ideológicas. É essa literatura e depois, digamos, mais algumas coisas que começam a chegar. A leitura do Avante. Também comecei a ler o Avante muito antes de ser militante. Havia uma rede que fazia circular o jornal e a gente é claro, pensava, estes gajos é que trabalham”. Eu conto aqui. Se ler esta minha crónica do encontro com o PCP, e se calhar era importante, até estava muito bem profissionalmente. A minha visão da sociedade, na profundidade das suas contradições, iniciou-se na medida em que eu evolui ideologicamente. Eu fui criado aqui (Alcoutim) praticamente até aos dezoito anos. Eu estudei em Lisboa, mas vínhamos sempre para aqui nas férias. Nas férias grandes, que na

altura eram muito grandes. Passava aqui três meses no rio, tinha um “charuto”, andava aí, mas havia aqui também mais velhos, gente progressista. Também contribuíram as conversas, sobretudo a visão materialista de alguns moços que estudavam engenharia e com quem aqui conviviam. Mas, digamos que aqui, as contradições sociais..., não havia o patrão capitalista, o grande patrão capitalista, não havia a fábrica, era tudo mais atenuado. Embora houvesse ricos, pobres e remediados não havia propriamente ricos no sentido adequado da palavra. Não havia. Havia pobres, outro menos pobres, remediados. Portanto, aqui, essa leitura da sociedade não era muito premente. E fi-la depois de saber como era a situação no Alentejo, como era a situação nas empresas, no Barreiro, aqui e acolá, como eram, mas eram razões fundamentalmente ideológicas nos antecedentes.

Mas dentro do partido, ainda há pouco referiu isso, é evidente que como em quaisquer circunstâncias há sempre várias opiniões, até porque as questões são discutidas, os problemas são debatidos e depois é preciso tomar decisões. Há pouco referiu-me a carta que escreveu ao secretariado qual é o momento que identifica como

Essa carta é escrita em 1974, ainda antes do 25 de Abril.

... situa nessa carta o seu momento de dissensão relativamente ao Partido?

Não, não, não. No essencial esse foi um momento de discordância em concreto...

E a carta foi para marcar a sua posição...

E para tentar que o partido mudasse de posição, o que de certa maneira, mesmo até ao 25 de Abril, se foi operando. Mas mesmo assim, os meus camaradas que vieram do estrangeiro, o Cunhal, o Vilarigues, tiveram uma grande surpresa quando souberam de tantos militares que não só quiseram derrubar a ditadura como até tinham opiniões no plano social bastante avançadas. Foi uma surpresa para ele haver tanto oficial de baixa patente com essas posições. Aí a minha intervenção, como mais tarde quando comecei a ter divergências, era dentro do partido. Ia procurando que o partido acertasse melhor em relação à realidade, no caso concreto que era o Movimento dos Capitães. E que fosse mais no sentido, que nós já tínhamos, de uma grande aproximação com o Movimento dos Capitães. Como eu conto neste livro, eu soube da data do movimento 48h antes. E mesmo na altura em que escrevi, nós tínhamos contactos estreitos com o Melo Antunes, e com outros, mas particularmente com o Melo Antunes que foi quem nos manteve sempre mais ou menos dentro do evoluir do movimento nas suas diferentes fases. Ora eu, que era o responsável pelo sector militar, tinha essa informação. Não queria que depois a Direcção viesse com aquela história de que “o fascismo será derrubado pela massa popular e não é um punhado de oficiais por muito determinados e valentes que sejam que conseguem fazer isso sozinhos”. Mas isto, dizia eu, não é um punhado, é um movimento de massas. É por isso que para o fascismo era difícil parar, porque não são dois ou três que se prendem. Eles chegaram a ter contactos com cerca de quatrocentos. Era muita gente. Era para essa realidade, era para deixar ultrapassar isso, o conceito anti-putsch, o preconceito anti-putschista. Mesmo quando não estava de acordo com a linha, com o Cunhal, as minhas opiniões nunca foram caladas. Portanto, neste livro falo das minhas divergências com Cunhal

em relação à Constituinte e à Constituição. O Cunhal dizia que legislação seria o que a relação de forças ditasse em cada momento. E eu dizia-lhe: olha que não, não será, a lei terá uma força enormíssima. Olha, o Mouzinho da Silveira quando fez aquelas leis todas antes de sair do poder, antes de chegar ao Porto, ao Mindelo, de tomar o poder no país, ele fartou-se de fazer leis. E dizia-lhe que tinha reparado na Revolução Francesa e que depois é muito difícil, muito difícil modificar as situações que ela cria. De maneira que tinha bravas discussões acerca disso. Ele não entendia, até ao momento em que lhe demos o texto quase pronto. *“É pá, mas isto é uma coisa! Como é que conseguiram?”*. O texto estava muitíssimo avançado relativamente àquilo que ele pensava... Eu respondo aqui (no livro) como é que se conseguiu fazer isto. Conseguiu-se fazer isto por causa dos programas, com que o Cunhal também ironizou muito, e até num livro que escreveu depois. O Cunhal ironizou muito com os programas: com o programa do PS e com o programa do PSD. O socialismo que está na Constituição é o socialismo do programa do PS. É o socialismo democrático, até autogestionário. O PS tinha, o PSD também tinha vários, também era um programa avançado. E, portanto, os membros do PS e do PSD, que juntamente conosco participaram na elaboração da Constituição estavam secundados pelos programas dos seus próprios partidos. Além de terem também vontade de fazer. Além daqueles quatro, o José Luís Nunes, o Lopes Cardoso, o Carlos Lages, enfim, vários daqueles quadros tinham vontade de fazer uma coisa avançada. E dentro do PSD também havia vários com vontade de fazer uma coisa avançada: o Jorge Miranda. Uma coisa que fosse uma resposta de fundo à ditadura. Tanto o PCP como o PS tiveram um profundo trabalho. Como sabe, a Constituição foi elaborada a partir de comissões, não foi votado nenhum projecto como projecto-guia, porque ninguém, nenhum partido tinha maioria absoluta na Assembleia da República [refere-se à Constituinte]. Foi necessário criar comissões onde as diferentes partes da Constituição fossem sendo elaboradas.

Tenho aqui períodos de grande discussão. Depois, como eu conto aqui, uma grande parte deste livro é à volta disso, à volta das minhas posições em relação à Terceira Via e ao Grupo dos Seis. E repare que eu era amigo pessoal de quase todos os elementos do Grupo dos Seis, trabalharam comigo, trabalhavam comigo ou com quem eu ainda trabalhava na frente parlamentar; o Vital, o Veiga...; Eu tinha sido casado com a Zita durante dez anos. Eu tinha uma relação de estima, de grande estima com muitos deles, mas eles nunca me abordaram no sentido de me aliciarem. Tiveram essa grande dignidade. Eu via com simpatia algumas das ideias que eles defendiam e também em relação à Terceira Via, eu era amigo especial de alguns, como o Narciso, e aí, o que eu defendia, o que eu achava mal, era que eles encaminhassem as coisas para a dissidência. A dissidência não era uma solução, não era, o que eu defendia eram alterações na linha geral do PCP. E para mim, eu queria-os cá dentro, na convicção de que nós ganharíamos a maioria nos órgãos. E ganhámos, momentaneamente. Ganhámos momentaneamente. O Novo Impulso era uma vitória do sector mais renovador do PCP e durante algum tempo vigora. Agora, o sector que fica em minoria, o Cunhal fez tudo para que não fosse aprovado. Ele não respeitou a decisão do Comité Central e na Direcção

da Organização Regional de Lisboa a maioria era contra o Novo Impulso. E a partir daí eles começaram toda uma oposição e uma intriga contra o Novo Impulso, dizendo que aquilo pretendia a social-democratização do partido. O Cunhal chega a dizer isso numa entrevista que dá a um jornal espanhol. Há uma resistência anti-estatutária, mas a minha ideia era essa de ganhar a maioria nos órgãos dirigentes. E ganhámos. Por exemplo, o Carvalhas vai às urnas contra a opinião do Cunhal. O Cunhal é derrotado no Comité Central, é derrotado na Comissão Política, a questão nem chega ao Comité Central. Porque o que chega ao Comité Central é a proposta da Comissão Política, e aí o Cunhal respeita a decisão maioritária da Comissão Política.

Mas qual é o momento que considera que não havia possibilidade de continuar dentro do Partido, uma vez que as propostas não tinham acolhimento, havia uma resistência à mudança...

Talvez por ingenuidade, só a partir da reacção à minha carta. Talvez por ingenuidade, porque até aí eu considerava que ia defendendo as minhas ideias, elas faziam ou não vencimento, mas eram respeitadas.

E a partir dessa altura, e momento, pela reacção em relação à carta, considera que há ostracização em relação à vossa participação no debate interno?

Sim, sim, é intolerável a maneira como é respondido. Quer de uma maneira frontal, quer por aquilo que depois acontece no interior do Partido. Começam a dizer que “estes gajos querem a social-democratização do Partido”. Há toda uma conspiração interna. É aí que eu me convenço, talvez por ingenuidade.

Mas essa fase ainda se prolonga durante algum tempo...?

Eu via as propostas que são avançadas para o XII Congresso, que me dão muita satisfação. O novo programa põe uma ênfase muito especial na liberdade e na luta pela liberdade, altera a posição em relação à CEE. Deixou de se defender a saída de Portugal da CEE para se dizer “estamos lá, é uma situação, é um constrangimento”, (...) “mas estamos lá dentro, o que é preciso é transformar as orientações de maneira a serem menos lesivas para o País”, e por aí fora, o que alguns não aceitam. Aí, quer o Grupo dos Seis, quer a Terceira Via, consideram que aquilo é só paleio, aquilo é para enganar os descontentamentos. Acho que foi completamente errada essa posição, achava eu que aquele era um bom ponto de partida. Depois, ao mesmo tempo, repare que fazem parte da Comissão que elabora o projecto de Programa do Partido o Barros Moura e o José Luís Judas. E estou eu, está o Luís Sá, a Comissão é constituída por gente com uma grande abertura.

O Cunhal aposta nisto, mas simultaneamente também aposta na Comissão que vai reelaborar os Estatutos com os ortodoxos.

Mais tarde, depois da aprovação, quando o Cunhal já não é secretário-geral (há uma reacção de fechamento). É aprovado já com o Cunhal saído de secretário-geral, e o Carvalhas acompanha todo este movimento do Novo Impulso. É um dos responsáveis nesta fase.

Ninguém soube que o Cunhal tinha ficado em minoria relativamente à aprovação do Novo

Impulso na Comissão Política. O Comité Central não sabe que o Cunhal tinha sido derrotado na Comissão Política. Ninguém sabe disso. Como ninguém sabe que o Cunhal foi contra a ida do Carvalhas às urnas. Pelo contrário, até aparece como uma jogada inteligentíssima do Dr. Cunhal, isso não passa.

Situando as coisas onde eu estava, achei que tinha sido uma grande asneira desse sector não terem acompanhado a proposta do Cunhal em relação ao XII Congresso no que toca ao programa. Acabou por passar quase sem consequências.

A minha vida era toda dedicada às actividades (do Partido). Mas é claro, não deixava de prezar a família, o amor, também, conciliava com essa vida. Depois do 25 de Abril ir à ópera, a um espectáculo, cinema, actividades culturais que estavam sufocadas. Embora trabalhasse só comecei a publicar depois de deixar de ser deputado. Só depois de 91 é que comecei a publicar. Mesmo livros que tinha, por exemplo, eu conto aqui (do livro), quando saio da cadeia em 66 entrego ao Partido o original do livro de poemas que só venho a publicar em 1992, depois e que se chama “Anotação dos dias”, dos poemas da prisão. Esse livro foi escrito na prisão, de vez em quando dava-lhe uma vista, para ver, e depois uma parte destas crónicas eu já as tinha escrito quando sai a 1ª edição. Esta é uma 2ª edição, foi apresentada na Festa do Avante. ... Várias coisas, várias anotações sobre a minha vida, o período revolucionário,

(dificuldades de gravação devido ao som ambiente no café, período durante o qual o entrevistado foi falando dos seus livros e dos capítulos que escreveu)...

E o terceiro sobre a minha participação na Conferência de Roma, em 1970, aquela conferência de solidariedade com os povos das ex-colónias portuguesas, conferência no final da qual o Papa recebeu os dirigentes dos movimentos de libertação. Conto toda essa peripécia em Roma, a minha surpresa quando os camaradas italianos me disseram que a partir desse momento eu passava a ser protegido pelo senador Amintori Fanfani. “Então não chega ser protegido por vocês? Não. Está o Fanfani, está o Moro, e o próprio primeiro-ministro, estão todos a protegê-lo”. Então a Católica está feita com o ... (eh,eh) . Mas tive essa do enquanto for deputado não publico. Quero separar as coisas ..., já tenho uns doze livros publicados, incluindo estes dois que são muito nesta área.

Mas a partir de 1991, pensa em abandonar o Partido?

A partir de 1991, as coisas tornam-se mais quentes a partir de 95, 96.

Eu deixo de ser deputado e sou logo praticamente apanhado para ser director do Avante. E sou um director participativo, que começa a escrever, não só o editorial, mas intervenho noutras peças, publico artigos de várias naturezas.

E enquanto director do Avante houve alguma preocupação no sentido de passar para as páginas do jornal também esses debates de todas as questões que o preocupavam?

Foi tudo, tudo. Procurei apoio institucional. Aliás, esse é já um ponto de divergências porque eu quis dar ao Avante uma dupla fisionomia. Continuar a ser o órgão central do Partido,

com toda a informação, sobre toda a actividade partidária, os membros da direcção, sustentada e ilustrada, mas ao mesmo tempo tento transformá-lo num semanário de actualidade política em que houvesse análise política variada, quer através de artigos de opinião, e eu tive vários intelectuais para escreverem regularmente, quer através do comentário curto. O Avante passou a ter uma página de comentário político de três peças em que se entra em polémica com as outras ideias, a polémica política. Algumas vezes ouvi opiniões críticas do Cunhal: que era preciso ser retomado como o órgão central do Partido. Ele discordava desta tentativa de abertura para o semanário, para a actualidade política. Não era um semanário qualquer, não se furtando a debater as actividades dos outros, discutindo, comentando. De qualquer maneira saí quando achei que devia sair. Não me mandaram embora.

E pegando nas suas palavras, quando achou que devia sair foi porque não via hipótese de mudança, havia falta de liberdade para expressar as suas posições, para se exprimir?

Digamos isso. Mas também desde jovem que escrevia poesia, tinha outros projectos literários, tinha um romance que tinha nascido ainda na cadeia mas que depois foi mudando nesses anos e que resolvi publicar, chama-se "*A páginas tantas*". Tinha uma série de projectos literários, em fase adiantada de concretização, ou com uma ideia. Queria escrever na continuidade deste livro que publiquei. Sempre pensei escrever sobre o Cunhal desde o momento em que o conheci, aquela figura política rara, mítica. Na altura em que comecei a pensar escrever já não era bem mítica. Eu tive oportunidade quando o conheci porque tive uma série de contactos e oportunidade de vê-lo em acção. E também, a parte (...), o livro procura abordar a complexidade da sua personalidade e da sua capacidade de intervenção. O que há de melhor e o que há de menos bom. Como diz o Alegre, é um livro sobre um homem enquanto homem. É isso que procuro dar aqui. É também um livro enquanto dirigente. Para aligeirar; há bocado perguntava-me o peso da actividade partidária...; era muito grande. Não me deixava espaço senão para aquelas outras coisas que são da própria natureza humana. O amor, a família, todas essas coisas sem as quais não se vive. O resto era preocupação total, a imaginação, tirar as informações. Um líder parlamentar tem de estar sempre alerta, para a defesa e para o ataque. Eu desde então até hoje, a primeira coisa que faço é ouvir o noticiário das 8, os noticiários das 8, e a partir daí começava o meu dia. Hoje é de uma maneira diferente. Começava para a acção. Já ouvia, já tomava notas. Eu queria também, quando deixei de ser director do Avante, embora continuando no Comité Central (...), participar lá na Direcção Regional do Algarve, era aligeirar essa carga política que tinha a actividade partidária. Depois estive aqui na Assembleia Municipal de Alcoutim, entrei aí para as associações de desenvolvimento regional, ainda hoje sou presidente de uma, vogal de outra, faço parte do Grupo dos Amigos de Alcoutim, ainda tenho, mas aligeirar aquelas exigências de um dirigente do Partido, do núcleo mais destacado, para publicar todas as coisas que tinha. Publicar também sobre essa parte da minha vida, mas eu sentia também falta disto (Alcoutim), da escrita...

Há pouco falou também na questão da liberdade do ponto de vista interno. Sentia

que havia falta de liberdade para expressar as suas opiniões, as suas posições? Essa falta de liberdade interna de alguma forma contribuiu para a sua saída?

Sim, a partir do momento da carta e de como as coisas se puseram nessa altura, mas durante muitos anos não. Eu não era um qualquer militante.

Durante um período que vai desde a minha saída em liberdade em 1966 até ao 25 de Abril, há um período que estou na União Soviética. Depois desse curso sou cooptado para o Comité Central e venho para o interior como responsável pela organização do Partido no norte do País, na clandestinidade, norte do País que naquela altura é até Coimbra e Castelo Branco. É isso tudo. Depois faço parte do principal organismo no interior do país. Faço parte da Comissão Executiva durante dois anos. Depois saio da Comissão Executiva e fico como responsável da Organização de Lisboa e Tejo, fico responsável pelo sector militar e pela UEC. Tem de se perceber que as minhas opiniões tinham o peso das minhas responsabilidades. A gente do Comité Central, nesses anos, reúne-se no estrangeiro. Na Checoslováquia durante muito tempo, depois passamos a reunir em França. O peso de um fulano que controla as organizações do Norte, as organizações de Lisboa ou que é membro da Comissão Executiva, as opiniões são ouvidas a menos que sejam completamente divergentes, dentro do que é normal. Não senti essa falta de liberdade. E depois do 25 de Abril travo uma luta muito grande dentro da Comissão Política, muitas vezes em relação às orientações do grupo parlamentar. Estatutariamente a Comissão Política é que lidera, é que dirige o grupo parlamentar. O presidente do grupo parlamentar tinha de estar permanentemente para o grupo a defender as posições da Comissão Política e a defender a Comissão Política perante as posições do grupo.

Mesmo que no seu íntimo não estivesse muito de acordo?

No íntimo, geralmente, no grupo, eu estava com elas. Aquilo era discussão e eu acabava por ter alguma influência nas opiniões do grupo.

Na Comissão Política era diferente, havia uma opinião formada e muitas vezes chegava lá e eu ia lá contrariá-la. Como os votos sobre o Sakharov. Eu entendia que o melhor era abstermo-nos e deixar passar. A malta perguntava “como?”, mas isso era ir contra a União Soviética, tinha logo um impacto tremendo. Eu dizia, a gente abstém-se, mas não consegui convencer o pessoal.

Mas isso seria visto com maus olhos, não seria bem visto pelo PCUS...

Ó pá, pronto, isso, fazia-se uma declaração, não tinha sentido nenhum estarmos agora a votar sobre uma decisão do Estado Soviético na Assembleia, em Portugal, que era um disparate, olha, eu voto em vocês...; muitos daqueles votos eram apresentados para a gente votar contra, para nos colocar mal perante a opinião pública, vejam lá estes gajos que até votam contra um voto que pede a liberdade de um homem, um sábio. Era fazer essa propaganda, vem ao encontro, em vez de desmontarmos isso, que era um disparate.

Mas quando toma a decisão de sair, que foi da sua iniciativa, de deixar de ser director do Avante, pensa depois deixar de ser militante, ou nunca pensou deixar de ser militante?

Isso é muito mais tarde. Ainda depois da carta, a carta é..., estou a ver aqui a data exacta da carta, até tenho aqui a carta..., isto é uma entrevista em que defendi o abandono do marxismo-leninismo, isto é a carta, está aqui na Visão. A minha carta à direcção do PCP é de Março de 2000. O tratamento que lhe foi dado na Revista Visão de 31 de Agosto a 6 de Setembro.

Na véspera da saída, perto da meia noite, recebi um telefonema do Cárceres Monteiro, anunciando que iam publicar a carta numa edição de 200000 exemplares. Observei-lhe que faziam-no sem a minha autorização e com o meu protesto.

É a partir da carta que as coisas azedam, a ponto tal que eu começo a considerar que não tenho condições para continuar. Mas continuei, e com vários outros militantes que saíram comigo, ou porque saíram decepcionados ou porque saíram pelo seu próprio pé. Ainda conseguimos fazer um grande jantar e (...) explicar que não queríamos formar um outro partido, porque se quiséssemos formá-lo era agora que o formávamos. Nós queríamos continuar a lidar com o PCP, propondo alterações. Eu acabo por ainda não sair do Partido. Fui sancionado, fomos três os sancionados, o Edgar Correia, que era membro da Comissão Política, o Carlos Luís que era membro da Comissão Política. Eu, que já não era membro da Comissão Política, estava em Alcoutim, era membro do Comité Central. Eles foram expulsos, eu não fui expulso. Eu fui suspenso por dez meses. E ao fim de dez meses deixei passar mais dois meses e ao fim, como ninguém disse nada, “podes retomar” a actividade, fiquei indignado, tinha terminado o castigo, a partir daí sou eu que me auto-suspendo, tomei a decisão partidária de auto-suspensão. Nem da parte do PCP, nem da minha parte, foi tomada mais alguma iniciativa. A minha situação é de auto-suspensão.

Juridicamente pode-se dizer que eu sou um membro do PCP suspenso.

Só que há uma coisa que não disse.

A partir de certa altura, um ano depois da sanções, nós constituímos a Associação Renovação Comunista. E constituímos com um “estardalhaço”. Encontro nacional, aprovámos uma declaração de princípios, onde de certa maneira definimos de um ponto de vista ideológico o que é um renovador comunista; e a partir daí o PCP considerou expulsos do partido todos aqueles que faziam parte dos corpos sociais. Porque nós, nos estatutos da Associação, admitimos que membros do PCP ou de outros partidos de esquerda pudessem ser membros da associação. E portanto eles, em relação aos membros do corpos sociais, foram considerados expulsos.

Quando tomaram a decisão de formar a associação podiam ter tomado a decisão de formar outro partido. E quando tomam essa decisão foi por entenderem que a militância não fazia sentido noutra partido ou foi por deixarem de se rever na militância?

Entendíamos continuar o diálogo com o PCP, era o objectivo, para a transformação do PCP no sentido das posições defendidas.

Mas nessa altura ainda admitindo um regresso ao PCP ou já não?

Teoricamente sim, na prática é evidente que não, até pelas posições que o PCP tomou.

Mas se tem havido da parte do PCP uma outra atitude...

Teoricamente sim, mas nós víamos as posições do PCP cada vez mais assanhadas. E continuam.

O facto de ter saído, de se ter auto-suspendido, acabou por se um alívio para o próprio PCP?

Admito que sim. Sobretudo depois da criação da associação. (Pausa e depois retoma). Alívio nenhum porque a associação sempre é uma organização comunista que diz que o PCP não tem o monopólio da palavra comunista, que está permanentemente a tomar posições que muitas vezes não convergem e, melhor do que qualquer outra posição, põe em destaque a debilidade, a fragilidade, de posições assumidas pelo PCP.

A perspectiva da associação continua a ser uma perspectiva marxista-leninista?

Sim.

Em relação ao ponto de vista ideológico não mudaram de campo, há é uma perspectiva de encarar as coisas de uma maneira diferente...

Embora marxista, não marxista-leninista. Nós até dizemos que é uma associação que recusa o marxismo-leninismo mas não Lenine, para depois dizermos que é uma associação marxista. Recusa o marxismo-leninismo mas não recusa Lenine. Nós fizemos uma declaração conjunta com o PS em relação às autárquicas. E aí fui convidado, os meus camaradas estavam em Lisboa, participaram no debate e por grande insistência do PS eu fiz um depoimento que foi lido e apresentado no acto. E eu começo por dizer duas palavras para falar da Associação Renovação Comunista. É uma associação de ideologia marxista. E até defendemos o regresso a Marx em termos que consideramos que o PCP não o faz. Aqui, neste livro, até digo que o Cunhal, como acontecia com muitos marxistas-leninistas dos anos 30, era muito mais leninista do que marxista.

Quería abordar aqui uma outra questão que tem a ver com a participação interna, no âmbito da estrutura do partido. Em relação aos momentos eleitorais internos, escolha dos órgãos para dirigentes do partido, por um lado, por outro em relação à participação em actos externos, eleições legislativas, depois do 25 de Abril nas autárquicas, nas europeias e presidenciais, O que eu pergunto é que tipo de envolvimento, e já me disse que era profissional e ocupava cargos de grande responsabilidade, mas em relação ao seu envolvimento em relação a estes actos, via-os como sendo tarefas da militância em relação a outros militantes, que não tinham cargos da sua responsabilidade, via-as como sendo tarefas próprias ou decorrência de um determinado percurso dentro do partido?

São indissociáveis, mas repare que relativamente a órgãos institucionais que representam uma confiança popular - não no meu caso; já falo do meu caso; em geral, tem de se ter em consideração não só o que um eventual candidato representa para o partido mas também o que um eventual candidato representa para o povo a quem vai ser proposto e cuja confiança vai pedir. Isso no caso de um militante de base é muito claro, mas no meu caso não se alicia porque sou um militante com responsabilidades de direcção. Eu sentia-me muito confor-

tável ser candidato pelo Algarve. Só uma vez fui candidato pelo Porto. Porque as pessoas conheciam-me, eu sentia-me aí muito à-vontade a falar para este povo, terra onde fui criado. A minha família, a minha mulher é de Tavira, os meus avós, o meu avô também era de Tavira, sentia-me muito identificado e com possibilidades de conseguir confiança, o apoio das populações, Portanto, as duas coisas, vamos lá ver; coisa como as primárias seria sempre muitíssimo difícil. Os partidos comunistas constituem-se de cima para baixo e será muito difícil abdicar desse poder de decisão sobre os candidatos que, com apoio popular, vão representar o partido nos órgãos. Em todo o caso, nós, na Renovação Comunista temos uma posição favorável às primárias, independentemente de como surgiram, mas a ideia em si nós pensamos que pode acrescentar alguma coisa à democracia. Defendemos essa ideia em comunicado, como o Cipriano Justo já tem escrito em vários artigos sobre a importância deste passo.

Do ponto de vista dos militantes de base havia a expectativa de fazerem chegar lá acima as suas posições?

Claro, claro. O princípio de trabalho em relação a essas questões estava estabelecido e suponho que continuará ainda, haverá uma auscultação ao partido, suponhamos, sobre a lista de Beja. Se se pensa em alguém da margem esquerda do Guadiana, em geral faz-se uma auscultação: o que é que você pensa de fulano para ser candidato a deputado, à AR. Faz-se uma auscultação aos militantes, mas depois não há nenhuma votação. Não há um resultado. Depois, quem transmite o resultado da auscultação pode sempre muito influenciar. Se faz uma coisa com rigor faz ali uma sondagem sobre a maneira como o candidato (...). Isso acontece também com os membros propostos para o Comité Central.

Havia um acolhimento?

Sim, claro, mesmo nos congressos houve a eleição de membros do Comité Central que não estavam previstos na lista apresentada pelo Comité Central anterior. Foi tanta gente a pronunciar-se que os órgãos da direcção tiveram de acolher esse movimento.

Também houve movimentos contra. Estou a lembrar-me de um caso concreto em que não invalidaram a eleição do candidato que estava incluído na lista, mas como houve alguma contestação ficou na lista mas muito diminuído na sua qualidade de membro do Comité Central. Tudo isto tem algum carácter democrático mas é prejudicado pelo facto das decisões serem de cima para baixo. Tal como os partidos são organizados também o processo deliberativo, embora haja sobretudo modernamente um esforço de ouvir as bases. Há partidos onde isso já não é bem assim. Como no francês, com processos de decisão democrática. Na Renovação defendemos um processo diferente, não sustentamos a ideia de um partido de cima para baixo. Nós somos contra o centralismo democrático.

Era um dos pontos centrais do pensamento renovador, a rejeição do centralismo democrático e a sua substituição pelo processo democrático. Era também uma divergência que eu tinha na altura.

A sua saída da militância então não representa uma ruptura com a actividade política, com a participação?

Tenho uma actividade que não é propriamente partidária, até porque a associação não tem aquelas tarefas próprias de um partido mas que se assume como uma forma de intervenção organizada e continuada sobre a vida política portuguesa.

(...) Não tenho um enjoo pela política, como vê nesta nossa conversa, todo este fenómeno político, nas suas diversas vertentes interessa-me vivamente e vivo apaixonadamente. E sou de certa maneira um militante comunista, não no Partido Comunista, mas um militante comunista enquanto defensor do essencial, dos ideais do marxismo. Ainda há pouco fizemos aqui um jantar anual, que é o jantar anual da Renovação Comunista, que se faz aqui em Alcoutim e de que eu sou o principal organizador. E tomamos posição. O jantar é todos os anos aqui no Verão. Tomamos posição sobre alguma questão candente. Este ano foi sobre a questão do SNS em relação com aquela jornada que se realizou em Faro pela melhoria dos serviços de saúde. Tomámos posição, aprovámos uma moção, foi enviada para a comunicação social, imprensa algarvia...

É capaz de indicar três ou quatro razões que motivem a continuação da sua participação?

Primeira, a injustiça da sociedade, injustiça intrínseca da sociedade capitalista agravada pelos seus mais recentes desenvolvimentos e a recente *financeirização* que acaba por levar a situações verdadeiramente calamitosas. A segunda razão, a esperança de que isto seja, que esta situação seja completamente removida e que os ideais do socialismo tenham concretização. E a terceira liga-se com essas duas que é a ideia de que esta esperança que eu continuo a ter só é concretizável se as pessoas militarem, se baterem, lutarem para tornar possível.

Se houver participação, senão será impossível, isto não cai do céu, será cada vez pior. Vejo com muita apreensão o que se está a passar, e até o perigo da guerra. Aquela situação na Ucrânia não se pode deixar de ver que estão entre os contendores possuidores de armas nucleares e até que ponto é que não pode haver? Não tenho nenhuma simpatia pelo Putin mas receio muito que o encostem excessivamente à parede. Como também não tenho nenhuma simpatia pelos gajos da Ucrânia, que aquilo parece que é gente do pior.

A sua participação hoje, em relação à que teve no tempo PCP, considera que é uma participação mais qualificada? Ou coloca-as no mesmo plano?

Em termos de contribuição minha é idêntica. Não tenho a energia que tinha há vinte anos atrás. Se estou mais lúcido ou menos lúcido? Tenho impressão que em relação aos últimos quarenta anos não mudei muito. As razões que motivavam antes são as mesmas e também sob o ponto de vista como aprecio não fez grande diferença. E em relação àquilo em que acredito continuo o mesmo. É o mesmo elenco de valores nesse aspecto. É claro que há coisas como o marxismo-leninismo em que foi amadurecendo uma opinião crítica. Não tinha a experiência, a análise. O centralismo democrático? Eu compreendia-o nas condições da clandestinidade, aí era necessário um grande rigor, manter a coesão, a unidade, manter tudo, claro. Outra coisa é a democracia. Na sociedade democrática em que vivemos o meu leque de valores não se alterou. A questão da liberdade para mim foi sempre fundamental e fiquei

satisfeito com a saliência que lhe foi dada naquela proposta do novo programa do PCP que foi aprovado no XII Congresso. Nesse momento o Cunhal ainda fez um esforço de viragem para posições de maior abertura, mas creio que, como eu digo, um esforço inconsequente porque quem trabalhou no programa foi o sector mais *fixista* e mais autoritário.

Mas esse esforço de viragem não foi um esforço convicto?

Isso era o que dizia a oposição, Grupo dos Seis e Nova Via. Na minha opinião, não. Era um esforço dele, convicto de que era preciso fazer aquela abertura. Isto numa altura em que já se anunciam problemas sérios no Leste, mas ao mesmo tempo toma as suas precauções. Os estatutos ficam mais severos.

Acaba por haver aí uma contradição...

Claro. Por um lado é o dizer que vamos abrir isto, mas por outro lado os estatutos ficam mais severos para quem puser o pé...

Eu depois de vir para aqui, de ser director do Avante, eu tinha uma coluna e, digamos, o meu primeiro grande confronto com o Cunhal decorre dessas crónicas. Era uma crónica semanal, ... vinha em quase todos os números do Avante. Esta crónica que dá esse confronto é uma crónica sobre o Luís Sá. Eu presto-lhe homenagem e faço várias propostas, uma delas era um seminário sobre a obra do Luís Sá. E a minha primeira controvérsia é à volta disto. (...) As minhas crónicas levavam o meu pensamento mesmo em áreas em que eu sabia que o meu pensamento não colhia a unanimidade das opiniões, como neste caso sobre o Luís Sá.

Mas houve sempre uma tentativa de levar as coisas de uma maneira suave?

Neste caso era desta maneira com o seminário sobre a obra do Luís Sá. Uma obra extraordinariamente interessante e inteligente. Depois, quando publico o romance, eu apresentei o romance à Editorial Caminho, e o responsável da Editorial Caminho faz comentários ao romance, tinha muita piada, e nessa altura é-me dito que não publicam. Não esse administrador, o outro. Mas porquê? É por causa do romance ou por causa do autor? E é-me respondido, “bom, não temos que dar essa explicação”.

Entretanto há um camarada meu, que tinha sido membro dos órgãos maioritários do partido, membro do Secretariado, do Comité Central e da CP, o Jorge Araújo, que entretanto tinha deixado os cargos de direcção do partido e que se tinha tornado livreiro no Porto. Eu mando-lhe a versão final do romance e ele disse “Publicamos já!”. O livro tem uma dedicatória ao Luís Sá.

Relativamente aos seus camaradas do partido, militantes, qual era a sua reacção? Não me refiro aos membros da cúpula do partido, refiro-me aos militantes mais de base? Como é que eles encaravam, eles iam tendo conhecimento daquilo que se ia passando?

Há sectores de muita simpatia. Tivemos muito apoio. Há várias iniciativas, comigo e com outros camaradas, na altura das sanções e naquele período que antecedeu mas em que se previa o que ia acontecer. Nós fizemos jantares, almoços, estava muita gente a assistir. Aqui no Algarve, a certa altura, houve um grande jantar da Direcção Regional. A Direcção Regional

partiu-se ao meio, metade/metade, metade comigo e com o Carlos Luís e a outra metade com a Direcção do Partido. Mas em muitos momentos nós tínhamos a maioria, nós éramos mais assíduos nas reuniões.

Mas muitos desses militantes do partido que manifestaram simpatia e compreensão pelas vossas posições mantiveram-se como militantes...

Alguns outros saíram. Quando nós fomos sancionados houve muita gente que saiu. Fui ao funeral do Barros Moura. Foi um funeral muito grande, com muita gente. E naquela grande parada, no cemitério do Alto de S. João, fiquei num ponto mais alto e tive ocasião de olhar para aquela massa de gente. E todos eles, a quase totalidade, tinham sido militantes do Partido. Era impressionante porque o Partido tinha uma grande influência nos sectores intelectuais. Estava ali muita gente, licenciados em direito, engenheiros, economistas, gente das Belas Artes, saía muita gente do partido.

Como é que o partido reagia essas debandadas?

Havia todas as posições. Para os sectários era “ainda bem que se foram embora”. Alguns, como diria o Estaline, até diriam que “o partido fortalece-se depurando-se os elementos negativos”. Alguns reagiam assim. Outros com pena, com saudade, etc. Nem sempre é possível mas este ano participei na manifestação do 25 de Abril, na Av. da Liberdade, e fiquei comovido com as manifestações de simpatia de muitos, muitos militantes do partido que estavam a assistir à manifestação. Fiquei muito comovido com isso. Muitos continuam a ser, outros saíram, são entusiastas pela renovação. Também há. Há uma terra onde passo muito aqui no Alentejo. Geralmente encontro sempre muitos camaradas, e disseram-me “*os tipos têm andado a dizer muitas coisas sobre ti mas a gente não acredita*”. Eu estive na Festa do Avante depois de ter sido divulgada a carta e não fui hostilizado. Mesmo assim houve camaradas que se juntaram a mim e que me disseram, “é pá deixa-te estar que se houver algum gajo, se disser alguma coisa, eu venho aqui preparado para entrar à porrada”. Não houve nada. É claro que também deve ter havido recomendações, “os jornalistas estão por aí”..., mas ali em terras do Alentejo até sou logo muito ajudado pelo pessoal. Passei aí numa terra no dia de Natal, e normalmente venho no dia seguinte, mas por qualquer razão, obrigação aqui em Alcoutim, voltei no próprio dia de Natal. Cheguei a uma vila alentejana, onde é que se come? Apareceram logo uns camaradas a dizer “é pá, anda cá”. Aqueles quadros mais antigos do Partido, o Vilarigues, o Lourenço, sempre me cumprimentaram muito bem, mas há outros, menos importantes na escala hierárquica, que viram a cara. Menos compreensivos. E alguns com medo... “se sou visto a cumprimentar este gajo”...

Que conseqüências é que a sua auto-suspensão teve para a sua vivência pessoal, a sua maneira de encarar as coisas?

Aquilo que depende directamente da direcção central do partido é um bocado hostil. Quando fiz 80 anos fizeram-me uma homenagem muito grande, muita gente, dirigentes do PS, o Mário Dias esteve, esteve o secretário-geral do PS, esteve o coordenador do Bloco, o João Semedo, esteve muita gente. O Manuel Alegre na mesa principal. A atitude do Avante, esta

história, esta unidade democrática, é uma coisa ofensiva. Da parte da direcção central há uma certa hostilidade. Esse núcleo principal que está em funções...

Mas sentiu-se mais desacompanhado depois de ter saído?

Como lhe digo, este livro (*Tempo de subversão*) foi silenciado totalmente pela parte do PCP. Depois apareceu o artigo do Jara n'Ó Militante, ao cabo de dois ou três anos, a dizer que eu estava a pôr-me nas pontas dos pés, a que eu respondi mas nem sequer mandei para o Militante a resposta. Mandei para Expresso. O Expresso publicou umas linhas e depois publicou na íntegra na edição online. Provavelmente, se vou apresentar um livro às editoras que o Partido influencia, que é praticamente a Avante, visto que a Caminho deixou de ser do Partido, é da alçada da Leya, normalmente não editam. Se tenho mandado a resposta ao Jara para o Militante, provavelmente não publicavam. É assim. Mas mesmo assim não é exacto em áreas do Partido que tenham influência, por exemplo, na comunicação social, não dão atenção, mas há casos em que isso não aconteceu assim.

Entre o momento em que se começam a manifestar as suas divergências com o Partido e a sua saída, quantos anos é que aí coloca? Vai de 74 a 91? Isso é tudo um único momento ou identifica mais do que um único momento?

É mais de 1998 a 2002. É um período em que estou ainda no partido mas assumidamente com posições muito divergentes. Depois começam as minhas tomadas de posição na comunicação social relativamente à maneira como somos tratados pela direcção do partido. Por exemplo, quando mandam o meu despacho de pronúncia. Isso depois torna-se público, que foi enviado, e eu depois faço um comentário e disse: "*Olhe parece-me um despacho de pronúncia daqueles que recebia enquanto preso político*". De maneira que eles vieram: "*está a chamar que o partido procede como a Pide*". Não era, porque quem mandava os despachos de pronúncia não era a Pide, eram os juízes criminais. E, portanto, eu no fundo ainda dei essa explicação. Eram os juízes criminais, embora transcrevendo aquilo que a Pide mandava. Acho que aqui até publico um despacho de pronúncia do 2º Juízo Criminal. Não, não foi esse, aqui publico o das condições da liberdade condicional. Quando fui preso paguei 20 contos de caução, na altura ainda era dinheiro, fiquei sujeito a estas normas (...).

Eu identifico três momentos no processo de saída de um partido, qualquer que ele seja, que são a dissensão, ruptura e divórcio. Entendo que processo de saída não é um processo imediato, até porque uma pessoa está dentro de uma organização e de uma maneira ou de outra vai procurando influenciá-la e passar as suas ideias. Dentro de um partido, admito eu, é possível atravessar as três fases. Ou seja, um primeiro momento de dissensão, uma situação menos grave onde há discussão, há debate, para depois um segundo momento, mais grave, que é o momento da ruptura, em que a pessoa ainda está dentro da organização mas em que já começa a haver uma cisão muito pronunciada entre aquilo que é o caminho da organização e aquele que é o caminho da pessoa, e um terceiro momento, o do divórcio, como acontece em qualquer relação pessoal, como num casal. (...) Aquilo que lhe pergunto em relação à sua experiência pessoal,

por um lado, é se vê a sua auto-suspensão como um divórcio ou equiparado a um divórcio e se passou por estes três momentos ou não?

Postas assim as coisas, então eu penso que a minha dissensão, nesse sentido, começou a ser através de um conjunto de divergências no pós-XII Congresso. Eu acho que com a Terceira Via saindo, querendo sair do partido, colocando-se em posições de saída. Mas também penso que o partido procede mal. Eu estou na direcção do partido. Procede mal não procurando o diálogo mais intenso com eles, algumas mudanças.

Há culpas de parte a parte?

Sim, mas não estou em posição de dizer “*esses gajos são uns sacanas, quanto mais depressa forem embora melhor*”. Não, eu digo estes tipos fazem cá falta, era bom conservá-los. O partido tem responsabilidades, não só em relação a eles, porque não era capaz de dar alguns passos, mas em relação a outros que virão a seguir, seria muito importante. Eu abordo aqui uma questão concreta de uma proposta que é feita por um colega seu, membro do partido, algarvio, de Tavira, um dos dois manos, como é que eles se chamam?, acho que tenho aqui o nome de..., em que eu digo, bom, o partido podia perfeitamente ter aceite essas alterações, uma proposta de alteração aos estatutos, ter aprovado, era uma grande satisfação e modificava tudo.

ENTREVISTA A CÂNDIDO AZEVEDO

S. PEDRO DO ESTORIL, 13/11/2015

Chamo-me Cândido do Carmo Azevedo, tenho 67 anos de idade. Como habilitações literárias fiz primeiro um bacharelato em Educação Física e Desporto, depois uma licenciatura em História, após o que voltei à Educação Física e Desporto onde terminei a licenciatura. Acabei com um doutoramento na área de História e Antropologia do Corpo. Quanto à profissão neste momento sou aposentado, mas intervenho muito na comunidade, com conferências em estabelecimentos de ensino superior ou montando exposições sobre a China Antiga. Sou também professor numa universidade sénior.

Fui, provavelmente, mais que um simples militante anónimo do PS, onde nunca cheguei a militar e a ter cartão. E depois vim a ser militante, sim, do PSD, do qual também me desliguei. No caso do PSD fui filiado alguns anos, poucos mas alguns anos em Macau, e por causa de umas coisas que se passaram, que eu entendia que não correspondiam exactamente àquilo que deveria ser um partido social-democrata, desinteressei-me. Ao fim e ao cabo quase pelas mesmas razões pelas quais havia deixado de me interessar pelo PS. Fui militante durante uns cinco anos.

Parecendo que não, e por mais estudiosos e cautelosos que nós sejamos, o nosso passado, (há que fazer uma leitura atenta e retrospectiva da nossa vida), as nossas amizades e quando temos amigos que conversam e partilham o dia-a-dia e as suas ideias connosco, levam-nos a aproximar de determinados partidos. E isso aconteceu comigo. Daí que, e ao contrário, a razão mais forte que me levou a afastar-me do PSD, e que poderá chocar alguns, foi após o Prof. Cavaco Silva ter a sua segunda maioria absoluta. E aí, repare, que eu até podia ter sido deputado, na primeira maioria pois havia sido sondado, mas não quis pois para além da política não me motivar grandemente a uma participação activa, gostava imenso do que então fazia. O porquê da admiração pelo professor Cavaco Silva? Porque eu conheço o Prof. Cavaco Silva desde os meus onze anos e ele foi sempre aquele homem rígido e de princípios. Eu creio que aprendi a conhecê-lo e, confesso com sinceridade, quando fui castigado com cinco fins-de-semana sem poder sair do Instituto onde era aluno interno, nos Pupilos do Exército, onde ele foi oficial do exército. A razão do castigo foi o de não ter ido estudar numa sexta-feira santa, dia em que ele estava de serviço e mandou os poucos alunos que não tinham ido de férias, estudar. Chamado à sua presença justifiquei-me por ser dia santo e ele respondeu que todos os dias eram bons para trabalhar e produzir e que tinha de cumprir a sua responsabilidade enquanto Oficial de Serviço dando conhecimento à Direcção. Passei a admirar esta exigência.

Quanto a cargos políticos, fui membro da Assembleia Municipal, pelo PS, em Almeirim, como independente, a convite do Presidente da CM que tinha um projecto para o desporto da autarquia. Entretanto o porta-voz do PS entrou em confronto com o presidente da mesa, do mesmo partido, abandonando, e passei a ser eu, independente, o escolhido para porta-voz da

bancada do PS. E então deu-se um caso inédito na história da democracia. Eu naquela altura desempenhava umas funções de chefia do desporto regional e arranjava através dos meus serviços dinheiro para a compra de um autocarro para pô-lo ao serviço do desporto e da cultura. Foi-me pedido pelo Presidente da Câmara para fazer o regulamento de utilização, fixando as prioridades do autocarro. Para um concelho pequeno, um autocarro com esta finalidade é uma coisa de grande procura. Depois de consultar vários regulamentos de utilização de outros autocarros de outras câmaras, apresentei um, que não foi aceite por uma professora do ensino primário do partido que entendia que tinha mais direito a levar crianças da escola primária ao jardim zoológico num domingo do que levar uma equipa de hóquei em patins – naquela altura Almeirim tinha boas equipas federadas de hóquei em patins em vários escalões – e que portanto não concordava comigo. Isto é, entendia ela que em qualquer dia da semana as escolas deveriam ter sempre prioridade e não apenas nos dias úteis, embora o autocarro tivesse sido adquirido com verbas do desporto. O presidente da Assembleia Municipal, que já se tinha pegado com o outro porta-voz, vai-se pegar também comigo, e então acontece o inédito: ele vota contra mim e a bancada seguiu-o votando contra mim por obediência ao voto conforme me diziam baixinho. Os outros partidos, os da oposição, votaram a meu favor. Obviamente pedi a demissão e fui-me embora. Entretanto, continuei a colaborar com a Câmara mas não mais na Assembleia Municipal. Não encontrei justificação para permanecer. Entretanto, vou para Macau e desliguei-me do PS.

Quando estou em Macau e perante a obra do Prof. Cavaco Silva na sua primeira maioria absoluta, deixo-me sensibilizar, apesar de ter muitos amigos, como o Paulo Godinho, que você conhece, no PS. Nessa altura reflecti sobre o comportamento do PSD, do PS, dos outros partidos. Nunca sou precipitado nas minhas atitudes, e embora nunca pensando em tirar proveito da política, tornei-me militante pelas minhas convicções e até acabei por pertencer à comissão política naquela sua segunda maioria absoluta, em Macau. Em Macau, tornei-me militante mas ninguém cobrava quotas. Quando o Marcelo Rebelo de Sousa assumiu a presidência do partido e fez aquela actualização de militantes, eu fui dos que não actualizei e fiquei de fora, logo não militante. Foi nessa altura que eu tenho o ano sabático, que venho a Portugal, em 2001, e concorro para presidente da Câmara Municipal a pedido do PSD. E assim foi. Concorri como independente (não havia regularizado a situação relativamente às quotas). Creio que passado alguns anos houve um movimento em Macau para a regularização das quotas e houve um perdão de dívida e passámos a ser novamente “sócios”. E pouco antes do Sócrates voltei a desligar-me. Aquele PSD que eu idealizava não existia mais, nem o PS era do meu agrado pois confesso que para mim, entre um verdadeiro partido socialista democrático e um verdadeiro partido social-democrata não noto grandes diferenças, logo, considero ambos do centro.

Não entrei na política para fazer carreira. Referi-lhe lá atrás que fui sondado se aceitaria ser deputado, isto quando exercia as minhas funções de delegado regional em Santarém. Uma outra vez havia sido sondado pelo PRD, porque eu era também um dos directores da Feira

Nacional da Agricultura, com o Hermínio Martinho. Tinha sido meu presidente de direcção da Feira. Feira essa onde durante nove anos fui um dos directores. Não alinhei no movimento do PRD. Como sabe, o núcleo de Santarém do PRD tinha muita força. Não só Hermínio Martinho, também Armando Fernandes, Carlos Beato creio, e outros tantos. Eu era desse grupo de amigos e não quis. Estava feliz na missão profissional que desempenhava, trabalhando com todos os clubes, núcleos e polos desportivos, não levando a política para aqui e para ali, e por isso fui durante doze anos delegado regional, com dez ou onze governos que passaram por mim, desde o primeiro governo PS a governos de iniciativa presidencial a outros tantos. Quero dizer-lhe que eu fui escolhido para tal cargo por um verdadeiro socialista, admirei-o sempre, infelizmente já faleceu, que foi o Ladislau Teles Botas, presidente da Câmara Municipal de Santarém durante muitos mandatos. Esse, no I Governo Constitucional convidou-me para o cargo que eu desempenhei doze anos.

Não estava familiarizado com o programa [PSD] porque estava em Macau. Quanto aos estatutos sabia o que é um partido social-democrata ou o que pretende ser. Quer dizer, que também tive várias desilusões. Houve pessoas que foram dirigentes do PSD por quem não nutria nem nutro simpatia nenhuma. E, no entanto, quanto ao PS acabei de dar o exemplo do Ladislau Bota, Silvino Sequeira, etc., há pessoas por quem nutria simpatia. Este era um homem sério, era um homem que não olhava a que partido pertencia determinada pessoa se ele queria a sua colaboração para Santarém, se ela era imprescindível e necessária. Foi o meu caso. Fui indigitado para ser Director Regional dos Desportos por ele, não sendo socialista, sendo retornado, tendo acabado de sair de uma comissão nas tropas “Comandos”, que é uma tropa pouco estimada então em 1976, em que éramos considerados conflituosos, reaccionários, o que não é verdade, mas somos tão normais como os outros. Como disse, acabado de chegar a Santarém, retornado, comando, e um ano depois era Delegado Regional dos Desportos, porque enquanto técnico do desporto, era um técnico imparcial, um técnico que trabalhava por gosto. Chegado a Santarém comecei a produzir. E este Botas é também quem me vai convidar depois para a Feira Nacional da Agricultura, e indigitar-me para a Assembleia Geral da Região de Turismo do Ribatejo, portanto, um verdadeiro homem que não olhava a de que partido era este ou aquele, mas sim à sua capacidade de trabalho.

Mas em relação ao programa e aos estatutos: eles condicionaram de alguma forma a sua participação? Contribuíram de algum modo para a sua saída, vê alguma influência dos estatutos para a sua saída, a sua participação?

O dia-a-dia do partido, os caminhos que levavam o partido fizeram-me desinteressar. Desse ponto de vista os estatutos foram inócuos. Nem os estatutos nem o programa me detiveram na minha decisão. Não condicionavam a participação. E Macau estava tão longe para alguém em Lisboa se interessar com o comportamento dos responsáveis da secção. Ainda hoje muita gente se queixa da forma como a secção actua... As relações de amizade que tinha com muita gente fazia com que estes me procurassem fazer aproximar do partido novamente, só que eu estava completamente desinteressado. E depois eu nunca gostei muito de coligações e essa

coligação quase permanente com o CDS nunca foi coisa que me agradasse muito. Eu sempre preferi para este país, a haver uma coligação, que fosse PSD/PS, mas como os dois disputam a mesma área sei que é difícil.

Quanto ao meu nível de participação, em Macau, praticamente havia uma reunião ou outra quando ia de Portugal alguém influente do partido. Recordo-me da ida do Durão Barroso, de mais um ou outro elemento. E em Portugal uma única reunião quando me convidaram para ser candidato a Presidente da Câmara Municipal...

A ideia que me leva muito a afastar-me dos partidos, hoje, é que vejo naqueles que os frequentam demasiadas ambições. Acho que o fazem somente pela ambição. Repare, eu estou há dois anos em Portugal, fui antigo militante, fiz parte de uma secção, fiz parte da comissão da eleição do Prof. Cavaco Silva, quando concorreu da primeira vez a Presidente e perdeu, portanto tenho alguma experiência, mas ainda ninguém se preocupou em saber porque eu deixei de pagar as quotas. Ou até pela influência que ainda tenho no distrito de Santarém, onde ao longo de doze anos intervim fortemente na área do desporto e turismo ou ainda pela minha grande intervenção nos jornais locais contra a governação do PS de Sócrates. Ninguém nestes dois anos em que estou em Santarém se aproximou, ainda ninguém me disse precisamos de ti, tens umas ideias, vem colaborar. Não, não dizem. As pessoas estão agarradas ao poder possível, estão agarradas aos lugares que lhes possam dar um lugarzito, nem que seja de assessor do assessor, e o professor doutor que vem lá do Oriente, e que até escreve umas coisas nos jornais que eles até aplaudem – mas lá no fundo têm é cautela pois não vá roubar-lhes o lugar. Em Santarém, pelo que me contam os amigos, acontece isso em quase todos os partidos. Hoje não existe a escolha pela competência. Quem lá está não quer sair, mesmo nos órgãos internos mais pequeninos das secções concelhias do partido.

Chegou a integrar órgãos nacionais ou regionais do partido?

Como disse, em Macau ainda fiz parte de uma comissão política pela secção do PSD, a tal ponto que vim a Portugal participar no congresso que foi feito no Coliseu, ainda nos anos noventa, julho. Fui também candidato à Câmara de Almeirim pelo PSD e com grande surpresa minha o Relvas e o Pedro Passos Coelho vieram ao meu jantar de candidatura e eu não conhecia o PPC de lado nenhum. Confesso-lhe que fiquei satisfeito porque eu tenho em conta que o PPC é um homem sério. [parte intercalar eliminada pelo entrevistado] A minha candidatura à Câmara foi gerada pelo próprio partido. Nunca me passou pela cabeça concorrer à Câmara de Almeirim. Quero dizer-lhe que não, nenhum cargo em política me move, nem para presidente da câmara.

Para além do partido teve envolvimento com outras organizações da sociedade civil, associações, organizações humanitárias, por exemplo?

Quanto ao envolvimento com outras organizações para além de partidos, tenho a grupos virados para o desporto e para a história. Eu por iniciativa pessoal criei a Associação de Ginástica de Santarém e outras tantas associações desportivas, ainda hoje estou ligado a esse movimento desportivo, ainda hoje sou presidente do Panathlon Clube de Santarém. Em re-

lação às coisas sociais pertença ao *Rotary* Clube de Almeirim, onde estamos a fazer um bom trabalho na área social, principalmente na da deficiência mental. Na área da história estou ligado a diversos grupos que fazem investigação histórica.

Continuo a ter interesse pela política, continuo a acompanhar mas estou muito desiludido. Muita coisa tinha que mudar nos partidos. Eu entrei uma vez na sede do PS no momento áureo em que tinha alguma simpatia pelo PS e aquilo que eu assisti fez-me sair e nunca mais voltar, porque eu não queria isso para o meu filho. Vi miúdos com 13 ou 14 anos a serem praticamente catequizados. Catequizar era o papel que a Mocidade Portuguesa fazia no tempo de Salazar. Então estamos a fazer a mesma coisa? Agora os partidos catequizam? Dir-me-ão aprendem democracia. Isso a Escola ensina-lhes. Não percebo porque a um miúdo de quinze anos que por exemplo entra para a juventude comunista têm de lhe pôr aquelas ideias – mas o que é isto? Mas quem diz PC também diz do CDS. Essa história da juventude partidária lembra-me o actual presidente da Câmara de Almeirim. Este, quando foi meu aluno de ginástica, na classe de ginástica de competição, já dizia, julgo desde os 13 anos, que lutaria para ser presidente da Câmara. Porquê? Porque aos 13 anos começou a frequentar a sede e a ser catequizado pelo PS....; não vem ao caso, mas tem piada a guerra que foi nas últimas eleições, com o anterior presidente PS, que tirou a confiança ao actual, então vereador – e aí o partido partiu-se ... Em relação ao PSD, mais notório ou menos, quantas vezes noutros locais se passa a mesma coisa ...

Mas o que é que o leva a afastar-se?

Mais o comportamento do partido quando na área da governação. Para mim uma coligação não deixa ser verdadeiramente o partido social-democrata que eu gostaria que ele fosse, uma ambição certamente em muitos militantes. Eu quero-lhe dizer que já há muitos [anos] quando me sondaram se gostaria de ser deputado, apontavam-me para o décimo segundo lugar na lista distrital. Eu à época, como já disse, era delegado regional e eu não aceitei e uma das razões foi porque a partir do oitavo ou nono até ao décimo primeiro eu não encontrava competência naquela gente para estarem à minha frente. Essa foi uma das razões. E repare que o distrito de Santarém acabou por meter 15, se não estou em erro já lá vão tantos anos, eu acabava por ser eleito pois muitos foram para ministros, para secretários de Estado, e subiu-se por aí acima. Essa foi a primeira maioria do Prof. Cavaco Silva. Eu ainda estava cá. Foi precisamente naquele governo minoritário anterior do Cavaco Silva que ele ganhou a minha consideração. E o povo português até lhe deu a maioria.

Nessa altura, andava muito desiludido com o que se passava no PS e com o comportamento de muitos dos seus dirigentes. Eu dou-lhe um exemplo: referi-lhe que estive ligado a algumas instituições, pelo que muitas vezes recebi o Dr. Mário Soares, principalmente na Feira da Agricultura. O Dr. Mário Soares, à distância, é uma simpatia de homem, mas estar lado a lado com ele, privando um pouco, damos conta que é insuportável, pareceu-me um “ditador-zeco”, veja-se a cena conhecida com o guarda da GNR. Depois foi a história com o Salgado Zenha ... e muitos outros dirigentes, e não esquecer, todos eles frequentando restaurantes de

luxo. Apercebi-me disso nos anos em que fui director da Feira, pois como responsável pela comunicação social de vez em quando tinha de vir almoçar a Lisboa com jornalistas, eu era o responsável pela comunicação social, e você sabe que se eu quero que o jornalista escreva bem e escreva uma página cheia, motivado, vai depender do local onde eu lhe oferecer o almoço. Logo levava-os para bons restaurantes e aí encontrava muitos dos grandes do PS todos com farta mesa..., porque para esses, a meu ver, isso do socialismo é só papel. Outros comportamentos de muitos haveria a apontar. Por exemplo, veja o que se diz do Almeida Santos? Este quando ainda em Moçambique sabia as coisas que se iam passar com a entrada da Frelimo. De Lourenço Marques retirou em grandes contentores todos os seus bens. E os outros portugueses? Os que puderam trouxeram alguns caixotes. Eu perdi tudo, só pelo facto de ter sido alferes dos Comandos. Deram-me quarenta e oito horas para me vir embora. Mas muito deste género são os políticos, os homens do PS e porque não de outros partidos. Dar crédito a esta gente? A minha inclinação pelo Cavaco Silva? Quando este surge era aquele homem que eu já conhecia desde miúdo, aquele homem rígido, sério, rigoroso, que me disse “tens onze anos não interessa, tens que é aprender, que se obedece, ... vinhas ao estudo e dizias-me hoje é Sexta-feira Santa gostaria de não estudar e então aí eu até poderia dispensar-te de vires estudar. Mas como desobedeceste eu tenho que participar”.

Enfim, comportamentos que nos fazem pensar, que nos levam a afastar. Estas e outras poderão ser razões que levam os militantes a abandonarem o partido. Não sei, haverá certamente outras. Cativar? Só se os militantes, futuros políticos, forem pessoas que estejam acima de tudo para servir, não tenham ambições políticas, que tenham sentimentos, que queiram a verdade das coisas, como eu e a maioria dos portugueses queremos, mas se militarmos num partido e dermos conta de jogos de poder, que está a fugir aos princípios, o melhor é mesmo abandonar. Agora nas eleições, jamais abster-se, que isso é uma coisa que eu não aceito.

Do ponto de vista da democracia interna isso falha em todos os partidos. Como eu disse, eu fui porta-voz da bancada do PS e o presidente da mesa só não concordava comigo, ou arranjou maneira de me deitar abaixo porque eu me recusava a ir permanentemente às reuniões na sede do PS. Informava-me com antecedência nas salas da CM. Era independente, porque é que tinha que ir constantemente à sede? As pessoas da minha bancada conheciam-me todas, respeitavam-me, sabiam da minha independência e escolheram-me, conforme tive ocasião de já referir. Entrei na lista do PS para defender um projecto na área do desporto, e cultura porque se ia gastar muito dinheiro. No fim, como tinha um pequeno dom de oratória, pois os outros, a maioria, era tudo gente do campo, elegeram-me com boa vontade e o presidente da mesa da Assembleia Municipal deita-me abaixo? Está a imaginar a bancada de um partido na AR a votar contra o seu líder? Isto num ambiente pequeno faz moossa. Já o anterior se tinha demitido. Logo depois comigo passa-se a mesma coisa. Fazer política ou defender projectos quando temos na nossa equipa um presidente que está sempre, todos os dias, mal disposto, esgota e dá cabo da paciência a qualquer um... há limites.

Sempre manifestei os meus pontos de vista, sempre. Isto é capaz de ser muita, como é que

é a expressão?, não sei se hei-de dizer à moda de Goa ou de Macau, *sobranceirice* minha, mas eu chego à conclusão que muitos têm merecimento do confronto de ideias. Fui educado numa vivência de escolas repartidas entre o ambiente militar e religioso (Maristas), logo rigoroso e humanista. A pulso fiz a minha carreira até chegar a professor universitário, sem ajuda de qualquer partido. Isso é o que eu tenho para atirar à cara daqueles que se apresentam logo como ministeriais sem ter percurso nenhum, sem ter por vezes vivência de coisa alguma, mas apenas a frequência de determinado partido.

Hoje há um desencanto há, com os políticos. Principalmente com aqueles que desde jovens, desde as juventudes partidárias, repito, se movem e se arvoram no direito deles serem os políticos, futuros membros do governo, porque desde miúdos estão metidos nisso, quantas vezes sem experiência de vida, quantas vezes sem terem lido um único livro.

As juventudes partidárias têm um efeito pernicioso nos partidos?

Para mim os jovens só poderiam entrar na sede de um partido só a partir dos dezoito anos. Quando lhes damos a maioridade para votar e para escolher, nessa altura o partido que os catequise. Treze anos, catorze anos, os miúdos em plena formação já a dizerem que ser comunista é que é bom, ou ser socialista é que é bom, ou ser social-democrata, os outros é que são os maus, os outros destroem, são anti-democráticos, etc.. Isso era o que a Mocidade Portuguesa fazia e de uma maneira provavelmente melhor. É que nessa altura, que eu me recorde, nós não tínhamos lições de teoria política, só no sexto ano [actual 10.º ano] naquela cadeira que se chamava Teoria Política e Organização Administrativa da Nação e porque a Mocidade Portuguesa, essa, levava-nos a fazer desporto. Eu na MP fiz vela e ninguém me impingia ou me doutrinava ou qualquer outra coisa. Por falar na MP recorde-me que toda a gente gozava com o “S” no cinto que era Salazar; mas não era, significava “Servir”.

Mas se os partidos só admitissem jovens depois dos dezoito anos, se calhar deixava de ter sentido haver juventudes partidárias?

Mas uma coisa é como diz a juventude partidária, o jovem a partir dos dezoito anos, quando eles passam para o ensino superior, têm a mente formada. Até podem votar, serem militares ou casar sem autorização dos pais. Agora criancice partidária é que não.

Então, em resumo, o que é que o levou ao afastamento partidário?

Eu acho que foi aquela onda [afastamento partidário] que atravessou o país. Repare, eu quero dizer-lhe que há gente que me desiluiu completamente, quer do PS, quer do PSD, quer do CDS. Veja-se o Basílio Horta. Gente da política, profissionais da política, que eu pensava que eram pessoas sérias, íntegras, e depois acabamos por saber que tem “não sei o quê, o hotel tal na ilha tal”, e não dá a cara e não aparece porque está comprometido nisto e naquilo, ou outros que se mudam a pensar nos tachos que lhes prometem... Portanto, para mim, são interesseiros, meio aldrabões ou vigaristas existem em todos os partidos. Agora há uns que marcam, fazem-se notar. Olhe, umas das razões pelas quais me começou a desagradar o PSD foi a fuga do Durão Barroso para a CE. Se foi eleito pelos portugueses primeiro-ministro devia ter permanecido. Toda a teoria, ou todos os argumentos de que ia para defender

Portugal, não aceito. O povo português tinha-lhe confiado o governo, tínhamos saído de um período difícil, o próprio Guterres disse que o país estava num pântano. E então o homem é eleito para governar e não o faz? Ainda por cima sabendo de antemão quem lhe sucederia? Não contribuo para isto. Na minha vida de militar, em plena selva de África, eu fui comando numa guerra dura, como já lhe disse, aconteceram situações parecidas e eu não abandonei os meus homens. E certa vez, doente, pedi para me darem as injeções que quisessem mas não aceitei ser evacuado porque eu tinha que estar aqui com eles. Então eles escolheram-me para ser o comandante deles e agora vou abandoná-los? Está a ver? Não pude aceitar a do Durão Barroso. Não pude aceitar aquela volta do Mário Soares perante o Salgado Zenha, como mais tarde aquela desmedida ambição tirando o tapete ao Manuel Alegre. Mas o que é isto? É fazer dos portugueses idiotas? E depois admiram-se que haja abstenções?

Eu vou a caminho dos setenta anos, sessenta e sete precisamente. Não tenho muitas ambições na área política, mas se continuar com esta vida activa, intervirei sempre que necessário. ainda pronto para muitas guerras. Mas sempre conhecedor dos meus limites.

Os partidos deviam começar por um acto de contrição, deviam repensar o seu funcionamento. A primeira coisa a fazer, todos eles. Será que eu agora vou acreditar que estamos para aceitar, direi, mais algumas apostasias? Será que todos aqueles que votavam comunismo há quinze dias e que chamavam os nomes todos ao Costa, agora já se esqueceram do que ele disse. Você recorda-se do que a Catarina disse do Costa? E o que Jerónimo disse do Costa. E o que o Costa disse da Catarina? Andam aí uns emails que mostram isso. E agora somos todos bons amigos! como é que a gente pode acreditar nesta gente? Veja-se o Vital Moreira, Zita Seabra e tantos outros. O que não disseram eles quando foram deputados do PCP. E depois acomodaram-se noutros partidos. Eu acho que a política em Portugal tem de ser renovada, os partidos e os políticos têm de fazer um acto de contrição. Têm de surgir elementos novos que nos tragam confiança, porque assim como está tudo vai ter a uma coisa que é a ambição pessoal. Nós estamos a ver políticos que jogam tudo na ambição pessoal. Mais do que no interesse do país. Esta é a minha leitura. Eu desejo felicidades ao Costa mas acho que o Costa, ambicioso, foi-se entalar completamente. E eu, embora não aprecia coligações, na minha maneira de ver, penso que o Costa fez aquela aliança com o BE e com o PCP, devia ter-se entendido com o PSD. Nos tempos de hoje, de crise, necessitamos de uma governação verdadeira, durável. E não ir para as reuniões do PSD dizer não e não, porque eu quero ser primeiro-ministro. Conversava, dialogava, podia até pedir menor participação ao CDS parceiro na coligação, e eu penso que isso seria um imperativo de consciência, a tal ponto que eu penso que o Paulo Portas pôs o seu lugar à disposição. E era ali que martelava a pedra com o PSD e nós aí, se calhar, tínhamos esperança de sair da crise. Pergunte lá agora ao povo português se tem alguma esperança? Cá estaremos para ver. Oxalá esteja eu enganado.

ENTREVISTA CARLOS LUÍS FIGUEIRA

22/09/2014, VRSA

(inexplicavelmente, a gravação só começou a partir daqui)

... um curso de formação no final do qual regresso clandestinamente a Portugal, onde me mantive até ao 25 de Abril. Depois, para não responder tão longamente à primeira questão, nunca tive disponibilidade de tempo para acertar os meus conhecimentos com um grau que me permitisse em Portugal exercê-lo, fundamentalmente porque a luta política me envolveu. Não me deixou espaço nem tempo para outras coisas.

Enquanto estive na luta política e como responsável do partido, como responsável regional do Algarve durante trinta anos, por razões de relacionamento e de compreensão da sociedade algarvia e da economia do Algarve, estudei muito a actividade turística. As raízes, os problemas os mercados, o funcionamento, a rentabilidade, o que é que a economia do turismo envolvia na sua área de influência, e isso também me conduziu a ter algumas aptidões nesta área. Não certificadas. E é nessa situação que me encontro.

Fui gestor de várias empresas, fui director do Observatório do Turismo de Lisboa e Vale do Tejo durante dois anos e meio. Depois fui director executivo da Agência de Desenvolvimento Regional do Algarve, a seguir fui Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara de Vila Real, depois director da empresa Sociedade de Recuperação Urbana, destinada fundamentalmente à gestão do centro histórico pombalino. Depois havia duas empresas municipais, uma tratava de património e outra de infra-estruturas, fundiram-se, e numa primeira fase eu fiquei como director executivo dessa sociedade com a responsabilidade da manutenção e recuperação do centro histórico. E no início deste ano (2014), por razões de idade, de procurar ter mais tempo para mim próprio, porque tinha um projecto - vou apresentar um livro dentro de dias que retrata um pouco um período de 68 a 73 na luta antifascista no Norte do país, é um livro de ficção -, agora um sou mero consultor desta empresa que se chama Sociedade de Gestão Urbana de VRSA, com uma área em que o meu aconselhamento continua a manter-se, particularmente em relação ao centro histórico e a novos projectos de expansão da cidade que estão neste momento em discussão e em preparação para serem lançados em discussão pública e à aprovação pelas instâncias que têm de o fazer

Tempo de militância?

Eu aderi ao partido em 1964 e fui expulso do PCP em 2001.

Durante esse período fui membro do Comité Central, membro da Comissão Política, responsável por comissões nacionais responsáveis pela autoridade turística e pelas pescas - o PCP tinha sempre uma espécie de governo-sombra - que permitissem aportar à direcção do partido um conhecimento maior sobre áreas sectoriais da economia portuguesa, e não só da economia, do social.

Fui durante muitos anos responsável por duas grandes áreas que permitiam apoio ao grupo parlamentar, quer na elaboração de projectos de lei, quer na tomada de posições públicas

sobre matérias que se relacionavam com estas duas áreas. Fui durante trinta anos, ou mais de trinta anos, responsável pela Direcção Regional do Algarve, que tinha características muito particulares. O Algarve tinha sofrido a partir dos anos 60 uma mudança estrutural muito importante na sua economia. A partir da construção do Aeroporto de Faro, em meados dos anos 60 e com a internacionalização, dá-se um grande boom na actividade turística e a actividade turística passa a ser paulatinamente o motor económico da região, em detrimento da indústria conserveira e da própria agricultura, que tinha uma agricultura pujante. Porque o Algarve possuía, como ainda possui hoje, bons terrenos agrícolas na faixa que segue à meia encosta junto à Serra do Caldeirão, quer junto à Serra de Monchique, perto da Serra de Alcoutim, quer do planalto de Alcoutim. E era necessário também estudar esta realidade para afinar a linha política e as propostas do partido. Porque a sociedade tinha mudado ou ia mudar bastante. De um operariado também industrial, porque o havia, fábricas de cortiça com uma predominância associada à produção de cortiça no Algarve, e de grande qualidade, fábricas de conserva e de transformação de pescado, de transformação de produtos agrícolas também havia, todo esse sector foi diminuindo o seu peso e a sua influência social na sociedade algarvia, substituída, por um lado, pelo alargamento do aparelho da função pública, da extensão da rede escolar, da extensão da rede de cuidados primários de saúde, da formação da universidade, da criação da universidade, mas também de uma actividade turística que apareceu a muita gente como uma promoção social. Portanto, digamos, formava-se aí uma outra consciência social e era preciso responder a essas mudanças sociais que entretanto a sociedade integrava. Isso mobilizou-me muitas energias para compreender, e não só para compreender, para discutir no interior do PCP (...). No Algarve uma situação que se diferenciava bastante do Alentejo ou mesmo do Norte do País, que eram realidades económicas, sociais e até culturais, profundamente diferentes.

Quanto à sua adesão ao PCP é capaz de me identificar as respectivas razões, ideológicas ou outras?

Em primeiro são as de natureza ideológica, digamos, são elas mais mobilizadoras.

Segundo lugar: o facto de ser o único partido que em Portugal, no interior em particular, mas pelo contacto que tive com outras forças políticas no exterior reconhecer que era aquele que tinha uma actividade constante e, portanto, heróica no espaço de luta contra a ditadura. Isso para um jovem eram só por si factores de grande atractividade. Depois, também a influência que nessa altura se processava nas novas gerações em relação àquilo que eram as novas sociedades do Leste europeu que depois se verificou não serem tão transformadoras quanto se anunciava.

Relativamente ao momento em que ocorreu a adesão já me referiu ter sido em 1964, o que lhe pergunto é se no momento em que aderiu tinha pleno conhecimento do programa e dos estatutos do partido.

Sim, porque isso me foi facilitado na emigração e a emigração já tinha uma forte componente de ligação ao interior ao país, à estrutura clandestina do país, e isso permitia-nos ter

com regularidade contacto com a imprensa que se produzia no interior do país e com toda a documentação que o partido publicava.

No momento em que ocorreu a adesão quais é que eram as suas expectativas do ponto de vista político, para além daquilo que já referiu quanto à mudança do regime?

As minhas expectativas enquanto jovem em Bruxelas, primeiro, era, digamos, a possibilidade de ter um passaporte azul passado pela ONU que me permitia deslocar-me como qualquer cidadão na Europa, e não só na Europa. Isso permitiu-me o contacto com outras realidades, França, Europa do Norte, Suécia, Dinamarca, Noruega, Holanda, mesmo Alemanha, para além da Bélgica, o que me enriqueceu humanamente e politicamente, e contribuiu muito para a minha formação cívica e política. E porque naturalmente contribuiu para uma grande abertura de espírito independentemente das raízes ideológicas onde me situava.

Mas o contacto com outros povos também ajudou à formação de uma consciência política em que, por um lado, a liberdade assumiu um grande papel, e que não era para mim indissociável de qualquer objectivo ideológico. Portanto, a ideia para mim que se ia tornar claro de que não deveria haver nenhuma incompatibilidade entre a formação de uma sociedade socialista com a liberdade e esse elemento essencial para a formação da própria consciência dos cidadãos. Um contacto muito estreito com a emigração portuguesa embora fosse um emigrante muito especial, embora não estivesse lá por razões económicas, tive muitos trabalhos ocasionais nesse tempo, uns mais pitorescos do que outros, percorri um pouco de tudo aquilo que era trabalho, em curto espaço, desde estar três meses numa empresa metalúrgica, até estar quatro ou cinco meses numa empresa de construção civil para saber como era, e se era assim tão difícil e pesada.

Depois acabei por ter uma situação muito interessante na Universidade porque conheci um professor filosofia, um trotskista, um homem humanamente muito interessante de quem me tornei amigo, e pela circunstância de na Bélgica os sindicatos terem uma formação muito diferente daquela a que estamos aqui habituados. Esse professor, era membro do Partido Socialista Belga, acabou por ser presidente de um grande sindicato belga e convidou-me para trabalhar alguns meses no sindicato para atender emigração. Como falava razoavelmente espanhol nessa altura, e arranhava algumas coisas por atrevimento de italiano, estava ali conjugada uma série de frentes que me permitia um contacto muito estreito com a emigração portuguesa, espanhola, francesa, marroquina, quer espanhola quer de origem francófona, castelhana, e isso para ele dava um grande jeito porque os sindicatos na Bélgica antecipavam o pagamento do subsídio de desemprego para que as pessoas não estivessem tanto tempo à espera com a ausência de recursos e tinham de cumprir uma série de formalidades. E foi nessas formalidades, no atendimento para a resolução dessas formalidades, que passei ali algum tempo. E um tempo bastante satisfatório até à partida para Moscovo. E o contacto com a emigração portuguesa sempre me deu uma grande noção quer do atraso em que estávamos, quer do povo português. Havia pessoas que chegavam a Bruxelas e não sabiam uma palavra de francês, tinham uma vida completamente desgraçada, susceptíveis de todos os

abusos por muito que a cobertura social estivesse consagrada já se sabe que, por muito bons que sejam, os padrões quando apanham uma oportunidade para explorar mais exploram.

Relativamente ao seu envolvimento nas actividades do partido, aquilo que posso depreender das suas palavras é que não foi todo igual, pelo menos durante o período em que estava a estudar e a trabalhar, o tempo que dedicava ao partido não era de todo idêntico àquele que mais tarde viria a dedicar. É capaz de me dizer em relação à primeira fase quantas horas por semana, por exemplo, é que dedicava ao partido?

Muitos fins-de-semana. Muito sábado e muito domingo ocupado com reuniões. Aliás, acabei por fazer com muita frequência viagens a Paris para reuniões e por manter um contacto com os vários sítios onde havia emigração portuguesa na Bélgica. Havia um centro de emigração portuguesa perto de Bruxelas que era formado fundamentalmente por mineiros de Aljustrel. Com o encerramento da mina houve ali uma faixa muito grande de emigração, e com alguns movimentos repressivos, que tenta sair e tinha um contacto muito estreito com eles, alguns já eram membros do partido. Em Amesterdão também, com viagens frequentes, havia gente sobretudo na área estudantil, portuguesa, membro do partido, ou aquilo a que chamávamos “simpatizante do partido”, e que com alguma frequência ia às reuniões. Isto é como ocupava o meu tempo de militância. Depois, também, a certa altura, também os contactos com o Partido Comunista Belga, que era um partido que ainda hoje tem uma expressão muito pequena na sociedade belga, valia 2 ou 3%, tinha gente muito interessante, ligada ao meio universitário, investigadores, gente com opinião publicada, mas que influência social não tinha.

Depois naturalmente que a militância se modifica quando regresso clandestinamente ao país em 1968. Estou no país clandestinamente até Abril de 1974. E aí a tempo inteiro na actividade política. Depois de 1974 até à minha expulsão, houve ali um período em 89 em que resolvi sair de funcionário do partido, já um pouco em ruptura com a direcção do partido, na altura em que regresssei à actividade normal, quando fui convidado para dirigir o Observatório do Turismo de Lisboa e depois quando vim para o Algarve para dirigir uma associação de desenvolvimento regional. Nessa altura a militância diminuiu também bastante de ritmo.

Em primeiro lugar, porque queria reorganizar toda a minha vida. Saindo de funcionário do PCP nem subsídio de desemprego tinha. Tive de reorganizar a minha vida e isso preocupou-me durante bastante tempo. Passei a ter uma outra actividade, sempre procurei exprimir opinião. E nunca deixei de o fazer, sobretudo na diversa imprensa regional, ainda hoje nas funções que desempenho como consultor, e mesmo antes quando era director executivo aqui na empresa nunca deixei de escrever, fazendo sempre. Tenho opinião publicada no Jornal do Algarve, e sou director do mensário Jornal do Baixo Guadiana, que é um jornal que se foca e se dedica a um território que é constituído pelos Concelhos de Alcoutim, Castro Marim, Vila Real de Santo António, que são exactamente os conselhos que abarcam o Baixo Guadiana. Esta é também uma parte da minha militância política, para além de membro da Renovação e do acompanhamento que faço e das opiniões que troco no interior do Fórum da Renovação. Ou seja, a minha militância política passou para outras fases, naturalmente mais distancia-

das da política activa mas mais focada naquilo que eu considero que pode ser mais útil como pessoa activa e com opinião na sociedade portuguesa.

Mas em termos do PC, até 1989 consagrou sempre mais do que cinco horas por semana à actividade do partido, mesmo antes da profissionalização?

Sim. claro.

Quanto à participação em momentos eleitorais, quer internos quer externos, escolha dos órgãos do partido, quer a nível nacional, regional e local e à participação em momentos eleitorais externos, eleições presidenciais, legislativas, autárquicas, como é que avaliaria, qualificaria a sua participação em que vertentes é que ela se desenvolveu?

Eu na clandestinidade estava sediado no Norte do País. Era um homem do Sul que estava sediado no Norte. Quando o 25 de Abril se deu estava em Coimbra, e fixei-me em Coimbra até vir para o Algarve em 1979.

Nessa situação fui cabeça de lista à AR nas eleições legislativas, a seguir às constituintes, fui terceiro da lista de Coimbra às eleições à Assembleia Constituinte, e depois quando vim para o Algarve fui sempre candidato nas listas das eleições para a Assembleia da República, nas últimas das quais fui mesmo cabeça-de-lista porque o Brito foi eleito aqui pelo Algarve, se a memória não me falha, até 1986, creio eu, e depois fui eu; encabecei também a lista para a Assembleia Municipal de Faro onde dirigi um grupo de eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Faro. Foi uma experiência muito gratificante porque é descer um pouco à terra. Depois da expulsão, e mesmo antes da expulsão, quando saí de funcionário do partido, não mais fui eleito para órgão institucional nenhum, nem participei activamente em qualquer partido.

Mas depois da sua saída do partido, já me disse, continuou a participar em fóruns, em campanhas, intervenção cívica. O facto de ter saído do PCP não o impediu de continuar a participar.

Sem dúvida. Assumi outras formas.

Em relação ao envolvimento com outras organizações, designadamente com a Renovação, depreendo que esse envolvimento continua a ter que ver com as suas convicções e com o facto de continuar a ter um papel activo e útil.

Sem dúvida. E nessa qualidade de membro da Renovação acompanho bastante e participo quando a Renovação é convidada para tal.

Há bem pouco tempo, talvez há 15 dias, num encontro público, para o qual fui convidado pelo Sindicato dos Enfermeiros, num debate público sobre a situação na Saúde, o SNS e a luta dos enfermeiros, tive oportunidade de fazer uma intervenção em nome da Renovação.

Também no quadro da Renovação é muito frequente ter contactos com movimentos sociais que emergem e procuram ter influência na sociedade portuguesa, conversas alternativas, de uma forma activa. Tenho contactos regulares com membros de outras forças políticas, designadamente com o Partido Socialista, com membros do PS quer no plano nacional quer no plano regional, com deputados e eurodeputados, digamos, na área da consideração por parte

deles que é importante ouvir a minha opinião. E também da minha parte é importante saber o que pensam e trocar umas palavras sobre um assunto em relação ao qual possamos não estar totalmente de acordo.

Em relação ao seu tempo de militância no PCP aquilo que eu lhe pergunto é quais foram os pontos de discordância, por um lado, e por outro se de alguma forma se sentia constrangido quanto à sua intervenção dentro do partido por força de regulamentos ou estatutos?

Quais eram, quais foram os meus pontos de discordância, pontos em relação aos quais eu não era o único a defender. O Carlos Brito que me acompanhou nessa... (tocou o telefone) Dizia eu, quais é que eram os principais pontos que nos conduziram à ruptura.

Bem, em primeiro lugar a própria estrutura nas questões organizativas do partido uma maior descentralização de decisões para as organizações regionais, muito presas ao centralismo e com menor capacidade de intervenção por si mesmas.

Um novo impulso à organização do partido. E um novo impulso constituía-se pelas organizações do partido terem uma outra capacidade para elegerem os seus dirigentes. Ou seja, a ideia de que nenhuma pessoa, para qualquer cargo, devia ser eleita de braço no ar.

Como você sabe, a certa altura, perante a nossa pressão nesse sentido, foi feita uma alteração estatutária permitindo que as decisões de votar secretamente ou de braço no ar quando se elegiam órgãos de direcção fosse decidida na assembleia, e em geral a maioria decidia de braço no ar, por razões várias, quer de cultura, quer de pressões, que também havia nesse sentido.

Bem, a ideia de que isto devia ser consagrado em estatuto, de forma a que a partir daí, qualquer órgão de direcção ou para qualquer estrutura electiva dentro do partido, os candidatos fossem eleitos por voto secreto ou em alternativa por listas múltiplas. Múltiplas em relação ao conjunto dos nomes. Para que os mais votados fossem efectivamente os eleitos.

Um maior acesso à informação no interior do partido sobre a gestão de meios financeiros, patrimoniais por parte da Comissão Política.

A transferência para a Comissão Política de todas as responsabilidades que implicavam a acção política e o relacionamento com outros partidos quer nacionais quer internacionais (?). Funções que eram desempenhadas pelo secretariado, muitas vezes invadindo competências da Comissão Política. Portanto, ausência de transparência e multiplicação de funções nos órgãos que conduzia a um duplo poder que em muitos casos asfixiava a democracia interna do partido e contribuía para a fixação de poderes paralelos.

A Comissão de Quadros ser um órgão transparente nas suas apreciações e decisões e que, em última instância, fosse a Comissão Política, que era quem conhecia melhor a realidade do país, a ter uma palavra sobre o assunto final. Uma posição clara sobre as alianças internacionais, alianças ou apoios a partidos em organizações internacionais. Era inconcebível não ter uma posição crítica e de distanciamento em relação a modelos de novas ou de velhas sociedades; para citar alguns exemplos, Coreia do Norte, mesmo Cuba, União Soviética e os

países de Leste que ainda estavam sobre a sua influência.

A ideia de que o Partido Comunista devia ter uma posição clara sobre que a liberdade é sinónimo de socialismo, e liberdade e socialismo são sinónimos de vida pluripartidária, de imprensa livre e de ausência de censura.

Tornar incompatível ou tornar pouco percebível para a opinião pública que a ausência de socialismo era a ausência de pluralismo político, institucional ou não, quer de liberdade de imprensa, foram dos factores que mais distanciaram gente da influência do partido.

E, portanto, entendíamos nós que caminharíamos nesta direcção, mantermos uma estrutura muito semelhante à ideia de partido exército tomada por uma hierarquia muito marcada, uma estrutura de partido muito hierarquizada, a partir do partido, muito decalcada do partido novo-tipo, um partido exército, um partido para fazer a revolução. Com uma hierarquização muito marcada na sua estrutura. Esse factor foi muito condicionante até para a militância política porque não bastava dizer que no interior do partido um membro do partido podia dizer aquilo que lhe parecesse, e em verdade poderia dizê-lo, mas o problema não se esgotava aí. O que importa é saber se tem consequências ou não.

Por muito que se discutisse em momentos divergentes sobre a linha política adoptada pelo PCP ou sobre as respostas que estava a dar sobre acontecimentos A, B ou C, isso acabava por não ter nenhum reflexo na mudança de estratégia ou de conceito programático do partido e até de estrutura orgânica.

Creio que esse factor ajudou, para além do factor de ausência de autocrítica, ideia muito associada à ideia de partido exército, de partido de uma só estrutura e de verticalização da mesma. Essa ausência de autocrítica, que se manifestava consecutivamente em alturas eleitorais, onde os insucessos eram sempre explicados, ou no fundamental explicados, não pelos nossos erros mas pela incompreensão dos outros perante as nossas certezas; não pela análise da forma como nos dirigíamos à sociedade e a sociedade nos compreendia, mas mais por razões de que os outros tinham mais dinheiro para fazer propaganda, tinham mais acesso aos órgãos de informação; os nossos comícios eram maiores mas não passavam tanto na imprensa, um pouco como aquela história do soldado que na parada tinha sempre um passo diferente porque julgava que era ele que marcava o passo.

Essa ausência de autocrítica conduziu a grandes desencantos na militância partidária e na sua ausência. A compartimentação da discussão conduziu a um menor interesse na própria discussão. E esse factor não era incompatível com o facto de haver discussões destinadas a discutir um problema numa empresa ou num sector profissional, mas a compartimentação das discussões conduzia ao seu empobrecimento político e formativo-ideológico. Porque rodava sempre em torno de si mesmo.

Relativamente às atitudes que foram por si tomadas para manifestar a sua discordância, isso acontecia de forma verbal nas reuniões do partido?

E de forma escrita também. Através de cartas, de relatórios e de intervenções escritas no seio da Comissão Política para que ficassem registadas. Nós neste processo que conduziu à

expulsão fomos malevolamente caluniados. Primeiro, porque estas propostas de democratização interna e de abertura do partido à sociedade foram desde logo e sempre classificadas e criticadas, particularmente pelo Álvaro, como um desvio social-democrata. Isso conduziu a que o interior do partido nos comesçassem a ver de forma enviesada. *“Aqui vêm os direitinhos social-democratizar o partido”*. Era uma posição fácil de compreensão comum. Afastava-se a discussão em concreto para ficarmos com a etiqueta. Era fácil.

Um processo de estigmatização?

Exactamente, era fácil aplicar a etiqueta. Nós sempre nos recusámos a fazer trabalho fraccional. Nós porque a certa altura, na última Comissão Política em que participei, a maioria da Comissão Política defendia estas posições.

E foi a partir do Secretariado, da influência do Secretariado, e da mobilização, que o Secretariado fez do Álvaro Cunhal, aproveitando o prestígio que tinha no país, na sociedade e entre os comunistas, que partiu o mais feroz ataque às nossas posições ao ponto de ao Norte do país, em reuniões no Norte do país, com militantes que não me conheciam de lado nenhum, que não me conheciam, me citarem como um dos promotores da marcha para a social-democratização.

Até muito tarde aguentámos esta situação. Até porque nos era completamente impossível não reagir, e reagimos no interior do Comité Central contra isso, provocando um grande alvoroço, e muitos insultos, infelizmente muitos insultos, e depois com expressões públicas na imprensa porque já não se aguentava mais.

Além do mais estava em causa a natureza dos nossos propósitos e a honradez dos mesmos, e não desvios para um qualquer lado que não fosse o reforço da influência do PCP na sociedade portuguesa.

E é tão verdade isto que por muito que insinuassem que estávamos todos já com um pé no Partido Socialista, o que é certo é que nenhum de nós se filiou no PS ou em qualquer outro partido. Os cabeças mais activos, a direcção deste processo, uns ainda estão sem militância mas com o cartão de membro do PCP, embora sem qualquer ligação à actividade do PCP, e outros que o PCP se encarregou de expulsar administrativamente não lhe renovando o cartão. A nós, a mim, ao Edgar Correia e ao Carlos, foram para o processo de expulsão. Eu e o Edgar ainda intentámos uma acção em tribunal, contestando face aos estatutos a ilegalidade do acto produzido, mas não vingámos. Não foram acolhidas pelo Tribunal Constitucional as nossas razões.

A partir do momento em que começam a manifestar a vossa discordância, e seguramente que o conflito se foi agudizando entre o que eram as vossas posições e as posições do partido, consegue identificar temporalmente quanto tempo é que durou cada uma dessas fases; porque inicialmente não pensarem em sair, não é?

Não pensámos em sair nem estávamos dispostos a sair. Saímos, eu, o Edgar, o Carlos Brito, porque fomos expulsos. O objectivo era mudar por dentro. Continuámos a acreditar mais noutra coisa, que havia no interior do partido força suficiente para assumirmos essa mu-

dança. Isto demorou entre 89 e 2001, toda esta fase, desde o XVI Congresso. A partir do XVI Congresso é que a agudização de posições se fez. O XVI Congresso foi o último congresso em que eu me mantive na direcção do partido e quando fiz a minha intervenção fui assobiado, num ambiente já de muita crisperação e de muita instabilidade.

Antes de lhe ser comunicada formalmente a expulsão chegou a encarar a possibilidade de se antecipar?

Não, não. Considerei que era a direcção do partido que tinha que assumir essa responsabilidade e assumir a responsabilidade não admitia que diversos membros do partido tivessem posições diferentes pudessem continuar a discutir no interior do partido. O meu abandono significava o abandono de posições que eu queria manter no interior do partido. Em coerência com essa posição é que eu e o Edgar fazemos uma exposição ao Tribunal Constitucional contestando a validade estatutária em que eles fundamentavam a expulsão.

Que consequências a nível pessoal e político, sendo que quanto a este aspecto já me disse que continuou a sua actividade fora do partido?

A nível pessoal, em primeiro lugar, uma consequência foi de trinta anos depois de ser funcionário do partido ter de reconstruir a minha vida normal. Tinha família, não tinha casa, tinha que normalizar a minha sobrevivência ganhando honradamente a minha vida. Na circunstância tive alguma sorte ou algum reconhecimento das minhas capacidades porque pouco tempo depois aconteceu ser convidado para Director do Observatório do Turismo, onde me movimente bem com os conhecimentos que tinha do estudo desta actividade.

Depois, também fui rapidamente convidado, contratado, como consultor de empresas relacionado com investimentos que pretendiam fazer no Algarve, o que me permitiu consolidar financeiramente a minha vida, e a partir daí a minha vida financeira.

Nunca aspirei a ser rico mas normalizou-se, eventualmente contra o que alguns dos mais sectários membros do PCP esperariam ou desejariam. Consequências pessoais: com muita pena, muita gente me deixou de falar. Com muita pena minha, porque demonstrou-me, além do mais, mau carácter como cidadãos, intransigentes no avaliar da opinião contrária. Isso magoou-me muito, quer no plano pessoal, quer dando afinal de conta razão quanto à necessidade do pluralismo e a necessidade de liberdade, era tão necessária para a formação do dito homem novo que cinquenta anos depois de criada a União Soviética se transformou num desastre.

Em jeito de conclusão, gostaria de lhe perguntar se há algum ponto que considerasse relevante em relação à sua militância que gostasse de acrescentar.

Creio que quando se quer ser útil é-se sempre útil em alguma coisa, ou em alguma intervenção, mesmo que seja uma intervenção cívica, contribuir para que a sociedade seja melhor, contribuir para que a liberdade permaneça como um bem essencial para formação de cada cidadão e para a estabilidade e a felicidade de cada uma das pessoas. Intervir culturalmente naquilo que posso. Vou publicar agora um livro, tenho outros em preparação, não pela áurea que possa dar a publicação mas pelo contributo que possa dar na modéstia que pode ter à

sociedade. São elementos que me fazem viver.

Eu não consigo viver para lá da actividade que tenho e tenho ainda uma actividade profissional com alguma intensidade, venho aqui todas as manhãs, sou mobilizado para muitas reuniões fora de VRSA, em Lisboa, no Porto, no Algarve, isto também é uma forma de intervenção partindo de conta de que aquilo que faço é muito ligado à preservação do nosso património e da nossa memória, contra os abusos e a ausência de valorização daquilo que são as nossas raízes e as raízes da nossa cultura e, portanto, aquilo que também nos forma como pessoas na sociedade em que vivemos e no país em que estamos. Isso dá-me e ajuda-me a vida, independentemente dos factores financeiros que também permitem ter uma vida financeira estável, ter dinheiro para viajar, ter uma vida modesta e não ter dívidas.

Falou em vários momentos ao longo desta conversa na liberdade. O seu acto de adesão foi um acto livre, não se sentiu constrangido ou influenciado nessa decisão que tomou?

Não. Foi um acto livre e devo dizer, aliás, que eu não tenho nada aquela ideia de que se voltasse atrás fazia tudo ao contrário. Não comungo desse pensamento. Comungo antes do outro, que é: eu tomei as decisões que tomei, quando as tomei, consciente de que estava a tomá-las. Consciente de que foram maduramente tomadas, não foram acidentalmente tomadas. Eu tomei a decisão de aceitar o convite de integrar e ser membro do PCP porque estava convicto de que aquela era uma situação e uma posição que era útil. Como continuar depois do 25 de Abril como funcionário do partido. Ninguém me obrigava a isso. Considerei que essa era uma posição importante para consolidar a revolução, para consolidar os seus êxitos, os êxitos da revolução do 25 de Abril. Como considerei a partir de certa altura que este não era o caminho para o PCP. Todas as minhas posições são tomadas com alto sentido de responsabilidade e naquilo que me foi possível obter, naturalmente que não estou aqui a dizer que sou o melhor do mundo..., foram maduramente, responsabilmente assumidas e não tenho nenhum sinal de arrependimento. Tenho mágoa, mas não tenho arrependimentos. Continuo a ser uma pessoa feliz.

ENTREVISTA A DOMINGOS LOPES

LISBOA, RUA LUCIANO CORDEIRO, 04/06/2015

O meu nome é Domingos Martins Mourinho Lopes, sou licenciado em Direito, tenho um mestrado em “Problemas da Paz e da Guerra no Mundo Contemporâneo”, e a minha profissão é advogado. Fui militante do Partido Comunista Português entre 1969 e 2009. Fui um dos fundadores do Congresso Democrático das Alternativas, da Comissão Organizadora, e também do 3M, Movimento 3M.

Desde a Universidade fui da Direcção da Associação Académica de Coimbra, da direcção da Associação de Estudantes da Universidade de Coimbra, fui da direcção do teatro da Faculdade de Direito, do Cénico da Faculdade de Direito, fui da primeira direcção eleita a seguir ao 25 de Abril do Senado e Conselho Directivo da Faculdade de Direito, depois fui trabalhar com o Dr. Álvaro Cunhal no Governo como secretário dele, fui membro do Comité Central do PCP, da direcção do CPPC e há pouco já lhe disse que tive sempre grandes responsabilidades na secção internacional, na política internacional do PCP. É natural que me tenha esquecido de alguns cargos, mas *grosso modo* é isto. Nunca fui deputado, fui candidato num ano em lugar elegível, já não me lembro qual, mas nesse ano o PCP perdeu muitos deputados e, felizmente para mim, posso dizer, anos mais tarde, que foi das melhores coisas que me sucedeu não ter sido eleito deputado.

Quando em 1969 adere ao PCP, na sequência das lutas estudantis em Coimbra, tanto quanto sei, o que o leva a aderir, quais foram as razões?

Primeiro o ideal. A ideia de construir, estamos nos anos 60, de construir uma sociedade socialista, onde figurasse a igualdade. Depois, tocou-me particularmente aquilo que encontrei como fraternidade entre os militantes do PCP na luta antifascista. Por um lado, o lado terrível da tortura, da repressão, mas, por outro lado, a estima, uma valorização por parte do partido a essa capacidade de se poder resistir, de se poder organizar. Não havia mais nada. E esse lado, não só heróico mas também fraterno, de camaradagem tocou-me extraordinariamente. Isto é, há uma idade que é conhecida pelos sociólogos e os psicólogos em que as pessoas têm uma propensão muito maior, com 17 ou 18 anos, para abraçar causas do que quando não têm nada a perder, a não ser aquilo que ainda não são, quando têm outra idade. Não há família na sua dependência, não há empregos, não há nada. Creio que a juventude tem esse lado mais desprendido da vida.

Creio que nessa altura, esse lado fraterno e de grande camaradagem, de partilha, não só do ideal mas também desse lado de sacrífico, creio que também me tocou bastante. E depois esse lado de desafio, não é fácil. É um pouco um sonho então encontrar alguém que consiga desafiar a ditadura de Salazar, desafiar a ditadura fascista, e levar à prática esse desafio é algo que é atractivo, e sendo ao mesmo tempo um perigo representa ao mesmo tempo um ideal de desprendimento e de solidariedade.

Nessa altura, quando adere ao PCP pensava profissionalizar-se?

Não, nem nunca me passou pela cabeça. Nem naquela altura nem mais tarde. Eu penso que foi o facto do Carlos Brito dizer que ia trabalhar com o Álvaro Cunhal que alterou o meu quadro mental. Nunca me passou pela cabeça, pelo meu quadro mental, profissionalizar-me politicamente. Foi uma coisa que nem sequer imaginava, uma coisa desse tipo. Mas o facto de me terem convidado pra trabalhar no gabinete de Álvaro Cunhal e depois com Álvaro Cunhal durante o período de Governo, alterou um bocado o meu quadro cerebral, mental, se não nunca teria sido profissional da política.

No momento em que ocorre a sua adesão ao PCP qual era o seu conhecimento do programa e dos estatutos?

Era bastante. Foi preciso muitas reuniões para eu aderir. A questão da revolução democrática nacional, porque é que era intermédia e não era logo socialista, e portanto era um pouco mais “esquerdista”. Não aderi logo e também me custava dizer logo que sim sabendo que a regra de ouro do PCP era não falar na cadeia e que a tortura era violenta. Primeiro que entrasse na mente que não se falava, mesmo que fosse sob tortura, também foi muito complicado.

O programa e os estatutos tiveram alguma influência na sua adesão?

Complicaram mas depois foi-me explicado e depois percebi que era difícil passar de uma ditadura fascista para o socialismo e depois fui percebendo melhor a necessidade de uma política de alianças, de fases intermédias, que a organização de forças, o arranjo de forças para ultrapassar o fascismo era diferente de alianças para a construção de uma sociedade socialista. Portanto, isso foi ficando claro para mim, mas na altura havia muita “esquerdalha” nas universidades, havia socialismo logo de manhã, ao pequeno-almoço, não era preciso chegar ao almoço porque havia toda essa agitação, sei lá, havia a revolução cultural, o próprio Maio francês, vivia-se um período muito diferente do período actual.

Depois do militante se profissionalizar é claro que todo o tempo é dedicado ao partido, mas antes desse momento ocorrer tem presente qual o tempo médio que dedicava ao partido? Mensalmente, semanalmente, tem ideia do número de horas?

É um quadro que é difícil de explicar. É difícil de explicar aos militantes do partido, quanto mais aos outros. Repare: havendo um partido clandestino não se pode ir para a sede do partido. A força do partido foi estabelecer um critério. Como “não havia partido”, onde é que estava o partido. O partido estava onde estavam as pessoas. Foi isto que a pouco e pouco se foi queimando depois do 25 de Abril. Desde o teatro aos organismos estudantis, às organizações recreativas e culturais, aos sindicatos, era aí que estavam os militantes. Portanto, a sua acção política, a não ser os que fossem clandestinos já profissionalizados, era sobretudo dentro da sociedade. E não nos centros de trabalho do PCP e em reuniões do partido, a reunir uns com os outros, o que consome a actividade toda, actualmente. Vou-lhe dar um exemplo. Numa determinada altura, 71 ou 72, o Governo mandou lá para o Norte cortar, rebentar com todas, provavelmente até estaria correcto, acabar com o vinho americano. E outros que nós pensávamos que eram do partido, não podíamos ligar para o partido para saber se eles eram. Aquilo causou uma grande revolta na população. Tivemos de inventar o que é que havíamos

de fazer. Os pescadores queriam a lota, os gajos queriam acabar com a lota, os pescadores não queriam acabar com a lota. Não havia orientação do partido para saber o que é que se fazia à lota. Tínhamos de ligar às pessoas, misturarmo-nos com as pessoas, e orientar as lutas no sentido – mesmo que fossem locais ou por objectivos imediatos – no sentido contra o Governo, a ditadura e o regime. Daí que fosse todo o tempo e não era nenhum. É claro havia tempo para namorar, havia tempo para brincar, havia tempo para tudo. Mas dependia do grau, do compromisso que tínhamos. Se fosse na AAC, uma das coisas positivas, também em Lisboa, era uma forte componente cultural. E essa componente cultural era uma forma de resistência ao fascismo. Portanto, as pessoas estavam sempre envolvidas em actividades em que ao fim e ao cabo o rumo era contra o Governo. É claro que chegava a altura das frequências, chegava a altura dos exames e isto abrandava bastante. Não é possível dizer quantas horas. A militância política dos militantes do Partido Comunista antes do 25 de Abril, era não nos centros de trabalho, não em reuniões do partido, mas definida uma orientação pelo funcionário na reunião, era espalhados pelo país. E não podíamos telefonar ao partido para saber o que fazíamos. Agora não, há uma orientação, é preciso cumprir a orientação, tem que se fazer isto, era raro o partido dar uma orientação. A orientação era todos contra o fascismo. Eleições na associação. Mais. Havia uma prática de reuniões unitárias, que não tem nada a ver com estas reuniões de agora, que era os estudantes de Lisboa, os estudantes de Coimbra, eu depois fui expulso de Coimbra, vim para Lisboa, juntarmo-nos todos, os do partido e outros, suspeitávamo-nos quem eram os do partido, e outros, os que sabíamos que não eram e discutíamos os problemas. Não havia uma orientação para dizer os do partido votam de uma maneira e os outros votam de outra. Não. Os do partido discutiam com aqueles que não eram do partido e dali havia de sair um tipo de orientação. Completamente diferente deste tipo de orientação do partido que hoje prevalece. Completa e total. Por isso, vem depois o 25 de Abril e toda a gente nos conhecia. Imediatamente, 3 ou 4 ou 6, que éramos, passámos logo a 100, porque eram pessoas prestigiadas pelo seu papel nos períodos difíceis. Enquanto partido não deitou a mão às organizações, a expressão é figurada, retórica, antes do 25 de Abril não era possível. Se eu estava na direcção da AAC, na direcção da AEFDL, não íamos telefonar, nem ninguém nos vinha dizer não faças isto ou não faças aquilo. Era com os colegas da direcção, onde estavam gajos que eram do partido e gajos que não eram do partido que um gajo tinha que decidir.

Mas isso fazia com que o seu tempo de participação fosse, por exemplo, superior a cinco horas semanais...

Às vezes mais do que um dia.

Participava em campanhas eleitorais, nos congressos participava. Os quadros que estavam no aparelho central e a trabalhar no Comité central eram chamados a discutir questões um bocado mais acima. Não participavam nas eleições locais. Houve várias discussões sobre se participávamos na célula de freguesia ou noutras mas nunca houve uma orientação claramente definida sobre isto e o processo saía de lá com muitas horas de trabalho.

Quando havia discordância, de que forma é que essa discordância era manifestada?

Desde logo no sítio onde trabalhava que era nas relações internacionais do PCP. Muitas vezes, em determinadas alturas, fui falar com membros do Secretariado, porque ao próprio secretário-geral fui manifestar a minha discordância. Com a expulsão da Zita, com a expulsão do Vital, do Barros Moura, com Tiananmen, com o golpe de Moscovo, claramente.

E nesses momentos em que manifestava a sua discordância como era a reacção dos demais militantes?

É difícil compreender-se. Enquanto uma pessoa pensa e estabelece critérios em que entende que apesar de ter uma opinião, a sua opinião pode não ser “a opinião” mas conta, é relativamente fácil conviver com isto. Quando uma pessoa começa a perceber que não conta para isto, que não vai mudar nada, isto é, a inteligência do Álvaro Cunhal que percebia importância de estarmos todos juntos, e cedia aqui e cedia acolá, embora a orientação fosse quase sempre a que ele determinava, mas íamos percebendo que no papel que fosse determinado havia um papel para cada um. Julgo que com o Carvalhas há um esforço, que depois foi inconclusivo, para que esta geração que vem do 25 de Abril pudesse ter um papel e o partido de certa forma democratizar-se um pouco mais. Quando este processo se interrompe com a sanção ao Brito, etc., eu penso que o partido aí interrompe uma reforma que mesmo que não fosse a melhor, interrompe, apesar desta reforma já ser muito manca, acaba com a possibilidade, não direi absoluta, mas com a possibilidade de dentro dele ter sensibilidades diferentes. E que apesar de serem diferentes aceitavam que as suas opiniões não fossem as opiniões que se seguiam, mas que fossem respeitados nessas suas opiniões, num jogo em que cada um pensa que a sua opinião vai ser a dominante. Não há aqui santos. Julgo que com a entrada no período imediatamente anterior à entrada do Jerónimo de Sousa para a direcção do partido é a debandada geral deste tipo de quadros de que estou a falar. Todos estes quadros saíram do partido, quase todos. Quem é que está? O António Filipe, o Agostinho Lopes? Todos esses quadros, com maior ou menor responsabilidade no partido, maior conflito ou maior conflitualidade, por esta ou por aquela razão, saiu tudo. Da geração dos 20 aos 30 anos em 1974 penso que saiu tudo. Está o Agostinho Lopes, o António Filipe que é um bocadinho mais novo e não era antes do partido, eu não estou a ver mais ninguém.

Sai em 2009, escreve uma carta, em Setembro de 2009. Eu penso que no momento de saída de um militante de um partido há várias fases. Eu identifico três. Poderão verificar-se todas ou poderão ser só apenas duas. Eu falo em dissensão, ruptura e divórcio. O que eu pergunto é se, em primeiro lugar, consegue identificar esses momentos na sua relação com o partido antes da saída e se essas fases, no caso de terem ocorrido, em termos temporais se foram meses se foram anos?

Creio que pode haver na construção de quem está a escrever uma tese, uma dissertação, creio que percebo embora divórcio e ruptura sejam para mim quase a mesma coisa. Por mim falando, sou uma pessoa que gosto de levar as coisas até ao fim. Podia ter sido antes, depois

é que não, e levei até à última a possibilidade de alterar por dentro o partido. Porque não gosto de perder, não gosto de deixar de dar a cara, de dar tudo quanto era importante na mudança do PCP. Quando percebi que não havia, na minha opinião, possibilidade de mudar em tempo útil, saí do partido. Agora, houve muito aspecto, houve muitas vezes em que estive em desacordo com o partido. Até que ponto esse desacordo leva à ruptura ou ao divórcio? Julgo que um divórcio é uma ruptura quando cada um de nós pensa que já não tem nada a fazer naquele partido ou porque deixou de ter aquele ideal. Há muita gente que diz que deixou de ser do partido porque “aqui eu não consigo nada do que queria”. Eu nunca fui para o partido para obter o que quer que fosse. Eu ganhava seis contos e fui para o partido ganhar três e tal. Portanto, eu saí do partido porque o meu ideal no partido não era realizado. Depois de trabalhar em Praga, depois de trabalhar e conhecer bem os países socialistas, percebi bem que aquele não era o meu ideal. Saí mantendo-me na minha identidade comunista. Eu hoje sou um comunista sem partido. Há vários processos de uma pessoa sair de um partido. Por exemplo, eu recordo-me de uma conversa na Mouraria com o Pina Moura. É pá, o quê que nós vamos ser se continuarmos no partido? Mas eu não quero ser nada. Mas eu não estou a dizer isto para rebaixar ou para enaltecer. Estou a dizer que é perfeitamente legítimo que cada um, consigo, possa interiorizar esta ideia: eu, se calhar, no partido, como dizia o Pina Moura, nunca serei aquilo que eu posso ser. Porque a nós, isto é ao PCP, e também pelos outros nunca vou, imaginemos, ser ministro, ou ter um cargo de relevo que eu acho que tinha capacidade para ter. E aí uma pessoa deixa de ser do Partido Comunista e passa a ser do Partido Socialista. É o percurso normal. Houve pessoas que por esta ou por aquela razão foram para o Bloco. Portanto, eu mantenho-me fiel ao ideal comunista, que eu não sei definir completamente, mas que acho que seria uma síntese entre os direitos colectivos e os direitos individuais, naquele período em que o Gorbachov achava que era a síntese entre a revolução francesa e a revolução russa, numa conferência que ele deu na Sorbonne, que eu hoje tenho como referencial. Isto é, em que os direitos humanos individuais são respeitados e em que os direitos colectivos das grandes massas também são respeitados. Nós tivemos os direitos individuais na revolução francesa e depois tivemos na revolução russa, a partir de certa altura, os direitos individuais foram completamente menosprezados. Tem que se fazer uma síntese entre as duas revoluções para podermos ter algo que se possa aproximar dessas ideal socialista. Portanto, a minha foi ir gerindo sucessivos desacordos com o partido até ao momento em que achei que não valia a pena estar no partido porque o partido não representava já qualquer ideal para mim. E então nesse dia fui-me embora. É relativamente igual a um divórcio ou uma ruptura quando estamos a viver com um homem ou com uma mulher, depende, e chegamos a um momento em que eu não quero viver mais com esta fulana porque ela não corresponde nada, ou ela em relação a ele, daquilo que eu pensava que poderia ser. Portanto, com o PC é a mesma coisa.

Há aí fundamentalmente dois tipos de razões. Por um lado há um facto que é o não realizar o ideal no partido e, por outro, o pensar que não vale a pena...

Porque não é valorizado ou porque não vai nunca levar ao objectivo. Isto é, um partido não

é, nem pode se, feito apenas à minha imagem. Tem de ser feito à imagem de milhares de gajos. Eu posso chegar à conclusão de que aquilo que deveria ser o partido não é, mas estar dentro do partido sabendo que aquela não é a minha direcção, não é isto, mas apesar de tudo identificar-me minimamente. E depois chegar um momento em que por mais tempo que eu lá esteja eu nunca terei a possibilidade de ver o meu ideal de organização, o meu ideal político, ser reflectido num partido com estas características. É evidente que isto é um processo, nesse ponto estou de cordo consigo, nuns mais rápido, noutros mais longo, depende das características, da personalidade, do carácter de cada um, não só em relação ao partido como em relação à vida, que leva a essa ruptura.

No seu caso, as razões que o levam a sair são de certa forma as mesmas que levam a entrar...

Completamente. Aliás, se ler a minha carta, eu não mudei nada.

... com excepção do combate à ditadura que deixou de fazer sentido...

Aliás, eu tenho-me zangado com uma ou duas pessoas porque eu não mudei. As razões continuam a ser político-ideológicas. Não me sentir identificado, considerar que o partido não é um partido que respeite a ideologia que professa.

Mas a sua adesão ao partido foi um acto de liberdade...

Aí dou-lhe inteira razão.

E a sua saída também porque decorre de uma decisão que formou no seu espírito. Sentiu que para além de ter havido uma decisão da sua parte, também sentiu que foi de alguma forma impellido pelo próprio partido, pela estrutura, pela organização para sair?

Eu não saí porque a direcção queria que eu saísse, mas saí porque eles queriam que eu saísse. Uma pessoa que está num partido percebe quando há uma dissensão, quando se quer falar, quando é que se fala, como é que se fala, a forma como se recebe, como a partir de certa percebi que queriam que eu saísse do partido. E o partido nesse aspecto é uma máquina de triturar pessoas, se quiser.

E que consequências da sua saída a nível político, pessoal e profissional?

É zero. Isto é, a nível pessoal há laços de afecto, de uma vida, há quase quarenta anos, convivendo com pessoas. Não é fácil, até tendo em consideração o tipo de militância do PCP. Não é fácil. Quem sai é traidor. Para um núcleo muito restrito, e até na forma como depois se transmite e até porque as grandes saídas até às nossas saídas eram saídas de mudança de campo, havia sempre esse anátema. Vão sair porque vão à procura de uma vida melhor, vão sair porque vão para o PS, vão para direita, não aguentam. Isso torna-se difícil. A nível profissional não, porque eu já era advogado. Comecei a partir de certa altura, com o Carvalhas, a dizer que não queria ser só funcionário do partido, já tinha o curso de Direito, fui fazer o estágio. No plano da afectividade é isso. Havia pessoas com quem me dava muito bem e às vezes um ou outro vira a cara.

Continuou a ter participação cívica...

Activíssima.

O que eu lhe pergunto é se tem no seu horizonte voltar a ser filiado ou militante de um partido?

Não me estou a imaginar, mas não descarto de maneira nenhuma. Isto é, não me estou a imaginar membro de um partido. Não me estou a imaginar mas pode haver circunstâncias em Portugal em que seja necessário formar um movimento ou formar um partido. Se for necessário e se eu tiver de ajudar ou me sentir vocacionado para aí... Se no Congresso Democrático das Alternativas, corrente que defendia que não devia criar-se um movimento, tivéssemos criado um movimento de democratas alternativo e não apenas para criar um movimento com os chamados denominadores comuns, teria perfeitamente entrado. Mas não entrei no Tempo de Avançar no Livre. Não avancei, mas não quer dizer que não possa vir a desempenhar, a ser militante numa coisa que eu veja que se identifica com o meu ideal. Agora, há muita coisa para fazer no nosso país, já sou um homem idoso, já tenho 65 anos, vou fazer 66, há muita coisa que eu quero fazer. Portanto, coisa que não tive tempo para fazer, até porque esta profissão de advogado é uma coisa brutal. A outra também era. Gostaria de ter tempo para fazer uma reflexão sobre isto que estamos a falar, por exemplo, sobre as memórias, que são 40 anos de militância, gosto de escrever, tenho livros, há muito coisa que eu gosto de fazer. Não estou desempregado a esse nível.

Não saio desencantado com a política. Considero a política uma actividade nobre, não esta que se faz, mas a política como ciência, como organização dos homens, desde o Aristóteles, somos uma sociedade, temos que viver em comunidades, como é que nos organizamos, a partir de que bases, isto será sempre apaixonante para mim. E a esse nível não. Mas é preciso, como dizia o Gunther Walraf, que tinha um torcicolo porque via as pessoas passarem da esquerda para a direita. Nós vivemos um tempo terrível. O fim da União Soviética, a vitória total, absoluta, quase absoluta, deste neo-liberalismo, os valores que a sociedade cultiva são valores que não têm nada a ver com isto que estamos a discutir. São valores do individualismo, do salve-se quem puder, de uma máquina trituradora de fazer o lucro e de um altar deste novo bezerro que é o dinheiro, lucros mercados, esta loucura toda que nós estamos a viver. Esta ditadura democrática, chamemos-lhe assim, não é muito compaginável, todas as coisas têm um fim, podem demorar mais, mas um dia. Esta forma dos homens viverem, esta forma dos homens se organizarem e viverem em sociedade faz-me lembrar a obra do Thomas Moore, do Leviathan. O homem é o lobo do homem, tem de ser esta ditadura democrática, os mercados a mandarem no mundo a gente faz de conta que faz eleições. Mas para quê? Seja na Grécia, seja onde for, está tudo nos 3% do tratado orçamental, e acabou. E quem sair daqui leva "porrada", ou vai à bancarrota. Mas isto há-de ter um fim. Já se viveu pior, já se viveu em escravatura, e o que interessa é a tal rentabilidade e a competição. Se no situarmos nesta sociedade, esta sociedade não é favorável à militância. Esta sociedade é favorável a um carreiro, a uma carreira, a um sucesso, a espezinhar todos e subir. Nos anos 60, nos anos 70, mesmo em Berkeley, havia o "hippieismo", toda esta ideologia de liberdade, de uma certa libertação, ou libertária, nós hoje não temos nada disto, o que não significa que isto não

venha a ter um fim. Temos que nos enquadrar também para percebermos porque é que falta militância. É culpa dos partidos, mas não é só dos partidos. Os partidos estão encaixados no sistema. E este é o sistema. Para o PSD ou para o PCP. Quem fizer carreira dentro de um partido aceita a liderança. Quem faz uma carreira não tem nada a ver com ideal. Tem a ver com papagaios.

Como é que vê este aspecto da saída dos militantes, não apenas do Partido Comunista mas também dos outros partidos?

Deixou de haver identificação de um ideal com a organização política. A organização política, o partido político, passou a ser uma base de recrutamento, de empregos e de poder. Quem quiser ter poder e sujeitar-se àquelas regras faz uma carreira e chega a Passos Coelho.

O que se tem visto é que embora haja essa possibilidade, muita gente não entra nos partidos...

Creio que vai restringir-se mais. Cada vez mais as pessoas viverão de costas voltadas para os partidos e os partidos de costas voltadas para a sociedade. Quando a gente olha para a televisão e vê aquele friso, Marco António, Passos Coelho, o senhor das feiras, aquela senhora do mar, do ar e da terra da Cristas, o que é que tenho, o que é que as pessoas têm a ver com isto? A pergunta é: haverá algum português que sinta, eu posso perceber a atracção absoluta pelo Cunhal, ou o ódio absoluto, ou a paixão absoluta pelo Sá Carneiro, pelo “bochechas”, pelo Mário Soares, mas há alguém que possa sentir um pingão de emoção por aqueles homens?

Então há também um problema de lideranças que não apela à participação das pessoas?

Esta política, nestas condições, leva a que as pessoas se afastem. Portugal foi sempre o país, desde o Guerra Junqueiro até hoje, Camilo Castelo Branco, descrito magnificamente bem pelo Aquilino, um país de gente um bocado sem grande tradição das grandes revoluções individuais, com excepção dos anos 20 daquele século XIX, Portugal foi sempre um país onde nada acontece, praticamente. Tirando o Gomes Freire, o vintismo, foi sempre um país muito acanhado, muito no resto da Europa, muito longe de Paris, muito longe da Europa central, muito Igreja, o que é que mudou? Mudou aquele período áureo do 25 de Abril e depois voltou tudo ao igual.

Mas há alguma coisa que os partidos possam fazer para chamar de novo as pessoas à participação?

Os partidos são responsáveis por isto. Os partidos do arco da governação. E o PCP encaixou-se nisto mas diz que não se encaixou. Não quer nada que mude isto. Porque se alguma coisa fosse feita se calhar não tem o seu poderzinho de 12%. Pode correr o risco de ficar sem 25 deputados, ou 18 ou 13, ou sem cento e tal autarquias, não sei se está a ver. Toda a gente quer segurar o seu peso. O Bloco também quer. Um quer 3, o outro quer 3, 2, outro quer 1. E isto assim, eles é que são responsáveis por isto. Então faz algum sentido que o Bloco e o PCP votem 99,5 % das suas propostas da mesma maneira no parlamento e não se entendam?

Faz algum sentido que em Espanha haja o Podemos, haja o Syriza na Grécia e aqui é como se não houvesse nada? Continuamos em atomização, em atomização. Os partidos é que são responsáveis por isto. O PCP...

Então foram os partidos que viraram as costas à sociedade?

Claro, a sociedade é que lhes virou as costas. Se pregam para eles, não é? Se pregam a austeridade brutal e a seguir no parlamento gastam fortunas, as pessoas não estão para aturar isto.

Duas questões finais. Uma relativamente aos estatutos, e que é de saber se de alguma forma também convidam ao abandono da militância?

Acho que sim, acho que sim. A ideia da manutenção do centralismo democrático é a liquidação do PCP. Em período revolucionários pode não se notar, em períodos normais é impossível aceitar que haja um gajo que decide pelos outros.

Isso é cerceador da participação?

Completamente, e a reprodução do aparelho partidário.

Uma última questão que tenho a colocar-lhe tem a ver com as organizações partidárias de juventude. Têm sido muito criticadas, houve inclusivamente um entrevistado que há tempos referiu o peso desproporcionado que as organizações de juventude têm dentro dos partidos. Eu pergunto se também vê esse peso desproporcionado e se elas também são efectivamente necessárias aos partidos, ou se não são, e se elas e os partidos têm de alguma forma responsabilidade na não atracção de novos cidadãos para a participação, neste caso para a filiação partidária?

Eu penso que as organizações de juventude se foram deteriorando. E degenerescendo, tal como a militância nos partidos. Nas juventudes acontece u que estas gerações não conheceram anda. Enquanto nos partidos vão havendo gerações de militantes que se identificaram com períodos gloriosos, entre aspas, da História de Portugal, estes jovencinhos vão para as juventudes para obterem um emprego na junta de freguesia como juristas, para obterem um emprego no grupo parlamentar, para obterem um emprego como vereador, para obter depois como presidente da câmara. Não há aqui uma pinga de ideal. Portanto, entram porque há algo que os chama, que os conhece, e portanto a partir de certa altura a relação desta organização de juventude com a juventude é zero. Se eu for do CDS do PPD, do PS, se eu me der com quem mande pode ser que eu mande. Se eu mandar vou ser deputado, vou ser vereador, vou ter um emprego na junta de freguesia, vou-me colocar no aparelho de Estado. É isto que fazem as organizações de juventude. *Urbi et orbi*. Todas. Portanto, isto seca-as, tira-lhes a alma, passam a ser organizações de empregos, organizações empregadoras, que é o que hoje sucede com as organizações de juventude. Assim, tal como são, são iguais aos partidos. Piores, porque os partidos ainda têm alguma experiência. Estas não, vivem exclusivamente para terem um emprego. Se devem acabar ou não? Penso que não se acaba nada por decreto. Ficarão como estão. Ninguém lhes liga. A não ser os gajos que querem arranjar um emprego.

ENTREVISTA A DANIEL OLIVEIRA
LISBOA (MEXICANA), 02/03/2015

Daniel João Figueiredo de Oliveira, nasci em 1969, tenho 45 anos, tenho uma licenciatura inacabada, frequência do ensino superior, sou jornalista, com um tempo total de militância em diversas organizações de 25 anos. Fui dirigente intermédio da Juventude Comunista, fui dirigente associativo no Liceu Pedro Nunes e fui membro da Mesa Nacional, membro da Comissão Política, assessor de imprensa e assessor político do Bloco de Esquerda em momentos diferentes. Ao longo dos quinze anos penso que fui dirigente do Bloco durante doze. Não fui nos três primeiros porque ainda era jornalista no activo, e como jornalista numa redacção não podia ter cargos de liderança.

Fui militante da Juventude Comunista, estive na fundação do Bloco, na Política XXI, que é uma organização que oficialmente não é um partido embora tivesse sido um partido, e é agora o Fórum Manifesto, e depois estive na fundação do Bloco [de Esquerda], tinha trinta anos, fui militante e dirigente.

Quanto às razões que levaram a aderir, na juventude é-me muito difícil separar as razões ideológicas das razões de biografia pessoal. Elas misturam-se. Eu era de uma família comunista, o meu padrasto, que foi quem foi o responsável pela minha formação intelectual e política, foi deputado à Constituinte. A minha mãe foi a primeira mulher presidente de um sindicato em Portugal, muito politizada e militante, e a minha entrada na Juventude Comunista era quase inevitável.

Há razões familiares mas eu era muito politizado por causa da minha família, por isso é que se torna muito difícil separar as duas coisas. Tinha doze anos, era um miúdo, mas era invulgarmente politizado para a minha idade. Eu lia jornais com doze anos, todos os dias, via os telejornais, acompanhava a política. Também eram outros tempos. Estamos a falar de 1982. O 25 de Abril tinha sido há sete anos, portanto uma coisa muito presente, a política era uma coisa muito mais presente do que é hoje. Era de facto invulgarmente politizado, a política entrava por via familiar e tinha um peso ideológico muito forte.

As razões porque saí da Juventude Comunista, essas sim foram estritamente ideológicas. Saí da Juventude Comunista uma semana antes da queda do Muro, em Novembro de 1989. Não me caiu em cima por pouco. Aí saí por divergências de longa duração. Os meus conflitos dentro da Juventude Comunista começaram relativamente cedo, cedo para a idade que eu tinha, porque tinha catorze/quinze anos. E foi por via estritamente pessoal porque a minha família continuou toda no Partido Comunista muitos anos depois de eu sair. E alguma ainda está. Foram conflitos que tinham que ver com o período histórico que vivi. Diria que os primeiros acontecimentos foram os conflitos na Polónia. Era um adolescente mas não era só um adolescente. Eu não entrei para uma juventude partidária como forma de socialização. Entrei porque me interessava muito por política e a maior parte dos meus amigos não tinha nada a ver. Participar era natural em mim. Há muita gente que entra, e isso é natural, não tem nada

de mal, como uma forma de socialização, porque os amigos estão. Não era o meu caso. Eu era do Pedro Nunes que era um liceu muito de direita. Os meus amigos não eram comunistas, longe disso. E desse ponto de vista a família teve um peso muito grande, mas a questão ideológica esteve sempre muito presente.

A entrada no BE é completamente diferente. Eu tenho um percurso político ininterrupto, mesmo que não militante. Veja: eu saí da Juventude Comunista, fiz parte do INES, que foi um grupo de pessoas que saiu do PCP, desapareceu rapidamente, fiz parte da Plataforma de Esquerda, onde estava o Pina Moura, o Barros Moura. Eram mais associações políticas; mantive sempre a minha actividade associativa cívica. Mantive como mantenho hoje. Faço parte de uma associação de pais, isso é uma coisa absolutamente normal em mim. E a actividade política nunca a abandonei mesmo quando não tive militância política. Estive sempre em organizações políticas não partidárias. Portanto, a minha entrada no Bloco não é uma entrada individual, é uma entrada colectiva.

Eu fazia parte da Política XXI, que depois se veio a chamar Fórum Manifesto. Quando o Bloco se formou passou a chamar-se Fórum Manifesto, como ainda hoje se chama, e eu entrei colectivamente na fundação do Bloco. Aí a minha militância é atípica. Não há muitos fundadores de partidos, os fundadores dos partidos não entraram nos partidos. Tenho uma certa dificuldade em explicar por que entraram ou não entraram porque o fundaram. A fundação do BE corresponde a um período que começou com a minha saída do PCP. Eu depois ainda apoiei o PSR, mas como independente. Apoiei, participei na campanha mas de uma forma relativamente distante, como independente que me mantive e fui sempre tendo actividade política ligado a pessoas vindas do Partido Comunista. E é isso que me leva em colectivo à fundação do BE. Eu não aderi individualmente a um partido a não ser na Juventude Comunista que foi o único sítio onde eu aderi individualmente. Fora isso aderi sempre em projectos colectivos. O mesmo acontece agora com este movimento em que estou envolvido, em que há o mesmo Fórum Manifesto que participa nele. Eu não estou a aderir sozinho, estou a fazê-lo colectivamente e isso tem a ver com a natureza das minhas convicções. Com a natureza do meu tipo de militância política que também é um pouco diferente da militância da maior parte das pessoas. Eu saí do PCP, tenho grandes divergências políticas e ideológicas com o PCP, mas sou uma pessoa que acredita profundamente na actividade colectiva, na militância colectiva, e que tem alguma resistência ao mero activismo individual.

Quanto à saída do BE, a principal razão, mais uma vez; ... não se sai de um partido num dia. Nos últimos quatro anos em que tive militância no Bloco tive divergências quanto à estratégia do Bloco, tive divergências ideológicas, mas essas tive-as desde o dia em que o Bloco nasceu. Nunca as escondi mas achava que eram conciliáveis. E eram. E achava e acho. Eu considerava-me um social-democrata de esquerda. Havia muita gente no Bloco que estava muito longe disso, para não dizer a maioria, mas achava e continuava a achar que só há uma resposta de esquerda antiliberal que consiga juntar correntes de esquerda com correntes social-democratas de esquerda, com correntes marxistas, e correntes libertárias; essa minha

opinião não mudou. É a mesma. E continuo a achar exactamente o mesmo, porque temos de mudar o sítio onde se faz a clivagem. A minha saída do BE tem a ver sobretudo; as questões de funcionamento terão alguma importância, no sentido de que o BE foi agravando uma tendência centralista, com dificuldade crescente em viver com a divergência. Formalmente, de um ponto de vista estatutário, o BE é um partido democrático, com todas as garantias, mas de um ponto de vista cultural, do ponto de vista da cultura de partido isso tornou-se cada vez mais difícil. Mas a razão principal não foi essa. A razão principal teve a ver com uma divergência estratégica e de fundo, que tem a ver com o facto de eu considerar que um movimento político à esquerda deve ter como primeiro objectivo participar na governação do país, para mudar a governação do país, e é convicção, expressa ou não expressa, largamente hegemónica no BE que a função daquela área política é organizar apenas a resistência e adiar sempre qualquer tipo de resposta de poder. E essa é provavelmente a minha divergência mais profunda com o Bloco e aquela que acabou por motivar a saída.

Foram cerca de quatro anos [o processo da dissidência]. E já na Juventude Comunista foram cerca de quatro anos. Eu na Juventude Comunista tenho um pouco mais dificuldade porque tenho de puxar muito pela memória, porque foi há muito tempo. Lembro-me daquele que foi o momento da dissensão, que foi quando se quebrou o encantamento. Para quem não tem uma relação estritamente instrumental com a militância, e eu acho que se deve ter uma relação instrumental com a militância, ainda assim é natural não ter uma relação estritamente instrumental, uma relação emocional, que é inevitável, e que deve ter e deve existir, e não ser tão exagerada que nos impeça de perceber que somos militantes de um partido porque queremos agir politicamente. Mas quando se quebrou esse encantamento foi seguramente quando eu fiz a escola de quadros do PC. Eu fui um dos mais jovens, tenho a certeza, até à altura de a fazer, em 84/85, teria catorze anos. Era uma escola de quadros para adultos. Fui com alguns jovens, nenhum da minha idade. Era muito ingénuo, tinha idade para ser muito ingénuo, tinha muitas inquietações, também elas um pouco pueris para dizer a verdade. No caso da Polónia, porque é que os operários estavam contra nós? Para mim era fácil perceber porque é que o capital e a Igreja estavam contra nós. Porque é que os operários de Gdansk estavam contra nós, isso para mim, na minha ingenuidade, era uma coisa difícil de perceber, de compreender do ponto de vista ideológico. E esperava muitas respostas que não tive. Pelo contrário, tive uma reacção hostil. Gostava de pensar, não era um carneiro, aquilo foi um choque razoável. Perceber que os camaradas não tinham resposta para mim foi uma coisa perturbante.

Tenho mais dificuldade em dizer-lhe qual foi o momento de ruptura. Que terá sido seguramente um ano antes de eu sair. Um, dois anos. Eu lembro-me que tentei sair um ano antes. Fui convencido a não sair. Isso também é muito habitual acontecer. Há um momento em que nós sabemos que queremos sair, mas estamos sobretudo envolvidos com outras pessoas. Essas pessoas vão-nos convencendo a ficar, que ainda vale a pena. Lembro-me que houve um período de um ano, ainda escrevi. Ninguém sabia quem eu era. Sabiam os militantes, porque escrevi um texto com outras pessoas, muito crítico em relação ao próprio funcionamento.

Aí já não tinha a ver com questões ideológicas, era com o funcionamento da juventude Comunista. Lembro-me que o meu texto era sobre a funcionalização da Juventude Comunista. Quer isto dizer, a tendência para transformar em funcionários jovens quadros, que era uma forma que eu considerava de criar dependências financeiras, dependências orgânicas, e para mim, tão grave quanto isso, destruir a formação académica de quadros políticos, que eu considerava também que era uma forma de desqualificação dos quadros políticos. Nós tínhamos processos de funcionalização aos dezoito anos, era um absurdo. E mais: transformar uma juventude política num espaço burocrático.

Já no fim as divergências ideológicas eram bastante profundas mas raramente se sai de um partido político pelas razões que nos levaram a ir afastando dele. É preciso a gota de água e a gota de água é um acumular de situações. A gota de água foi uma questão sem importância nenhuma, se bem me lembro, que foi a não eleição para a direcção da Juventude Comunista de um quadro que tinha sido deputado, por sinal um excelente deputado, só porque era heterodoxo. Esse deputado acabou por ir para o Bloco e está agora neste projecto em que estou, é o Rogério Moreira, que entretanto é meu amigo. Na altura não era. Mas foi a gota de água. Nunca sairia por causa disso. Foi a desculpa final que eu precisava para sair. Para mim, a saída da Juventude Comunista era uma decisão emocionalmente difícil para quem vinha de uma família onde havia treze ou catorze militantes do Partido Comunista. A minha família também não reagiu nada mal. Eu não tinha uma pressão da família para ficar. Havia uma pressão para mim próprio. Ser do Partido Comunista fazia parte da minha identidade. Não era comparável com o Bloco de Esquerda. Aí era uma coisa...; a Festa do Avante era a minha festa do Natal, por assim dizer, também tinha a minha festa de Natal, mas o que eu quero dizer com isso é que era uma coisa muito presente. Mesmo já não sendo do Partido Comunista, a minha família ainda é. A cultura comunista pesou muito até naquilo que eu sou como pessoa.

Com o Bloco de Esquerda é mais fácil identificar porque aí a minha dissidência faz-se como dirigente, o que é um pouco diferente. Primeiro porque a dissidência é mais difícil, porque é público, todo o processo faz-se publicamente. Depois porque tem mais consequências, não tem consequências só para nós, tem consequências para outras pessoas. E depois é mais difícil fazer o que se faz numa militância que é deixar a militância adormecida, que foi o que eu fiz na Juventude Comunista em dada altura. Acontece muito nos partidos. As pessoas mantêm-se militantes mas sem actividade. Na realidade já saíram. Já se separaram mas ainda não assinaram os papéis do divórcio.

Quer num caso como no outro houve formalização, mas isso tem a ver com a minha personalidade. Para mim era impensável estar e não estar num sítio. No caso do Bloco escrevi uma carta pública. A minha saída era um facto evidente, um facto político, qualquer que fosse a relevância que tivesse, e foi um facto político. E eu não poderia deixar de justificar a minha saída com um texto político. E aí um texto com cinco páginas. Na Juventude Comunista entreguei uma carta de demissão com dois parágrafos, sem sequer nenhuma justificação política. Fui lá entregar em mão. No Bloco entreguei e enviei, aliás, aos membros da Comissão Políti-

ca, antes mesmo de torna-la pública. Enviei por e-mail à Comissão Política e a alguns amigos mais próximos do Bloco.

Eu sempre tive algumas divergências com a linha da Direcção do Bloco, várias coisas, mas todas “geríveis”. Eu próprio fui da direcção do Bloco. Estiveram sempre dentro desta participação no poder, um bocadinho contra, e que tinha que ver com culturas políticas diferentes. Eu não venho da extrema-esquerda, e há uma cultura de contrapoder que nem sequer é a cultura do PCP, mesmo que eu a tenha absorvido a do PCP, não é a sua cultura. E há uma cultura da extrema-esquerda que nunca foi a minha. Uma cultura de contrapoder pura e simples, aversão à ideia do poder e essa nunca foi a minha cultura. Mas não era uma divergência apenas minha. Havia encontros de cultura e havia ali um lado, dentro do BE, para quem isto era um pouco estranho, algures entre a extrema-esquerda e os libertários.

A ruptura dá-se num primeiro momento mais complicado, realmente mais complicado, quando o BE retira o apoio ao José Sá Fernandes em Lisboa. É claro que há um lado pessoal que pesa um pouco, que é o facto de eu ter sido director de campanha do José Sá Fernandes e, portanto, estar mais perto do problema. Eu já estava desligado, na altura eu já nem trabalhava no Bloco, penso que já não era sequer da Comissão Política. Esse é um momento de dissensão público, porque na realidade eu saí da Comissão Política sem ser em conflito. Numa nova eleição eu peço para não ser reeleito sem qualquer ..., porque havia uma sensação minha de que o Bloco não ia aproveitar o momento grande quando chegou aos 10% para fazer política. E essa sensação está cada vez mais presente, em especial quando se está no centro. Percebe-se se há uma perspectiva das pessoas de que se vai fazer qualquer coisa com aquilo ou se se está só a torcer para não contar o suficiente para mais uma vez se ficar a acumular forças. E essa foi a minha divergência. Eu sabia que existia, não foi uma surpresa. Sabia desde o primeiro dia quando o Bloco nasceu, mas quando nós estamos num movimento de convergência acreditamos que o nosso ponto de vista vai prevalecer. Mas o momento de dissensão foi esse, foi o primeiro momento dentro do Bloco em que eu divergi de uma forma clara e pública.

Desse ponto de vista não há um momento de ruptura. Mas há um momento de ruptura quando eu ajudo a organizar a lista da oposição interna. É um momento de ruptura com a Direcção quando eu decido apoiar - a lista não fui eu que a fiz, a lista estava já em nascimento -, vieram ter comigo, já tinham vindo várias vezes por eu ter um discurso um bocadinho, bastante, desalinhado com a Direcção, mesmo quando era da Direcção, mas eu nunca tinha tido vontade de me envolver numa lista da oposição. Ou estava na lista da Direcção ou

Na antepenúltima já não concorri à Mesa Nacional, fui exclusivamente delegado à Convenção. Já foi depois do momento de dissensão, mas não tomei posição. Lembro-me que fiz uma intervenção na Convenção sobre a Palestina, não me quis envolver em confrontos internos. Na altura era uma questão muito importante porque estava a acontecer qualquer coisa na Palestina, mas era obviamente algo que passava ao lado das clivagens do Bloco, não me quis envolver nessas clivagens. E na penúltima Convenção já estive numa lista de oposição.

Não concorri à Mesa nacional porque eu não tinha, não queria voltar a ter cargos de direcção. Na realidade, mais uma vez; estou aqui a cometer um erro, há um momento de ruptura que é quando o Bloco não vai à *troika* e, sobretudo, quando apresenta a moção de censura. Apresenta uma moção de censura que não quer que seja aprovada, faz uma justificação pública para a direita não votar a favor. E aí eu tomo uma posição muito violenta em relação à direcção do Bloco. Nunca tinha tomado uma posição tão violenta, o que aliás levou aos primeiro confrontos mais agressivos dentro do Bloco. A posição que eu tomei sobre Lisboa deu direito a umas escaramuças, mas os dirigentes do Bloco mantiveram sempre a compostura em relação a mim, mesmo pública, foram sempre muito cuidadosos, até pela exposição pública que eu tinha. Foram sempre muito mais respeitosos comigo do que foram com outras pessoas que tinham menos capacidade de defesa. Estar todas as semanas na televisão obviamente pesa. O momento de ruptura foi sobretudo a moção de censura, que veio num momento absurdo, a seguir ao Bloco ter apoiado o Manuel Alegre. Aquilo era claramente um pedido de desculpa, havia pressões e eu acompanhei o processo interno, havia uma pressão da UDP e da linha mais radical do Bloco para apresentar a moção de censura. E quando ela foi apresentada ficou para mim claro que havia um lado que tinha ganho. Era o lado mais ortodoxo que tinha ganho o processo interno no Bloco. Ficou claríssimo. Não só para mim. Toda a gente percebeu o que estava a acontecer ali dentro. O Bloco tinha cedido àquele lado, foi um erro que veio a pagar mais tarde. Aí foi o momento de ruptura. Aí eu quis sair do Bloco. Disse-o a amigos muito próximos, entre os quais o Miguel Portas, que me convenceram a não o fazer ainda, a esperar. Sabiam que a minha saída ia ser inevitável, mas [para] não o fazer naquele momento, que era um momento de especial fragilidade para o Bloco. Logo a seguir teve as eleições em que passou para metade da votação. Era um momento em que o Bloco estava numa situação especialmente difícil. Também pesam muito as lealdades internas para uma pessoa demorar a sair e o querer tentar fazê-lo, não é prejudicando o menos possível, mas no momento em que prejudica menos. Não faz sentido sair às escondidas, até porque obviamente prejudica. Sair é uma tomada de posição, se não é cansaço, e eu nunca saí por cansaço. Prejudica e obviamente pretende prejudicar, não o partido, mas as pessoas, a linha política, mas não se pretende fazê-lo num momento em que esse prejuízo possa ser fatal. Quanto a esse ponto de vista eu esperei. A seguir às eleições começou a desenvolver-se uma lista de oposição interna, e eu aí não saí mais uma vez, estive a contribuir para isso, mas uma das razões para que eu não fui para a Mesa Nacional foi porque eu tinha a convicção de que seria difícil acontecer qualquer coisa naquela Convenção para eu ficar. E aí esperei algum tempo e houve até um episódio que até não foi público, de pormenor, que me levou a perceber, não foi indiferente e teve a ver com a escolha de uma pessoa, mais uma vez, foi o veto feito a uma pessoa para um cargo absolutamente insignificante a uma pessoa que tinha obviamente um peso político que nem sequer correspondia àquele lugar. Tínhamos chegado ao grau máximo do sectarismo e a uma exclusão que era feita por razões político-ideológicas. Fez-me perceber que o Bloco estava numa deriva que não tinha já retorno. O meu grande medo confirmou-

-se: o Bloco destronou o PCP para pior. Não do ponto de vista do funcionamento democrático mas com muitos dos problemas do PCP sem praticamente nenhuma das suas qualidades. O PCP é um partido de grande implantação social e o Bloco é um partido com uma implantação social próxima da nula. Ou seja, o Bloco perdendo a sua capacidade de abertura, de inclusão, que era a sua vantagem face ao PCP, não lhe sobrava nada que anime na crise.

E depois há as relações pessoais que também contam. Quando se entra num processo de confronto interno, isso tem visibilidade nas relações humanas, as relações degradam-se, tornam-se hostis, e muitas vezes participar na vida do partido torna-se uma coisa penosa. Estar numa reunião onde nós sabemos que uma parte razoável das pessoas que ali está olha para nós com hostilidade torna-se desagradável. A militância torna-se um fardo, em vez de se tornar prazer, e eu não acredito na política ...; e aí eu desconfio imenso de pessoas que dizem que fazem imensos sacrifícios, porque eu não quero ninguém a fazer sacrifícios para fazer política porque depois a política se vai vingar em mim, e eu acredito que a política tem de estar associada ao prazer. Quase tudo na nossa vida é político, é participação cívica, tem de trazer consigo o dever, evidentemente, e eu faço muitas coisas na política porque têm de ser feitas, mas depois têm de ter uma recompensa e a recompensa para mim não é nem material, nem de carreira. É do prazer de fazer as coisas. E quando saí do Bloco posso dizer-lhe que os dois últimos anos de militância no Bloco foram penosos. E são mesmo penosos. Penso que é muito difícil para as pessoas que estão de fora, que falam em lavar roupa suja, perceberem como a militância numa posição de minoria, sobretudo em partidos como os partidos de esquerda, com alguma cultura de seita, pode ser muito dolorosa nas relações humanas.

Nunca senti a minha liberdade cerceada. Nem no Bloco nem no PC. Senti que havia quem a quisesse cercear, mas aí tenho mesmo uma personalidade em que isso não é possível sequer, e no PC já era assim. E o PC que é muito avesso a esse tipo de coisas, e eu tenho uma educação, incluindo a minha educação, que é dada por comunistas, em que eu posso, assumo o espírito colectivo, e, portanto, sou capaz de calar divergências se considero que elas não são relevantes; se calhar o que é normal em qualquer colectivo e não só num partido. Acho que é tonto que quem ache que diverge do colectivo em cada momento tem de pegar no megafone e dizer que diverge. Não fazemos isso na família, não fazemos isso no trabalho, porque é havemos de fazer isso nos partidos? Internamente manifesto sempre as minhas posições, a não ser quando era da direcção. Manifestava mas com cuidado, com maior reserva, fazia parte de uma direcção que tomou as decisões. Quando se é dirigente manifesta-se a posição de uma forma muito clara dentro dos órgãos dirigentes, e aí tem-se a obrigação de ser muito claro nas divergências, de forma menos clara para o resto do partido, de forma ainda menos clara para o exterior. Claro que à medida que temos menos responsabilidades a nossa capacidade de clareza para o exterior é maior. É evidente. Mesmo assim, enquanto dirigente, várias vezes manifestei divergências que eu considerava relevantes. Relevantes ou o contrário, inofensivas. Saber a posição do Bloco sobre as touradas não tem importância nenhuma, sempre manifestei a minha divergência. Não fiz disso..., não andei a dizer que eu

divirjo do Bloco. Agora, até pelo papel que eu tive, que é um pouco atípico, de facto há dez anos que tenho um programa de televisão, há dez anos que escrevo, escrevo em jornais, é quase impossível não mostrar as minhas divergências públicas. Dou a minha opinião sobre as coisas e muitas vezes o que aconteceu na maior parte das vezes até entrar em foco era que as minhas divergências eram manifestadas até sem as explicitar, no sentido em que eu dava a minha opinião e não falava da opinião do Bloco. A minha opinião era diferente e depois quem quisesse ver essas divergências via, comparava. Só não escrevi enquanto dirigente do Bloco, só mesmo depois da ruptura é que passei a expressar isso de forma clara. E quando isso ganha uma determinada dimensão pode-se tornar muito hostil. E em partidos como o PCP, em maior grau, mas também em partidos como o Bloco de Esquerda, rapidamente isso é pessoalizado. Ou seja, a imagem do traidor, e tudo o resto, rapidamente se cola às pessoas e é muito dolorosa. Eu não deixo de dizer o que penso mas é doloroso. E eu lembro-me, quando foi a história do Sá Fernandes, de estar perante uma assembleia de cem pessoas sozinho, a tomar uma posição contra o Luís Fazenda. Parece fácil mas não é, não é, não é fácil.

No momento da entrada duvido que com doze anos conhecesse os estatutos. O programa conhecia, o programa do PCP era bastante conhecido. No Bloco foi diferente porque ajudei a fazer o programa. Nos estatutos não tive muita intervenção. Não é uma área que me costume ser dada, não é uma área de apetência. Quando eu entrei não existiam, foram feitos. Os estatutos e os regulamentos internos não tiveram qualquer influência na minha militância. Não têm e raramente têm. Eu agora até estou a criar um movimento político, que não tem estatutos mas tem princípios orgânicos que é uma coisa semelhante aos estatutos, em que eu até participei na sua formulação, concordando com umas coisas e discordando de outras, como é natural, mas evitando sempre. O Bloco tem uns estatutos que tirando um ou outro pormenor é muito difícil, ao contrário dos estatutos de um partido tradicional, ao contrário deste movimento que estou a criar, mas dentro do estatuto de um partido tradicional, tem um funcionamento absolutamente democrático, mais democrático do que os do PS ou do PSD, e os do CDS. Eu considero que a coisa fundamental - apesar dos estatutos serem importantes - dos estatutos servem, do meu ponto de vista, regulam a divergência. A principal função dos estatutos de um partido é regular a divergência. Os estatutos são relativamente indiferentes quando não há.

Mas a coisa fundamental num partido é a cultura política desse partido, que se molda e que se vai forjando pela prática, pelo exemplo que é dado pelos seus dirigentes. Por exemplo: o Bloco é um partido que durante anos não teve secretário-geral e era um dos partidos mais personalistas que existiu em Portugal. E no entanto não tinha um líder. Eu bati-me durante muito tempo para que o partido tivesse um coordenador no estatutos. E não teve durante muito tempo. E bati-me por isso contra o excesso de personalização do partido, considerando que só se formalizássemos a existência do coordenador é que poeríamos libertar os poderes do coordenador. Não o tendo formalizado os poderes eram absolutos quando na realidade, formalmente, o coordenador não existia. Ou seja, o que eu quero dizer com isto é que o Bloco não passou a ser intolerante com a divergência interna por razões estatutárias. Garantiram-na

sempre e, como se tem visto, de uma forma exemplar.

No PCP os estatutos são de tal forma blindados que criam bloqueios. E aí eles são relevantes. No PCP os estatutos eram relevantes porque criavam bloqueios, tornavam até impossível a representação da divergência. Mais, permitiam a criminalização, por assim dizer, do ponto de vista estatutário, da divergência. Isso era um problema. Na maior parte dos partidos os estatutos ou as alterações estatutárias têm importância política relevante. Mas eu continuo a achar que a cultura política de um partido e o exemplo dado pelos dirigentes; a razão principal pela qual o Bloco de Esquerda se tornou num partido intolerante com a divergência foi porque os seus dirigentes se comportaram publicamente de uma forma intolerante e alimentaram essa cultura política, e isso não se estatui. Estatui-se, é manifesto, isso foi um dos fundadores do Bloco, que teve sempre uma estrutura estatutariamente bastante ligeira, que permitira aliás bastantes abusos, por ser ligeira, e no entanto tem um das marcas que levou muita gente a aproximar-se dele mas que não entraram para o Bloco com o manifesto, tinha que ver com a sua enorme tolerância em relação à divergência. E isso era cultural e tinha a ver com os seus dirigentes. O Miguel [Portas], por exemplo, tinha essa característica muito evidente. Portanto, tinha a ver com uma cultura política, muito mais do que com os estatutos.

Quanto ao tempo consagrado à militância isso dependia dos períodos. Se estiver a falar dos últimos quinze dias cerca de 60h por semana. Nalguns momentos do Bloco de Esquerda também, mas aí vou retirar os quatro anos em que fui assessor, em que a minha militância se confundia com o meu trabalho profissional. Eram todas as horas de trabalho, basicamente. Fora isso, o normal para mim, num período normal, que não seja de campanha eleitoral, eram umas 5/10 horas por semana, num momento em que não tenha responsabilidades de direcção. Se dividir pela minha vida calculo que terei dedicado em média umas 10h por semana à militância.

Consequências das minhas saídas para a minha vida pessoal? Tiveram antes. Eu tenho um problema com quem se zanga comigo por razões políticas. As relações de amizade que eu tinha não foram afectadas com a minha saída, foram afectadas antes. E que me lembre, na minha vida, só houve um corte numa relação que eu considerava de amizade, e não houve o corte quando eu saí. No processo, é geralmente aí, quando se sai normalmente já se passou essa fase. Houve um corte de relações, é claro que houve um lado que afecta, mas eu não tenho... A esmagadora maioria dos meus amigos, ao contrário do que é habitual, e é pouco habitual nos partidos políticos, e sobretudo nos partidos políticos com determinadas características, a esmagadora maioria das minhas relações não são pessoas da política. Grande parte dos meus amigos não são e essa foi um das coisas que facilitou, geralmente, tornou mais fáceis as minhas saídas. Eu tenho alguns amigos, como é natural, nos partidos onde militei, tenho nos dois, mas a esmagadora maioria dos meus amigos não é dos meus partidos, está-se nas tintas para a política. Uma das coisas que aliás tem sido uma mais-valia na minha vida política é que a maioria dos meus amigos “se esteja nas tintas para a política”, liga tanto à política como o comum dos cidadãos. São amigos de liceu, de faculdade, amigos que eu

mantive ao longo da vida. Também nunca tive relações amorosas dentro das organizações políticas. As pessoas com quem tive relações, com quem vivi, também não tinham nada que ver com a política. Tenho uma grande necessidade de separar. Fiz, tenho amigos na política, fiz amigos que são hoje grandes amigos meus, mas a generalidade dos meus amigos não são do mundo da política. E isso diminui as consequências pessoais de uma saída. Mantive os meus amigos praticamente intactos em qualquer saída.

Esta militância [agora] não é partidária porque é um movimento de cidadão. Eu já sonhei algumas vezes não ter militância política. E já percebi algumas vezes que isso é impossível. Eu chego a um sítio, se não é militância política é militância cívica, faz parte da minha educação. Fui educado de uma forma muito firme. Neste momento não sou militante de nenhum partido. Neste momento, posso avançar, estou envolvido no Livre, sou membro do Fórum Manifesto mas não tenho militância partidária. Não tenho nem é expectável que venha a ter, porque isto é um movimento de cidadãos que envolve organizações políticas, que envolve um partido, mas eu estou enquanto não militante de um partido. Não [não encaro a possibilidade de voltar a ser militante]. Não tenho nenhum preconceito nessa matéria, não está nos meus projectos. Eu acho graça às pessoas [que dizem] “este andou a saltitar de partido em partido”, não consigo sequer compreender. Os partidos não são relações amorosas. Eu devo dizer que tenho, apesar de tudo, de uma série de anos, uma relação pouco emocional com a militância. Muito menos que a maior parte das pessoas que eu conheço. Ou seja, eu acho que não é necessário as pessoas andarem a fazer períodos de luto. A militância tem um lado emocional mas deve ser sobretudo instrumental. Nós militamos numa organização política para podermos agir colectivamente na sociedade. E desse ponto de vista faz todo o sentido abandonarmos a militância num partido quando achamos que ele deixou de cumprir a essa função. Eu conheço muitas pessoas e maior parte das pessoas não tem esta relação com a militância. É uma relação emocional e de (...). E devo dizer que sou bastante alérgico a isso. Deixe-me dizer que eu tenho um problema grave do ponto de vista pessoal, se calhar mais psicológico, que é eu ter uma relação conflituosa com a minha própria militância. Por um lado sou individualista, pela minha natureza, sou uma pessoa cujos trabalhos que gosta de fazer são trabalhos individuais, de escrever, sou provocador, que é uma coisa que não dá muito jeito no trabalho colectivo. Por outro, não concebo uma intervenção cívica sem uma intervenção colectiva. E, portanto, eu vivo sempre nos partidos este conflito, que é ter uma enorme falta de paciência pelo lado tribal da política, não consigo aderir com facilidade a isso, e isso é muito importante para a construção de uma organização política e eu tenho consciência disso. Isso é muito importante mas eu não adiro emocionalmente a ela. E por outro lado perceber isso, que é fundamental, que é importante, e que eu quero ter intervenção colectiva e isso cria-me sempre um problema. Desse ponto de vista eu sou um eterno dissidente.

Não é que me esteja sempre a chatear, eu até nem sou conflituoso nas organizações onde estou, mesmo nas relações pessoais, mas porque estou sempre numa situação necessária mas um pouco desconfortável na minha militância.

Não tenho assim mais nada a dizer, mas quero dizer uma coisa, porque as pessoas estão a afastar-se da militância e eu não sei se irá desenvolver sobre isso. Eu acho que há um equívoco. A maior parte das pessoas acha, e eu depois posso mandar-lhe um texto que escrevi, até a propósito deste movimento que estamos a criar. Eu comecei por escrever um texto, até para consumo interno, mas depois adaptei-o para uma coisa para fora, e que é esta ideia de que as pessoas se afastam da militância primeiro porque toda a nossa vida colectiva caminha para um lado inverso ao da militância. Ou seja, nós não temos um jornal, lemos um bocadinho de notícias de cada lado, a nossa família deixou de ser uma família fixa, é móvel, nós não temos uma empresa para a qual trabalhamos, nós saltamos de empresa para empresa, somos trabalhadores por vários sítios. Ou seja, se todas as instituições que regulam a nossa vida são instáveis, é muito difícil que as organizações de mediação, como são os partidos políticos, mantenham a sua natureza. E o problema é que vivemos um período onde o velho não serve e o novo também não. Essa é uma das razões. Há uma atomização da sociedade e os partidos não conseguem representar essa realidade. Por outro lado não temos nenhuma estrutura que consiga e continuamos a precisar de representar. Esta é uma das razões que leva as pessoas a afastarem-se da militância e porque existe um pouco a ideia de que os partidos devem mudar para chamar as pessoas para a militância. Eu compreendo e até faço um esforço neste movimento para isso acontecer. Mas acho que é muito limitada essa capacidade. O problema não está exclusivamente nos partidos. O problema está na capacidade de representar uma realidade que está sempre em excesso de movimento. É difícil nós caminharmos sobre lodo e mesmo que a gente comece a caminhar mais devagarinho, ou aos saltinhos, enterra-se na mesma. Isto é uma razão. Outra é porque a própria acção política, com o processo de globalização, tem um retorno em resultados muito mais difícil de sentir, o que torna a militância muito menos gratificante. A crise da militância política é como a Igreja quando andou a pensar na crise das vocações e nunca lhe ocorreu que o problema podia não estar na Igreja podia estar mesmo no Céu, e na sociedade, e no papel que as Igrejas podem desempenhar, ou que já não podem desempenhar. Desse ponto de vista até tenho uma visão, se quiser um pouco mais cínica, não é cínica, mais cautelosa, ao que há uma excitação enorme. Eu estou num processo que até vai ter primárias e para a escolha dos deputados. Eu estou aberto e até estou com uma postura aberta às inovações que se encontrem nesse campo para responder a algumas ansiedades das pessoas, e é verdade que há algumas que respondem, mas respondem de uma forma muitíssimo imperfeita porque o problema é mais profundo do que esse, e uma das coisas a que eu tenho sempre o cuidado de defender é que, muito bem, temos de nos defender por abrir os partidos à sociedade mas ter em conta que na sociedade não estão só coisas maravilhosas. Quando abrimos os partidos à sociedade também abrimos aos lobbies, também abrimos aos interesses organizados. Existe um bocado esta ideia de que há um mundo podre nos partidos e um mundo maravilhoso na sociedade que quando se abre entra o ar fresco extraordinário. Não, às vezes abre-se e não entra um ar fresco, entra um ar bastante desagradável. Acho que há um discurso simplista sobre as razões profundas. Eu acho que os

partidos devem ter algum cuidado no sentido de abrirem-se, procurarem estratégias mas não deixarem de ser partidos políticos. Eu estou num movimento de cidadãos e defendo que deva haver movimentos de cidadãos. O que não defendo é que os partidos se devam transformar em movimentos de cidadãos. No meio da tormenta, da tempestade, as pessoas continuam a necessitar de uma jangada qualquer onde se agarrar. Eu, por exemplo, olho para o Podemos e para o Syriza. E acho que o Syriza vai ser mais bem sucedido do que o Podemos. O Syriza apesar de tudo tem uma estratégia um pouco mais fiável do que o Podemos. O Podemos colocou-se numa posição muito mais frágil e se conquistar o poder fica numa situação muito complicada. E, portanto, o abandono da militância é isso.

E depois há coisas que os partidos podem fazer. E que não são só estatutárias e que mais uma vez se vai sempre e só para os estatutos. Tenho-me batido nos sítios onde estou, bati-me no Bloco e vou-me bater aqui onde estou: a política tem de ser uma coisa agradável. Já não sei quem me disse isto, mas a vida política é estar em salas feias, com luzes feias, a ter conversas aborrecidas com pessoas aborrecidíssimas. E isso pesa. Eu devo dizer que 99% do que faço na política é insuportavelmente maçador. E algumas não tinham que ser. Como no trabalho. Há um lado que é maçador e que para chegar lá temos de o fazer. Mas há algumas que não têm de o ser. Foi um hábito transformá-las em coisas maçadoras. Eu por exemplo defendo que as reuniões devem ser tendencialmente em sítios agradáveis, simpáticos. Não é caros, hotéis, não têm de ser nada de especial. Defendo que as sedes dos partidos devam ser – espero que este movimento consiga fazer isso quando tiver dinheiro – devem ser bares e cafés com espaço para reunião fechado, mas preferencialmente um sítio onde as pessoas vão. Eu acho isto muito mais importante do que primárias. Os espaços da vida política partidária serem espaços onde as pessoas que não são dos partidos entram e saem, e vão ouvir um concerto e discutir não sei o quê, faz muito mais pela abertura de um partido à sociedade do que primárias, que é um momento em que uma pessoa vai lá e mete um voto. Os partidos devem ser permeáveis ao exterior no sentido de não se tornarem autistas. E não viverem fechados dentro de bolhas. Um partido pode ter primárias e viver completamente fechado dentro de uma bolha. O PS teve primárias para o secretário-geral e eu não acho que no dia seguinte tenha ficado menos bolha do que estava. Teve aquele momento. Que é como a Presidência da República quando abre os jardins de Belém: entra toda a gente e toda a gente vai-se embora. O que falta, e nessa parte tem de haver uma adaptação dos partidos, e na realidade nem é uma adaptação, é um retrocesso às origens. Quando existiam partidos de massas, que hoje já não existem – o PCP é um partido de massas envelhecido que não corresponde, como já correspondeu, à pulsão que existe cá fora, existe um cá fora e um lado dentro, e quando o PC teve duzentos mil militantes não era bem assim, e a quantidade aqui tem alguma importância para partidos de massas como era o PCI – isto que eu estava a dizer, era o que fazia o PCI nos anos 50. Não é preciso inventá-lo. As sedes, ainda hoje, do Partido Democrático, que não tem nada a ver com o que era o PCI, são centros culturais. Nas aldeias havia dois sítios: a Igreja e a sede do PCI. Que nas aldeias eram tascas, onde os velhos e os trabalhadores iam

beber copos. Eu sempre achei que as sedes dos partidos deviam voltar a ser isto. Eu acho que isto é muitíssimo mais útil e acho que a militância deve ser tratada de uma forma diferente. E isso neste movimento vai acontecer e eu acho que é o que tem que acontecer. A deveres devem corresponder direitos. Não se pode criar uma militância tão fluída que as pessoas só têm direitos e não têm deveres. Elegem os órgãos mas não financiam o partido, é difícil de defender. Mas acho que para se participar na vida de um partido não se deve ter que ser militante. Para eleger os órgãos e ser eleito para os órgãos sim, mas para participar nos debates de um partido não deve haver momentos excepcionais, estados gerais, em que de repente o partido ouve a sociedade. O que deve ser banal são as reuniões de base do partidos, onde não se discute táctica política, discute-se política, por princípio deviam ser abertas, públicas, abertas a qualquer pessoa daquele sítio para ir ouvir. Em princípio, numa reunião de base de um partido não se discute nada que não, ideias peregrinas, não devia dizer isto porque estou a trabalhar com o Livre, o Livre transmite as reuniões da sua direcção online. Acho um disparate, um absurdo. Não se negociam soluções. As pessoas devem partir para um processo de decisão, as pessoas partem com posições diferentes, e a ideia é que se aproximem. Não é uma questão de secretismo, mas se o fizerem publicamente mais facilmente se aproximam. Porque têm de ceder em público. Se o fizerem em ser publicamente será muito mais fácil. É mais fácil eu dizer abertamente o que penso. Outra coisa é nas reuniões de base, onde decisões desse género não são tomadas. Quando são podem ser fechadas, mas quando na maior parte dos casos são discutir o que é que o partido deve fazer, não vejo por que não possam ser reuniões abertas, às pessoas todas, até porque isso eu considero que as condicionantes sociais são muito mais importantes do que as condicionantes estatutárias. E que, portanto, é mais fácil um partido não se tornar tribal se as suas reuniões não forem tribais. Se estiverem lá outras pessoas, por estarem lá outras pessoas não tiverem um determinado tipo de comportamentos porque não querem dar uma má imagem do partido. Eu confio muito mais, talvez por ter andado em Sociologia e não em Direito, confio muito mais nisto. Os termos e estatutários são importantes, mas no alfa e o ómega das primárias, têm vantagens, mas a questão é mais profunda e isso tem que ver com os partidos, e isso é evidente, podem continuar a ser estruturas com paredes tão evidentes, têm de ser mais porosas, manter algumas garantias de estabilidade, até para garantir a sua democracia interna, mas têm no resto, no diálogo, na discussão, têm de ser muito mais porosas. E essa é a parte que eu acho que a mim me faz impressão, até por uma razão que a maior parte das pessoas discorda, é que quem discute a democracia nos partidos não tem qualquer experiência de militância partidária. E essa é uma das coisas da Ciência Política que eu tenho reparado. O debate em torno da militância, sobre a democracia interna dos partidos, é feito de fora para dentro, muitas vezes trabalhando com estereótipos do que são os militantes. A maioria parte do princípio que os militantes são uns carreiristas. Haverá muitos que são, e depois depende dos partidos, há partidos que têm muitos carreiristas, há partidos que quase não têm carreiristas porque não oferecem carreiras. A maior parte das pessoas não são carreiristas, são pessoas comuns. A maior parte dos

militantes partidários nem sequer são especialmente diferentes do resto das pessoas. São iguais ao resto das pessoas, com um grau de politização, aliás, sobretudo no caso do PS e no PSD, com um grau de politização muito parecido com o resto da sociedade. Muitas vezes quando se fala nos partidos as pessoas pensam que é o tipo, o núcleo foi eleito para ali, as coisas palacianas. Não é militância de base. Na militância de base também há o tipo que quer ir para a câmara, para a junta de freguesia, mas na realidade os partidos são um pouco mais complexos do que a casta que está ali isolada num sítio do resto do povo. A maior parte dos militantes dos partidos não são de casta nenhuma, têm a diferença de ter experiência militante que é uma coisa cada vez mais rara, mas em Portugal, não sei os números, mas não me parece que ainda assim seja uma coisa rara. Penso que temos uma percentagem de militantes mais elevada do que a maior parte dos países.

ENTREVISTA A GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

LISBOA, TRIBUNAL DE CONTAS, 06/06/2015

O entrevistado não autorizou a divulgação da entrevista, informando de que esta apenas poderia fundamentar o estudo e a investigação.

ENTREVISTA A HELENA ROSETA

27/05/2015, FORUM ROMA, LISBOA

Helena Roseta, nasci em 1947, faço este ano sessenta e oito anos, militância política desde sempre que me lembro, no tempo do liceu. Na altura da ditadura militância inorgânica, nunca pertenci a nenhum partido antes do 25 de Abril, só havia um partido organizado que era o Partido Comunista, não fiz parte, mas militei em vários movimentos, sobretudo em movimentos católicos antes do 25 de Abril.

Militância política pós-25 de Abril: estive inicialmente, acompanhei a formação do MES que entretanto desapareceu, depois acabei por entrar no então PPD, Partido Popular Democrata, hoje Partido Social Democrata, numa altura em que o PPD era bastante mais à esquerda do que é hoje, onde estive até 1985. Saí no final de 1985, princípios de 86. Foram as eleições presidenciais com as candidaturas de Mário Soares e Freitas do Amaral. Eu apoiei o Mário Soares e saí do PPD para isso, para poder apoiar Mário Soares. Estive como independente vários anos e depois entrei no PS, no dia em que Cavaco Silva ganhou pela primeira vez a maioria absoluta. Já não sei se foi a primeira se foi segunda, em 91, no dia em que o Cavaco Silva ganhou pela primeira vez a maioria absoluta entendi que devia dar uma ajuda às oposições, naquele caso ao Partido Socialista, que era àquele do qual me sentia mais próxima.

Estive no PS até 2007. Em 2007 tive que sair do Partido Socialista para me candidatar à Câmara de Lisboa com o “Movimento Cidadãos por Lisboa”, movimento muito parecido com estes movimentos que apareceram agora em Espanha. A legislação eleitoral permite a apresentação em Portugal de listas de movimentos de cidadãos nas autarquias locais, portanto tivemos de fazer a recolha de assinaturas, o que para o caso de Lisboa é muito violento porque eram na altura 4500 assinaturas quando para uma candidatura à Presidência são 7500, candidatura a uma Câmara, enfim, foi uma experiência muito interessante.

Acabámos por ter uma votação superior à dos partidos à esquerda do PS, superior ao PCP e ao Bloco. Depois estive na Câmara. Esse mandato foi um mandato intercalar, durou só dois anos, e no final entendemos fazer uma coligação com o Partido Socialista só para Lisboa. Os movimentos de cidadãos podem candidatar-se mas não podem fazer coligações com partidos, pelo que teve que ser uma coligação com o nome de “Acordo Coligatório”, e tivemos de ir nas listas do PS. Mas na prática é uma coligação e esse é um assunto que eu gostaria de ver revisto na Constituição da República para dar aos movimentos de cidadãos a mesma constituição pré-eleitoral que têm os partidos. Com esse acordo renovado nas eleições seguintes, o PS obteve duas maiorias absolutas em Lisboa, o que não é muito frequente num partido só. Duas maiorias absolutas, a segunda bastante alargada, e que no fundo representa aquilo que eu intitulei o “PS Mais”. Ou seja, no fundo é mais do que o Partido Socialista. É o Partido Socialista com movimentos de cidadãos agregados. No fundo, e de uma maneira resumida, isto foi a minha trajectória. Hoje sou presidente da Assembleia Municipal no âmbito desse acordo. O PS ficou com a presidência da Câmara, nós ficamos com a presidência da Assem-

bleia. A Assembleia Municipal de Lisboa é uma espécie muito interessante porque deve ser o órgão democrático em Portugal com mais forças políticas presentes. Temos nove partidos e seis independentes, portanto é extremamente plural. Mesmo os pequenos partidos, que não conseguem entrar na Assembleia da República, conseguem fazer-se representar aqui. E movimentos de cidadãos também. Portanto, tem sido uma experiência muito rica. Basicamente é isto. Há outras militâncias pela minha vida fora, militâncias nas causas feministas cívicas, candidaturas presidenciais, mas isso é extra, digamos assim.

Razões que a levaram a aderir?

As razões que me levaram a entrar são as mesmas que me levaram a sair. As razões mantêm-se, ou seja, foi a necessidade e a vontade de participar no processo de transformação de Portugal. Na altura, a seguir ao 25 de Abril, na criação da democracia, na construção da democracia, nos vários passos que a democracia foi andando até que, em 2007, senti que dentro dos partidos não era possível um tipo de participação mais aberta aos cidadãos, que era o que eu pretendia, e tive que sair do PS.

Costumo dizer na brincadeira que tive de sair do PS para dar uma maioria absoluta ao PS, porque os partidos não estão preparados, nem adaptados, nem conformados, com a ideia de que não devem ter o monopólio da representação política. Já tínhamos feito uma experiência anterior na primeira candidatura de Manuel Alegre, nas presidenciais, onde tive um papel muito activo. Já tinha havido umas tentativas no tempo da Pintassilgo. Mas [a de Alegre] foi a primeira candidatura construída claramente sem apoio de nenhum partido. E depois teve um resultado muito interessante, que mostrou que as pessoas realmente querem participar mas não têm como participar. Porque não foram as pessoas que se afastaram da política. A política é que se afastou das pessoas e não cria condições para que as pessoas possam participar. Portanto, temos de aproveitar os espaços que há.

As razões da sua adesão aos partidos foram de que natureza? Ideológica ou outra?

Antes de [serem] natureza ideológica são razões de natureza democrática cívica. A natureza ideológica já é depois, dentro do espaço da democracia, uma escolha entre uma determinada família de ideias contra outra. Ou em relação a outras. Mas antes disso há uma escolha democrática, e isso é o básico, e não podemos esquecer o básico. Porque sem isso basta olhar para o que se passa hoje na Europa ao abandonar o conceito básico da democracia que é a possibilidade da representatividade e da participação dos cidadãos nas decisões. Por muita ideologia que tenha, e a Europa actual tem uma ideologia dominante, que é a ideologia neoliberal. Mas de facto abandonaram os caminhos democráticos e isso é uma tragédia.

Eu era jovem nos anos 60. E para uma pessoa desse tempo, como eu, hoje já sou reformada, a ideia de carreira política é uma coisa inexistente. Porque nós, tudo que nós tínhamos garantido quando nos metíamos em actividades políticas antes do 25 de Abril era, eventualmente, sermos presos, termos problemas na nossa vida profissional, não podermos entrar na função pública, sermos, enfim, no extremo exilados, perseguidos, etc., isso não era propriamente uma ambição de carreira.

E tenho muita dificuldade em entender a política com uma carreira. Acho que a política é, devia de ser entendida no seu sentido nobre, como uma actividade de serviço e de convicção. E não uma actividade de conquista de posições, umas acima das outras. A certa altura constatei nestas lides, neste combate político uma grande desigualdade na participação das mulheres. Empenhei-me muito activamente quer num sistema de quotas para as candidaturas políticas, quer em vários outros movimentos, para poder abrir a actividade política às mulheres. Porque não faz muito sentido que metade do universo eleitoral não esteja devidamente representado. Isso não quer dizer que uma mulher não possa representar um homem e um homem não possa representar uma mulher. É sistemático, mas isso não é automático e há muitas barreiras que têm de ser derrubadas, e têm vindo a ser derrubadas, com avanços e recuos, que a democracia nunca está consolidada, nunca está completa, mas tem que se caminhar, tem-se de progredir. Estes fenómenos mais recentes da participação cívica estão muito associados. Na minha opinião há um certo fechamento dos partidos, em minha opinião, mas também com a evolução da sociedade, ou seja, as sociedades hoje já não funcionam segundo regras hierárquicas piramidais que são as regras tradicionais dos partidos, das igrejas, dos exércitos, etc. As cidades hoje em dia funcionam em rede. A melhor metáfora da rede é a Internet. As pessoas têm capacidades de comunicação transversais, instantâneas com quem quiserem, e, portanto, têm muita dificuldade em organizar-se em estruturas, para usar a expressão do senhor Alvin Tofler, que são de Segunda Vaga. Isto cria um desajuste que não é só falta de vontade dentro dos partidos. Há um desajuste entre a natureza organizativa dos partidos e aquilo que são hoje as formas de organização que a sociedade actual permite.

A sociedade actual é uma sociedade em rede, as organizações mais abertas funcionam mais em rede, têm mecanismos informais de comunicação, que têm estruturas mais transversais, menos hierarquizadas, estão mais adaptadas naturalmente a captar a atenção dos cidadãos, embora depois tenham dificuldade em manter quando exercem o poder [as pessoas interessadas] e manter o mesmo dinamismo. A experiência que eu tenho, e já é bastante, pelo menos dez anos, é que é relativamente fácil mobilizar as pessoas através da Internet, de movimentos no Facebook, os que quiser, para determinada causa num momento. Manter essa mobilização durante muito tempo e com alguma estabilidade em relação às causas se defendem já é mais difícil.

E também é difícil que as lideranças que no primeiro momento são lideranças históricas, que resultam dos acontecimentos, pessoas que naquele momento lideraram o movimento; depois a legitimação dessas lideranças é muitas vezes posta em causa pelas evoluções. Às vezes acabamos por ver, vemos, movimentos que começaram com muita abertura voltar à antiga, a impor esquemas de liderança. Ainda estamos um bocadinho à procura de ver como nos organizamos na Terceira Vaga, de ver como nos organizamos em rede; ainda estamos um bocadinho à procura disso. É a minha opinião. Há uma coisa importante que eu tenho que dizer relativamente aos partidos: dos dois partidos eu saí num momento em que estavam no poder. E aí fui para a oposição. Aí tenho algum desconforto com a instalação de organização

no poder. Isto é importante porque há muitas pessoas que fizeram o movimento inverso. Saíram de partidos da oposição para ir para partidos que estão no poder. Eu fiz o movimento sempre inverso, talvez por uma questão de formação, por uma questão de exigência interior, e porque sou uma pessoa inconformada, nunca estou satisfeita, e quando sinto que há uma instalação no poder, legitimada democraticamente, tudo bem, tenho tendência a entrar em confronto, em crítica, em contestação, e isso muitas vezes é mal aceite.

No momento em que se filiou nesses partidos qual era o seu conhecimento dos programas e dos estatutos?

No caso do PPD era bastante profundo, visto que eu tinha sido convidada para participar, para ter parte activa, na construção do programa na minha área. Porque sou arquitecta na área das políticas de habitação e acompanhei bastante, uma vez que depois me empenhei bastante na construção. O PPD era um partido nascido no 25 de Abril. Percorri o país todo a fazer sessões de esclarecimento, estive empenhada na criação de núcleos, na criação de sedes, portanto as coisas cresceram ao mesmo tempo que o programa partidário, os estatutos do partido e o meu próprio envolvimento.

No caso do PS, quando entrei conhecia perfeitamente o programa, tinha acompanhado as mudanças que tinham sido feitas aos estatutos e por essa razão é que eu saí. Porque quando em 2007 houve uma crise na Câmara de Lisboa e a Câmara caiu, eu entendi que podia vir a dar um contributo à cidade de Lisboa. Sabia que se o fizesse candidatando-me como independente, pelo movimento independente, sem desfilhar-me, teria um processo disciplinar. Isso faz algum sentido e, portanto, tomei eu própria a decisão que se impõe. E a mesma coisa quando apoiei a candidatura de Mário Soares. Mandeí minha carta de demissão antes que me pusessem o processo disciplinar, e porque eu compreendo que os partidos, quer a gente aceite quer não, têm certas regras disciplinares. Quem não gosta não é obrigado a entrar.

Isto aqui, no fundo, é o balanço que cada pessoa faz entre duas coisas que são muito importantes e que são a sua própria independência pessoal e a sua capacidade de intervenção. Nós podemos salvaguardar totalmente a nossa independência não nos filiando em nada, mas ficamos com uma capacidade de intervenção reduzida porque uma pessoa sozinha tem dificuldade. Quando a pessoa quer participar activamente numa coisa mais larga, que tenha resultados palpáveis, às vezes tem de prescindir um bocadinho de certos aspectos da sua independência, desde que não contenda com certos aspectos da sua consciência, para poder realmente participar com outros. Eu costumo dizer no meu movimento que prezamos muito a liberdade de voto, não é obrigatório, somos contra a disciplina de voto por definição, mas temos uma máxima engraçada: nós somos independentes mas não somos independentes uns dos outros. E, portanto, sentimo-nos um pouco no dever de impormos a nós próprios o dever de falar com os outros sobre o que nos pode dividir e encontrar plataformas de entendimento. E quando não for possível encontrar plataformas de entendimento temos de aceitar que cada um toma a posição que toma de acordo com aquilo que entende, mas teve oportunidade de se exprimir e de expor aos seus companheiros a sua posição. Isto é extremamente importan-

te. Esta coisa de não sermos independentes uns dos outros. Porque senão, a certa altura, os movimentos a certa altura começam a ser somas de pessoas em que cada pessoa é um partido sozinha, e nós já temos visto isso. A cissiparidade, a quantidade de pessoas que vão saindo de partidos que ainda são pequenos, em que cada um quer ser mais, não é só da sua fatia, cada um quer ser mais, quer ser mais puro ideologicamente, acho que isso também... As pessoas são livres mas há um compromisso sempre a fazer entre a independência e a intervenção e enquanto uma pessoa se sentir confortável com esse compromisso deve aceitar.

A participação dentro dos partidos continua a ser fundamental, creio eu. O que eu lhe pergunto é se os programas, os estatutos, quer do PSD quer do PS, de algum modo limitaram a sua participação, por um lado, ou se contribuíram para a sua saída, ou se isso é inócuo do ponto de vista da participação?

Oiça, aconteceu até uma coisa mais complicada do que isso. Eu tive um conflito de disciplina quando era deputada. A certa altura era deputada do PPD, em 1982, havia um conflito grave, político, porque havia um conjunto de pessoas que estavam presas e que nós considerávamos que eram um reduzido, um resquício de presos políticos que não deviam estar presos. Eram as pessoas do PRP-BR que tinham sido acusadas de terem sido autores morais de uma série de atentados. Não havia ninguém preso naquela altura por razões políticas a não ser esse grupo. Eles começaram a fazer uma greve de fome - estou fazer este aparte mas é só para você perceber isso -, começaram uma greve de fome e a certa altura um conjunto de deputados de esquerda e direita, de todos os partidos, falámos com eles, e propusemos uma amnistia na Assembleia da República de maneira a ficar resolvido o problema, e eles parariam com a greve de fome. Quando isto vai votos temos no meu partido uma indicação de que nem pensar. O PPD estava no governo, na altura o governo era da Aliança Democrática. O ministro da Justiça era um militante do PPD. Não vamos apoiar isto de maneira nenhuma! A disciplina de voto mandava que eu não votasse a iniciativa que eu própria tinha apresentado. E aqui é [há] um típico conflito de consciência entre a minha consciência, como pessoa que subscreveu um compromisso com pessoas que estão a fazer greve de fome, independentemente das discordâncias políticas, e o respeito pelo compromisso que tenho com o meu partido de respeitar a disciplina de voto. Eu entendi que a questão de consciência era superior à questão da disciplina de voto e, portanto, votei contra o partido, mas entreguei o mandato nesse dia, renunciei ao mandato nesse dia. Isto é o meu entendimento da disciplina. Ou seja, enquanto as leis eleitorais se basearem em listas partidárias, por nome do partido e não por nome de pessoa, em círculos plurinominais em que os eleitores não votam em nomes de pessoas mas em partidos, eu entendo que nós temos que nos manter por uma questão de respeito para com os eleitores. A minha interpretação é que o lugar pertence ao partido. Há quem não pense assim: o deputado é eleito da nação, e independente. Eu tenho uma posição um pouco diferente, mas é uma questão de exigência pessoal, minha. Eu acho que a disciplina é uma questão interessante, um valor interessante, mas não é o valor último, o dever de consciência é mais elevado. Mas tem custos. Antes do 25 de Abril a pessoa que seguisse a sua consciência era

presa. Depois do 25 de Abril tem que pedir a demissão por uma questão de princípio, porque não pode ficar satisfeita com essa separação. É por isso que eu digo que não é o problema das regras que me impede, no meu caso, que impediu a participação. A gente quando não concorda com as regras bate-se contra elas. E bastantes vezes o fiz. Apresentei propostas de alteração estatutária, propostas de alteração de programa, e às vezes tive algumas vitórias e consegui introduzir alterações. Mas não penso que seja isso o principal. O principal é mesmo a natureza da organização, seja no PS, PSD, PCP ou CDS, Bloco, ou os novos partidos que estão a criar. Enquanto a natureza da organização for baseada num conceito em que a disciplina partidária se sobrepõe ao dever de consciência há um limite. As pessoas têm de fazer uma escolha. Se os partidos se quiserem abrir terão de saber conviver com bancadas que podem ter votos plurais, que podem não conseguir determinadas maiorias ...; isso também é complicado para os eleitores. É preciso encontrar um equilíbrio. Como é que se pode encontrar um equilíbrio? No meu entendimento, há certas matérias em que quem se candidatar por um determinado grupo, partido ou movimento deve saber que há aí esse compromisso de convergirmos todos no mesmo. E vou dizer-lhe os casos típicos: Orçamentos e Plano na Assembleia da República são matérias profundamente estruturantes, ou das quais dependem moções de censura e moções de confiança, das quais depende a estabilidade governativa de um país. Nessas matérias tem de haver aqui algum compromisso. Noutras matérias penso que os partidos poderiam evoluir para uma maior abertura. E poderiam conviver com maior pluralismo, mas teriam que levar uma volta.

Aí [caso dos que saem dos partidos e deixam de intervir politicamente] depende muito da vontade das pessoas. As pessoas são livres mas também depende das causas que as motivam. Daí que também me pareça que é muito importante o aparecimento de novos partidos, de novos movimentos que também ajudam a mudar, a abrir e a refrescar a agenda política. Porque os partidos têm uma agenda política muito tradicional e quando é preciso trazer novos temas normalmente vêm de fora ou vêm das juventudes, ou vêm de movimentos exteriores e os cidadãos, naturalmente, podem encontrar causas que os motivem. E as causas hoje, sensação que eu tenho, as causas hoje são muito diferenciadas, desde os direitos dos animais ao problema da orientação sexual. São causas muito diferenciadas daquelas de quando comecei a minha actividade política. Quando eu comecei a minha actividade política a causa era a oposição à ditadura, a democracia, a guerra colonial ou a paz. Era muito óbvio. Hoje é mais complexo, é muito mais complexo. Eu estou convencida de que cada vez mais as maiorias políticas vão ser constituídas por aquilo que eu chamo “constelações de causas”. Há certos conjunto de causas que mesmo que venham de sítios diferentes fazem sentido juntas. E outras que são opostas. E isto vai reconfigurar, está a acontecer uma reconfiguração do leque político europeu nos vários países. Nós vemos o que está a acontecer em vários países, verificamos que independentemente dos resultados, na Grécia, na Grã-Bretanha, na Espanha, o que nós verificamos é que há uma vontade de afirmação; há uma questão identitária muito forte, quer a nível regional que era nível nacional. Há o caso da Escócia, que tem

questões identitárias muito fortes, há a questão da crise, como a crise nasce com as pessoas, os afectados pela crise e os que pelo contrário até beneficiaram com ela. As clivagens hoje fazem-se de modo diferente daquilo que se fazia há uns anos atrás. Há uns anos atrás era tudo mais simples, a leitura era mais fácil. A pessoa, por exemplo, quando falamos em termos de emprego, ou estava empregada ou estava desempregada. Agora ou está empregada, ou está desempregada, ou está precária. E precariedade o que é? Tudo. Criaram-se aqui uma série de novas situações, de novas situações, novas categorias, novos estados, que criam outras necessidades, e para as quais as forças políticas tradicionais, não só os partidos mas também os sindicatos, nem sempre conseguem dar resposta. Eu acho que isso afasta as pessoas. E também afasta as pessoas, pela minha experiência pessoal, aqui em Portugal. Nos outros países não sei. Afasta as pessoas por sentirem que nos partidos a antiguidade é um posto. A antiguidade e a fidelidade ao líder são um posto. Os mais antigos e os que forem mais fiéis ao líder têm sempre mais facilidade em subir, e os que não tiverem essas características não têm. E isso afasta muita gente. Porque há pessoas que – para já são mais novas, ou que mesmo não sendo mais novas só puderam dispor de tempo para fazer alguma coisa politicamente numa fase mais tardia da vida –, chegam lá, não são bem aceites porque acabam de chegar; não têm o tal posto. Podem ter um currículo fantástico cá fora mas não têm internamente. Os líderes não os conhecem. Se puserem os nomes deles numa lista, mesmo que haja primárias, eleições abertas, ninguém sabe quem eles são, e se forem mulheres ainda menos, porque as mulheres têm uma visibilidade menor. Essa é uma dificuldade.

E a outra dificuldade é o problema das fidelidades: nos partidos não vigora a meritocracia, vigora o sistema da finalidade, fidelidades internas quer quanto a grupos quer quanto a lideranças. E isso é terrível, porque se fosse por meritocracia faziam-se uns concursos públicos e logo se via quem tinha mais capacidade. Não funciona assim, mesmo quando há eleições primárias não é a meritocracia que promove as pessoas. São coisas mais difíceis de gerir. Quando são partidos novos escolhem-se pessoas que sejam, por exemplo, mais populares. Porque é que aparecem jornalistas, comentadores de televisão? Porque as pessoas os vêem na televisão. Porque os conhecem. Se houver outros que as pessoas nunca viram não vão votar porque não sabem quem é. As questões da visibilidade também são questões extremamente importantes. Estou aqui a juntar várias coisas.

Manifestações de discordância: como é que fazia?

Tive inúmeras ocasiões de o fazer. Participei em listas para os órgãos directivos, participei nos órgãos directivos, tive cargos de direcção, quer num partido quer noutra, e portanto tinha ocasião de usar da palavra nos directórios partidários, como de apresentar propostas, apresentar ideias sem qualquer dificuldade, e muitas vezes dirigindo-me directamente aos líderes, escrevendo-lhes cartas ou pedindo para falar com eles. Nesse aspecto fui sempre bastante proactiva, embora nem sempre bem aceite.

Vou contar-lhe uma história um pouco estúpida mas que mostra que essa proactividade nem sempre é bem aceite. A certa altura fiz parte da direcção da bancada parlamentar do

PS. Tinha havido legislativas e era uma bancada nova. O PS tinha tido um bom resultado e, portanto, havia muita gente nova que era a primeira vez que era deputada. Eu já não era a primeira vez que era deputada. Já tinha sido deputada na Constituinte, portanto já conhecia muito bem o funcionamento da Assembleia. E então lembrei-me, e propus e acharam bem, fazer uma espécie de pequenas sessões para ajudar os deputados recém-chegados a perceber como é que funcionava o parlamento, como é que eles podiam actuar, como é que podiam intervir, dar-lhes um pouco de ajuda nesse aspecto. Mal eu fiz isto aparece uma notícia no Expresso a dizer que “Roseta dá aulas aos novos deputados”. Acabei logo. Porque eu não estava a dar aulas a ninguém.

Há aqui também um problema de que não falámos ainda que é a repercussão do que a gente faz na comunicação social. E essa repercussão é fundamental. Sem a mediatização da política não há política. Porque a política exerce-se, tem de se ver, tem que se conhecer, mas a mediatização que é fundamental para que a acção política tenha consequências. Muitas vezes distorce-se, o meio não é neutro, e portanto, como o meio não é neutro, às vezes a pessoa tem de experimentar outros caminhos. Eu não tinha de maneira nenhuma vontade de ser professora de deputados. Era apenas uma passagem de experiência, mas no Expresso não entenderam isso. Esta é uma coisa ridícula mas é para lhe mostrar a dificuldade que muitas vezes as boas intenções ou boas ideias muitas vezes acabam por chocar, já não nas regras internas nem nas directivas internas, mas acabam por chocar numa imagem feita, também ela muito fechada sobre aquilo que os partidos são ou devem ser. Quando a gente começa a funcionar fora dessa imagem que os próprios media reproduzem sistematicamente, normalmente corre mal. Corre mal pouco porque o pluralismo mediaticamente é sempre considerado divergência. A linguagem da divergência nos media é uma linguagem de guerra, é sempre uma linguagem de guerra, duelo, duelo de não sei quem com não sei quem. Não é mal nenhum, é um confronto, é uma divergência, e até podem ser os maiores amigos deste mundo mas essa linguagem perverte a natureza do próprio confronto. Porque começa-se logo, outra linguagem bélica, a contar espingardas. Quantos estão lá a favor, quantos estão contra. Isso perverte porque uma pessoa pode estar sozinha, sem espingarda nenhuma, e estar cheia da razão. Portanto, é preciso no meio disto duas coisas muito importantes: uma grande liberdade interior e bom-senso. Acho que em política o bom-senso é uma das coisas mais necessárias porque estamos constantemente a ser confrontados com coisas que são tolas e que é preciso dizer “o Rei vai nu”, “isso está mal, não é assim”. E as pessoas acanham-se, como toda a gente se cala acanham-se.

Momentos de saída? Já me disse quais foram as causas próximas. As causas próximas foram momentos únicos que motivaram as suas saídas ou houve um processo de afastamento?

Há sempre um processo de afastamento. Vamos lá ver. Eu costumo dizer que a actividade política, sobretudo quando se está a exercer activamente, é uma actividade da ordem do passional e não da ordem do racional. E que desencadeia os sentimentos que qualquer paixão

desencadeia numa pessoa. De fascínio, de encantamento, de ódio, de ciúme, de despeito, essas coisas todas. O que é que acontece quando essas coisas todas acontecem, quando há divergências e confrontos se uma pessoa não estiver preparada para isso? Começa imediatamente um processo de ruptura, semelhante a um divórcio, e esses processos de ruptura às vezes são extremamente dolorosos. E quanto mais as pessoas de fora tentam ajudar pior é. A experiência que nós temos humanamente é essa. No meu caso, os processos de ruptura foram dolorosos. O processo de ruptura do PPD foi doloroso, mas foi doloroso antes de eu sair. Na altura, eu era presidente da Câmara, portanto não saí, mantive o meu cargo até ao fim do mandato, e só saí quando foi a Presidência da República (foram as eleições?). Mas o processo de ruptura já se tinha dado mais cedo porque deu-se com a chegada do Cavaco Silva a líder e com alguma clivagem que a liderança de Cavaco Silva fez em relação a lideranças anteriores. Eu tinha experiências de lideranças anteriores, com Sá Carneiro, lideranças mais abertas e com atitudes diferentes. Depois, o PSD com o Cavaco entrou num processo unânime. É a palavra certa. Você é muito novo, nunca viveu isso, mas o PSD de 74, 75, 76, era um partido muito plural e muito irrequieto, sempre muito indisciplinado, sempre com muitos grupos minoritários, divergências, cisões, as coisas mais diversas, mudanças de líder, muito irrequieto. Com Cavaco aquilo foi tudo “isto agora mando eu e quem não quiser...”, impôs, e eu já estava em ruptura com esse tipo de atitude.

Mas ainda houve um esforço da sua parte no sentido de se manter no partido?

Não, não, porque para mim era muito evidente (não houve esforço para evitar a ruptura). Eu considerei para nós que aquela era uma escolha de regime entre o Freitas e o Mário Soares. Aquela foi a primeira grande escolha do regime. Aquelas presidenciais e depois as legislativas – as do Ramalho Eanes antes não tinham tido aquele peso –, era uma escolha mesmo entre esquerda e direita. E direita não era só direita democrática. Era direita para lá da democrática, e eu entendi que não podia nem queria discutir o assunto. Pura e simplesmente queria ser livre. E, portanto, não fiz nenhum esforço para ficar. Eu queria ver-me livre daquilo, queria ser independente.

Quando foi a saída do PS foi uma coisa racional, fria, para mim era claro que só poderia candidatar-me por fora se saísse primeiro, não tive qualquer dificuldade em fazer isso.

E consequências do ponto de vista profissional e pessoal?

As consequências que eu tive piores do ponto de vista pessoal foi quando renunciei ao cargo na Assembleia em 1982, e mantive-me nessa altura no PPD. Porque aí estava na Assembleia, tinha um determinado salário, cá fora não tinha lugar nenhum, tive de reorganizar a minha vida. Aí tive consequências pessoais. Nas outras situações não. É sempre bom a gente poder não precisar da política para ganhar o seu dia-a-dia, não precisar da política. E é muito mau quando uma pessoa se coloca numa posição em que a política paga o seu salário. Se uma pessoa se coloca nessa posição é muito complicado porque depois perde independência, como é evidente.

Neste momento está no seu movimento dos Cidadãos por Lisboa, não é um partido políti-

co...

Não é um partido político nem eu quero que seja. Algumas pessoas acham que podia ser mas por definição, até pelo nome, Cidadãos por Lisboa, tínhamos que mudar de nome para ser um partido e eu por acaso até achei graça que o Podemos nas listas que apoiou em Espanha são nomes todos diferentes, porque tem a ver com as cidades em que se candidatou. Só que nós fizemos isto em 2007. *Barcelona En Comú*, em Barcelona, *Ahora Madrid*, em Madrid. É um partido que está por trás mas que se diferencia consoante a cidade ou município a que se candidata. Nós aqui não tínhamos nenhum partido por trás, pronto, fomos nós, os cidadãos. Existem depois vários movimentos que se inspiraram no nosso, Cidadãos por Braga, Cidadãos por Gaia, Cidadãos por Coimbra, que também têm feito o seu caminho autonomamente, mas cada um deles, não nos ocorre fazer. Enfim, de vez em quando encontramos uns com os outros, mas não há muito a ideia de fazer o partido porque o partido, de facto, é forma de permitir uma candidatura às legislativas. O Livre, por exemplo, está a tentar fazer um misto, tendo listas abertas para as primárias para escolha dos candidatos. É uma experiência interessante, que eu acompanho, mas entretanto é bastante difícil porque as pessoas vêm de sítios diferentes e o que vai acontecer nas primárias do Livre é que as pessoas mais conhecidas [vão ter a primazia], é fatal, é fatal. As outras pessoas podem ser fantásticas mas ninguém sabe que elas são. O problema das primárias tem esse problema. Ao passo que se as listas forem escolhidas com critério, por quem tem responsabilidades numa determinada organização, pensa, bom quem é que nós precisamos que esteja dentro desta matéria?, podem-se pôr pessoas que ninguém sabe quem são, nem de onde vieram, mas que depois dão provas excelentes; mas depois as primárias nem sempre vão escolher essas pessoas. Tem esse problema, está a ver, há sempre aqui prós e contras, equilíbrios que têm de se fazer. Estou a pensar, por exemplo, no caso da Mariana Mortágua. A Mariana Mortágua é uma pessoa que se tem vindo a revelar uma deputada altamente respeitada. Quando ela foi para a lista do bloco foi super-criticada porque passou à frente de não sei quantas pessoas, ninguém sabia quem ela era, estava a fazer um doutoramento em Londres, mas quem é esta senhora?, de onde é que ela vem?, por alma de quem? Portanto, se fosse por primárias ela nunca tinha entrado. Eu muitas vezes entrei nas listas porque os líderes me escolheram a mim, pessoalmente, porque me conheciam. Se eu não fosse conhecida quem é que ia escolher?

Eu sou favorável a estas iniciativas [movimentos], aliás como lhe digo a iniciativa nacional em que eu participei activamente que primeiro teve essas características foi a candidatura presidencial do Manuel Alegre. Foi uma coisa com um sucesso enorme, com relativamente pouco dinheiro, com uma mobilização enorme, uma adesão de muita gente, muito bom. É mais fácil fazer isso para apoiar um candidato a um lugar, neste caso à Presidência da República, do que para apoiar um partido. Um partido implica a escolha de um programa. Aí quando se escolhe o programa já começam a aparecer divergências, pessoas com sensibilidades mais para um lado, mais para o outro, e esses equilíbrios são difíceis de fazer. Não tenho resposta para isso.

Pensa que esse tipo de movimentos pode trazer mais gente para a participação?

Pode não trazer mais gente mas traz outra gente. Houve muita gente que entrou e veio para o meu movimento porque estava desencantado com os partidos. Ou que tinha apoiado uma candidatura e que entrou porque era uma coisa muito aberta. Aliás, nós na primeira campanha quase que não fazíamos propostas. Nós andávamos na rua a recolher sugestões, a ouvir as pessoas, fizemos inquéritos a ouvir as pessoas, a ouvir as pessoas. Só no fim de tudo é que procurámos construir alguma coisa com base naquilo que tínhamos ouvido. Portanto, são métodos diferentes daqueles que os partidos utilizam, embora o PS, por exemplo, agora recentemente, tem procurado ouvir, mas é ouvir em cima de uma base que já está pré-definida O que é que é melhor, que cada pessoa encontre o espaço onde se sinta mais à vontade? Não tenho uma pré-definição para dizer que isto é melhor do que aquilo. Não sou capaz de dizer isto, acho que são complementares, acho que são formas de participação complementares. Eu própria na minha vida já experimentei uma coisa e outra. Já foi interessante em qualquer dos casos. Se conseguirmos que os partidos se abram mais, excelente. Se conseguirmos que haja mais movimentos, excelente. O importante é que disso tudo consigam resultar as tais constelações de causas que agreguem gente. Porque se não também pode ser [haver] uma pulverização. E depois é muito difícil tomar as decisões concretas do exercício do poder, se tiver tudo muito pulverizado. Tem de haver coisas muito concretas em que toda a gente esteja de acordo ou em que pelo menos haja uma maioria que esteja de acordo para fazer. Podemos ser todos muito independentes e depois qual é o caminho que vamos seguir? É este balanço, mais uma vez, entre a liberdade e a independência e a necessidade de melhorar a vida das pessoas, que é no fundo a urgência da acção. É o balanço entre estas duas coisas que no fundo tem sido a minha vida. É o balanço entre a liberdade e a urgência da acção. Não tenho soluções perfeitas.

Como é que vê a influência das juventudes partidárias?

Eu nunca pertenci a nenhuma juventude partidária. E penso que hoje em dia há uma posição negativa contra as juventudes partidárias. Penso que houve demasiado carreirismo nas juventudes partidárias e a certa altura começámos a ver sair os líderes, saídos directamente das juventudes partidárias, sem nenhuma experiência fora disso. E isso é negativo não porque venham das juventudes partidárias. É porque lhes falta experiência de vida. Portanto, qualquer pessoa que tivesse feito sempre a mesma coisa, que lhe faltasse experiência de vida, também seria negativo. O facto de haver organizações de juventude a mim não me choca. Que elas não tenham privilégios dentro dos partidos ou que se vão lá buscar lideranças, porque o que está a dar é a novidade, de pessoas que não têm experiência de vida, eu acho que já é mais complicado. É também falta de sabedoria porque nós somos um país de pessoas idosas. Os jovens têm sido muito maltratados em Portugal e agora também estão a sofrer um período terrível. Mas as pessoas idosas não são descartáveis. Nós temos que encontrar aqui capacidade de juntar a sabedoria dos mais velhos com a inovação dos mais novos. Às vezes, encontro pessoas mais velhas que são mais rebeldes do que jovens que

já estão demasiado formatados, acabados de nascer já estão formatados. As coisas nunca são só a preto e branco. Há muitas nuances. A coisa mais negativa para mim das juventudes partidárias é passar directamente para uma liderança nacional sem experiência de vida. Isso é que é o negativo.

No dia em que os partidos acordarem, e perceberem que estão no século XXI, mais gente entra. Nós já não estamos no século XX. Há um atraso organizativo e de mentalidade. Os partidos não acompanharam a evolução da sociedade, estão enquistados num sistema organizativo que tem as suas vantagens, é muitíssimo eficiente, mas que para o século XXI não serve. A sociedade em rede explodiu e eles não conseguem compreender isso, não se encaixam nisso, têm a maior das dificuldades. E, portanto, basicamente, e eu espero que isso venha acontecer ou que se arranje um outro nome para uma outra forma organizativa que alguém invente melhor do que esta, mas aí já estou como o Churchill: a democracia é o pior dos regimes à excepção de todos os outros. O partido é a pior das organizações à excepção de todas as outras. Os movimentos são extremamente importantes para refrescar, mas depois, e vamos ver como vão evoluir, defrontam-se logo na fase seguinte com o problema organizativo. A crise, já vimos com o Podemos, que é um partido nascido de um movimento de cidadania, da crise do 15 de Março, mas que já está com crises de liderança porque já está confrontado com as necessidades de organização. São as questões organizativas. O Alberoni explica isso muito bem. Você vem das sociologias e conhece certamente a tese do Alberoni dos movimentos sociais como experiências de movimentos emergentes que na fase de nascimento do movimento, quando está emergente e quando nasce, são como o enamoramento, que é o exemplo mais pequeno que ele dá. São fases de encantamento absoluto e de grande energia. Depois, quando se entra na fase organizativa, perde um pouco desse encantamento inicial e nem sempre as paixões resistem ao tempo. Nem sempre os movimentos nascentes resistem ao tempo. Encontrar uma forma em que se mantenha essa liberdade e essa energia inicial e ao mesmo tempo essa capacidade, apesar de tudo organizativa porque vivemos em sociedade, apesar de tudo, é o mais difícil de tudo. Encontrar equilíbrios ou desequilíbrios, não sei, compromissos..., faltam-me as palavras. Nós andamos todos a tactear, à procura. Eu sou arquitecta. É pelo desenho vou lá. Eu tenho dificuldade em desenhar o organigrama do meu movimento. Não sou capaz. Porque os organigramas que nós conhecemos são sempre maus, têm umas pessoas em cima e outros que vêm por ali abaixo. Ou então estão todos à volta de uma bola central, e isso já é interessante, mas quem é que está na bola central?, o que é que acontece?, que poderes é que tem? Não é fácil. A metáfora não desaparece.

A metáfora que eu tenho mais próxima daquilo que eu gostaria é uma metáfora desportiva. É esta: no fundo o que eu gostaria era que isto se organizasse como um concurso de múltiplas de xadrez em que nem todos estão a jogar, só alguns é que jogam. Os que jogam são os intervenientes activos, são os protagonistas, mas as regras são conhecidas de todos, e toda a gente pode ver. Esta era a metáfora que eu gostaria. Em que a participação não é igual para todos mas a transparência está lá. A transparência, sendo que quem quiser pode concorrer

para jogar. As regras não vão ser alteradas, quem quiser pode jogar. As regras são conhecidas previamente e toda a gente pode mirar, pode ver. Isto é a minha metáfora daquilo que eu acho que devia de ser a organização político-partidária. Mas estamos muito longe disso. As metáforas actuais ainda continuam a ser as metáforas militares. Basta ver a linguagem. Basta ver a linguagem.

ENTREVISTA A JOÃO ALBUQUERQUE,
MACAU, 17 DE JANEIRO DE 2016

[Chamo-me] João Manuel Nunes Lemos de Albuquerque, 61 anos, mestrado em Direito, de profissão jurista.

Eu fui militante de dois partidos. Fui militante da ASDI e do PRD.

E qual o tempo de militância nesses partidos?

Não me recordo bem quando é que entrei. Mas creio que em 1980 ou por volta de 1981 entrei na ASDI, depois ela terminou, salvo erro, em 1985, e depois entrei no PRD, tendo saído quando vim para Macau em 1990. Foram quatro/cinco anos na ASDI e depois mais cinco no PRD.

Durante esse período, quer na ASDI, quer no PRD, foram desempenhados cargos?

Fiz parte do Conselho Nacional da ASDI e da Comissão Nacional de Jurisdição do PRD. Fiz depois parte da Comissão Nacional de Eleições, no tempo da FRS, que na altura era dirigida pelo Guterres, também em representação da ASDI [penso que não pode ser, há aqui uma desconformidade de datas porque a ASDI já não existia], depois por escolha ou designação do PRD fiz parte da CNE, na 7.^a Comissão, em 1988 até 1990, e membro da Assembleia Municipal da Amadora, também em representação do PRD.

E quer no caso da ASDI, quer no do PRD, quais é que foram as razões para a adesão?

Para a ASDI eu fui através do Dr. Sérvulo Correia, com quem eu estava a estagiar no escritório dele e através da universidade também porque ele era responsável pela área do direito administrativo e eu fui monitor de direito administrativo, foi ele que me convidou para ir para a ASDI. Eu concordava com o programa da ASDI, que advogava uma democracia política, económica, social e cultural, o socialismo personalista e o socialismo democrático, e eu considerava que era a verdadeira social-democracia. Concordava com essa dissidência que houve e com esse abandono do PPD, quer do Magalhães Mota, quer do Sérvulo Correia, quer do Jorge Miranda, do António Marques Mendes, do Guilherme D'Oliveira Martins, etc. Concordava com o programa.

Relativamente ao PRD foi uma sequência quer relativamente a esse programa quer depois em relação à própria figura do general Ramalho Eanes. Eu considerava que era necessário moralizar a vida pública, considerava que a ética era uma componente importante da vida política, embora depois viesse a reparar que havia ali umas coisas que não me agradavam muito, mas foi sobretudo por essa questão da componente ética da política. Fundamentalmente, as razões foram de natureza ideológica.

Nunca houve uma motivação profissional, embora pudesse admitir que poderia chegar a deputado, era jovem nessa altura, vinte e poucos anos, ainda admitia essa possibilidade. Mas não foi por isso, foi claramente uma opção ideológica e sobretudo a vontade de partilhar estes valores que eram partilhados em especial pela ASDI.

No momento em que ocorreu a minha adesão à ASDI, quando fui convidado pelo Dr. Sér-

vulo Correia, ele deu-me os estatutos, mas eu já tinha umas ideias sobre a ASDI, tinha informações sobre a ASDI, já tinha falado sobre a ASDI, e como ele dizia que eu tinha mostrado interesse, que tinha alguma simpatia pela ASDI, foi por isso que ele me convidou para fazer parte do partido. Na altura vi o programa, o que só veio confirmar as ideias que eu já tinha da comunicação social. Quanto aos estatutos, como eu não era da organização interna, era mais das ideias e dos valores, a questão da carreira internamente não era importante para mim.

Em relação ao PRD foi diferente. Aí eu participei na questão da feitura dos estatutos. Recordo-me que nessa altura até houve uma certa influência das eleições indirectas, que nessa altura se andou a discutir – era o esquema aqui do Almeida e Costa –; quando chego aqui a Macau é que vejo que havia essa ligação. Participei na feitura e nas discussões do programa e dos estatutos.

E quais é que eram as expectativas aquando da adesão à ASDI e ao PRD?

Bom, eu considerava que nem o PS nem o PSD eram verdadeiramente a social-democracia. Pensei que por ali fosse possível constituir-se essa via social-democrata, ou pelo menos ter uma influência que levasse a que houvesse essa evolução, mas claro que depois eu verifiquei que a questão do sistema partidário estava definida há muito tempo. No fundo, o PRD, e a própria ASDI que era dissidência, estava fora desse sistema. Apoiar por um lado um partido para que outro não tivesse a maioria. O contexto acabou por na prática pôr em causa as ideias que eu tinha nesse sentido. Agora, eu considerava que era necessário haver um consenso ao centro, para se governar ao centro, mas que fosse em termos de justiça social, de aprofundamento da democracia e de uma certa moralização da vida política. Depois verifiquei que de facto por inexperiência do PRD, na ASDI não tanto, desagradou-me imenso, e por é que acabei por deixar tudo e me vir embora para Macau. Deixei tudo em 1990. Houve muita frustração.

E qual era o nível de participação?

Na ASDI eram quadros. Eu tenho uma lembrança perfeita de uma das reuniões que teve lá lugar em que estava o Magalhães Mota, o Guilherme D'Oliveira Martins, mas eram reuniões de quadros. E não podia ser de outra forma, não era um partido de militantes e nessa altura ainda não tinha possibilidade de o vir a ser, em 1980. Como o partido era pequeno a militância também não era muito grande. Conseguiu ir colher algumas pessoas que estavam fora da política, é verdade, pessoas que estavam nas franjas, conseguiu mobilizá-las. Mas inicialmente era mesmo só um partido de quadros. Havia alguma militância regular na sede, mas com poucas pessoas, poucas pessoas tinham essa actividade. Não me recordo bem como é que eram as reuniões, eram mais ou menos frequentes, mas com pouca gente, poucos militantes.

No PRD era diferente. O partido tinha uma estrutura diferente e talvez por influência do general Ramalho Eanes, talvez por isso tivesse arrastado mais pessoas. Aqui é diferente, não foi por causa de uma cisão [ASDI] que houve como no PSD, de quadros ou figuras que tinham alguma importância dentro do PSD. Aqui há uma componente mais popular. Vai buscar gente de vários sítios, gente que estava muito desiludida e desanimada, quer pelo PS, quer pelo

PSD, sobretudo pela própria vida política, que era um pouco semelhante com o que se está a passar hoje. Notava-se muita falta de experiência e desorganização e talvez, também, em termos ideológicos não tão sólido como a ASDI. A ASDI era sólida, em termos dos princípios e dos valores, estava bem definida e as pessoas que lá estavam eram pessoas com as ideias bem definidas. Aqui não, aqui havia gente de muitos lados, tanto da esquerda como da direita, que depois veio a determinar um pouco o futuro. Até o fim, a forma como ele vai terminar, o PRD acaba por ser “adquirido” pelo Movimento de Acção Nacional. Só isso denota bem como é que era aquilo lá dentro.

Em termos de organização costumávamos reunirmo-nos. Tínhamos uma organização a nível distrital, concelhio, mesmo em termos autárquicos. Já havia uma certa actividade, não estava era ainda devidamente organizada. Ainda demorou algum tempo até haver alguma organização. Porque era à volta de uma figura, de uma pessoa, sem dúvida à volta de valores dessa mesma pessoa, mas não tão sólido e coerente como era de facto a experiência da ASDI. Não me lembro de qual era a periodicidade das reuniões, mas como havia uma intervenção a nível das autarquias isso obrigava-nos a fazer parte da concelhia da Amadora, e por causa disso é que fui depois eleito para a Assembleia Municipal da Amadora e a fazer parte das reuniões de preparação para a assembleia municipal. E aí já é um trabalho mais aprofundado em termos partidários.

Participava normalmente nas actividades dos órgãos do partido. Foi no PRD que fui eleito para o Conselho de Jurisdição e depois fazia parte do Conselho Nacional, ou órgão equivalente. Já não tenho bem presente. Em relação a eleições externas participei, como disse, na FRS, com o Guterres, e depois tenho bem presente que quando acabaram as eleições houve uma grande decepção. Recordo que houve uma intervenção do Mário Soares e foi a partir dessa intervenção do Mário Soares que eu decidi de futuro não mais intervir na política. Isso foi em 1980. Eu continuei lá mas fiquei muito desiludido. Foi antes da ASDI. Depois acabei por entrar, mais tarde, no PRD e acabei por desistir e afastar-me. E só não desisti na altura porque fui convidado pelo Cunha Leal, que tinha uma ligação pessoal com o general Ramalho Eanes, e eu como estava no escritório dele perguntou-me porque é que não vem para a política, e insistiu um pouco nesse sentido. E foi por causa disso que eu entrei no PRD, se não nem sequer teria entrado. A experiência da FRS já tinha sido uma experiência muito frustrante e eu tinha alguma esperança na FRS. A FRS era uma coligação do PS, da ASDI e da UEDS. E eu tinha de facto pelas pessoas, porque para além das pessoas da ASDI, tínhamos conseguido no fundo a linha do Vítor Constâncio, do Guterres, do secretariado, eu tinha alguma esperança nessas pessoas. Embora agora se eu olhar para trás não sei dizer porque é que teria apostado nessas pessoas, porque acabaram por me desiludir também. Quer o Vítor Constâncio, quer o Guterres, ainda agora quando disse que não iria [concorrer] à Presidência da República. Eu acho que ele devia ter ido até por uma questão de imperativo. E depois foi aquilo que eu compreendi também: quem quer que a política tenha uma dimensão ética acaba por depois lavar as mãos a dizer que eu não tenho que sujar as minhas mãos, quem quiser

que faça isso, ou então acaba a ética por também não clarificar a questão política e acaba ela própria por ficar defraudada em si mesma. Mas foi um bocado assim da ASDI para a FRS.

E havia discordâncias? Como é que se manifestavam?

Nas reuniões, normalmente nas reuniões. Tive várias intervenções, em termos estratégicos e termos de alianças, recordo-me de algumas vezes termos discutido alianças relativamente ao PS. Não posso precisar em que circunstâncias concretas foram, outras vezes em relação ao próprio PSD. E, no fundo, também aí está: o PRD ficou entalado entre os dois partidos. Ou se quer demarcar em relação a um e depois fica em relação ao outro numa posição de desconfiança. Ou então faz o contrário e fica depois também numa posição de desconfiança nesse sentido.

No caso da ASDI houve um processo de dissolução. No caso do PRD houve um abandono declarado da militância. Recordo-me perfeitamente que eu vim em Agosto de 1990 para cá [Macau]. Em 1980 foi quando entrei na CGD, em 1987 fui para a Assembleia Municipal da Amadora e em 1988 membro da CNE. Depois eu desiludi-me. Recordo-me de falar com o Medeiros Ferreira, lá na Alsaciana, e ele próprio também tinha essas dúvidas, se havia de ficar, se havia de continuar. E eu disse que isto não tem futuro, o sistema está definido e não há possibilidade de renovação do sistema, não acredito nisso. Na altura ele também afastou-se. Foi a questão das eleições europeias com a ida do Canavarro, em 1989. E eu vim para cá. Recordo-me de na altura ainda ter havido um contacto do engenheiro Hermínio Martinho, até sobre a minha posição em relação à questão do PRD, e eu disse claramente que não vejo futuro nisso e não vejo que possa ter um papel importante na renovação do sistema, nem levá-lo de acordo com o que nós pensamos que seria melhor. E pronto, houve um afastamento. De 1990 para cá nunca mais soube nada, nem quis saber. Saí completamente da política.

Isso foi formalizado de alguma forma, foi enviada alguma carta, deixaste de pagar quotas?

Boa pergunta. Não me recordo como é que foi esse processo, como é que me desvinculei. Sei que estava na CNE e na Assembleia Municipal da Amadora, digamos que abandonei tudo, incluindo o mandato que estava em curso. Na AMA e na CNE. Na CNE o mandato era de 1988 a 1991 e eu vim para Macau em 1990. Fui substituído por outras pessoas. Foi um processo de mudar de vida e de não querer mais saber de nada. Foi deitar para trás das costas e nada mais.

Ainda houve a tentativa de contacto do engenheiro Hermínio Martinho já depois de eu estar aqui. Eu estava no Hotel Royal e recebi um telefonema dele. Até estava constipado nessa altura e achei estranho como é que ele tinha feito o contacto comigo. Ele pôs precisamente a questão do futuro do PRD e eu disse-lhe: já estou aqui em Macau e não acho que o partido tenha qualquer futuro. Foi o último contacto.

A partir do momento em que se dá o abandono houve consequências do ponto de vista pessoal e profissional?

Houve. Um partido como o PRD, ou a ASDI, que está ali rigorosamente no centro, depois

acaba por criar alguma animosidade quer de um lado quer do outro. Quer do lado do PSD, quer do lado do PS. No fundo a pessoa não pode ser um independente, nem ter uma posição que esteja fora da posição oficial dos dois partidos. Se tiver é excluído. Ainda hoje eu sinto isso. Do ponto de vista profissional e pessoal. Claramente. Houve degradação de relações pessoais com pessoas ligadas ao PSD, ao PS e ao PRD.

O processo de afastamento do PRD foi um momento de ruptura da minha própria vida, de mudança de pensar. Foi um processo de pensar as coisas, de pensar tudo, houve circunstâncias da minha vida pessoal, foi um processo grande, de circunstâncias da vida pessoal e de descontentamento com a actividade política, com o rumo do partido, da vida política nacional, que não se conseguia mudar e influenciar num certo sentido. Havia descontentamento em relação ao partido e em relação à forma como as coisas eram feitas, em relação à minha intervenção. Havia as duas coisas. E também uma certa luta pelo poder interno, dentro do PRD, que eu cheguei à conclusão que os partidos são grupos sociais mas que potenciam o que há de pior nas pessoas. O que é um pouco contraditório porque eu acredito na dialéctica, eu acredito que é bom e que é mau, mas constato que nas organizações e nos grupos potencia-se o que há de pior. Entre pessoas que são do mesmo grupo há uma luta terrível, quase que de faca nas costas, e eu acabei por assumir uma posição um pouco mais individualista, de não estar em termos de grupos. Por desconfiar dos grupos um pouco. Dos partidos também. Dentro do partido notava-se claramente a existência de grupos, e de uma forma sem qualquer ... mesmo do ponto de vista ético. Se um tipo vai para lá por causa disso e depois chega lá e vejo o contrário, fujo dali, é porque estou a mais ali.

Essas lutas eram pela ocupação de lugares internos na estrutura do partido? E fora do partido?

Sim, sim. Não é a meritocracia que está dentro dos partidos. Não é isso.

Depois que saíste do PRD não voltaste a ser militante de nenhum partido?

Não. Nem intervenção política de escrever nos jornais. Nunca. Nem houve participação noutras organizações da sociedade civil. Os grupos para mim morreram. Nunca perdi a reflexão política e tentarei continuar a fazer no sentido de procurar saber onde estará a verdade. Isto talvez seja um pouco a influência em termos académicos, onde haverá uma linha que eu possa considerar mais justa em termos de vivência social, de reflectir o que está bem ou o que está mal, enfim, de fazer reflexão sobre o que me rodeia, mas não uma intervenção política activa. Isso não.

Então está fora do teu horizonte voltares a inscrever-te num partido? E em associações, grupos de reflexão, grupos de intervenção cívica? Continuas a ser uma pessoa interessada, a pensar e a reflectir estas questões...

Não sei, não sei. E agora já é outra questão, é se nesta idade – embora eu considere que em qualquer idade, não é um problema de idade – eu acredito que ainda haja gente boa, gente desinteressada, gente que quer o bem dos outros, que não é só egoísta e que é possível mudar a vida. E que é necessário mudar e juntar forças para mudar. Eu também acredito

nisso. Não excluo por completo essa reflexão. Agora é difícil em relação às próprias pessoas. Eu fiquei muito desiludido com a questão das pessoas.

E essa desilusão em relação às pessoas é uma razão para o afastamento da militância?

Eu hoje já penso que a democracia, e acredito que a democracia vai evoluir, não desaparece, vai evoluir constantemente, vai ter o seu papel. Cada vez menos, provavelmente, será à volta deste tipo de organizações. Se estas organizações que são os partidos desaparecem, também não acredito que possam desaparecer porque é necessária alguma organização e esta experiência de facto da ASDI e do PRD demonstrou, não basta só ter boa gente e com boas intenções. É preciso ter uma estrutura e uma organização. Houve falhas aí. Os partidos vão ser necessários. Agora que as escolhas ou as decisões passem só pelos partidos...? Eu quero acreditar que deixem de o ser. E que a Internet, e que haja outras vias, que possa ter a democracia em termos de decisão sem passar só pela organização dos partidos. E não sei, pode ser que venha a haver alguma intervenção, se achar que há um grupo de pessoas que esta desinteressadamente a partilhar dos mesmo valores e que também e pela acção política, pela mudança..., não escondo. Não é preocupação.

Como é que tu vês as organizações de juventude dentro dos partidos? São necessárias, são desnecessárias, há alguma coisa que esteja mal, que deva ser mudada?

Bom, eu posso é preocupar-me em saber qual é a alternativa a isso. A ideia seria que é para formar, para formar gente que depois no futuro tenha a experiência necessária para assumir funções públicas e funções políticas. Acho que sim. Que deva ser por organizações juvenis é uma questão que coloco a mim próprio. A formação pode ser feita dentro do partido sem que haja necessidade de uma organização juvenil, ou feminina, ou sindical. Eu penso que tudo isso tem de ser repensado, revisto. É por isso que este meu trabalho de investigação [o entrevistado está a fazer um doutoramento na Universidade de Coimbra] tem a ver com isso. Nós estamos a trabalhar com o mesmo esquema mental de realidades que são diferentes. Nós estamos numa realidade hoje que é diferente da realidade [de] há cinquenta anos ou de há vinte anos. E a gente tem é que ver quais é que são as novas modalidades e as novas formas de organização que deve assumir. E por isso não acredito muito. Este sistema funcionou, deu já o que tinha a dar. É importante e não excluo a existência de partidos, mas relativizo muito. Acho que há os movimentos sociais, ok, também são importantes nesse sentido, e há outras formas de participação inorgânica nas redes sociais. É muito importante as pessoas intervirem, as pessoas são alertadas por várias opiniões diferentes, não apenas por uma, e podem fazer a triagem. Talvez até seja mais importante e talvez até possa ser por essa via.

Então e os estatutos, designadamente no caso do PRD. Tiveram alguma influência na tua participação?

Os estatutos não eram um empecilho. Não era por aí. Aliás, até havia um certo entusiasmo e queriam-se criar coisas novas, e a questão da participação, até porque haver gente que estava desiludida e havia uma certa paixão por criar coisas novas e ser diferente. Se se

conseguiu ou não é coisa diferente, esse é outro problema, e mais tarde veio-se a chegar à conclusão que afinal não se conseguiu, mas pelo menos havia isso, havia gente descontente. E até podemos estabelecer o paralelo com hoje. Havia gente descontente que queria mudar as coisas e que nessa altura tinha um certo idealismo e tentou fazer isso. A questão dos estatutos ou do programa não prejudicaram nada. De modo algum.

E o que é que os partidos podem fazer hoje em dia, se é que podem fazer alguma coisa, no sentido de levarem mais gente para o seu interior, terem mais militantes, poderem crescer e terem uma participação alargada?

Os partidos têm que se abrir. Os partidos têm que ter um núcleo central que dá uma certa solidez e institucionalização e continuidade, mas tem que ser abertos. Abertos ao exterior, à própria sociedade. Integrar. É absorver. Como é isso pode ser feito? Para já uma postura diferente, uma postura diferente relativamente à própria questão da política. Não considerar os partidos como fronteiras fechadas, como clubes. A ideia clubista não. Têm de ser abertos porque há sempre uma margem de pessoas que num determinado momento poderá não estar aí mas num outro momento poderá lá estar e estar de acordo. E por isso é que nós vemos hoje pessoas de diferentes partidos a partilharem as mesmas ideias. E são de origens diferentes. De um lado e de outro. Portanto, acho que os partidos têm de abrir-se, abrir-se mais, e que não têm de ter medo dessa abertura em relação ao exterior. Quebrar um pouco as próprias fronteiras, e criar também formas de participação. Níveis diferentes. Para determinadas coisas têm de ser os militantes do partido, para outras têm de ser outras formas diferentes, sem medo, sem receio de perda de identidade ou não, pelo contrário, até penso que enriquece a identidade do partido, numa espécie de círculos de diferentes níveis de participação. Até tipos de alianças para diferentes situações. Por isso é que acho que é extremamente importante esta experiência nova do partido Socialista. Acho que é uma experiência nova, interessante, muito positiva. Eu acredito muito na maioria relativa, mais até do que na maioria absoluta. A maioria relativa obriga a negociar, a criar consenso entre várias forças políticas. Isto para mim é que é verdadeiramente a democracia. O que é que uma força política faz? Sem oposição das outras é quase como se fosse uma ditadura, tem de ser um diálogo permanente de um lado e do outro. Posições que são diferente à partida mas em quês e vai considerar o denominador comum. É um pouco como foi a experiência da União Europeia no princípio. Estados tão diferentes conseguiam criar qualquer coisa nova. Agora não. É uma desigualdade interior. Aqui é a mesma coisa. Creio que aqui também tem de ser esse o sistema.

ENTREVISTA A JOÃO MOTTA

LISBOA, 28/01/2015

Chamo-me João do Nascimento Pereira da Motta, 60 anos, tenho duas licenciaturas em engenharia. Uma em engenharia mecânica e uma em engenharia civil. E tenho um MBA pela Católica [Universidade]. Sou engenheiro de profissão. Neste momento estou reformado. Desempenhei cargos políticos. Fui membro do executivo da Câmara Municipal de Ponte de Lima, vereador, de 2001 a 2005, se não estou em erro. Fui eleito pelo Partido Social Democrata (PSD) que me fez um convite para concorrer à câmara, à presidência, contra o então presidente da Câmara que era o Eng.º Manuel Campelo.

Não era militante do partido. Fui convidado como independente para me candidatar à Câmara. Tive o apoio do partido para o fazer.

Houve muito tempo em que achei que a política não era para mim, seria para outros que tinham mais disponibilidade. E resolvi dedicar-me à minha vida profissional. Com o correr do anos, e face àquilo que eu achava que devia ser o rumo do país, achei que devia começar a interessar-me e a participar nas coisas públicas. Fiz alguma aproximação a alguns amigos que na altura militavam em alguns partidos, porque queria participar. E foi nessa sequência que um amigo meu se lembrou – influente no partido – de propor a minha candidatura à Câmara de Ponte de Lima.

Na altura cheguei a considerar isso [hipótese de me filiar no PSD] por ter sido convidado para o efeito. Aconteceu que as estruturas partidárias, pelo menos em Ponte de Lima, e creio que também noutras cidades, estão um bocado viciadas e, portanto, a minha proposta de filiação acabou por desaparecer lá no meio das comissões políticas. Cheguei a apresentar um formulário no sentido de aderir ao partido. Depois, os interesses partidários e das pessoas que dominam os partidos, penso eu, não estavam muito interessados em que eu fizesse parte da organização. E fizeram desaparecer a minha proposta. E eu nunca mais me preocupei com isso. Não, não voltei a insistir. Nunca mais me preocupei com isso.

Tinha interesse em tornar-me militante do partido porque naquela altura achei que podia dar um contributo para que algumas das minhas ideias. E aquilo que eu achava que podia ser o rumo do partido, isto é, do país, podia ser outro. E que era bom que comessem a aparecer nos partidos pessoas diferentes daqueles que se tinham acomodado e que de uma certa forma, no meu entender, achavam que o partido era uma fonte de emprego, e dessas coisas todas. E não de resolver os problemas do país.

O facto da sua ficha se ter extraviado não o levou a tentar a entrada por outra estrutura, em qualquer outro ponto do país?

Não, porque na altura estava em Sines e não me identificava muito com as forças políticas que por lá andavam, e achei que não valia a pena insistir. É difícil a gente pertencer a uma organização que não nos quer. Enfim, pode haver pessoas que numa determinada altura achem que podemos dar algum contributo mas que efectivamente não nos querem lá porque

a organização pretende que sejam os militantes já com algum caminho que tenham direito a exercer determinados cargos.

Nunca colaborei com outro tipo de organizações, associações ou outras, até porque a minha actividade era um pouco fora dos grandes centros. Não permitia que isso acontecesse. Nunca consagrei qualquer tempo a outro tipo de participação cívica ou de tipo humanitário. Houve uma altura em que quando se formou um movimento mais ou menos independente no PSD, embora com características mais independentes do presidente da Comissão Política de Ponte de Lima, me convidou ainda para fazer da assembleia municipal. Mas a minha disponibilidade para estar na assembleia municipal e fazer o acompanhamento era limitada por razões profissionais. Não me ia dedicar a tempo inteiro e não me era fácil deslocar-me sistematicamente às reuniões das assembleias. Acabei por declinar o mandato.

Encararia a hipótese de ainda se vir a tornar militante do PSD ou de qualquer outro partido?

No actual quadro partidário, com os partidos que existem, não vejo qualquer hipótese de o fazer. Primeiro, porque não tenho qualquer interesse em fazer parte de uma organização que não se regenera, digamos assim. E ser militante para pagar quotas não vale a pena.

Que condições gostaria de ver preenchidas para se poder tornar militante de um partido no momento actual?

Teria que haver uma grande revolução nos partidos. Eu acho que os partidos estão demasiado dependentes das estruturas que criaram. E acho que já não tenho idade para seguir todos os passos e subir os patamares necessários para poder ter alguma influência e poder vir a ter algum benefício – benefício do ponto de vista de cidadania – dessa participação.

A nível de organização, como já disse, os partidos estão demasiado capturados pelos militantes, pelos grupos que os dominam. Não vejo que haja uma grande abertura para se poder participar efectivamente.

Quanto às questões estatutárias não tenho muito a dizer porque também não os conheço muito. Quando formulei o meu pedido de adesão ao PSD não conhecia os estatutos. Conhecia o programa do PSD. Eu não me candidatei a nenhum cargo nacional. Era candidato a presidente da Câmara de Ponte de Lima e na altura o programa foi elaborado por nós. Por mim e pela comissão política. A organização; é evidente que teve de se fazer um trabalho de conjunto, definir um programa com que iríamos concorrer à Câmara. Mas a escolha da equipa era logo limitada pela Comissão Política. Não fui eu que escolhi a equipa como queria, a ordenação da lista. É evidente que tive que aceitar, para poder concorrer, que fossem incluídas na lista pessoas que o partido achava que deviam lá estar. Uns conhecia, outros não conhecia. Havia alguns que eu estava de acordo, mas outros não os conhecia de todo. A questão também se põe porque creio que foi uma candidatura muito precipitada. Eu fui convidado para ser candidato à Câmara de Ponte de Lima e fui recusando. Só no limite, porque tive a disponibilidade que a minha empresa manifestou, para que eu pudesse fazer a campanha durante um mês, de eu aceitar esse convite. A minha ligação a Ponte de Lima já estava um bocado per-

turbada, digamos assim, por já há muitos anos estar fora, embora fosse regularmente a Ponte de Lima, e, portanto, eu não poderia nunca criar uma equipa minha para concorrer à Câmara de Ponte de Lima. E então foi necessário sujeitar-me um pouco aos arranjos que foram feitos, sendo certo que naquela altura também seria praticamente impossível ganhar a Câmara de Ponte de Lima. Mesmo assim tivemos um resultado muito bom. Mas à partida estava fora de questão ganharmos a Câmara de Ponte de Lima. Daí que, enfim, também aceitar a equipa como foi apresentada era quase uma condição para poder ser candidato, embora eu estivesse numa posição em que talvez pudesse exigir mais. Mas também não tinha capacidade para em tão pouco tempo reunir uma equipa que pudesse ser vencedora.

Acabou por ficar limitado na suas escolhas, mas também nas opções que foram tomadas em relação ao programa...

Claro. Mas houve aí um pouco de amadorismo, na altura, nessa coisa toda. Uma candidatura requer mais do que uma presença contra alguém. Embora hoje em dia em determinados concelhos para se ser candidato não baste ter uma equipa, mas é evidente que se queremos ter mais hipóteses temos de ser capazes de criar uma equipa que consideremos capaz de vir a ter aceitação popular. O que é difícil em concelhos como Ponte de Lima, por exemplo, que tem mais de 50 freguesias e há todos os pequenos poderes que estão instalados e um território imenso, e chegar às populações é difícil sem o partido e se o partido não estiver devidamente organizado.

Enquanto esteve na vereação como foi a sua articulação com a estrutura do partido, pois embora não tivesse conquistado a Câmara manteve-se como vereador?

Começou por ser articulada com o PSD mas deixou de ser. Porque eu entendi, eu e o colega de vereação que foi eleito, esse sim escolhido por mim; entendemos que a posição que deveríamos ter na gestão na autarquia não era uma posição do contra, era uma posição construtiva. Aliás, dissemos isso logo desde o início que nós estaríamos para colaborar com o executivo, para aprovar aquilo que achávamos que era de aprovar e para rejeitar ou discutir as ideias, o que foi feito, também com grande abertura por parte do partido que ganhou a Câmara. Todos os assuntos foram realmente debatidos e as soluções encontradas quase sempre por consenso. Só naquelas questões que eram mais políticas, ou desse género, políticas no sentido de que um partido por essas mesmas razões políticas, digamos, não podia deixar de fazer isto ou de fazer aquilo, mas normalmente as votações eram sempre consensuais porque conseguíamos discutir os assuntos.

Gostaria de acrescentar só que esta minha passagem forçada pela política deu-me muitos maus resultados. Fiquei com uma ideia sobre o funcionamento dos partidos pior do que aquela que tinha quando lá cheguei. E hoje, realmente, entendo que vai ser muito difícil pensar que os partidos tal qual estão organizados possam efectivamente contribuir para um maior, maior não, mas para um melhor desenvolvimento do país.

ENTREVISTA A JOSÉ RIBEIRO E CASTRO,
ISCTE-IUL, LISBOA, 06/11/2015

[Chamo-me] José Ribeiro e Castro, sessenta e um anos. Sou licenciado em Direito; frequentei o mestrado, que, depois, não concluí por causa dum as eleições presidenciais – fiz a parte escolar, mas depois deixei passar o prazo para apresentar a tese. E essas são as minhas habilitações académicas e profissionais. Sou advogado inscrito na Ordem e sou funcionário público.

O Sr. Dr. ainda é militante do CDS-PP?

Exactamente, militante do CDS-PP.

Quantos anos de militância é que tem?

Eu entrei no partido em 1974, logo a seguir à sua fundação. Não fui fundador, fui fundador depois da JC, a Juventude Centrista, que se fundou três semanas depois, no princípio de Agosto. Mas, portanto, eu entrei no partido, salvo erro, no final do mês de Julho de 1974, poucos dias depois da fundação do partido. A fundação do partido foi em 19 de Julho, entrei talvez uma semana depois. Conheci, nessa altura, o Eng.º Adelino Amaro da Costa e inscrevi-me. Venci as dúvidas e as hesitações que eu tinha.

Mais tarde, houve uma crise do partido em 1986, no Congresso do Rivoli, que corresponde ao VII Congresso do CDS, em que é eleito para presidente o Prof. Adriano Moreira, vencendo uma lista liderada pelo Dr. Morais Leitão, que eu apoiava. Nessa altura, desfiliei-me do partido. E voltei a filiar-me no partido uns anos mais tarde, 1990, por aí, não me recordo exactamente. Aliás, arrependo-me dessa saída temporária. Aquele congresso foi um congresso muito marcante, muito fracturante, muito azedo, muito violento do ponto de vista político verbal, mas eu creio que fui injusto para a pessoa do Prof. Adriano Moreira. Penitenciei-me disso, tenho as melhores relações com ele. Ainda que eu mantenha as razões de crítica quanto à dinâmica desse congresso e aos erros que foram gerados por esse processo, penso que, no caso do Prof. Adriano Moreira, ele também acabou por ser uma vítima desse processo e fiz, ao tempo da minha saída, apreciações bastante injustas. Não fiz críticas tanto quanto às pessoas, mas quanto ao processo; mas, ainda assim, quanto a ele, devia-o ter preservado, o Prof. Adriano Moreira, de algumas das minhas críticas, e não o fez. Portanto, desde que regresssei, não sei exactamente em que altura, salvo erro, logo em 1990, como lhe disse, voltei a ser filiado no partido e assim me tenho mantido.

Mas durante esse período, o Sr. Dr. não pagou quotas?

No CDS não se paga quotas¹. Depende das concelhias, mas, em geral, na prática, não se paga quotas. Nunca tive filiação noutra partido. Mantive-me, aliás, mesmo naquele curto período em que estive fora, sempre ligado, através da Federação dos Trabalhadores Demo-

¹ O artigo 6.º, n.º 2, alínea c) dos Estatutos do CDS-PP, aprovados no XXV Congresso, em 11 de Janeiro de 2014, Oliveira do Bairro, impõe como dever dos militantes o pagamento atempado das quotas.

cratas-Cristão, que é uma organização autónoma do partido, da qual fui fundador, e autor do seu Manifesto de Fundação em 1978. Corresponde ao braço político sindical do partido no processo de organização do sindicalismo democrático, da corrente democrata-cristã, e, portanto, manteve sempre a presença intensa na FDTC.

Quanto à minha actividade política, tive um longo período de interrupção.

Tive um período de actividade política que se inicia logo a partir da minha filiação em 1974 e que vai até 1983 – ainda que eu tivesse desejado interrompê-la logo em 1979, após a vitória da AD; mas, enfim, não foi possível, pelo que até 1983, mantive-me e desempenhei diversos cargos públicos. Foi a minha primeira fase no partido. Fui dirigente nacional desde muito novo, porta-voz do partido desde 1976 a 1983, director do jornal oficial do partido, etc., director do Departamento de Opinião Pública, e algumas funções políticas, como deputado e secretário de Estado.

Depois, com excepção da minha presença na actividade autárquica, interrompi totalmente a minha actividade partidária de 1983 a 1998 e só tive actividade política num curto intervalo: a candidatura presidencial de Freitas do Amaral. Foi uma campanha longa, em 1985/1986, tanto assim que fui director executivo da campanha. Foi a única actividade política que exerci nesse espaço de tempo. Estive na minha actividade profissional e a fazer outras coisas. Estive num gabinete ministerial com o Eng.º Roberto Carneiro, Ministro da Educação, estive trabalhando em institutos políticos, estive na TVI, fiz advocacia – em suma, andei fazendo outras coisas.

Regressei de novo à actividade política, quase *fulltime*, em 1998, aos poucos, e desde 1999 até há pouco, outra vez em *fulltime*.

Começando pelo momento da sua adesão ao partido pedia-lhe o favor de me identificar as razões principais que o levaram a aderir.

Bom, tinha havido uma revolução. Ainda não estávamos no PREC, mas já havia uma aceleração política; e era um tempo que podemos caracterizar de emergência cívica. Havia uma chamada a que as pessoas tomassem posições. Nós tínhamos vivido num regime autoritário, numa ditadura, no Estado Novo. A política não fazia parte do dia-a-dia. A política era feita a partir do Estado e isso mudou do dia para a noite. Portanto, havia essa chamada, havia esse desejo de intervenção.

Como é que me defino? Católico, conservador, centrista, personalista, moderado. As razões da adesão foram fundamentalmente de natureza cívica e ideológica.

Não pensava em ser político profissional, de todo. No campo político, mesmo à esquerda, os tempos foram muito duros, muito exigentes, as pessoas avançavam por razões ideológicas para contribuírem para soluções para o país, para que o país fosse em determinado caminho e não fosse noutra determinado caminho.

Devo dizer-lhe que, nessa altura, eu era muito sensível à questão do Ultramar, preocupado por razões familiares e da minha história pessoal, e isso, para mim, constituía uma preocupação principal. Nas minhas buscas, andei primeiro a ver se encontrava alguma coisa que tives-

se uma resposta política possível à questão ultramarina, muito difícil, que então se vivia. Aquilo que eu considerava possível nessa altura encontrava-se muito no chamado pensamento spinolista, isto é, federalista. Só que manifestamente isso nessa altura já era retardatário; e, nomeadamente, torna-se claro a partir de Julho, num discurso célebre do Presidente Spínola, que a questão ia tomar outro caminho. Por isso, independentemente do gosto ou desgosto com que víamos isso, tornou-se uma questão passada em termos de escolhas fundamentais. É assim que entro no CDS, logo nos primeiros dias.

Devo dizer, porém, que a questão ultramarina continuou sempre presente. Creio que o CDS e outros partidos, o PPD também, procuravam sempre que a descolonização fosse feita de uma forma democrática, fizeram sempre essa exigência. Há quem diga, aliás, que uma das razões de crise do I Governo Provisório, onde estava o Dr. Sá Carneiro, o Governo Palma Carlos, terá tido a ver com isso: exigências para que o processo de descolonização tivesse condições de participação democráticas, quer em Portugal, quer em cada um dos países que acederiam à independência, ou não, consoante a escolha que fizessem. Mas, portanto, independentemente desta exigência geral de democraticidade, é evidente que, a partir de Julho, a dinâmica passou a ser outra e as escolhas políticas das pessoas faziam-se noutra base que não principalmente a descolonização.

Eu conhecia o Prof. Freitas do Amaral, era um aluno muito qualificado da Faculdade de Direito, o melhor aluno do meu curso, com o Menezes Cordeiro, com relações próximas com muitos professores. O Prof. Freitas do Amaral era um professor muito respeitado na jovem geração de professores da escola de direito público de Lisboa – aliás, apontado como possível sucessor de Marcelo Caetano na liderança da importante escola de direito público de Lisboa; e creio que só não o foi por causa da sua carreira política e da instabilidade que acabou também por afectar a sua brilhante vida académica.

Era próximo do Prof. Freitas do Amaral; e havia um conjunto de colegas da minha idade, do meu ano, e mais atrás, mais novos, um pequeno grupo, que acabámos por fazer uma reunião com Freitas do Amaral. Só que o Prof. Freitas do Amaral, para meu gosto, era muito centrista, era muito giscardiano. Giscard d'Estaing era, nessa altura, uma figura muito marcante, vindo a tornar-se por esse tempo presidente de França. Essa era uma grande influência em Freitas do Amaral, o centrisme giscardien. Ora, eu também sou centrista, mas o que chamava um “centrista complementar” – por outras palavras, eu seria centrista “além de”. A minha escolha principal seria outra. Gostava de uma coisa mais militante, mais palpitante. Achei interessante essa reunião de jovens alunos universitários com Freitas do Amaral, mas não me convenceu; por isso, não fiz parte logo da fundação.

Mas tinha, e tenho, muita estima e respeito por Freitas do Amaral, que logo apresentou coisas com as quais estava de acordo: um projecto de um partido mais doutrinário, e não tão pragmático como parecia que era a proposta do PPD, que era só pragmático.

Depois, aconteceu, como lhe disse, que conheci o Adelino Amaro da Costa, por parte desses colegas com quem partilhava as minhas dúvidas, e eles diziam “é pá, tens que ir falar com

o Adelino Amaro da Costa”. Tinha vinte anos, e fui.

Tivemos uma longa conversa, ele engraçou comigo, eu engracei com ele. Depois ficamos amigos chegados; e eu um colaborador muito próximo. Ele tinha uma versão mais calorosa, mais substancial, mais comprometida, se quisermos, mais democrata-cristã, ainda que, afinal, Freitas também fosse DC, e o Adelino também fosse centrista – Amaro da Costa tinha escrito, aliás, alguns artigos muito marcantes. Mas o seu discurso e atitude era uma coisa mais “engajada”, não tão geométrica, não tão cartesiana, não tão matemática, não tão racional. E, por esse lado, talvez tenha tocado mais a minha inteligência emocional e eu senti-me identificado.

Eu desde miúdo que me sentia próximo do pensamento social católico. Leituras da adolescência, convívio com colegas em paróquias perto de casa, conhecimento de uma ou outra encíclica, portanto, senti-me muito tocado pelo esquema da terceira via da doutrina social da Igreja, entre o liberalismo selvagem e o marxismo colectivista. Pareceu-me isso bastante correcto, bastante justo, a justa medida, e eu senti-me bastante atraído por isso. Se quisermos, já era desde muito novo um democrata-cristão *avant la lettre*. Se me senti identificado com Amaro da Costa foi por causa disso. Achei muito interessante a marcada exigência personalista que o CDS tinha, parecendo, aliás, que, à medida que a revolução caminhou para o sentido socialista radical, mais o personalismo se fortalecia e evidenciava como a alternativa e a resposta certa. Aliás, escrevi muitos textos sobre isto: atraiu-me muito a ideia do personalismo como alternativa, a alternativa certa relativamente a uma deriva socialista que me parecia completamente errada - sempre achei, aliás, desde as minhas primeiras leituras na adolescência, que o socialismo é um erro teórico e que um erro teórico nunca bate certo. Por isso, era precisa uma outra resposta e essa outra resposta era o pensamento personalista. Foi isto.

Em relação ao momento da sua adesão qual era o conhecimento que tinha do programa e dos estatutos do CDS?

O programa não existia, fizemo-lo a seguir. Eu colaborei nesse trabalho embora de uma forma limitada. Havia uma Declaração de Princípios, isso foi também uma coisa que me impressionou. O CDS foi feito à volta de uma escritura, de uma Declaração de Princípios. Não há mais nenhum partido, que se saiba, se calhar estou a ser injusto, mas fez-se à volta dessa Declaração de Princípios. Essa Declaração de Princípios era para os fundadores e dirigentes do partido muito importante, fundamental mesmo. Portanto, não é um partido que se faz à volta de pessoas, mas à volta de um conjunto de valores e de princípios. Essa Declaração de Princípios foi para mim também muito importante. Eu verifiquei por aquele papel que eu cabia ali, que aquilo era uma camisa que me assentava bem; eu sentia-me confortável com essa camisa. Isso para mim foi muito importante. Os estatutos não, nem sei se havia, isso tudo foi feito depois. Aliás, são aprovados no I Congresso, que foi o famoso congresso do Palácio de Cristal, que é boicotado, interrompido, e depois acaba numa sessão clandestina já umas semanas depois. O congresso é a 24, 25 ou 26 de Janeiro de 1975, por aí, e depois conclui em finais de Fevereiro, também no Porto, numa sessão fechada, clandestina. Esses documentos já são feitos pelo trabalho e preocupação da militância e de quadros do partido, nos quais eu

também me incluí, participando nesse trabalho de elaboração programa, embora de uma forma modesta, como contribuinte num ou noutro ponto. Colaborei mais intensamente na parte de Educação e da Política Externa. O programa foi feito a várias mãos pelos dirigentes mais seniores do partido.

E da sua experiência, dos anos de militância no CDS, qual o papel que os estatutos desempenharam?

Depende das fases. Os estatutos realmente deviam ser a Constituição do partido. Devia haver uma grande paz e uma generalizada observância dos estatutos. Mas infelizmente isso não acontece. No princípio, muitas vezes, as lutas estatutárias eram instrumentais do combate político dentro do partido. Eu creio que isso viciou muito o debate estatutário, facto que nunca desapareceu por inteiro. Ao princípio, vivíamos na paz dos anjos, havia um generalizado respeito e um grande pluralismo aberto e despreocupado; as pessoas eram muito diferentes, mas não estavam organizadas em correntes e muito menos em facções. As pessoas exprimiam-se livremente e construía-se de uma forma saudável a vontade colectiva. Até que começou a competição política, e a partir daí as coisas mudaram um bocadinho. Quando começou a haver tensões dentro do partido, o confronto dos estatutos também se tornou instrumental do combate político e, às vezes, quem atacava apresentava propostas estatutárias irresponsáveis e demagógicas, mas para conseguir efeitos e ganhos ao nível do combate político. Isso foi um fenómeno perturbador que nos levou ao extremo de haver congressos em que a questão que decidia politicamente o congresso, (por exemplo, o congresso que levou Lucas Pires à liderança, o V Congresso) era o debate estatutário. Não eram as moções de estratégia, mas o debate estatutário. Eu creio que isso foi negativo. Os estatutos deixaram de ser, durante algum período, a paz constitucional do partido, para serem eles próprios um terreno de luta.

Depois afastei-me. Não sei como é que isso evoluiu. A interpretação é a de que terá havido grande influência do “jotismo”, isto é, de determinadas más práticas que provinham da juventude partidária..., mas isso também evoluiu. Quando nós fundámos a JC, em 1974, a JC não tinha vida própria, quer dizer, não existia para si.

A JC eram os jovens do partido, a JC trabalhava para o partido. A partir de certa altura, como aconteceu com outras “jotas”, passou a ser uma espécie de um “sindicato político da juventude” e protocolizou com o partido determinadas quotas internas, presenças em listas, e, portanto, corrompeu-se. Bebeu do “cálice do veneno” e passou a ensaiar práticas de competição muito agressivas de luta pelo poder que, depois, à medida que cresciam, se transmitiam ao partido.

Quando eu regresso à actividade no partido em 1998 (há aqui um longo intervalo em que eu não acompanho, nem tenho testemunho directo), noto que há muita manipulação de eleições locais, golpadas, coisas pouco sérias, migrações de militantes de umas secções para outras, o que se procurou atalhar. Enquanto presidente, procurei atalhar algumas delas; o Dr. Paulo Portas, quando regressa a seguir, também procurou corrigir algumas outras, mas há vícios que continuaram. Não existe na minha apreciação um respeito profundo dos estatutos,

mesmo do ponto de visto directivo, e devia haver. E, muitas vezes, muitas das dissidências, das fracturas e dos choques resultam de as pessoas não confiarem na seriedade das regras do jogo. É evidente que só sai quem perde: às vezes também já vi sair quem ganha, pessoas que ganham, às vezes ganham pelos processos errados e às tantas verificam que caíram eles próprios na sua própria armadilha, acabam por se cansar e vão-se embora. Já tem acontecido, mas o mais frequente é que, quando a pessoa sai, não é tanto por perder, mas porque não reconhece a legitimidade e a seriedade da derrota. Não é um processo liso. E às vezes isso também resulta desses confrontos partidários. Não acontecem, aliás, só no CDS. A gente também vê essas cenas nos outros partidos e vai ouvindo os seus ecos. As eleições em geral dentro do partido deviam guiar-se por este princípio que eu disse quando fui presidente do partido: as eleições são para escolher, não são para excluir. Ora, muitas vezes são muito mais para excluir do que para escolher. Muitas vezes existe aí uma manipulação de princípios estatutários, em conluio com órgãos superiores do partido, em conluio com os órgãos distritais, os órgãos distritais em conluio com a secretaria-geral, muita manipulação, muita manobra na marcação e na realização das eleições internas.

Mas isso contribui para o afastamento da militância? Ou impede a adesão de novos militantes, é factor...

Sim, contribui. As duas coisas. Isso já era assim. Recordo-me quando fui presidente do partido de que apelei, na minha moção, a que não fosse assim. Disse que nós precisamos de abrir portas e janelas para entrarem pessoas, mas as pessoas têm que sentir que o ambiente aqui é bom. Se as pessoas sabem que o ambiente não é saudável, ou se chegam aqui e verificam que não é, vão-se embora. A generalidade das pessoas não tem tempo para a militância partidária permanente. E gostariam, penso eu, de poder dar o seu contributo volta-e-meia. Para isso, têm de sentir que são bem-vindas, têm de sentir que o seu contributo é recebido de uma forma séria. Se as estruturas partidárias existem apenas para si próprias, se adoeceram na sua função, repelem os cidadãos comuns. Acaba por ser um bocadinho a lei da selva e só sobrevive aquele que é mais animal implacável. Creio que isso afasta muita gente comum que gostaria de ter uma relação desprendida com o seu partido.

E como é que vê a participação de não militante dentro dos partidos, como se verificou agora com a entrada de simpatizantes? É benéfica, não é benéfica, como é que ficam os militantes perante a entrada dos simpatizantes?

Eu acho bem. Na minha experiência no CDS, não há grande diferença entre militante e simpatizante, porque, como lhe disse, a prática largamente dominante é a de que não pagamos quotas. Isso coloca praticamente todos em pé de igualdade, é uma questão de inscrição. Foi feita uma revisão dos militantes inscritos. Quando fui presidente do CDS, procurámos fazer essa revisão aos bochechos, mas depois pela conflitualidade política não foi possível concretizá-la. Isso acabou por ser feito na segunda presidência do Dr. Paulo Portas. Procurou-se contactar os filiados, havia moradas que já não existiam, não havia lá ninguém, contactos que não existiam, ou não se conseguia por outros motivos. Portanto, quanto àqueles que não se

conseguiu contactar, ou que comunicaram que não queriam permanecer, foi dado baixa. Só se confirmaram aqueles que eram os activos, que queriam participar e que confirmaram ou actualizaram os seus dados. Aqueles que não se conseguiu contactar entraram numa espécie de um limbo, numa pendência; e só voltavam ao activo, se, posteriormente, manifestavam a vontade de participar na actividade do partido.

Se houvesse uma abertura a simpatizantes, não haveria mais do que o registo. Por mim, vejo com simpatia estas experiências que se vêem noutros partidos de abrir a participação de simpatizantes, designadamente em eleições primárias e directas para a escolha de candidaturas a determinados postos. Penso que são experiências interessantes de reversão da decadência do tecido partidário, de reconstrução da relação de confiança dos partidos com a cidadania, que penso que está pelas ruas da amargura.

Mas também estou convicto de que estas questões práticas são sucedâneas da questão que para mim é fundamental: a reforma do sistema eleitoral. Penso que sem uma reforma do sistema eleitoral isto não tem conserto. Penso que o sistema partidário atingiu uma degradação tal que só com a reforma do sistema eleitoral é que nós conseguiremos recuperar a personalidade dos deputados, sem prejuízo da disciplina partidária, nomeadamente nos grupos políticos de que fazem parte, mas que tenham oportunidade de que a sua voz seja realmente ouvida e que o seu papel seja tido em conta. Por outras palavras, que cada deputado seja de facto um representante do povo e não apenas um funcionário do presidente do partido, um carregador de malas.

Em resumo, essas são experiências interessantes, procurando melhorar, mas que não vão ao essencial.

E o Sr. Dr. quando fala no sistema eleitoral está a pensar num sistema de listas abertas, de círculos uninominais, uma coisa de tipo alemão....

Tipo alemão. Eu sou um defensor, depois de muito reflectir - não pensei sempre assim - e também tendo em conta a revisão constitucional que foi feita em 1997. Creio que aquilo que está subjacente à revisão constitucional de 1997, quanto ao sistema eleitoral, é exactamente permitir o sistema alemão e apontar para este: introduzir círculos uninominais num sistema que continua a ser proporcional e plurinomial, isto é, um sistema misto...

Com possibilidade de ordenação de lista?

... também se pode pôr, mas isso não creio. Eventualmente também pode pôr-se essa escolha adicional nas listas plurinominais, mas creio que o sistema misto, metade dos deputados uninominais e metade em lista plurinomial, é suficiente.

Já agora vou dizer-lhe o que é que eu acho: um sistema alemão complementado com um círculo de compensação nacional. E isto para ganhar a confiança dos pequenos partidos.

Existe uma grande desconfiança dos pequenos partidos relativamente à introdução de círculos uninominais, incluindo de gente qualificada como o Dr. Francisco Louçã, que tem horror só a esta palavra. É preciso vencer essa desconfiança que as pessoas têm, que creio ser infundada no quadro limitado do sistema misto. Mas, para reforçar ainda mais as garantias

de proporcionalidade, colocaria um círculo nacional significativo de vinte cinco deputados, que corrigiria as distorções que ainda existissem. Portanto, eu defenderia círculos regionais em que metade dos deputados são eleitos em sub-círculos uninominais e, depois, uma lista plurinomial para a outra metade proporcional. E eu optaria ainda por que os candidatos nos círculos uninominais, excepto os que fossem independentes, poderiam ou deveriam integrar também a lista plurinomial. Isto, para responder àquele argumento dos deputados de primeira e dos deputados de segunda. Aqueles deputados que sejam eleitos uninominalmente já não serão eleitos pela lista plurinomial na quota que couber ao respectivo partido. Isso, por um lado, concilia a coesão das candidaturas e, por outro lado, é um reforço assinalável da representatividade pessoal do deputado. Porque metade deles são eleitos pelos eleitores e essa metade influencia a cultura geral das candidaturas de uma forma que é mais “basista” do que hoje é, que é totalmente autocrática. Este sistema creio que já asseguraria suficientemente a proporcionalidade; mas, à cautela, ainda haveria um círculo nacional, proporcional, [onde] ponderadas as percentagens dos diversos partidos se corrigiria a representação, para a tornar rigorosa. Creio que esta é a reforma que protege a proporcionalidade, absolutamente essencial, mas resolvendo o nosso problema principal, que é a progressiva degradação da autoridade política e pessoal de cada deputado.

Quais é que eram as suas expectativas em relação ao momento em que entrou no CDS e que alteração é que houve que o levou a fazer aquelas declarações que fez em Julho, a entrevista que deu ao Público, o seu discurso de despedida na Assembleia da República?

Bom, o meu discurso de despedida foi sobre Olivença. E a olhar para a frente.

Para fazer a comparação que me pede, houve aqui um intervalo e um regresso. Houve dois tempos. Eu vim num tempo de revolução. Não estava ainda a revolução a galope, mas começou logo a seguir, em 28 de Setembro de 1974, o PREC – sobretudo a partir do 11 de Março de 1975. Portanto, a minha expectativa era contribuir no quadro do meu partido para a implantação da democracia em Portugal, que não fossemos para uma ditadura comunista.

Vamos lá a ver. Eu faço parte de uma geração que tinha vinte anos à data do 25 de Abril, e venho de uma família de um quadro do regime. O meu pai foi presidente da Câmara de Lisboa, foi o último governador-geral de Angola.

O meu quadro de formação, na minha geração, era relativamente claro. Vinha aí a democracia. Não sabíamos era quando, mas isso era claro. Praticamente não me cruzo com Salazar. O meu despertar coincide com a chegada de Marcelo Caetano, a chamada “Primavera marcelista”, apesar das contradições e das dificuldades desse processo que caracterizou o tempo final do regime, o marcelismo. Era claro que, mais tarde ou mais cedo, vinha a democracia; e nós desejávamos que fosse uma transição, como foi feito em Espanha. Não tínhamos a experiência espanhola, mas era isso que aconteceria. Eu fazia política quando chegasse a altura. Não tinha essa pulsão. Embora fosse uma pessoa próxima da política, não tinha essa pulsão. Tinha inteligência política, acompanhava, mas não tinha essa pulsão.

Entretanto, dá-se o 25 de Abril. Tudo isso está em causa e a minha expectativa era a de que as coisas corressem melhor para Portugal, se implantasse a democracia, e que, depois, o nosso partido tivesse condições de intervenção e de afirmação.

Isso foi muito difícil, uma luta muito exigente para o CDS. O CDS foi um partido pára-choques naquele processo de *salamização* típico das democracias populares: nós tornámo-nos na próxima fatia do salame. A última fatia do salame que ia ser cortada era o CDS. Nós atravessámos o PREC com a faca sempre por cima.

A seguir há o 25 de Novembro, o grande êxito do partido em 1976, há depois os anos de ouro do CDS, há a experiência de governo PS/CDS, entrámos no salão, deixámos de ser excluídos já antes com a candidatura de Ramalho Eanes – aliás, uma candidatura de grande inteligência estratégica do Amaro da Costa no apoio e integração da maioria presidencial. Nós tínhamos votado contra a Constituição, estávamos fora do arco constitucional, e bem, fizemos bem, mas era preciso estarmos nos mecanismos operativos do regime, isso era essencial. Há, portanto, aqui estes anos de ouro, o crescimento eleitoral de 76, a eleição de Eanes e depois a formação da AD, assumindo a liderança democrática do país.

Em 1979, nós ganhamos com maioria absoluta. Eu não tinha praticamente feito mais nada, senão política desde 1975. Eu, nessa altura, há pouco tinha falado nisso, quis ir-me embora, tratar da minha vida que tinha deixado para trás. E disse que me ia embora, que ia tratar da minha vida e, depois, logo se via quando voltaria à política. Mas o Prof. Freitas do Amaral zangou-se muito comigo, queria que eu fosse para secretário de Estado. Eu não queria ir para secretário de Estado, queria ir à minha vida. Isso deu um grande aborrecimento, mas acabei por ficar mais algum tempo. O Amaro da Costa, “tem que ir, tem que ir”, e lá fiquei. Fiquei mais uns anos e depois, em 1983, a seguir à saída do Prof. Freitas do Amaral, ainda fiquei numa lista dos colegas do Secretariado da Comissão Política do CDS, uma “lista do directório”, digamos assim, mas essa lista perde o congresso do Maria Matos para o Dr. Lucas Pires. Eu não acreditava nesse rumo, embora fosse uma vitória correcta e sempre tive o maior respeito pelo Lucas Pires, entendi que era o tempo e a oportunidade para ir, então, à minha vida e fui à minha vida.

Há aqui uma primeira fase que é cívico-patriótica para que o partido tivesse oportunidade para afirmar o seu contributo. Estava conseguido; e eu fui fazer outras coisas.

Depois, quinze anos depois, em 1998, regresso à actividade política, a grandes instâncias do Dr. Paulo Portas e do Dr. Nobre Guedes, que me assediaram, me escreveram, me falaram, porque, entretanto, tinha sido feito o PP – eu não tinha nada a ver com isso – e eles achavam que era preciso rectificar essa trajectória, ligar a totalidade da história do partido, corrigir e reparar a fractura, e que eu seria essencial para representar essa reunião. Era a pessoa certa, diziam. Outros sinais poderiam ser dados, mas era muito importante que eu voltasse à militância, à actividade partidária; e assim fiz. Foi este apelo. Se não fosse esta circunstância até estaria mais próximo da Dra. Maria José Nogueira Pinto do que dessa lista, mas, enfim, esse pareceu-me o apelo certo. E, nesse Congresso de Braga, que procura ser um congresso de

rectificação a excessos e exageros da fase PP, regresso à actividade partidária e entro para a direcção do Dr. Paulo Portas.

Portanto, aí, a tarefa era outra. Era voltar a trazer o partido ao arco da governação – o PP tinha, entretanto, sido conhecido como um partido de protesto -, como partido responsável, credível, reconstruir as relações com a família europeia, que tinham sido rompidas, e implantar de novo o partido, fazer um partido forte, pela base, etc..

Particpei nesse trabalho, que tem altos e baixos, momentos de menor sucesso, mas enfim, conseguimos. Fui até o autor da moção de estratégia ao congresso de 2002 que leva o CDS ao governo com o PSD, o Governo de Durão Barroso; foi um congresso de crise face aos maus resultados das eleições autárquicas em Lisboa, 2001 – a continuidade da direcção do CDS foi salva pela demissão de Guterres nessa mesma noite. E, como disse, o CDS acaba por voltar ao Governo, o que não acontecia desde 1983.

Este período tem altos e baixos. Depois, a seguir às eleições de 2005, o Dr. Paulo Portas entende ir-se embora: contra a opinião de amigos, contra a minha, abandonou o partido, e eu em 2005 acontece candidatar-me a presidente do partido. Na moção, intitulada “2009”, que apresentei a esse congresso, está muito do que eu penso. Aliás, até escrevi agora um texto sobre a minha visão do CDS que também reflecte isto tudo. Se quiser mando-lhe. É um texto “Para que serve o CDS”. É um texto um pouco longo, mas que espelha esta minha visão do partido; e depois, bom, nessa moção “2009”, explico as várias frentes de desenvolvimento do partido, como, um partido institucionalista, um partido do seu tempo.

Essa experiência de presidência do partido foi uma experiência bastante desagradável porque houve uma parte do partido que sentiu que perdeu e nunca aceitou isso, nem quis colaborar com a minha direcção. Eu não venci contra ninguém mas houve quem sentisse que perdesse, pessoas que nunca se conformaram, combateram sempre a direcção do partido. Tornou-se muito desagradável essa experiência e eu tinha condições políticas muito difíceis porque tinha um grupo parlamentar hostil. O grupo parlamentar era liderado e integrado por pessoas afectas ao Dr. Paulo Portas, que cedo revelou a sua vontade em voltar; e, portanto, o ambiente tornou-se muito difícil. Houve coisas que eu gostaria de ter feito que não consegui. Outras fui fazendo e com isso ainda ganhei um congresso. Mas, no final, perdi as directas e voltou o Dr. Paulo Portas à liderança.

Apesar de tudo, continuei a achar que o CDS devia fazer aquele longo caminho que disse. Esse processo de liderança frustrada por uma contínua sabotagem deixa sempre feridas, mas procurei continuar a colaborar com o partido. Era eurodeputado, que continuei; e depois fui convidado para ser deputado à Assembleia da República, encabeçando a lista do Porto. Fui deputado em duas legislaturas: de 2009 a 2011, mais curta; e de 2011 a 2015. Mas senti que as condições de participação no partido eram muito limitadas e reduzidas.

A minha crítica principal, que, aliás, é a que refiro no artigo “O dia em que o CDS morreu”, um dos últimos artigos que escrevo a este respeito, tem a ver com isso, com o facto de os órgãos do partido não serem ouvidos, não serem tidos em conta. No grupo parlamentar, logo

na primeira legislatura em que estive, senti isso e reclamava contra isso. Nós éramos postos a votar coisas que não discutíamos. Não havia trabalho de grupo, jogo colectivo. Nós andámos numas comissões, mas não sabíamos o que se estava a passar nas outras comissões; e os outros não sabiam o que se estava a passar nas nossas comissões. O trabalho era segmentado, a informação controlada, um modelo dirigista, centralizado, um modelo *top-down*, creio que inaceitável. Fui manifestando a minha crítica, a minha diferença e divergência. Na última legislatura, constatei que isso era de tal modo persistente que, cada vez mais aborrecido e contrariado, encontrei uma única forma de exprimir a minha discordância: candidatar-me a presidente do grupo parlamentar, numa eleição em que só obtinha o meu voto. Era um contra vinte e três. O que eu dizia era que o regulamento do grupo parlamentar devia ser cumprido, os estatutos deviam ser cumpridos. As pessoas deviam poder participar e não serem confrontadas com questões em que não participaram, e que isso até seria melhor. Tivemos, aliás, um exemplo recente, que é um exemplo ridículo, que mostra a completa degradação do processo legislativo em Portugal, que foi a alteração da lei eleitoral feita no final da legislatura num processo cheio de tropelias e em que, depois, a nova lei, acabada de adoptar, não foi acatada e cumprida.

Não sei se se recorda de que, por ocasião do último aniversário do 25 de Abril, soube-se que se queria introduzir um mecanismo dito de censura, houve muitas acusações, ninguém sabia de nada. Uma coisa que era feita no parlamento e ninguém sabia de nada, com excepção dos poucos que estavam envolvidos nisso. Isso deu um grande escândalo, forte reacção, mas esse processo continuou a ser tratado de forma sigilosa, semi-secreta, sem grande maturidade. Recordo-me, depois, quando foi a votação final, que eu disse que me ia abster. Mas, enfim, havia [uma questão] que eu percebia que para nós era muito importante, que era a questão da garantia da presença nos debates.

Eu tinha lido nos jornais, nós sabíamos das coisas pelos jornais, que tinha havido uma grande diferença entre o PSD e o CDS, porque o PSD teria feito um acordo com o PS que prejudicava o CDS – falava-se de “candidatos a primeiro-ministro” ou coisa que o valha, já não me recordo exactamente dos pormenores, mas tinha havido esse desentendimento entre os dois partidos da coligação. Nesta troca de impressões comigo, a direcção do grupo parlamentar informou que só havia esta questão e que, sendo esta do interesse do CDS, não deveria afastar-me do interesse do CDS. Nessa circunstância, considerando ter sido essa essa a questão e ter-se concluído pela posição correcta, todos os partidos terem direitos iguais, eu votaria a favor, como fiz. Porém, não houve participação e permaneceram outras questões, nomeadamente quanto aos pequenos partidos sem assento parlamentar. O processo foi muito mal conduzido. E o resultado foi o que nós depois vimos: uma lei aprovada em Julho, publicada em fim de Agosto, já ninguém a respeitou quando chegou a campanha em Setembro. O escândalo público quanto aos debates televisivos... que se goraram por inteiro! Tudo isto é uma tradução prática da falta de participação dos deputados, dos partidos, dos militantes. E, portanto, é esse o meu desencanto.

O que é um partido? Um partido é uma associação política, são pessoas que se associam para fazer política. Se as pessoas não se associam, para que é que interessa ser “sócio” de um partido? É [para] poder dar o meu contributo, poder ter uma influência real, poder ir a uma reunião, apresentar o meu ponto de vista, poder debatê-lo, seriamente e não por preconceito. E contribuir, assim, para a formação da vontade colectiva. Isso, de facto, tornou-se cada vez menos verdadeiro e foi isto que me levou a afastar-me da militância partidária, a estar bastante descrente desta, e a confiar muito na necessidade de reforma eleitoral que há pouco referi.

Este funcionamento deficiente, além de pequenas coisas, que também afectam a dignidade das pessoas, tem consequências piores para o país. Este funcionamento dos partidos, e nomeadamente dos partidos dirigentes, dos partidos de governo, facilita que se instale a corrupção. É o que permite a captura por interesses. Se os partidos funcionam de uma forma efectivamente colegial, é muito difícil serem corrompidos. Porque um construtor, um banqueiro, um negociante, não consegue. Como é que subornam um conselho nacional, uma comissão política ou um secretariado inteiro? Não consegue.

Ou mesmo que não se trate de corrupção, entram as influências ilegítimas. Se os partidos não funcionam transparentemente nos órgãos próprios, de uma forma aberta, com apresentação das questões, com um debate informado, a deriva nas questões de interesse público é facilíssima. Creio que esta decadência dos partidos tem uma enorme responsabilidade na crise profundíssima que atingiu Portugal. E outros países também, porque este nosso problema passa-se também noutros países. Quando as pessoas hoje se interrogam “como é que foi possível as PPP? como é que nós aprovámos?”, não aprovámos, de facto não aprovámos. Nós passámos a viver, quando há votação, naquilo que chamo “consumadocracia”. As coisas só vão aos órgãos perante o facto consumado para serem ratificadas. Quando vão... E aí é muito mais difícil, porque a pessoa para discordar já tem de confrontar e combater, geralmente com muito pouca informação; não está a formar uma decisão, já está a destruir uma decisão, já é posta perante mais uma chantagem, porque agora já não pode, porque já estão com compromissos feitos, as pessoas já estão amarradas.

Bom, mas isso é quase o modelo de funcionamento de um partido comunista, de um modelo de centralismo democrático, as decisões já vão consumadas ao comité central...

Sim. Admito que sim, é um bocadinho isso. E creio, aliás, que o mal é mais amplo: não sei se isso começou nas grandes empresas e passou para os partidos, se passou dos partidos para as grandes empresas. Mas, se nós nos regularmos por coisas que lemos nos jornais, vemos questões como os 900 milhões de euros da PT emprestados ao GES já num quadro terrível, ou a degradação e decadência do próprio GES, ou mesmo a degradação do funcionamento colegial do seu Conselho Superior do GES onde estavam os cinco ramos da família... Se aquilo funcionasse de uma forma orgânica, como devia ser, não teriam acontecido nenhum dos desastres que ocorreram. Se a Administração da PT, antes de abrir mão dos 900 milhões de euros, tivesse sido posta perante uma proposta em sentido próprio, perante os respecti-

vos prós e os contras, e tivesse procedido a uma discussão e uma decisão colegiais, aquilo não teria acontecido. Há uma degradação funcional, considero que há uma decadência do institucionalismo. No CDS, por sinal, “institucionalismo” é uma palavra sagrada, mas, como digo, nós somos institucionalistas não-praticantes; a decadência do institucionalismo é uma das explicações principais para a profunda degradação da política e de boa parte da vida empresarial.

O modelo de funcionamento está gatado. Porque, voltando à pergunta que me fez há pouco, os estatutos são um verbo de encher. Os estatutos não são cumpridos, as regras escritas não são tidas em conta e imperam os poderes “de facto”, os poderes fácticos.

O Sr. Dr. na entrevista que deu ao Público diz que sai da actividade partidária. Já há pouco me referiu aquela circunstância de no CDS não serem efectuados pagamentos de quotas, o que significa que os números dos militantes do CDS nunca diminuem. Eu recebi alguns dados que me foram fornecidos pelo CDS, que o António Carlos Monteiro me enviou, e de todos os partidos o CDS é o único que não tem deserções. O facto de não se pagar quotas no partido será uma explicação para esse facto? O Sr. Dr. enquanto presidente do partido teve conhecimento de saídas de militantes, de abandonos formais?

É possível. Sim, às vezes há umas pessoas que se zangam por aquelas questões eleitorais internas, há pessoas que se sentem injustiçadas e maltratadas, por questões pessoais, antipatia, e às vezes por questões políticas: “não me revejo nisso”, “sinto-me envergonhado com não sei o quê”, “houve golpadas eleitorais”, etc., e vão-se embora. Às vezes dá-se baixa; se é uma zanga, espera-se que acalme. Mas, de facto, só há baixas nestes casos, nas pessoas, como nós dizemos, que se “desarriscam”.

O pagamento de quotas não é para nós como num clube, porque é raro serem cobradas. Admito que haja uma ou outra concelhia que está organizada também a esse nível. Creio que Lisboa tem o sistema de quotas a funcionar; mas eu sou filiado em Odemira, que é uma concelhia pequenina, com pouca actividade. E penso que, na generalidade das estruturas partidárias, predomina, na prática, o não pagamento de quotas.

Por último, um esclarecimento: eu não saí de toda a actividade partidária e não tenciono deixar de fazer política, a nível de actividade cívica. Sou autarca em Odemira pelo CDS e, por isso, mantenho essa actividade partidária e política – cumpro sempre os meus mandatos; serei autarca até 2017. E desenvolvo actividade cívica, na sociedade civil: a propósito da luta pelo estatuto da Língua Portuguesa; ou com as Famílias Numerosas, nomeadamente por causa da instituição e promoção do Dia dos Irmãos; ou na defesa e afirmação do 1º de Dezembro, que é uma grande causa que animo e vai ter agora um momento alto outra vez; no trabalho com os portugueses de Olivença, que tem sido uma coisa engraçadíssima, com grande inovação e um desenvolvimento surpreendente; e na reforma política, a reforma do sistema eleitoral. que estamos a promover a partir da Associação por uma Democracia de Qualidade.

Então a sua saída não é uma zanga com a política?

Não, não, de todo. Eu acho a política a mais nobre das actividades e considero a política fundamental. E acho muito importante a actividade política. Tenho pena que tenha chegado a este ponto de decadência e creio que é possível, é necessário refazer os seus métodos para recuperar a sua imagem de grandeza. Vê-se que as pessoas estão disponíveis para isso, e isso impressiona. Apesar de hoje prevalecer muito o carreirismo na modalidade que chamo de “trepismo”: as pessoas querem trepar a todo o custo, dê por onde der, que é a pior forma de carreirismo. Isso é muito prevalecente infelizmente, mas vê-se, em momentos de crise na sociedade, que existe muita energia cívica, gente mais nova que desperta.

Só há uma última questão que eu gostaria de lhe colocar. O Sr. Dr. já falou nisso, foi fundador da JC e um dos aspectos que tem sido mais criticado na actividade dos partidos é o papel, o peso desempenhado pelas juventudes partidárias. Papel, peso, num sentido pernicioso. O que pergunto é como é que vê as juventudes partidárias hoje em dia, que papel é que lhes poderá estar reservado, se é que lhes deve estar reservado algum papel no futuro, se faz sentido continuar com a existência de juventudes partidárias em que os seus membros ao mesmo tempo têm um estatuto de militantes da juventude e atingem os 30 anos ainda como membros da Juventude e muita gente queixa-se do peso excessivo que as juventudes têm nos órgãos dos partidos.

Olhe, eu creio que, de facto, o problema das “jotas”, nos partidos do chamado “arco da governação”, em vias de falecer, é um problema seriíssimo e gravíssimo, antigo, que precisa de ser resolvido. Penso que só os próprios o podem resolver, porque só cada partido é que pode fazer a sua avaliação e rectificação. E seria desejável que cada organização, cada “jota”, pudesse mudar, ainda que talvez seja muito difícil.

Creio que houve uma evolução negativa, em que as “jotas”, em vez de se consolidarem como uma forma de amadurecimento dos jovens para a política, tornaram-se uma mecanismo de degradação progressiva da política. São organizações que desenvolvem tiques funcionais profundamente negativos e, depois, as pessoas crescem e transmitem-nos ao partido.

Nalguns sítios, criou-se já um nó muito apertado, que será muito difícil desfazer. O que é que eu acho que é o problema? É terem-se transformado em sindicatos políticos de jovens. E não podem ser isso. Devem ser uma ala jovem do partido e que não devem estar engajadas na decisão política e na acção política directa. Quem está engajado na intervenção política é o partido. Ou então passa a haver dois partidos.

Às vezes, ouço falar na bancada “jota” do partido tal; isso é um absurdo. Não há uma bancada da JS, uma bancada da JSD. Existirá uma bancada do PSD que tem deputados mais novos e mais velhos, mas não existe essa fracção. Isso é um fraccionismo, além do mais, pernicioso. E, para se chegar a este ponto, todo o funcionamento interno da “jota” foi completamente pervertido para alimentar e suportar ambições e lutas de poder precoces por parte de pessoas ou de grupos.

Eu próprio, que fui fundador de uma juventude, considero que as juventudes partidárias

são obviamente muito importantes. E os fóruns de juventude são importantíssimos. Não é isso que está em causa, porque não é o problema de a organização existir. Reflectindo sobre estes problemas, penso que o remédio é este: determinar que os dirigentes de juventude nacionais, distritais ou concelhios não podem ser nem membros do Governo, nem deputados, nem assessores, nem adjuntos, nem vereadores, nem vogais de junta de freguesia. Nada. Não podem ser titulares de cargos políticos ou de dependência política. Significa isto proibir os jovens de ocupar essas funções? Não. Acho muito bem - eu próprio tive essa experiência. Se a pessoa tem uma vocação precoce para a intervenção política ou se o partido chama essa pessoa para intervenção política, acho muito bem. Isso faz parte da sua vida, mas passa para o partido: sai da juventude e passa para o partido. Isso é óptimo para o partido: passa a ter mais jovens nas distritais e nas concelhias, na direcção nacional. Encantado da vida! Mas vai concorrer com outros na estrutura partidária, não vai com o seu exército "jota" todo atrás. Vai a título individual, como se tivesse trinta, quarenta ou cinquenta anos. Tem vinte, pronto, encantado da vida. Tem uma vocação precoce, quer dar já um passo em frente, em vez de ir fazer a sua vida profissional primeiro e a sua vida política mais tarde, vai logo para o partido. Excelente, sai de quaisquer cargos directivos na "jota".

Creio que esta será a única solução. É facto que, depois, as pessoas dizem assim: *ah!, então não vai haver dirigentes para a juventude*. É mentira. Vai haver dirigentes para a juventude; só que serão de outra lógica. E serão de uma lógica que é aquela que, em meu entender, mais serve à juventude. Serão pessoas que estão na sua vida universitária ou laboral e que gostam da política pelo prazer puro das ideias e dos ideais, pela coisa abstracta da política ou pelo lado concreto da intervenção social e da acção cívica; pessoas que gostam de reflectir e aprender, que gostam de debater, que gostam de articular com outros em objectivos de cidadania ou projectos sociais, humanitários ou culturais. Têm apenas uma ideia de serviço, em que a direcção serve a juventude em sentido próprio, e não a organização de uma fracção. Isso também levaria a que a competição política dentro das organizações de juventude deixasse de ser interesseira. Porque não dariam poder partidário passariam a ser seguramente genuínas, passariam a ser sempre saudáveis, passariam a ser pelo mérito das ideias, pelo brilho das intervenções ou pela qualidade dos caracteres.

Essas novas gerações, com esta reforma que defendo, vão crescer num ambiente de competição política positivo, de inclusão, de escolher e não excluir; e, à medida que crescerem, vão transmitindo esse ambiente ao partido de que fazem parte.

Hoje, ao contrário, é geralmente uma lástima: aprendem o pior e, como são mais novos, todos tendem a relativizar a gravidade dos ilícitos que cometem - *"isto é rapaziada, não tem importância nenhuma"*. Mas o facto é que vão crescendo com isso. E o facto é que esses métodos negativos vão-se incorporando e, depois, transmitem-se quer às gerações seguintes, quer às estruturas partidárias quando a elas ascendem em grupo.

Creio que esse é um problema crucial e que esta, pelo menos, é uma solução. Não sei se há outra, mas pelo menos esta foi a solução em que eu pensei. Penso que seria remédio cer-

to e seguro. E não teremos um sistema partidário saudável, sem boas e sólidas organizações de juventude que o ajudem a melhorar, em vez de a piorar.

ENTREVISTA A LUÍS GERALDO

ISCSP, 27/01/2015

O meu nome é Luís Filipe Arsénio Geraldo, tenho 25 anos, estou neste momento no último ano da [licenciatura] de Ciência Política. Actualmente estou desempregado. Estava no ensino onde leccionava toda a parte artística do ensino curricular.

Até hoje nunca desempenhei cargos políticos, apenas partidários. Fazia parte do CDS-PP e da Juventude Popular (JP). Fui militante durante mais tempo da JP. Desde que tinha 16 anos até aos meus 20 anos. No CDS-PP foi dos 18 aos 20. O período foi de 2006 a 2010.

A minha primeira grande ligação com o mundo partidário foi através da JP. Muito em consequência dos colegas de escola que tinha, com um nível cultural acima da média. Alguns, talvez por influência dos pais, que eram maçons, deputados, assessores, até dos próprios colegas, porque alguns já faziam parte das jotas ou dos *rotary* ou *international clubs*, faziam parte inclusivamente da JS, da JCP, ou seja, como estávamos num meio muito efervescentes acabávamos todos por definir uma linha e entrávamos numa juventude. Cada um dentro da sua.

A minha entrada na JP foi por uma motivação ideológica, por rever na organização, e também por ter alguns amigos mais chegados que já militavam na JSD e na JP e isso acabou por assim ser. A nível da filiação foi por convite. O presidente da concelhia de Setúbal na altura convidou-me directamente. Também pelo fruto da idade a gente acaba por entrar um pouco como consequência da ordem social em que está inserida. Tínhamos um grupo que queria ter uma participação política activa. Nunca pensei em termos de usufruto, Na Ciência Política aquilo que me interessava era mais a investigação. Daí que a minha motivação tivesse sido sempre mais a de poder alterar alguma coisa daquilo que me rodeava. As preocupações que tinha sobre a política e o sistema partidário são as que tenho hoje.

Na altura em que aderi o meu conhecimento do Programa e dos Estatutos era minimalista. Foi preciso eu entrar na estrutura e depois começar a participar nas reuniões. Foi com esse processo, depois de lá estar, que comecei a ganhar mais conhecimento legal, a inteirar-me das coisas da juventude e do próprio partido.

Quando entrei as minhas expectativas eram altíssimas. Era um idealista. Na altura ainda via as coisas como [sendo possível] nós no terreno termos possibilidade de alterá-las, tanto a nível local como a nível nacional. (5.38) que me fará depois perder o interesse. Mas éramos um grupo muito activo e que queria dar provas. Fizemos trinta por uma linha. Nunca tinha sido possível fazermos a Distrital. Nesse ano abrimos as nove concelhias necessárias para abrirmos a Distrital de Setúbal. Tínhamos interesse em mostrar trabalho e dar provas, ainda para mais sabendo que estávamos no concelho de Setúbal que era um concelho marcadamente de esquerda, onde sempre houve quezílias, e isto dava-nos uma motivação adicional, ligada ao conceito de resistência que o CDS tem. Isto depois transforma-se num mito. Nós, o nosso grupo de militantes, nós militantes sentíamos muito esta pressão de estarmos num concelho

difícil. E isso também nos dava muito gozo.

A minha participação de 2006 a 2009 foi constante. Semanalmente. E a partir de 2007 fiquei sem o secretário da concelhia de Setúbal e a partir daí foi trabalhar para a juventude de Setúbal. A partir de 2009 comecei a perder o interesse. Quando trabalhava dedicava semanalmente entre 2 a 4 horas ao partido, normalmente às quartas-feiras, mas como andávamos todos no mesmo liceu acabávamos por reunir, tentar organizar o gabinete de estudos, as próprias manifestações que poderíamos ou não fazer, quer a nível da nossa escola secundária, quer de outras entidades, mas sempre à quarta-feira. As nossas reuniões começavam normalmente às duas [14h] e acabavam sempre por volta das cinco ou seis da tarde. Depois, mesmo durante os períodos de aulas, acabávamos por estar sempre a falar dos assuntos relacionados com a nossa organização. O tema de conversa era o partido. Para além disso, sempre fiz parte de associações culturais porque sou músico, mas a nível cívico ou político nunca tive qualquer outro tipo de intervenção para além do CDS e da JP. (8.53)

Particpei em momentos eleitorais interno mas só votei em eleições para estruturas da JP. Particpei na eleição de órgãos locais, regionais e nacionais. Fui delegado ao Congresso Nacional e Distrital e secretário da concelhia de Setúbal da PJ durante um mandato de dois anos. De 2007 a 2009, até ao Conselho Nacional. Em momentos eleitorais externos também particpei sempre. Desde os 18 anos que faço questão de votar. E particpei em campanhas até ao Conselho Nacional de 2009 da J, tanto nas europeias como nas legislativas. A partir daí comecei a diminuir a minha participação. Também particpei nouro tipo de iniciativas, não dentro da JP mas integrado num grupo de direita lá da escola. Acabámos por organizar com a colaboração da JSD de Setúbal acabámos por organizar uma frente de defesa da nossa escola, o Liceu de Setúbal, que na altura estava com alguns problemas ao nível dos telhados e acabámos por juntar ali um grupo forte para pressionar e conseguir obter algum resultado. Fundamentalmente para defesa dos ossos interesses enquanto estudantes e alunos.

De 2008 a 2010 eu era militante do CDS-PP e ao mesmo tempo militante da JP. Na altura, o que levou a assinar a carta do CDS-PP foi um simples jantar e recordo-me que foi o Paulo Portas que assinou a minha carta (ficha?). E pensei “porque não?”, já que tenho a carta assinada vou entrar. Se a entrada na JP foi uma coisa que eu pensei, a minha entrada no CDS-PP foi uma coisa muito mais irracional. Já tinha o papel, foi uma ligação mais afectiva. Tinha feito 18 anos há dias, já que tinha feito 18 anos, vou então ser parte do partido. Mantive-me nessa condição de militante do CDS-PP e da JP até 2010 que foi quando eu decidi endereçar a minha carta a renunciar à minha militância. Escrevi uma carta a ambas as estruturas a dizer que não queria continuar a ser militante.

Quanto aos meus pontos de discordância, a primeira foi a minha desvinculação, não digo ideológica, mas semi-ideológica. Ao fim e ao cabo fruto de muito daquilo que aprendi mais tarde na faculdade onde pude compreender pontos que então não via com tanta clareza. Em segundo lugar, foi o confronto político interno que me fez perder muito a vontade de participar. No Conselho Nacional de 2009 nós tivemos uma lista encabeçada pelo actual Presidente da

JP. Na sua primeira candidatura apoiamos o nome dele e até às 8 da noite tivemos tudo garantido. À hora do jantar alguma coisa e passou e nós à última hora nesse Conselho Nacional perdemos a Nacional (Comissão Política?). Foi aí que eu senti uma grande angústia, porque nós tínhamos uma estrutura nacional, tínhamos conseguido juntar concelhias do Algarve, da Amadora, de Setúbal, de Matosinhos, a tal ponto que nós tínhamos toda a organização à volta de Portugal menos do Porto. E a concelhia do Porto e afinidades à última ora conseguiram reunir e ficar com o mandato. Se até então havia ali uma espécie de confronto entre a geração do Moutinho e a geração do Michael ... (Seufert?), o tal presidente de que agora não me recordo o nome, naquele momento houve ali uma tensão muito grande porque o Moutinho ia sair, pensava-se que ia haver ali uma renovação da Juventude e depois o Michael ganhou o cargo, o que para nós foi muito angustiante. A concelhia de Setúbal demitiu-se em peso, a concelhia da Amadora demitiu-se em peso, houve ali todo um confronto.

Foi a angustia de não ter vencido o Conselho Nacional que talvez mais tarde me tenha levado a pensar que não era aquilo que eu queria, que não era assim que eu queria participar politicamente, se calhar prefiro desvincular-me. Manter a minha opinião, manter uma participação política, mas já fora do partido. O que no meu ponto de vista não funcionou internamente foi a capacidade de debate de tomada de decisão. Foi o que eu senti. Foi sentir que trabalhámos e preparámos as coisas até as últimas linhas. Não havia falta de debate interno, o que havia era já uma orientação favorável a uma linha definida. Os militantes sentiram-se constrangidos e essa linha era uma linha já definida pela direcção da JP. De certa forma não havia indicações da direcção nacional mas havia uma convivência das estruturas da JP e do Conselho Nacional do CDS-PP. Era uma panelinha que se criava entre os antigos presidentes da JP e os actuais. Quando me referi à tomada de decisão estava a referir-me em concreto ao caso do Conselho Nacional. A eleição era para ser secreta, em urna, e à última hora decidiu-se fazer em sessão aberta, de braço no ar, o que efectivamente pode levar a uma alteração do sentido de voto da pessoas. As pessoas sentem-se coibidas de votar para um lado ou para outro.

Enquanto lá estive dentro sempre me senti à vontade para manifestar as minhas divergências. Cada vez que conselho, distrital ou nacional, nós militantes fazíamos questão de levar texto preparados. Por exemplo, o meu colega que era na altura o presidente era uma pessoa muito católica, ligada à Opus Dei e a uma data de entidades ligadas à Igreja Católica, e ele fazia questão de falar sobre a Igreja. Eu, por estar mais ligado ao Alentejo, à vertente cultural, era a esta área que eu tentava ligar mais a minha participação. Também à área do ruralismo. Como tínhamos um grupo bem organizado, cada um de nós acabava por ter uma área de intervenção específica.

Marcava a minha posição por intervenções orais e através da blogosfera, no blogue da concelhia, no blogue da distrital e algumas vezes conseguíamos editar alguns artigos no Jornal do Sado, em Setúbal. Era através desses meios que manifestávamos as nossas problemáticas e as nossas preocupações tanto em relação aos assuntos do concelho como do distrito.

Em relação às estruturas da JP, como estávamos muito ligados a um deputado em concreto, a distrital de Setúbal sempre esteve muito ligada a um deputado, o Nuno Magalhães. O Nuno Magalhães acabou sempre por ser o grande apoio da estrutura, acabávamos por ter alguma facilidade na comunicação porque ele próprio nos ajudava a abrir portas. Tanto a nível da escola como quando quisemos organizar manifestações, para ir à Voz do Sado, para se ir bater à porta do Clube Setubalense, para se bater à porta de outras instituições como o Instituto Politécnico de Setúbal, onde também tivemos uma conferência na altura sobre a militância política mas sobre uma perspectiva ainda muito frágil do ponto de vista científico mas onde tentámos abordar questões e fazermos um debate para percebermos porque é que a nossa geração, nos nossos dezoito anos, devia escolher uma estrutura partidária e militar. Foi muito devido a isso e a essa facilidade criada pelo Nuno Magalhães.

Isso até foi um estímulo para eu continuar no partido até eu sentir que alguma coisa estava errada ao nível do processo final, ao nível daquilo que as estruturas finais [com poder de decisão] iam aplicando. Enquanto nós batalhávamos muito por posições múltiplas – o CDS sempre teve uma linha ideológica muito aberta e fragmentada -, nós sempre tivemos a possibilidade de escolher isto ou aquilo, ou outro, mas depois quando chegava às estruturas finais nós acabávamos sempre por ouvir “vamos falar, vamos ponderar”. Se a nível do CDS Setúbal a possibilidade de trabalho era total, e a disponibilidade era total, a nível da JP nacional a nossa opinião já não era tão bem aceite.

Desde finais de 2009 até Março de 2010 comecei a deixar de participar em reuniões. O eu último acto foi no Conselho Nacional. Depois tive mais duas reuniões dentro da estrutura da Concelhia de Setúbal e findei o meu percurso partidário. Enquanto lá estive pagava quotas e cumpria as minhas obrigações partidárias. E fazia questão de dizer que tinha tudo em dia, que tinha tudo direitinho. Até por uma questão de orgulho. Depois escrevi uma carta, primeiro para a juventude partidária, e depois acabo por fazer um copy paste para as estruturas do partido a dizer que renunciava. Com motivos simples como o desvirtuamento ideológico e/ou estar já longe do ideais que eu próprio queria administrar e que eu próprio mais tarde os perdi. O Conselho Nacional de 2009 é para mim o momento da ruptura. Foi aí que também nasceu a divergência e que eu senti o golpe. Eu não acho que tenha sido por causa da faculdade, mas acho que também contribuiu para que eu começasse a me afastar. Muito também pela leitura dos clássicos. Comecei a ver outras e a acreditar mais na ciência e no objectivo da ciência. Comecei a ver a realidade partidária com outros olhos, mas o momento de ruptura foi o Conselho Nacional. Foi aí que me senti envergonhado e desagradado com o facto de estar ali. Depois, logo após o amos acabar de montar a nossa estrutura e quando eu achar, eu ele, quando ele achasse que seria bom eu sairia. Ele queria que eu ficasse dois anos e eu acabei por dizer não. Eu dou seis meses. E ao quarto mês, felizmente, como arranjei quem viesse para o meu lugar, como secretário da juventude partidária, foi aí que eu disse: já que cumpri e nunca falhei é agora que vou efectivamente escrever a minha carta. Mantive-me no partido até ao momento em que arranjei alguém que me substituísse na estrutura da organização da

Juventude Popular.

Quem lá ficou compreendeu a minha posição. Quem lá ficou ligado à estrutura do Conselho compreendeu a minha posição. Os colegas mais chegados aqui da estrutura de Lisboa, da Amadora, da Madeira, com quem tínhamos uma excelente relação, acabaram por ficar um pouco sem compreender o porquê de haver ali uma debandada de cinco/seis elementos na mesma altura. Muitos deles ligavam-nos e tentavam perceber, muitos diziam que perdemos desta mas voltamos para a próxima e ganhamos, e eles efectivamente ganharam passados dois anos, mas eu acabei por não continuar.

Não senti que as minhas relações com as pessoas tivessem piorado. Como quando me expressei fui muito convicto, e no momento de entregar a carta foi um momento reflectido e ponderado, eu pensei, e como sempre tive uma cultura de compromisso com os objectivos – sempre fui músico, joguei xadrez, sempre tive esta cultura de não desistir, da disciplina e do compromisso – e isso levou-me a que eu cumprisse com as minhas coisas todas e tentasse deixar um bom clima aquando da minha saída.

Não perdi o interesse pela política. Acredito que um dia ainda possa vir a trabalhar e estar dentro da política, mas não me revejo neste sistema partidário que está em vigor em Portugal. Mas isso já não é em 2010, é resultado de uma evolução a posteriori. Quando saí não saí a pensar que me ia tornar militante noutro partido. Antes pelo contrário. É mesmo de afastamento do sistema partidário [a minha decisão]. Continuo a votar e a participar em eleições. E continuo a votar no mesmo partido e a manter a mesma linha ideológica. Mas a nível da participação partidária eu hoje não quero ter nada a ver com isso. Ninguém diz que daqui a dez anos, quinze anos ou vinte anos não possa voltar a essas estruturas, mas hoje ou amanhã não me vejo a regressar.

Depois de ter saído nunca mais me envolvi politicamente com outras organizações da sociedade civil. Cheguei a participar em manifestações mas já com a perspectiva de um terceiro olhar. Não como algo activo e presente. Nunca assinei nada mas faço questão de por vezes ir a certas manifestações. A nível cultural mantenho a minha banda filarmónica, e mantinha arte há pouco tempo os meus escuteiros. Tenho participação cívica mas não política.

De momento não me vejo capaz de regressar a isto. Eu sinto-me num período de nojo político. Infelizmente. Eu pensaria em regressar não pelas estruturas internas do partido, mas acho que no geral pelo nosso sistema político-partidário. Penso que neste momento Portugal já precisa não dos partidos mas de algo mais. De se repensar a lei dos partidos, de se repensar a lei do financiamento, desse repensar o sistema eleitoral que temos. E só aí sim é que eu penso que poderia regressar. Só quando efectivamente se alterarem as estruturas gerais e eu sentir que a participação política poderá ser algo a 100%, que não tenha que passar exactamente pelas estruturas partidárias para se conseguir ter uma opinião e alguma coisa mais, uma nova democracia.

Pelos estatutos nunca vi qualquer constrangimento à minha intervenção. Antes pelo contrário, os estatutos, tanto os da JP como os do CDS-PP, até nos permitiam abrir a porta e ter

a capacidade de argumentar e falar à vontade. Também por motivos estatutários identificar três ideologias diferentes, este facto abre-nos a porta para poder argumentar sobre várias coisas e sobre várias possibilidades diferentes. Nesse aspecto é exactamente o oposto. Os estatutos permitem aos militantes, e eu sentia isso, comunicar mais e melhor. Intervenção ampla e não limitadora. Nunca senti falta de liberdade por causa dos estatutos. Há casos em que até contribuíram para trabalharmos e mostrarmos trabalho. Claro que se debatia e se pensava numa alteração aqui ou ali, mas claro que nunca foi um assunto premente. Nós sempre concordámos e afectámos também pelo peso histórico que os estatutos já têm nunca questionámos o porquê.

A hipótese de me envolver noutra partido não está fora de questão. O futuro a Deus pertence. Já não me revejo numa ideologia única. É bom haver uma ideologia mas também tem de haver algum jogo de cintura para compreendermos onde estamos inseridos. Compreender que apesar de ter um pensamento à direita estou num país muito “progressivista” (?) comparado com um anglo-saxónico. Nós temos de acompanhar esse deslizamento ideológico. Pensar num republicano [partido] à americana em Portugal não faz sentido. E ser desse tipo de direita em Portugal não é algo que a gente possa cumprir e mostrar. Portanto, acho também que sou de uma direita mas de uma direita que aos olhos de outros pode ser uma esquerda.

A nível pessoal, desde pequeno, eu sempre disse que ser político era algo que eu queria. Recordo de me dizerem que desde os cinco anos eu dizia que queria ser político. O mundo da política sempre me interessou, sempre tive um interesse enorme e sempre quis participar. E chegava-me a ver na Assembleia. E chegámos a debater e a convidar deputados e tudo o mais, até entrar em ruptura com as estruturas partidárias e a JP. Comecei a perder o interesse. E hoje só posso dizer que farei política daqui a dez, vinte anos. Neste momento não me revejo na política e não me sinto à vontade para me rever na política.

ENTREVISTA A NUNO LIMA BASTOS

22/10/2014, MACAU

Chamo-me Nuno Emanuel Barbosa Lima Bastos, 45 anos, sexo masculino, licenciado em Direito, pós graduado em direito empresarial, civil e comercial, em Lisboa, há muitos anos, sou jurista no Instituto de Seguros de Portugal, que é a autoridade de seguros e fundos de pensões. Estou lá no contencioso.

Eu filiei-me no PSD, inicialmente na JSD Madeira com 17 anos. Deixei de pagar quotas do partido há seis anos, o que significa que, se os estatutos foram cumpridos, eu deixei de ser militante dois anos depois de deixar de pagar quotas. Portanto, há quatro anos, pelo que terei estado como militante uns vinte e cinco anos.

Se não cumpriram os estatutos, então eu continuo como militante.

Estou sem militância activa desde Julho de 2008. Os meus dois últimos anos de Macau já foram de afastamento.

Em Portugal nunca tive uma militância muito activa pela simples razão de que eu estava inscrito pelo PSD-Madeira e pouco depois fui para a faculdade. Depois fiquei a trabalhar em Lisboa e não participava em actividade em Lisboa porque estava inscrito na Madeira, e depois como nunca estava na Madeira acabava por não participar em nada.

Conhecia pessoas, cheguei a ir a uma ou outra reunião, mas não tive uma actividade relevante.

Quando vim para Macau em Fevereiro de 95, soube que havia cá um núcleo, uma secção do PSD. Tinha mais de vinte militantes, pelo que a nível de emigração significava que era uma secção.

Convidaram-me, um antigo colega de faculdade que sabia das minhas ligações ao PSD convidou-me para ingressar. Julgo que em 96, um senhor que cá estava e que regressou e entretanto creio e que está cá novamente, o Eng.º António Azevedo, resolveu fazer uma lista para a liderança do PSD-Macau e convidou-me para vogal. A nossa lista ganhou e eu aí comecei a ter uma militância mais activa. Depois, em 98 ele recandidatou-se e convidou-me para vice-presidente da secção. Fomos reeleitos. Na altura já escrevia alguns artigos aí na comunicação social. No Verão de 99 ele regressou a Portugal e eu fiquei como presidente interino até que em 2001 fizemos eleições. Não apareceu mais nenhuma lista e eu fui eleito presidente da secção.

E assim continuei durante três mandatos consecutivos. Três mandatos consecutivos que deviam ter terminado em 2006, mas que se prolongaram, o terceiro, até inícios de 2008, porque houve aí uma situação de grande irregularidade com a inscrição de novos militantes e eu fui atrasando as eleições até conseguir que em Lisboa me dessem respostas sobre isso, que não apareceram. E depois, o então deputado e cabeça-de-lista do PSD para o círculo fora da Europa, José Cesário, que era também o coordenador para a emigração do PSD em Lisboa, resolveu dentro dos poderes que tinha convocar eleições e fizeram-se eleições, às

quais eu não me quis apresentar porque entendia que tinha havido uma alteração estatutária quando o Marques Mendes ganhou as eleições em Portugal que limitava todos os titulares de órgãos não eleitos em Congresso a três mandatos, e eu entendia que isso se me aplicava e, portanto, não deveria apresentar-me a eleições.

Não me apresentei nem tentei sequer formar lista. Apareceu uma lista que não foi surpresa nenhuma, que era encabeçada por um funcionário consular, que era tesoureiro suplente do Sindicato dos Funcionários Consulares, que era um senhor chamado Pedro Bailote. Apareceu com uma lista quanto a mim altamente irregular porque fê-la com uma lista de pessoas que não haviam sido inscritas em Macau pela via normal, isto é, entregarem as fichas aqui na secção ou entregarem em Portugal, mas Portugal comunicando aqui à secção para esta dizer se não teria algo a opor; e o que que aconteceu foi que esse senhor contactou o José Cesário, e o José Cesário vinha cá, e esse senhor através da actividade consular foi convencendo pessoas, macaenses, a inscreverem-se. Eu soube inclusivamente de situações com portugueses a irem lá com um qualquer problema e depois ele dizer “eu resolvo-te o problema rapidamente mas tens aqui uma ficha do PSD”, e as pessoas acabavam por se inscrever.

Essas fichas foram entregues ao José Cesário, o José Cesário tratou do processamento das inscrições lá, e de repente, em vésperas de eleições, aparece-nos uma lista não com os vinte militantes que imaginávamos que teríamos mas para aí com cem ou cento e quinze pessoas, todas com as quotas por pagar, pelo que estatutariamente não poderiam concorrer nem podiam votar. Não tinham capacidade eleitoral nem activa nem passiva. Eu apresentei uma reclamação escrita no dia das eleições e transmiti à comunicação social.

Eles assumiram. O José Cesário disse que iam ver o que é que se passava. O vencedor dessas eleições e único candidato disse à comunicação social que “pois, é verdade, mas penso que em relação à emigração a questão não se coloca”. Eu tenho fotocópia dos artigos de jornal com essas declarações dele, o que é certo é que a minha reclamação, como mandam os estatutos, foi reencaminhada para o Conselho de Jurisdição Nacional. O relator, o instrutor do processo, inquiriu José Cesário e este foi dizer que “o dinheiro das quotas foi-me entregue directamente a mim”, o que era mentira, e emitiram-me uma decisão final com base nessas declarações, sem averiguarem absolutamente mais nada, e as eleições foram consideradas válidas e ficou esse Pedro Bailote à frente da secção. Eu a partir daí entendi que não tinha mais nada a fazer no PSD.

Para além dessas razões, que serão razões de natureza estatutária...

Mas há outras.

Era exactamente isso que eu queria saber, isto é, se para além dessas razões, razões de natureza ideológica, razões que se prendem com o formalismo interno do partido, se há outras, e se possível que fossem identificadas essas razões.

Sim, sim. Há mais dois conjuntos de razões que levaram a afastar-me. Uma delas terá a ver com a especificidade de Macau, outras nem tanto.

Primeiro que tudo nós somos uma secção de emigração e eu entendo que obviamente não

podemos intervir na vida política do Território, mas temos de estar atentos às preocupações, às necessidades, aos problemas da comunidade portuguesa de Macau, onde se insere esta secção, e procurar através dos contactos com o partido a nível nacional, com os deputados, com a Assembleia da República, fazer chegar lá essas preocupações e tentar que elas se resolvam. Podem ter a ver com questões de funcionamento consular, de emissão de documentos, etc.

No tempo em que a Manuela Aguiar era deputada da emigração, a senhora foi sempre extremamente receptiva às nossas preocupações. Contactávamos com frequência, só veio cá uma vez durante os meus mandatos mas contactava-nos pelo correio e perguntava-nos sempre como estava a situação da comunidade e se havia alguma coisa que pudesse fazer por nós. Chegámos inclusivamente, através dela, a conseguir que em dois orçamentos de estado fosse prorrogada aquela cláusula, aquela prerrogativa de que os portugueses em vez de levarem uma viatura daqui pudessem adquiri-la com isenção. Isso tinha sido inicialmente para vigorar apenas no início de 2000, nós conseguimos que vigorasse em mais dois orçamentos de Estado devido à nossa insistência junto da Manuela Aguiar. Ela conseguiu nas negociações para o OE que isso ficasse. Essa foi talvez a coisa mais visível, mas depois houve outras situações. Lembro-me de um piloto da TAP que estava cá na Air Macau e que nos abordou porque a TAP não lhe queria prorrogar a licença para continuar cá. Ela depois informou a Comissão de Defesa, aliás julgo que ele nem era da TAP, era piloto da Força Aérea e estava com uma licença, e estava cá, e estavam a dificultar-lhe a vida. A Manuela transmitiu o assunto à Comissão de Defesa Nacional, chamaram o responsável e a situação foi desbloqueada. Portanto, penso que fomos conseguindo alguns pequenos resultados.

Entretanto, quando o José Luís Arnaut assumiu as funções de secretário de Estado chegou a vir a Macau duas ou três vezes, perdão, secretário de Estado não, de secretário-geral do partido, quero eu dizer, no tempo de Durão Barroso, chegou a vir a Macau por razões profissionais e foi sempre extremamente aberto, mostrou-se sempre muito interessado em relação às questões de Macau e, inclusivamente, quando eu ia a Portugal recebia-me sempre com muita atenção e disponibilidade. E houve uma questão que lhe despertou particular interesse. Na altura ainda estávamos no governo Guterres e era a questão do processo de reingresso dos trabalhadores portugueses da função pública. Tinha sido publicado um diploma em Portugal, em 98, que determinava que quem estivesse em Macau em funções públicas ou de interesse público, no dia 1 de Março de 1998, podia pedir o reingresso em Portugal. Nesse mesmo dia criou-se o regime da licença especial. Ora bem, houve uma situação de um conjunto de pessoas aqui em Macau, por exemplo, pessoas da TDM, do Laboratório de Engenharia Civil de Macau, o LECM, TDM, rádio- televisão, AMCM, houve aí uma série de situações que se entendeu que não estavam abrangidas por esse diploma e quando se deu a transferência de soberania houve algumas dessas pessoas que ficaram preocupadas com a situação cá em Macau. Depois houve o escândalo da Fundação Jorge Álvares, aquilo a que o Prof. Adriano Moreira chamava a “poeira anticolonialista”, e as pessoas sentiram-se des-

confortáveis, e aqueles que tinham ficado excluídos desse diploma quiseram sensibilizar as autoridades portuguesas para que o diploma fosse revisto e pudesse abranger esses outros casos desde que preenchessem o requisito de em 1 de Março de 1998 estarem em funções na Administração de Macau, ou em organismo a esta ligados. E nós, secção de Macau, começámos a batalhar nesse sentido. A Manuela Aguiar foi muito receptiva a isso e o José Luís Arnaut disse-me “preparem-me um documento detalhado que eu vou levar isto à Assembleia da República”. Mostrou muito interesse, nós até nos atrasámos um pouco na elaboração do documento porque queríamos ser o mais exaustivos possível. Eu organizei reuniões no Clube Militar com imensas pessoas, e o diploma nem tinha nada a ver comigo porque eu estava cá requisitado e, depois, de licença especial, mas achámos que era uma boa causa, um assunto válido que abrangia muita gente, batalhámos muito por isso. E a dada altura elaborámos um documento extensíssimo, não sei, umas trinta e tal páginas, enviámos ao José Luís Arnaut e ele lá juntou as assinaturas da Manuela Aguiar e da Natália Carrascalão, que na altura era deputada. Foram feitas interpelações ao Governo na AR, mas não houve abertura na altura do governo Guterres para resolver o assunto.

Entretanto, há aquelas famosas eleições autárquicas em que o Eng.º Guterres diz que se demite para o país não cair num pântano. Há eleições antecipadas, o PSD ganha, Durão Barroso vai para o Governo, José Luís Arnaut seu braço direito, e nós todos aqui a pensarmos que finalmente tínhamos abertura para resolver o assunto. Qual quê! Mal assume funções diz-nos que não há condições para avançarmos com isso.

Bom, depois, também houve aqui uma ou outra pessoa, como o Pereira Coutinho (dirigente da ATFPM), que andou a tentar minar esse processo. Mas o que é certo é que um indivíduo que insistiu tanto, que me telefonou a dizer que “*estou à espera dos papéis, avancem com isto*”, queria ter somente mais uma arma de arremesso contra o Governo. Quando assumiu funções não quis saber absolutamente nada disto.

Nós chegámos ao ponto, inclusivamente, de apresentar uma queixa à Provedoria de Justiça, e mesmo nessa altura ele não teve qualquer gesto de solidariedade connosco.

Eu cheguei a ir a um Congresso do PSD onde quis fazer uma intervenção sobre o assunto e ele andou ali com os deputados da emigração, na altura o Carlos Gonçalves, que chegou a ser deputado pelo círculo da Europa, ele vive em França; andaram constantemente perto de mim para se certificarem de que não andava a influenciar os outros delegados da emigração para assinarem um requerimento. Tudo isso já me desiluiu imenso.

Não que eu pensasse que as coisas eram puras na política, mas aquilo foi uma viragem de tal ordem, e havia tanta gente aqui a confiar em nós, e nós PSD, nesse processo, que quando o PSD assume a governação e a liderança do País e nos bate com a porta, eu senti-me muito desconfortável aqui junto das pessoas.

A minha desilusão já começou muito a sério aí. Depois, finalmente, houve um outro factor, que esse tem a ver com as especificidades de Macau e que tem a ver com o facto que eu fui sentindo com os portugueses de Macau, de que aos poucos, mesmo que ideologicamente se

considerassem identificados com o PSD, e às vezes até em conversas entre amigos, assumiam um discurso muito mais clubista do que eu, que apesar de tudo me considero tolerante, que não deixo de valorizar uma opinião de alguém por ser do PCP, do PS ou vinda de quem for, mas indivíduos que tinham uma conotação ferrenha com o PSD. Com o passar do anos pós-99 quiseram cada vez mais começar a adoptar aquela postura tipicamente portuguesa da comunidade portuguesa aqui do *low profile*, e então começavam a não querer aparecer ou identificar-se. Se vinha cá alguém de Portugal, um nome sonante, e eu lembro-me de cá vir o Prof. Miguel Beleza, que veio aí para uma conferência da AMCM, e eu soube com antecedência por uma notícia de jornal que ele vinha, contactei a sede do partido, deram-me o contacto dele, ele foi extremamente receptivo à ideia de se fazer aqui um jantar, que eu normalmente procurava que fosse aberto a todos os interessados, não apenas militantes.

Nessas alturas, porque vinha aí um nome sonante de Portugal, as pessoas apareciam. Se vinha um nome mesmo muito sonante da vida política activa, ou mesmo não estando já na vida política activa, um ex-ministro, e se se fazia qualquer coisa, as pessoas apareciam, iam ali ao beija-mão. Fora disso, as pessoas cada vez se afastavam mais.

Eu próprio nas minhas reeleições, nas minhas candidaturas, tive dificuldade. Ainda consegui fazer a minha lista mas tive dificuldade em fazer com que houvesse uma votação razoável dos militantes que aqui apareciam. As pessoas procuravam cada vez mais afastar-se. Eram capazes de vir falar comigo sobre um determinado problema, sobre o que se poderia fazer em Portugal sobre isso, mas participarem activamente em actividades não o faziam. As únicas reuniões em que se conseguiu ter aí bastante gente foram aquelas do ingresso e na sua maioria nem eram militantes da secção. E eu comecei a sentir que estar aqui à frente de uma secção, na direcção da secção, era um bocadinho como um general sem soldados. Eu não tenho interesse nenhum em ser um general só por o ser. Ou há gente interessada em trabalhar num projecto ou então não vale a pena. E eu notei que quando houve essa outra situação com aquela outra lista, julgo que em 2008, patrocinada pelo José Cesário, eu alertei, quando me apercebi e vi a lista de militantes, alertei outros militantes que estavam numa situação regular, e desafiei-os a apresentarem-se a eleições e ninguém quis. A postura era que Portugal está muito longe, a nove mil ou onze mil quilómetros. Uns era porque trabalhavam na Administração e diziam que “*se souberem que estou ligado a um partido se calhar não vão gostar*”, outro era advogado e dizia que tinha clientes, tinha avenças com a Administração, com clientes que são indivíduos do *status* político, que “*se souberem que eu estou ligado a um partido de uma forma activa e a aparecer, podem não gostar*”, outros porque estavam ligados a empresas que faziam contratos com o Governo e que “*se soubessem que eu tenho aqui uma militância activa depois, se calhar, já não querem contratar comigo*”, e ao fim de uns anitos a remar contra isto também cansei-me. E quando se deu essa situação com essa eleição, disse: Ok, fiz o que tinha a fazer, apresentei a minha reclamação, aguardei pela decisão dos órgãos competentes e “fechei a loja”.

Nunca disseram nada, nunca houve qualquer tentativa de contacto por parte da di-

recção do partido, ao fim e ao cabo no sentido de retomares uma militância mais activa?

Não, em Lisboa não. Na Madeira. Voltei a Portugal, mas sou da Madeira e tenho muitos amigos lá, alguns com actividade partidária relevante, e aí, enfim, nas nossas conversas, fui questionado sobre o meu interesse em voltar a ter uma militância activa. Mostrei alguma abertura e admito que nos próximos meses volte a inscrever-me ou a regularizar a situação da minha inscrição, tenho de ver como isso está, mas para participar numa actividade na Madeira e no pressuposto de que nas eleições internas do PSD-Madeira, de Dezembro (2014), haja uma mudança radical. E que o novo líder do PSD-Madeira venha a ser o Miguel Albuquerque, o ex-presidente da Câmara do Funchal. Se isso acontecer, e se ele introduzir uma mudança de gente e o corte com determinadas figuras do actual regime na Região e com determinadas práticas que eu não considero dignas de uma democracia, se isso acontecer, admito voltar a uma militância activa na Madeira, apesar de estar normalmente em Lisboa. E colaborar na medida das oportunidades que possam vir a surgir.

Mas de um ponto de vista formal, até ao momento, tu desconheces qual seja o teu estatuto...

Desconheço. Aliás, passa-se aqui uma situação curiosa. No âmbito destes contactos lá na Madeira, há cerca de um ano, em Maio do ano passado, propuseram-me lá na Madeira que passasse a ter alguma actividade. Apresentaram-me uma ficha, eu expliquei que não sabia qual era a minha situação, e disseram-me que iriam contactar o Conselho de Jurisdição Regional, e depois o Nacional, para saberem qual era o meu estado, se haveria uma situação de pagar quotas em atraso e depois transferir a inscrição para a Madeira, ou fazer uma nova inscrição, uma nova filiação, e fá-la-ia na Madeira.

O que é certo é que o processo desapareceu. Passou-se um ano, o processo desapareceu e continua tudo na estaca zero. E eu então decidi esperar pelas eleições de Dezembro, que de qualquer maneira já não iria a tempo porque julgo que é necessário estar inscrito com um certo tempo de antecedência para poder votar, um ano ou seis meses, creio que é isso, seis meses para votar, um ano para ser eleito, e portanto, como neste momento me foi confirmado, em Julho, que o processo estava perdido, já não ia a tempo das eleições de Dezembro (2014), decidi esperar e ver como as coisas evoluíam até lá.

Para lá de tudo isso, completando, é óbvio que por minha iniciativa eu podia ter retomado uma militância activa em Lisboa. Confesso que a forma como o PSD tem funcionado enquanto partido de governo desde há três anos e tal a esta parte também me tem desiludido imenso. Julgo que se entrou numa governação neoliberal com a qual eu não me identifico. Para mim a social-democracia, e pode-se entender que é uma perspectiva errada, o meu conceito de social-democracia aproxima-se muito da doutrina social da Igreja, ou se quisermos aproximo-me um pouco daquilo que seria uma fusão de ideias entre o socialismo-democrático do Norte da Europa e a doutrina social da Igreja. Isso pressupõe um estado social, uma economia liberal, mas com regras de mercado justas, isso pressupõe que haja justiça fiscal, isso pressupõe que haja preocupações sociais que garantam um mínimo de subsistência razoável a toda a

população, e eu entendo que isso não está a verificar-se. Esses pressupostos não se verificam. O País entrou numa situação de ruptura, que levou ao recurso à *troika*. Julgo que as negociações para o empréstimo externo levaram a medidas demasiado drásticas, em que se pretendeu num espaço de tempo demasiado curto que se resolvessem problemas demasiado profundos, com um custo para o país demasiado pesado e que eu tenho sérias dúvidas de que seja o mais eficaz. E desagrada-me profundamente ver da parte deste governo, primeiro apresentar-se a eleições com promessas que foram imediatamente postas de lado, desde logo aquela questão dos subsídios de férias e de Natal. Foi logo das primeiras medidas tomadas e que só depois é que foram, enfim, inflectidas por força da jurisprudência do Tribunal Constitucional. Depois, aquele discurso do custe o que custar, entendo que é demasiado violento perante um país em que há uma franja muito significativa de população a sofrer profundamente. E depois, também, esta postura de pôr portugueses contra portugueses, estratégias que visam pôr os jovens contra os reformados, os trabalhadores do Estado contra os trabalhadores da privada. Não é essa a postura que eu entendo que um governante deve ter, muito menos num país que se encontra numa situação de agonia. Deve haver uma postura de união, de solidariedade, não de criar antagonismos para por essa via reinar.

E, portanto, eu cada vez me identifico menos com esta forma de estar das pessoas que lideram o meu partido. Isso também não me motiva. Eu não me sinto confortável em aparecer perante as pessoas que me conhecem e com quem eu discuto as questões do dia a dia do país, e aparecer-lhes como militante activo de um partido que é dirigido desta forma e com estas ideias.

De qualquer maneira não está excluído, já depreendi isso das tuas palavras, a hipótese de um dia voltar à militância...

Não está excluído se houver de facto novas pessoas, novas ideias, e como digo, admito que isso, no curto prazo, essa mudança possa começar mais depressa na minha terra do que no plano nacional.

Agora outra questão, voltando um bocadinho atrás, ao momento da tua adesão ao partido, o que é que te levou na altura a aderir ao partido?

Não foi uma coisa planeada. Eu quando estava nos meus tempos de liceu, no 12.º ano, não tinha qualquer actividade a nível de “jotas”. Tinha um colega na altura, filho de um secretário-regional, o Dr. Besenga Marques, que era um dos membros do Governo Regional. Estamos a falar de 1985, finais de 84, 85. E nas nossas conversas de escola, julgo que achou que eu teria gosto e interesse em participar em actividades partidárias, em ter uma militância activa. Na altura, o pai dele ia propô-lo para militante da JSD, tínhamos 17 anos, tínhamos de começar pela JSD, e ele perguntou-me se eu não queria aderir também.

Reconheço que na altura tinha uma grande admiração pelo AJJ. Estamos a falar de 1984, de um período em que ele tinha uma postura muito mais comedida, em que a Madeira estava a crescer de uma forma exponencial, com pujança. Estamos a falar de uma terra no pós-25 de Abril. Pode-se dizer que o resto do país era assim, mas eu vivia na Madeira e sentia essa rea-

lidade, uma terra onde as estradas eram absolutamente miseráveis, onde um indivíduo levava três horas para percorrer uma distância que hoje percorre em 15 ou 20 minutos, e não estou a exagerar, era mesmo assim. Em que não havia electricidade, água, saneamento básico numa série de sítios. Quase fora do Funchal as pessoas viviam com grandes dificuldades. E a verdade é que, goste-se ou não se goste da figura, quando ele assume funções, não foi logo com a autonomia em 76, terá sido em meados de 78, começa ali todo um desenvolvimento da região e a popularidade dele era ali quase intocável. E não assumia aquela linguagem desbocada, radical, que com o passar dos anos foi assumindo cada vez mais. E, portanto, eu tinha uma grande simpatia por ele. Lembro-me que, inclusivamente, houve um momento, já não me lembro em que ocasião do ano escolar, em que a associação de estudantes organizou lá, o AJJ foi lá com o então secretário-regional da Educação, que era o Brazão de Castro, e quiseram que alguns estudantes colocassem umas questões. E uns tipos da associação de estudantes vieram ter comigo e disseram-me “*gostaríamos que os interpelasses*”, e tal, e eu coloquei lá uma questão. Estávamos no tempo do bloco central, não interessam agora os detalhes, e o Brazão de Castro simpaticamente virou-se para mim e disse: “*Eu acho que vais ter um grande futuro político*”. Eu também fiquei um bocadinho entusiasmado. Um tipo com aquela idade, com 17 anos, com esse elogio e essa receptividade, e aceitei de bom grado o convite e inscrevi-me, mas só comecei verdadeiramente na militância quando vim para Macau.

Para além dessas razões que indicaste, pergunto-te também muito directamente se nunca tiveste outra perspectiva em termos de carreira, de profissão, de te profissionalizares na política? Nunca pensaste na participação política como sendo um trampolim para uma outra carreira, para uma outra vida profissional?

Não, nunca pensei. E devo dizer o seguinte: compreendo perfeitamente que as pessoas, estando muito envolvidas na política..., para já eu acredito na política como uma actividade nobre, e julgo que o problema não é a política mas muitas das pessoas que lá estão. E obviamente que só aceitei fazer militância activa, para já filiar-me, e depois já em Macau fazer militância activa, porque acreditava que pela via das estruturas partidárias, não era a única, mas por essa via se podia fazer algo de positivo pela nossa comunidade. Só assim é que concebi poder envolver-me na vida partidária.

Sempre entendi que uma pessoa deve procurar ter a sua vida profissional e não deve depender da política, porque pelo muito que li e pelo muito que também fui conhecendo ao longo dos anos, conclui rapidamente que quem depende da vida partidária e dos partidos para ganhar a vida, depende da militância partidária para ganhar a vida, e muitas vezes deixa de pensar em consciência e de agir em consciência. E vi muitas situações dessas. Aquele caso com o José Luís Arnaut para mim é um exemplo disso. Eu entendo que uma pessoa deve ter sempre a possibilidade de ter sempre condições de deixar aquilo e poder voltar à sua carreira. Parece que essa é a forma mais segura, mais séria, de se estar na política. Eu compreendo que as pessoas quando estão na política porque estão envolvidas, porque ganham

experiência, porque conhecem o funcionamento das coisas, até pelo seu entusiasmo, possam continuar durante muitos e muitos anos; eu não acho que um indivíduo tenha necessariamente de estar quatro ou oito anos e depois deixar a vida política, e, portanto, pelo decurso das coisas, pode acabar por haver uma certa profissionalização. Agora não acho é que esse deva ser o objectivo último.

Tu já disseste que quando aderiste à JSD tinhas 17 anos, na altura situas isso em 1985...

Em 1985. Na altura também houve, enfim, um acontecimento que também me motivou a entrar e me envolver um pouco mais, que foram as eleições presidenciais que opuseram Mário Soares contra Freitas do Amaral. Eu achava que seria uma grande oportunidade para pela primeira vez haver um Presidente da República de centro-direita. Eu tinha uma grande simpatia pelo Freitas do Amaral porque achava que o CDS tinha sido um partido que no pós-25 de Abril tinha evitado entrar por um discurso demasiado à esquerda. Foi tanto quanto sei o único partido que votou contra a Constituição da República de 1976, e eu simpatizava com essa postura menos à esquerda do CDS. E embora entendesse quando me foi colocada a hipótese de ir para a militância partidária, e na Madeira o PSD era um partido de outra dimensão onde se podiam fazer coisas mais interessantes, mas nessa altura simpatizava com a coragem do CDS e de Freitas do Amaral de num ambiente pós-ditadura, pós-Estado Novo, de cariz de direita, aparecer um partido que ainda assim se assumia contra uma doutrina marxista. E, portanto, simpatizei com a candidatura do Freitas do Amaral às presidenciais e isso nessa altura também me motivou para participar nalgumas acções de campanha lá na Madeira.

Agora um conjunto de questões mais rápidas que têm que ver com a tua adesão. Nessa altura, qual o teu conhecimento do programa do partido e dos estatutos?

Muito pouco, confesso. Quando me juntei ao PSD em 85, sou muito honesto, foi acima de tudo por simpatia com o que o partido estava a fazer na Madeira, pela acção concreta da governação na Madeira. Não verdadeiramente por me ter dedicado a estudar os estatutos e o programa detalhado do partido.

Aquilo que eu conhecia do programa do partido era o que resultava das intervenções dos seus dirigentes em acções de campanha. E depois no exercício da governação. Sabia quais é que eram as ideias, ia acompanhando os projectos que eram apresentados a nível de criação de infra-estruturas, a nível de desenvolvimento da rede de saúde, de ensino, saneamento básico, etc..

Conhecia as ideias, obviamente, de defesa e aprofundamento da autonomia da Madeira, que me pareciam, num contexto de descontinuidade geográfica e de alguma resistência a uma influência muito forte do Partido Comunista no Continente, essa autonomia, a ideia de desenvolvimento da autonomia regional surgia muito para mim como um foco de resistência contra o avanço do comunismo, e isso era algo que me motivava.

Eu, aliás, tinha tido no 9.º ano, uns anitos antes, ainda mais garoto; eu sempre fui um entusiasta da História e da História de Portugal, e no 9.º ano tinha tido um professor de História,

uma pessoa extremamente simpática, extremamente elogiosa para comigo, mas que era um comunista ferrenho da velha guarda, e o programa na altura era um programa que acabava por abranger a Revolução Industrial e o indivíduo acabou por politizar completamente o programa. Estudei tanto socialismo científico, socialismo utópico, Owen, o Fourier, o Saint Simon, isto no 9.º ano, estamos a falar de um garoto para aí de 14 anos, aquilo incomodou-me imenso, assustou-me, e eu só pensava que não queria um país assim. Eu não quero viver num país onde este tipo de conceitos prevaleça.

E estávamos obviamente também num período de Guerra Fria. Apesar de muito novo era um entusiasta dos noticiários. Lia muita coisa sobre a Guerra Fria, sobre a Cortina de Ferro, o Muro de Berlim, a ponte aérea quando foi o bloqueio de Berlim, todas essas questões entusiasmasavam-me, envolviam-me, e eu via na altura na figura do AJJ, do PSD-Madeira e da autonomia da Madeira, uma resistência contra um avanço de uma determinada ideologia mais radical à esquerda no País. E isso também me motivou a me ligar ao PSD, ao PSD-Madeira e a participar. Mais isso do que o conhecimento em detalhe do pormenor em concreto que era a apresentação em eleições, a sufrágios.

Só mais uma questão, ainda em relação aos estatutos; mas entretanto depois, com o decorrer do tempo ficaste a conhecer melhor os Estatutos...

Ah, sim, então quando estive cá (em Macau) em funções, muito estudei.

O que eu pergunto é se na tua perspectiva os Estatutos que conhecestes do PSD, se na altura em que participavas, de alguma forma os vias como um empecilho à participação ou como um elemento motivador dessa participação, se entendias esses Estatutos como um factor de mobilização para uma maior participação dos militantes?

Muito honestamente, eu conheci, estudei com algum detalhe, quer os Estatutos nacionais, quer os regulamentos da emigração. Tinham algumas especificidades, nomeadamente eram menos exigentes em termos de números de militantes. Não achei, nunca senti os estatutos do partido como um empecilho. E achei que no caso do PSD, que eu conhecia, nunca tive o cuidado de fazer paralelos com os estatutos de outros partidos, até achava que no caso dos Estatutos do PSD tinham dois ou três aspectos, até para quem estava fora do País, que eram incentivadores de uma maior participação. Um deles é que eram menos exigentes quanto ao número de militantes necessários para haver um núcleo ou uma secção de emigração. Outro foi o de que passaram a permitir, a partir da passagem pela presidência do partido pelo Marcelo Rebelo de Sousa, que o dinheiro das quotas cobradas na emigração revertesse integralmente para as secções, quando antes tínhamos que entregar 10% à sede nacional.

Além disso, o regime eleitoral previa que as secções de emigração pudessem eleger sempre um determinado número de delegados aos congressos nacionais. Havia sempre um número de dez delegados reservados para as secções da Europa e dez delegados para as secções de fora da Europa. E havia também dois lugares para as secções da Europa e dois lugares para as secções de fora da Europa no Conselho Nacional do partido. Lugares esses que eram votados, eram eleitos, apenas pelos delegados da emigração aos congressos, o

que permitiu que as secções da emigração tivessem sempre delegados nos congressos e tivessem sempre membros nos conselhos nacionais.

Eu próprio fui suplente do Conselho Nacional do PSD durante um mandato, durante dois anos, e fui mesmo efectivo no mandato seguinte por mais dois anos. Sem estas cláusulas não teria sido possível à emigração ter gente no Conselho Nacional do partido. Além do mais, o partido dava um pequeno apoio às deslocações, quer dos delegados da emigração aos congressos, quer dos delegados membros do Conselho Nacional eleitos pela emigração aos congressos. Esse apoio falhava num aspecto: é que era igual para todos. Um delegado que fosse de Espanha recebia o mesmo que um delegado que fosse de Macau, o que eu achava um disparate, e cheguei a propor alterações, mas no meu tempo não chegaram a acontecer. Mas posso dizer que, pelo menos no que respeita à emigração, às secções de fora da Europa, os Estatutos do PSD, os regulamentos do PSD, até eram incentivadores de uma participação.

Relativamente ao teu nível de participação no partido, sendo certo que pelas tuas palavras já se depreende que teve altos e baixos, como é que tu qualificarias, numa escala de 4, em que um dos níveis é inexistente e os outros três são alta, média e baixa, sendo que baixa é entendido como até uma hora semanal, média entre uma e cinco horas e alta mais de cinco horas por semana? Tempo consagrado a actividades do partido ou ligadas a actividades do partido.

Quando eu estava em militância activa, penso que poderia considerar alta, mais de cinco horas por semana. Nos anos em que estive ligado à secção, penso que na maioria ultrapassava as cinco horas por semana. Entre contactos com Portugal, encontros aqui com militantes, redacção de documentos a enviar para lá, penso que a média acabaria por ultrapassar as cinco horas semanais. Para mais.

Quanto à participação em momentos eleitorais internos, já me referiste que para além de teres sido vogal da direcção da secção, vice-presidente e presidente, também participaste em congressos, quantos congressos?

Estive em três congressos, sendo que em dois deles fui eleito para o Conselho Nacional, um como suplente e outro como titular.

E relativamente ao teu desempenho em eleições externas? Alguma vez foste candidato?

Fui uma vez candidato para o Conselho das Comunidades Portuguesas. Encabecei uma das quatro listas que foram a votos. Foi o primeiro ano em que Macau votou para o Conselho das Comunidades Portuguesas. Durante o tempo da Administração portuguesa Macau não tinha lugares no Conselho das Comunidades. Foi em 2003 que o Conselho, que é um órgão consultivo do Governo para as questões da emigração e que se reúne na Assembleia da República, 2003 foi o primeiro acto eleitoral após a transferência de soberania [administração] de Macau, o primeiro em que Macau votou. E dado o número de pessoas, inscritas no Consulado foram atribuídos três lugares a Macau. Talvez por isso, houve na altura um grande entusiasmo entre os elementos da comunidade portuguesa aqui. A comunicação social também

mostrou algum interesse em acompanhar o assunto. E então, o Fernando Gomes, que é hoje o presidente do Conselho das Comunidades Portuguesas, tentou fazer um encontro entre os diversos responsáveis de associações de matriz portuguesa, no Clube Militar, no sentido de criarem uma lista para o Conselho. Reuniram-se e isso começou logo a gerar alguma celeuma porque nenhuma das associações tinha mandatado os seus responsáveis para se pronunciarem sobre o assunto. Até podiam estar mandatados para ter reuniões mas não estavam mandatados para tomarem qualquer posição sobre a matéria. Na sequência disso, a Casa de Portugal organizou uma reunião em que se discutiu o assunto, mas ficou entendido que a Casa de Portugal não tomaria qualquer posição sobre a matéria. Certo é que quase todos os participantes nessas reuniões eram macaenses e não chegaram a nenhum entendimento. E então o José Pereira Coutinho resolveu fazer uma lista, que não era formalmente uma lista da ATFPM (Associação de Trabalhadores da Função Pública de Macau), mas que contava na prática com toda a máquina, muito bem oleada da ATFPM, para a campanha eleitoral. Na altura, o Fernando Gomes entrou em rota de colisão com o Pereira Coutinho sobre isso. Resolveu apresentar também a candidatura e dirigiu-se ao arqui-rival do Pereira Coutinho, que é o Jorge Fão, antecessor do Pereira Coutinho na ATFPM, e conseguiu apoio da APOMAC para também apresentar a sua lista.

Entretanto, houve algumas pessoas que começaram a falar comigo, e começámos a ver que tínhamos uma eleição para o Conselho das Comunidades Portuguesas e não tínhamos nenhuma candidatura de portugueses expatriados, para além das duas candidaturas que surgiram e que vão ser formalizadas, são pessoas que não são emigrantes. São portugueses mas não são emigrantes. E o Conselho das Comunidades Portuguesas visa o apoio, o aconselhamento, em matérias de emigração. Estes indivíduos não são emigrantes, temos de fazer qualquer coisa.

Então juntámos algumas pessoas e fizemos uma lista. Fiquei como cabeça-de-lista. Procurámos abranger pessoas do sector público e privado, pessoas de diferentes cores partidárias. Achávamos que poderíamos eventualmente conseguir um dos três lugares. Entretanto, à última da hora, o Carlos Morais José, com o seu ego gigantesco, achou que iria conseguir apresentar-se e ter uma votação fabulosa e resolve apresentar uma lista. O que eu achei eticamente reprovável, e disse-o na altura na comunicação social, por uma razão muito simples. O Carlos Morais José durante duas ou três semanas, enquanto ainda estava em aberto o prazo de apresentação de candidaturas, dirigiu-se a todos nós enquanto jornalista que abordava os candidatos e com quem nós trocávamos opiniões e informações, que não faríamos se soubéssemos que seria o nosso adversário no acto eleitoral. E depois, no último momento, apresenta-se como candidato. Obviamente, toda a gente achou aquilo um bocado mau, mas o que é certo é que teve o condão de dividir os potenciais votos dos expatriados. E o que aconteceu foi que o Pereira Coutinho, com isso ou sem isso, conseguiu no dia das eleições, entre *yum tchas* e carrinhas, e não sei o quê, conseguiu meter a votar umas três mil pessoas que antes nunca deviam ter votado rigorosamente em nada para Portugal. E ficou com os

três lugares sem dificuldade nenhuma. Depois ficou o Fernando Gomes, em segundo lugar, o Carlos Morais ficou em terceiro, e a minha lista ficou em quarto com uma diferença de um voto, acho eu. Foi a minha participação em actos eleitorais fora do meio partidário.

Algum outro envolvimento nouro tipo de campanhas, fóruns, manifestações, desfiles, Internet?

Pela primeira em vez em Portugal participei numa greve geral. Em especial na altura em que se começou a entrar em medidas penalizadoras no essencial da Administração Pública - não sou funcionário público mas trabalho para o Estado -, e quando se começou a sentir aquele discurso do privado contra o público, entendi que tinha que me manifestar, procuro, por vezes, como minha actividade..., tinha um blogue sobre a China, Macau, HK, que depois de ter voltado a Portugal ficou um bocado parado mas onde procuro acompanhar questões políticas em particular de Macau e de HK. Ultimamente com todas as questões em HK tenho andado a não usar esse blogue devido a alguma indisponibilidade, mas através do Facebook tenho estado a publicar sucessivos artigos de opinião, a que vou acrescentando alguns comentários meus e informações diversas. Ainda ontem publiquei um infograma sobre o método de eleição do chefe do executivo de HK. Publiquei isso esta noite, e vou procurando acompanhar, fazendo algum comentário na comunicação social de Portugal, como um cidadão comum, mas sem intervenção mais activa.

A partir do momento em que deixaste de ter intervenção activa no PSD envolveste-te com alguma outra organização?

Não me envolvi com outras organizações, partidárias ou não partidárias, embora me sinta muito tentado, e até admita que possa vir a fazer mesmo antes de voltar a uma militância partidária activa. Sinto-me muito atraído pelas ideias e iniciativas dos movimentos de independentes que se candidatam no âmbito autárquico. Acho que tem sido uma excelente forma de pessoas que não se identificam com a actual situação dos partidos em Portugal, e que estão desiludidas por sucessivas governações que não se têm revelado eficazes para o País. É uma forma de num âmbito mais próximo, na sua área de residência, procurarem contribuir para a gestão da coisa pública. Esse é um processo que considero extramente interessante e admito que proximamente, nas próximas eleições autárquicas envolver-me nalgum desses movimentos em Lisboa.

Quanto ao disseste há pouco relativamente ao teu afastamento do PSD, fiquei com a ideia das tuas palavras de que esse momento coincide com uma quebra de expectativas quanto àquilo que poderia ter sido feito quando o PSD vai para o Governo e em especial em relação à atitude de José Luís Arnaut face à posição que tinha tomado antes. Situas aí o teu momento de início de divergência?

Sim, eu creio que a minha desmotivação começou aí. Aí eu vivi e senti na pele o que é a pura mentira de campanha. O que é assumir-se um discurso fácil quando se está na oposição, sem qualquer real pretensão de quando se chega ao poder concretizar aquilo que se está a propor.

Esse processo de afastamento tem momentos bem identificados? Isso foi um processo gradual, foi um processo aos solavancos?

Sim, foi um processo gradual. Começou aí. Esse foi o primeiro grande momento de desilusão em relação ao PSD. Não quis ser reducionista ao ponto de limitar o partido e aquilo que se poderia fazer ao nível de actividade partidária à postura de uma pessoa, por muito peso que essa pessoa tivesse na altura, no partido.

No entanto, isso depois foi-se acentuando a partir do momento em que o José Cesário substituiu a Manuela Aguiar como cabeça-de-lista do PSD pelo círculo de fora da Europa.

Ele, a partir dessa altura, o José Cesário, começa a vir a Macau, numa fase inicial contando com a colaboração da secção de Macau, encabeçada por mim, para contactos com a Escola Portuguesa, com o Consulado, com as associações de matriz portuguesa, e nós aqui sentimo-nos úteis, porque achámos que tínhamos ali um candidato a deputado, que depois iria estar na Assembleia da República, a representar a emigração, um indivíduo que num futuro governo poderia vir a ser secretário de Estado das Comunidades, uma vez que era a pessoa que dentro do PSD mais estava na coordenação da emigração, como veio a acontecer, e que parecia estar interessado pelas questões de Macau, que vinha cá e que contactava connosco, que nos pedia, que nos colocava questões, para se inteirar da realidade de Macau, e que nos pedia para organizarmos encontros com as estruturas locais. E aí, numa fase inicial, achámos bem alguma esperança, no sentido de que se conseguisse voltar a fazer alguma coisa, se não com o processo de ingresso, outras questões.

O que aconteceu foi que muito rapidamente começaram a surgir comportamentos estranhos. A dada altura, o José Cesário trava conhecimento com esse funcionário consular, Pedro Bailote, e aos poucos começa a deixar de contactar a secção de Macau, e começa a organizar as suas actividades aqui com o tal. E depois aparecia nos encontros com as associações locais com o Pedro Bailote a seu lado, e desautorizou completamente a secção. E depois, quando foi interpelado por nós, pela comunicação social sobre o assunto dizia: *“Bem, eu estou em Macau como deputado, não estou como indivíduo do PSD, não tenho que me fazer acompanhar pelos elementos da secção local, faço-me acompanhar de um colaborador”*. Obviamente que nós sabíamos que não era essa a razão. E tanto assim que mal o Pedro Bailote foi eleito presidente da secção do PSD-Macau, o Cesário continuou a fazer as mesmas coisas com o Pedro Bailote ao seu lado, já como presidente da secção, e aí já não havia problema absolutamente nenhum em ter ao seu lado o presidente da secção. Isso foi algo que me chocou e teve peripécias brutais, do género do Cesário vir a Macau e nós irmos esperá-lo ao Terminal de Jetfoil, ele não dizer nada, nós estarmos à espera dele até às 10 da noite para jantarmos, depois telefonar ao Bailote e perguntar *“Desculpa lá, mas sabes alguma coisa do Cesário?”*; *“Ah, eu já o fui buscar ao jetfoil, ele já está a descansar no hotel, já jantámos”*, e tal, coisas assim, umas atrás das outras. E depois, no fundo, o que é que aconteceu viemos depois a saber por portas-travessas. Esse funcionário consular, era funcionário do Consulado, era suplente da direcção do Sindicato dos Funcionários Consulares, tinha ambições para assumir aqui a

liderança da secção, e o Cesário simplesmente raciocinou desta forma: de um lado tenho uma secção local com uns indivíduos que são um bocado contestatários, nem sempre dizem o que nós gostaríamos de ouvir, protestam, dizem na comunicação social que andam a barafustar com o Governo, com o MNE e com o secretário de Estado das Comunidades, inclusivamente, depois, quando o PSD assumiu funções governativas tivemos algumas divergências, porque entendíamos que não estavam a dar a devida atenção aos assuntos de Macau, de modo que tenho uma secção que são uns chatos, que estão sempre a fazer barulho e a reclamar. Do outro lado tenho um indivíduo que trabalha no Consulado, que está ligado ao sindicato, que dá apoio, que me dá jeito, e eu quando for secretário de Estado das Comunidades dá-me jeito ter alguém ali dentro que tenha boas ligações com os funcionários consulares, e eu como futuro secretário de Estado das Comunidades dá-me jeito ter uma boa relação com o Sindicato, portanto, eu vou apostar neste cavalo. E foi isso que ele fez, torpedeando completamente a actividade da secção. A partir daí, quando depois temos uma situação em que eu até recorro às instâncias legais do partido, para um processo que até decorreu com toda a ilegalidade, e de uma forma absolutamente descarada deliberam de forma desfavorável com base em declarações perfeitamente mentirosas, e eu na minha contestação/reclamação, que enviei para lá, juntei as fotocópias dos artigos de jornal em que o Bailote assume que não tinham as quotas pagas, e ainda assim o Cesário assume que recebeu o dinheiro e está tudo bem, a partir daí achei que não tinha mais nada a fazer com este partido.

A saída do PSD teve algumas consequências a nível pessoal e político?

Não. Até penso que tive mais problemas a nível pessoal quando estava na militância activa do que quando deixei de a ter. Porque eu acho que houve até muitas pessoas aqui, enfim, algumas pessoas aqui, que quando escrevia alguma coisa, que colaborava com a comunicação social local e nos últimos dois anos até tive uma coluna semanal, imagine-se, no JTM (Jornal Tribuna de Macau), enfim, com cujo director tive várias divergências, mas que me convidou para escrever no jornal e muitas vezes quando eu estava na militância activa as pessoas não entendiam, não conseguiam desligar as minhas opiniões dessa militância, dessa cor partidária. A partir do momento em que deixei de ter militância activa e as pessoas viram que eu continuava a escrever sobre as mais diversas questões, nomeadamente do foro local, julgo que muitas pessoas começaram a achar, e chegaram a dizer-me isto: *“Bem, ele não faz isto por carreirismo partidário, ele intervém por convicção.”* E acho que até ganhei, houve uma valorização, uma maior consideração das pessoas por mim, pelo que eu escrevia. E até comecei a ser convidado para participar noutras coisas. Cheguei a ser convidado para ir a uma mesa redonda na Universidade de S. José quando se colocou a questão da regulamentação do artigo 23.º da Lei Básica. Ia a programas diversos na rádio e na televisão, onde antes não ia até por falta de um interlocutor de outra cor. Acho que ao nível da minha intervenção cívica houve uma valorização e um maior reconhecimento das pessoas.

E dentro do partido em relação aos militantes que lá ficaram, houve reacções negativas, positivas, como é que as pessoas reagiram?

Eu acho que as pessoas, aqueles com quem eu tinha mais contacto e que tinham a sua situação regularizada no partido, com esses mantivemos o mesmo relacionamento. Não senti que houvesse um afastamento ou qualquer irritação, compreenderam perfeitamente a minha posição. Com aqueles que apareceram ligados à nova lista eu não tinha qualquer tipo de afectividade e não se veio a criar essa afectividade.

Só uma última questão. Vês alguma questão que queiras referir, que seja importante relativamente ao tema que estou a tratar tendo em atenção o conteúdo desta nossa conversa?

Vou fazer aqui uma nota, um desabafo. Eu noto muito, e aliás os níveis de abstenção na emigração traduzem isso, de que há um grande descontentamento, uma desilusão das pessoas em relação aos partidos. Está-se a entrar numa certa demonização dos partidos. Eu tenho para mim que a forma de conseguirmos que as coisas mudem e que a governação do país melhore não passa por nos desinteressarmos. Já Platão dizia que a consequência de te desinteressares da política é seres governado pelos teus inferiores. Entendo que a postura “do meu voto não conta” é totalmente inaceitável. A abstenção, mesmo no voto em branco, é totalmente inaceitável e não parece que sejam conducentes a nada de melhor. Por isso eu cheguei em eleições aqui, quando estava à frente da secção, em eleições para a Assembleia da República, em que o voto se fazia por correspondência, porque para as presidenciais o voto era presencial no Consulado, mas para a AR o voto era por correspondência, eu cheguei a dizer em declarações aqui a órgãos de comunicação social, a dizer por favor vão votar. Se não quiserem votar no PSD eu compreendo perfeitamente, mas votem. Porque nós portugueses, e na altura portugueses residentes no exterior, nunca vamos ter muita força. A força que poderíamos ter junto dos órgãos de governo em Portugal, enquanto votarem mil e tal pessoas, duas mil e tal pessoas, quando estiver uma ínfima parte dos portugueses emigrados recenseada, e mesmo assim houver 80 e tal por cento de abstenção. Portanto, participem. Se não se revêem nos partidos do arco do poder votem noutros partidos. Se não puderem participar na actividade partidária, mesmo criando associações que depois não possam participar directamente em actos eleitorais para a AR, porque a intervenção até hoje continua a ser aí através da via partidária, mas pelo menos criem movimentos ou participem em estruturas que possam ser interlocutoras dos partidos e possam pressioná-los a tomar determinadas medidas ou a cumprir promessas feitas. Participem, intervenham. O afastamento é do que mais contribui para um acumular dos erros de governação. Que se têm vindo a acumular ao longo dos anos. E é disso que eu tento não me esquecer, de que tenho tentado não me esquecer mesmo nos momentos de maior desilusão.

Não ficaste zangado com a política?

Não. Fiquei foi zangado com muitos dos seus protagonistas.

ENTREVISTA A NUNO SARDINHA DA MATA,

10/05/2015

O meu nome é Nuno Paulo Sardinha Pires da Mata. Tenho 51 anos e tornei-me militante do PSD em Macau, quando o PSD perdeu as eleições em 95, com o Guterres. Voltei a Portugal em 1999 e ainda militei no PSD Madeira. Terei sido militante até 2005, no total para aí uns dez anos.

As razões da minha adesão ao partido são importantes do ponto vista do meu percurso político, da minha militância partidária. A minha simpatia e os meus pontos de contacto com o PSD não nasceram em 95. Nasceram quando eu era simpatizante do PSD, desde que me lembro, no tempo de Sá Carneiro. Acontece que eu tive sempre uma ideia da política que tinha por um lado que ver com algum serviço público, por outro lado com ideologia. Como eu tive sempre uma postura muito associativa e como ao longo do tempo nunca se tinha proporcionado ser militante do PSD, continuei sempre como simpatizante. E por isso é que há pouco estava a relacionar a minha adesão ao PSD com a derrota do PSD. Foi porque eu nunca quis entrar no PSD numa altura em que o PSD estivesse no governo, e em alta, porque eu não queria, para que não fosse confundido com alguém que estava a aderir a um partido porque isso poderia trazer benefícios pessoais, em termos de carreira, profissionais ou fosse o que fosse. Por isso me mantive sempre afastado da militância nessas alturas.

Quando o partido perdeu as eleições, estando eu aqui Macau, eu conhecia as pessoas e acabei por me tornar militante nessa altura, sendo certo que na primeira reunião a que assisti, aqui do núcleo do Partido Social Democrata, em Macau, fiz questão de dizer isso mesmo a todos aqueles que lá estavam: que me tornava militante naquela altura porque achava que era a altura ideal, por ser uma altura em que o partido estava em baixa e não em alta. No fundo foi essa a razão pela qual eu me tornei militante do PSD naquela altura em concreto.

Eu sempre olhei a política e a minha participação e intervenção em termos políticos enquanto militante do PSD. Nunca entendi que se devesse ser um político profissional, não descartando a hipótese, naturalmente, de sendo militante do partido estar disponível para ser chamado para ser deputado, para fazer parte das listas, eventualmente para outros cargos. Mas isso não numa perspectiva de carreira política, porque para mim a política não tem por base uma carreira, embora hoje se diga que existem políticos profissionais. Para mim isso não faz muito sentido. A política fica para além da profissão, a política pode exigir serviço que a pessoa preste ao seu país, ao seu Estado, à sua nação. Mas a pessoa não tem que ser político profissional. Pode ser um funcionário público, pode ser o que quiser, mas penso que político profissional não faz muito sentido.

Conhecia bem os estatutos do partido. E conhecia bem o programa, bem, razoavelmente, tanto quanto uma pessoa que não está metida nos meandros políticos pode conhecer, bem melhor do que um cidadão vulgar. As minhas expectativas pessoais eram as de poder contribuir para o sucesso do partido, para a implementação das ideias que no fundo eram as ideias

com as quais eu me sentia familiarizado e com as quais eu concordava. No fundo, numa perspectiva de ajuda e participação.

E qual era o nível de participação?

Quanta à minha participação, eu talvez dividisse isso em duas ou, talvez, três partes, em termos temporais, a seguir à minha adesão ao partido. Em Macau, eu diria que a minha participação seria média. A actividade política aqui em Macau também não era muito grande apesar de Macau nessa altura ainda estar sob administração portuguesa. Mas os partidos aqui tinham pouca influência e, portanto, aí a minha participação resumia-se às reuniões partidárias que havia, a alguns jantares, a receber aqui algumas pessoas, quando cá vinham, ligadas ao partido. Quando cheguei à Madeira, a seguir a 1999, apresentei-me lá junto das representações partidárias. Disse que era do PSD e inscrevi-me no PSD-Madeira, na continuação da minha inscrição no PSD nacional através de Macau. E comecei a ter uma actividade que naquela altura seria alta, dentro dos parâmetros que referiste [mais de cinco horas semanais], porque vim a ter, depois, em determinada altura, responsabilidades ao nível da estrutura partidária da freguesia. E, depois, por força de alguns acontecimentos, que depois poderei contar, a minha actividade acabou por cair completamente, até à fase em que me considerei, no fundo, totalmente desligado do partido. Aí poderei considerar baixa ou praticamente inexistente a minha participação porque a partir de determinada altura “desliguei”. Ainda acompanhava a vida partidária mas deixei de fazer parte das estruturas e de participar em qualquer coisa de índole partidária.

Dentro do partido, aqui em Macau, creio que cheguei a fazer parte da direcção da estrutura partidária local. Era uma, como é que se chamava?, secção, como em Portugal, e concretamente na Madeira fui vogal da direcção da estrutura partidária local ao nível da freguesia, não é Assembleia de Freguesia mas é uma estrutura paralela, uma estrutura partidária vocacionada para os assuntos da freguesia. Nunca desempenhei cargos de nível nacional, nem regional, nem fora do partido por indicação do partido. Posso dizer que nunca tive qualquer cargo. Participava nas eleições internas, em todos os actos eleitorais internos. Quanto aos actos eleitorais externos, em Macau, pelas razões que já disse há pouco, essa actividade era reduzida, embora se tivessem feito algumas reuniões analisando as campanhas, mas não havia grande actividade do ponto de vista das campanhas. Na Madeira participei de algumas campanhas e em algumas acções de campanha partidária. E cheguei a ser, mais tarde, designado como representante do partido numa mesa de voto, cheguei a ser delegado de uma das mesas eleitorais. Cheguei a participar em algumas acções de campanha nalgumas eleições, que já não sei dizer se eram regionais, se eram nacionais, em desfiles e comícios, mas pouco. Na Madeira, as acções de campanha partidária que se faziam eram mais do tipo jantares, tipo social.

Para além do PSD estive sobretudo envolvido em associações de tipo profissional. Em Macau estive envolvido na Associação dos Advogados, organização profissional representativa dos advogados similar à Ordem dos Advogados, em Portugal. E na Madeira fiz parte

do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados da Madeira, tendo feito parte do Conselho Distrital em dois mandatos seguidos, num deles como vogal, no outro como vogal-tesoureiro. Em relação a outro tipo de associações também participei, mas numa fase já muito anterior, estive envolvido em acções culturais como o Cineclube Portalegre.

Creio que a minha desvinculação como militante do partido nunca foi formalizada. O meu afastamento do partido foi sendo cada vez maior. Eu deixei no fundo de me considerar militante do partido a partir de determinada altura. Também não sei precisar porque não tenho uma referência formal dessa desvinculação e por isso presumo até que o meu nome hoje em dia ainda conste, apesar de não pagar quotas, de não fazer absolutamente nada, dos cadernos ou dos registos. Eu voltei para Macau em 2007 e não tenho a certeza se ainda paguei quotas em 2005, mas tenho a certeza de que depois de 2005 não continuei a pagar. As quotas na Madeira eram anuais. O montante era pequeno. De certeza que a partir de 2007 não paguei, mas penso até que um pouco antes de vir para Macau também já não tinha pago, mas não posso garantir. O que é verdade é que me afastei, deixei de pagar as quotas, que me desinteressei, não da política, mas desinteressei-me da vida partidária, da militância partidária.

Eu posso dizer em relação ao meu afastamento uma coisa que tem alguma curiosidade e que é o seguinte: eu comecei a achar esquisito, logo em Macau, passado pouco tempo depois de me ter inscrito no partido, uma coisa que era sair, às vezes, das reuniões e ver miúdos, mais novos que eu, que saíam das reuniões a discutirem coisas do tipo “tachos”. A discutirem os lugares que queriam, a que aspiravam que o partido lhes desse. Isso de alguma forma chocou-me um pouco. É uma geração diferente da minha, são mais novos, mas eu percebia por aquele tipo de conversas que não tinham muito a ver com a forma como eu via a participação e a política partidária. Mas, pronto, eu achei que isso era um episódio localizado e que, eventualmente, não era generalizado. Depois, não tanto aqui em Macau mas após ter regressado a Portugal e à Madeira, apercebi-me que havia um tipo de pessoas que frequentavam o partido por razões que não tinham muito a ver com as minhas. As pessoas entravam nos partidos e faziam a sua vida partidária em função de determinados objetivos pessoais, e não propriamente por razões ideológicas, ou por terem alguma preocupação pela *res publica* ou qualquer coisa desse género. E, portanto, fui verificando isso. O episódio mais marcante para mim em termos de vida partidária, e que a muitas pessoas poderá não dizer muita coisa mas que para mim foi marcante, foi quando fiz parte daquela estrutura política da freguesia. Eu achava que fazia algum sentido que as pessoas quando aderiam aos partidos fizessem um percurso, de alguma forma, pela estrutura partidária. Eu tinha começado por ter chegado ao partido ao nível de uma estrutura de freguesia e depois, eventualmente, com o tempo poderia evoluir para outro tipo de estruturas mais importantes. Isso parecia-me perfeitamente natural, não havendo qualquer desprimor, porque também me parecia que o trabalho que era feito ao nível das freguesias também era bastante importante. Porque é um sítio da estrutura partidária onde efectivamente se lida com as pessoas a um nível mais primário, no dia-a-dia, lida-se com as necessidades das pessoas, ouve-se o que as pessoas pensam. Isso também tem

bastante interesse. Eu não era presidente dessa estrutura mas era vogal e dava-me bastante bem com o presidente, que era uma pessoa simples, profissional, penso que já reformado, creio que era ex-professor. E o secretário-geral do partido regional em determinada altura foi-nos visitar. Foi visitar a estrutura regional e fez uma série de périplos pelas várias estruturas regionais do partido. Na reunião que teve com todos os militantes do partido daquela área regional, daquela freguesia, disse que se aproximavam umas eleições, penso que eram as eleições autárquicas, em que fazia todo o sentido, porque naquela altura ainda se estava a alguma distância das eleições, faltava algum tempo, e que mais perto das eleições ele voltaria até nós para que pudéssemos ter uma palavra na constituição das listas, nomeadamente ao nível municipal e da freguesia. Essa reunião acabou e nós ficámos na expectativa daquilo que depois dessa reunião viesse a acontecer. A outra reunião, a tal, nunca mais aconteceu. E nós viemos a ter conhecimento das listas sem que alguma vez mais tivéssemos sido consultados sobre a constituição dessas listas. Nessa altura eu falei com o presidente da estrutura de freguesia a que pertencia e disse-lhe que a partir desse momento eu não sabia o que é que ele iria fazer, mas eu pensava que aquilo era uma desautorização, em especial depois de nos ter sido prometido que nós iríamos ser ouvidos. “Embora não saiba o que você irá fazer, eu a partir deste momento vou-me demitir. Se você se demitir demitimo-nos em bloco, se não se demitir demito-me sozinho”. O presidente era pessoa mais tolerante, mais velha, se calhar com estômago para levar com esse tipo de coisas. Disse-me que mantivesse a calma, mas eu disse-lhe “que já estou a avisá-lo por uma questão de lealdade, porque faço parte de um órgão do qual você é o presidente e do qual me vou demitir”. Depois escrevi uma carta ao secretário-geral e disse-lhe que fazia parte daquela estrutura política, você disse isto assim-assim e eu fui confrontado agora com a elaboração das listas, sendo que a estrutura de que faço parte não foi consultada. E, portanto, poderia considerar que a partir deste momento eu demito-me, este é um acto formal de demissão, já contei isto ao presidente e quero dar-lhe a si conhecimento. E a única razão pela qual eu não faço esta comunicação pública imediatamente é porque entendo que não quero prejudicar o partido com uma atitude pública em cima das eleições, mas reservo-me o direito de a fazer mais tarde. A evolução disto foi que, e efectivamente nesse aspecto honra lhe seja feita, o secretário-geral me respondeu, pediu-me desculpa e disse que eu tinha razão, que ele efectivamente tinha prometido uma coisa mas que no caso das eleições autárquicas aquilo tinha fugido ao controlo dele e tinha sido o próprio candidato a presidente da Câmara que tinha exigido fazer as listas. E aquela promessa que ele havia feito tinha caído. Achava que eu tinha razão, pediu-me para ter calma, foi nas eleições para a Câmara do Funchal em que o candidato era o Miguel Albuquerque, que é agora o presidente do Governo Regional, e que provavelmente também não tinha nada a ver com a promessa que o outro tinha feito. Mas foi a ele que eu disse. Eu disse-lhe que não tinha vida para aquilo. Disse-me para eu não tomar a decisão mas eu já a tinha tomado e, portanto, “fui-me embora”. Esse foi um episódio. Marcou o meu afastamento em relação à estrutura local.

Nessa altura não houve ainda desvinculação de militante. Eu continuei a ser militante,

muito embora reduzindo a participação. Talvez ainda tenha participado em reuniões gerais de freguesia embora sem fazer parte da estrutura do órgão. Este foi só um episódio, mas estas coisas vão-se acumulando. E ao longo do tempo em que estás dentro da estrutura, e depois, mesmo estando fora da estrutura, as coisas que vais apreciando e o que que vais vendo quando à tua pertença ao partido são coisas que não fazem muito sentido para ti. Eu, no fundo, entendi que havia várias coisas.

Uma primeira tem a ver com o facto da minha postura nunca ter sido de me servir do partido para meu benefício pessoal. E como a maior parte das pessoas que eu encontrava tinha uma postura diferente da minha, eu comecei a sentir-me num sítio onde não achei que estivesse bem. Porque quando estamos com pessoas que não têm os mesmos princípios que nós acaba por ser complicado. Mas depois, também, porque me apercebi ao longo do tempo que lá estive, que para se subir numa estrutura partidária era preciso ter um estômago e uma capacidade de encaixe que eu considero que não tenho.

Ou seja, os partidos hoje, ou pelo menos aquele que eu conheço, os outros não conheço mas calculo que seja mais ou menos a mesma coisa, estão feitos de forma a que quem singra nos partidos a maior parte das vezes são os *yes men*, que são as pessoas que estão lá e que dizem que sim a tudo e que como não criam problemas, ou não põem objecções ou não discutem as coisas, são aquelas que no fundo acabam por subir na estrutura partidária. E eu não tenho ainda hoje, e não tinha na altura, capacidade de encaixe para isso. Sou uma pessoa que sempre teve uma intervenção grande a vários níveis. Por outro lado sou advogado, não estou habituado a engolir coisas que sejam contra a minha forma de pensar e senti que não fazia muito sentido aquela minha ideia romântica de que o partido era o sítio ideal para eu manifestar as minhas opiniões, ter alguma participação cívica e política em relação às ideias que acredito, vi que não é exactamente assim. E achei que não valia a pena estar a insistir numa coisa que estava provado que não era.

Houve consequências da separação, reacção das pessoas?

Sempre consegui manter alguma diferenciação ou separação. As pessoas que eram e são minhas amigas e que faziam parte do partido continuam a ser minhas amigas, independentemente de continuarem ou não a fazerem parte do partido. As outras, algumas podem ter ficado contentes porque me poderiam ver como uma ameaça um ou obstáculo; outras poderão não ter ficado contentes mas como não eram minhas amigas, eventualmente também nunca virão a ser, também não houve grande reacção, não houve propriamente consequências do meu afastamento ou da minha demissão da estrutura partidária. As pessoas afastam-se porque a partir do momento em que as pessoas deixam de fazer ou de frequentar os mesmos sítios as pessoas afastam-se Ou são mesmo amigos ou então...

Eu penso que no fundo as coisas voltam sempre àquilo que foi a origem da minha militância partidária. Ou seja, se calhar, o defeito era meu. Eu tinha uma ideia, como disse há pouco, romântica daquilo que deve ser a intervenção partidária. Depois, ao longo do tempo, vim a verificar que não condizia com a realidade. Houve um desencantamento progressivo daquilo

que é a intervenção partidária. Eu não consigo identificar um momento de ruptura, posso identificar o momento de uma tomada de posição, que foi naquele caso concreto uma tomada de posição que eu achei que era importante. Isso só por si não conduziria à minha consciência de que teria deixado de ser militante ou que poderia deixar de ser militante. Mas isso tudo junto, isso e tudo o resto que fui vendo e que me fui apercebendo, como a mentalidade das pessoas, vai tudo contribuindo para uma pessoa chegar a uma conclusão.

A minha ideia fundamental relativamente à intervenção partidária é a de que com algumas raras e honrosas exceções que eu reconheço que existem, a maior parte das pessoas que fazem vida partidária, uma carreira partidária, fazem-no por razões que quanto a mim não têm nada a ver com aquilo que deveria ser. E só pessoas, com a ressalva das tais raras e honrosas exceções, a maior parte das pessoas que conseguem fazer isso, são de medíocre estatura, com uma estatura medíocre. Porquê? Porque todas as pessoas que têm a sua actividade profissional, que estão bem na sua vida social, não tem estômago para aguentar uma carreira de uma vida partidária e, portanto, passado pouco tempo saem. Ou então acontece aquilo que tem acontecido algumas vezes e entram por cima, como tem acontecido e aconteceu recentemente com este Governo. Pessoas de créditos firmados que entram por cima acaba por acontecer e eu não digo que não deva acontecer. O que eu digo é que fazer uma carreira partidária acaba por definir uma estrutura de gente muito medíocre, porque no fundo não têm uma vida profissional, porque no fundo são carreiristas partidários, porque vivem daquilo que o partido lhes dá, daquilo que o partido lhes manda, de onde os partido os emprega, nos postos que o partido pode eventualmente indicar e que no fundo estão sempre à espera de uma mama. E qualquer pessoa que não precise disso acaba por se desencantar muito facilmente com aquilo que é o “sistema” partidário porque ele não está desenhado de forma a premiar o mérito ou a fazer progredir aqueles que são os melhores entre os seus militantes. Não está, está preparado para ter uma série de gente que no fundo é uma carneirada que está ali.

Não houve consequências a nível pessoal e político do meu afastamento porque nunca dependi da política nem do partido para nada. Não tive qualquer tipo de consequências e se calhar até foi isso que me permitiu ter a independência suficiente para dizer não e me ir embora. Se calhar há outras pessoas que não podem fazer isso porque estão de tal forma dependentes do partido e da vida partidária que não poderiam ter independência suficiente para sair em qualquer altura do partido. Eu digo isto não porque considere que tenha sido um militante importante do PSD, embora pudesse ter tido algumas responsabilidades, mas o partido vive bem sem mim. E sempre viveu bem antes e depois de eu ser militante. E com isto não quero estar a dizer que a minha independência tivesse feito alguma coisa ao partido.

Depois continuei a participar enquanto cidadão nas coisas, civicamente e associativamente em todas as coisas em que posso participar e em que me revejo, mas já não a nível partidário. Continuo a votar, continuo a ter atenção à política, a ter as minhas ideias e a exprimi-las sempre que acho que isso faz sentido.

Não, não tenho qualquer expectativa de desenvolvimento de um futura actividade partidária, embora naturalmente nunca podemos dizer que dessa água não beberei. As pessoas quando têm determinado tipo de postura em termos políticos, há pessoas que dizem que não são políticos, mas eu penso que todas as pessoas são políticas, podem é não se reverem num sistema ou num partido. Mas um homem é por natureza um animal político e disso eu não me descarto de maneira nenhuma. Continuo a ter a minha opinião e ela continua a ser obviamente como era antes, continuo próximo daquilo que são os princípios e o programa do PSD, mas o que não espero, no sentido de que não tenho em perspectiva que isso algum dia venha a acontecer, mas não descarto alguma hipótese que eventualmente até pela minha característica um bocadinho associativa e de serviço, se alguma vez for chamado, por alguma razão, e alguém me disser “nós precisamos de ti”, por esta ou por aquela razão, não descarto a hipótese de nessa altura até aceitar, numa determinada circunstância, mas não estou nem à procura nem expectante. Não tenho essa perspectiva.

E quanto aos estatutos? Tiveram alguma influência na tua participação ou na tua saída?

Posso dizer o seguinte: desde o momento em que eu comecei a ser militante do partido até ao momento em que eu comecei a pensar na minha saída, houve evoluções importantes no partido e que eu considero positivas, nomeadamente a história das eleições por parte dos militantes, das coisas deixarem de alguma forma de serem cozinhadas em congressos. Estou a referir-me ao processo das directas. Porque uma das coisas que era talvez ainda mais repelente, no sentido de repelir as pessoas relativamente à vida organizativa dos partidos, é que era uma série de delegados, eleitos pelas estruturas de base partidária, que ia depois para os congressos onde se cozinhava tudo sem que ninguém soubesse o que é que se passava. Era um bocado mau para o militante normal. Depois houve uma evolução que permitiu que houvesse umas directas, umas eleições directas, isso também se reflectiu na Madeira e até creio que a Madeira teve primeiro eleições directas do que a nível nacional, isso já não sei precisar bem, e isso é importante, mas isso mudou só relativamente aqueles aspectos em que as eleições contavam. Porque depois tudo o mais continua restringido ou fica restrito a uma série de iluminados nos órgãos que são efectivamente importantes. Eu estou a falar nisto ao nível regional, que de alguma forma replica a organização a nível nacional. Estou a falar de quem faz parte da Comissão Política. Há ali uns órgãos do partido que são os que contam. E onde realmente, eu diria até, em que realmente, há algum interesse em estar presente. Porque aquilo que se passa nesses órgãos deve ter algum interesse quando a gente depois sabe até de que forma as coisas são decididas. Do ponto de vista da minha experiência pessoal, eu creio que, um pouco para responder à tua pergunta, não houve influência, não foi isso que me fez sair, não foram os estatutos ou a forma como os direitos são exercidos dentro do partido ou como as coisas estão organizadas. O que me fez sair do partido foi mais o facto de não me reconhecer no ambiente, na estrutura, na forma como as pessoas evoluem dentro do partido.

Enquanto ex-militante, que pensas que poderia ser feito para alterar esse estado de

coisas, por um lado evitando que as pessoas saiam, por outro incentivando à participação, se é que alguma coisa pode ser feita?

Eu creio que, e estou a falar do sistema político português porque é o único que conheço mais ou menos bem, dos outros sei pouco, a militância partidária é importante mas não é muito importante para o sistema democrático. A democracia sobrevive sem militância partidária. Os partidos é que eu duvido que consigam sobreviver sem militância. Mas creio que contribuiria se houvesse uma aproximação entre aquilo que são as pessoas no seu dia-a-dia, nos partidos, e uma ligação maior com os representantes das pessoas nos órgãos legislativos, designadamente na Assembleia da República, e aqueles que os elegem. O sistema está feito hoje em dia de uma forma tal que nós temos círculos mas nesses círculos de votação quem por eles é eleito não representa quem o elegeu. Penso que é um defeito da nossa democracia. Quem é eleito por determinado círculo tem de representar as pessoas que o elegeram. Não sei como é que isso se traduz na nossa organização política, como poderá ser feito, talvez com círculos uninominais temperados por um círculo nacional, isso não sei, mas acho que se houvesse ao nível do sistema político nacional uma maior ligação entre quem elege e os que são eleitos, isso talvez também se reflectisse na organização partidária com efeitos benéficos, porque toda a gente está em círculos onde aparecem lá umas pessoas a fazer uns comícios para serem eleitas umas pessoas, mas depois os candidatos muitas vezes nem sequer são dali. Concorrem por ali porque dá jeito aos partidos que concorram por ali. Não são pessoas dali, daquela comunidade, as pessoas que ali vivem nunca os viram mais gordos, e votam neles porque votam no partido. Estou convencido de que se acontecesse a nível nacional, que eu não defendo, uma coisa similar àquilo que aconteceu relativamente às autarquias locais, ou seja, se fosse permitido que houvesse independentes a concorrer, que houvesse listas independentes para a Assembleia da República, se calhar os partidos acabavam. Não estou a dizer que defendo isso mas era bom que se reflectisse se não queremos que seja esse o caminho que as coisas vão levar.

ENTREVISTA A PAULA MARQUES

LISBOA (GABINETE DA VEREADORA), 29/01/2015

Paula Cristina Coelho Marques Barbosa Correia, 41 anos. Sou pós-graduada em Ciência Política e estou a fazer a tese de mestrado em CP sobre a análise de grupo dos cidadãos eleitores e o impacto dos grupos dos cidadãos eleitores nos resultados eleitorais. Neste momento sou vereadora da CM de Lisboa, mas é uma situação que decorre de um período de tempo limitado. Como profissão que tive até hoje, e essa é a minha principal formação académica, sou actriz, e durante muitos anos fiz produção de cinema e televisão.

Fui militante de uma juventude política e neste momento não tenho vínculo a partido nenhum. Fui militante durante sete anos da Juventude Comunista Portuguesa (JCP). Entrei dos 13 para os 14 e saí dos 20 para os 21. Fui dirigente regional e nacional da JCP. Nunca estive organizada como militante do PCP.

A minha adesão teve muito a ver com o enquadramento familiar. É uma das razões que leva as pessoas a aderirem a um partido ou a uma juventude política. Ou o afastamento. No meu caso, a minha mãe tinha sido militante do PCP, o meu pai não, mas o enquadramento político era de uma matriz claramente de esquerda, que já vinha também dos meus avós. E por isso no espectro político há uma relação com uma matriz de esquerda e em particular com o PCP.

A razão pela qual eu aderi à JCP tem também a ver com uma outra forma de contágio que é o círculo de amigos e de colegas de escola com quem nos damos. Na altura eu estava no início do liceu, no Porto, numa escola com uma participação política muito grande, na Escola Secundária Clara de Resende, e as pessoas com quem eu me fui relacionando, que tinham as mesmas abordagens sobre a escola e as questões específicas da escola, mas depois também uma visão mais alargada sobre as questões sociais, e as pessoas com quem me relacionava também na área de residência onde estava, eram pessoas que já eram militantes da JCP. Era uma coisa que me interessava, a participação quer na comunidade onde residia quer na comunidade onde estava a estudar. As pessoas com quem eu me identifiquei mais eram mais velhas e militavam já na juventude comunista. Portanto, eu com muita facilidade aderi à JCP porque achei que era um organismo onde eu me revia mais, onde me senti mais confortável para reflectir e para actuar de uma forma mais organizada.

No meu caso as razões foram estas. A minha reflexão, à medida que fui construindo a personalidade, e o momento em que eu adiro à JCP, dos 13 para os 14 (1987), é uma pré-adolescência/adolescência em que nos vamos interessando por coisas para além do nosso mundo, do mundo do nosso quarto, com alguma leitura aos catorze anos de literatura política no espectro de uma esquerda e, muito em particular, de uma esquerda marxista, levaram-me a entender que a estrutura que respondia, quer na forma quer no conteúdo, à vontade de poder participar e cujos princípios básicos eram princípios em que eu me revia [era a JCP]. Foi isto.

Não, isso respondo-lhe directamente que não [quando adери nunca pensou fazer da ac-

tividade política uma carreira]. Todos os cargos que eu ocupei, e foram cargos muito simples – estamos a falar da direcção da organização regional da JCP no Porto, e depois ser representante, com outros camaradas, na direcção nacional da JCP – foram coisas que foram acontecendo naturalmente. Fui candidata à Associação de Estudantes da Escola Clara de Resende numa lista unitária e tudo isto foi sendo uma sucessão [de coisas], mas nunca perspectivei a minha vida futura, nunca quis ser, embora tenha por isso um grande respeito, funcionária do PC, nunca, e já lá vamos se calhar por que é que não, nunca perspectivei isso. Os anos que me separam dessa altura até hoje foram uma sucessão de acontecimentos que me proporcionaram o estar aqui, agora, no enquadramento que tenho. Mas nunca perspectivei isso.

Quando entrei para a JCP não tinha conhecimento nenhum [do programa e dos estatutos]. Depois, antes de me tornar militante fiz aquilo que eu acho que se deve fazer, que é ler todas as letras pequeninas. Até determinada altura não vi qualquer constrangimento à participação nos estatutos, identificava-me completamente. Eu quero dizer uma coisa: a minha situação de ruptura, ou de não continuidade, se quiser, porque para haver ruptura é preciso lá estar, não teve a ver com o percurso na JCP. Porque, e já não é a primeira vez que o digo, aquilo que sou hoje como pessoa e a capacidade de trabalho que acho que tenho, passe a imodéstia, vem de um processo de crescimento na JCP. O tempo que eu passei na JCP foi o tempo mais importante da minha vida. Não tenho dúvida nenhuma. Não foi importante; foi fundamental para a minha formação como pessoa, como cidadã, como agente pública nalgumas coisas, em todo o seu espectro, até na reflexão crítica que em determinada altura tive que fazer. Não propriamente sobre a JCP. Mas com 21 anos já estava na faculdade, já me puxava mais se calhar para estar no sector intelectual do PCP, que seria o percurso normal, mas a minha reflexão crítica era sobre o PCP, não era sobre a JCP. Mas em relação aos estatutos, enquanto eu militei na JCP não senti nenhum empecilho. Pelo contrário, identificava-me completamente quer com a doutrina quer com as condicionantes de adaptação.

Queria só dizer mais uma coisa: quando fiz, quando decidi assinar a ficha de militante, que eu acho que é um momento importante quando se toma uma decisão destas, é simbólico mas é importante, pesa, eu sabia que no espectro da direita não estaria enquadrada e o que eu fiz foi perceber que estatutos e que forma de actuar era a da JS, até porque tinha pessoas próximas da JS. Não foi uma decisão de morte súbita, não foi uma decisão de não ter percebido se não havia uma outra área ou outro organismo político onde eu me sentisse confortável.

O meu nível de participação nas actividades da organização era grande, era bastante grande, era muito. O que trazia alguns constrangimentos porque eu estudava. Era menor. Vivía em casa dos meus pais. A coisa sempre foi muito clara entre nós, e os meus pais, quer em relação a mim, quer em relação ao meu irmão, sempre nos incentivaram a fazer uma participação cívica enquadrada da forma que nós entendêssemos. O meu irmão tem menos sete anos que eu e nunca foi militante, e nunca será militante, de um partido político. Mas estive próximo de outras organizações. Eu própria fiz parte de outras organizações juvenis para além da JCP.

Fui membro da Comissão de Jovens de Ramalde, da Associação Popular 31 de Janeiro, no Porto. Havia também uma diversidade que os meus pais e os meus avós nos incentivavam a ter. A minha participação era bastante grande, o que roubava algum tempo para aquilo que é o tempo de estudo.

Não lhe consigo dizer quantas horas semanais, já foi há vinte anos, mas posso dizer-lhe qual era a rotina. Eu tinha aulas de manhã até meio da tarde. Normalmente, antes de ir para casa passava pela sede da JCP. A JCP no Porto tinha uma sede autónoma do PCP, como aqui em Lisboa tinha. Sousa Martins era a sede nacional da JCP mas também da Direcção Regional de Lisboa. O Porto tinha uma sede autónoma, o que foi muito importante para o desenvolvimento da juventude comunista. E também para um distanciamento em relação ao PCP, em termos de chapéu e de controlo daquilo que era a actividade da juventude comunista. Também nos dava a nós uma liberdade em termos de actuação que se calhar noutros distritos não tinham. A minha rotina era eu sair do liceu, na Avenida da Boavista, ia até à Rotunda da Boavista, passava algum tempo na sede da JCP, e depois tinha um vizinho que era também, aliás uma das pessoas que também me convidou a aderir, e que estava num outro liceu de uma outra zona da cidade, encontrávamo-nos na sede da JCP e depois regressávamos a casa para jantar. Esta era a minha rotina. Talvez uma hora, duas horas por dia. E depois fins-de-semana. E a partir dos meus 14/15 anos tive carta de alforria dos meus pais para participar em reuniões à noite, e duas ou três vezes por semana participava nas reuniões. Quando fui eleita para a direcção, à noite, e ao fim-de-semana, com muita frequência, participava nas actividades que a JCP promovia, quer em termos de discussão, de reflexão, quer de coisas abertas à cidade que nós tínhamos. E participava quer na concepção quer na construção da coisa. Sim, durante alguns anos a minha militância e actividade foi muito alta.

Participava nos momentos eleitorais internos, eleições para órgãos locais, regionais, nacionais. Em momento eleitorais externos nunca fui candidata. Fiz sempre as campanhas eleitorais, mais as autárquicas, no Porto, com mais expressão na freguesia onde estava que era Ramalde. E estava organizada em Ramalde, portanto fazia. Nas legislativas também. E nas europeias de ..., quando o Luís Sá foi candidato às europeias, foi noventa e pouco. Acho que foi 93 porque eu tinha acabado de entrar para a Escola de Teatro, para a ESMAI, e eu fiz a campanha toda do Luís. Foi a minha última acção. Já agora fica registado. Foi a minha última acção organizada. E já não era uma acção da JCP, era da CDU, e fiz porque tinha uma relação próxima com o Luís Sá, tinha uma consideração imensa por ele e ele foi o meu mentor em algumas coisas. O meu mentor no sentido de reflexão e proximidade, e mesmo no que respeita a uma reflexão crítica sobre o PCP. E o Luís na altura desafiou-me para fazer a campanha com ele. E fiz a campanha eleitoral das europeias, o que implicou que fizesse os momentos mais de massas com o Luís. E foi a última coisa que fiz com o PCP, enquadrada politicamente enquanto militante.

Participava habitualmente em manifestações, desfiles. As redes sociais não eram uma realidade. Participava activamente naquilo que eram e são tradicionalmente os momentos de

manifestação do país, 25 de Abril – no Porto de 24 para 25 tínhamos uma acção, sempre -, participava nas acções e na manifestação ou desfile, como lhe quiser chamar, do 25 de Abril. No 1.º de Maio exactamente a mesma coisa. E no Porto, na noite anterior, no primeiro 1.º de Maio, houve a morte de uma série de trabalhadores ali na estação de São Bento. E, portanto, nós fazíamos uma romagem. E isto era uma coisa organizada. Quer no 25 de Abril quer no 1º de Maio fazia sempre a noite e o desfile/manifestação no próprio dia. Isto são os momentos nacionais em que saía e ainda saio à rua, com maior ou menor intensidade. E depois as manifestações que iam decorrendo ao longo do ano, por razões várias. A última greve geral, de 87, em que fiz a manifestação, se não estou em erro foi de 87, mas sim, participava activamente nas manifestações.

Se eu lhe contar o que é que aconteceu se calhar é mais fácil [perceber porque me comecei a afastar]. Nós, JCP, tínhamos uma autonomia grande. A JCP tinha em geral uma autonomia grande em relação à sua forma de actuação face ao PCP. Autonomia mas articulada com o PCP. É a forma de funcionar do PCP e seria estranho se assim não fosse. No Porto, em particular, houve duas ou três situações em que um conjunto de pessoas começou a reflectir sobre a forma de actuação. Nós tínhamos um processo no final dos anos 80 que tinha que ver com as associações de estudantes. Todos os partidos políticos. Tinha que ver com as listas unitárias. Eu quando estive na JCP sempre fui o ponto de contacto, eu e outros camaradas, com outras organizações ou grupos que estando próximos do espectro político do PCP ou da JCP não estavam organizados ou não queriam [ser organizados]. E quando estamos no liceu isto está muito presente. Há o colega que até se revê mas que não quer aderir. Mas as suas opiniões e forma de trabalho são válidas para um trabalho conjunto. E, portanto, eram as listas unitárias. Como eu tinha esta relação mais próxima com o outro lado da fronteira do não militante, em determinada altura aborrecia-me, até porque tinha esta relação com eles. Aborrecia-me que as listas unitárias tivessem de ter um controlo. Tinha que haver uma presença muito forte de militantes da JCP que dominasse as listas unitárias. E eu, no meu entender isto não era uma lista unitária. E ainda hoje continuo a achar. Umhas vezes temos que liderar, de outras temos de esperar que as coisas aconteçam. E isso foi uma das coisas que me começou a aborrecer. Nós vamos crescendo, a fase romântica do enlevo pela organização às vezes passa, há um percurso para todas as pessoas que passam por organismos deste tipo, e em determinada altura começou-me a aborrecer esta questão. Eram listas unitárias mas tinham de estar sempre sujeitas ao controlo do PC. Não me agradava. Era a ordenação da lista e a própria construção dos programas para a associação de estudantes de um liceu. E isto depois replica-se por outros liceus e outras escolas secundárias. Aborrecia-me. Era muito difícil que uma ideia que não fosse a da directriz nacional fosse acolhida num programa de uma lista unitária. Ora se a lista era unitária fazia sentido incluir. Essa foi a primeira coisa.

Depois, e como havia vários de nós neste processo, começou a haver da parte da JCP uma reflexão crítica sobre algumas coisas do próprio funcionamento do PCP. E também me aborrecia, a partir de certa altura, que o PCP, o partido, nos desse uma indicação numa deter-

minada circunstância de uma associação. E que houvesse uma orientação do PCP de travar determinado rumo de uma associação onde houvesse presença da JCP. Acabava sempre por ser um controlo e um dirigismo. Coisas que na minha perspectiva, naquilo que se entende como unitária e plural, não fazia sentido. Comecei a ter essa reflexão crítica.

E a coisa que me fez não querer progredir tanto – entretanto já não tinha nada para progredir na JCP, mas a não progredir para o PCP – é que houve um momento, ainda eu estava na JCP e em que já tinha saído do liceu e não fazia sentido ainda acompanhar o ensino secundário. Porque a JCP é dividida por ensino superior e ensino secundário, estava a acompanhar o ensino secundário, ainda não tinha entrado no ensino superior, e houve um período, houve um ano, em que eu estive a trabalhar directamente, porque era uma área que eu gostava muito, que era o sector e a questão autárquica no PCP, em que estive a trabalhar com a Helena Medina e o Eng.º Luís Oliveira Dias, que eram as duas pessoas que tinham a coordenação do sector autárquico no Porto. E estive um ano a trabalhar com eles naquele sector mas como militante da JCP, período em que estamos quase a fazer a transição. E a evolução seria a transição para o partido, naquilo que são as questões autárquicas. A habitação, o urbanismo. A minha aproximação à questão da habitação passa por essa experiência, que foi uma opção minha.

Não sei como a JCP funciona hoje em dia, são muitos anos de distância, mas era interessante – aí acho que seria uma coisa positiva –, quando um militante não se sentia bem enquadrado naquilo que estava a fazer procurava-se que se enquadrasse num outro sector e não se perdesse a militância. E isso eu acho que era muito positivo. Nos anos 80/90, ou pelo menos nos anos 90 era assim que funcionava a JCP. Só que a minha relação afectiva com a JCP era imensa. No Porto tudo era no eixo da Boavista. O PCP era a meio da avenida ou a 2/3 da avenida, e a JCP era cá em cima na Rotunda. Era só descer a rua. Mas havia esta distância física. E haver esta distância física dava-nos alguma autonomia e alguma liberdade em relação a algumas questões. É muito diferente de ser no mesmo prédio. E em determinada altura o que aconteceu foi que o prédio estava em muito más condições. O partido não nos ajudava a fazer a reabilitação daquele espaço. E o que nós decidimos foi fazer um trabalho hercúleo e juntámos a direcção da JCP e a direcção do ensino superior. Todos os camaradas que tinham ou estavam em formação na área da arquitectura, da engenharia, juntaram-se e fizeram eles próprios uma campanha de angariação de fundos. Nós decidimos fazer a reabilitação do edifício. E fizemo-lo. Foi uma coisa absolutamente generalizada. Fizemos exposições de fotografia. Lembro-me que o Virgílio Santos era nosso militante e fizemos uma exposição de fotografia fabulosa. Nós fizemos várias iniciativas para conseguirmos reabilitar o prédio. E fomos nós sozinhos. O partido nessa altura não nos ajudou em nada. E nós fizemos a reabilitação, abrimos a sede. E quando a coisa estava toda prontinha, para recomeçarmos outra vez, o partido dá-nos a informação, sem “pré-aviso de greve”, diz-nos “meus caros amigos vocês vão ficar sem a sede e vão passar a ter uma sala, uma parte na Avenida da Boavista e a outra parte em Barão de S. Cosme”, que era o outro grande núcleo do PCP. Isso foi o transbordar.

Para mim e para outros. Com o trabalho já feito. No fim. Lembro-me perfeitamente. Nós abrimos a sede e há um director, sem conversar com os camaradas que estavam a gerir, e eram os responsáveis pelas direcções regionais, a decisão é uma decisão do PCP, vai acabar, facto consumado. E eu que já andava nesta coisa de sair do dirigismo disse para mim “isto acabou”. Não foi só para mim. Houve uma série de outros, e estávamos naquele momento de passar para o PCP. E houve uma série de outros militantes que se afastaram da JCP nessa altura. Uns afastaram-se e nunca mais quiseram ter qualquer contacto com o PCP. Outros fizeram o percurso normal: passaram para o PCP, continuaram a ser militantes, passaram o cartão de militante e aderiram ao PCP, mas deixaram de estar organizados. E outros não, passaram desse processo para a continuação da militância. Aliás, o Rui, que é o meu adjunto e camarada dessa altura continuou com o seu processo de militância. Eu não. De facto, afastei-me. Foi um somatório, mas para mim aquele foi um ponto de ruptura. Porque a razão máxima já me vinha fazendo reflectir sobre o que eram estes processos. E depois houve um período muito curto, em que entrei para a ESMAE, Escola Superior de Música e Artes do Porto. Havia na altura eleições para a presidência do Instituto Politécnico do Porto, instituto ao qual nós pertencíamos, e na altura voltei a estar, não como militante – eu nunca aderi formalmente ao PCP – mas como organizada no sector intelectual do Porto, estive a fazer a campanha do candidato apoiado pelo PCP para a presidência do Instituto Politécnico. Eu entrei para a ESMAE em 93 e isto terá sido em 94/95. Foi uma coisa muito pontual, que eu entendi na altura, mas de que depois me arrependi amargamente. Entendi que era uma acção que eu devia fazer. Daí que depois, durante muitos anos, tenham vindo para casa da minha mãe as cartas da DORP para eu participar nas reuniões, até há pouco tempo. Havia um processo que implicava a partir de certa altura um transitar automaticamente para o PCP. Da JCP para o PCP. E, portanto, eu acho, porque é uma coisa que eu não lhe posso responder, que eu não sei, mas gostava de um dia poder perceber, e acho que ainda conseguirei porque tenho amigos que continuam no PCP, se alguma vez este meu processo não foi automatizado. Isto é, eu saí da JCP, ou antes, eu não saí da JCP, expirou a minha data de validade e eu devia ter passado para o PCP. Eu não fiz este movimento, mas não sei se este movimento não foi feito automaticamente. Eu não lhe sei dizer. Do ponto de vista interno eu não sei se aconteceu nem se não. De todas as maneiras, à data de hoje, eu já tenho cumulativamente todas as razões identificadas para ter um processo. Se eu tivesse transitado e eu tivesse uma ficha de militante activa no PCP eu já teria cumulativamente todas as condições para um processo de expulsão. Porque já não sou organizada no PCP, já não me lembro, mas penso que eram sete anos, já não me recordo se quer que lhe diga, nem pago quotas, e fui candidata numa lista de outra força política. Isto é o suficiente, mas isto nunca aconteceu. E eu também não escrevi a carta ao Comité Central a dizer que me quero ir embora.

Digamos que foi uma separação e não um divórcio. Nunca escrevi a carta. Nunca consegui fazê-lo. Do ponto de vista formal tenho já todas as situações que não me permitiriam continuar a ser militante. Eu não escrevi carta ao Comité Central, mas também não sei se o movimento

foi feito ou não. Como lhe digo é uma situação de separação e não de divórcio.

Não, pessoalmente não me considero militante. Se eu me considerasse militante eu não tinha sido candidata por outra força política. Ou melhor, ou antes, se eu me considerasse militante, no momento em que disse que sim ao Movimento Cidadãos por Lisboa tinha feito formalmente a minha desvinculação. Não me considerava militante.

Voltando um bocadinho atrás, mera curiosidade relativamente àquele ponto que referiu, das obras na sede da JCP. Atendendo à reacção que o partido teve no final, o “agora têm de sair daqui, mudam para a Boavista”, o que eu pergunto é se durante o processo em que decorreram as obras, em que andaram a angariar fundos para a iniciativa, se da parte do PCP houve uma reacção, se foram receptivos, se foram transmitidas algumas mensagens do tipo “não façam isso” ou “isso não se enquadra naquilo que nós estamos a pensar”...?

Se quer que lhe diga, não me lembro disso ter acontecido. Nem de um lado nem de outro. Não me lembro de ter sido expresso. Se tivesse sido expresso claramente “não façam as obras que nós vamos fechar a sede”, nenhum de nós, em especial, nós éramos muito miúdos, mas a malta do ensino superior, que já tinha alguma idade, não tínhamos investido. Um deles é o actual vereador da habitação da CM do Porto, o Chico. Nisto estavam uma série de outras pessoas. O Manuel Pizarro. Aliás, pertencemos os dois à Comissão de Jovens de Ramalde. Mas pessoas como o Francisco, como o Luís Leite, outro camarada que é engenheiro, que é mais velho, as pessoas não iriam investir nisto se houvesse uma orientação clara do partido para acabar. Acredito numa coisa. Como já havia este desconforto por parte do PCP que nós tivéssemos uma sede autónoma, coisa que não sei como funcionava aqui em Lisboa, porque nunca me apercebi, lembro-me na altura, embora já tenham passado muitos anos, como havia este desconforto, que nós reflectimos. “É, pá, se a malta deixa esta coisa ir ao charco”, em termos físicos é mais uma desculpa para que nos acabem com tanto. Aí sim, termos sido nós proactivamente a dizermos “não, não, vamos para a frente com as obras e depois das obras feitas não acredito que eles”..., mas a verdade é que aconteceu.

Os pontos de discordância em relação à organização em que estava inserida têm muito a ver com o dirigismo, o controlo e o fechamento das orientações.

Normalmente manifestava a discordância por meios verbais e escritos, sempre enquadrada naquilo que era a reflexão interna. Nunca o fiz externamente. Em reuniões com a direcção, com o camarada que na altura fazia a ligação ao PCP, que era o Ângelo Veloso, sempre, e com o camarada que era o responsável pela direcção nacional cá em Lisboa, que era o Carlos Rabaçal, e com a Paula Coelho. Mas sempre, sempre, na esfera interna. Eu nunca o fiz fora da esfera interna.

A reacção dos restantes militantes do partido dependia [em relação aos momentos em que manifestava a sua discordância]. Foi muito diferente. Militantes e companheiros da JCP que tinham uma visão próxima da minha tinham uma reacção positiva. Se bem que eu sempre tive a fama de ter muito mau feitio e de ser impulsiva. Nisso, também em determinadas cir-

cunstâncias era entendido como uma reacção emocional e não racional. O que acredito que fosse um misto das duas coisas, apesar de tudo acredito que ainda tinha alguma capacidade de reflexão. De eu estar permanentemente a questionar, mas de facto faz parte da minha maneira de ser. Dentro da JCP, pessoas que aderiam à minha posição crítica, outros que não. Dentro do PCP a mesma coisa. As que aderiam à minha posição crítica e de que eu muitas vezes me socorria para pensar, para reflectir em conjunto, são pessoas que hoje já não estão no PCP. Estamos a falar do Luís Sá, do João Amaral, do João Semedo, do André Medina, do Edgar Correia, e de outros camaradas. Mas eu tenho de dizer uma coisa: no PCP, no Porto, ainda que eu mantivesse relação com alguns camaradas, de amizade, porque eu era de facto muito novinha quando entrei, houve ali um acompanhamento. Eu sempre senti do lado dos camaradas mais velhos alguma abertura para discussão. Não digo de todos, mas eu diria que havia ali um grupo de gauleses em que não havia abertura para conversar. Mas na sua generalidade, aqueles com quem eu me relacionava que eram pessoas muito ligadas ao sector intelectual e muito ligadas ao ensino, havia alguma abertura, mesmo que não estivessem de acordo, ao menos para ouvir e para perceber. E em determinadas alturas para tentar demover, o que é natural nestes processos.

Do ponto de vista pessoal houve uma meia dúzia que ficaram muito aborrecidos com a minha saída. Mas como eu não tive um processo de ruptura público, até porque não era ninguém e era natural, isso não aconteceu. Eu tive reacções negativas porque eu mantive depois uma relação afectiva com o PCP. E tenho que dizer que mantenho. Eu muitas vezes ainda me refiro ao PCP como “o partido”, e isso tem muito a ver com as reacções de afeição que se mantêm. Eu tive foi reacção de algumas pessoas do PCP, negativa, quando em 2007 integrei a lista dos cidadãos por Lisboa, e depois em 2009 quando fizemos o acordo com o PS, e agora em 2013, quando renovámos o acordo. Aí sim, aí tive.

Eu vou todos os anos à Festa do Avante porque gosto e porque sei que posso encontrar as pessoas,. Porque entretanto saí do Porto. Mas também tem a ver com isto: eu vivi no Porto até aos 24 anos e depois, aos 25/26 saí, e é a forma de eu estar outra vez com as pessoas. Há uma manutenção de uma relação afectiva com as pessoas da organização em razão de vivências passadas. Em relação à organização em si, eu não tenho qualquer relação com a JCP. Não sei como a JCP evoluiu, não sei o que a JCP faz e não tenho a mínima apetência para. É um período que foi maravilhoso mas que eu prefiro guardar assim.

O processo de afastamento foi de cerca de um ano. Depois houve um período em que não tive actividade política rigorosamente nenhuma. Eu saí, houve um período de nojo, até porque a vida deu muitas voltas. Acabei o curso, fui para Viana do Castelo para uma companhia de teatro, e eu nem sequer tinha tempo para nada. Trabalhava de manhã à noite na companhia. Depois vim para Lisboa. Comecei a trabalhar em produção de cinema e de televisão e é insano. Acabamos por viver num outro mundo com muito pouco tempo. Voltei a ter vontade de participar em Alcochete. Porque eu vivi em Alcochete, na margem sul, curiosamente com o candidato da CDU à Câmara Municipal. Por duas razões. Não sei se é importante se não,

mas eu não tinha qualquer actividade. Entretanto, vou viver para Alcochete e o presidente da Câmara é o Miguel Boeiro, que é um tipo histórico no sector autárquico do PCP, absolutamente extraordinário, e a cidade era uma maravilha. Funcionava muitíssimo bem. Entretanto há eleições e eu acompanho esse processo. Era uma cidade muito pequenina ainda que eu estivesse a trabalhar das 8 da manhã às 9 da noite, e o candidato que se apresenta contra o Miguel Boeiro era um candidato do PS que era muito fraco. Muito fraco, E ganha as eleições. Desgaste também porque o Miguel Boeiro estava na presidência da Câmara de Alcochete desde o 25 de Abril. Isto em 2003, talvez. Ele ganha as eleições e o mandato foi um desastre. Eu aí tive vontade de voltar a participar, e no ciclo seguinte fiz uma ou duas coisinhas muito pequenas. Foi ir a um comício. Foi a minha participação, com o Luís Miguel Carraça, que é hoje, penso eu que é hoje o presidente da autarquia, da CDU, porque eu entretanto saí de Alcochete. Mas a razão que me fez [voltar] foi porque a alternativa que ganhou as eleições era muita má. E a pessoa em si era um coisa, acontece. Os quadros dos partidos são os quadros dos partidos. E fiquei-me por aí. Só volto a ter vontade política e vontade de participar civicamente quando o Manuel Alegre lança a primeira candidatura à Presidência da República. E aí eu fiz uma coisa. Eu vivia e trabalhava em Alcochete, vim in extremis entregar a propositura cidadã para a candidatura, cá à sede da candidatura, ali ao pé do Corte Inglês. Quando entrei na sede encontrei uma antiga camarada da JCP de Lisboa, a Paula Coelho, que tinha sido minha dirigente, e entrei naquela sede e não saí mais. Era ir trabalhar às noites. Vinha de Alcochete quando acabava de trabalhar e vinha trabalhar na campanha no turno da noite. E regressava porque não podia deixar de trabalhar. E foi assim que conheci a Helena Roseta e uma série de outros companheiros, e as questões da habitação já se vinham outra vez a levantar porque em Alcochete já havia algumas questões que já me voltavam a criar o bichinho de participar. E através da questão da habitação voltei a participar activamente até ao momento onde estou hoje. Continuo a participar mas não estou a pensar neste momento em aderir a um partido. Não. Há uma coisa que eu lhe digo: eu não voltarei nunca a ser militante de um partido político. Porque a proximidade às estruturas partidárias, que fui tendo ao longo destes anos, me reafirmam aquilo que eu sempre tive dentro de mim. Eu quando adiro a uma organização, seja ela qual for, enquanto eu estiver de acordo eu cumpro as regras. Quando não estiver de acordo com as regras, das duas uma: ou tento mudar as regras ou saio. E aquilo que eu vejo, e eu tenho uma proximidade grande com o PS, em relação à disciplina partidária, e ela existe em relação a qualquer partido político de diferentes formas, e eu tenho a dizer que entendo melhor a disciplina partidária num partido como o PCP, entendo menos bem o tipo de disciplina partidária no PS ou no PSD. E, portanto, não me sinto confortável.

Sente a sua liberdade cerceada?

Sinto. Eu não gosto que me digam como é que eu devo votar. Não gosto. Nunca gostei. E se no PC, pela estrutura do partido, pela história do partido e a sua forma de funcionar, eu entendo melhor, num PS entendo-a menos bem. E num PSD entendo-a ainda menos bem. Nos Cidadãos por Lisboa nós temos liberdade de voto. O que fazemos é discussão primeiro

sobre. Eu fui deputada municipal no mandato passado e a situação é mais confortável. Porque é diferente de ser vereadora. Não tenho vontade de voltar. Eu não quero dizer nunca na minha vida, porque aquilo que está vivo não diga nunca, mas dificilmente voltarei a militar num partido político.

Mas eu coloco-lhe a questão de outra forma. Que condições gostaria de ver preenchidas para poder voltar a militar num partido?

Para já que a reflexão interna sobre o funcionamento dos partidos e a reflexão interna sobre as questões do ponto de vista do país, à escala nacional, fosse uma constante, coisa que eu acho que não é. E depois que a questão da liberdade de voto, isto é a disciplina de voto não deve resultar de um dogma mas deve resultar de uma reflexão e de uma aceitação. Não é haver uma disciplina de voto porque é assim, mas há uma disciplina de voto porque entendemos que nesta matéria, depois de uma reflexão, faz sentido que haja uma disciplina de voto. Eu até posso estar a fazer um juízo errado, mas aquilo que me parece, até porque vou analisando no sector autárquico a forma como os diversos partidos funcionam e votam, e tive a experiência na assembleia municipal e tenho na Câmara, não me parece que isso aconteça. E eu sei porque a reacção dos meus pares, quando por exemplo eu ou o vereador João Afonso, no mandato passado, e eu e os meus companheiros CPL votávamos de maneira diferente entre nós, e entre nós éramos cinco e tínhamos votações diferentes, e as pessoas achavam isto um escândalo e que nós por sistema votássemos de maneira diferente. Mas a nossa votação de maneira diferente era resultado de uma discussão. Eu sabia, eu discutia com o Filipe Lopes “porquê que tu vais votar a favor desta p...? Porquê? Explica-me, tenta-me convencer. É pá, não me convenceste. Portanto eu mantenho a minha posição”. E era pacífico. Porquê? Porque resultava de uma discussão. Como resulta de uma discussão entre mim e o João Afonso em Câmara. Eu não voto sempre com o PS. Nós temos um acordo com o PS em relação a matérias que são de convergência de voto. E há outras matérias em que não há obrigatoriedade de convergência de voto mas em que, ainda assim, por uma questão de lealdade e de bom relacionamento nós falamos com os vereadores. É muito desagradável nós fazermos parte de uma maioria e haver vereadores a votar contra. Contra é muito difícil. Mas à vezes não estou de acordo. E a abstenção para mim é um voto validamente expresso. Quando me abstenho numa reunião de Câmara não é porque não me apetece votar. É porque tenho dúvidas em relação à proposta em si. Mas as dúvidas não são assim tantas que me façam votar contra. Depois também há aqui alguns equilíbrios políticos que às vezes têm de se fazer. Eu vejo na cara do PSD, do PCP, que reagem muito mal quando eu e o João votamos de maneira diferente do PS ou quando eu e o João votamos de maneira diferente. Às vezes o João vota a favor em matérias urbanísticas em que eu me abstenho, e isto faz muita confusão às pessoas. E isto não é incoerência nem inconstância. Porque resulta de uma discussão. Eu não voto nada que não tenha uma ampla discussão com o João. E se é uma coisa de muito peso que não haja uma discussão de ânimo do CPL e das pessoas que estão próximas do CPL.

Não sou uma catastrofista e não acho que a democracia esteja em perigo. Acho que se

os partidos políticos cristalizados, em termos daquilo que são os órgãos nacionais, não se aperceberem que há espaço sem ser como oposição estrutural, que há espaços para outras formas de participação política, porque a participação cívica e os movimentos sociais são uma coisa, e a participação política organizada em grupos de cidadãos é outra, e as associações políticas são outra. Têm objectivos diferentes. Uns querem partilhar o poder e os outros não, os outros são grupos de pressão. Se os partidos políticos não se aperceberem disso, eu acho que aí é que é perigoso. Para já é perigoso meter tudo no mesmo saco, desculpe-me a expressão, “os políticos são todos iguais, são todos corruptos, os partidos são todos iguais”. Os partidos não são todos iguais. É a banalização e a frase feita. Só que a frase feita resulta numa desafeição partidária, numa desafeição política, e depois numa outra coisa que eu acho que é terreno fértil – nós cá não temos muito isso mas noutros países há que fazer essa análise; aliás o editorial do Nuno Saraiva no DN de há dois dias era muito bom em relação a isso – que é o crescimento dos partidos de extrema-direita. Porque o discurso populista do “nós somos diferentes” e o aproveitamento do discurso populista “estes gajos estão no poder, têm uma situação económica e financeira que mais nenhum dos concidadãos tem”, aí é que eu acho que é perigoso para a democracia. O que é perigoso para a democracia é isso. Porque não acho que o sistema em si, que o sistema democrático esteja em perigo. Acho que há lugar para haver vários tipos de participação, que não têm que estar no campo de batalha em lados opostos. Por outro lado, a mim agrada-me que em determinadas questões houvesse maior equilíbrio entre democracia participativa e democracia representativa. A democracia directa acho filosoficamente muito interessante, e em pequenas escalas muitíssimo interessante. Em grande escala é impraticável. É uma utopia embora eu ache que seja importante a gente ter utopias para conseguir caminhar.

ENTREVISTA A PEDRO LUÍS BAPTISTA,
CLUBE MILITAR, MACAU, 18 DE ABRIL DE 2015

Chamo-me Pedro Luís Baptista. Sou de 48, tenho portanto 66 anos, para a semana tenho 67. Sou doutorado em Filosofia, na área do Conhecimento em Filosofia, pela Universidade do Porto, e sou investigador no Instituto de Filosofia, investigador principal, parece que é assim que se diz.

Quanto tempo teve de militância partidária?

Então, “O Grito do Povo” foi fundado em 1971, portanto, foi de 71 até ..., estamos em 14, quando é que eu me candidatei? Quando é que foram as legislativas? Foram em meio 11, não foi? De 71 a 2011 deve dar para aí uns trinta anos.

Mas esses 30 anos foram todos no mesmo partido?

Não, não, faça aí o seu esquema. De 1971 a 1984: OCMLP. Depois, o Muro cai em 90 [9 de Novembro de 1989], de 93 a 95 na Plataforma de Esquerda, que não chegou a constituir-se como partido, integrou-se no PS, e concomitantemente a partir de 95 até 2011, até 2011 PS, de 2011 a 2012 MPN, Movimento do Partido do Norte que também não se chegou a constituir em partido.

Cargos políticos?

Ora bom, na OCMLP fui o número um quase sempre. Nós não tínhamos nem a categoria de secretário-geral nem a de presidente. Só a partir de 76 é que tivemos, mas era consensual que eu era o “*number one*” daquilo. A partir de 76 fui o primeiro secretário, até 84 ou 83. Depois, em 95 fui deputado. Aliás, há aí um pormenor, sim, eu fui convidado como deputado através da Plataforma de Esquerda, depois é que aderi ao PS. Portanto, fui deputado de 95 a 99. No período de António Guterres, mas antes disso, também é importante, até mais importante, fui independente, deputado municipal no Porto, independente nas listas do PS, com o Fernando Gomes, entre 93 e 97. Fui candidato à presidência da Câmara Municipal de Gondomar, em 97, e fui vereador na Câmara Municipal de Gondomar por um dia. Ou melhor, por uma reunião. Fui a uma reunião tomei posse e saí logo a seguir. Isso vai sair tudo no 2.º Volume [das Memórias] que vai sair já no dia 29 [Abril].

Chegou a fazer parte de órgãos nacionais do Partido ?

Não, não, nunca integrei órgãos nacionais do Partido Socialista. Só por inerência enquanto deputado, aliás numa situação em que contestei sempre a legitimidade dos inerentes, sem direito a voto.

Razões para aderir aos partidos?

Na OCMLP fui fundador. Tenho lá um livro de memórias inteiro a explicar isso. Sou da geração do fim dos anos 60, que não se confunde com a do início dos anos 60. A grande motivação, aliás a minha é sempre, foi puramente ideológica. E também instrumental no sentido de servir o país. Para mim as forças políticas não são nenhum conclave de comunhão ideológica mas são um instrumento de acção para melhorar a situação do país. A motivação foi sempre

essa. Nunca pensei na actividade política para fazer carreira, não, isso não, nem pensar. Aliás, explico neste livro que nunca me passou pela cabeça exercer cargos políticos, nem vir a ser deputado. Nem pensar. Nunca me passou isso pela cabeça. Em duas palavras: em 90 o Muro está a cair. Eu sou um tipo que critiquei, que me assumi como comunista durante muito anos, mas radicalmente oposto ao PCP. Quando há o processo da queda do Muro eu digo “estes gajos agora são obrigados a confessar”. E há uma aproximação minha a algumas pessoas, incluindo ao Barros Moura, que estavam a evoluir para um certo Euro-Comunismo, que era uma coisa que eu vinha seguindo com muita atenção. Mas depois o Berlinguer morreu, e tal, mas sobretudo o Enrico Berlinguer era um tipo que eu seguia com muita atenção. E depois o que acontece? Acontece que eles foram expulsos, formam a Plataforma de Esquerda e vêm falar comigo. E eu pedi-lhes um dia para pensar e aderi. Eu era o único dos dirigentes da Plataforma de Esquerda, o único que não era ex-PC, era ex-maoísta. Os outros eram todos dissidentes. Eram todos ex-PC.

Depois a plataforma bifurca-se entre os que se vão encostar ao Louçã e os que se vão encostar ao PS. Uns vão formar o Bloco de Esquerda. Esses que vão formar o BE vão chamar-se Plataforma 21. Os seus avatares vão ser o Miguel Portas, e depois uns gajos..., que é o Paulo Varela Gomes, e sobretudo o filho do Herberto Hélder, o Daniel. E há um tipo que se apagou voluntariamente na carreira universitária, que é filho do tipo daquela revista, da Análise Social, filho do Adérito Sedas Nunes. Eram os que se bifurcaram para aí. Eu fui com os mais velhos. Com o Joaquim Pina Moura, com o Barros Mouta, com quem comecei a fazer uma certa amizade, já tinha alguma admiração por ele, e com o Raimundo Narciso, por quem tinha também admiração. Tinha sido aquele gajo da ARA que tinha dado aqueles estouros todos, eu achei piada. Se me pergunta se eu não tive, se eu nunca tive qualquer outra motivação que não fosse ideológica, e entendendo ideológica como o seguinte: a ideia de coerência na vida sendo que para mim a ideia de coerência é o acordo entre o que penso com o que faço, o que penso com o que devo fazer. Não é o acordo entre aquilo que pensava ontem com aquilo que penso hoje, porque isso não é coerência, isso é teimosia. De forma que eu sou um tipo assim. E acho que não me consigo safar disto. Quando acho que uma coisa tem que ser feita, mesmo que ninguém faça nada, eu sinto que tenho que fazer, embora agora com a idade vá tentando adiar o mais possível o momento em que se diz “Fogo”. Um homem é um homem e um cão é um cão, e portanto pelo sentido do dever. É uma palavra que a mim ainda me diz tudo do ponto vista da vida social. É uma palavra kantiana mas a mim diz-me tudo: consciência e dever. Nem que seja para morrer. Mas continua a ser, não devo ter morrido deve ser porque Deus, em quem aliás não acredito, ajuda. Não era Cícero, o dos romanos, que dizia que “a sorte ajuda os audazes”?

E qual era o seu conhecimento do Programa e dos Estatutos no momento em que aderiu ao PS?

Dos estatutos não era. Os estatutos não conhecia. Os programas do Partido Socialista conhecia, fui conhecendo todos. Não sou uma pessoa qualquer, sou uma pessoa excepcional,

excepcional sem ser no sentido moral do termo. Sou um dos poucos que a seguir ao 25 de Abril colecionou sempre os programas todos de todos partidos. Até tenho lá o programa do PPD a dizer que é um partido da esquerda moderada. São peças históricas, mas os estatutos não, não os conhecia. Depois com o tempo passei a conhecer os estatutos. Mas demorou, demorou. Porque repare, enquanto exercia deputado exercia as funções de deputado e não entrava propriamente em batalhas dentro do partido, foi quando mais tarde entrei em ruptura com a linha dominante, aí é que conheci melhor os estatutos. Os estatutos são uma arma de defesa do militante. E até me tornei, se quiser, um burocrata defensor dos direitos estatutários. Porque aquilo é uma arma das pessoas.

Os estatutos foram de alguma forma um limitador da sua intervenção no Partido, ou viu-os alguma vez como condicionadores de uma intervenção dos militantes?

Para lhe responder com realismo diria que são mais as vezes que é mais a aplicação dos estatutos do que a não aplicação dos estatutos que funciona como condicionante. São mais as distorções dos estatutos do propriamente dos estatutos. Agora vou dizer-lhe uma coisa que se calhar às tantas ainda ninguém disse. Eu digo isso no II volume. Os estatutos têm estado sistematicamente a ser revistos no Partido Socialista mas da forma mais miserável que se possa imaginar. Se calhar ainda ninguém se lembrou de lhe dizer isto. Os congressos do Partido Socialista começam muito cedo, à volta das nove da manhã, e estão lá o Almeida Santos e mais dois ou três e mais meia dúzia de gajos que chegavam à hora. Porque toda a gente chega aos congressos a meio da manhã. Às dez, dez e meia. Às nove da manhã, rigorosamente, os Congressos não começam. E a primeira coisa que é votada é uma moção de confiança à Comissão Nacional para fazer a revisão dos estatutos no período da vigência do que sair do Congresso. Sabia isto? De forma que os estatutos são sempre revistos pela Comissão Nacional, e nunca pelo Congresso. Recebem o mandato e depois fazem os estatutos deles. Aliás, o próprio Seguro foi atacado por isto que os outros fizeram sempre. Eu queria chegar aqui a um ponto que é o seguinte, para responder à pergunta tão bem formulada que você colocou e tão difícil de responder com a clareza que a pergunta desejava: há uma parte dos estatutos que tem a ver com o funcionamento geral do partido; mas há uma parte, uma parte muito pequena, que é decisiva em relação ao poder real do topo, considerando a forma de chegar ao Secretariado e a forma de fazer a lista de deputados. São, digamos, os dois pontos essenciais. E aí o próprio poder protege-se bem. E procura arranjar forma de limitar ao máximo acção das bases e dos outros. Enfim, temos tido muitas evoluções e muitas polémicas O escalão superior tem ou não tem direito a avocar as decisões do inferior? Antes do Seguro tinha. O Seguro acabou com isso. Conclusão: não conseguiu mudar a situação do Porto. Se tivesse conseguido mudar tinha mandado calar a Comissão Concelhia, tinha convidado o Rui Moreira e a Câmara do Porto era do PS. Eu quando fui a Gondomar fui avocado. O candidato do PS era um miserável, era um gajo que entrou na Concelhia há uns dias, era um médico-empregado, aparecia naquelas notícias do Independente, era um negociante. E o gajo o que queria era fazer um negócio com o PS, e comprava os gajos todos porque era empregado. Só

que aquilo era uma vergonha. De forma que eu fui avocado. Eu ter sido avocado teve consequências, tive grande parte do partido, que já estava pago pelo gajo, contra. Militantemente contra. Eu tive ali 20% contra o Partido Socialista.

Os estatutos são um óbice à participação, é pelos estatutos que as pessoas participam ou deixam de participar? Ou os estatutos são neutrais deste ponto de vista e não é por causa dos estatutos que as pessoas se inscrevem ou deixam de se inscrever num partido ou saem do partido?

Respondo-lhe com toda a clareza: não é pelos estatutos. Os estatutos são um instrumento de defesa dos militantes, dos membros, garantem muito mais os direitos do que os deveres. Os estatutos do Partido Socialista, tirando as coisas da lista de deputados e do centralismo de Lisboa, são federalistas. Se são federalistas. E o Partido Socialista é um partido federalista. As organizações distritais chamam-se federações, é um partido federal, e tirando o que eu disse ali, as coisas centralistas que dão o direito ao secretariado de ter 1/3 da nomeação dos deputados em cada distrito, que é uma coisa absolutamente abjecta, tirando isso os estatutos são instrumentos de defesa dos militantes. Se alguém lhe disse que as pessoas não entram por causa dos estatutos não. No Partido Socialista não, só se for no Partido Comunista. São muito poucos os deveres que são consignados nos estatutos para os membros: pagamento das quotas, e que é uma questão axial. E não se candidatar em momento nenhum contra o partido, seja por outra força que esteja contra, de resto não há mais nada. Chamar ao secretário-geral “filho da puta”, não sei quê e tal, nem sei o que é que isso pode dar, algum castigo, porque isso é a liberdade de opinião. E nesse aspecto devo dizer uma coisa: a mim o que me interessa é a verdade. Evidentemente que não esperava vir para este encontro dizer bem do Partido Socialista, mas não sou apaixonado nem ressabiado; e se há coisa em que o Partido Socialista tem um funcionamento aparente positivo é nesse aspecto da tolerância e da liberdade de discussão. Acho que é a única coisa que se aproveita. E numa personalidade como o Mário Soares. Creio que é o único item onde o podemos pôr em cima. E talvez se possa arranjar mais um e tal.

No momento em que adere ao PS já está a colaborar com a Plataforma de Esquerda. Quais é que eram as suas expectativas?

Vamos lá ver. Aquilo foi uma grande discussão para aderir. Ao princípio eu era contra a que [a Plataforma de Esquerda] se aderisse. Porque achava que se aderíssemos íamos perder a nossa capacidade de acção autonómica, mas eu não estava a perceber bem a jogada ali de algumas pessoas. O Joaquim Pina Moura sabia muito bem o que queria. Queria ser ministro. Foi fazer à pressa um mestrado, não sei, deve ser no antigo ICEF [?]. Só depois é que percebi esses pormenores. Esse tinha uma ambição concreta, porque quase que dormia com o Guterres. Era o cardeal, era o seu conselheiro nesse período áureo dele. Eu no princípio era contra a adesão. Depois, o argumento que vingou e que me fez aceitar foi exactamente do Pina Moura dizer “olha, já que entramos nisto vamos para os centros de decisão, vamos decidir, não vamos estar aqui como paus-mandados”. E também houve uma reunião, que fizemos

secreta mas com muita gente, depois não sei se o PS veio a saber nem se não, em que discutimos o assunto e decidimos que nunca mais reuniríamos de forma autónoma porque não queríamos ser uma facção. Criava-se aqui uma situação difícil porque nós éramos muitos na lista de deputados, éramos para aí uns dez. No grupo parlamentar do Partido Socialista nós podíamos ser Plataforma de Esquerda e não ser do PS, porque nós só aderimos depois de já estarmos nas listas de deputados. Não tinha ambição nenhuma. A ambição que tinha era de poder fazer alguma coisa pelo país depois de muitos anos, com soluções para o país globais, que os portugueses não quiseram, porque aí sim é que eu gostaria de ter sido eleito, porque aí sim era para fazer uma série de coisas que eu achava, e ainda acho, que deviam ter sido feitas. Depois disso passaram-se uma série de anos e houve uma interrupção de quase dez anos, está aí nas suas contas, durante nove anos eu fiquei em casa. E aqui eu estava farto do cavaquismo. Até costumava dizer que estava cansado de estar cansado, e eu queria fazer alguma coisa pelo país, e aquele discurso católico e progressista do Guterres tocou-me um bocado. Mesmo sendo eu ateu, mas aquilo tocou-me um bocado. Porque às tantas podia-se fazer alguma coisa pelas pessoas, porque não? E houve os Estados Gerais para que eu trabalhei muito e que meti lá muita gente.

Então e qual era o seu nível de participação?

Eu enquanto era deputado estava em exclusivo, em tempo integral. Depois depende. Depois deixei de ser deputado mas continuei a militar, voltei à minha profissão e depois o Ferro perde as eleições e aparece o Sócrates pouco depois, para aí em 2003, quando o cherne vai para Bruxelas. E aí eu entro em cisão, em ruptura, que se começou a desenhar antes, já no segundo mandato do Guterres. Aquilo foi um governo muito mau, já estava a entrar em cisão, não chegou ao fim da legislatura pelas razões que eu digo ali no livro. Porque eram absolutamente insuportáveis aquele gajos quando se juntavam dois ministros ou dois secretários de Estado, não eram capazes de falar de mais nada a não ser dos convites internacionais que tinham tido. Portugal estava na moda, era o máximo. Sair de Portugal era o máximo, convidaram-me para isto, convidaram-me para aquilo, eu não sei se vou para isto ou se vou para aquilo, não conseguiam falar de mais nada a não ser desse tipo de coisas. Estavam completamente deslumbrados, mais o parolo do Fernando Gomes a quem meteram os patins. Bom, a partir daí, consideramos que com o Sócrates, de quem eu tive durante algum período boa impressão, e depois apercebi-me quem ele era muito cedo e entrei em ruptura com a orientação do Partido Socialista. E nessa ruptura tornei-me um contestatário dentro do partido. Eu era um *enfant terrible*. Dentro do partido eles tinham muito medo de mim. Depois há uma componente, no meu caso, a minha adesão ao Partido Socialista teve a ver com um compromisso com a regionalização. É por causa da regionalização e em torno de um acordo com o Fernando Gomes, que eu acho que ele traiu. Não deixei de ser amigo dele mas digo que ele lançou a toalha ao chão. Ele não queria regionalização nenhuma. E a única coisa que queria foi aquilo que foi, querer ir para Lisboa, deixar o mandato, ir para um ministério miserável qualquer, da Administração Interna, não sei quê, que é o mal das pessoas do Porto, de grande parte delas.

E falava da regionalização porquê? Porque depois tornei-me um contestatário e passei a criar o meu próprio espaço político dentro do Partido Socialista e esse espaço político acabou por redundar numa candidatura. Eu tinha uma ligação muito forte com o Assis mas volta-e-meia andávamos de candeias às avessas, continuávamos a ser amigos, apoiei-o na luta contra o Partido Socialista tradicional protagonizado pelos “Orlandos Gaspares”, pelos “Narcisos Mirandas”, e por toda essa nomenclatura absolutamente monárquica, como eu agora digo, de umas famílias, começo a criar o meu espaço político e em 2007 candidato-me à presidência da Federação Distrital do Porto. Candidato-me e tenho 10% dos votos, muito menos do que seria imaginável do que costuma ser, mas mais, muito mais do que o que eles pensavam. E no Congresso saltei de 10% para 15%, 15% dos mandatos na Comissão Política do Congresso da Federação do Porto. Notava-se um domínio moral absoluto sobre toda aquela canalha, deve-se dizer em francês “*toute cette canaille*”. Toda aquela canalha sabia que eu tinha razão, estava ali grande parte deles mas não era por causa dos problemas da razão, mas por causa das posições, fosse na sua junta de freguesia, fosse na Câmara da Trofa, fosse onde fosse, fosse porque deviam dinheiro ao Gaspar, fosse porque esperavam que o Narciso desse emprego a filha, fosse por isto fosse por aquilo, a verdade é que eu saio do Congresso com a superioridade moral do gajo que tem razão. E, então, consequências disto? Consequências disto é que vem a lista de deputados de 2009, que é exactamente nesta altura que eu me tinha candidatado, para aí de 2007 ou 2008.

E tinha dito ao Público, numa entrevista em Julho de 2009, que se o partido não se reformasse abandonava o partido....

E disse mais, disse que se fosse eleito corria com os deputados todos. Já nem me lembrava disso, sim, sim, disse isso. Eles fizeram uma manchete disso, já nem me lembrava de ter dito isso, sim, disse isso várias vezes. Em 2009, só para lhe dizer da parte positiva das coisas, eu chumbei a lista de deputados. Estava na primeira fila e não sei como, nem estava a ver o que se passava na sala, mas com 15% chumbei a lista de deputados. Com 15% dos membros da Comissão Política chumbei a lista dos deputados. E de tal forma que o pataroco do Guilherme Pinto diz que deu empate e portanto a lista passou. Está maluco! Se deu empate a lista chumbou, é evidente. E depois vim a saber que não deu nada empate, tinha chumbado por três. De forma que eu quis a recontagem dos votos e disse que queria assistir à recontagem dos votos. Os gajos não deixaram. Eu achei aquilo estranho e nunca percebi, empurraram-me fisicamente, e disse eu quero assistir, eu quero ver os votos abertos. Não senhor!, os gajos foram muito veementes. Deviam-me deixar ver. Só mais tarde é que vim a saber. Esse gajo cortou relações comigo, o tipo chamava-se Abílio. O tal que chegou a ser presidente da Junta de Santo Ildefonso. Vim a saber que os gajos tinham perdido por três votos. Depois a lista acabou por passar porque eu não quis que aquilo fosse decidido em Lisboa. Não era eu, que era o regionalista, que ia por minha acção levantar um problema de maneira que Lisboa decidisse a lista do Porto. De forma que disse: arranjem outra lista para a gente aprovar. E aquela merda correu até às três, quatro da manhã, até que veio um emissário a perguntar “o

que é que tu queres?”. E eu disse que o que eu quero são três deputados na lista, conforme tradição do Partido Socialista. Temos aqui 15%, são 20 e tal quase trinta, houve aqui sempre a tradição de ter todas as sensibilidades. Quero três deputados em lugares ilegíveis, mas no meu caso eu farei uma declaração para aceitar de que nunca votarei nenhum orçamento, nem sequer um orçamento suplementar, a prejudicar a região ou a intensificar o centralismo. Era um regionalista com toda a convicção. Penso estas coisas. Isto demorou umas horas até eles virem dizer que davam um lugar. Eu devo dizer que não tinha vontade nenhuma de ser deputado e depois não podia fazer isso aos outros. Os outros dois miúdos fariam a mim de certeza, mas eu não fiz e disse ao Artur Penedos, eu conto isso tudo no segundo volume, se não há não há. E então o que é que o Pizarro fez? Estava lá com o Renatinho mas o Pizarro é que é o operacional. Em vez de mudar a lista mudou a Comissão Política. Arranjou forma de passar a ter maioria. Mandou acordar uma série de tipos que não tinham ido, outros foram-se embora, também do meu lado, e às três da manhã foi uma coisa “à PC”. Depois houve uma nova votação e a lista passou. Trocou com o Renato, estava em 15.º passou para 7.º. O Renato passou para cima, e tal, e nessa altura eu publiquei uma série de cartas no Público, que a Maria Luísa Gomes publicou e que eu transcrevo, agora transcrevo neste livro. Nessa campanha eleitoral criei ali um espaço. Candidatei-me. E agora vou-lhe dizer uma coisa que é fundamental. Eu confesso no livro duas vezes. Se eu ganhasse tinha perdido na mesma. Porque eu só ganharia se usasse os métodos do inimigo. E chegou dinheiro à minha candidatura para pagar quotas. E ainda no outro dia falava com um que foi o meu número três na campanha, digamos assim, e disse-lhe que se nós ganhássemos perdíamos. Porque estávamos a usar os métodos dos outros gajos, os métodos que estávamos a combater. Pois é, disse ele, mas se não tivéssemos pago quotas nem sequer tínhamos conseguido fazer listas. Ou seja, o partido não existe. Aquilo é uma farsa. Só uma parte dos militantes é que existe, uma pequena parte. O resto é tudo virtual, está nos bolsos dos outros, há gajos que andam com vinte/trinta cartões, a dizer eu valho trinta cartões, até andam a mostrar. Pois nem sei se são verdadeiros se são falsos, mas para as jogadas deles, a nível das juntas...

Mas não é por causa dos estatutos, pelo contrário. Os estatutos é que permitem que haja este combate. Eu gostaria nesta coisa de ter ido mais longe. Foi uma campanha bestial, a malta gostou imenso. Eu gostaria que nós tivéssemos ido mais longe. Há tipos que dizem que nunca tiveram uma coisa tão gratificante na vida, portanto fiquei satisfeito com aquilo. Eu gostaria de ter ido mais longe, só que para toda a gente 10%, e depois 15%, é uma derrota grande porque supõe-se que o tipo da oposição tem 20, 25, 30, não são 10 ou 15. 10 ou 15 é mesmo muito pouco. Tenho 10% ou 15% já a pagar quotas, a fazer uma coisa que eu não queria fazer mas que eles fizeram, e que quando soube que eles estavam a fazer encolhi os ombros e disse que não. Senão era uma humilhação total. Isto não é pelos estatutos, mas se não houver métodos enviesados, você não consegue fazer nada. Logo, o partido é irreformável. Eu gostava de ter ido para a frente e ter enfrentado o Sócrates em Espinho, mas achava que não devia de ser eu a dizer isso, mesmo assim agora vamos para a frente, e tal. Houve

um dia que um tipo me perguntou, porquê que não disseste? Porque vocês é que podiam dizer. O que ia acontecer em Espinho é que eu ia dizer-lhe nas trombas tudo o que tinha a dizer, não é, e que não tinha podido dizer porque havia um unanimismo em torno do “Führer”, em que os meus não me deixavam entrar na matéria nacional porque senão perdia ali apoios a nível da candidatura distrital, e eu cheguei à conclusão de que o partido é irreformável. Pode não ser definitivo, mas eu é que não vejo de onde saia o coelho. Não vejo nenhuma possibilidade de reformar na medida em que não são os estatutos, é o sistema de funcionamento que é de tal forma promíscuo que obriga sempre a utilizar métodos promíscuos. Ou seja, você vai ganhar com votos de gajos que são uns crápulas, porque são gajos que só votam se lhes pagarem. Aliás, até falo aqui no segundo volume do exemplo de Macau porque achei muita piada, a perguntar se não terá sido até alguma presença dos portugueses aqui que fez aquilo que é de ser proibido tirarem fotografias no lugar do voto para não poder ir receber a massa. Até pergunto se não terá sido uma coisa dos gloriosos exploradores portugueses aqui, dos socialistas sobretudo. E, portanto, não é só isto, cheguei à conclusão de que o partido é irreformável. Oxalá que me engane, não vejo como, mas há outro aspecto que é estritamente político, que não tem nada a ver com os estatutos, nem com este assunto para que o meu amigo me puxou, que é o aspecto político da concepção do país, o aspecto do centralismo. O Partido Socialista é um partido que traiu a regionalização sistematicamente. Continua a traí-la, continuará a traí-la. É um partido cada vez mais centralista e cada vez pior. E a prova é que quando apareceu agora uma “tentativazinha” de um moço simpático, que nunca entrou em poucas vergonhas, como a maior parte do partido entra, como foi o Seguro, que tentou entabular algumas reformas, algumas coisas elementares, como passar o número dos deputados para o mínimo e proibir qualquer ligação entre outros negócios e a política, coisas elementaríssimas, fizeram-lhe o que lhe fizeram.

Mas voltando à questão do centralismo e do regionalismo. Repare: eu só saí do Partido Socialista já em 2011, mas já tinha, quando acabou o meu mandato da Comissão Política, em 2009, eu já tinha parado as funções e tinha estado a reflectir sobre uma alternativa e tinha chegado à conclusão de que precisávamos de criar uma força regional especificamente só no Norte. Achava que devia ser em vários pontos do país, mas aquilo que eu podia fazer só podia fazer no Norte onde tinha alguma força. E é nessa altura que tenho alguns debates televisivos na televisão, no Porto Canal, que era um canal que se estava a afirmar, aonde vou muitas vezes, e é nessa altura que tenho uma grande convergência com o João Anacoreta Correia, que é filho do velho Anacoreta Correia mas que era um dissidente do CDS, que não pode com o Portas nem com molho de tomate. E portanto está fora do partido. Mas é evidente que tem algumas ideias de direita que não são as minhas, em que os pontos mais salientes são os da Saúde e da Educação, mas a verdade é que nós chegávamos sempre a acordo em frente dos telespectadores. E o Jornal de Notícias estava nessa altura a batalhar muito, nunca o centralismo tinha sido tanto, nunca a região Norte tinha estado tão pobre, nunca os nossos problemas tinham sido tão incisivos. Estava a haver uma certa radicalização disto. E então, às

tantas, tínhamos de ir tomar um café, tínhamos que sair para a rua. Então avançámos com o Movimento Partido do Norte, com vista a vir a constituir-se em partido, só que as eleições precipitaram-se. E não tivemos tempo de nos legalizar. Então dei um salto aos Açores, falei com os gajos do PDA e fizemos um acordo. No Continente, em todos os sítios onde se concorresse pelo Continente, o PDA era constituído pelas pessoas desse Movimento, e nessa altura saí do Partido Socialista. Aliás, eu não saí do Partido Socialista. Eu suspendi a minha actividade no Partido Socialista. Escrevi uma carta e mandei o cartão. E disse isto: o que escrevi lá é que suspendia a minha actividade E depois de Lisboa telefonaram-me a dizer: Ó Pedro Batista, mas o problema é que nós não temos essa figura nos estatutos. Ai isso é que têm, porque o Dr. Soares usou-a. Ai mas o Dr. Soares é uma excepção? Então eu sou outra. E ficou assim. E a verdade é que nesta história das directas fui convocado não como simpatizante mas como militante, porque não era preciso quotas. E porque de Lisboa, neste telefonema, me disseram que o Pedro Baptista quando quiser tens os seus direitos e só precisa de pagar as quotas.

Então há aí um desfazamento entre aquilo que o Partido Socialista considera quanto à sua condição de militante e o seu próprio entendimento que acha que já não é militante?

Eu não sou militante, um militante caracteriza-se por ter actividade. Os números da militância estão totalmente gatados, aliás depois a oposição, os “socratinos” impugnam a mesa de voto em que eu votei, dizendo que eu tinha saído. Mas eu nunca saí por causa disso, nunca disse que eu tinha saído. Eu disse que suspendia a minha actividade e depois o Renato disse que eu saí e eu mandei-lhe uma carta a dizer que não saí e que suspendi toda e qualquer actividade. E ninguém me fará agora sair disto. Os estatutos não dizem mas eu estou-me boricando para o que os estatutos digam ou não digam porque o meu pensamento não depende dos estatutos. De forma que se amanhem com o problema.

As razões de saída são razões de funcionamento interno do partido, irreformabilidade, considerar o partido irreformável, considerar que o partido não é capaz de promover a reforma do sistema político, e considerar que o partido não foi capaz de promover aquilo com que apareceu sempre ao eleitorado, as suas tendências regionalizadoras. Isso foi na altura.

Hoje tenho uma distância mais aprofundada do Partido Socialista. Se o Partido Socialista tem alguma coisa a ver com gestão do Sócrates eu sou da oposição total ao Partido Socialista. Eu não tenho nada a ver. Eu sou de oposição total às PPP. E depois..., aquela canalha que eu conheço...

O simples facto é que os estatutos naquela parte de que lhe falei, na parte do topo, em que é que os estatutos nessa parte são deletérios? Exactamente na parte da conservação do poder. São sempre os mesmos gajos há quarenta anos. São sempre os mesmos “Lellos”, os mesmos “Calhas”, a mesma gente. E alguns até saltam e depois voltam. Vai ver se não vai aparecer na lista de deputados o Coelho. Vai ver se depois de ter aproveitado o desastre de Entre-os-Rios para se pirar, já o Mota dizia quando ele saísse..., e portanto pôde contar o tempo para depois ir trabalhar para o Mota, com o dinheiro da dívida, depois disso acaba o

dinheiro para o Mota, o Mota dá-lhe com os pés, ele voltou ao partido. Vai ver se ele não vai estar na lista dos deputados.

Portanto, se quer entrar nos estatutos, há ao nível do poder, e isso tem fundamentalmente a ver com a lista dos deputados, e com a inexistência de primárias para isso, com a defesa absoluta do sistema plurinominal, dito representativo, que tudo ele está feito para que se mantenha a mesma gente no poder. Esta é que é a questão essencial. Não é a questão dos direitos ou não direitos dos militantes. Os militantes no Partido Socialista têm todos os direitos possíveis e imaginários porque lá no topo têm a política de deixá-los falar, porque só lhes faz bem, compreende?

Eu manifestava as minhas discordâncias nas reuniões do Partido em que participava. Na imprensa sempre. Eles tinham imenso medo de mim porque eu tinha espaço nos diversos jornais, que até me pagavam pelas crónicas regulares, e sempre que queria falar falava. E uma das coisas que defendi, e não há muita gente que defenda e por isso lhe digo, é que eu acho que as comissões políticas em geral devem ser abertas ao público. As comissões políticas distritais, em geral, e concelhias, devem ser abertas ao público, nomeadamente aos jornalistas, porque é muito melhor que os jornalistas assistam ao debate do que depois estejam à espera do gajo que sai, que vai fazer chichi, para dizer. Bufar, bufar também aprendi, e aprendi a fazer melhor do que eles, e como tinha boas relações com a imprensa também punha a minha forma de colocar as questões. Eles tinham um pavor enorme de mim mas vou dizer uma coisa: eu nunca senti que me empurrassem para fora do partido, ninguém. E acho que eles ficaram, sentiram-se enfraquecidos por eu ter saído. E também deixei de pagar quotas, claro, claro.

Qual foi a reacção dos outros camaradas de partido juntos militantes, como viram a sua saída?

As bases viram mal. Eu saí mas não me calei. Se me estivesse calado..., mas agora há as redes sociais e tal, de modo que falei sempre. E continuei a ser convidado para as televisões, e fiz as coisas do “Partido do Norte”, e aí tinha espaço. O sector mais religioso da militância, isso é uma coisa que lhe pode interessar, este aspecto psicológico é muito importante, o sector mais clubista; é uma religião de segunda mas ainda assim o espírito da religiosidade, o espírito da seita, esses gajos vêm sempre com a mesma lengalenga, do ressabiado, do tipo que cuspiu no prato em que comeu, etc.. Eu nunca precisei da política para nada. A verdade é quês e eu fosse um desgraçado talvez não fosse o que sou, mas a verdade é que eu interrompi a minha vida de professor para ser deputado, do ponto de vista do vencimento ganhava mesmo, havia lá mais umas coisas que me davam mais umas massas, um subsídio de viagem, mas eu como eu só dormia duas noites em Lisboa gastava essa massa toda porque vinha quase todas as noites para o Porto para dormir descansado. Portanto, esse sector mais básico é que no Partido Socialista é quanto mais para baixo pior. E eu que fui maoísta e, como dizia o pensamento do Presidente Mao, as massas e só as massas são o motor da história universal, ali não, quanto mais para baixo mais mesquinho, mais sectário, mais

corrupto, embora só em pequenas coisas, mais agarradinhos, a fome faz isso. Eu neste livro cito duas vezes um tipo que uma vez em Gondomar me disse: “sabe, senhor doutor”, com os filhos no meio das galinhas, “sabe, senhor doutor, nós quando entramos na política também é para melhorar um bocadinho a vidinha”. Eu achei muita piada ao homem, que me pareceu um bom homem. Eu não acho mal que melhorem um bocadinho a vidinha em especial quando a vida é má. Eu não quero é que roubem o erário público, que é uma coisa diferente, nem que sejam corruptos. Mas, portanto, o militante de base reage mal e via aí no facto de ter saído, e a minha linguagem que é sempre mais ou menos contundente, via aí um ressabiamento porque também não sabe o que é que há-de dizer. Mas a nível das lideranças não vi satisfação nenhuma com a minha saída, antes pelo contrário, e mais, se não tivesse acontecido isto com o António José Seguro, eu, que falava muito com alguns tipos próximos dele, e que os aconselhava, é provável que tivesse havido uma aproximação se o Seguro tivesse conseguido dar uns passos em frente do ponto vista reformador, o que me pareceu sempre impossível. Estes impossíveis não são impossíveis absolutos, pareceu-me sempre muito difícil, mas se tivesse conseguido ter dado alguns passos era provável que eu me tivesse aproximado e que voltasse a colaborar com o Partido Socialista, o que não quer dizer que voltasse entrar para o partido.

Então em termos de futuro não pensa voltar militar no partido como fez anteriormente?

Não, não, sabe porquê? Vou-lhe dizer uma coisa. Contra tudo o que pensei sempre descobri que afinal que é verdade aquilo que as pessoas cá fora dizem que de que um tipo quando está no partido tem uma visão partidarizada das coisas. Eu achei sempre, fui sempre independente, autonomíssimo, toda a gente que falar de mim vai dizer o pior possível de mim, vai dizer de certeza, mas é que digo, pensava eu que era. O simples facto de ter um cartão, por mais que nós possamos dizer que o que interessa ao país, o que interessa é o povo não é o partido, o partido não passa de um instrumento para servir, mesmo assim o facto de ter um cartão, de ser de um partido, muda as coisas, a tal ponto que basta que lhe apareça um tipo do partido rival e dizer determinadas coisas para você entrar logo numa polémica de características interpartidárias e se afastar de uma visão mais purificada da realidade envolvente, de forma que não perspectivou voltar ao Partido Socialista e com a actual liderança do Partido Socialista nem sequer perspectivou qualquer tipo de colaboração.

Mas continuará a participar activamente do ponto vista cívico e a ter outro tipo de intervenção?

Sim, de tal forma que quando surgiu a eleição para a Câmara do Porto meti-me com unhas e dentes e insisti, fui um dos que mais insistiu e batalhou com o Rui Moreira, que já tinha querido para a liderança do “Partido do Norte”, insisti e batalhei com ele para que ele fosse candidato à Câmara do Porto, até porque havia tipos que queriam que fosse eu. Eu achei que não tinha hipótese nenhuma e também porque já estava farto daquele tipo de peditório e disse-lhe que andam aqui uns gajos a chatear-me, e uns três anos antes eu já lhe tinha dito em

público, que ele iria ter as maiores responsabilidades à frente da cidade, disse isto em público numa sessão três anos antes, e ele não e não, eu não quero, que eu até lhe disse “foste tão veemente, tão veemente, que vais querer de certeza. E disse-lhe: diz lá se vais ou não. Tinha de fazer os telefonemas e esperar uns dias. Eu percebi porque é que ele tinha de esperar os dias, porque cria apoios para avançar. E depois disse que ia avançar e eu tinha-lhe dito “se tu avançares, vou da China aí para fazer a tua campanha”. E assim foi. No dia no dia em que começou fui de propósito daqui lá fazer a campanha dele. Ele entretanto pediu-me para eu entrar na lista e eu disse-lhe: se achas que é ético ter que faltar a metade das reuniões, pelo menos nos primeiros anos, põe-me lá no último lugar ou onde quiseses. Ele pôs-me lá em cima. E depois jogou com o meu nome várias vezes para ganhar votos à esquerda e eu também fiquei satisfeito com isso. Quando começavam a dizer que era uma lista do CDS, ele jogou com o meu nome e com o nome do Paulo Cunha Silva. E até fiquei muito honrado por o ter usado ao lado do nome do Paulo Cunha e Silva que tem feito um trabalho excepcional. E olhe, isso foi uma das ambições que tive, das poucas ambições que tive, gostava de ter sido vereador da Cultura na Câmara do Porto mas há 15 anos atrás, mas estava a Manuela de Melo que era muito forte e era uma belíssima vereadora. Porque essas coisas eu gostei sempre, culturais, gostei sempre, de forma que sou membro da Assembleia Municipal, eleito pela lista independente como independente na lista “O Porto é o nosso partido”.

Houve consequências decorrentes da sua saída do PS?

Houve consequências não foram consequências da saída, foi das tensões que levaram à saída. Houve uma série de pessoas com quem as relações esfriaram mas houve muitas que não. Não [causaram qualquer transtorno]. Não precisava do Partido Socialista para nada, absolutamente nada. No meu caso não, mas eu sob esse aspecto sou um privilegiado. E deixo-me também dizer uma coisa, está também nesse segundo volume, fiz amizades lá como podia ter sido na tropa, podia ter sido no futebol, podia ter sido num sítio qualquer, mas amizades que se fazem e que estas coisas não tocam, são amizades que decorrem do grande prazer convival que se tem. E quando é recíproco, há algumas pessoas do Partido Socialista que continuamos a ser amigos, muito amigos, e agora até temos menos razões para zangarmos porque agora o Francisco Assis já não tem razão para me vender a cabeça ao inimigo, que eu digo, mas ele vai apresentar o livro, que já o leu, e não diz que é mentira. O que o meu amigo queria perguntar era se teria havido repressão. Não, não houve repressão, nem havia hipótese nenhuma comigo. Pelo contrário, porque uma pessoa como eu que sai do partido as pessoas devem dizer que aquele deve ser um gajo sério.

Os partidos deviam vir com um prazo de validade. Os partidos têm um prazo de validade. E o sistema tem de permitir que os partidos sejam arrumados e voltem outras forças políticas. E sejam capazes que o sistema e essas novas forças políticas sejam capazes de incorporar as experiências negativas da prática anterior. Mas um partido não pode, veja o Partido Socialista, 40 anos? 73 é um bluff, não brinquem comigo. O Partido Socialista não existia antes de 1973, não existia antes do 25 de Abril. Havia aquela gente ligada aquele pensamento, que

se juntava na ASP e tal, em Abril de 73, havia umas coisas, havia os dissidentes vindos do PC, o Sottomayor Cardia e tal. Agora estes anos todos aguentaram-se, mas aquilo não tem ponta por onde se pegue. Está completamente fossilizado, está petrificado. Os partidos estão institucionalizados no sentido de petrificados e fossilizados. E qual é a solução? Não é acabar com os partidos. É criar condições para que novas forças surjam. E essas condições são algumas políticas, de tipo jurídico, com maiores facilitações para o surgimento dessas forças políticas em termos legais, por exemplo, a candidatura independente à Câmara do Porto foi uma coisa quase impossível se não fosse a imensa popularidade do Rui Moreira teria sido impossível, porque aquilo está tudo feito para impedir que a coisa avance. E comunicação social tem que mudar. Porque quando eu fui candidato pelo PDA, o José Alberto Carvalho teve a lata, nos estúdios da RTP, já eu estava na TV24, teve a lata de me dizer “Ó Pedro Baptista, a Lei de Imprensa não existe, a lei eleitoral não existe”. Ou seja, nós fazemos o que quisermos. Isto tem que mudar, não é só por isto, não há democracia em aspecto nenhum se isto não mudar. E nesta vertente concreta não há democracia nem possibilidade de renovação. Renovação dentro dos partidos é coisa que não existe. São renovações de sebastiões. O Passos Coelho é uma grande renovação. Nunca fez outra coisa na vida, está naquilo desde os 16 anos, deve ter agora para aí uns 50, não há renovação nenhuma. Novas forças têm de ter acesso à comunicação social, a comunicação social não pode fazer uma coisa que não existe na ordem constitucional portuguesa que é uma espécie de bipartidarismo, alternante, que depois esmaga e esfrangalha tudo. E, portanto, é isto que penso. O pensamento político está intimamente ligado à comunicação e a comunicação tem de mudar completamente. Digo mais. Sou a favor - combati completamente o domínio do PC, do Correia Jesuino em 75 nas televisões - mas eu sou a favor de várias soluções parecidas com as do tempo da Revolução. Não com o domínio do partido como havia na altura, mas com os conselhos de redacção a terem mais força e a lei a impor isso aos industriais da comunicação social. Porque senão não há possibilidade nenhuma das forças se expressarem nos média. Alguma coisa que acabe também com a ideia que se vê no Zé, que é: “Mais partidos? Aqueles que lá estão já não chegam? Os que lá estão não mamam que chegue? Também lá queres ir mamar? Depois também há isto, em Portugal também há isto, e eu fartei-me de ouvir isto na última campanha. E fartei-me de ouvir, mesmo no sentido literal do termo. Quem é o palerma de um vendedor de chapéus que a única coisa que quer na vida é vender muito chapéus para comprar um carro novo, para me vir ali insultar de tudo quanto há. Ah, também queres, também estás contra os que lá estão? Então é porque és como eles. É tudo preso por ter cão e por não ter. Porque criou-se um ambiente brutal que esta canalha que tem estado a ocupar o espaço partidário são os culpados disto. Eles é que criaram esta situação. A comunicação social..., a candidatura à Câmara do Porto precisou de 7500 assinaturas, e tudo com as respectivas certidões, uma coisa complicadíssima. E nós por exemplo não conseguimos. O facto de não estarmos sediados em Lisboa, e portanto o Porto ter muito menos gente, o Porto neste momento não chega, a 300.000 eleitores, mas o facto de estarmos em cidades como o Porto e Braga, em

idades com muito pouca concentração ao nível das Baixas, não nos permitiu arranjar as assinaturas a tempo. Porque senão as coisas tinha sido diferentes. Eu não vejo outra solução que não seja esta. Ah, e outra coisa, e agora também as medidas para a redenção da política. Uma medida que não parece milagrosa mas que me parece fundamental é da passagem aos círculos uninominais. E os argumentos que tenho ouvido dão-me vontade de rir, são completamente falsos, até porque são círculos uninominais com um círculo único nacional de resto. Se há o círculo de Penafiel e o tipo do Bloco de Esquerda é que é o grande candidato, muito melhor que o do PS e do PSD, porque é que não ganha? Claro que ganha, porquê que não há-de ganhar? Isto é partir do princípio que é liquidar representatividade. É Partir do princípio que essas eleições vão ser uma farsa. Ou seja, vai ser um gajo mandado de Lisboa para ser candidato a Penafiel. Se for assim está bem.

ENTREVISTA A PEDRO DA CUNHA PAREDES

SETÚBAL (JARDIM DO ESTÁDIO DO VITÓRIA), 28/01/2015

Pedro Manuel Egrejas da Cunha Paredes, 61 anos, sou arquitecto. Entrei para a Câmara em 2005, fui militante do PS a partir de 2009, e ainda sou. Ainda não saí.

Com a mesma tranquilidade com que entrei poderia agora sair. Podia deixar de pagar as quotas, mas até nem isso, não se põe essa questão. Entrei e estou, ali tenho lá bons amigos. Eu era independente até 2005, 2008/2009, não tenho exactamente presente de momento mas posso depois precisar. Eu sempre fui independente, nunca tive nenhum partido, nem sequer na via universitária, e fui convidado pelo PS, aqui do distrito de Setúbal, pelos dirigentes, pessoas que aliás muito respeito, para concorrer na Câmara. Não descobriram ninguém melhor, foram buscar a mim. Mas como eu tenho dito de brincadeira, estive a trabalhar até ao último dia. Não fiz campanha eleitoral, não fiz nada, foram-me buscar, você já ganhou, tome lá posse. Estive a trabalhar até ao último dia. Basicamente continuei mesmo dentro da Câmara a ser um técnico, geri a Câmara como um técnico. Em dois, quatro anos, quatro anos dá 2009. Em 2009 a mesma equipa e as mesmas pessoas, com quem aprendi bastante, do PS aqui de Setúbal, voltaram-me a convidar para concorrer. Voltei a não fazer campanha eleitoral, voltei a trabalhar até ao último dia, agora já na Câmara e não no atelier. Fui reeleito. Depois não fui convidado para um terceiro mandato e tive pena, avanço já. Porque o trabalho de gerir uma estrutura com aquela importância na cidade e no distrito e no concelho é muito estimulante, é fazer arquitectura a outra escala, é desenhar a cidade. Mas mudando do edifício para o concelho, para 1500km². Não me renovaram o convite, voltei a montar a minha estrutura. Como vê não há nenhuma ruptura. Não me voltaram a convidar.

Eu, na prática, nunca fiz trabalho de militante. E essa é que é a questão. Quando entrei, entrei – não sei se me quer perguntar isso mais à frente -, a minha relação com o PS; o PS é um grande partido, toda a gente reconhece isso a nível nacional. O problema é que quer esse, quer os outros partidos tradicionais, têm vindo a tornar-se máquinas burocráticas, máquinas de assaltar o poder. Eu como fui convidado pelo PS acabei por aceitar entrar, foi uma espécie de pagamento da dívida digamos assim. Como fui levado ao colo achei que devia contribuir. Tinha debaixo de olho “vou tentar melhorar o partido”. Comecei a aperceber-me do funcionamento de alguma burocracia, de algumas guerras, guerrinhas internas, fratricidas. Vou tentar contribuir. Nunca consegui. Primeiro porque não tinha tempo, porque estava a gerir o Município, vinte e um milhões de euros, com muitas questões pessoais. Depois, porque não é fácil mexer nessa estrutura. Portanto, na prática nunca fiz militância. Como nunca fiz militância nunca estive nem dentro nem fora. É um bocadinho isso.

Nunca exerci cargos. Fui sempre um *outsider*. Nunca fui absorvido nem me deixei absorver. O mal provavelmente o mal é meu, não entendi o funcionamento. Na prática nunca cheguei a entrar. Tenho um cartão. Agora, e atenção porque era importante que isso ficasse publicamente assente. Há lá pessoas com uma grande qualidade, com uma grande visão,

peessoas com quem aprendi muito, que me ajudaram a gerir a Câmara. Agora depois também há uns ratos de secretaria que desfazem, que desrespeitam, e que não se dão ao respeito, e é por causa disso que depois de uma maneira geral a população diz que “os políticos”, com aquele desprezo horroroso que depois me doía. Porque quando diziam “os políticos” também me estavam a atingir a mim.

Uma dívida de gratidão [razão que levou a tornar-se militante]. Se eu estou a fazer tranquilamente a minha vida profissional de vinte anos, numa terra pequena onde aparentemente sou conhecido e toda a gente gosta de mim, e há uma estrutura distrital que aparentemente se lembra de mim e me dá a hipótese de gerir um concelho mudando de escala profissionalmente, porque eu nunca deixei de ser um arquitecto dentro da Câmara. Deixar de gerir o edifício, o *loteamentozinho* para passar a gerir o concelho, eu fico com uma dívida de gratidão para com uns iluminados que se lembraram de me vir buscar. Já agora, só um pormenor, dívida coisa nenhuma porque eu deixei de ganhar dinheiro. Passei a exercer uma actividade muito menos remunerada. Durante oito anos ganhei um terço do que ganhava antes. E do que espero vir a ganhar.

Não houve mais nenhuma razão. Desculpe, estou-me a contradizer. Houve mais uma segunda. Pensei que podia influenciar e de alguma forma dentro de uma estrutura partidária concelhia ou distrital, ter algum peso ou alguma influência no sentido de limpar, de prestigiar uma máquina que, toda a gente sabe, estava a funcionar mal. De uma maneira geral, e não só em relação a esta estrutura, as pessoas desconfiam de quem exerce actividades partidárias. Ou cargos ou actividades partidárias. E misturam aliás as duas coisas. O político tanto é o militante de base como é o Presidente da República, e com isso põe um rótulo de malandro, de aproveitar-se de dinheiros públicos. E eu com uma outra perspectiva queria influenciar no sentido (imperceptível), mas não consegui. Sinceramente não consegui. E depois posso contar-lhe um episódio.

Porquê? As suas iniciativas eram mal recebidas pelo partido?

Também, também. As pessoas que não são sérias não gostam das pessoas sérias. Como eles é que têm a máquina, de alguma forma boicotam qualquer tentativa de mudança. Também senti falta de apoio. O erro também é meu. Não consegui mover a montanha.

No momento me que ocorre a minha adesão não tinha nenhum conhecimento do programa ou dos estatutos. Não me interessava pela vida partidária. Com o tempo vim-me apercebendo e obviamente, do ponto de vista teórico, o PS tem uma solidez extraordinária. Não tenho dúvidas nenhuma. A pessoa lê os textos e os programas e aquilo é muito bom. O problema é que depois na secretaria, o militante antigo, e muitas vezes novo porque começou aos 13 anos ou aos 15, perverte completamente. Fica muito bonito no livro mas depois na prática não há essa... Uma guerrinha, uma procura de cargos, há até uma obsessão dentro dos partidos, pois que depois também fui tendo contacto com outros partidos, dentro dos partidos há uma obsessão a nível de base por ser assessor, por desempenhar um cargo, por ter um carro de serviço, mas uma obsessão. Obsessão mesmo, que me chegava a arrepiar. Porque eu não

sou nada dessas coisas e, portanto, arrepiava-me. Seja como for, há lá gente com muita categoria. E que resiste a essa pressão quotidiana dos “jobs for the boys”.

As poucas vezes que consultei os textos [estatutos] são de boa qualidade e apetece abraçar aquela causa. Aquela bíblia. Há ali uma vontade de mudança; depois na prática não é bem assim. Depois de lá estar dentro nunca senti anda que constrangesse a minha actividade. Os textos que li são muito bons. E de uma maneira geral aqueles que são publicados pelos grandes dirigentes, nomeadamente aqueles que me convidaram, e que poderei citá-los se for caso disso, mas depois o trabalho desses grandes militantes, que considero pessoas de bem e que servem a Pátria, digamos assim, é um conceito um bocado desactualizado, mas que servem a Pátria, considero que esse grandes militantes são depois boicotados no dia-a-dia por esses pequenos que corroem, que andam muito mais preocupados com o cargo, com o vencimento, com o carro de serviço, numa obsessão doentia.

Particpei regularmente em actos eleitorais internos mas houve uma parte que nunca tive tempo, eventualmente não disposição, [pois] que era-me pedido pelas estruturas distritais “veja lá porque em Alcácer vai haver uma votação para os delegados ao congresso, veja lá se mobiliza a malta” e tal. Nunca fiz esse trabalho. Nunca tinha feito trabalho de militante e não era um trabalho para que eu tivesse jeito. Vender ideias, não sou uma pessoa de vender ideias. Sou um técnico, lamento imenso. Não há nada a fazer.

Tenho as quotas em dia e tenho ido participar nas votações. Vou sempre, disciplinadamente. Durante o tempo em que estive na Câmara achei até que era meu dever, até para travar os pequeninos problemas dentro das grandes estruturas, mas os partidos mais do que outras, dentro dessa vontade de contribuir para uma mudança, participei sistematicamente. Uma vez por semana, de duas em duas semanas. Desde que voltei a montar o eu atelier nunca mais fui a reunião nenhuma, mas não estou zangado com ninguém e continuo a ser convidado. E hei-de ir quando estiver a ganhar dinheiro outra vez.

A minha participação neste momento é inexistente, mas continuo a receber as convocatórias. E estou sempre à espera de um momento. “É desta vez que eu vou recomeçar, é desta vez que eu vou recomeçar”, mas quem reinicia uma carreira que esteve interrompida oito anos ..., tenho de pedalar muito e ganhar pouco. E até o sair para o exterior também são despesas.

Quando entrei tinha expectativas em relação a mim, não em relação ao partido. No fundo já respondi a essa questão. Eu estava verdadeiramente empenhado em travar os excessos dos soldadinhos. Dos sargentos. Mais sargentos do que soldados. É o sargentão. Às vezes mesmo pessoas com pouca idade mas com muitos vícios. O sargentão que tem a chave da despensa e que no fundo boicota se quiser, ou faz avançar se quiser, independentemente da cúpula. Eu tinha alguma esperança de fazer avançar essa mudança. Não o consegui. E a culpa é minha provavelmente. As minhas expectativas nesse aspecto saíram goradas. Completamente.

Discordâncias? A pergunta é facilíma de responder. Em 80% do tempo, não fiz estatística, estive de acordo com as decisões do partido. Houve 20% em que eu disse nem pense nisso,

e isto porque o partido me escolheu para ser o candidato a presidente da Câmara e me procurava condicionar nas decisões, fossem elas quais fossem. Aliás nunca tive pressões que não fossem seríssimas e bem intencionadas, mas houve um caso ou outro...: “você quando for à CIMAL”, a CIMAL é a associação dos municípios, Comunidade Intermunicipal, neste caso do Alentejo Litoral; “você quando for à CIMAL, tome esta posição porque os seus colegas também estão a tomar”. Houve 20% dos casos em que disse nem pensem. Eu vou fazer de outra forma. E publicamente isso ficou registado, mas ficou registado na CIMAL, ou na Assembleia Municipal. Houve casos em que eu não decidi como o partido, porque me considero independente do ponto de vista intelectual. Nunca tive chantagens nem chatices, nunca tive telefonemas “você é uma besta, não fez o que a gente queria”. Nem pensar. Respeitaram sempre a minha independência. Em reuniões do partido também manifestava as minhas posições, normalmente verbalmente, nunca se chegou ao ponto de se escrever.

E teve posições adversas por parte de outros militantes?

Era o tal episódio que lhe queria relatar. É só porque é engraçado, até humorístico. Mas ainda voltando à questão. Sistemáticamente, nas reuniões que havia aqui em Setúbal, de em duas semanas, de três em três semanas, e a que eu vinha com muito gosto, sistemáticamente eu estava desalinhado. A maior parte das intervenções era no sentido de que era extremamente importante prestigiar o partido porque o povo, os eleitores, estavam cada vez mais divorciados do partido. A história era sempre a mesma mas quando se chegava depois ao caso concreto fazia-se coisas exactamente ao contrário. Então houve uma reunião, entre outras, em que eu disse que estava farto de ouvir falar em dar uma nova imagem dos militantes que ocupam cargos políticos sendo militantes. E, portanto, vou tomar medidas concretas na Câmara de Alcácer. Medidas que aliás já tinham sido tomadas desde o primeiro dia, em que anulei o estacionamento para o presidente da Câmara, etc., etc. Já tinham sido tomadas duzentas mas vou publicamente anunciar-vos o seguinte. Em Alcácer do Sal os carros de serviço deixam de estar à porta dos funcionários. Porque de uma maneira geral um vereador, um presidente de Câmara, vai a uma reunião a Lisboa, chega à meia-noite ou às duas da manhã, não vai pôr o carro no parque de viaturas, pega no seu carro e vai dormir. Não vai perder meia-hora com isso. Mesmo assim, estávamos num momento muito crítico em relação aqui à crise global, económica, aqui do comércio, etc., na cidade e no distrito de Setúbal e então vou tomar a seguinte decisão: os vereadores, os poucos eleitos ou assessores que têm carro, nem que cheguem às cinco da manhã, tenham vindo do Porto de uma reunião importantíssima na Associação de Município, deixa o carro na oficina, no parque de viaturas, e leva o seu carro para casa. Silêncio absoluto. Ninguém se manifestou a dizer “finalmente o Paredes está a tomar medidas concretas para mostrar ao povo que o exercício de um cargo não dá direitos excessivos, que não aqueles que são lógicos, devidos pelo exercício do cargo. Se vou ao Porto vou no carro de serviço, não vou no meu. Agora se vou fazer um percurso pequeno a um sítio qualquer levo o meu carro. E então, qual é o problema? O meu ordenado chega para levar o meu carro. Só para terminar sobre essa reunião, histórica para mim, não houve nin-

guém que levantasse o dedo. E houve um que se deu ao direito de se levantar e dizer que o Paredes era uma besta, porque isso era um miserabilismo, quem exercia cargos tinha se ter esses privilégios, e não sei quê, e tatatatata, etc. Isso ilustra exactamente como se não fosse necessário fazer alguma coisa por aquilo que eles dez anos antes diziam que era necessário prestigiar e que era preciso mostrar contenção, modéstia, etc., etc. Esse episódio é muito revelador.

Quando se aproximou o momento de uma eventual recandidatura eu fui muito mal tratado. Porque soube pelos jornais que não iam apoiar-me. E eu próprio abri o jogo. A certa altura dei uma entrevista, eu dei pouquíssimas entrevistas, mas na altura da campanha eleitoral os jornalistas aproximavam-se e eu a certa altura chamei um dos jornalistas de um dos jornais conhecidos e declarei, ficou em título, eu sabia que era um *soundbyte*, era para ficar em título – não tenho jeito nenhum para essas coisas mas desta vez estudei o assunto – para ficar mesmo uma frase que ficasse: vou avançar mesmo, com ou sem o PS. Eu abri a porta porque já sabia que iam tirar o tapete. Era o que eles precisavam de ouvir. Então nunca mais falaram comigo. Acabou. Zero. Portaram-se extremamente mal comigo. Não custava nada terem feito um telefonema; Ó Paredes você fez um trabalho porreiríssimo durante oito anos, agora já não precisamos de si. Temos cá o Torres Couto que é um gajo porreiro e tal. Eu podia nesse momento ter feito esses divórcios todos. Mas só porque duas ou três pessoas se portaram mal condeno uma relação que pode ser frutuosa no sentido de que um dia poderei ter tempo para influenciar o partido, para ser melhor partido. Não houve ruptura nessa altura, agora já não vai haver. Faltam a causa longínqua e a causa próxima. Falta a causa próxima, a causa próxima já foi. Portanto, isto agora vai ficar numa meia-tinta. No entanto, eu gostava de influenciar, com mais tempo, à medida que o meu atelier comece a funcionar bem e a alimentar a família, poderei começar a libertar tempo para retomar uma militância que é cívica, basicamente. E que também posso fazer fora do partido, mas é pena não aproveitar uma estrutura que existe. Não está no horizonte abandonar o partido. Ou tinha sido ou...; agora está tudo mais brando. O casal não vive junto portanto não há conflito.

Quero só referir uma questão genérica. A nossa democracia não pode viver sem os partidos. E, portanto, há agora até exemplos recentes de começar a surgir outro tipo de estruturas partidárias. O que é engraçado é que desde o 25 de Abril, na história portuguesa, e para trás noutras democracias mais antigas, a gente sabe que os novos partidos, e já houve até no tempo do Ramalho Eanes o PRD e essas coisas todas, as novas estruturas acabam por ter os vícios das antigas. E eu digo uma coisa mais filosófica que pode não ficar registada e que é o mal está nas pessoas, não está nos partidos. Não vejo renovação possível. Não vejo renovação possível. E começa a haver uma tendência totalitária que é perigosa. Que haver pessoas que [dizem] que o Salazar é que tinha razão. Não é? Marimbava-se nos partidos. Há um perigo, terminando com essa parte mais filosófica, de irmos a cair num radicalismo, num autoritarismo, estou preocupado. E daí a sensação de que tenho de voltar à militância, não para fazer um partido novo mas para melhorar este. Porque vejo que alguns dos partidos – o

Bloco de Esquerda é um bom exemplo, surgiu com uma força enorme, teve uma projecção eleitoral fortíssima e está em declínio. Formar novos partidos não me parece a solução. Melhorar estes? Talvez.

ENTREVISTA A SUSANA ATALAIA FERREIRA

09/06/2016, VIA SKYPE (MACAU/ICS-UL)

Tenho 37 anos, nasci em 1978, sou doutorada em Ciências Sociais pelo ICS, neste momento sou investigadora com bolsa de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

E tanto quanto sei foi militante de um partido político...

Sim, há muitos anos atrás.

Qual é que foi a organização, em primeiro lugar?

Foi o Partido Comunista Português. Fazia parte da Juventude Comunista e terá sido entre 1994 e 1997, quando tinha entre 14/15 e 18 anos de idade. Basicamente foi o meu período de activismo.

Foram cerca de três anos, à volta disso...

Sim.

Em relação ao período em que foi militante, em que teve participação activa, desempenhou cargos na organização?

Eu representava a concelhia na distrital. E, portanto, todos os domingos à tarde, eu morava no Seixal e representava o concelho do Seixal numas reuniões que aconteciam sempre ao domingo à tarde, toda a tarde, na distrital de Setúbal. Durante dois anos fiz isso. Era um bocadinho intensivo para quem tinha dezasseis anos de idade.

Em relação às razões para a sua adesão ao partido é capaz de me indicar quais é que foram as suas motivações principais?

É assim. Eu não tenho pais activistas políticos, ainda eram adolescentes quando foi o 25 de Abril. Os meus pais eram muito jovens. E quando tinha cerca de 14 anos, 14/15, lembro-me de ter começado a ter influência. Eu já tinha uma família que era tradicionalmente uma família de esquerda, votantes normalmente PS e PS à esquerda. Isto é, sempre discutimos algumas questões políticas em casa, nomeadamente questões relacionadas com a educação, porque quase toda a minha família da parte materna são professores ou ligados ao ensino. Portanto, as questões da educação sempre passaram pelos almoços de família e recordo-me que quando tinha para aí 14/15, talvez mais 15, no 9.º ano, comecei a tomar consciência de uma série de coisas e fui eu própria que me apresentei, que fui ao Centro de Trabalho, e que me inscrevi. E era um bocadinho estranho porque à época a maior parte dos adolescentes que estavam na Juventude Comunista (JCP) eram todos “filhos de”. Eram todos filhos de alguém que estava dentro do partido. E haver alguém que não tinha nenhuma ligação ao partido, todos eles se conheciam desde os Pioneiros, costumavam ir para campos de férias juntos, costumavam confraternizar na altura da Festa do Avante, porque como eram filhos de militantes iam para a Festa brincar. E eu era assim um bocadinho um “ET” que andava por ali a passear. Mas isso não influenciou nada. Tinha um certo objectivo quando lá entrei e cumpri-o. Mas lembro-me de ter essa sensação de que não fazia parte da família comunista, como a

maioria deles. Lembro-me disso. E a motivação principal foi sempre uma consciência sobre as desigualdades. E, ah!, muito importante: o meu pai é emigrante, emigrante na Venezuela, e desde muito cedo, desde os meus doze anos quando comecei a viajar sozinha para a Venezuela, lembro-me de me fazer imensa impressão a desigualdade. Era uma realidade muito diferente da portuguesa, muito próxima da brasileira, e fazia-me confusão que as pessoas, nomeadamente o meu pai, achavam que o país só não ia para a frente porque [as pessoas] não eram trabalhadoras, ou porque as pessoas não queriam, porque as pessoas não se mobilizavam, porque as pessoas tinham de trabalhar mais, e isso, na génese na da minha consciência política teve uma dupla influência. De ver muitas desigualdades e também porque na família materna, os meus pais estão separados, haver muita consciência política e as pessoas debaterem muito as questões do ensino, estas questões que estão agora a surgir do público e do privado, etc.. Acho que foi daí.

Mas na altura em que fez a sua adesão nunca pensou em ter uma carreira profissional na política?

Longe de mim. Meu grande erro, meu grande erro (risos), porque algumas das pessoas que estiveram comigo passado dez anos eram vereadoras, passado quinze eram deputados. Sim, deveria ter pensado de outra maneira. Mas na altura não me passou sequer. Aliás, quando me convidaram, porque eu participava muito nas reuniões, e quando me convidaram para ir para a distrital, eu achava que aquilo era importante mas q.b.. Não era assim, não era nada extraordinário. Achava eu à época que era de facto para ouvirem a nossa opinião. Depois comecei a perceber que não era nada assim. Que havia muita instrumentalização, havia o dito centralismo democrático, e pronto, and so on. E depois saí.

Ainda em relação ao momento da sua adesão. Hoje em dia, pelo menos daquilo que consta dos estatutos do PCP, as adesões não são muito simples. Ou seja, em princípio o partido vai obter referências em relação à pessoa que está a pedir a adesão, muitas vezes a entrada no partido é “patrocinada” por alguém, no seu caso isso também aconteceu?

Eu julgo que eu fui ao Centro de Trabalho porque tive acesso a um folheto qualquer de inscrição na JCP. Quem me terá dado terão sido representantes da JCP na minha escola secundária. Mas não era um núcleo assim muito organizado. Ou seja, devem ter feito uma acção e eu tive acesso àquilo. E interessei-me. Mas depois não me recordo de estar com eles. Não foram muito significativos. Eles queriam, de facto, que a massa juvenil participasse. Portanto, faziam algumas campanhas junto das escolas secundárias, e eu acredito que tenha sido numa dessas campanhas. Não tenho muito presente como é que foi. Tenho presente o depois começar a participar naquelas reuniões, sempre às nove da noite, que eram no Centro de Trabalho. As pessoas mais velhas reuniam no rés-do-chão e as pessoas mais novas reuniam-se lá em cima no 1.º andar, todas as semanas. Tenho todas essas coisas presentes. Não sei se depois foram perguntar, ou não, alguma coisa sobre mim, disso não tenho consciência.

E para além dessa reunião semanal, que outro tipo de actividades é que desenvolvia

na organização? Participava em campanhas, em acções de rua, comícios, manifestações?

Sim, sim. Lembro-me de na altura das campanhas colocarmos cartazes, aquelas coisas que se agarram nos postes (*banners*, faixas?). Lembro-me de andar a colocar isso. Lembro-me de, por exemplo, quando íamos para o centro de trabalho — eu vivia na Amora, que é no concelho do Seixal, e reunia-me lá —, mas lembro-me que no Seixal havia um centro de trabalho maior e que depois até conseguimos um espaço na Arrentela. E aí já era um misto entre centro de trabalho e bar para jovens. E lembro-me que depois aquilo ainda se manteve como bar para jovens, mesmo para os que não fossem militantes, mas só simpatizantes. Lembro-me de às vezes participar nas reuniões concelhias. Enfim, visto agora, um bocado daquela propaganda do partido. No fundo eu era a representante do concelho e participava nessas reuniões. Às vezes tinha reuniões no Seixal, muitas vezes em Setúbal, reuníamos sempre com todos os outros concelhos. E eu não tenho presente se participei em mais algum órgão. Mas sim, fazia parte da concelhia e da distrital. Sempre que havia, imagine, é preciso distribuir panfletos não sei onde, eu seria uma das que iria distribuir. Nessas acções de rua eu participava. Acções em que éramos nós próprios a colocar cartazes, normalmente eram coisas relacionadas com a JCP. Por exemplo, pintar murais contestatários, nos muros, coisas assim, participávamos nisso. Normalmente reuníamos um grupo. Mas também participávamos em coisas estranhas. Imagine: havia uma festa do concelho e nós tínhamos, não sei como, uma roulotte onde vendíamos bebidas. Para estarmos mais próximos dos jovens e para de alguma maneira haver uma publicidade à juventude mas de uma forma cool. Percebe? Era um bocadinho assim que funcionava. E lembro-me de participar na Festa do Avante que era onde ficávamos N dias a trabalhar de borla. Fazia parte, sim, fazia parte...

Tem uma ideia, mais ou menos, de quantas horas é que dedicava ao activismo por semana ou por mês?

Houve uma altura em que aquilo era muito intensivo. Eles eram uma espécie de “o meu grupo de amigos”. Portanto, mesmo não estando a debater ideias políticas estávamos juntos. Porque aquilo, então no Verão, tornava-se um local de encontro. Às vezes, o próprio partido proporcionava isso porque nos meses de Julho e Agosto incentivava que fôssemos para os terrenos da Festa para trabalhar mas também para conviver. Porque nós trabalhávamos durante o dia e à noite ficávamos lá, confraternizávamos, às vezes até havia alguém que levava uma viola ou uma guitarra, passávamos imenso tempo juntos. Agora, se aquilo se pode chamar participação política...; as participações eram mais formais, eram mais as próprias reuniões. As reuniões que eram normalmente as distritais, com dois representantes por cada concelho. Em Setúbal não me lembro quantos concelhos eram mas ainda eram muitas pessoas. Porque vinham pessoas de Alcácer do Sal, de Sines, etc., e depois eram coordenadas por uma pessoa mais velha que segundo me parecia seria um dos funcionários do partido, mas que era o responsável pela ligação com a juventude, com a jota. E eu acho que isso era o que havia de mais formal. Era assim “um momento”, parece-me. Eu até ia com um rapaz que era mais

velho, ele sim o típico comunista, porque era um rapaz que trabalhava no Alfeite, muito jovem, e ainda tinha aquele quadro do trabalhador e dos direitos do trabalhador. Era uma pessoa que tinha vinte um ou vinte e dois anos mas que já trabalhava desde os dezasseis. É disso que eu me lembro, de participação e de frequência de participação. Era muito intensivo. Foram dois anos, três anos muito intensivos. E que senti porque quando eu saí as pessoas não vieram comigo. Perdi, basicamente, o grupo de amigos e tive que encontrar outro.

Mas antes de falarmos dessa parte que é a que a mim mais me interessa em relação ao trabalho que estou a fazer, gostava de saber se habitualmente tinha participação nos momentos eleitorais internos e externos em que a organização estava envolvida?

Eu acho que ali não havia “momentos eleitorais internos”, duvido que houvesse. Aquilo era um bocadinho por nomeação. O que me parecia estranho. Eu não fui escolhida pelos outros para os representar na distrital. Eu fui chamada, e foi uma espécie de “ofereceram-me” esse cargo por acharem que eu falava bem, que tinha a tónica que eles achavam correcta. Agora, vendo bem, aquilo não era muito democrático. E as reuniões de trabalho também eram um bocado; nas distritais não éramos nós a determinar, nas concelhias eram sempre assim “umas coisas”, umas divagações. Enfim, miúdos a fazer política.

De qualquer uma das maneiras já sentia, falou há pouco na questão do centralismo democrático, uma grande influência por parte da estrutura da organização, dos quadros superiores. Via uma influência grande relativamente a uma estrutura mais jovem dentro da própria organização? Isso fazia-se sentir no vosso dia-a-dia?

Sim, mas inicialmente eu não tinha consciência dela. Eu lembro-me, por exemplo, de ter uma amiga que ficou profundamente ofendida com o facto, à época, de eu ter entrado no PCP porque a mãe dela era russa. A mãe dela tinha fugido e para elas não fazia sentido nenhum eu querer entrar em Portugal, um país democrático, em fazer parte de uma estrutura comunista. E a mãe dizia-me muitas vezes, a mãe dela, tu não sabes o que aquilo é. E eu dizia que não, que nós debatíamos ideias políticas. E de facto, o que vim a aperceber-me, com o tempo, é que nós estávamos a ser treinados no modo, instrumentalizados para expressarmos as nossas opiniões, mas no fundo as nossas opiniões não se reflectiam nas decisões. E foi isto de que no fundo eu me comecei a aperceber. E houve um momento em que tomei consciência disso. Julgo que tinha para aí dezassete anos e houve um congresso, até foi um congresso aqui no Pavilhão Carlos Lopes, que ainda estava aberto à época, um congresso da JCP, em que eu terei feito um discurso, como muitos outros, como representante da concelhia. E apercebi-me de facto que aquilo não tinha democracia nenhuma. Porque havia pessoas, não da minha idade mas com dezoito anos, ou com dezanove, que já eram funcionários. Eram da jota mas já trabalhavam no centro de trabalho do Hotel Vitória, ali na Avenida da Liberdade, e, sei lá, desde trabalharem para O Avante, não sei muito bem como era a estrutura...

Já eram pagos pelo partido?

Ganhavam o salário mínimo. Tinham acabado, alguns nem tinham, outros teriam acabado, o ensino secundário. Não tinham ido directamente para a faculdade, tinham ficado como

funcionários do partido e faziam a ligação entre o PC e a jota. E eu lembro-me. Eles eram supostamente muito abertos às nossas opiniões, e às vezes participavam das nossas reuniões, mas depois comecei a sentir que nada daquilo, do que nós dizíamos, influenciava as decisões. Portanto, o que é que interessava andar a debater durante duas ou três horas um tema, ou durante um mês um tema, quando se percebia que a nível nacional não era aquela a direcção. E mais, e obrigarem-nos a votar – e disso tenho perfeita consciência –, de sair do centro de trabalho do Seixal e de me terem dito numa reunião que embora eu tivesse votado contra, quando eu saísse eu tinha de dizer que tinha havido uma unanimidade. E eu disse que não, que não tinha havido unanimidade nenhuma, que tinha votado contra. O meu contra era contra. E eles diziam que isso é aqui entre nós porque lá fora tens de dizer que a votação que ganhou foi unânime, e isso chocou-me tremendamente. Não só no momento do congresso ter percebido que ali não havia democracia nenhuma; aquelas doutrinas, enfim, como mesmo ter participado numa reunião com votação e ter percebido que a minha opinião; não era a minha opinião, não interessava as pessoas discordarem. Havia uma orientação principal e quem discordasse dessa orientação não podia dizer que discordava dessa orientação.

Ao fim e ao cabo, aquilo que me está a dizer é que, por um lado, a participação não tinha correspondência do ponto de vista substantivo, era apenas um formalismo. Ou seja, reunir as bases para as bases se pronunciarem...

Eu, depois, pensando sobre isso, era um bocadinho a ideia das pessoas confraternizarem e conhecerem-se. Obviamente, as pessoas quando estão ali alguma consciência política terão. Ou então serão influenciadas pelos pais, isso já não sei. Mas ali havia de facto muitas situações em que eram filhas ou dos próprios funcionários, funcionários do partido, ou então pessoas, muitas pessoas ligadas à autarquia. Eu era muito amiga de uma rapariga que era filha do presidente da Assembleia Municipal, havia outra rapariga cujo pai trabalhava num serviço qualquer da autarquia, havia muitas pessoas assim, e, portanto, aquilo acabava por ser muito familiar. E então para eles que tinham crescido juntos, imagine.

Então aquilo funcionava como um clube?

Era um bocadinho. Então às vezes as conversas, eu e outro rapaz que não tínhamos esses laços familiares, de outras pessoas ligadas ao PC, gostávamos sempre de aprofundar um pouco mais outros assuntos mas eles ainda não estavam sequer despertos para isso. Nós tínhamos uma motivação para estar ali que tinha muito que ver com a ideologia e com as ideias, e gostávamos de debater essas ideias. E da parte dos outros, às vezes, era aceite que era assim. Nem questionavam. Estavam ali numa posição de ouvir, e o estranho é que alguns desses agora são deputados. Ou seja, eram os mais acríticos e agora estão sentados no parlamento. É isso que me faz espécie. Também eram activistas.

Por aquilo que me está a dizer, isso também significa que por parte da hierarquia também não havia receptividade nenhuma.

Se fossem acções concertadas a nível concelhio, pequeninas, de pôr cartazes aqui, de fazer coisinhas que não tivessem implicações, tudo bem. Agora, querer introduzir, por exemplo,

um item nos princípios, no funcionamento da própria jota, isso aí era uma coisa que não nos competia. E depois, desde muito cedo tivemos consciência que as decisões eram tomadas por uma cúpula, uma cúpula também de pessoas um pouco mais velhas do que nós, mas que já estavam na jota há dez anos, ou coisa assim, e era um tratamento que não era um bocadinho o de todas as organizações, era uma hierarquia que funcionava como hierarquia. Ponto.

E por aquilo que me está a dizer a antiguidade também era um posto dentro da organização, o mérito dos filiados e activista também acabava por não ser devidamente recompensado. Sentiam isso?

Digamos assim: quando a contestação era face ao que os outros partidos diziam era bem acolhida. Não se podia era contestar internamente. Então quando a pessoa para além de contestar as questões políticas e externas começava também a contestar, o que é normal, algumas questões internas, isso era visto com muito incómodo. Foi o que eu percebi.

E nessa altura também já havia um movimento de críticos dentro do PC relativamente forte, não é assim?

Sim, mas penso que já tinha passado aquela fase do movimento da renovação. Porque lembro-me perfeitamente de no momento em que tomei a decisão de sair foi por me ter identificado com o que a Zita Seabra escreveu. E então, depois de ler o livro dela, pensei, caramba, se eu concordo com muitas das coisas que ela diz aqui, de facto eu não estou bem ali. Não é possível concordar com ela e permanecer ali. E, sim, mas não sei. Estas estruturas, o funcionamento das jotas, não sei como dizê-lo. Lembro-me de uma pessoa mais velha me ter dito que era importante o crescimento da consciência política e é importante falarmos. O que eu acho é que ali nós falávamos achando que íamos mudar qualquer coisa, mas se calhar é o que todos os adolescentes pensam, mas se calhar, às tantas apercebemo-nos de que estamos a falar mas aquilo não decide nada. E, portanto, claro que quem pense eventualmente em percurso político, aceita aquilo e depois passa para o passo seguinte. Como eu naquela altura não pensava nisso, critiquei logo desde a raiz.

Então quando chegou aos seus dezoito anos já não estava na organização...

Com dezoito penso que ainda estava. Mas depois foi em Outubro ou Novembro, lembro-me de ter feito uma carta, de ter lido a carta numa reunião, de ter dito os motivos todos pelos quais não concordava e pelos quais tinha saído. Lembro-me que foi um momento que eu tentei que ficasse registado na cabeça deles porque é que eu estava a sair.

E isso que escreveu na carta, ao fim e ao cabo, foi aquilo que me esteve a dizer ainda agora, eram essas as suas razões de discordância.

Sim, sim, eram basicamente essas as razões.

E normalmente manifestava-as sempre nas reuniões...

Quando era muito jovem não. Mas nas concelhias manifestava-me muitas vezes, sobretudo nas concelhias quando éramos chamados a participar com as pessoas mais velhas. O que eu percebo é que eu tive ali um momento em que estava na calha para qualquer coisa e as pessoas estavam a apostar em mim. Eu não tinha muito a percepção de que era isso que es-

tava a acontecer. Mas pronto, as pessoas gostavam de mim. Às tantas tornei-me crítica, muito crítica da organização interna. E aí comecei a sentir que realmente havia ali um movimento, uma coisa que me desagradava, que era quererem que eu dissesse coisas com as quais eu não concordava. E foi aí o momento que cortei.

Chegou a enfrentar algum processo de natureza disciplinar, no sentido de ser convidada a sair, ou foi só por sua iniciativa que resolveu elaborar a carta e abandonar?

Sim, elaborei a carta mas não fui alvo de qualquer processo de natureza disciplinar. Mas lembro-me de mais tarde ter havido uma questão qualquer em relação a alguém, que eu não sei precisar, já passaram muitos anos, mas lembro-me de ter havido uma questão em relação a alguém que fazia parte do PC e que estava basicamente a ser ostracizado. Alguém que já tinha sido deputado, uma pessoa influente. E lembro-me de comentar com outras pessoas dentro da jota que aquilo não era uma coisa que se fizesse, que eu não achava correcto. E lembro-me deles se sentirem muito divididos e com dificuldade em darem a sua opinião. Que era uma coisa que constrangia. Eles sentiam-se constrangidos por contrariar a orientação do partido. E isso fazia-me imensa confusão, imensa confusão. Já não me lembro quem era a pessoa mas lembro-me de ter dito que não era correcto o que lhe estavam a fazer, e lembro-me de eles me responderem que “o partido tinha dito”, coisas assim. E aí percebi que não era para mim.

Aquilo que partido dizia...

Éramos miúdos, tínhamos dezassete, dezoito anos, e eles já tinham aquela orientação.

Os militantes tinham de aceitar aquilo que era decidido pelo partido sem contestar?

Exacto, exacto. E isso fazia-me imensa confusão. E às vezes até havia pessoas, lembro-me de uma rapariga que ultimamente tenho-a visto como vereadora no Seixal, e ela era até assim muito contestatária. Quando estava em reuniões com mais velhos, ela aceitava tudo o que as pessoas lhe diziam, não enfrentava, não dava a sua opinião, e eu achava aquilo tudo muito estranho. Tudo aquilo me fazia muita confusão.

Em relação ao momento em que toma a sua decisão de sair e a sua saída passaram muitos meses? Acha que a sua relação com o partido se foi degradando até chegar o momento da saída? Consegue identificar um ponto exactamente de ruptura que tenha levado à saída? Coloco esta questão porque o que tenho visto em relação a outras situações é que por vezes estamos perante um processo gradual, por vezes o processo de afastamento prolonga-se durante muito tempo e depois há uma gota de água que faz transbordar o copo. Por outro lado, há situações em que as reacções são quase imediatas. Há um determinado acontecimento dentro de um partido e por força desse acontecimento o militante afasta-se de imediato e isso acaba por ocorrer num período relativamente curto.

Toda a minha relação com o Partido Comunista foi muito intensiva. Eu vivia muito aquilo naqueles dois anos e tal que tive. Julgo que tudo começou na organização do primeiro congresso em que participei, da juventude, o tal no Pavilhão Carlos Lopes, no Parque Eduardo

VII. Porque eu ia fazer um discurso e o discurso era obviamente escrito por várias pessoas. E durante o congresso fez-me muita confusão, por exemplo, a ordem por que as pessoas iam falar. Porque as pessoas não falavam de acordo com a ordem de inscrição. As pessoas eram organizadas de acordo com a sua maior ou menor proximidade com aquilo que eram as directivas e isso ainda acontece agora, e até noutros partidos, eu sei que no PS é assim que acontece, quer dizer, quem é mais contestatário é deixado para o fim quando já não está lá ninguém. Julgo que isso terá sido na Primavera. Eu andava no 12.º ano e foi uma coisa que me ficou. E depois também o teor dos discursos. No fundo, durante o congresso todo, era sempre dizer mal do exterior, dos outros partidos, das medidas, e uma ausência de reflexão sobre a organização interna. Agora sei dizer isto deste modo, na altura diria de outra maneira, o que sempre me fez muita confusão. E foi aí que comecei a perceber o que era o centralismo democrático. Em que eu questioneei se é centralismo, se é uma cúpula que toma as decisões, como é que pode haver democracia? Ficaram logo a olhar para mim de lado. Esse foi um primeiro momento. E depois porque também na altura havia um rapaz um pouco mais velho que apareceu por ali, e eu não sei porquê estava connosco, no Seixal, e estava sempre a dizer-nos o que era correcto e o que não era correcto. A mim sempre me pareceu mal aquele género de abordagem. Nós escrevíamos as coisas conforme as pensávamos e ele fazia sempre uma filtragem. A mim, aquilo parecia-me que ele tinha vindo ali com uma missão e fazia-me muita confusão. Esse foi o primeiro momento em que comecei a ter dúvidas. Depois houve aquela reunião em que eu tinha de dizer que tinha sido unânime. Eu achei aquilo terrível, foi um choque. Lembro-me de ter vindo de lá super-desiludida. Como é que era possível não concordar e, caso fosse abordada, ter de dizer que concordava? Era uma coisa que não fazia sentido nenhum. E, por último, já descontente, no Verão desse ano, que seria 1997, talvez, ter começado a pegar no livro da Zita Seabra e ter assumido por mim própria que era impossível concordar com aquilo e permanecer no partido. Foram os três momentos, cronologicamente, que me fizeram durante uns seis meses reflectir profundamente no que eu estava ali a fazer. E sobre se era aquele tipo de participação política que eu queria ter. Basicamente foi isso.

E nunca lhe passou pela cabeça que se passasse da organização juvenil para a organização dos adultos, digamos assim, que as coisas poderiam ser diferentes?

Parecia-me que eram muito piores. Nas reuniões em que participei, estava estabelecido, e também porque há muitas reuniões e muitos funcionários, as reuniões eram quase só com funcionários, era assim uma coisa, parecia-me que era uma coisa muito pior, muito menos discussão de ideias, não, parecia-me tudo muito pobre. No fundo parecia-me tudo muito pobre. Lembro-me, por exemplo, na elaboração do jornal ou do que tinha de ser enviado para o jornal, e de ter comentado alguma coisa sobre a forma como estava redigido, de eles terem dito que “isso tem de ser assim”, e eu “pronto, tudo bem”. Lembro-me de ver o funcionário fazer aquilo e de pensar “mas que raio?”. Lembro-me de estar no centro de trabalho do Seixal com um funcionário adulto, que era uma pessoa que era um elo de ligação, que era muito boa pessoa, e de lhe feito uma série de questões e de ele me ter dito que era assim. E quando ele me

disse que era assim era mais um motivo para eu sentir “meu Deus, isto não é o meu mundo”.

Era muito dogmático?

Muito, muito, com um grau muito pequeno de liberdade. No fundo foi o que sempre me passou. E no fundo, depois, nós éramos um bocadinho os animadores da festa. Os da jota eram os animadores da festa, são uns jovens, vêm para aqui, fazem umas coisas divertidas e pronto, mas que estão aqui muito bem orientados porque nós temos aqui três ou quatro pessoas que sabem e que lhes dizem exactamente como é que eles têm que fazer. Foi o que eu percebi.

E entretanto, depois, quando toma essa decisão de sair e de escrever essa carta, quais é que foram as consequências? Em primeiro lugar, qual é que foi a reacção dos outros, porque de certa forma, como me disse também no início, o ir para o centro de trabalho ou trabalhar para a Festa do Avante também era um momento de socialização, de confraternização com pessoas suas amigas, não é, independentemente do activismo político que também estivesse subjacente a esses encontros. Mas no momento em que toma a decisão está também numa altura, num momento da sua vida em que as amizades também são muito fortes. Como é foi a reacção das pessoas que considerava suas amigas dentro do partido e a daqueles que, embora não sendo ou não considerasse seus amigos eram militantes do partido? E depois como é que continuou, como é que foi cá fora depois de sair do partido?

Eu lembro-me que inicialmente tive a sensação, porque me foi transmitida essa ideia, de que poderia permanecer no grupo. Embora já não quisesse fazer parte do lado político deles, mas depois não foi isso que aconteceu, obviamente. Depois, eu continuei a ser uma pessoa de esquerda, e tenho uma casa na Amora. E vou muitas vezes à Festa do Avante, e encontro-os. Com dois ou três deles falo, quando os encontro, é claro. É sempre muito esporadicamente porque já não vivo lá. Mas também houve ali um momento de passagem para a universidade. Ainda por cima eu sou de um curso de sociologia.

Também conheceu outras pessoas, outros horizontes...

Sim, pessoas que não tinham posições tão extremadas, digamos assim. E uma visão um bocadinho diferente. Lembro-me que, na altura, as pessoas até achavam que eu era muito mais velha, porque eu tinha assim uma presença; lembro-me de haver uma rapariga que me conheceu na altura e de me dizer que eu tinha mais seis anos do que aquilo que eu tinha. Pela forma como eu falava, pela forma como estava com os outros não parecia tão jovem. E, portanto, acho que no fundo aquilo que acabou por acontecer e de que eu não tive consciência imediata disso foi deixar de fazer parte daquele grupo e deixar de estar. Claro que eles dizendo sempre que eu continuava a estar, o que não era verdade.

Houve um afastamento...

Eles próprios organizavam-se em torno das actividades do partido. Obviamente que se eu já não estava nas actividades do partido e já não queria estar nessas actividades, também já não era “Maria vai com as outras”. Já não fazia qualquer sentido. Mas depois lembro-me

de ter orgulho em mim, de alguma maneira. Nós estávamos ali naquela fase dos dezoito/dezanove anos e o que comecei a ver foi que havia ali muitas pessoas, que eram os filhos dos tais funcionários autárquicos, e elas próprias já estavam na calha para serem funcionárias do partido. E depois esse rapaz que trabalhava há alguns anos e que era o típico operário que se torna militante do partido, ele próprio se tornou funcionário do partido. Isso para mim foi um “meu Deus, como é que é possível?”. E estas eram raparigas. Lembro-me de uma em particular que se tornou secretária da Assembleia Municipal! Meu Deus, isto está tudo..., como é que é possível? E então, eu própria me fui afastando. Um bocado porque não concordava com aquilo, com aquela reprodução, digamos assim. Não era ideologia nenhuma, era sobrevivência; porque depois já se mete com a sobrevivência das pessoas. Não quero dizer com isto que o PC seja um mau partido. Eu sei que eles até auxiliam as pessoas. Mas esta questão dos funcionários do partido, esta promiscuidade entre ser nomeado ou escolhido para uma determinada tarefa numa câmara e ser também filha de alguém que tem um peso qualquer no partido, bem, isso a mim matava-me.

A questão dos incentivos é fundamental na organização e até já foi muito tratada por muitos autores, e o PC até não será propriamente diferente dos outros; de modo que os incentivos selectivos, os incentivos materiais também acabam por ter o seu peso.

Mas julgo ser o partido político português que mais funcionários tem. Que é assim uma coisa...

Que não tem correspondência no número de votos, no peso eleitoral do partido...

Para além da dependência que aquilo cria. Onde é que a pessoa é autónoma sendo funcionária do próprio partido? Como é que a pessoa pode manifestar livremente a sua opinião sobre o que quer que seja se ela própria depende, se faz parte?

Mas pelo menos no seu caso não enfrentou as consequências porque passaram alguns ex-militantes do PCP que ao fim de quarenta anos de militância se viram no desemprego e sem sequer terem descontos para a Segurança Social.

Exacto. E foi o conhecimento desses casos que também me fez questionar. E questionar os outros, lembro-me. E os outros lá estavam e diziam que “pois, eu não sei o que pensar, mas o partido diz”. Quando eles me diziam “o partido diz” isso para mim era fatal. Eu ficava. Parecia que a pessoa se anulava, anulava a sua opinião e punha uma cassete. Estranhíssimo. Sim, eu não tive que enfrentar consequências nenhuma, não. Eu disse que não, houve quem ficasse triste. Um adulto com quem eu me identificava mais, que era funcionário do partido, ficou bastante triste. Porque acho que me queriam propor a mim para funcionária, ou qualquer coisa do género. E eu não tinha de todo perfil. Mas ele achava que eu poderia, afinal ficou o outro rapaz.

E isso seria uma coisa boa, ao fim e ao cabo...

Sim, sim, para eles é. Para mim era uma coisa que não fazia sentido nenhum. Mas posso dizer-lhe que, neste momento, faz parte do Comité Central do PCP um rapaz que era o responsável pela juventude no distrito de Setúbal. A única coisa que aquele rapaz fazia era andar

de carro por todos os concelhos e participar em todas as reuniões dos grupos de trabalho pequeninos. Está a ver? Ele é agora uma espécie de porta-voz do Comité Central do PCP. Depois vão progredindo na carreira, direi. Faz-me confusão.

Mas depois de ter saído da organização em que militou durante esses anos, não perdeu o interesse pela política nem pelas questões sociais. O que lhe pergunto é se depois da sua saída, não se revia nesse partido ou organização, não pensou em aderir a outro partido e de voltar a ter militância política activa numa outra organização?

Tinha vontade à época, mas depois aconteceram do ponto de vista pessoal algumas situações, e durante para aí quinze anos estive completamente divorciada. Na actualidade sim, tenho estado mais atenta e com mais vontade de participar. Na altura sim, fiquei muito desiludida, é verdade. Havia na universidade, não sei se já falou com ele, é um professor da Universidade Nova de Lisboa, o José Neves, um grande activista, e nós quando nos conhecemos andávamos no tempo da jota, e também porque os dois mais ou menos em simultâneo, abandonámos a jota. E lembro-me de o encontrar num restaurante qualquer, muitos anos depois, e ele dizer qualquer coisa do género “nós não devíamos estar aqui, devíamos estar lá”. Porque aquilo é qualquer coisa que fica presente na vida da pessoa, era um momento muito importante, era a abertura da Festa. Mas ao contrário dele, que sempre não só manifestou as suas simpatias como foi muito activo, eu nunca mais me envolvi em nada. E hoje se procurar envolver-me é só em movimentos cívicos. Não me imagino envolvida com nenhum partido político, a menos que seja como independente. Mas não tenho feito nada. É verdade que foi assim um bocado aquela experiência de adolescente, quando se é altamente contestatário, e quando se está na fase de dizer não a tudo e de querer mudar o mundo, e depois o confronto com aquela realidade, com aquela gestão que me desagradou. Eu não sou descrente, vamos lá ver, eu não sou descrente em relação à política, nem em relação à importância de se fazer política. Nada disso. Mas o fazer parte de uma organização, e o que isso implica na vida de uma pessoa, e em que medida é que a pessoa tem de prescindir de algumas coisas, isso custa-me.

Essa experiência acabou por ser, desse ponto de vista, uma experiência traumatizante? Os partidos também não são todos iguais e mesmo do ponto de vista interno, há diferenças no seu funcionamento.

É verdade. Hoje estaria muito mais próxima de um partido socialista, de esquerda, do que de um partido comunista, é verdade. É verdade. Mas é os militantes e o que se espera dos militantes, e o seu envolvimento. E depois também tinha que ver com a minha própria maturidade, ou imaturidade. O que se queria fazer ou o que se achava que se poderia fazer. Mas volto mais uma vez a dizer que tal como aquele meu amigo me disse na altura, não custa nada participar. E de facto cumpri esse desejo e esse objectivo. E participei. E vi como funcionava. E na altura eu acreditei, durante dois anos, até me começar a questionar. Foi uma etapa. Hoje acho mais importante as pessoas participarem e procurarem mudar o que está próximo de si. Acho que a política envolve muitas coisas que, às vezes, não são tão visíveis e não são positi-

vas, muitas negociações. E de facto é preciso ter em vista grandes objectivos, nomeadamente profissionais, ou a pessoa esmorece. Não sei, mas sempre que vejo uma pessoa entrar como deputado independente num partido, uma pessoa com quem me identifico, e depois vejo a reacção dessa pessoa quando sai, percebo que, de facto, a política envolve ali um jogo que é complicado. É complicado de gerir e as peças no tabuleiro às vezes não estão assim tão claras. E, ou a pessoa vai lá com uma missão muito bem definida, ou a pessoa acaba por ser engolida por tudo aquilo que se passa ali. E depois, também, digamos, a actividade parlamentar deve ser passada nas comissões. Porque a actividade parlamentar nas sessões plenárias, meu Deus, é de bradar aos céus. É muito triste. Mas sim, acho que a participação deve ser feita a um nível local, mais pequeno.

E não necessariamente dentro de um partido?

Não necessariamente. Embora, se ajudar, sim. Mas não como militante, nunca como militante, jamais como militante de um partido. A militância obriga, parece-me, a uma cedência nalguns pontos que eu percebi que não sou capaz de ceder. É a minha opinião.

Estamos quase no fim, não lhe quero tomar muito tempo, mas há só duas questões finais. Uma primeira tem a ver exactamente com os partidos tendo em atenção a sua experiência, a experiência por que passou e a sua experiência entretanto fora do partido ao longo destes anos: o que pensa que poderia ser feito no sentido de se pôr um travão ao declínio da militância nos partidos? Eu pergunto-lhe isto porque os partidos continuam a ter o monopólio da representação política e uma das questões que tem sido abordada por alguns autores é até que ponto, fazendo-se a democracia com os partidos, uma diminuição da representatividade dos partidos não coloca em causa a sua legitimidade e a própria legitimidade do sistema democrático. Esta era a primeira questão. E digo-lhe já qual é que é a segunda. A segunda tem a ver com as organizações de juventude dos partidos e é a de saber até que ponto elas fazem sentido, ou não fazem sentido, tendo em atenção a sua experiência. E isto porque também há quem considere que elas são importantes do ponto de vista da formação de quadros e de pessoal político, mas ao mesmo tempo também há quem as critique pelos vícios que incutem na juventude que para elas entra e que depois quando passa das organizações juvenis para as estruturas do partido propriamente dito levam consigo esses vícios em relação ao funcionamento, alguns adquiridos durante o seu período de juventude.

Eu acho que em relação às juventudes, as juventudes políticas são muito uma forma de se fazerem quadros. Mas de se formatar com um determinado tipo de pensamento e de procedimento. Eu idealmente acharia muito melhor que os jovens participassem e fossem activos politicamente através de outro tipo de organizações. Porque não me parece que os partidos políticos sejam as melhores organizações para as pessoas defenderem os seus ideais. Não me parece de todo, até porque vem tudo muito de cima para baixo. Não me parece de todo a melhor forma. Depois, quanto aos partidos e a participação ser feita por partidos, também me parece que seria idealmente melhor não serem só os partidos. Acho o financiamento dos

partidos, enfim, é importante, e tanto quanto sei em Portugal tem a ver com a votação no momento das eleições. Importante era diminuir a questão do *lobby* e depois a necessidade..., mas como vê isso existe, o Paulo Portas acabou de ir para a Mota-Engil, portanto, quer dizer. Eu acho que as pessoas deviam ser muito mais activas e participativas. Não me parece que os partidos que existem hoje sejam os melhores para essa actividade. E parece-me que há um divórcio muito grande, como já se percebeu, entre as pessoas e a política, causado pela descrença em relação aos partidos. E para contornar isto, mas fazendo com que as pessoas acreditem e participem politicamente, teríamos de tentar fazer com que os jovens acreditassem e se mobilizassem. Julgo que há nalguns grupos da sociedade portuguesa, e nalgumas regiões, nomeadamente no Porto, jovens com essa capacidade. E depois, se são ou não englobados nalgum partido, nas organizações a que pertencem, não sei muito bem, julgo que acabam sempre por (...). Porque as pessoas depois também querem sempre legitimidade, e a legitimidade obtém-se via partidos. Pessoas mesmo estando a fazer qualquer coisa à margem dos partidos, depois também querem que a sua opinião seja ouvida, e para ser ouvida, obviamente, quer dizer. Agora o que eu acho é que há um problema muito grave de mobilização e de participação. E falo de mim própria. Eu sou um bocadinho contestatária, num círculozinho tão pequeno, e não tenho feito o que devia. Aquela ideia, verdadeira, de que o maior activista português não é tão activo como o menor sueco, é verdade. Porque nós aqui em Portugal fazemos muito pouco. Pouco em quase todas as áreas. E precisávamos de incentivar desde sempre as pessoas a pensarem pela sua própria cabeça, que é uma coisa que infelizmente está em desuso nas universidades, em desuso no próprio ensino secundário. Quando se tira a disciplina de Filosofia do currículo como obrigatória, o que se está a dar é uma imagem de que não é relevante de todo a pessoa pensar pela sua própria cabeça, criticar, reflectir. Eu acho que tem de haver aí uma mudança muito importante. Acho que as pessoas que pensam como eu tendem a não fazer nada, o que é péssimo. Eu agora sou mãe, tenho dois filhos, tenho uma consciência muito diferente do que quero transmitir e de como quero transmitir e, portanto, estas questões todas do ser activo me parece agora que é muito importante para o tipo de jovens que eu quero que eles venham a ser e para o tipo de adulto que eu quero que eles venham a ser. Acho que os partidos teriam de se reinventar muito para conseguir canalizar e mobilizar as pessoas. E também acho que as pessoas não têm feito o seu trabalho de casa, entre aspas. Ainda há pouco tempo entrevistei uma pessoa sobre a igualdade de género, a questão da desigualdade masculino/feminino, e ela dizia que quando as próprias mulheres não se mobilizam para conseguir a igualdade, o que é que se pode fazer? As pessoas não percebem. Houve um período em que sim e agora é como se os direitos já estivessem todos adquiridos e como se não houvesse mais nada a fazer. E eu acho que isso acontece recorrentemente na sociedade portuguesa. A sociedade portuguesa é aquela que eu conheço. Há um problema de fundo que é o problema da mobilização. Depois, no fundo, eu acho que no fundo a mobilização nos partidos, por vezes, como diz, é uma mobilização por interesse, uma mobilização com um certo interesse. As pessoas têm um certo interesse, têm um certo objectivo

que querem cumprir, identificando-se com as ideias do partido e etc., mas há qualquer coisa, percebe? E eu acho que há uma série de outros caminhos que também deviam ser seguidos. As pessoas que tendem a não concordar com os partidos também tendem a não seguir as outras vias. Com excepção, talvez, das questões dos defensores dos direitos ambientais e dos direitos dos animais mais recentemente. E claro, os direitos dos *transgender* e dos casais do mesmo sexo, etc., que são neste momento na sociedade portuguesa os grandes movimentos. Não vejo outros grandes movimentos.

Agora é que é mesmo a última questão para terminar e também em função daquilo que acabou de me dizer. E como é que vê estes processos de abertura à sociedade, estes processos das directas, vê estes processos como passos positivos ou pensa que isso...

Aquele momento do António Costa?

Por exemplo, por exemplo.

Eu sou muito optimista, eu fui logo lá votar. Apesar de não ser militante. Não sei, nem toda a gente partilha da minha opinião, mas eu acho o António Costa um bom político. E gostei de ter participado. Não gostei depois de no momento seguinte se ter considerado que já estava tudo ganho e, como se percebeu depois, não estava tudo ganho e, depois, felizmente, deu-se a volta à questão. O que é que eu acho? Eu acho muito importante. Mais uma vez estamos a falar de uma camada da população que se poderá mobilizar para este tipo de acções, que é uma camada instruída, que é uma camada com vontade, com alguma vontade de promover mudanças. Porque eu acho que há aqui, neste momento, um movimento reaccionário muito forte na sociedade portuguesa. E aquelas ditas conquistas de Abril, aos poucos estavam a ir-se embora. Portanto, as pessoas chegaram a um ponto em que perceberam que ou se mobilizavam ou então isto ia dar uma volta muito muito má. E como se vê o 25 de Abril foi um momento, e conquistaram-se coisas muito importantes. Mas as mentalidades são muito difíceis de mudar. E corremos, corríamos, corremos, continuamos a correr, sobretudo com este divórcio das pessoas face à política e sobretudo esta maneira jocosa de olhar para a política. O Tino de Rans teve uma votação próxima da Maria de Belém. Uma pessoa tem que reflectir, quem é que foi votar no Tino de Rans, quem foram os votantes? Eu não sei, se calhar já alguém estudou isso, mas quer dizer, parece-me que votaram nele por graça. Ora, quando se chega a uma mesa de voto e se vai votar por graça numa pessoa que não pode obviamente ocupar aquele cargo, há que fazer uma reflexão profunda sobre o que é que se está a passar aqui.

O fenómeno também não é exclusivo nacional. Há o Coluche em França, o Beppe Grillo em Itália, se calhar o que aconteceu em Portugal foi um fenómeno de imitação em relação ao que correu noutros lados.

Eu sei, o Beppe Grillo. Sim, mas vejo que as pessoas, o geral da população continua a ser uma população pouco instruída, que valoriza pouco o conhecimento e a participação. E às vezes tem alguma ausência, e consciência, dos seus direitos, e que isso serve para que

outros consigam implementar medidas de política que não são as melhores para a sociedade portuguesa, de todo. Portanto, eu gostaria que houvesse, e aí a educação é fundamental, houvesse um princípio de ensinar para a cidadania todos desde tenra idade. E tenho muita pena que no papel isso esteja tudo legislado, na prática isso não aconteça. E acho que isso está a impedir a sociedade portuguesa de avançar. Acho que seria muito importante avançarmos por aí. No 25 de Abril havia, a nível do ensino secundário, a disciplina de Ciência Política. E isso era muito importante. As pessoas têm de ser educadas e isto não nasce de geração espontânea. Uma vez que isto não nasce de geração espontânea, que tivemos 48 anos de ditadura e que temos muito medo. A sociedade portuguesa tem muito medo. Eu acho que há qualquer coisa a ser feita para mudarmos um bocadinho isto. E há qualquer coisa a ser feita para trazermos as pessoas para o terreno da política. Se o terreno da política é o terreno dos partidos políticos ou dos movimentos? Preferia que fosse dos movimentos e dos partidos, mas que as pessoas se mobilizassem. É o que tenho a dizer.

ENTREVISTAS AOS REPRESENTANTES DOS PARTIDOS

ENTREVISTA A ANTÓNIO CARLOS MONTEIRO (CDS-PP)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, Lisboa, 12/04/2016

Boa tarde, o meu nome é António Carlos Monteiro. Fui secretário-geral do CDS entre Agosto de 2011 e 12/13 de Março de 2016.

Tenho aqui um conjunto de questões relativas à militância e a primeira diz respeito às quotas. Tanto quanto sei, depois do XXV Congresso, art.º 6.º, n.º 2, alínea c), dos Estatutos do CDS-PP, colocaram a obrigatoriedade do pagamento das quotas.

Esse dado não é preciso. A obrigatoriedade do pagamento de quotas existe desde os anos 2000, sendo que houve um período de transição, porque havia falta de um modelo de cobrança de quotas que fosse eficiente, visto que as quotas são muito baixas e os custos de cobrança eram muito elevados. Depois foi-se introduzindo a obrigatoriedade das quotas estarem em dia para se poder votar. Porque o modelo foi por sua vez simplificado em 2005/2006, salvo erro, no sentido de que bastava no acto da votação serem pagas três quotas mensais para a pessoa deixar de estar em dívida e poder exercer o direito de voto. Depois, como vem a crise, em 2009 ou 2010, já não tenho a certeza, porque é antes do meu tempo, e contactei com o dirigente local como militante, numa deliberação do Conselho Nacional (CN) foi suspenso o pagamento das quotas. E tem-se mantido suspenso até hoje. Portanto, embora tenha constado sempre a obrigatoriedade do ponto de vista estatutário e regulamentar, o facto do país estar na situação em que está afectou também a nossa base de militância, e levou a que se decidisse suspender a cobrança, o que significa – a obrigatoriedade do pagamento, melhor dizendo – que quem quiser pagar paga, quem não quiser pagar não paga.

Portanto, não há ninguém que saia do partido por falta de pagamento de quotas, ou que seja colocado numa lista...

Apesar de tudo temos uma ou outra pessoa a quem tivemos de explicar que não era a falta de pagamento de quotas que o levaria a perder esses direitos. Porque as pessoas lêem as regras e ficam com essa convicção. Não são as quotas que inibem a participação. Até este momento é assim.

Nem abatem um militante nas listagens do partido...

Não, não.

Em relação a esse aspecto fica esclarecido. Aqui quanto a um outro ponto, que tem que ver com operações de refiliação: o CDS-PP tem-nas feito, com que regularidade?

Nós não chamamos refiliação. Chamamos uma actualização da base de dados, o que significa que foram criados dois ficheiros, o ficheiro de militante activo e o ficheiro de militante inactivo. No ficheiro de militante inactivo ficaram todos os militantes com quem não tínhamos conseguido obter contacto, sendo que o processo ocorreu em 2008, penso eu, foi completado no início de 2009, salvo erro. Foi um processo que passou por uma primeira fase que foi o en-

vio de correspondência para o próprio militante, ao mesmo tempo que se pedia às estruturas locais que ajudassem na obtenção dos contactos daqueles que não se conseguiam encontrar. Seja porque tinham o telefone desactualizado, seja por a morada ter originado uma carta devolvida. Na sequência disso foram feitas ainda tentativas de contactos telefónicos para todos os militantes, para confirmar essa mesma vontade de continuar filiado e actualizar os seus dados, e esse processo ficou completo. Penso que, aliás, ainda está online o regulamento de actualização e a partir daí as pessoas têm que preencher uma ficha quando são militantes inactivos, actualizando os seus dados, para poderem voltar a ser considerados militantes activos.

Por aquilo que me disse já percebi que o CDS tem os ficheiros organizados informativamente...

Razoavelmente actualizados, razoavelmente.

E tem indicação de que tem quotas em dia, quotas em atraso...

Que confirmamos que não é um dado particularmente relevante, até porque esse dado funciona na contabilidade e não inibe o voto. Nem inibe a presença na base de dados. O que significa que para efeitos daquilo que é a organização do partido, por exemplo, contamos com o ficheiro dos militantes activos.

Isso fica já esclarecido. Não há abandonos de militantes por falta de pagamentos de quotas. Não é o único caso, há aí mais um outro partido numa situação parecida. Agora em relação aos militantes há outro tipo de abandonos, porque ficam doentes, incapazes, por qualquer outra razão, e há uns que abandonam voluntariamente. Quanto aos militantes – e não falo de casos de expulsão eventualmente em consequência de processo disciplinar – que abandonam voluntariamente, não sendo a falta de pagamento de quotas o factor inibidor da sua participação, o que eu pergunto é se o CDS costuma contactá-los, se as estruturas o fazem mais tarde. Por um lado, no sentido de apurarem as razões por que abandonaram, por outro, de repescá-los de novo para a participação e para a militância activa?

Temos fases e depende do motivo da desfiliação. Há alturas em que por regra é enviada uma carta ao militante convidando-o a repensar a sua posição em trinta dias antes de se tornar efectiva a desfiliação. Eu diria que esse modelo funciona muito bem para as desfiliações avulsas, de alguém que está zangado com alguma medida específica. Seja na altura em que estávamos a governar por alguma das medidas mais difíceis, procurando explicar essa medida ...; compreendemos que não possa ser fácil. Mas a sua situação – até porque as pessoas estão a passar por algumas dificuldades, mas damos-lhe trinta dias para reflectir. Não temos depois um processo de refiliação. Ou, melhor dizendo, de tentativa de refiliação organizada dessa pessoas. Até hoje, até ao último Congresso, não era esse o modelo prosseguido. Até porque se a pessoa demonstra essa mesma vontade geralmente diz que não quer voltar a ser contactado e, portanto, se quiser, é preciso deixar passar um período de nojo. O que não significa que não haja depois pessoas que se voltem a reaproximar. Mas já não é uma inicia-

tiva da Direcção nacional. Pode localmente suceder, mas em termos de procedimento, o que geralmente é feito é o seguinte: recebemos uma carta de desfiliação, que diga uma razão específica concreta que seja fácil de ser avaliada, é enviada cópia para a estrutura local para avaliar o que se passa, se é de uma estrutura local, e enviada uma carta para o militante a pedir que repense durante trinta dias e a pedir para reenquadrar este cruzamento de informação, para se perceber o que se está a passar.

Porventura também contacto telefónico?

Aí, geralmente, aquilo que me apercebi com a minha experiência é que nós temos vários tipos de desfiliação.

A desfiliação de impulso é por email. Aí respondemos e pedimos à pessoa para repensar. Contactamos a estrutura local e a estrutura local fala directamente com a pessoa. Eu diria que há uma percentagem de pessoas que reconsidera porque, geralmente, se é por email significa que foi por impulso.

Um exemplo: o pai de um dirigente nosso ficou furioso com uma decisão qualquer de uma autarquia, ou coisa do género, na qual nós tínhamos participação, e enviou um email furioso a dizer que isto é uma vergonha e desfilio-me. Enviámos-lhe um email, falámos com o presidente da estrutura que disse que o meu pai passou-se com essa história. Eu vou falar com ele porque isso obviamente não é para ir para a frente. Foi só uma chamada de atenção para haver um contacto pessoal. Falaram com ele localmente e a situação resolveu-se logo porque era uma desfiliação por impulso.

Quando recebemos carta escrita, na maioria das vezes já representa um acto político e uma decisão pensada e ponderada. Aí raramente [se] volta atrás, e há, portanto, a própria decisão. Não se ganha muito em insistir-se, a não ser que seja uma questão política que seja possível efectivamente ser tratada e aí terá já que ser um contacto pessoal da direcção com a pessoa em causa. Geralmente acontece quando há uma queixa relativamente a uma decisão da estrutura local, em que a pessoa sente que através da estrutura local não será possível resolver. Mas já é um acto político.

As desfiliações por impulso acontecem. Acredito que nos outros partidos seja semelhante. As pessoas num impulso enviam um mail, às vezes com uma notícia de jornal que não está sequer confirmada. E que pode ser uma insinuação sobre alguém ou sobre o carácter de alguém e uma pessoa envia um mail a dizer que isto é uma pouca vergonha e tal, e não contem mais comigo. Depois a pessoa cai em si, depois vem o desmentido da notícia, afinal não é assim, e a pessoa...

O CDS, o Sr. Dr., tem alguma ideia em relação ao número desse tipo de actos?

Não lhe sei responder porque está no fundo a pedir que resuma mais de quatro anos e meio, cinco anos. Eu posso explicar por fases. Ou seja, houve fases mais duras da governação em que houve algumas pessoas que fizeram sentir as suas dificuldades aí, mas o que é um facto é que o cômputo global demonstra que a evolução do partido foi sendo altamente positiva em termos do número de militantes. Continuaram a crescer.

Eu sei, que fizeram o favor de me enviar esses dados...

Que reflectem já o aproximar do Congresso. Mas que apesar de tudo reflectem um ritmo de crescimento constante. E isso deve-se, se quiser, a diferentes formas de angariação em termos de novos militantes, que tem a ver com trabalhos de estrutura local, ou seja: sempre que há autárquicas aumentam as filiações com a participação das pessoas nas listas do partido. Porque o partido tem muita abertura à participação de novas pessoas nas listas, renova sempre bastante, o que significa que atrai pessoas porque as listas são relativamente abertas. E até porque temos uma estrutura menos forte nalguns sítios, o que leva a que aí se abra muito, e há pessoas que se aproximam nas autárquicas e se prontificam a participar no partido.

Temos aquilo que são as disputas eleitorais nas estruturas locais, os possíveis candidatos até porque têm interesse numas autárquicas em decidirem como vão ser as listas, que procuram angariar filiados.

E temos depois as filiações que são feitas essencialmente através da sede nacional por pessoas que se identificam com o projecto político. Dizem “ouvi o Dr. Paulo Portas na televisão, gostei muito, ouvi a Dr.^a Assunção Cristas, gostei muito, e filio-me, vi o que o Dr. Paulo Portas está a fazer, sair para entrar a Dr.^a Assunção, para a ajudar, eu acho que um partido assim vale a pena, eu também quero colaborar e, portanto, filio-me”. E depois, dentro dessa atitude, há aqueles que o fazem porque confiam no novo projecto e querem avançar.

E há aqueles que se filiam numa lógica de resistência porque as coisas estão a correr mal. Não é esta agora. É aquela primeira que é a renovação, é um novo ciclo, “eu quero fazer parte do partido neste novo ciclo, realmente foi exemplar a forma como estão a fazer as coisas, uma pessoa pensa que nos partidos é tudo muito mau e vocês estão a fazer isto de forma exemplar, eu quero-me juntar a vocês”. Isto é um tipo de filiação em termos de componentes.

E depois há aquele que se filia dizendo “nesta altura difícil, em que toda a gente vos estar a dar pancada, eu que sempre estive em casa de pantufas, venho junta-me a vocês para dizer que vocês não estão sozinhos e têm o meu apoio”.

Em relação aos militantes activos e que têm mais participação, até para abreviarmos, se o militante activo deixa de participar normalmente é a estrutura local que o contacta para saber o que se passa?

Atenção. Aquilo que nós temos como classificação de militante activo e militante inactivo, depois da operação de actualização de ficheiros, oficial e que foi regulamentada e vigiada pelo Conselho Nacional, etc., passou a ser essencialmente uma classificação jurídica.

Ou seja, eu sou militante activo porque declarei a minha vontade de ser militante, utilizei os meus dados. Posso não ir à sede há três anos mas sou considerado juridicamente militante activo mesmo que não vá votar. O que significa que posso ser candidato e posso votar.

O militante inactivo, juridicamente e em termos estatutários, tem os seus direitos enquanto militante suspensos. É uma classificação jurídica.

Eu isso percebi. Mas dentro dos mais activos, se deixam de participar...

Repare que há aqui uma dificuldade que eu não posso deixar de significar, que é um

secretário-geral pelo país inteiro. Eu consigo ter um panorama geral do país. Não tenho um panorama concreto de uma determinada estrutura, qual é o modelo que está a seguir.

As práticas locais são essencialmente práticas locais. Cada estrutura acaba por se auto-organizar em relação a isso.

A minha preocupação enquanto responsável nacional, na altura em que o fui, era garantir que em termos de mobilização as coisas funcionavam dentro daquilo que eram os parâmetros pretendidos pela Direcção nacional. Se vamos a uma estrutura de uma determinada dimensão, a uma tomada de posse, é expectável que lá esteja um determinado número de pessoas. Se vamos a uma de menor dimensão é suposto que esteja um menor número de pessoas. Mas dentro de um determinado padrão. Se me disserem que é uma estrutura que tem dois mil militantes e vão estar 20 num jantar, eu digo alto lá, o que é que se passa? E se for necessário falo com o presidente da distrital, falo pessoalmente com alguns dos “key players” daquela estrutura para saber o que é que se está a passar para a mobilização não estar a correr como era desejado. Pedia alguma ajuda, resolvia um problema.

Às vezes há desentendimentos, até com a marcação dos próprios eventos. Marcar um jantar em dia de jogo do Benfica é complicado nalguns locais. Noutros é, se calhar, quando joga o FCP. E às vezes estas coisas são significativas porque houve alguém que disse para não se fazer nesse dia porque era o dia do casamento de não sei quem, e que mais de metade do partido vai estar no casamento. E resolvem marcar as coisas nesse dia? Estão a brincar connosco? Falta de consideração pelo “sr. não sei quantos” porque é o dia em que ele vai casar a filha. E às vezes esta gestão tem de ser feita. Agora do ponto de vista do modelo de funcionamento, estas estruturas locais são as fundamentais para a sua mobilização. O que significa que as distritais, por sua vez, fazem o somatório dessas mobilizações e a final (?) acompanha. Nenhuma estrutura tem o mesmo ritmo de mobilização constante em qualquer circunstância, embora obviamente saibamos que há [umas] estruturas que são mais mexidas que outras. Não só depende das pessoas; depende também muito do modelo de funcionamento dos partidos. Também tem componentes geográficas. As áreas urbanas mobilizam-se mais facilmente em determinadas alturas, dias da semana. As cidades médias ou mais rurais é mais aos fins-de-semana. E aos dias de semana se se marcar alguma coisa é com muito esforço que se faz. Encontrar equilíbrios nisto nem sempre é simples. Porque é necessário conjugar as duas coisas: a agenda e a capacidade de mobilização.

Em relação à formação de militantes: ela faz-se de uma forma regular? É feita de que forma? E conduzida por quem?

Nós temos tido dois modelos de formação. Um é a formação autárquico que tem estado a cargo do coordenador autárquico nacional e tem uma certa regularidade em termos da sua organização. Ou seja, é mais intensa no período pré-autárquicas, numa lógica mais de preparação das eleições. Foi assim, aliás, que foi feita antes das últimas eleições autárquicas, com sessões com bastante frequência, pelo país inteiro. Depois das eleições autárquicas houve ali um período de alguma folga, para as pessoas tomarem posse. E depois fez-se uma

formação, dispersa também pelo país, mas mais para autarcas eleitos do que propriamente para candidatos. E com uma menor dispersão geográfica, ou seja, procurou-se agrupar mais as pessoas. E depois temos aquilo que é considerado formação política.

A formação autárquica está a cargo do coordenador autárquico, que é o Domingos Doutel, e a formação política esteve a cargo do Diogo Feyo, e penso que continua a cargo do Diogo Feyo neste mandato.

A formação política assenta essencialmente num plano em que foram lançados um conjunto de temas para as estruturas locais, essencialmente de âmbito distrital, para concertarem com as respectivas concelhias a escolha dos temas onde preferiam que fosse feita essa formação. E na sequência das escolhas foram sendo agendadas sessões distritais, que as distritais conciliaram com as concelhias em relação aos temas que preferiram, e foi feito esse plano que correu o país inteiro. Isto foi, aliás, antes da formação autárquica para as candidaturas. Depois começou o período da formação autárquica para as candidaturas e, depois, evidentemente que abrandou aí a formação política.

Para a formação aos jovens é que criámos a Escola de Quadros do CDS. Formação essencialmente virada para os jovens num modelo que assenta em os ter num espaço hoteleiro e convidar oradores para fazerem essa mesma formação com uma equipa permanente de dirigentes que auxiliava e acompanhava nessa mesma formação, nas dúvidas e no enquadramento dos jovens, por sua vez também com escolha de coordenadores entre eles. Havia uma lógica deles que era nós indicarmos o conjunto de coordenadores que coordenavam grupos e, por sua vez, havia um conjunto de dirigentes que estava em regra presente que auxiliava a organização dessa mesma escola de quadros.

Isso acompanhava os ciclos eleitorais, tinha alguma influência, já que no caso do autarcas parece evidente?

No caso dos autarcas houve uma mudança de ângulo, mas não deixa de ter a lógica de serem permanentes. O objectivo destas formações é de serem permanentes. E o CDS sempre teve uma grande tradição em termos de formação, que começou, aliás, com o Instituto Adelino Amaro da Costa e a Fundação Conrad Adenauer. E que depois abrandou bastante quando o regime democrático em Portugal se estabilizou e a Fundação Conrad Adenauer até se virou mais para os países de Leste sem deixar, apesar de tudo, de ter representação na Península Ibérica e de manter a colaboração com o CDS e o IDL. Até mais com o CDS, mais directamente, mas houve diferentes fases do partido e nesta altura é um aspecto que está perfeitamente estabilizado. Recuperamos o tipo de formação que existia na fundação do partido, com periodicidade e inclusivamente com ligação internacional. Aliás, já agora, temos o IDL, Instituto Adelino Amaro da Costa, que também tem esta parte de estudo do fenómeno político mantendo uma colaboração estreita com o CDS.

Por aquilo que me disse relativamente aos números de crescimento dos militantes, o partido não tem tido dificuldade na formação dos órgãos a nível concelhio e distrital?

Há sempre locais onde é mais fácil do que noutros. Seja por mudança de ciclos ou por

zonas geográficas. Não escondo que há zonas no Alentejo onde é muito complicado, mas mesmo aí temos tido alguma evolução. O distrito de Portalegre está praticamente todo implantado. O distrito de Évora está acima de metade. O distrito de Beja é o mais complicado, bem como algumas zonas para o interior onde temos dificuldades até em resultado das dificuldades demográficas do próprio país.

Para ter uma ideia, isso é geral. Em termos de autárquicas houve uma altura em que se estava a pressionar muito um presidente de distrital. Houve alguém que disse que não percebia porque ali não se esforçavam um bocadinho mais para fazer uma lista para uma freguesia, para aumentar o número de candidatos à freguesia. E ele disse: ainda não perceberam que só há uma lista, e de um partido - aí em regra até é do PCP -, porque não há gente para fazer mais listas? Nem o PS concorre. Porque não há pessoas naquela freguesia. Portanto, quando distritos como Castelo Branco, Guarda, Portalegre, têm fenómenos de desertificação muito acentuados, é óbvio que isso afecta todos os partidos.

E nos casos, a nível do distrito, em que não há gente suficiente nos concelhos: o trabalho nesses concelhos é feito pela sede distrital?

Há a faculdade da distrital indicar um delegado concelhio quando se tem alguém em termos concelhios que embora não tenha o suficiente para formar uma estrutura, ou não se sinta à-vontade para formar uma estrutura, porque está verde. No fundo o delegado tem a função de preparar umas eleições e, no fundo, representar o partido naquele local para manter uma presença no terreno.

É óbvio que na ausência daquele delegado tenta-se que a distrital assegure, ou até, através dos secretários-gerais adjuntos tentar arranjar soluções. Nós temos três secretários-adjuntos, um para o Norte, outro para o Centro, outro para o Sul, em que a lógica é fundamentalmente geográfica.

Eu conheci relativamente bem a estrutura do PSD nestas últimas eleições legislativas e eles não têm uma lógica de secretários-gerais geográfica. Têm uma lógica essencialmente funcional, ou seja, os seus secretários-gerais adjuntos têm um mais para a área financeira, têm outro mais para a área da organização do evento. Nós não, é mais geográfica. O do Norte tenta ajudar as estruturas distritais e as concelhias com implantação no Norte, no Centro a respectiva área, e no Sul idem.

Em relação às formas de comunicação do partido com os seus militantes o que é que privilegiam neste momento?

Neste momento temos várias formas de comunicação. É já do mandato anterior mas foi reactivada a Folha CDS, que era um órgão de comunicação desde a fundação do partido e depois se perdeu. Fazemos essa edição por via digital, registámos inclusivamente na ERC, ficou institucionalizado e registámos o nome que nunca mais se tinha usado.

Fazemos, e fizemos, comunicação periodicamente por via email e por via Facebook, e por via quer do envio de sms, quer de contacto telefónico. Mas é mantida uma presença regular.

O envio da carta propriamente dito passou a ser reservado para actos eleitorais, em que

a formalidade do envio da carta tem de ser cumprida. E continua a considerar-se que seja importante que seja enviada e se mantenha. Mesmo [quanto] à convocação de reuniões nas estruturas locais, sejam assembleias concelhias, sejam reuniões de comissões políticas concelhias, assembleias distritais, a formalidade do envio da carta deixou de existir. Passou a ser o envio do email ou do sms.

Vou passar aqui a dois outros aspectos que me foram referidos e que têm a ver com queixas/críticas que foram feitas por militantes do seu partido, se quiser comentar comenta, mas eu tinha de lhe dar conhecimento. Por um lado queixam-se do peso excessivo dos dirigentes e do Presidente do partido. Em relação à formação das listas consideram que há alguma desvalorização das iniciativas locais. No terceiro ponto dizem que há decisões formatadas impostas pela estrutura central em relação às distritais e concelhias, e em quarto lugar, também a ver com o último ponto, falta de resposta às iniciativas locais.

Eu começaria pela última [falta de resposta às iniciativas locais]. Porque se queixam, ou queixavam, de excesso de presidencialismo, mas depois toda a gente quer ter o presidente no mesmo dia e à mesma hora. Porque se todos querem fazer uma tomada de posse e para fazer uma tomada de posse têm de ter o presidente presente, é óbvio que se torna difícil conciliar agendas. Quando todos querem a mesma pessoa...

Agora, por exemplo, nas eleições autárquicas foi possível organizar as coisas de tal forma, explicando às estruturas que o presidente não iria a apresentações de candidatura, excepto um ou outro caso excepcional que fosse combinado previamente – na altura eu acho que ainda era vice-primeiro-ministro – combinando com o primeiro-ministro nos casos das coligações. Portanto, em primeiro lugar, não iria a nenhuma apresentação autárquica de coligação, e nas outras só muito excepcionalmente é que iria. Nesse momento foi possível organizar uma grelha. E não houve nenhuma apresentação de candidatura que fosse capaz de ter havido – creio que terá havido uma – em que não estivesse um dirigente nacional do CDS presente. Foi possível corresponder a todos. E isto aliás foi uma organização conjunta do coordenador autárquico comigo, em que dois mantivemos uma listagem sempre actual. Todos os pedidos foram respondidos. E, portanto, começando por essa quarta, a resposta é dada. É óbvio é que não era possível clonar o Dr. Paulo Portas porque ele não está disponível sempre em todas as tomadas de posse. Pronto.

Em relação às outras três questões, que são na realidade todas a mesma, eu diria o seguinte. Para o bem e para o mal, o presidente que nós tivemos marcou muito o partido. E marcou muito o partido porque tem um conjunto de qualidades que eu diria extraordinárias na nossa vida política. E que levou a que tivesse uma longevidade tão grande. E isso evidentemente que marca um partido quando alguém o preside desde 1998 com um interregno de dois anos. Outro líder com igual grau de longevidade só o Dr. Álvaro Cunhal. Depois, dir-me-á: essa liderança teve sucesso? Na minha opinião teve, teve muito sucesso. Até por todos os aspectos de que estamos a falar. Não apenas porque nos levou num espaço de dez anos

duas vezes ao Governo, mas também porque o ir para o Governo dessas vezes foi feito na mudança de ciclo. Ou seja, ganham-se eleições, perdem-se eleições, mas no momento em que o centro-direita ganha eleições para se poder formar governo foi necessário o CDS. E o CDS soube impor a sua presença. Também é significativo porque mais de dois terços dos filiados do partido filiaram-se com o Dr. Paulo Portas como presidente. O que significa que é, claramente, o aglutinador. E foi claramente o aglutinador do partido neste longo ciclo de quase dezoito anos. Penso que estou a dizer dezoito anos e penso que não estou enganado. Há dois anos em que não foi, está bem, mas dezasseis anos de liderança, dezoito de participação que passou na vida política. E essa liderança tem obviamente, como é que hei-de dizer, tem qualidades mas também tem defeitos. E aquilo que muitas vezes algumas das pessoas que se opõem ao Dr. Paulo Portas se queixam é que, na realidade, do que se queixam é da sua extrema eficácia. Ou seja, se tem uma liderança que é a poiada pela maioria dos militantes, se as pessoas resolvem assumir uma ruptura com essa liderança, e se apesar das tentativas que o Dr. Paulo Portas sempre fez em recuperar essas pessoas, as pessoas se tornam irreductíveis, é óbvio que essas mesmas pessoas escolhem por sua iniciativa sair como forma de marcar de modo ainda mais vincado a sua ruptura. Mas que na realidade traduz um sentimento de frustração face à sua incapacidade de apresentar uma solução alternativa à liderança do partido. E se quiser eu dou-lhe um exemplo. Sei que está agravar, mas o que lhe peço é que omita os nomes, neste grau de confiança. Vou-lhe dar um exemplo.

O Dr. F, o Dr. F era líder do partido. Desconfiou do Dr. X e embirrou com o facto dele querer ser líder parlamentar. E foi aquele famoso escândalo da caneta. Saiu como se tivesse votado nele e não tinha votado nele. E uma sucessão de votos em branco levou a que depois as relações entre os dois esfriassem de uma forma absolutamente evidente, que levou inclusivamente à renúncia de mandato do Dr. X e de uma data de deputados. Houve umas eleições autárquicas que não correram bem e o Dr. F demitiu-se. O Dr. X, depois, apoiou uma solução que era a Dr.^a M.^a José Nogueira Pinto. E o Dr. Paulo Portas candidatou-se e ganhou essas eleições. Congresso de Braga. Depois, Congresso de Aveiro. O Dr. Paulo Portas anuncia a sua candidatura à Câmara de Lisboa. Vamos para eleições autárquicas, as eleições autárquicas não correram particularmente bem, apesar do Dr. Paulo Portas se ter conseguido fazer eleger vereador em Lisboa e ficar como fiel da balança, em Lisboa, ao contrário do que já li algures no Observador. Não contava, não. Ficou. São dezassete em Lisboa, ficou 8-8 e 1 que era o Dr. Paulo Portas. 8 PSD, 8 PS e PC e 1 CDS que era o fiel. Houve de seguida o Congresso de Lisboa e o Dr. F votou tudo contra o Dr. Paulo Portas. Perdeu o Congresso 70/30 e de seguida fomos para eleições legislativas. O Dr. Paulo Portas, depois de ter ganho o Congresso, convidou o Dr. F para ser candidato em O Dr. F disse que não. De seguida, o Dr. Paulo Portas volta a insistir, e diz que se não é é qualquer círculo eleitoral menos, que é onde eu quero ser. Escolhe o círculo. O Dr. F disse que não. Vamos para eleições, estamos a falar em 2002, e o resultado eleitoral é o CDS voltar a fazer parte do Governo.

Eu não esqueço, nunca esquecerei, que na SIC [ou, num canal de televisão] é dito, salvo

erro pelo António Cancela ou alguém, mas que na altura era jornalista da SIC, a dizer que F tinha marcado uma conferência de imprensa para essa noite, a partir das 10 da noite, mas cancelou a conferência de imprensa. E a SIC vai ter com ele no dia seguinte e a SIC diz: Então cancelou a conferência de imprensa ontem? Porquê? Não ia pedir a demissão do Dr. Paulo Portas? Ia, mas afinal isto correu-lhe bem. Isso já não posso pedir. De seguida foi convidado o Dr. F para exercer responsabilidades em nome do partido, também num outro cargo de nomeação. Recusou e desfilou-se do partido. Porque ia fazer um partido novo. Isto é completamente irracional.

Dou-lhe outro exemplo: houve alguém que se acabou agora de refiliar que na altura destas eleições autárquicas, insistiu, apesar de já ter bastante idade e já ter desempenhado várias vezes aquele cargo, insistiu que queria ser eleito. Queria ir na lista logo a seguir. E, portanto, controlar o lugar. E houve um compromisso que foi assumido: ele faria metade do mandato e a outra metade seria para outra pessoa. Para introduzir algum grau de renovação. A pessoa chegou a determinada altura e disse “eu não quero sair”. Ele, que é novo, tem tanta vontade e tanto caminho à sua frente, porque é que não vai fazer outra coisa? Eu só gosto disto. Porque é que ele não vai fazer outra coisa qualquer? Mas o que estava combinado era isto. Portanto, ele até podia ter ido fazer outra coisa, mas aquilo que se combinou foi que ele faria os outros dois anos. Bom, desfilou-se do partido dizendo que não compactuava com as opções do presidente do partido, com as soluções que o presidente do partido estava a querer impor, sendo certo que, eu também sei, lhe foi proposta uma alternativa que ele exigiu acima daquilo que era possível para lhe dar. E portanto também assumiu a ruptura e desfilou-se. Uma zanga com o Dr. Paulo Portas, mais uma vez, com um argumento destes de descentralização. E aquilo que eu posso dizer é que essas pessoas só se queixam quando deixam de ser os escolhidos nas listas. Tudo isso tem a ver com listas. É o único argumento.

Eu já fui candidato efectivo pelo círculo de Lisboa e eleito deputado. Já em 2009 o presidente do partido disse-me que queria que eu fosse para o último lugar da lista. Não gostei, como é óbvio, mas aceitei e calei-me. Não me desfiliei. Não fui fundar outro partido, não me dediquei a queixar-me do líder do partido. Tive dois anos apenas como vereador em Lisboa e depois fui para secretário-geral. E depois, agora, fui candidato outra vez em lugar efectivo. Mas sei que quem foi deputado no lugar que eu agora ocupei diz cobras e lagartos de mim, sendo que tinha sido sempre escolha do presidente do partido para aquele lugar. A partir do momento em que deixou de o ser passou a criticar. E, portanto, estou a ser absolutamente franco quanto à resposta dos pontos 1, 2 e 3. Só tem uma resposta: listas. E as discordâncias, todas elas, acabam por ser listas. Porque mesmo quem tem divergências ideológicas, se são ideológicas, por exemplo críticas ao excessivo pragmatismo, ou algo assim, no género porque se considerou que o partido se estava a afastar da sua matriz, essas pessoas não se desfiliam. Essas pessoas ficam e continuam a lutar nos órgãos.

E no caso, o CDS até admite, não é um direito de tendência mas é um...

Sim, admite. Mas a questão é que a natureza das pessoas é diferente. Quem tem uma

divergência porque acha que o partido está a ser demasiado liberal, e não defende suficientemente valores conservadores, fica para combater. E discordar. Agora, quem é afectado pessoalmente nas suas expectativas de carreira política, entre aspas, acaba sim por assumir uma ruptura que considera pessoal. E esses pontos 1, 2 e 3, nas entrevistas que fez ..., se quiser eu dou-lhe uma lista de nomes. De pessoas que lhe podem ter dito isso. E de todos eles sem lhe dizer qual foi o momento em que se zangaram por causa das listas. Qualquer uma delas. Não lhe estou a pedir para fazer inconfidências. Usei o caso mais público, se quisermos, de discordância, até porque é a ruptura mais pública. Mas todos os outros a seguir foram iguais.

Estou esclarecido em relação a isso. Só um ponto final muito rápido. Não se eventualmente o CDS já pensou nisso ou não há países em que o controlo do número de militantes, não estou a falar de dados pessoais, é feito a nível do TC. Nós em Portugal, neste momento, não temos. O CDS vê algum inconveniente em que os partidos sejam obrigados, não digo anualmente, isso seria uma coisa depois a ver, enviar listagens com números actualizados no sentido do TC também ter acesso, no sentido deles também serem públicos?

Eu acho o seguinte: não há para todos os efeitos uma necessidade legal de o fazer. E compreende-se que assim seja. Nós temos uma difícil convivência com a liberdade de organização política e não é o facto de terem passado quarenta anos da Constituição que resolveu esse problema. E, portanto, a resistência será tremenda, principalmente até [mais] à esquerda do que à direita, porque listagens de nomes...

Não falo de listagens de nomes, só de números.

É muito complicado.

Qualquer coisa do género, este ano estão inscritos x militantes, entraram tantos, saíram tantos ...

Muito complicado. E nós até tornámos razoavelmente públicos esses números quando nos perguntam. O que é que nós não damos. Não damos, em regra, informação a nível concelhio estratificada porque isso presta-se a conflitos.

Há uma coisa que é um dado que eu penso que se calhar não se percebeu mas que a Entidade das Contas verifica e que é do ponto de vista do financiamento dos partidos. A entrada das quotas acaba por fiscalizar quem tem quotas em dia e quem não tem. e é uma das matérias em que têm procurado entrar. E que tem nalguns partidos a consequência óbvia que é eles acabam por perceber quem paga e quem não paga. E aí, militantes pagantes, eu diria essencialmente PSD e penso que PS, quer à esquerda quer à direita, essa informação, depois, quer no CDS, quer no PCP, e no Bloco, é muito mais difícil exactamente por causa desta questão dos pagamentos das quotas.

Mas não há vantagem nenhuma em minha opinião em termos do Estado. Há uma vantagem apenas que poderia justificar que assim fosse e que é o facto de haver pessoas que queiram ilegalmente ser militantes de vários partidos. E isso em si é proibido pela lei. Seria a única vantagem que eu veria em que isso sucedesse, sendo que para todos os efeitos, se

o número de militantes fosse relevante para efeitos de financiamento, se houvesse alguma relevância política, ou legal, ou de sistema, em que esse número estivesse registado, eu compreenderia a obrigação de registar. Mas para quê? A minha pergunta é: para quê? Noutros sistemas poderá ter essa relevância. No nosso, sinceramente, não estou a ver o fim a que se destinaria essa informação.

ENTREVISTA A BRUNO GÓIS (BLOCO DE ESQUERDA)

SEDE DISTRITAL, R. DE SÃO BENTO, 298, LISBOA

06/04/2016

O meu nome é Bruno Góis, eu originalmente sou do distrito de Santarém e agora sou militante no distrito de Lisboa. Vou agora, estamos em processo eleitoral, fazer parte da concelhia da Amadora, onde resido, também serei membro da distrital, as eleições são no próximo sábado, e já eleito sou membro da Mesa Nacional do Bloco de Esquerda (BE), que é o órgão máximo entre convenções. É aquilo que noutros partidos chama-se conselho nacional, no BE chama-se mesa nacional. Simultaneamente, desde a última reunião da mesa nacional faço também parte da equipa do Departamento Internacional do BE.

Os ficheiros de militantes do BE estão informatizados? Têm acesso em qualquer altura às listagens dos militantes? Sabem quais os militantes que têm as quotas em dia, as quotas em atraso?

O BE tem uma base de dados informatizada que, de acordo com a lei da protecção de dados, funciona de acordo com regras de acesso restrito. Ou seja, em cada concelho e em cada distrito há uma pessoa eleita que é responsável pelo acesso a esses dados. Esses dados estão todos centralizados numa única base de dados, como é de lei, na sede nacional do BE e sempre que é necessário para efeitos de funcionamento interno, seja o contacto, seja a elaboração de cadernos eleitorais, os responsáveis locais, responsáveis pelo acesso à base de dados, pedem acesso à sede central e recebem os respectivos cadernos. Não é uma operação assim tão difícil porque está tudo devidamente informatizado.

Relativamente à situação dos militantes que não pagam quotas ou que deixaram de pagar quotas, qual é que é a posição do partido?

O BE tem uma quota anual, que neste momento é de um mínimo de 15 euros. Depois, não há pagamentos mensais. Os que há são voluntários, embora eu pessoalmente tenha ideia que não são muito frequentes, tirando aqueles que são eleitos pelo BE para algum órgão e que por essa via recebam alguma remuneração, senha de presença ou salário, no caso dos deputados, esses sim, dão uma contribuição frequente e mensal, ou periódica, no caso dos eleitos municipais, mas regra geral há alguns militantes que têm essa contribuição voluntária mensal, mas creio que é em pequeno número. O que há é essa quota anual de 15 euros, no mínimo, embora as pessoas possam pagar mais.

E quando as pessoas deixam de pagar o que é que o partido faz? Costumam contactá-las?

Há muita flexibilidade quer no que diz respeito às quotas quer noutros formalismos na relação com os aderentes do BE. Aliás, a escolha da palavra aderente e não militante tem um pouco a ver com isso. É a ideia de que as pessoas participam no Bloco porque aderem ao seu programa, e não há regras específicas de um mínimo de militância que seja exigido às pessoas. Naturalmente que para votar e ser eleito, conforme os Estatutos, as pessoas precisam

de ter a quota em dia. No entanto, é a quota em dia daquele ano. Imaginemos um militante que aderiu há cinco anos. Durante cinco anos não pagou uma única vez a quota anual e agora pretende eleger ou ser eleito, só tem que pagar a quota de 2016. Ou seja, não há aquela questão de “que eu não pago as quotas há muitos anos, agora vou ter de pagar um balúrdio” ou de ter de haver perdões gerais. Isso não existe, está muito simplificado. E depois há outra coisa. O Bloco é um partido que, entre outras coisas, defende os trabalhadores. Tendo em conta a situação geral de precariedade tínhamos de ter um meio de havendo tanta gente desempregada e tantas situações sociais tão difíceis, havia de haver um meio, um processo de isenção de quotas. E há muita gente que tendo em conta a crise solicita a isenção de quotas. Se é uma questão social, ninguém vai deixar de participar na vida activa do BE. Nesse caso, o aderente ou a aderente que queira solicitar essa isenção de quota comunica isso ao seu órgão local, à sua concelhia. A concelhia avalia o caso, isto sem grandes escrutínios, não é preciso trazer documentos oficiais, é uma questão de honra, a pessoa dá a sua palavra em como de facto tem dificuldade em pagar quota e isso é comunicado ao órgão distrital e a comissão distrital ratifica essa decisão. Nos cadernos eleitorais aparece em como essa pessoa pagou a quota. Ninguém tem nada a ver se a pessoa foi isentada ou não, é uma coisa que fica só entre os órgãos. E nesse sentido as quotas não são formalmente um obstáculo. Poderão de um ponto de vista psicológico. Porque talvez nem toda a gente tenha consciência, embora nós procuremos esclarecer o máximo, que se não pagaram a quota do ano passado agora se querem participar só têm que pagar a deste ano. Às vezes as pessoas podem ter uma ideia errada, porque não conhecem a regra, ou então poderão por alguma razão não querer solicitar isenção por não terem condições para pagar. Está mais ou menos ao nível das relações particulares. Do ponto de vista formal, o Bloco tem isso resolvido. Ao nível das situações individuais poderá haver um caso ou outro em que isso possa causar dificuldade.

Então no caso do BE não abatimentos de militantes aos cadernos por falta de pagamento de quotas, o que significa que as desvinculações que há serão só de pessoas que pura e simplesmente abandonam e dizem que deixam de ser militantes? Nalguns outros partidos existem prazos que se não foram pagas quotas dentro de um determinado número de anos são abatidos aos cadernos e perdem o estatuto de militantes.

Sim, não existe essa regra automática. O Bloco tem dezassete anos neste momento e ao fim de todos estes anos, sentiu a necessidade de também fazer uma revisão dos seus registos, dos seus cadernos porque, por exemplo, a eleição de delegados para a Convenção Nacional é feita à proporção do número de aderentes que existem em cada círculo eleitoral. E se naquele círculo eleitoral existem muitos aderentes que na prática não existem, isso causa problemas de democracia interna, porque causa distorções eleitorais internas. Mas como nós temos essa visão sobre os aderentes que é mais aberta à participação, e não visa excluir os que não pagam quotas ou não participam regularmente nas actividades, isso é feito de forma muito delicada. Vamos iniciar em breve um processo desses, vai ser o primeiro grande processo de revisão dos cadernos, mas em que vai consistir em avaliar em cada localidade quais

são os aderentes que nos últimos anos, nos últimos cinco anos, creio eu, não têm tido uma participação, não têm aparecido. As quotas poderão ser um indicador mas não é só isso. Se a pessoa não paga quotas mas costuma ir às reuniões, as pessoas a nível local sabem. Ou se nem costuma ir às reuniões mas se quando há actos eleitorais lá aparece, pronto, sabe-se se aquela pessoa continua a querer ter uma vinculação ao BE e isso é suficiente. As pessoas com as quais não temos rigorosamente contacto nenhum há muito tempo, vão receber contactos por várias vias, de modo a apurar se as pessoas querem continuar a fazer parte do BE. E aí, o que vai imperar é a vontade da pessoa. Vamos ter com esse aderente e dizemos, enviámos-te estes contactos, não apareces, continuas a querer fazer parte do BE, qual é a tua ligação? A pessoa pode dizer “agora a minha vida está muito complicada, agora durante uns tempos não posso, mas continuo aqui a apoiar as ideias”, e tal. Pronto. Isso para nós é suficiente para a pessoa poder continuar a ser aderente. Não vamos pressionar as pessoas apenas para limpeza de cadernos, porque essa pessoa, vote ou não nas eleições, existe, e quer continuar a existir enquanto aderente do Bloco. E isso para nós é suficiente. Mas vamos iniciar um processo desses que terá estes contornos.

Mas há um trabalho do partido em relação a militantes que habitualmente participavam e que deixam de participar no sentido de apurar as razões pelas quais deixaram de comparecer, no sentido de repescá-los de novo para a participação. No caso disso não acontecer ficam apenas como aderentes. Se quiserem voltar a ser militantes, no sentido de participantes activos, podem depois voltar a sê-lo?

Há aqui uma questão de conceitos diferente. Aquilo que do ponto de vista mais científico, se quiser, se chama militante, para o BE é a mesma coisa que aderente. Nós chamamos aderentes aos militantes. Não temos outro modo de filiação das pessoas. É tão aderente uma pessoa que aderiu ao BE há dez anos, tal como eu, [mas que] nunca pagou quotas e raramente participou, como eu que faço parte dos órgãos. [Quanto à] questão da adesão, somos todos aderentes com os mesmos direitos. E desde que essa pessoa pagasse quotas, quando fossem as eleições, tinha os mesmos direitos e deveres que eu. Não há diferença entre aderentes e militantes. Já se chegou a discutir em convenções do BE a hipótese de haver simpatizantes inscritos.

Os estatutos prevêm a participação de não-aderentes nas actividades dos núcleos e grupos e trabalho...

Sim, e isso acontece com frequência.

Então o estatuto dos não-aderentes é equivalente de certa forma ao estatuto dos simpatizantes nos outros partidos?

Sim, de alguma forma, mas não é formalizado.

De um ponto vista formal, as pessoas aparecem e dizem que querem participar?

A nível de base de dados, mas isso até é secundário, existe a possibilidade que não é propriamente estatutária mas organizativa, de alguém enviar um email para o BE e dizer que quer receber informações do BE. E essa pessoa vai receber tudo o que seja público. Mas

não é isso que funciona no dia-a-dia. Posso dar-lhe um exemplo do núcleo concelhio de Santarém do BE do qual eu fiz parte até há pouco tempo, até mudar a minha residência para a Amadora. Fiz lá parte da concelhia de Santarém durante dois mandatos. Nós tínhamos uma concelhia de nove pessoas, uma concelhia eleita, uma comissão coordenadora concelhia, aliás eu esclareço o método. Nós funcionamos com um método “*assembleiário*”, ou seja, a assembleia concelhia que é constituída por todos os aderentes que votarão, ou que pelo menos têm a quota em dia ou tiveram isenção, elege uma comissão coordenadora concelhia. Um órgão colegial onde não há presidentes, outros cargos, é um órgão colegial. No caso de Santarém, e em muitos sítios acontece assim. Em virtude da necessidade de eleger uma comissão coordenadora concelhia, o dia-a-dia, ali naquele caso como na Amadora onde estou, há reuniões mensais marcadas pelas concelhias para a qual convocam todos os aderentes e simpatizantes. Os simpatizantes estão inscritos? Não estão, não há uma formalidade de os inscrever. No entanto, os núcleos concelhios têm acesso a saber quem são as pessoas que costumam participar. E o normal, embora isso não esteja previsto nos estatutos, é que o aderente, o simpatizante e o aderente que é dirigente concelhio, participam nessas reuniões com igual direito de opinião e decisão de qualquer pessoa que participa no dia-a-dia. A coisa acaba por ser um pouco mais fluída e “*assembleiária*”, embora na prática os que estão eleitos têm uma responsabilidade de comparecer e de fazer as coisas funcionar. Mas o dia-a-dia do BE é muito aberto à participação dessas pessoas que não estão inscritas de forma alguma mas que são reconhecidas no local como fazendo parte do Bloco de alguma maneira. Dá-se muitas vezes o caso de algumas dessas pessoas até serem muito mais participantes do que gente que é aderente há imenso tempo e que eventualmente paga sempre as quotas. Respeitadas as devidas formalidades e os critérios democráticos, a vida do partido acaba por ir para além daquilo que os estatutos definem.

Uma outra questão têm a ver com a formação de aderentes, para usar a terminologia do Bloco. O BE costuma organizar acções de formação para os seus aderentes sobre questões relativas à participação? Que trabalho têm sido feito?

Isso dependerá das características dos aderentes e dos núcleos onde estão inseridos. Nos sítios onde há mais gente, caso de Lisboa ou do Porto, ou de outros distritos onde há mais aderentes, funcionam alguns grupos de trabalho, que acabam por ser a forma de inserção dos aderentes quer no activismo político, se o quiserem ter, quer ao nível formativo. Os jovens têm uma particularidade. O BE não tem aquilo que vulgarmente se chama uma junta, não tem algo que de um ponto de vista estatutário, organizativo, de lei, seja diferente do partido. Tem o que de forma simples poderia chamar um grupo de trabalho dedicado à juventude. Todos os anos tem uma conferência nacional de jovens. Na última participaram quaisquer jovens sub-27, que fossem aderentes do Bloco, e que elegeram a sua comissão coordenadora. Os jovens têm um tipo de formação organizada por eles próprios. Ou seja, agora nos dias 15, 16 e 17 vai haver em Coimbra um conjunto de sessões chamado Inconformação. Esse momento, esse fórum de ideias é organizado pelos jovens e para os jovens. É um momento de formação.

Daí até que aquele nome faça o jogo com a palavra formação que é o Inconformação 2016. Vai acontecer agora em Coimbra. E depois, ainda também no capítulo dos jovens, há um acampamento chamado “Liberdade”. O próximo será como é natural “Liberdade 2016” e no qual há várias sessões que servem de formação e até o tipo de organização desse acampamento onde se dá formação aos jovens. E depois, todos os anos no final de Agosto, início de Setembro, a *rentrée* do Bloco, é ela própria um momento de formação porque se realiza um fórum de ideias chamado “Socialismo”, o próximo “Socialismo 2016”, que também tem várias sessões que servem de formação. É um tipo de formação que não é clássico. [Não é] aquela coisa do tipo escola, onde há umas fichas, umas leituras, é mais aberta. Normalmente, todos estes passos que eu referi, o Inconformação, que é mais dedicado aos jovens, o Liberdade e o fórum Socialismo, que é para todas as idades, são momentos que são abertos a qualquer pessoa que tenha interesse em ir. Não é uma formação específica para aderentes do BE, ou sequer que as pessoas se tenham de declarar de alguma forma simpatizantes. No caso do jovens as pessoas que vão participar, tendencialmente, são mais ao nível dos simpatizantes. Às vezes até chegamos a ter militantes dos outros partidos, já a chegaram a aparecer, portanto, são momentos abertos. São momentos de debate, alguns do tipo workshop, outros do tipo palestra, mas são sempre momentos abertos à participação e a pessoas fora do BE. Depois, por exemplo, agora acho que ainda não tem um ano, criou-se um outro sector vindo da vontade dos militantes, que são os “Mais de 65”, quiseram chamar-se assim. E esse grupo de trabalho até está a ter muita dinâmica e já teve os seus próprios momentos. Já teve a sua primeira conferência nacional, onde discutiram política geral mas também os assuntos mais específicos.

Essas iniciativas são apoiadas pelo Bloco em termos logísticos, pelos departamentos locais, pelas concelhias, distritais?

Exacto. Por exemplo, os jovens têm a sua Comissão Coordenadora Nacional de Jovens que se responsabiliza politicamente por dar as linhas gerais, discutir o programa, normalmente em reuniões abertas [para] onde convidam outras pessoas que não fazem parte do órgão tal como eu disse em relação às concelhias. Há aqui muito a cultura da permeabilidade. Algumas pessoas têm de ser responsáveis por aquilo, mas isto é muito aberto. Essas formações de jovens são organizadas pelos próprios jovens. Creio que esta quinta-feira vai haver uma coisa aqui em Lisboa organizada pelos jovens que se chama “Leituras Erráticas”. Uma pessoa responsabiliza-se por estudar um texto, divulga-o, depois há um momento de debate. Isto são coisas que vão existindo em cada núcleo, podem ser mais ou menos criativas. Os momentos maiores são estes que eu estive a referir. Agora também este dos “Mais de 65”, que tem o seu próprio grupo de trabalho e depois recebem o apoio logístico do BE. O Fórum Socialismo é uma iniciativa nacional do Bloco, dos seus órgãos nacionais. E depois há grupos de trabalho do ambiente, dos direitos LBGT, há o grupo de trabalho do Trabalho, sector do trabalho e sindical, que também fazem os seus encontros nacionais. Todos estes grupos e trabalho têm os seus encontros nacionais, e depois têm actividades, às vezes colóquios ou

outro tipo de iniciativas. E isso para nós é o que de alguma forma serve de formação às pessoas. Aquela coisa da escola do partido, isso não existe dessa forma. E teria muita dificuldade em existir tendo em conta a natureza do BE. O BE é um partido-movimento que é plural, do ponto de vista ideológico, estamos todos e todas debaixo de uma chapéu largo que é a defesa intransigente da liberdade e uma ideia genérica de socialismo como alternativa à globalização capitalista, mas dentro disto existem os direitos individuais e várias causas, dentro disto há pessoas das mais variadas ideologias, ou sem ideologia formal, desde marxistas, trotskistas, sociais-democratas de esquerda, libertários, católicos progressistas, enfim, isso criava dificuldades se nós quiséssemos ter uma escola de formação ideológica. Era impossível. O que é que nos íamos ensinar? O que temos às vezes, creio que há muito tempo não acontece, é uma cooperativa de estudos que acaba por estar ligada ao Bloco, tal como outros partidos têm as suas fundações, que se chama “Cultra - Cooperativa de Culturas do Trabalho e do Socialismo”, que de vez em quando organiza uns colóquios sobre autores e sobre temas. Mas isso é feito da forma mais plural possível, porque dentro do Bloco não faria sentido estar a formar as pessoas dentro de uma determinada teoria social ou política, quando o que se espera de uma formação política destas é o pluralismo. Não há uma doutrina única para ensinar. Não há esse aspecto a concretizar.

Qual a forma de comunicação preferencial com os militantes? Usam o correio electrónico?

Nós usamos para o dia-a-dia, para actividades de carácter público, nós divulgamos as principais por sms aos aderentes. Isto depois de já lhes ter enviado por email, eventualmente por carta. A carta é utilizada principalmente para momentos eleitorais porque é possível no BE as pessoas votarem por correspondência. Tem até a ver com esta cultura dos aderentes. Ou seja, as pessoas nem têm de entrar numa sede para participarem na vida do partido. Existe essa possibilidade que não precisa de justificação nenhuma especial. Não é preciso a pessoa dizer que está na tropa, ou outra coisa qualquer, para votar por correspondência. Nesse caso é mesmo obrigatório que os aderentes recebam o programa, as listas e os respectivos envelopes para votarem por correspondência se assim decidirem e para tomarem conhecimento das listas. Isso aí é obrigatório enviar por correspondência postal. Mas gradualmente o correio electrónico passou a ter uma função importante de divulgação. Periodicamente o Bloco envia aos seus aderentes por correio electrónico. Tratando-se de uma actividade de maior envergadura ao nível local ou ao nível nacional, são enviados os sms. Agora vai haver um almoço no domingo a comemorar o 17.º aniversário do BE e todos os contactos foram usados, os correios e os sms – o contacto postal não faria sentido – para alertar as pessoas sobre os meios para se inscreverem e transportarem para essa iniciativa de carácter nacional. Às vezes, a nível local, pode haver um fórum organizado de carácter público e então, aí, também são enviados os sms. E hoje em dia as próprias redes sociais também têm um papel. O Bloco funciona muito com as redes sociais para divulgar eventos que organiza e essas ferramentas informáticas têm assumido uma função relevante. Cada actividade que o BE faz, actividade

de carácter público, será muito raro ou muito difícil não ter um evento associado no Facebook e o próprio email que é enviado às pessoas leva logo o link no Facebook porque isso facilita a divulgação. Facilita que os aderentes e as aderentes eles próprios convidem pessoas.

Nós temos dois tipos de meios. Temos os sites “bloco.org” que são os sites oficiais. “bloco.org” é o *site* nacional, depois existe, por exemplo aqui em Lisboa, “lisboa.bloco.org”, existe o “lisboadistrito.bloco.org”. Essa é a base formal pela qual esses domínios, que também representam uma questão de identidade organizativa, funcionam. Esses são os sites institucionais. E depois há um portal, que esse sim é o que tem muito mais visibilidade e é muito mais conhecido, que é o esquerda.net que é um órgão de informação. Não é propriamente um órgão clássico – [não é] do tipo tudo o que o Bloco faz é ali noticiado, como se fosse um boletim interno. Não, é um órgão de informação alternativa e só tem um grande sucesso por causa disso. A nível da Internet portuguesa é o único espaço político que tem um órgão daquela envergadura. E o esquerda.net tem um papel muito importante no contacto com os aderentes e simpatizantes, porque embora não seja um órgão de comunicação oficial, e isso ao princípio para aderentes mais antigos podia-lhes fazer alguma confusão: “então eu organizei não sei o quê no concelho e não aparece no esquerda.net?”. O esquerda.net é do BE mas não é um jornal do partido, só aparece no esquerda.net o que é considerado relevante. Mas raras são as pessoas que tiveram dificuldade em entender aquilo. Então o que acontece é que serve como informação alternativa. Como qualquer outro jornal, neste caso, independentemente da questão da deontologia, da ética, do jornalismo, todos os jornais acabam por ter uma determinada inclinação, um determinado enfoque. Neste caso, é um jornal, um portal de Internet informativo, que é da propriedade do BE, isso não é escondido, mas que visa ser um meio de informação alternativa. E isso acaba também por ter um papel de comunicação com a área de pensamento, ou de olhar para a realidade, do BE e dos seus aderentes. O esquerda.net acaba por mediar. Um aderente ou simpatizante que queira contrastar, numa fonte alternativa, uma determinada notícia veiculada pela comunicação social, por exemplo. Agora os *Panama papers* ou a situação dos refugiados ou outra coisa qualquer. Vai ao esquerda.net para ver o que ali se está a dizer. Ou vai ver artigos de opinião que lá estão e que podem contradizer-se entre si. E isso ajuda a também reformar um pensamento que não é único mas que é colectivo, no sentido de que é dialogante. Acabamos por estar muito em contacto uns com os outros, e até as próprias redes sociais proporcionam isso. Posso dizer que tenho muitos dos aderentes do BE a nível nacional no Facebook, que é um meio que acaba por ser mais de massas do que outras redes sociais. Algumas pessoas conheço mais por essa via do que pessoalmente, assim como acontece noutros sítios, associações e outros colectivos. E isso hoje em dia acaba por ser, como para outras esferas da vida social, outro meio de socialização, de troca de contactos, de troca de opiniões, de partilha de informação. É um meio que não sendo propriamente uma via oficial, embora também as haja, as páginas de qualquer concelhia ou de qualquer distrital ou próprio esquerda.net, mas é um meio de captura que acaba por funcionar também para contacto.

Alguns partidos têm tido dificuldade na formação de listas ao nível dos órgãos internos locais. Eu pergunto se em relação ao Bloco também têm tido essa dificuldade e se nos casos em que isso acontece depois têm alguma comissão administrativa nomeada pela direcção para tomar conta dessa situação?

O BE funciona da seguinte forma. Como disse há pouco, falei sobre o órgão local A base é sempre “*assembleiária*”, isto é, todos os aderentes e as aderentes de um dado concelho elegem a sua comissão coordenadora concelhia, ao nível do distrito a mesma coisa, todos e todas as aderentes elegem a sua comissão coordenadora ao nível distrital. Só ao nível nacional é que é diferente, há um processo mais longo em que há discussão de documentos políticos, apresentação de listas, eleição de delegados e delegadas à convenção nacional e a convenção nacional é que elege os dois órgãos: a comissão de direitos, o órgão jurisdicional ao qual se apela quando há alguma questão interna, e a mesa Nacional que é eleita directamente pela Convenção e ela própria elege a Comissão política. Estamos a falar de um órgão que tem 80 pessoas, a Mesa Nacional, que depois elege uma Comissão Política que tem 16 ou 18. Isso não está formalizado, quantas pessoas é que tem a CP, e depois há órgãos extra-estatutários, no caso agora temos uma porta-voz, já tivemos dois coordenadores, já tivemos um coordenador, já tivemos zero coordenadores e uma comissão permanente, enfim, essa parte é mais fluída. Órgãos nacionais são Comissão de Direitos e Mesa Nacional, Comissão Política e Secretariado da CP. Isto para esclarecer os órgãos. Ao nível dos órgãos nacionais há muito menos dificuldade porque há mais massa crítica, há mais gente disponível, há concorrência de ideias. Ao nível dos órgãos concelhios e distritais, aí, como é em qualquer associação, e os partidos são associações embora de um tipo especial, às vezes há dificuldades. Ou porque os núcleos têm poucos aderentes ou porque têm poucos aderentes activos. Às vezes podem ter vários aderentes inscritos mas por uma razão ou outra não estão disponíveis. E as vezes há essas dificuldades, em especial a partir do momento em que se agudizou a crise, em especial a crise internacional. As vidas das pessoas complicaram-se muito. O facto de muita gente até estar desempregada às vezes não significa que a pessoa tenha mais disponibilidade, para a política, para o activismo. Antes pelo contrário, porque se há reuniões e a pessoa tem de pôr gasolina no carro ou tem de pagar um autocarro ou tem, tendo em conta as horas da reunião, de jantar fora, ou pelo menos lanchar.... Isso para quem tem cortes nos seus rendimentos, às vezes ainda tendo um salário mas tendo de estar a atender a situações familiares e tudo mais, isso dificulta bastante a participação. E muitas vezes é causa se afastamento que não tem que ver com a vida interna do partido ou externa, tem a ver com as pessoas sentirem dificuldades, sentem-se desanimadas, e isso é um obstáculo. E depois há até o factor da emigração. Que em muito sítios, mesmo ao nível de listas autárquicas, chegámos a ter pessoas que foram eleitas ou que estavam na calha para entrar em rotatividade, porque era gente mais jovem, gente que estava a entrar nisso, os mais velhos queriam ceder o lugar aos mais novos, estavam preparados para isso, e depois emigraram. E foram para Inglaterra, para a França, para a Suíça, para o Brasil, para a Noruega, enfim. Ou então eram do interior e foram para Lisboa

ou para o Porto. E então esse núcleos, há diferentes graus de interioridade e de sofrimento com o êxodo, em particular da juventude mas até de pessoas mais velhas. Mas não existe essa questão das comissões administrativas. Ou seja, os órgãos locais – eu não tenho agora aqui presente qual é o número mínimo de pessoas para constituir uma comissão concelhia – mas é um leque muito abrangente. Depois posso facultar-lhe o regulamento, mas creio que cinco ou sete pessoas podem formar uma concelhia. Ou até pode ir até 13 ou mais, até 17. O número de pessoas não é o núcleo ter x aderentes e tem de ter um órgão composto como é a nível nacional para as câmaras. Isso não existe. Até porque seria distorcido por aqueles aderentes que participam mais ou participam menos. O que interessa é a realidade concreta do local e a realidade concreta é que determina quantos aderentes são. Imaginemos: agora há eleições aqui para a concelhia de Lisboa. Há duas listas, e por acaso aí até penso que as duas terão o mesmo número de pessoas a concorrer, mas imaginemos uma lista que tinha 17 pessoas porque achava que o órgão devia funcionar com 17 pessoas, e a outra lista apresentava só 10. A lista mais votada, se fosse a de 10, eram 10 pessoas na concelhia, no entanto, os 10 lugares eram distribuídos por proporcionalidade directa. A partir daquele funcionamento. Isso significa até que o espaço para a divergência interna existe. Qualquer conjunto de pessoas, por muito pequeno que seja, facilmente, quando há eleições internas organiza uma lista, porque não tem de apresentar 17 ou 20 pessoas, pode apresentar 5 ou 7, não sei agora de cor qual é o número mínimo, e como o método é proporcional directo, não é o método d'Hondt, é um método de democracia mais radical, com poucos votos tem sempre um ou dois representantes. Qualquer minoria, qualquer divergência estará sempre representada nos órgãos locais e até na própria Mesa Nacional do BE é a mesma coisa. Ou seja, há um pluralismo, não há o “teve mais um voto leva tudo”. Não. Teve 30% dos votos tem 30% dos lugares, teve 5% dos votos tem 5% dos lugares. E isso também é uma forma de um partido como o BE que tem várias sensibilidades, e é muito aberto à crítica interna e à divergência de opinião, essas divergências são representadas nos órgãos políticos. É suposto existirem sempre as concelhias eleitas e as distritais. Se por alguma razão não existe concelhia, procura-se que a nível, se calhar um pouco mais informal, existam alguns contactos mais directos do órgão seguinte, ou seja, da distrital. Porque há concelhos onde ainda não há aderentes em número suficiente para formar uma concelhia. O país tem 308 municípios, se em metade desses 308, em cada concelho o Bloco tivesse só 5 ou 6 aderentes, ou seja falo daqueles concelhos mais isolados onde o Bloco ainda não tem grande representatividade, o que é que se fazia aí? Se essas pessoas quisessem eleger uma concelhia, imaginemos que eram 10 pessoas activas, porque podem haver 50 inscritos mas só 10 activos, se essas pessoas quiser fazer uma concelhia e elegerem-se a si próprios podem fazê-lo, ou eleger 5 pessoas que são a concelhia. Muitas vezes, onde os núcleos são mais pequenos acaba por não existir a formalidade da comissão concelhia, talvez porque na prática, até onde existe mais aderentes, elege-se a concelhia, que eu acho bem que se eleja, para alguém ser responsável e haver discussão política, mas depois funcionam em plenário. E, nos sítios onde há menos aderentes, o que funciona não é

nenhuma comissão administrativa. É o plenário dos aderentes e simpatizantes que é uma coisa que formalmente não existe mas que existe na prática. Existem os plenários de aderentes, mas na prática a maior parte deles são abertos no sentido de que um aderente pode trazer um amigo. Não digo que em todo o lugar é assim, mas tendencialmente é assim que funciona.

Agora duas questões que têm a ver com outro aspecto. Uma tem a ver com o TC e o controlo que é exercido sobre os partidos. Neste momento o TC fiscaliza os símbolos, a constituição dos partidos, os seus regulamentos. Há países em que os partidos são obrigados a enviar para o TC os números actualizado dos seus militantes. O que eu pergunto é se em relação ao Bloco e na perspectiva do Bloco isso faria sentido aqui em Portugal, numa perspectiva de informação, que deve ser pública e acessível. Estão salvaguardados os dados de natureza pessoal, é apenas uma informação de carácter quantitativo. Como é que o Bloco encararia essa possibilidade de regularmente serem enviados números actualizados dos militantes activos, novas entradas, desfiliações?

Sobre isso não consigo dar-lhe uma posição oficial do Bloco. Nunca foi discutido num órgão onde eu estivesse presente. Não valerá a pena estar a tentar dizer uma posição a respeito dessa matéria. No entanto, tem de haver uns critérios e transparência em relação ao Estado. Os partidos são um elemento fundamental da nossa democracia e têm de estar sujeitos a algum escrutínio. Em geral tem de haver alguma transparência. Agora, qual a forma disso, sob que periodicidade, como é que depois essas coisas até têm efeitos legais, quem é que são os aderentes?, porque ninguém poderá ter dúvidas, [para evitar a] dupla militância e tudo mais. Tem de haver uma possibilidade de haver esses escrutínio desde que não belisque a privacidade das pessoas fazerem parte dos partidos ou não. Há aí muitas questões entre a protecção de dados, mas também as garantias que se deve dar perante o Estado, que têm de se doseadas, mas não tenho grande resposta para isso até por desconhecimento pessoal. Porque não sou da CP do Bloco e a nível da Mesa Nacional nunca fui confrontado com essa questão ou discussão. Há uns anos atrás lembro-me de ter havido aquela discussão até do número mínimo de aderentes ou de militantes para a existência dos partidos. O Bloco não teria esse problema com os números, a não ser que fosse posto um número muito acima daquilo que nós temos. Números actualizados públicos, ou relativamente públicos, existem os da última Convenção. E estamos neste momento em processo de Convenção. A Convenção vai ser em 25 e 26 de Junho e normalmente são prestadas contas aos aderentes sobre se se inscreveram mais pessoas, se há menos pessoas, qual é que foi a evolução do número de aderentes. E esse número é oficial. Recentemente temos tido muitas adesões. Ainda não temos números finais sobre adesões. É um fenómeno que tende a ocorrer muito nos partidos, não é especial do BE, quando há bons resultados eleitorais. Em 2009 houve muitas adesões ao BE, e agora na sequência das últimas eleições legislativas e até das presidenciais onde a candidata apoiada por nós teve 10%, nas legislativas também tivemos 10% e conseguimos ser a terceira força política. Isso naturalmente que entusiasma as pessoas que são simpatizantes e que pensam que está na altura de dar um apoio ao BE, de serem mais activos ou

pelo menos inscreverem-se, e estão a acontecer várias adesões e até reinscrição e pessoas que se tinham afastado do Bloco, ou por razões pessoais ou porque achavam que o caminho passava por outras formações políticas que estavam a aparecer e depois não tiveram grande sucesso, e acaba por haver uma espécie de reagrupamento. Existe nalguns casos mas não sei se é significativo do ponto de vista estatístico. Mas tenho conhecimento de que algumas pessoas que tinham saído até estão a voltar. E tinham saído por diversas razões, porque até do seu ponto de vista pessoal havia situações muito pessoais e tendo em conta que o Bloco também estava a passar por um mau momento, as pessoas já tinham negatividade suficiente na sua vida e desvincularam-se, ou afastaram-se. Essa é uma situação. E agora sentem-se motivadas novamente, vêm que a sua participação no Bloco está a ter algum sucesso, é uma coisa que as motiva e voltam. Outras pessoas mesmo que nunca se chegaram a desvincular mas que estavam mais afastadas. Acaba por ser cíclico. O outro fenómeno também existe. Já houve pessoas, lembro-me de alguns simpatizantes, simpatizantes de longa data, porque isso acontece muito no BE, de haver gente que participa há oito, nove, dez anos nas reuniões, toda a gente acha que eles já são inscritos no Bloco e eles nunca deram esse passo, por aí se vendo como há essa fluidez no debate interno, “então ainda não és aderente?”, acontece muito, algumas dessas pessoas que eram simpatizantes com permanência, também quando o Bloco esteve num momento mais difícil, quando em 2011 perdeu metade da sua bancada parlamentar, essas pessoas inscreveram-se. Também houve esse fenómeno, que é o d’ “o Bloco está a passar por um momento difícil, está na altura de eu entrar para dar um apoio, para mostrar que isto está a continuar”. Tudo isso existe, essas diferentes atitudes em relação à participação, mais ou menos participação, vinculação, desvinculação, novamente vinculação, e ninguém é estigmatizado por nenhuma dessas situações.

Quanto aos números da abstenção, que têm vindo a aumentar, o que eu lhe pergunto, até em função daquilo que já me disse e da forma como o Bloco encara a militância na sua relação entre aderentes e não-aderentes, por acaso o Bloco já conversou com outros partidos sobre a forma como atalhar ao problema da abstenção? Os níveis continuam a subir e mesmo havendo um problema de limpeza dos cadernos eleitorais, costumam ou já tiveram contactos com outros partidos para encontrarem uma solução conjunta para esse problema?

Ao nível do debate político e parlamentar, normalmente há o debate entre todas as forças políticas. Não vejo que seja propriamente por aí que esteja a questão de fundo. Porque há maior ou menor participação em qualquer acto eleitoral, de uma colectividade local às eleições presidenciais, tendo em conta um factor determinante, que é se as eleitoras e os eleitores daquele acto consideram que o seu voto faz a diferença. O seu voto muda alguma coisa. As eleições com maior adesão em Portugal foram as constituintes de 25 de Abril de 1975. Aí, efectivamente, o povo português sentiu que estava a decidir o seu futuro e que era fundamental votar naquele momento. Ou seja, os horizontes do possível eram muito largos, com todas as diferenças ideológicas. Estava muita coisa em discussão, qual seria o futuro deste país,

que país iria ser este, havia mais ou menos direitos sociais, sob que forma, liberdades, tudo isso estava em discussão. E muitas dessas pessoas foram as mesmas que anos mais tarde deixaram de votar. São as mesmas pessoas, têm a mesma formação política e a mesma experiência, aliás têm mais, conforme os anos passam e a sua atitude muda. Portanto, isso não é uma questão de educação.

Quando as pessoas votaram para as constituintes, no 25/04/1975, com 92% de adesão a essas eleições, não tinham especial formação política, até porque foram as primeiras eleições de sufrágio universal de sempre. Eleições em que todas as pessoas, independentemente do seu rendimento, porque já não havia voto censitário, ou independentemente de serem homens ou mulheres, porque antes havia só o voto masculino com uma ou outra excepção negligenciável, foi a primeira vez que o povo português como um todo, todos os adultos, todas as pessoas com mais de 18 anos, homens ou mulheres, independentemente dos seus graus de formação, ou do seu rendimento, foram chamados a votar. E aí foram votar. Porque o futuro do país estava nas suas mãos. O que entendo em relação a outros momentos eleitorais é que as pessoas votam mais ou votam menos tendo em conta se consideram que o seu voto realmente muda as coisas. Quando sucessivamente, principalmente, entre os partidos que até hoje tiveram mais influência na esfera da governação, o PS, o PSD, também o CDS, tendo votos suficientes para formar governo, frequentemente a sua actuação não correspondia aos programas políticos que levaram a votos, isso cria um descrédito nas pessoas que sentem uma certa impotência porque votam em determinadas ideias, determinados programas, e não os vêem concretizados. Portanto, há um sentimento de impotência que leva à abstenção, a acharem que não vale a pena. E especialmente desde que há uma grande determinação das instituições europeias na política nacional, quando há vistos prévios a orçamentos, quando há o semestre europeu, periodicamente tem de estar uma instância externa à democracia portuguesa a regular e até a sugerir ou impor medidas orçamentais e até legislativas, porque houve questões que não são orçamentais como o Código do trabalho, aquando da intervenção da *troika*, que foram alteradas. Aí, naturalmente que há um sentimento popular de impotência. “Vou votar neste ou naquele partido, voto num programa, mas depois quem manda são outras instâncias externas. E o resultado disso é que acabam por sentir que é mais ou menos o mesmo. Esse desânimo causa abstenção. E, por outro lado, há um discurso geral, muitas vezes também alimentado pelos próprios comentadores políticos, de indiferença em relação a quem seja eleito, porque vão fazer o mesmo, e até de descrédito daquilo que é chamado erradamente, do meu ponto de vista, de uma classe política. Não existe uma classe política, existem pessoas que desempenham uma função política. Mas não são um homogéneo. E o discurso contra a chamada “classe política” distorce muito as responsabilidades [e as diferenças entre] aquelas pessoas que são eleitas com um programa e depois fazem outro e [aquelas que] não fizeram isso. Então aí, a ideia que se generaliza na sociedade, que não é só em Portugal, de que a culpa é dos partidos em geral, ou que os políticos são todos iguais, ou que são todos corruptos, ou estas coisas todas, isso cria na sociedade, e também na juventude, uma ideia

de que se é tudo igual que sentido faz votar. Há uma parte disto que se resolve ao nível da formação política. Lamentavelmente em Portugal, na escolaridade obrigatória não há uma formação política em condições, porque não há uma área curricular própria sobre essa área, em que as pessoas efectivamente aprendam a Constituição portuguesa, como é que a política funciona, o que é que é isso dos partidos, há muita iliteracia política, desde gente com baixa escolaridade até gente com mestrados e doutoramentos, gente de outras áreas, já tenho ouvido muito desconhecimento sobre como é que funcionam os partidos, como funcionam as eleições e para o quê que se está a votar. Das pessoas que votam, normalmente estão muito esclarecidas sobre o que votam. Basta ver as autárquicas, em que normalmente até há votos diferenciados, entre a assembleia de freguesia, a assembleia municipal e a câmara municipal. E isso significa que quem vota está muito esclarecido sobre o que está a fazer. Outras, como não fazem tenções de ir votar não se esclarecem sobre isso. Mas o problema fundamental não é do esclarecimento, porque como dei aquele exemplo, quando não havia formação política nenhuma e as pessoas de repente tiveram vontade de saber, era porque viam que iam fazer a diferença. E se a nossa democracia se tornar cada vez mais avançada, ou seja, se a participação cidadã, se efectivamente houver um maior nexos entre o voto e as formas de participação dos cidadãos, e as consequências políticas disso, naturalmente que as pessoas vão participar mais, porque a sua opinião conta.

Agora há só dois dados que eu não sei se terá possibilidade de me fornecer, senão depois eventualmente por e-mail. Um é se tem, se sabe qual a idade média dos aderentes do Bloco e o outro é a proporção entre homens e mulheres entre os aderentes.

Essa informação vai ser mais fiável agora no processo da Convenção. Vão haver dados mais fiáveis sobre isso. A última vez que tive acesso a isso na Convenção anterior, o número de mulheres andaria por um terço, em relação ao número de homens, embora nós tenhamos já órgãos onde exigimos uma paridade de cinquenta/cinquenta. Há essa preocupação. O Bloco desde a sua origem que para a eleição de órgãos colocou logo a questão de que tinha de haver pelo menos um terço de homens, um terço de mulheres, ou seja, ainda antes da lei da paridade, pela qual nos batemos a nível nacional. Já tínhamos essa exigência a nível interno. E agora, estamos nos 50/50 a nível dos órgãos nacionais. Para os órgãos locais ainda não estamos a exigir isso embora em muitos sítios se pratique a questão dos 50/50. Em termos do número de aderentes creio que ainda existe essa distorção. Mulheres e homens ainda não é 50/50. Mas isso são dados antigos. É preciso ver dados actualizados uma vez que há uma grande diferença, aderiram novas pessoas. Quanto à média de idades aí é que não tenho mesmo ideia. Ao nível dos órgãos, estou a pensar em listas, a lista da qual eu participei tinha 41 de média. Temos gente jovem, temos muita gente com mais idade. Durante alguns anos, creio que isso era crónico em toda a esquerda, havia ali uma faixa etária que estava mais ausente, mas com os anos isso tem-se vindo a recompor. Mas é melhor esperarmos por esses resultados para serem mais fiáveis.

ENTREVISTA A FRANCISCO GUERREIRO (PAN)

ESPAÇO PAN, AV. ALMIRANTE REIS, LISBOA, 6/04/2016

O meu nome é Francisco Guerreiro, sou Coordenador da Secretaria de Comunicação do PAN, sou também Comissário Político Nacional e neste momento estou com funções de assessor parlamentar.

Em relação aos militantes que deixam de pagar quotas, o que é que costuma ser feito? Quando é que deixam de ser considerados militantes e são abatidos às listagens? E em relação aos que saem o que costuma ser feito para recuperá-los?

Nós tivemos uma evolução, criámos uma figura que é a dos companheiros de causa, para além do filiado. Isto porquê? Nós verificámos que algumas pessoas, derivado de algumas condições financeiras, não conseguiam pagar as quotas. Então criámos a figura do “companheiro de causas”. Isso qualquer pessoa pode ser, mesmo pessoas ligadas a instâncias militares, que não podem [ser filiados] devido aos seus constrangimentos de ordem militar. Militares não podem estar filiados no partido mas podem ser companheiros e ajudar nas mesmas lutas. A única restrição que têm é que não podem votar internamente. Porque senão pode pôr-se o caso de eu ter duzentos amigos de outro partido, chego aqui faço-me companheiro de causas mais outros duzentos amigos e voto internamente. Aí tem que haver alguma sensibilidade. Mas fora isso pode participar, é convidado a participar em todos os grupos, debates, assembleias, faz parte activa da construção deste movimento.

No que toca à militância nós também mudámos o ano passado uma premissa que era a quota fixa. Nós começamos com quota fixa, em 2011, depois, sensivelmente um ano depois, alterámos para 12 euros. Um euro por mês. Mas apesar disso muitas pessoas, devido à crise económica, não conseguiam comportar. E então alterámos para uma quota que é à escolha, no ano, é sempre de ano a ano, à escolha do filiado. Caso ele não diga nada, no final é sempre lembrado que tem quotas em atraso. Há um email template que explica a situação. E depois, caso o filiado não indique nada, o filiado fica com a mesma quota que tinha no ano anterior. O trabalho que nós fazemos, geralmente, é contactar as pessoas, perceber; aliás, é multidireccional. Isto é, nós contactamos, para saber se as pessoas receberam o email porque por vezes há problemas na caixa de email, para saber se estão disponíveis para continuar, para incentivá-las. Esse trabalho de incentivo é feito quase diariamente com comunicações aos filiados, com acções locais para aproximá-los. E depois, geralmente, o que temos verificado, especialmente agora, em que há o período de dois anos em que os filiados podem não pagar as quotas, depois são avisados. Isto é, não lhes é retirado logo o direito, a capacidade eleitoral. Nós simplesmente dizemos-lhe: olhe que há dois anos você não paga as quotas. Quer regularizar?; precisa de ajuda?, se não puder regularizar tem esta figura que é o companheiro de causas. Ou seja: damos várias opções para que a pessoa sinta que isto não é uma máquina de fazer dinheiro. Queremos a aproximação das pessoas.

O facto de um indivíduo ser filiado no partido não o inibe de mudar de estado, de

filiado para companheiro de causa?

Não, sendo que sem regularizar aquele valor dos dois anos não poderá voltar a filiar-se, não teria muito sentido.

Não passa a companheiro de causas automaticamente. Só se o desejar. Isto é tudo voluntário. Ou seja, nós é que propomos. Imagine, nós temos alguns casos de pessoas que estão desempregadas e que têm a seu cargo..., têm muitas dificuldades. E o que nós dizemos é: ou paga este restante e depois faz uma quota anual de um euro ou dois euros, ou então se verificar que é mesmo incompatível tem a figura do companheiro de causas que lhe permite fazer o mesmo, participar activamente na estrutura local, regional, pode apresentar propostas nos grupos e trabalho, pode ter uma vida plena de militante sem essa condicionante que é a de não poder votar nas estruturas internas, nem ser eleito para as estruturas. Mas de resto, se as pessoas participarem para nós é fantástico. O que nos interessa é o capital humano, não propriamente o capital financeiro. Portanto, temos essa abrangência e queremos que pelo número de pagamentos – foi lançada há cerca de um mês essa comunicação aos filiados que tinham pelo menos dois anos de quotas em atraso – os pagamentos têm sido, não digo a 100%, mas próximo disso.

Tem havido então boa receptividade por parte dos filiados com quotas em atraso para regularizarem essas situações?

Sim. A comunicação é feita de um modo muito informal. Não queremos que seja uma coisa muito burocrática, com um discurso muito tecnocrata. Apelamos às pessoas para continuarem a participar, para pagarem as quotas, para nos ligarem se tiverem alguma dificuldade, solicitamos sempre também que vejam outras opções.

Não queremos que as pessoas simplesmente por outro motivo não possam pagar e depois desligarmo-nos delas. As pessoas têm as suas vidas, são complexas, nós sabemos disso, e aí tentamos ao máximo, dentro das nossas possibilidades, que elas fiquem próximas de nós. Temos alguns contributos que às vezes rondam os 60 euros, os 80 euros, pessoas que podem. Outras pessoas pagam um euro, um euro por ano. No fundo, isto causa a nível de gestão algumas probabilidades, algumas variáveis. Nós nunca podemos calcular muito bem o que é que se pode esperar dos pagamentos. Mas como também temos uma contabilidade em que nos baseamos acima de tudo nas subvenções, ou melhor, na subvenção, esse é sempre dinheiro que temos à parte. Não utilizamos esse dinheiro. Portanto, para nós acaba por não ser um grande problema. Nós gerimos o nosso dinheiro, é público, está no nosso *site*, sete mil e qualquer coisa.

Nós vamos ter alguns problemas porque somos um partido novo. Isto é tudo novo. Não somos uma ramificação de outro partido. Portanto, estamos a aprender. Aí não podemos negar, não vamos dizer que não há probabilidade de termos erros. Aí, o Tribunal Constitucional, que é uma entidade que já está há muitos anos, os outros partidos também, nós somos novos, é possível que haja alguns erros, mas os erros colmatam-se, as coisas assumem-se, mas a nível ético não falha nada.

Podem haver coisas regulamentares que falham porque nós também somos novos, mas até agora temos tido uma política bastante boa e nós temos um grande controlo nas nossas contas porque nós achamos que, acima de tudo, nós temos de cuidar da nossa casa.

Tal como nós promovemos o cuidado da nossa casa a nível ambiental, também as nossas acções pretendem promover esse novo paradigma. Se nós não o fizermos a nível financeiro, depois também não temos propriamente moral para chegar a um parlamento, ou à frente de um Governo, para dizermos nós agora vamos governar este país. Portanto, acima de tudo, se nós tivermos as coisas bem feitas em casa, que gera muito trabalho – as pessoas às vezes não têm a noção da complexidade destes pequenos processos –, isto é um processo contínuo. Nós diariamente recebemos facturas, pagamos facturas, recebemos comunicações dos militantes, filiações, temos tudo, muitas filiações, desfiliações, poucos pedidos de desfiliações. Os pedidos de desfiliações normalmente estão ligados com coisas mais emocionais, mais pontuais.

Esse é um ponto que eu gostaria de poder abordar um pouco mais à frente, mas há uma situação que está já esclarecida que é a questão das pessoas que deixam de pagar quotas. Relativamente às pessoas que se têm desfiliado, que razões é que apresentam ao partido para o fazerem? Tem a ver com estatutos, tem a ver com organização, tem a ver com quê?

O que nós verificamos é que, geralmente, e não querendo desconsiderar ninguém, são pessoas têm uma percepção muito própria do que eles querem do colectivo. Ou seja, são normalmente pessoas que têm uma identidade muito própria, ou uma percepção muito própria daquilo que o partido deveria fazer para a causa dele, ou dela. E aí, o PAN é um partido que está a emergir, que está em construção, que tem recursos muito limitados, mesmo a nível parlamentar nós estamos muito circunscritos, temos poucos assessores, é um deputado. A nível regimental não temos as mesmas equivalências que um grupo parlamentar. É muito restrito, somos poucas pessoas a fazer um trabalho nacional muito grande e ou não damos resposta do modo como as pessoas desejam, ou então não conseguimos abarcar todas as questões, como é natural.

Mas o que verificamos é que muitas dessas pessoas, que não são muitas, mas muitos desses indivíduos também não participam a nível local nem regional. Ou seja, há aqui uma questão muito interessante que é a de que as pessoas que se desfiliam são pessoas que também não participam nas estruturas, nos grupos de trabalho.

Para nós, nós procuramos sempre recuperá-las, porque isto é um trabalho contínuo, um trabalho hercúleo, que faz parte da estrutura crescer, faz parte do trabalho identitário haver uma integração, crescer nas assembleias locais, regionais, tentar perceber como é que nós funcionamos, tentar melhorar. No fundo, não fazendo esse trabalho, activismo por Facebook ou por email é também um bocado complexo. Nesse sentido procuramos também demonstrar a essas pessoas que estamos a trabalhar, e temos a certeza de que a mensagem que tem passado lá para fora é a de que somos um colectivo que tem dado muito para os recursos que

temos e para as possibilidades que temos.

Não nos queremos imiscuir naquela dicotomia esquerda-direita que muitas vezes leva a fracturas e então trabalhamos em causas. Muitas vezes não conseguimos é abarcar todas as causas, mas isso é claro.

Em cada momento há causas mais prioritárias do que outras, é preciso fazer opções...

Exactamente.

Relativamente ao incumprimento de deveres estatutários por parte de militantes. Tem havido iniciativa por parte do partido de instauração de processos disciplinares?

Não temos. Antigamente houve, creio que foram as dores de crescimento. Houve algumas questões pontuais ligadas a alguns processos...

Por ocasião de um congresso?

Sim, foi. Aquilo havia duas listas que eram para ir a eleições, mas uma não foi. Houve ali má gestão, provavelmente de ambas as partes, porque eram partes um pouco conflituantes, mas de qualquer maneira essa fase passou. Houve agora uma eleição e ambas listas não apresentaram propostas, portanto, nós queremos [entendemos] que se não têm propostas a apresentar também não têm muito a fazer. Não temos agora nenhum problema interno de estatutos. As pessoas têm vindo a participar. Há sempre uma ou outra que discorda com um ponto ou outro. Os estatutos também estão em construção.

Nós estamos a tentar fazer, e não sei se conseguiu verificar ou não, mas nós temos nos nossos estatutos a premissa de tornar a estrutura um pouco mais horizontal. Temos um órgão colegial, produzimos a Comissão Política Nacional com 21 elementos, desses 21 elementos emanam 7 que são a Comissão Política Permanente que são os que executam mais as tarefas diárias. Depois temos a possibilidade de todos os filiados e poderem candidatar à CPN, através de eleições directas. Portanto, os nossos estatutos estão feitos para que as pessoas participem, e as pessoas só não participam se não o desejarem. Obviamente que isto também nos levanta alguns desafios, mas estamos a aprender e a construir este processo de transformação, que cremos que não é só interno mas é também societal. Nós, mais uma vez, acreditamos que através do nosso exemplo podemos transplantá-lo para a sociedade. Esta estrutura não é tão fácil de lidar como se fosse só por listas, em que se exclui um e se inclui outro. Mas também nos faz mostrar que é preciso mais tempo para debater, é preciso mais tempo para estar sentado à mesa, e gerir todas estas susceptibilidades. Somos todos seres humanos e queremos todos o melhor para este projecto. É complexo mas cremos que tem dado resultado.

Uma das coisas que se tem verificado em Portugal, embora haja da parte do Tribunal Constitucional um controlo por causa da questão das contas, é que somos um dos países onde não se tem verificado um controlo do número dos filiados. O que eu pergunto é se, à semelhança do que acontece nalguns outros países, o PAN estaria disponível para enviar anualmente a relação dos seus filiados, tanto dos activos como dos que

têm quotas em atraso ou que tiverem saído, para junto do Tribunal Constitucional ser mantido um registo público dos números da militância?

Para nós, e isso não foi debatido internamente, digo-lhe que não é tácito porque isto teria de ser debatido internamente. Mas não me parece que seja algum problema. As nossas contas são públicas, o nosso dinheiro é público. Nós somos uma instituição com cariz público, por isso não vejo qual o problema de se expor o número dos militantes, dos que entram, dos que saem. Penso que é até positivo perceber porque isso acontece, qual é o período da história.

Por isso também gostava de saber qual a sensibilidade dos partidos, porque há uma grande falta de informação. Há partidos que simplesmente não fornecem dados, há outros que têm listas desactualizadas. E esse era um ponto que eu gostava também de perguntar ao PAN. Agora, em relação aos vossos ficheiros, têm tudo informatizado?

Sempre que há novo filiado é integrado manualmente, mas o processo depois é completamente automatizado. Daí exportamos os dados todos. Os dados são enviados para a Comunicação e nós a partir daí também inserimos na nossa *mailing list* e depois nos cadernos eleitorais. Quando é preciso serem feitos têm a informação toda actualizada. Se morreu, se não morreu, se está desempregado, se pagou as quotas.

Nós agora também estamos a fazer uma actualização no nosso *site*, um upgrade, que vai permitir até aos filiados terem um processo mais próximo de todas estas questões. Vão poder entrar e perceber se estão em falta, qual o valor dos pagamentos que podem fazer, para onde é que têm de contactar, até quando é que têm de contactar. Vamos também ter um fórum aberto para esclarecimento de dúvidas, abertura de debates. Vamos ter depois, também, a eleição, a possibilidade das pessoas se poderem propor para comissário político nacional; vamos ter um espaço onde podem dar a conhecer as suas valências, o que desejam implementar, melhorar, etc. Ou seja, este processo de integração e de proximidade está a ser feito. Demora o seu tempo, como é óbvio, porque são questões que têm de ser pensadas e trabalhadas, mas isso revela-se no nosso desejo de que as pessoas participem mais. Somos muito poucos a fazer muitas coisas e quantos mais pessoas trabalharem neste colectivo melhor.

Quanto à participação dos filiados nas actividades internas do partido tem havido algumas queixas ou, eventualmente, sugestões em relação aos estatutos ou aos regulamentos?

Não. O que nós vemos é que a sociedade está um pouco amorfa. Porque as pessoas estão sobrecarregadas com a sua vida laboral, com a sua vida profissional, com a sua vida emocional, com a sua vida familiar e então muitas vezes não conseguem ter tempo para também ajudar muito a sua Medina. O colectivo tem tido um grande apoio nas redes sociais.

A vossa comunicação é feita fundamentalmente através das redes sociais?

Não. A nossa comunicação é feita em vários prismas. Nós temos as redes sociais, onde somos muito fortes, até porque o nosso público alvo, embora nós tenhamos essa consciência, é mais incidentemente o público jovem e as mulheres.

Pelas redes sociais é mais fácil e temos uma relação mais directa e quase diária com essas

peessoas, é mais fácil chegar a essas pessoas. Depois, também temos via email. Nós actualizamos a nossa newsletter, que é enviada mensalmente, temos questões, vamos fazer agora um evento no dia 12, na Assembleia da República, que é uma conferência sobre bem-estar animal, com o ministro da Justiça, com pessoas ligadas ao CEPN(?), com diversas entidades. Também está a ter alguma projecção. E temos acções locais e regionais.

Nós temos três espaços, um na Madeira, outro no partido, em Lisboa, e promovem-se acções locais. Nesses espaços promovem-se debates, palestras, e também temos tido uma boa aceitação. A questão que vemos é que [a participação] é oscilante. Porque as pessoas têm a sua vida e também querem ter espaço e tempo para estarem com a sua família. É complexo. Temos tido uma boa aceitação, nenhuma crítica maior relativamente à nossa organização. Sentimos é que estamos um pouco amorfos como sociedade.

Nas convocatórias para as reuniões ainda utilizam papel, carta?

Não, não. É tudo avisado que podem ir ao *site*, têm sempre no *site* com 15 dias de antecedência. Para as convocatórias é obrigatório perante os nossos estatutos. Avisamos via email, porque por carta não conseguimos. Quando for o congresso vamos enviar só cartas. Para 800 pessoas. Imagine que há 400 que não têm email ou não querem dar o email. Se de cada vez tivermos que enviar cartas não temos orçamento. Os custos são muito grandes e o que nós dizemos às pessoas é que mesmo que não tenham computador vão à junta de freguesia e com 15 dias de antecipação têm lá as datas, as marcações, as convocatórias nacionais, regionais.

Relativamente ao processo de filiação dos militantes, isso está tudo centralizado em Lisboa, na sede nacional?

Sim, está. As pessoas podem apresentar as sua propostas de filiação e depois isso é encaminhado para nós podermos centralizar a informação. Ou seja, eu posso dirigir-me ao Espaço PAN no Porto, perguntar se posso filiar-me, preencho a folha, e o que acontece é que se os dados estiverem todos preenchidos, se o pagamento estiver feito, o que a administrativa de lá faz é digitalizar, envia para o administrativo daqui e nós procedemos ao contacto.

Automaticamente vêm a mensagem de bem-vindos, *parabenização*, inclusão, a explicar qual o núcleo regional dele, que pode trabalhar com os grupos de trabalho, uma mensagem introdutória, mas a ligação é sempre feita possivelmente, ou idealmente, ao nível local ou regional.

Agora, o que nós verificamos é que as pessoas geralmente filiam-se por email. Vêm no *site* o modo como participar e automaticamente enviam um email para o geral a dizer que se querem filiar ou o que é que é preciso. Ou, então, enviam logo porque percebem que é necessário apenas a ficha e o comprovativo e dizem “já cá estou, o que é que posso fazer?”, e a partir daí podemos indicar-lhes qual o local regional mais próximo ou onde está inserido para depois eles poderem começar a construir.

O PAN, tanto quanto sei, não tem organização juvenil. O que eu pergunto é se em relação aos jovens não tem havido pressão no sentido de ser criada uma organização juvenil, e se dentro do partido existe alguma discriminação pelo facto de uns serem

jovens e outros menos jovens, ou são todos tratados por igual?

Nós aqui somos todos tratados por igual. Ou seja, posso dar-lhe um exemplo: estou na Comissão Política desde os meus 28 anos e temos pessoas com 60 anos na CPN. Portanto, não é por uma questão de idade ou de faixas etárias que nós escolhemos. Damos mérito à pessoa em si. Há pessoas que têm méritos numas áreas, outras noutras. O que é importante é que se consiga trabalhar colectivamente com as valências de todos. Nós não temos uma juventude partidária porque nós não cremos que seja positivo nós criarmos mais estruturas. Desejamos que a educação seja um processo contínuo, e isso pode inferir as pessoas estarem no PAN e depois querer sair ou incluir-se noutra movimento ou noutra partido. Nós achamos que isso é o mais fulcral e o mais importante, por isso não criámos uma estrutura. Mas temos um grupo de trabalho focado nessa área que até foi criado há cerca de duas semanas. Um grupo de trabalho “Geração Sustentável” que se foca até nesse grupo de pessoas, nos jovens de 16 a 30 anos. Vai ter um papel primordial em falar em palestras, nas universidades, em contactar com as problemáticas ligadas à juventude, à inclusão no trabalho, porque depois também interliga com os grupos de trabalho, com o grupo de trabalho da educação. Portanto, há aqui um trabalho sempre complementar a outros grupos e, no fundo, o que nós queremos é que sejam também jovens a dinamizar o partido, a promover novas ideias, a chamarem novas pessoas para promovermos colectivamente o que nós consideramos que é um projecto viável e que é um projecto sustentável.

E nas composição dos órgãos, não há quotas próprias para jovens?

Não, não. Até porque nós não queremos essa pressão de haver sempre a necessidade de regeneração, mas fictícia. Isto é, cria-se uma estrutura mais nova que vai substituir uma estrutura dita mais velha. Nós queremos que haja motivação. Se de hoje para amanhã houver quinze pessoas jovens que queiram candidatar-se à CPN, se tiverem bons projectos e boas ideias, elas poderão fazê-lo. E as pessoas que acharem que vale a pena, que acharem que realmente é benéfico, eles poderão entrar.

Portanto, não há qualquer necessidade de quotas quando a participação é constante e as pessoas depois vão-se conhecendo, vão partilhando projectos, vão partilhando ideias. Não cremos que haja necessidade. É quase como a questão das quotas de género. Nós compreendemos a necessidade delas mas temos sempre muitas dificuldades porque temos sempre mais mulheres do que homens.

Nas listas tivemos cerca de 60/40, sensivelmente, a tender para as mulheres. Até houve casos de locais, como Santarém, em que nós tivemos mesmo de reordenar a lista. Veio um comunicado do Tribunal Constitucional a dizer que nós tínhamos mais mulheres do que homens. Nós tivemos bastantes problemas nessa área, problemas positivos, para nós, felizmente. Nós até temos na CPN sensivelmente 2/3 de homens para 1/3 de mulheres. Nós verificamos nas listas que há sempre mais mulheres, mas depois no órgão político nacional há um pouco mais homens. A nível de filiados são sensivelmente 70% de mulheres. Talvez 70/30 ou 65/35 para não ser muito rígido. Mas é à volta destes valores. A faixa etária vai dos 20 aos 40. O foco é

nessa faixa etária, sabendo que temos algumas pessoas dos 40 aos 50, pouco mais dos 60 para cima. Isso verifica-se nas nossas mesas de voto quando há eleições. As nossas mesas de voto estão divididas e nós percebemos através de cada mesa de voto a percentagem de faixa etária. Às vezes chegamos a ter 0,2 nos mais idosos e depois começamos a descer e começamos a subir até que temos 4 ponto qualquer coisa.

Mas sabe dizer-me qual é a média de idades do partido?

Não lhe sei dizer qual a média de idades do partido, posso dizer-lhe depois por email. E posso também dizer-lhe a média de mulheres.

Em relação à participação de estrangeiros no partido, estrangeiros não-nacionais, estatuto deles e companheiros de causa, têm muitos...

Não temos muitos. Temos alguns emigrantes, de nacionalidade portuguesa, mas não temos muitos estrangeiros. Temos uma comunidade interessante em Portugal que nos acompanha, ligada aos direitos dos animais, da natureza, no Algarve, no Norte, no Alentejo também, mas que não praticam militância activa. Estão normalmente ligados a organizações não-governamentais, com temas muito específicos do ambiente ou da protecção animal, e somos seguidos por eles. Temos bastante carinho, somos acarinhados por eles, mas não há propriamente uma militância directa, uma necessidade de serem companheiros de causas. Nós trabalhamos em causas e unimo-nos quando sentimos necessidade de nos unir. Trabalhamos nessas causas e há uma simpatia entre ambos.

Um outro ponto tem a ver com o papel do partido relativamente à formação dos seus militantes. Que tipo de iniciativas, se é que costumam ter algumas, para organizar acções de formação de militantes?

Nós temos a nossa informação no *site*, que nós aconselhamos as pessoas sempre antes da filiação, e mesmo depois, para procurarem, a pesquisarem e a lerem, e depois vamos fazendo através de comunicações internas posições sobre alguns temas, vamos fazendo debates internos nos nossos espaços, respondemos sempre que há uma solicitação por email ou por telefone a militante, simpatizante, ou pessoa fora do PAN, tentamos ser o mais abrangentes possível...

Mas não costumam organizar acções de formação para militantes?

Não conseguimos ter a estrutura ainda para fazermos esse tipo de acções. É um peso muito grande. Somos muito poucos a fazermos muito trabalho. O que nós estamos a tentar implementar de um modo mais premente é a formação interna. Mas isso também está a levar o seu tempo porque são, mais uma vez, muitos cursos, poucas pessoas, mas nós temos isso em mente e sabemos que não é possível darmos vazão a todas essas questões. É um processo dinâmico, estamos a harmonizar ferramentas e estratégias para podermos, com os recursos que temos, darmos o melhor que conseguirmos. A plataforma vai ser uma forma interessante de ajudarmos os filiados a perceberem melhor a dinâmica do colectivo, porque poderão sempre fazer perguntas. Haverá moderadores, poderão mais facilmente ficar com os documentos dos grupos de trabalho, com o acesso às documentações, e isso fará com que

haja uma proximidade muito maior, um acesso muito mais fácil, só que demorará cerca de um mês, mês e meio, para que essa plataforma esteja a funcionar.

No partido têm também controlo ao número de acessos às vossas páginas?

Não conseguimos ainda instalar uma ferramenta que nos permitisse, por causa do sistema do *site*. Já o tentámos, vamos tentar fazer agora com este novo desenvolvimento. Nós temos mais a percepção com as redes sociais, em que conseguimos perceber que há uma participação muito grande, mesmo muito grande, uns milhares de pessoas, várias dezenas de milhares de pessoas, várias centenas de milhares de pessoas. Obviamente que é um logaritmo, deve ter uma percentagem de erro considerável, tudo bem, mas mesmo assim, se considerarmos que é só metade, ou um terço, mesmo assim são bastantes pessoas. Redes sociais, twitter, estamos a começar a apostar nele também, instagram, portanto redes sociais. Porque todas as pessoas também têm um telefone, têm um Ipad, ou um Pad ou uma tablet, e facilmente conseguem estar acessíveis. E então, nós conseguimos perceber através do *site* a recepção das notícias que postamos, porque depois também podem ser partilhadas, e há notícias que são partilhadas por centenas de pessoas, outras por dezenas, mas os temas que são mais sensíveis nas nossas causas são temáticas ligadas aos direitos dos animais e da natureza.

Estamos também a trabalhar na componente de mostrar às pessoas que somos um coletivo que trabalha nas três áreas, na área humana, na área ecológica, mas sabemos que as pessoas têm mais sensibilidade, até a um nível emocional, para questões ligadas aos animais e depois à natureza.

Em relação à participação, visto que este é fundamentalmente um problema que afecta todos os partidos, não só em Portugal como no resto da Europa, já conversaram ou já pensaram em conversar também com os outros partidos, nomeadamente os que têm assento parlamentar no sentido de se encontrar uma estratégia comum para aumentar a participação nos próprios partidos, de certa forma contribuindo também de alguma forma para a diminuição dos níveis da abstenção? Têm esse tipo de contactos? Admitem-nos?

Nós não temos esse tipo de contactos, embora estejamos sempre abertos a dialogar no sentido de se melhorar a democracia. Nós cremos que a democracia é um sistema gradual que tem muito a aprimorar, mas que é um sistema que nos permite participar nele. Se calhar temos que criar novas ferramentas para aproximarmos os partidos dos cidadãos.

Vemos que a maior parte das pessoas já não está tão militante porque está desacreditada da política e nesse sentido nós também gostamos de estar um pouco à margem, mostrando que também não nos revemos nesse sistema político dicotómico, de guerrilha, de competição de agressividade. Então promovemos uma política de cooperação, de trabalhar em causas, de expor as nossas razões, mas não ostracizando ninguém. E se calhar temos uma visão muito peculiar no sentido em que devemos caminhar para melhorar a nossa democracia participativa e quebrar um pouco a abstenção.

Uma vez mais, e acima de tudo, queremos ser um exemplo pela positiva. Sabemos que

temos algumas disfuncionalidades, como é normal, somos jovens, estamos a crescer, temos pouco recursos, mas acima de tudo conseguimos trabalhar e mostrar através destes exemplos, através da transparência, através de um contacto de proximidade, através de eventos que se relacionam com o que as pessoas precisam e desejam, é que conseguiremos pelo menos em grande instância mostrar às pessoas que há uma solução, pelo menos no modo como trabalhamos, mas pode ser uma solução para diminuirmos estes níveis de abstenção. Que nós, obviamente, não nos consideramos a solução, mas temos a consciência, até pelo crescimento que temos tido, que somos uma parte muito importante dessa mudança e dessa transformação. E isso verifica-se também noutros movimentos políticos internacionais que estão a surgir e que realmente vêm causas acima de ideologias. Mas é também um *wishful thinking*. Aqui também estamos a trabalhar uma premissa nova em que também não sabemos quais vão ser os resultados, apesar de acreditarmos que vão ser positivos.

Há só aqui uma aspecto mais que eu gostaria de esclarecer, que tem a ver com a limitação dos mandatos por parte dos dirigentes. Tanto quanto sei isso não está previsto nos vossos estatutos...

Nós já somos tão poucos...; mas não creio que seja relevante. Grande parte das vezes isso é visto como uma ferramenta de alteração, de manipulação de poder. Mas nós, na nossa ética, não nos revemos nessas questões competitivas, agressivas, violentas, de usurpação do poder público, ou de dinheiros públicos. Se a ética está bem cimentada não nos faz diferença se for um mandato ou dois mandatos, porque as pessoas podem sempre ser produtivas e às vezes até pode ser um contra-senso porque as pessoas vão melhorando, vão-se abrindo, aprimorando. E depois de conhecer melhor os meandros, por exemplo da Assembleia da República, será um desinvestimento, apenas por uma questão de cessação do mandato, termos de substituir pessoas só porque sim. A pessoa pode ter vontade, pode já ter criado uma boa base de contactos, pode ter uma imagem pública bastante positiva, por isso não vemos que haja necessidade de estabelecer essas regras. Cremos que muitas vezes elas funcionam um bocado como falso compromisso. Na base ética, se nós tivermos as coisas bem tratadas e os nossos valores e as nossas causas bem definidas, o resto cremos que depois é natural. Mas não é algo que tenhamos debatido seriamente internamente. Também não vemos que seja estrutural.

ENTREVISTA A JOSÉ MATOS ROSA (SECRETÁRIO-GERAL DO PSD)
SEDE NACIONAL DO PSD, R. DE S. CAETANO À LAPA, LISBOA
(05/04/2016)

Em relação ao filiados que não pagam ou deixam de pagar quotas, quando é que o partido entende que lhes deverá ser dada baixa?

Isso é fácil e eu respondo-lhe já. Nós, estatutariamente, temos nos Estatutos um prazo, que são dois anos. A partir do momento em que deixam de pagar quotas durante dois anos é porque não querem participar. Se não querem participar e não aparecem, não pagam quotas, não têm participação activa nenhuma, saem do arquivo da militância activa e deixam de ser militantes activos. Não pagam quotas, deixam de poder votar e de ser eleitos. Isto nos prazos normais estatutários. E depois deste prazo há uma limpeza dos cadernos a partir do momento em que não pagam quotas ao fim de dois anos, ao vigésimo quarto mês saem da listagem de militantes activos. Passam para não-activos e a partir daí podem reactivar quando quiserem desde que paguem as quotas dos dois anos. Neste momento, porque fizemos um projecto que vem desde o aniversário dos 40 anos, em que temos a possibilidade de todas essas pessoas se poderem fazer militantes pagando só um ano de quotas. A quota neste momento no PSD são 12 euros/ano.

Perguntei isto porque houve ex-militantes com quem falei que me disseram ter deixado de pagar quotas há mais de 5/6 anos e que depois diziam ter recebido correspondência do partido ...

Tem que ver que há aqui dois patamares. O partido tem vários patamares. Tem núcleos, tem secções, tem distritais. Quando dizem que recebem correspondência do partido, e recebem, muitas vezes continuam nas bases de dados. Aquele indivíduo não é só um militante. É um militante que deixou de ser militante por qualquer razão mas não deixou de ser simpatizante. Ou um potencial eleitor do PSD. E, portanto, tanto as concelhias, como as secções, como outros, continuam a mandar informação a essa gente que é no fundo um mar de gente que são os simpatizantes do PSD e eleitores do PSD. Agora isto não quer dizer que isso seja enviado daqui do PSD nacional, nem do distrital ou do concelhio. É alguém, pronto. Ou é a concelhia que os mantém na base de dados, ou é a distrital. Nós é raro, nós limpamos.

Mas em termos de contabilidade do partido não são considerados militantes?

Não, saem logo. Ao fim dos dois anos ficam logo inactivos, não vale a pena.

E em relação aos que deixam de pagar quotas ou que deixam de comparecer nas secções ...

São coisas diferentes, se deixam de pagar quotas ficam inactivos. O deixarem de participar durante a actividade é diferente.

Certo, mas a questão tem a ver com as duas situações e que é a de saber se há algum trabalho, algum esforço, no sentido, por um lado, de trazer esses militantes de novo à participação e, por outro, no sentido de regularizarem o pagamento das quotas?

Claro. E é por isso que nós fizemos agora desde os 40 anos; há dois anos que temos, eu próprio fiz um despacho, que esses militantes de uma forma mais simples não têm de reactivar, porque há uma série de documentação e nós tentámos facultar essa documentação, e tentar facilitar toda a feitura da documentação que é necessária - desde um pequeno comprovativo de morada, eles têm de preencher a ficha de filiação de novo e só pagam um ano de quotas - e por isso, nós, temos outra questão, qualquer militante que queira sair, nós, e que chegue aqui à sede nacional, sem passar pelas concelhias e distritais e as próprias concelhias ou distritais têm uma questão que é, chamam sempre a pessoa porque querem saber por que é que se foi embora. E porque é que se há-de ir embora e não continua a trabalhar connosco? Tirando uma razão muito ponderosa, muito forte, que é logo visível, mas a maior parte das vezes essas pessoas são todas chamadas e nós mandamos essas desfiliações para todos os militantes para que possam no fundo, às distritais e concelhias, possam chamar e saber quais são as razões. Isso acontece. E muitas vezes eles chamam, muitas vezes chamam esses militantes e até conseguimos que eles não saiam e não deixem a militância. Agora, nós tentamos que eles participem, tentamos que internamente, e mostrámos agora no Congresso. O Congresso foram dois congressos num: o congresso que está ali fechado na sala e o congresso que está aberto a todos os militantes e à sociedade civil. E nós temos uma coisa que funciona muito bem aqui que é a comunicação. Hoje, um militante de base, um presidente de câmara ou um autarca, ou um deputado municipal, ou um dirigente de uma concelhia ou distrital, ou de um núcleo têm o mesmo acesso todos os dias a uma série de informação que tem o presidente do partido, do grupo parlamentar ou eu próprio. Portanto, nós mantemos, os próprios militantes até chegam a dizer que é excessiva toda a informação que nós lhes damos. Mas não querem prescindir dela. Dizem “nós recebemos muita coisa, às vezes não olho bem para as coisas”, portanto, nós estamos a utilizar muito as novas tecnologias para poder interagir com todos os militantes e até com todos os simpatizantes que nós temos. Nós temos várias bases de dados e agora fizemos outra coisa que foi, nós temos um novo programa informático de gestão dos militantes, que não é o militante, não é o filiado nos ASD, não é um filiado nos TSD, porque um militante filiado nos TSD ou nos ASD ou na JSD pode não ser militante do PSD. Porque são coisas diferentes. E então o que nós temos são cinco ou seis bases de dados. Neste momento são entidades, porque o militante é também uma entidade, que é no meu caso deputado, secretário-geral, autarca, enquanto antigamente tínhamos várias bases de dados, nós não, agora temos. Ora, eu consigo saber em trinta segundos, ou dez segundos, quem é que são os militantes daqui ou quem é que são os enfermeiros dali da freguesia de Santa Maria de Belém, ou do distrito de Leiria, e consigo facilmente enviar documentação e tratar com eles de documentação muito direccionada. Portanto, nós temos hoje uma aproximação. Mas se me disser, vocês têm 116 ou 117 mil eleitores, militantes, mas só 50 e tal mil é que têm as quotas pagas, é verdade, mas isso é um trabalho que as concelhias vão fazendo, que as distritais vão fazendo de levar com que as pessoas paguem quotas. E nós temos várias formas de pagar quotas dentro das restrições que são, como sabe, não se podem

pagar quotas a dinheiro. E tem de se saber sempre de onde é a proveniência do mesmo, tem de ser a própria pessoa. Nós privilegiamos e fazemos com que seja a própria pessoa a pagar as suas quotas, não outros, como aconteceu se calhar no passado em todos os partidos, que era que se pagavam as quotas, a maior parte. Não sei se isso acontece nem se não, nós temos formas muito rigorosas de saber quem é que paga e porquê. O próprio sistema financeiro faz com que hoje os vales-postais não possam ser pagos por qualquer pessoa, mandar um vale postal para pagar as quotas de outro, as coisas têm de saber as proveniências e nós somos muito rigorosos e transparentes nesta actividade. Tanto na financeira como na gestão dos próprios militantes.

Tem alguma ideia de qual é que é a idade média dos militantes do partido?

Se me tem dito antes, mas esses dados mais concretos depois manda-me por escrito. Mas posso dizer-lhe que neste momento temos à volta de 117 mil, que temos 50 e tal mil com as quotas pagas, que desde Outubro até ao presente, mais de 50 e tal por cento têm menos de trinta anos, dos que se filiaram desde Outubro até agora ao Congresso têm menos de 30 anos, e portanto o que lhe posso dizer é que nós estudámos isso, quem é que eram os dirigentes do PSD, quem é que eram os últimos militantes e quem é que são os 117 mil. E fizemos até um vídeo, que há-de ver, está nas nossas plataformas, sobre esta caracterização até o pode, convoco-o para ir ver porque tem gráficos com tudo isso. Isso está tudo nesse vídeo, nós somos transparentes. Até me estava a lembrar que se calhar é mais fácil ir ao nosso *site*, ou ao do Congresso, até tem lá tudo, um filme com quem é que são os militantes, quem é que são os dirigentes, o que é que nós quisemos provar, que a nossa matriz se mantém e nós somos transversais à sociedade portuguesa. Continuamos a ter muitos jovens, idosos, pessoas mais velhas a filiarem-se, continuamos a ter o agricultor, o apicultor, o pescador, o advogado, o médico. Portanto, nós continuamos a manter a nossa matriz, que é o professor de várias graus de ensino, continuamos a manter a nossa matriz e as proporções continuam as mesmas. O que para nós nos dá uma grande satisfação.

E a proporção entre homens e mulheres, neste momento?

Há mais homens do que mulheres. À volta de 20 e poucos % de mulheres num todo, se não estou em erro, mas isso também se vê, e 80 e tal, sendo que há uma inversão neste momento, nestes 4000 que se filiaram ultimamente a proporção é de 50/50, mais ou menos, de homens e mulheres. E há também nos dirigentes um grande número de mulheres a aparecer. Eu acho que, nós não temos quotas, não temos nada disso, acho que isto é de uma forma natural, dentro de dois a quatro anos, a percepção que eu tenho é de que vai aumentar o número de mulheres nos jovens dirigentes do PSD.

Relativamente à formação de militantes, tirando o caso da Universidade de Verão, o PS também tem uma idêntica...

Não é idêntica. São coisas totalmente diferentes. A do PS e a nossa é completamente diferente. É a lua com o sol. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Eles fazem uma universidade de Verão política, nós fazemos uma universidade de Verão formativa. Em que

há formação à séria e a sério. A nossa formação não se extingue nessas coisas. Nem na Universidade da Europa, nem na Universidade de Verão. Esses são momentos altos. Nem na Universidade do Poder Local., que nós fazemos também. São três grandes momentos, mas não se extingue nesses momentos.

Exacto, era isso mesmo que eu queria...

Nem se fecha. Nós temos formação, a nossa formação está dividida em vários aspectos. Temos a formação para autarcas, temos formação política para jovens, e temos a formação política normalíssima para os militantes normais. Quem é que faz essa formação. Nós apoiamos, a direcção do partido apoia essa formação que está prevista e que temos para autarcas, é um projecto anual feito pelos ASD, que é os autarcas social-democratas, há um projecto anual feito também pela JSD. E há uma formação política que é feita pelo Instituto Sá Carneiro, com o apoio do Instituto. E no fundo é o quê? É desdobrar um bocadinho o que é a Universidade de Verão, que no fundo funciona muito bem. Os próprios autarcas, a própria JSD e o próprio partido, funciona muito bem, e tem um projecto que é consolidado de formação política de topo. Não é o melhor, mas neste momento há uma coordenação feita pela secretaria-geral do PSD que coordena toda essa formação nas várias áreas. Não temos uma formação na área do sindicalismo, porque isso é uma coisa muito específica, mas quero-lhe dizer que também os TSD nesta área, há sempre um módulo a aproximar, formações já para seniores. Agora, temos módulos de três dias, temos módulos de um dia, temos módulos de uma tarde, temos módulos de sessões muito específicas. E, portanto, a formação está dividida em várias áreas e em vários módulos que poderão vir a ser adaptados às várias necessidades que as secções acharem que têm ou que não têm. Portanto, há, a formação está pensada a nível nacional, e nós executamos por intermédio das várias instituições que temos, que é o Instituto Sá Carneiro, que não é do PSD mas que funciona normalmente com o PSD, que pensa isso com o Carlos Coelho, e depois temos a JSD e os ASD que têm módulos de formação muito específicos, e por vezes juntamos tudo, que é os módulos de formação para as distritais. Além disso, temos ainda as grandes convenções, que também são formativas, que muita vai falar, das várias áreas, com várias formações, e além disso temos as convenções autárquicas, temos várias formas de formação. A formação continua e tem vindo a ser reforçada ao longo dos anos, porque nós mesmo no Estatutos temos uma questão que é tem de haver uma percentagem do orçamento anual do PSD que nós temos de destinar à formação. Até é obrigatório termos formação.

Isso em relação a militantes, e em relação a simpatizantes há alguma coisa?

As nossas iniciativas são todas abertas a simpatizantes e há muitos que não são militantes que participam nessas formações.

Uma outra questão: Tem havido dificuldade na formação de listas para as estruturas locais do partido?

Não, não vejo isso assim. Há duas ou três situações, vamos lá a ver, nós, há locais, há secções do partido que temos dificuldades por não termos militantes. Como sabe, nós temos

um número mínimo de militantes. Para fazer, para termos um núcleo ou uma secção temos de ter um número mínimo de militantes. E nós aí somos rigorosos e não prescindimos. Agora, nós temos várias formas de apoiar as secções. Temos um programa de desenvolvimento do partido em várias áreas, nas áreas mais difíceis, e se calhar nós temos, posso dizer-lhe que no dia 5 de março foram as eleições directas e nós já recuperámos, nós tivemos 70 e tal eleições para secções e mais 4 distritais. Agora, temos, temos, há 20/30 secções que têm dificuldades, têm um número pequeno de militantes, mas nós temos um projecto também desde ajuda no pagamento das sedes, na primeira fase, a ajuda e colaboração tanto das distritais como da Comissão Política Nacional ao aparecimento e a termos eleições para essas secções. Nós há uma coisa que não fazemos é nomeação de comissões administrativas. Ou há direcções do partido ou não há direcções de partido. Há outros partidos que nomeiam administrativamente uma comissão para tomar conta do partido naquele sítio, nós não. Têm de ser eleições directas, por todos os militantes, com número mínimo de militantes, e tudo como deve ser. A democracia interna tem de funcionar e é isso que nós fazemos. Preferimos não ter a ter comissões administrativas. O nosso esforço é sempre ter mais militantes, fazer mais trabalho político, abertura total à sociedade local, e podemos fazer isso. Daí também andar aí todos os dias pelo país inteiro a tentar fazer com que haja estas situações e apoiar os nossos militantes, seja em Bragança, seja nos Açores, na Madeira ou em qualquer sítio. Como sabe, nós temos também secções na Europa e fora da Europa, em todos os países da Europa nós temos secções a funcionar em toda a sua plenitude, e também no mundo inteiro.

Sr. Dr., agora tenho aqui dois aspectos diferentes. Um tem a ver com o papel do Tribunal Constitucional e com aquilo que aconteceu nalguns países, em que existem ficheiro centralizados de militantes, junto do TC, ...

Vamos lá a ver. Aqui a gente tem uma Constituição e nós cumprimos a Constituição. A Constituição, se não estou em erro, o que diz, e há legislação sobre isso, os partidos têm de, o TC devia exigir aos partidos a verificação dos ficheiros, número de militantes, tudo, e nós estamos abertos e cumprimos sempre, nós entregamos, vou-lhe dizer, nós agora estamos numa fase em que vamos entregar os novos órgãos dirigentes com certidões ao TC. Nós fazemos outra coisa que é, temos o nosso ficheiro actualizado, temos o nosso programa informático, estamos dispostos a mostrar sempre que for necessário ao TC, com as limitações das entidades reguladoras da protecção de dados que o TC reconhece. E, portanto, estaremos sempre ao lado do TC para clarificar quem é que são os partidos que podem ainda sobreviver ou não. Porque há partidos, há regras para que os partidos façam o seu trajecto normal.

Mas o que eu pergunto ao Sr. Dr. é se do ponto de vista da perspectiva do partido, se o PSD estaria aberto a todos os anos dar informação...

Não é todos os anos. Nós daremos conforme a lei. É a lei que estipula, sabe qual é?

Sei...

Mas não é todos os anos...

Eu sei, eu sei...

Então pronto. Mas porque é que há-de ser todos os anos?, diga-me lá.

Não, eu só lhe estou a perguntar ...

Nós daremos. Ó Sr. Dr., é assim: nós daremos o que a lei diz, o que a lei disser. E o que a lei disser nós cumpriremos.

Mas a lei é feita pela Assembleia.

Não vale a pena. Mas vamos lá a ver, não é isso. A questão é nós cumpriremos o que a lei disser.

Eu digo isto ...

Não podemos ser mais papistas. Isto é uma questão pessoal já minha. E eu vou-lhe dizer. Não vamos ser mais papistas que o Papa. Não é todos os meses. Mas se a lei disser que é todos os meses eu cumprirei o que a lei disser. O PSD cumprirá sempre aquilo que a lei disser. E agora não percebo porquê que há-de ser todos os anos. Porquê que não há-de ser de dois em dois anos? O que a lei estipula são dois em dois anos ou três em três anos. Não sei, agora tenho de ir ver. Também não tenho presente, já li, já vi, é uma coisa que não me persegue todos os dias para eu cumprir. Portanto, quando o TC me solicitar conforme a lei, nós cumpriremos, sem problemas nenhuns. Nem discutimos. Há outros partidos que discutem, e acham que nem o Tribunal tem competência, o que diz a lei que o tribunal solicitar nós mandamos. Agora não vamos ser mais papistas que o Papa a dizer que é todos os meses. Daqui a bocado, não Sr. Dr., o PSD é um grande partido ...

Eu sei, Sr. Dr..

... tem muitos militantes e cumprirá escrupulosamente o que a lei disser.

Eu sei, Sr. Dr., eu sei, mas a questão nem sequer era essa. A questão é que neste trabalho eu tive que contactar o PSD e os partidos todos ...

Sim.

... no sentido de obter, por exemplo, os números dos filiados. O que eu pergunto é se isso fosse feito directamente junto do TC, se calhar seria possível aceder directamente ao TC...

Mas aí há problemas com a protecção de dados. Isso não é bem assim.

Mas era só em relação aos números.

Os números, nós damos sempre os números. Não há problema nenhum com os nossos ficheiros...

Eu sei, eu sei...

A protecção de dados já aqui veio, já teve a ver connosco, até porque nós já pedimos que vissem se os nossos procedimentos estavam correctos, se não estavam...

Eu sei, Sr. Dr., o PSD é um dos partidos que mais tem colaborado...

Mas colabora sempre. Nós somos abertos. Nós fizemos uma coisa no Congresso que foi mostrar quem é que somos, e não temos problemas nisso. Outros não, escondem, nós não. E provamos que somos um partido jovem, em que os jovens acreditam e o povo português acredita. Por isso é que fazemos isto. Vamos a isto.

Certo, eu peço desculpa mas eu tenho de fazer a pergunta...

Eu daqui a pouco ando só a trabalhar para o TC. Todos os dias tenho que mandar uma listagem dos militantes.

Certíssimo. Sr. Dr., uma outra questão que tem que ver com a diminuição da participação nos partidos e com o aumento da abstenção. Se já tiveram iniciativas conjuntas, ou se costumam ter com os outros partidos, no sentido de atalharem a esse problema?

Nós temos a nossa dinâmica própria e nós sabemos o que é que fazemos, não andamos agora a resolver problemas com os outros partidos. Esses problemas resolvem-se na Assembleia da República com legislação própria, com regulamentação própria, com essas coisas todas. Nós temos os nossos mecanismos próprios. Nós temos os nossos mecanismos próprios. E eu quero-lhe dizer que nós não andamos aqui a ver passar os comboios. E peço-lhe desculpa deste termo.

Estão todos preocupados...

Não, mas não é de agora. Estamos preocupados há muito tempo, e eu estou há oito anos, ou nove anos, aqui, ou não é tanto, cinco anos à frente aqui da Secretaria-Geral do PSD, e já há muito tempo, o PSD sempre que há eleições, a seguir às eleições, manda logo estudar na semana seguinte porquê que as pessoas votaram neste sentido. Manda fazer estudos, manda fazer inquéritos, contrata universidades, fala com muita gente, chama as pessoas cá, fazemos trabalhos ao longo deste tempo todo, não estamos aqui empiricamente a dizer que isto é assim porque é assado, as pessoas votaram assim porque é assim ou porque é assim. Toda a gente fala de tudo e mais alguma coisa, então nas televisões, os comentadores e toda essa gente, os politólogos, tudo, toda a gente debita. Eu às vezes estou em casa no meu sofá, ou aqui, quando vejo essa gente toda a debitar começo-me a rir. Se lhe abrir aquela porta daquele armário, está ali mais de vinte estudos dos últimos vinte estudos que a gente fez. E sabemos onde pára o PSD, onde é que está a esquerda, onde é que está a direita, se ainda existe esquerda ou direita, se existem partidos mais radicais ou não, porque é que as pessoas se reviram naquele momento naquele partido e não se reviram naquele, ora, quais eram os grandes temas, por que é que aconteceu, estudamos diariamente, quase que lhe posso dizer, diariamente, o que é que as pessoas pensam sobre aquilo que fazemos, testamos, hoje as campanhas eleitorais não são tão empíricas nem tão à-vontade, não, nós estudamos, testamos diariamente, temos *focus* grupos, sabemos o que é que vamos fazer, a gente não faz um filme ou um tempo de antena sem o testar antes, se será este o modelo ou se será aquele, portanto, nós estudamos tudo isso do que há abstenção. Agora são questões que são nossas. Na AR é o fórum ideal para se regulamentar, para testar, e nós estaremos cá sempre para ajudar. Nós, como viu, pode ter visto ontem, o PSD no seu Congresso disse que quer tratar de alguns assuntos: reforma do sistema eleitoral, reforma da segurança social. E viu o quê que o PS disse sobre isso: sobre isso não quer. Se não querem, paciência. Eles é que sabem, isto só pode ser feito, agora nós estamos disponíveis para trabalhar. Para trabalhar e para fazer. Agora estar-lhe a dizer que vamos fazer, nós sabemos o que é que se faz,

quais são os problemas, porquê que se calhar temos de ir para certos caminhos, e temos de trabalhar, temos de avançar. Isto hoje muda da manhã para a tarde e da noite para a manhã. E as coisas estão sempre a mudar e nós temos de nos adaptar. Nunca perdemos, o PSD nunca perdeu a sua matriz, a sua parte ideológica, portanto, todos os ideais, mas mantém e sabe e tem estudado essas questões para podermos trabalhar. Para podermos andar para o futuro e para podermos fazer este trabalho. Nós estudamos. Ao contrário do que julgam, no outro dia estava a ver uma pessoa a fazer comentário na televisão, é um colega seu, professor universitário, pessoa reconhecida, e é uma das pessoas que eu mais gosto. Ele ficou muito admirado. Mas vocês fazem estudos? Fazemos. Mas estudam logo na semana a seguir? Mas fazem logo? Fazemos. E se calhar com colegas seus que também fazem comentários. Eles nem sabem para quem é que estão a trabalhar. Estou a dizer-lhe aqui. Há muita gente que não sabe para quem é que está a trabalhar. Porque nós contratamos uma empresa e depois vai fazer esse trabalho, ou há uma pessoa que vai subcontratar outras pessoas. E temos neste momento a fazer vários trabalhos. Saber o que é que se passou em várias eleições, não é só nas legislativas, nem nas autárquicas, nem nas europeias, são em todas. E nós fazemos esse trabalho. Com técnicos, com gente preparada cientificamente para nos dar respostas. E perdemos muito tempo. Perdemos mesmo muito tempo.

Acredito.

Eu tenho aqui em cima da secretária “Análise dos Resultados Eleitorais 2009-2015”. E, portanto, de um colega seu professor universitário. Estamos a trabalhar em conjunto. E que tem ali tudo, essas coisas todas, e tem os desvios e porquê e porquê que é, porquê que aqui aconteceu isto e porquê que ali aconteceu. E há padrões, e há questões, que a gente vê o que é que se passa. Quando mexe numa coisa mexe em todas. E nós estudamos distrito a distrito e concelho a concelho todas estas situações.

Muito bem. Sr. Dr., agora só aqui uma parte final que tem a ver com uma série de críticas/queixas que foram feitas por alguns dos entrevistados. Eu vou dizer todas e o Sr. Dr. logo dirá o que entender...

Se eu conseguir. Mas pode ser uma a uma, pode ser uma a uma que eu respondo.

... o Sr. Dr. logo vê o que terá a dizer sobre isso. Relativamente a questões disciplinares, houve pessoas que se queixaram dos critérios de instauração de processos...

São muito largos. Eu vou dizer-lhe uma coisa. Aqui no PSD há separação de poderes. E o Conselho de Jurisdição Nacional (CJN), tanto o distrital como o nacional, são completamente, eu não sei o que é que se passa, eu não sei quais são os processo, não faço a mínima ideia, recebo as queixas. O único poder estatutário que eu tenho é o de poder mandar por esta razão ou por aquela, dentro daqueles parâmetros que os estatutos me dizem, e sou dos poucos, se não o único na estrutura do PSD que pode fazer isso. Tanto a nível distrital, e há muita gente que se queixa, e muitas questões são resolvidas, não são assim tantas como tudo isso, a nível distrital e muitas vezes sobem ao nacional, e ali outras vezes vai ao TC, estamos à-vontade, são poucas ou nenhuma, mas nos últimos anos têm sido muito poucas, os processos têm ido

ao TC. E quero-lhe dizer, foi agora a questão da Madeira, os processos, quero-lhe dizer que há total transparência nisso. E há total separação de poderes. A direcção do partido não se intromete. Até porque, quero-lhe dizer, que o CJN, como os distritais, às vezes são compostos, têm uma composição mista, ou seja, são compostos por várias sensibilidades ou várias listas. Neste momento, concorreram várias listas, quatro ou cinco listas, no domingo, ao CJN. Dessas quatro, houve três listas que meteram elementos. Quero-lhe dizer que é 5-4. Ou 5-2-2. Portanto, então nessa. A distribuição dos processos, eu sei que não é aleatória, mas segue uma lista. Em todo o lado há uma listagem. Portanto, estamos à-vontade, Ser esta pessoa ou aquela pessoa, ser este fulano ou proteger aquele. Há uma transparência total, até pelas profissões das pessoas, ninguém vai para o CJ que não seja advogado ou jurista, ou que já tenha estado na magistratura, portanto, estamos à-vontade nessa questão. Em relação à autonomia do CJ tanto nacional como distrital. Isso aí, podem vir dizer o que quiserem, até porque há sempre a possibilidade de recorrer para o patamar a seguir e há correcções de decisões.

Isso não está em causa...

Portanto, ...

.... há sempre uns queixosos ...

Mas, meu caro, o que é que eu lhe posso fazer? Porque há uma pessoa; nós instauramos processos. A única forma, a única questão que há, vou-lhe dizer, a nível das autárquicas ...

Não se podem candidatar por outros partidos.

Por outras listas, é claro. Vêm depois, nós somos muito rigorosos, queremos certidões do tribunal, onde diga que fulano de tal lá “teve”. Não chega só dizer que ele “teve” no comício do PS ou do CDS ou do não-sei-quantos, tem de provar que houve mesmo uma participação na lista. Vem à CPN, algumas foram recusadas porque vinham mal instruídas, e enviamos para o Conselho de Jurisdição só. Há uma passagem pela CPN para reunião e acabou.

Outras críticas que foram feitas: os órgãos da direcção nacional não querem saber dos órgãos locais, prestam pouca atenção, dizem que escrevem, tomam iniciativas, fazem propostas, mas depois não têm as respostas que gostariam de ter e no tempo que gostariam de ter.

Eu vou-lhe dizer uma coisa. Toda a gente tem resposta. Há é uma questão que é. Eu desloco-me, eu vou-lhe dizer, eu tenho neste fim-de-semana 5 eventos. Locais, concelhios. Portanto, vou estar à volta de 5 eventos vou estar com à volta de duas mil pessoas, militantes, simpatizantes e outros. Portanto, onde vamos trocar ideias, discutir, ir falar, entre todos. E quero dizer-lhe que todas as questões que nos são colocadas, são respondidas a todos. Seja da área do grupo parlamentar, ou nossa, seja da área dos ASD ou dos TSD. E quero-lhe dizer que nós criámos por exemplo, uma das questões que eu sabia que tínhamos alguma dificuldade era o apoio aos autarcas. Porque era para a junta de freguesia que era candidato o coiso, nunca mais ninguém lhe ligava, e tudo e mais não sei o quê. Temos tido uma ligação e uma interligação muito forte com todos os autarcas. Criámos aqui um gabinete de apoio, portanto daqui do PSD com os autarcas sociais-democratas, de apoio aos autarcas que estão

em todo o lado. Temos recebido montes de perguntas, de solicitações, como é que eu faço isto e como é que eu faço aquilo, como é que vou resolver. E quero-lhe dizer que todas as solicitações, como nós criámos uma caixa de correio, entupiu. Uma grande dificuldade, há dois anos, entupiu completamente. E eu fiquei satisfeitiíssimo. Os aqui com os colaboradores, aqui com os assessores, aqui do partido, e estou a olhar porque eles estão ali em cima, no segundo andar, criámos uma estrutura que responde hoje quase no momento a todos os autarcas que há, como respondemos a todos os militantes e simpatizantes. Nós hoje comunicamos muito mais, diariamente, eu posso-lhe dizer que eu recebo comunicações de cerca de, nós temos várias formas de comunicar, temos patamares de comunicações, e toda a gente recebe o presidente. Qualquer presidente de câmara recebe a mesma coisa que o presidente do partido recebe. O presidente do grupo parlamentar tem uma acção diária, ali no parlamento, portanto, toda a gente no partido está apta a responder. E quero-lhe dizer que sempre há uns que dizem eu perguntei isto e não respondi. E eu vou ver o que é que se passa. Porque todos os militantes, todas as estruturas, todos os autarcas que nos colocam, nós temos aqui uma estrutura preparada para responder imediatamente e tentar resolver os problemas que nos coloquem. Portanto, tem aí. E vou-lhe dizer que há uma pequena questão que é esta. Eu sou militante de base, vim de uma distrital pequena e de uma concelhia muito pequenina, e eu tinha duas hipóteses: ou ia para a ribalta aqui das televisões e dos jornais, ou fazia aquilo que compete como secretário-geral, estatutariamente, que é ter uma ligação muito forte ao militante base e aos autarcas e aos dirigentes distritais e locais. Eu tenho colmatado. Nada é perfeito, e eu sei que não sou perfeito, nem tenho tudo a 100%, mas temos tido uma ligação muito forte ao militante base, tenho tido, por acaso não tenho aqui um livro, até lhe podia oferecer, que é o livro, mas ofereço-lhe aqui um que é a História do PSD, que é das últimas, da cronologia dos 40 anos, e quero-lhe dizer que poderia ali ver, em dois anos, a quantas secções nós fomos, a quantos eventos estivemos presentes, de convenções autárquicas, de reuniões de militantes, tomadas de posse da JSD, do PSD, de tudo. E fazemos um esforço muito grande, e quero-lhe dizer que a renovação tem sido brutal nos órgãos todos. E a resposta tem sido constante a todos os militantes, que é o que eu quero, que haja uma resposta constante, e não é uma pessoa participar numa lista para as autarquias, para a junta de freguesia lá da terra e depois nunca mais ninguém lhe dizer nada. Não. Quero-lhe dizer que duas três vezes por ano mando nem que seja, faz agora dois anos que houve eleições autárquicas, só às vezes um, um pequeno pormenor, dar-lhe um abraço, fazer circulares para todos, ter uma ligação, mandar uma circular a dizer não se esqueçam, podem pôr as vossas questões para aqui, para ali, para além, e portanto temos estes meios agora, as tecnologias permitem-nos ter uma interacção muito maior, e gastar muito menos dinheiro, com os mails, é mais fácil. Eu gastava milhares de euros, cem mil euros, a mandar uma carta para essa gente toda, e eu já o fiz, porque sei o que era antes destas tecnologias e agora que é mais fácil para nós. E nós hoje com os mails temos de ter cuidado.

E as pessoas aceitam bem?

Vou-lhe dizer: nem toda a gente. Porque é muito fácil as pessoas falarem. E hoje sabe que nós sabemos quem é que abriu, porquê que abriu. E começamos a saber até mais. Nós com as plataformas que temos até conseguimos saber qual é o êxito de abertura dos mails. Nós temos, a abertura é ver o anexo, a consulta, se viu, se não viu, quantos dias depois abriu o mail, quando é que podemos mandar que estão mais, se calhar nós às vezes mandamos ao sábado porque é mais fácil de as pessoas abrirem. Mas não, às vezes não é muito porque há muita gente que abre no emprego os mails, há outros que fazem não-sei-o-quê. Temos uma grande dificuldade porque às vezes diz-se há mails não-sei-o-quê, se eu lhe disser qual é a taxa de abertura dos mails, depois conversamos. Isto é tudo muito fácil. Como temos fóruns nos... Nós temos uma app que já estava e que abrimos agora, que é uma app aqui que foi um êxito no Congresso e que já estava aberta e que agora melhorámos. E que, portanto, funciona de maneira diferente. Portanto, aquilo foi um congresso digital em cima do congresso normal, foi o que nós fizemos. E que temos. Nós somos o partido que tem mais seguidores nas redes sociais, nas várias, não é por acaso. Temos feito um grande trabalho ao longo deste tempo todo.

Sr. Dr., só duas questões finais, que têm também a ver com críticas. Uma é que algumas pessoas com quem eu falei também se queixam de haver um peso excessivo dos dirigentes.

Peso excessivo como?

Relativamente às estruturas locais. Ou seja, as estruturas locais não terem a autonomia que achavam que deviam ter porque depois vêm decisões dos dirigentes nacionais e que cortam um pouco a autonomia...

Não, não, vamos ver. Nós, os dirigentes nacionais, não tomam decisões de forma arbitrária. Não é assim, não dou agora ali um despacho porque não me apetece. Tenho regras, tenho regulamentos, os regulamentos – depois não acabei – estão todos no TC, registados, nós, eu cumpro religiosamente, até porque tenho esse defeito de ser muito burocrata e cumpro tudo a sério. E cumpro também com essa. Há assembleias de concelhias, há assembleias distritais, há representatividade de todos, portanto eu não digo que aqui ou ali não haja uma concelhia que não faça a assembleia de secção ou não cumpra os regulamentos. Na generalidade aqui das estruturas do PSD as coisas funcionam bem e as pessoas podem ir. Vamos lá ver, eles não podem é, há estruturas do partido, a concelhia, decide, o núcleo decide. Há representatividade na concelhia da JSD, dos TSD, como na distrital, as concelhias também estão representadas, primeiro a distrital e a alargada, são todas as concelhias que lá estão. E, portanto, os militantes normais de base tomarão sempre decisão, até porque as decisões das candidaturas à câmara, à junta de freguesia, os projectos, tudo passa pelas assembleias concelhias, mas isso passa pelas concelhias. Ainda hoje de manhã estive a ver aqui, posso lhe dizer, de manhã estive aqui com o Dr. Carlos Carreiras a ver aqui algumas coisas porque ele é o coordenador autárquico. E quero-lhe dizer que nós nos princípios de orientação estratégica temos tudo, e isto tem que ser aprovado conforme os regulamentos, isto no fundo é quase

um regulamento, como é que devem ser processadas as coisas, e tem de ser aprovado. Os estatutos dizem que aquilo tem de ir à assembleia concelhia, tem de ir à assembleia distrital, tem de ir à distrital, até chegar aqui. É que muita vez já passou o crivo todo até chegar aqui. Às vezes nós dizemos que não. (imperceptível)

Eu às vezes recebo aqui cartas, comunicações, mails, agora é fácil os mails, tudo, os mails têm uma coisa [é] que são identificáveis, mas as cartas às vezes manda-se uma sem identificação. Mas eu tento saber o que é que se passa, e tento procurar saber quais são as preocupações dessas pessoas.

A última questão que tenho aqui foi que também houve algumas pessoas que se queixaram de haver um peso excessivo da organização de juventude. Isto tem a ver, falaram-me, de duplicação de votos nos órgãos do partido.

Sim, sim...

Em relação a isto ...

Não há nada a fazer. É uma questão de numa próxima alteração aos Estatutos os próprios militantes aprovarem essa situação. Existe, isso existe, existe porquê? Porque eles podem-se candidatar normalmente. Um exemplo. Há um congresso, o jovem que tem mais de 18 anos e que já milita no PSD e na JSD pode candidatar-se como representante da secção, delegado da secção, como pode ir pela quota dos 30 delegados que a JSD tem. Não existem muitas duplicações, mas existem. E a JSD é uma delas, os TSD também, e os ASD. E como a Madeira e os Açores têm um número fixo, a emigração também, nestas estruturas pode existir duplicação. Portanto, eles podem ser eleitos por duas vias. E podem, em vez de terem trinta delegados ao congresso, que são aqueles das inerências, que eles depois fazem eleições entre eles, podem ter mais quarenta, ou mais cinquenta. Existe, pode aparecer uma duplicação. Como o autarca pode também entrar pelo partido e pela quota dos autarcas, como com o trabalhador também pode acontecer. Nenhum sistema é perfeito, estamos abertos a discutir sempre todas estas situações em todas as revisões estatutárias. Os nossos Estatutos não são perfeitos, têm muitos defeitos, acho que temos de melhorar, eu vou tendo aqui algumas situações. Agora, tem de ser da vontade de todos. Temos corrigido algumas situações, mas pronto, aí é outra coisa. O TC deve fazer uma coisa que é isso. Deve verificar, o TC devia fazer uma verificação da conformidade dos estatutos dos partidos e dos regulamentos. Por isso é que eu mando para registo no TC os estatutos, os regulamentos. Agora vou alterar uma série de regulamentos, já tenho tudo preparado. Para melhorar a eficácia, para a tornar mais transparente, mais participação dos militantes, haver uma maior transparência. Nós temos de x em x tempo, até porque a situação social, política, muda. E nós temos de nos adaptar, de melhorar, para conseguir o quê? Aquilo que o professor está a dizer que é conseguir ganhos maiores, ter maior participação, dos militantes, dos simpatizantes, dos autarcas, dos jovens, de todos esses. E isso é o que nós fazemos. E eu vou fazer e depois mandarei para o TC para registo. Para registo é o quê? Eu chamo registo mas é para o TC ver a conformidade, se fere alguma questão da lei dos partidos, da Lei Fundamental do país que é a Constituição tam-

bém. Há aqui uma questão que é nós estamos sempre abertos a melhorar. Nós queremos é: a Direcção Nacional não é a dona do partido. Os militantes é que fazem o partido, mas todos. Não é só os militantes de Lisboa e do Porto, são os militantes de Bragança, de Cinfães, de Vila Real de Santo António, do Funchal ou de S. Miguel, de Ponta Delgada. E todos aqueles que estão aí pelo mundo inteiro, porque esses todos é que fazem o partido. E é para eles que nós estamos a trabalhar. Mas isto eu não lhe estou a vender por vender. Essa é a minha posição em termos de secretário-geral nas funções que tenho. E as minhas funções dizem que eu tenho de tratar da máquina do partido, trabalhar da eficácia do partido, e eu só consigo essa eficácia se tiver toda a gente a trabalhar em conjunto e tiver as pessoas informadas, todas no mesmo sentido, e que haja muita transparência. Eu condeno completamente. E eu quero dizer-lhe que estou aqui e eu fui secretário-geral adjunto de 2002 até 2011, nós fomos para o Governo em 2011, e quero-lhe dizer que conheço isto por dentro e por fora. E ainda há-de vir a primeira que diga aquele tipo partido por este ou pelo outro. Porque eu tenho a minha função é também de fazer de pêndulo e fazer que as coisas funcionem mas com parcimónia. E não, nem cair para aqui nem para ali, e por isso é que me dá à-vontade às vezes para dizer aquilo que digo com o maior dos à-vontades e chamar a atenção das pessoas. Eu nestas coisas costumo dizer, eu tenho sempre aqui uma agendazinha preta, e costumo dizer que por um lado tenho como perder eleições e o outro como deixar ganhar eleições. E aqui é a mesma coisa. Como se fazem asneiras ou não se fazem asneiras. E como, portanto, aqui é assim. E pronto. É a nossa actividade. Agora quero-lhe dizer que durante, por exemplo estes dois anos, eu fui a mais de 300 ou 400 sítios. Eu acho que já percorri o país todo, mas com as ilhas e tudo, conheço tudo de fio a pavio. Conheço os dirigentes todos e estou à-vontade. Há sítios onde funcionamos muito bem, excepcionalmente bem, com muita participação de todos. Há sítios onde funcionamos ainda mal, é para esses que trabalhamos. E temos algumas, temos objectivos definidos, com apoios definidos, para essas secções também conseguirem. Essa é a pior coisa, é das coisas que mais me chateia é ainda termos alguns concelhos em que historicamente temos poucos militantes, temos grandes dificuldades, temos pouca participação activa. E eu quero que haja mais participação activa, que haja órgãos eleitos em todo o país.

Só um aspecto final que tem a ver com o caso da JSD, dos TSD. O Sr. Dr. ainda considera como importante existirem JSD, TSD, continua a fazer sentido? Eu pergunto isto porque um dos partidos, um partido novo, com assento parlamentar, o PAN não tem organização juvenil.

Vamos ver. Há partidos que não têm organização nenhuma. São os partidos da televisão. É o partido da espuma do dia, há outros, não têm estruturas. Há aí muitos partidos que não têm estrutura nenhuma.

Esse é outro problema...

Por isso também eles são muito voláteis nalgumas situações. Têm bons resultados como têm péssimos resultados. Não são partidos com representatividade nas autarquias, não são partidos com representatividade nos sindicatos, não têm dimensão. E historicamente são

mais novos, mas isso também estamos à-vontade. Eu acho que a democracia faz-se de todo esse conjunto. Nós só existimos porque eles também existem. E a democracia é bonita por causa disto, desta diversidade. Mas nós respeitamo-los. Agora, eu acho que continua a fazer sentido nós termos estas organizações. E eu dá-me graça porque alguns partidos destes estão a criar agora estruturas internacionais, estão a começar a criar estruturas de juventude, disto e daquilo e de outro. Agora, o PAN é um partido novo, é um partido que só agora é que tem representação parlamentar, não tem base de apoio no mundo autárquico, nem no mundo laboral, nem no mundo social, nem tem estruturas a nível nacional. É uma estrutura muito aqui em Lisboa e pouco mais, penso eu. Conheço muito mal o PAN, não conheço. Agora é totalmente diferente de um partido como o PSD ou como o PS, ou como o PC, até o Bloco. Eu acho que por enquanto ainda faz sentido. Ainda faz sentido termos essa representatividade. Até por causa da concertação social, de algumas políticas de nós termos e de termos mais facilidade de chegarmos até às várias áreas da sociedade portuguesa, o mundo laboral as autarquias, os jovens, de conseguirmos ter. Nós só não temos uma estrutura que é de mulheres, mas também nunca tivemos. Mas nós temo-nos renovado e têm aparecido muitas mulheres novas. Nós agora a Comissão Política Permanente é quase só mulheres, ainda hoje reunimos de manhã, está a ver. Espero que tenha sido útil, alguma coisa mande-me um mail que eu respondo.

ENTREVISTA A PEDRO DELGADO ALVES (PS)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, LISBOA, 07/04/2016

Chamo-me Pedro Delgado Alves, sou deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS), do círculo de Lisboa. Também sou vice-presidente do Grupo Parlamentar, integro as Comissões de Assuntos Constitucionais, de Educação e sou suplente na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Cidadania.

Tanto quanto sei também tem tido algum papel dentro do partido relativamente às questões de organização...

Sim, pontualmente. Integrei algumas das comissões que fizeram a revisão dos estatutos, anteriormente também fui secretário-geral da Juventude Socialista (JS) e fiz parte da comissão que redigiu os estatutos novos, também estas questões da participação no plano partidário. Não referi, mas faço parte de órgãos nacionais do PS, mas são mais questões estatutárias, aparecem mais de vez em quando, são mais pontuais, mas regra geral há sempre mais qualquer coisa estatutária a aparecer.

Em relação às questões que aqui tenho, a primeira diz respeito às quotas. Qual é que é a situação dos filiados, como é que ela é tratada? Eu sei o que dizem os estatutos, mas na prática, e relativamente aos filiados que deixam de pagar quotas, quando é que é dada baixa nas listagens, nos cadernos do partido? Só quando há operações de refiliação? E costumam ser contactados no sentido de regularizarem a situação?

Regra geral, a realidade das quotas acaba por costumar ficar muito ligada aos processos eleitorais. Os momentos de verificação e de controlo são aqueles que surgem em momento eleitoral. Portanto, o apelo à regularização é mais nessa fase que se faz. Sistemáticamente, não há um amplo processo de verificação desde a última refiliação que foi no tempo do secretário-geral Ferro Rodrigues. Foi a última vez que o PS fez um processo de refiliação. O que é que sucede normalmente? Enfim, o regime foi mudando pontualmente ao longo da última década mas em traços gerais comuns a todos, o que sucedia é que a partir de um certo tempo, sem o pagamento de um número mínimo de quotas, automaticamente os militantes eram colocados numa base de dados, de simpatizantes, porque essa figura até já existia mesmo antes das primárias. Perdem o estatuto de militante, deixam de poder participar nos actos eleitorais mas mantêm-se de alguma maneira numa bolsa de simpatizantes, que podem ser contactados e que podem receber informação do partido. Um desaparecimento total nunca ocorreu e é para lá que, regra geral, são transferidos automaticamente ao fim de um longo período de tempo sem pagamento de quotas. Podem reingressar, reingressam com a situação que tinham. Recentemente, houve uns processos mais sistemáticos, sistemáticos, isto é, pontuais no sentido de permitirem regularizações adicionais com alguma amortização, digamos, com um haircut, algum perdão de quotas em atraso, e isso aumentou também um bocadinho a possibilidade de reinscrições. No processo das primárias de há dois anos o partido confrontou-se nessa altura com o facto de já ter esta categoria dos simpatizantes, mas que era

uma categoria não dinamizada. O simpatizante apareceu como a pessoa que ia poder participar nas primárias mas que claramente, normalmente, não chegava. E não era o objectivo ser só aquele universo dos antigos militantes. Inscreveram-se largas dezenas de milhares de pessoas que acresceram a estes simpatizantes. Estes simpatizantes foram automaticamente colocados nos cadernos eleitorais das primárias, já eram simpatizantes, aos quais os outros puderam também juntar-se. De resto, é uma espécie de militante em hibernação. Se quiser pode reactivar a militância, mas está fora dos cadernos do dia-a-dia.

Mas costumam ser contactados pelas estruturas do partido no sentido de regularizarem a situação?

Este ficheiro é central, portanto as estruturas locais, que é quem acaba por ter maior contacto, poderia eventualmente ter maior interesse, acaba por perder de vista onde é que eles andam e, portanto, tanto quanto sei, não há assim, houve nas primárias, foi o único momento em que tenho a certeza que isso ocorreu, admito que pontualmente, há o envio de informação. Mas não há esse exercício regular de regresso e de tentativa de regularização. Tanto quanto sei não se tem verificado.

Essa é uma situação em relação a militantes que deixam de pagar quotas, que até podem ser militantes pouco activos, pouco participativos. Agora, em relação aos militantes que deixam de participar, normalmente são militantes que têm as quotas em dia e depois, a partir de determinada altura, deixam de participar, de pagar as quotas e eventualmente acabam por se desfiliar do partido. Alguns até o poderão fazer formalmente, outros não. O que eu pergunto é se em relação aos militantes que saem do partido, ou que abandonam formalmente o partido há algum esforço por parte do partido no sentido de repescá-los para a participação?

Tem havido em anos recentes. Ou seja, às vezes a dinâmica de esvaziamento de uma estrutura local tem muito a ver com a própria actividade. Se o partido está na oposição ou no executivo municipal, se as eleições internas são disputadas ou não. Curiosamente, a disputa interna é normalmente um factor agregador porque impele os candidatos potenciais a irem fazer esse exercício. Acaba por acontecer informalmente, que não tanto por uma vontade central ou uma política integrada. É nos casos das disputas eleitorais que as pessoas se lembram de ir à procura dos militantes menos activos nos últimos anos, de tentarem no fundo envolvê-los nos seus projectos, e isso acaba por fazer informalmente esse papel. Quando isso não acontece, quando se mantêm sem disputa as eleições locais e as eleições internas locais, é muito mais claro que a coisa vai esmorecendo e que os militantes se vão perdendo.

Em anos recentes, normalmente associados a congressos, federativos ou nacionais, ocasionalmente há essa vontade de *recontactar* os militantes e *remotivar* os militantes menos activos, especialmente agora na preparação para o próximo congresso nacional. Uma das coisas que está em cima da mesa é envolver os independentes e haver pessoas de fora a participar, mas também se tem sublinhado a importância de ir recuperar os antigos militantes em momentos de aniversário do partido, também para que as pessoas sintam que fazem par-

te ainda que tenham quebrado ou reduzido os laços, ainda têm apesar de tudo uma ligação significativa e que era bom poderem voltar. Mas, como volto a dizê-lo, são coisas pontuais, em momentos ou momentos de campanha eleitoral. É uma base adicional de pessoas às quais é importante dar elementos, informação, programa. Acabam por ser mais esses momentos do que uma estratégia clara de recuperação ou refiliação de militantes que foram saindo.

Falou aí num aspecto que eu já agora lhe perguntava: o partido nota alterações ou variações nos militantes consoante esteja no poder ou na oposição? Há mais militantes a participar quando está na oposição ou no poder?

Curiosamente, eu diria que por experiência pessoal, e a experiência pessoal pode ser enviesada, mas acho que acabam por ser as disputas eleitorais internas um factor muito mais dinamizador da participação do que, se calhar, estar no poder autarquicamente ou não. Mas acho que nalguns casos também conta. Por vezes, logo a seguir a uma vitória eleitoral, mas depende dos sítios e dos ciclos internos. Depende muito mais disso do que da inversa. Nalguns casos é inegável que uma vitória autárquica num local onde há muito tempo não se ganhava uma câmara ou onde historicamente isso não acontecia, é um factor de motivação. Um factor de aproximação e de agregação, sem dúvida. Depois, com o passar do tempo torna-se menos relevante. Com o passar do tempo pode acontecer o inverso. Pode acontecer um bocadinho esta ideia de nos locais onde se está há muito tempo no exercício de funções, há um bocadinho, não é uma desmotivação, mas há esta ideia de que o partido não é tão relevante, não é tão motivado. E, portanto, o eixo da actividade oscila mais para a colaboração com a autarquia local em causa, mais do que com o partido. Mas, como digo, não é tão evidente como quando há uma disputa eleitoral interna. Aí é que é particularmente claro que isso é que leva as candidaturas concorrentes até a irem angariar apoiantes, pessoas para integrarem as suas listas e pessoas para as apoiar. A última eleição do secretário-geral é a boa demonstração, e essa até fora do partido. Mas mesmo dentro o espírito é um bocadinho o mesmo.

Já me disse que em termos de organização o partido tem um ficheiro centralizado de militantes. Qual o papel das secções e das concelhias no controlo dos militantes? É feito? Há comunicação entre as concelhias e a organização central do partido?

No processo de entrada há vários caminhos para uma pessoa se tornar militante. Seja através de entrega de uma ficha junto da secção, em qualquer nível, que é depois encaminhada centralmente. Portanto, todos os patamares são patamares de entrada. Depois, o controlo e o afinamento desse controlo vai também depender da dinâmica local. Regra geral, mais uma vez, o que acaba por ser o ponto decisivo é o acto eleitoral. É nesse momento que os dirigentes locais confrontam os dados que têm, solicitam as listagens e a identificação de quantos são e de quais são os militantes. Essas é que são a base de recenseamento na iminência de um acto eleitoral, seja para efeitos de quem tem as quotas em dia como de quem não tem; porque isso é condição do exercício do direito de voto – quotas em dia, sem serem atrasadas cronicamente, pequenos atrasos podem inibir a participação –, esse é o momento de alerta em que as estruturas olham para isso com mais atenção.

Depois, obviamente que há várias formas de encarar isto no plano das estruturas locais. Há aquelas bastante dinâmicas que primam pelo aumento da participação e envolvimento da sociedade civil, que fazem iniciativas abertas para fora, também com o intuito, no limite, de atrair novas pessoas para participar. E há outras menos aguerridas nesse ponto e que deixam a coisa andar. Aparecem pontualmente e episodicamente para os actos eleitorais locais, regionais, ou mesmo até nacionais.

Quanto à formação de militantes, para além daquelas que são as iniciativas do tipo Universidade Meridional, ou iniciativas do tipo que outros partidos fazem no Verão, que penso sejam para um universo muito limitado, pergunto se o partido conduz de forma organizada acções de formação e se isso é feito por quem, a nível nacional ou pelas estruturas locais?

Também é pontual e errático. No caso do PS, durante muito tempo, a Universidade de Verão foi uma iniciativa que teve alguma dinâmica há uns dez anos. Depois esmoreceu, houve mais umas iniciativas de umas edições recentemente, mas não é como por exemplo a Universidade de Verão do PS francês em que se sabe que ali, durante o Verão, é um evento incontornável que já faz parte do calendário. Isso não se verifica com estas acções.

A JS também tentou ter eventos similares, o melhor que conseguiu foi de facto enraizar o seu acampamento de Verão que tem essa componente formativa, que acaba por aí, sim, aí já se sabe, é aberto a todos os militantes. Já vai na 5.^a edição e aí parece que já estará eventualmente enraizado.

A formação é mais uma vez dependente da dinâmica local. Começando de cima para baixo, no plano nacional houve um período, há não muito tempo, com a entidade que viria a segurar essa tarefa, a Fundação *Res publica* (FRP). E a FRP de facto tinha – terá adormecido um bocadinho nos últimos dois anos – um programa de formação bastante interessante. Ou seja, no fundo o que é que oferecia? Tinha um menu de formações que colocava à disposição das estruturas e as estruturas que quisessem solicitavam a vinda de um formador que fazia uma dinamização de uma acção local. Para além disso, fazia também acções de formação centrais, centralizadas, em Lisboa ou no Porto, questões do sistema político, de autarquias locais, estas muito frequentes, questões relativas à situação financeira. Organizava em módulos, numa lógica de mini-curso, quase pós-graduação, com várias sessões ao longo de várias semanas.

Isso esmoreceu um bocadinho nos últimos anos mas foi o exemplo mais conseguido, devo dizer de uma forma articulada, através da FRP, que tinha uma bolsa de formadores, conseguia mobilizar alguns espaços académicos, parcerias com universidades que cediam outros espaços, isso foi uma coisa que correu razoavelmente bem. Isto no plano nacional.

Depois, também tem, mais uma vez, muito a ver com as dinâmicas locais, com as federações e concelhias, muitas têm lógicas formativas próprias, muitas vezes quanto mais próximo da estrutura de base mais vocacionadas para a realidade autárquica. Por exemplo, a concelhia de Lisboa faz muitas acções em que procura estimular o debate sobre políticas

autárquicas em curso, sobre instrumentos de trabalho, mandatos autárquicos, acesso aos documentos administrativos, contabilidade pública, planeamento urbanístico, coisas direccionadas ao dia-a-dia dos autarcas. No plano regional federativo há de tudo um pouco. Há umas que não têm, há outras que têm programas mais ou menos ambiciosos de formação, mas é muito assimétrico. Não se pode dizer que seja sempre prioridade a questão da formação, mas se há alguma coisa que acaba por ser quantitativamente mais expressiva, eu diria que é a formação autárquica. Depois, até em conjugação com as estruturas da ANAPS, da estrutura dos autarcas, aí acaba por haver essa componente. Mesmo a JS, ela própria e a Associação dos Autarcas Socialistas apostam bastante na formação dos jovens autarcas. E mesmo as acções formativas que vai fazendo têm um bocadinho essa linha.

Um outro aspecto têm a ver com a comunicação entre o partido e os seus militantes. Qual a forma de comunicação privilegiada?

Neste momento houve aqui uma mudança significativa que foi a passagem do Acção Socialista a diário. Ou seja, por um lado houve uma mudança de plataforma. A comunicação cada vez mais faz-se por email, por newsletter, por *site* e com a Acção Socialista digital diário. Mantém-se a edição em papel com uma regularidade muito menor e aposta-se claramente nesta dimensão. Por várias razões. Por um lado, porque em termos de custos é mais confortável, chega também a um público alvo mais relevante, e as redes sociais estão em franco crescimento nos vários níveis de comunicação. O que desguarnece um bocadinho os militantes mais antigos, aqueles que nalguns locais não têm acesso à Internet, que preferem a solução em papel e que no limite fica um bocadinho mais difícil a comunicação face à intensidade que se verifica para os restantes. Há claramente aí uma mudança na última década, numa evolução de um modelo para o outro, apostando muito através da presença na página da Net e do Acção Socialista diário e através da página no Facebook da sede nacional que dinamiza outro tipo de conteúdos: infografias, vídeos, meios mais rápida, já digerida, e mais fáceis de partilhar, porque a comunicação também tem um efeito formativo interno de dotar as pessoas de argumentário para o debate político, mas tem também, simultaneamente, a função de pôr em cada militante um potencial divulgador. Cada um de nós hoje é uma antena receptora e emissora como não era há uns anos, em que o passar o panfleto era muito mais complicado.

E em relação ao correio postal?

O correio postal está cada vez mais residual. Ou para momentos eleitorais, ou para o envio de convocatórias, ou para o pedido de angariação de verbas, como aconteceu no passado, ou para opções de divulgação que se querem mesmo fazer chegar a toda a gente. Mas é cada vez mais residual até porque é caro. O custo de um mailing para o espaço nacional é pesado e até em termos ambientais é mau.

A JS já há muitos anos, há muitos anos mesmo, em 2005, há mais de onze anos, eliminou as convocatórias por via postal e todas as convocatórias são feitas por email. Também está numa faixa etária diferente. Toda a gente tem email ou arranja facilmente. Formalmente mesmo, em termos estatutários, cada militante é obrigado a ter um email. Se não tiver a organi-

zação fornece-lhe uma caixa de correio. Quase ninguém precisa porque quase toda a gente tem, e as convocatórias são enviadas por um sistema automático de envio das convocatórias e é tudo feito por email. O sms é mais para convocação de eventos ou para mobilização num quadro de campanha eleitoral, ou para mobilizar para conferências, convenções, enfim é mais restrito, não tanto informativo e para convocatória, não tanto com o fim de gestão de um processo eleitoral. E isso faz-se por email na JS, sendo certo que por sms até mesmo no partido acaba por acontecer várias vezes. Também é uma forma de envio da mensagem política aos militantes, de passar mensagens quando necessário, às vezes até mensagens do secretário-geral, que ele quer enviar a todos os militantes, envia por sms, isso é usado nesse contexto.

E quanto à comunicação que é enviada electronicamente, seja a que é enviada electronicamente por email ou aquela a que os militantes acedem directamente através dos portais, sites oficiais do partido, o partido tem algum controlo dos acessos, tem algum feedback sobre a comunicação que envia, se o correio é aberto, se não é aberto?

Isso não lhe sei responder. Eventualmente numa reunião com o responsável pela comunicação que faz a gestão disso. Não faço a menor ideia. Admito que no fundo haja o retorno do recibo de leitura mas não faço ideia. Tenderia a dizer que provavelmente não. Provavelmente não há meios para fazer essa triagem, mas o melhor é perguntar a quem gere isso, directamente.

Um outro aspecto com o qual me deparei é que nalguns concelhos mais pequenos há dificuldade de formação de listas. Depois acabam por funcionar comissões administrativas que fazem a gestão. Foram tomadas ou estão previstas medidas para obviar a este tipo de situações? Nalguns casos fiquei com a percepção, não sei se errada se não, que a formação de listas para os órgãos locais, concelhias do partido, envolvem muita gente, e hoje em dia a militância activa está significativamente reduzida. O PS pensou em arranjar outras formas para obviar a esta situação das comissões administrativas ou eventualmente redução do número de membros nos órgãos?

O último processo de revisão estatutária começou a pincelar um bocadinho essas questões porque também tinha a ver com o processo de junção das freguesias, até que ponto é que modificaria a organização do partido. Há um bocadinho a sensação de que nalguns sítios estão a acabar as secções e estão a tornar-se em secções-concelhias. Portanto, a transferir-se para a sede da organização concelhia. A única estrutura, essa já consegue ter escala suficiente para funcionar e até dar respostas às solicitações autárquicas e tudo mais, mas há problemas de envelhecimento do partido nalguns sítios que têm gerado essa dificuldade. É natural que agora no próximo congresso voltem a ser repescadas algumas dessas propostas. No fundo tem a ver com a agregação de estruturas e nalguns casos tinha mesmo a ver com a possibilidade delas serem de menor dimensão. Tem mesmo a ver com o que diz, enfim, de não se justificarem em todos os sítios um número tão vasto de membros. E nalguns sítios permite-se o funcionamento dos órgãos directamente em plenário, em assembleia, e dali emana directamente o secretariado.

Tenho agora aqui algumas queixas/críticas que foram referidas ao longo da investigação. Vou dizer-lhe quais foram e depois, se quiser, se fizer favor, dirá o que entender. Por um lado, foram feitas queixas relativamente ao peso excessivo dos dirigentes e da direcção nacional, secretário-geral e secretariado junto das estruturas locais...

Quanto a isso não existe um regime de incompatibilidades que evite a acumulação. De facto isso acaba por sobrecarregar as estruturas locais nalgumas situações. A JS resolveu esse problema e impede a acumulação de cargos executivos de graus diferentes. Acaba por fomentar mais a participação e integração de estruturas de menor dimensão.

Essa é uma crítica. Outra foi quanto à formação das listas, em que se fala de uma desvalorização das iniciativas locais, que se espera que tenham alguma receptividade e acompanhamento por parte das estruturas centrais do partido. Há também um aspecto que tem a ver com a falta de resposta. O terceiro aspecto tem a ver, e isso não apenas com o PS, com um peso excessivo das organizações juvenis. No caso do PSD até se fala em duplicação de mandatos.

No caso do PS os estatutos determinam que não pode haver presença, titularidade simultânea nos órgãos. Nas duas organizações. E também há uma diferença de fundo que é relevante em que, ao contrário da JSD, em que há militância automática no partido, aqui não é o caso. A pessoa pode ser apenas militante da JS, e não ter esse peso. Mas quanto a um peso excessivo das estruturas juvenis, a realidade e os próprios estatutos desmentem a eventual tese. Normalmente o papel dos queixosos até se inverte. É até o inverso.

O que existe é nalguns órgãos concelhios, distritais e nacionais há representação em 10 % do número dos eleitos, para além dos 65 eleitos há mais 7 que representam a estrutura autónoma neste caso, a estrutura de juventude. Pelo que, sem prejuízo de haver outros membros eleitos que sejam também militantes em simultâneo, a regra geral é normalmente a inversa. Ou seja, essas formas de representação existem para quebrar a dificuldade de acesso e de renovação que normalmente não ocorreria por essa via. Isto, portanto, em todos os patamares, normalmente nalguns planos é através da representação de um membro nos órgãos executivos, e de resto, nos casos em que há uma assembleia representativa, uma assembleia concelhia ou distrital, através de uma indicação de um número. No caso do PS é 10% do órgão. A Comissão Nacional tem 250 membros e há 25 que são identificados, ou, melhor dito, eleitos pela estrutura partidária de juventude.

Há agora aqui um terceiro aspecto que tem a ver com uma situação que acontece noutros países, em Portugal não acontece, que é relativamente ao controlo do número de militantes. Neste momento, o Tribunal Constitucional limita-se a fazer um controlo quanto à constituição dos partidos, regularidade dos símbolos, etc., estatutos, regulamentos, mas não faz nenhum controlo quanto aos militantes. Há países onde são enviadas listagens, ao nível do número. O que pergunto é se o PS pensou nisso ou se estaria receptivo a que isso fosse feito, com alguma regularidade, de todos os partidos passarem a enviar para o TC a relação dos seus militantes, incluindo a indicação dos

que têm quotas em atraso, as entradas, as saídas, etc..

As quotas não são um elemento obrigatório. Agora quanto ao número esse é um critério de manutenção e subsistência dos partidos. Regra geral, os partidos que têm representação parlamentar, *grosso modo* cumprem e procuram manter uma base de actividade e de militância em que substancialmente não há qualquer problema.

Onde a questão se coloca é nos pequenos partidos. Os epifenómenos que vão aparecendo e desaparecendo. Mas mesmo em relação a esses o controlo vai-se fazendo pela própria natureza da coisa, que tem levado a que os que apareçam episodicamente também desapareçam. Há muitos partidos que foram criados há uns dez/quinze anos e que depois se foram eles próprios extinguindo. O Partido da Gente, o Partido Humanista, o Partido da Nova Democracia, o Movimento Esperança Portugal, portanto, a maior parte deles, eles próprios, até acaba por fazer processos formais de extinção e acabam por terminar com a actividade. Mas é um mecanismo de garantia de que aquele substrato de recolha de assinaturas inicial tem tradução na manutenção numa base activa. Às vezes, as pessoas até por carolice assinam e permitem a constituição, o que também é positivo porque também aumenta a diversidade do debate. Mas, agora, se só aumenta a diversidade do debate e não se traduz nem se enraíza, e de facto não tem militantes, será uma questão a ter em conta nessa obrigação de reporte até para efeitos de se ter uma noção da ordem de grandeza da militância. Mas a ordem de grandeza da militância também não é tão relevante quanto a isso, ou melhor, pouco releva para toda a legislação sobre os partidos porque os factores, por exemplo sobre o acesso ao financiamento e outras coisas, dependem do sucesso eleitoral. Porque até pode haver que um partido com uma baixa militância que tenha um enorme sucesso eleitoral. E a inversa também. Um partido com uma extensa base de militância, caso do PCP, depois tem um resultado desproporcionado. Isto é, muito mais desproporcionado face àquilo que é a sua base de militância do que outros partidos que têm menos militantes e obtêm um score eleitoral maior. Se são partidos de massas ou não, se são partidos de quadros, também tem a ver com a sua natureza. Não me chocaria um modelo desses, mas não me parece que exista uma pressão ou uma necessidade nesse sentido porque aqueles partidos que tendem naturalmente a acabar, acabam naturalmente sem subsistirem de uma forma artificial.

Há aqui um outro aspecto que também tem a ver com isto e que é o número de assinaturas que neste momento é exigido para a formação de um partido. Continuamos a ter um número relativamente elevado por comparação com alguns países da Europa. Faz sentido continuar a ter os actuais patamares para a constituição de partidos se depois não é feito um controlo ao longo do tempo?

Penso que o número que temos é razoável. 7500 é um ponto de partida até equiparável ao número de assinaturas mínimo para uma candidatura à Presidência da República. Está dentro de um universo que já demonstra um universo dentro de uma escala cívica que o justifica. Ter muito menos poderia precisamente levar à criação de estruturas sem capacidade para realizar trabalho político. Paralelamente a esta há até uma questão mais interessante, que é saber

até que ponto a admissibilidade da apresentação de candidaturas por grupos de cidadãos não tem gerado o aparecimento no plano local de micropartidos informais, ao nível local, que no fundo acabam por ter essa escala de grandeza. Duzentas ou trezentas pessoas mobilizam-se localmente, criam às vezes associações cívicas, ou movimentos, como aqui em Lisboa ou no Porto. Aqui em Lisboa, curiosamente, até em coligação informal com o PS, dois movimentos, ou até em Oeiras, que tem um movimento com o nome do Isaltino, ou noutros sítios em que se formalizam mesmo e que no fundo são uma espécie de micropartidos locais e em que, de facto, a distinção a partir de certa altura torna-se mais ténue. E até que ponto poderia ser interessante ter uma categoria com um grau de exigência maior para partidos políticos que quisessem ter uma intervenção local. Em que a escala a exigir talvez já não fosse essa. Os grupos de cidadãos têm um caderno reivindicativo que até me parece razoavelmente sério e que têm alguma razão quanto a acederem a algumas condições do exercício da actividade dos partidos. Como em matéria de terem um símbolo próprio, que neste momento não podem; são identificados no boletim por um numeral romano, a possibilidade de terem acesso a alguns benefícios em sede fiscal que os partidos dispõem, nomeadamente para efeitos de IVA. O IMI já não é tanto porque não terão à partida sede própria. Portanto, um conjunto de prerrogativas que parece fazer sentido estender a estas estruturas locais. Se calhar a lei dos partidos ter de ser tornada adaptada e flexível e, nesse caso, respondendo à pergunta, uma menor exigência poderia fazer sentido nesse quadro de ligação a uma esfera local. A Constituição tem aquela proibição da existência de partidos regionais que às vezes é interpretada como sendo um inibidor dessas opções.

Só uma última questão: se estão pensadas iniciativas pelo PS para um aumento do número de filiados ou se o número de filiados perdeu sentido ou significado designadamente através de outras formas de participação como os simpatizantes?

Acho que todas elas são relevantes. Acho que os simpatizantes devem ser vistos como militantes com características diferentes. Ter um número muito grande de militantes, de bandeira em punho, que vai a todos os comícios, se calhar tem de haver aqui uma adaptabilidade e uma flexibilidade maior.

Agora, há uma característica que não é também despicienda. O militante enquanto pessoa que participa também na vida activa, permanentemente, que contribui financeiramente, também dá o seu contributo com regularidade. Penso que ainda assim é uma necessidade. E ter campanhas e iniciativas de aumento de filiação é algo que deve continuar a ser prosseguido pelos partidos. E no caso do PS deve ser prosseguido. Os partidos também enfrentam todos eles maiores ou menores dificuldades financeiras e ter essa garantia de que há uma base sólida, que serve não só para o debate interno mas para promover no fundo o partido e a militância, é uma forma de capacitação para o exercício de funções públicas. E também deve ser um veículo de transmissão de responsabilidade para a sociedade civil. Um partido com mais militantes está mais bem enraizado na sociedade, está mais próximo das pessoas, tenderá a conseguir comunicar melhor e a passar melhor a sua mensagem se tiver esse alcance. Não é

um fenómeno de elites ou de puxar sobre si mesmo. Tem um lastro maior.

ANEXO D

CARTA DE DESFILIAÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA DE DANIEL OLIVEIRA

(disponível em <http://www.dn.pt/DNMultimedia/DOCS+PDFS/CartaBloco.pdf>)

“À Comissão Política

À Comissão de Direitos

Caros camaradas,

Como é por vós sabido, não apoiei a atual liderança do Bloco de Esquerda. Opus-me ao modelo de direção, que considereei e continuo a considerar que fragiliza o partido, e não aprovei a sua moção política. Tal não me impediu de defender, e de o ter feito publicamente, que via nos seus protagonistas, e particularmente em João Semedo, motivos de esperança no futuro do partido. Esperava que fossem dados alguns sinais no combate ao sectarismo que, nos últimos anos, foi tomando o Bloco de Esquerda. O sectarismo interno, que enfraqueceu o partido e o seu debate democrático, e o sectarismo externo, que tem impedido o Bloco de ser, como sempre quis ser, um factor de convergência e reconfiguração da esquerda portuguesa.

Infelizmente, em poucos meses, os sinais dados foram exatamente os opostos. E vão muito para lá do que já estava expresso na moção política aprovada em convenção.

Internamente, avançou-se com a criação de uma corrente maioritária ligada à moção que venceu a última convenção. A criação desta corrente – que já esteve em cima da mesa no passado e que em boa hora tinha sido esquecida – é apresentada como uma forma de garantir a “descorrentização” do Bloco que eu, como muitos camaradas, tenho defendido. Ela faz, no entanto, exatamente o oposto.

Além de representar uma incompreensível dispersão de esforços, num momento fundamental para o País e para o partido, ela assume uma tal forma hegemónica que agrava todos os problemas que a existência de correntes trazia consigo. Teremos um partido dentro do partido, que terá a capacidade de definir, sozinho, as principais opções políticas e a “distribuição de cargos” no Bloco (aquilo a que realmente as correntes se dedicam). A criação desta corrente matará, de uma vez por todas, a possibilidade de democratização da vida interna do Bloco, que só pode passar pela participação de todos os seus militantes, em igualdade de circunstâncias, na vida do partido. Ela cristaliza as divergências da última Convenção, exclui dos principais debates e decisões pelo menos um quarto dos militantes e cria um cordão sanitário entre “poder” e “oposição”, afirmando uma lógica de fidelidades que só pode ser prejudicial ao Bloco. O que mais me deixa perplexo é o completo autismo da direção do Bloco que, enquanto o País se desmorona, se entretém com estes pequenos golpes palacianos num partido com uma militância tão reduzida. Esta é a exibição que se dispensava de um Bloco imaturo e desconcentrado.

Tendo esta nova corrente como um dos principais promotores e mentores o anterior coor-

denador, fica também evidente que a indicação do atual modelo de liderança e a inusitada nomeação dos dois coordenadores não foi um acidente. O coordenador anterior não desistiu de continuar a coordenar, sem ocupar o cargo, o Bloco de Esquerda. Tal possibilidade resulta, mais do que de características do próprio, da promoção de um certo culto da personalidade que deveria estar arredada da cultura política deste partido.

O Bloco foi dando sinais externos contraditórios, não permitindo perceber se, neste momento, o seu principal adversário é o mais selvagem de todos os governos que a democracia portuguesa já conheceu ou os restantes partidos da oposição. Tenho defendido que as eleições autárquicas, apesar do desprezo que a direção do partido sempre lhes dedicou, são fundamentais para o Bloco. Por duas razões: são o que pode garantir uma implantação nacional e o que lhe pode dar alguma experiência de trabalho com outras forças políticas e capacidade executiva aos seus militantes. Ao fim de 14 anos, o Bloco precisava de mostrar às populações a sua capacidade de “fazer melhor” e de provar, na prática, que as suas propostas políticas são exequíveis. Mais importante nas atuais circunstâncias: as autarquias seriam o espaço privilegiado para o Bloco experimentar e incentivar uma cultura unitária continuada.

Para tal, deveria estar aberto a várias formas de participação executiva autárquica, incluindo a que todos os partidos com assento parlamentar conhecem: a da participação em executivos que podem ou não ser liderados por outros partidos.

É conhecida a verdadeira estratégia do Bloco: concorrer em todo o lado em que o consiga fazer, tendo ou não equipas preparadas e trabalho programático para cada concelho. Mas o mais perturbante é perceber que, mesmo com esta estratégia suicida, a escolha de alguns candidatos obedeceu a lógicas de mera luta interna entre correntes (as que estão na dita grande corrente); e que houve pessoas que, apesar de serem indiscutivelmente uma mais-valia para o partido e de se terem disponibilizado para uma luta tão difícil, contando com o apoio empenhado dos principais protagonistas dessas candidaturas, foram vetadas por sectores da direção ultra-sectários para serem substituídas por militantes que têm como único currículo político a participação no aparelho do partido; e que, mais uma vez, o antigo coordenador teve um papel central nestas opções, mostrando que o seu abandono da direção foi meramente simbólico e que não tem a intenção de permitir que outros ocupem um lugar que julga ser seu de forma vitalícia.

Estas três opções – a correntização do Bloco, de forma definitiva, a uma “linha justa”, o boicote premeditado a qualquer entendimento à esquerda e a continuação de uma lógica sectária na vida interna do partido – não seriam, por si só, determinantes para pôr fim à minha militância no partido. Acontece que essas opções, em vez de darem sinais de que a direção do Bloco aprendeu com as últimas derrotas eleitorais e compreendeu porque é que a organização está no “osso” – votaram, para eleição dos delegados à última convenção (mais disputada do que qualquer outra), 1.600 militantes – mantêm e reforçam os principais erros dos últimos anos. Sendo certo que um partido incapaz da tolerância interna, nunca será um factor de criação de um espírito unitário que dê tradução política à luta popular. No seu, cada vez

mais evidente, mimetismo do pior da cultura do PCP (sem o melhor, como a sua capacidade de mobilização), o Bloco acredita que, sozinho, poderá dar resposta à angústia e desespero das pessoas. E que outros estarão disponíveis para fazer o papel de “amigos” e compagnons de route.

Portugal vive um momento histórico que interpela todos os que querem ser mais do que espetadores de um desastre nacional que deixará um legado de décadas. Os partidos são, para os que nele militam, instrumentos de ação política e espaços de filiação afectiva. Sou dos que consideram que, nos tempos que vivemos, a construção de maiorias sociais capazes de vencer esta ofensiva sem precedentes da selvajaria neoliberal se faz com um espírito de tolerância, diálogo e abertura. Que a convergência, circunstancial como todas as convergências, depende de uma razoável capacidade de negociação – que exige, em simultâneo, firmeza e humildade – e do abandono da mera lógica de sobrevivência aparelhística. Sozinho, o Bloco não chega para. Se, além disso, se dedica à exclusão de militantes, o Bloco será inútil nos combates que temos pela frente.

Este é um adquirido para mim: o Bloco só será útil, como instrumento político, se quiser participar em algo maior e se, no seu interior, aproveitar todos os seus melhores quadros. Os últimos três anos e as decisões agora tomadas evidenciam que não é esse o caminho que se quer trilhar. A transposição automática da realidade grega e do Síriza para Portugal, tão presente na moção mais votada na última convenção, está a deixar o Bloco cego às particularidades da realidade portuguesa e ao que elas exigem de si.

A cultura sectária para o exterior e para o interior não tem apenas efeitos na prática do partido. Mesmo do ponto de vista programático, o Bloco optou por se deixar enredar nas suas contradições, porque inverteu demasiadas vezes as suas prioridades. Em vez de definir as linhas de demarcação com base nas suas posições programáticas, determinou as suas posições programáticas em função das linhas de demarcação que queria definir. O que o leva, e este é apenas um exemplo, a continuar a definir-se como “europeísta de esquerda” enquanto se opõe a qualquer avanço num federalismo democrático. Isto enquanto critica o PCP por, de forma errada mas coerente, se bater por posições soberanistas. E trata a questão da saída do euro como um tabu indiscutível ao mesmo tempo que não apresenta propostas sólidas para uma reforma da União Europeia, do euro e dos tratados e uma visão credível para o desenvolvimento do País no quadro desta moeda única. Quer renegociar a dívida mas recusa a ideia de negociar com os credores e, entre eles, o mais relevante: a troika. Mais interessado em encontrar o seu espaço, fica muitas vezes no espaço de ninguém. Na realidade, o Bloco não tem, neste momento, um discurso muito mais claro do que o PS sobre a forma de sair desta crise. As suas indecisões são seguramente diferentes, e talvez menos gritantes, mas não são menos profundas. Esta indecisão é natural, nos tempos estranhos que vivemos. Mas não parece haver nenhuma vontade de as resolver. Porque tudo o que parece interessar é encontrar forma de, numa lógica de mera auto-preservação, delimitar espaços internos e externos, seguindo a velha mas não ultrapassada cultura de derrota crónica da extrema-esquerda.

Na tática política, acontece o mesmo. Sem a capacidade de mobilização do PCP, o Bloco imita-lhe o estilo. Substitui o programa pelo protesto. Mas sem ter a força organizativa dos comunistas, apesar de também tentar criar organizações “unitárias” que lhe obedecem, fica apenas com a função de ser um megafone. Como já não tem a capacidade de atração de vontades que teve noutros tempos, falta-lhe massa crítica para se distinguir do PCP na capacidade de construção programática. Como teve uma política de quadros mais baseada em lealdades a dirigentes políticos (nem sequer é a linhas políticas) do que na qualidade, tem hoje um grupo parlamentar mais fraco, menos mobilizador e com muito menos capacidade propositiva do que no passado. No Parlamento, o Bloco é hoje, com algumas exceções, tão ou mais cinzento do que o PCP. Sem poder compensar essa fragilidade com a capacidade de mobilização popular.

Dito tudo isto, não tenciono, como ativista e como cidadão, gastar energias seguindo caminhos que considero inúteis e errados. Vivo, vivem todas as gerações que não experimentaram o ativismo político revolucionário de 75/76 (que deixou marcas tão fortes e ressentimentos tão duradouros na esquerda portuguesa), o momento mais importante da minha vida como português. Não quero passar esse tempo em lutas internas sem qualquer utilidade política prática.

O que me mantinha no Bloco de Esquerda, apesar da sua deriva sectária e da sua crescente burocratização, eram a esperança e os afectos. A esperança que, perante a hecatombe nacional, o Bloco conseguisse sair de uma concha demasiado pequena e recente para que possa sequer justificar um sentimento absurdo de auto-suficiência. E afectos para com camaradas e amigos com quem, nos últimos 14 anos, trabalhei e com quem, com o meu pequeno contributo, ajudei a fundar, construir e fazer crescer este projeto que prometia desbloquear a esquerda e a mudar hábitos enraizados na militância partidária.

Seria o último a negar o enorme contributo que o Bloco de Esquerda deu para a política e para a esquerda portuguesa. Mas, chegado à fase da sua maturidade política, o Bloco está num impasse. Mais apostado em garantir a sua sobrevivência (como se o partido fosse um objectivo e não um instrumento), e mesmo assim pondo o poder de meia dúzia de dirigentes à frente do próprio partido, a direção parece não ver grande necessidade em sair deste impasse.

Na realidade, em vez desbloquear a esquerda, o Bloco é hoje um factor de bloqueio, alimentando-se e alimentando o sectarismo, competindo com o PCP nesse sectarismo, e querendo-se afirmar através do sectarismo. Do ponto de vista interno, as suas práticas desprezam o debate livre e sem preconceitos, criam anátemas para quem tenha posições divergentes e não promovem a autonomia de pensamento e o sentido crítico dos militantes. Optam quase sempre pelo dirigismo e o tarefismo, punindo o pensamento próprio e a vontade de fazer um debate descomplexado. Desprezam, como se viu na escolha da liderança parlamentar, na distribuição de funções no grupo parlamentar e em algumas escolhas para as autárquicas, a qualidade e a eficácia. A funcionalização do Bloco de Esquerda, com um mini-aparelho a replicar o pior da cultura burocrática dos partidos, domina as lógicas internas e dá pouco espaço

ao debate franco e sereno das divergências. Ao estreitamento ideológico, a que temos assistido, e que deixou para trás a promessa do Bloco representar “o arco-íris da esquerda” (onde social-democratas, comunistas, ecologistas e libertários cabiam), corresponde a criação de tabus que limitam a eficácia dos nossos combates políticos.

Sobram-me os afectos. Mas eles não chegam para ficar num partido político. A pergunta que um militante de qualquer partido se deve fazer quotidianamente não é porque deve sair de um partido, mas porque deve lá ficar. Perante este cenário, perante a falta de esperança de que o Bloco de Esquerda consiga fazer o “aggiornamento” indispensável para a criação de uma frente popular contra a austeridade e o neoliberalismo ou sequer ser uma força relevante na resistência à troika e ao governo de Passos Coelho, perante o gasto de energias em lutas internas de relevância duvidosa para a vida política nacional e europeia, perante a estigmatização, cada vez mais abrangente, de militantes, venho através desta longa carta apresentar a minha demissão de aderente do Bloco de Esquerda. Não o faço sem um razoável sofrimento. Este partido representou uma parte importantíssima da minha vida nos últimos 14 anos. À sua fundação e à sua construção, assim como ao seu crescimento, dediquei, com muitos outros, muito do meu esforço, das minhas parcas qualidades e da minha esperança. Mas não seria sério, nem para mim nem para os militantes, manter-me num projeto político onde já não me sinto bem e no qual não tenho esperanças de me vir a sentir melhor.

Para as acusações que em todos os partidos surgem nestes momentos, informo que não estou no “mercado partidário”. Apenas quero dedicar todas as minhas energias aos espaços de cidadania fundamentais para a enorme luta que nos espera. Desejo, e este desejo não podia ser mais sincero, o melhor para o partido de que fui, na última década e meia, militante. Sabendo que nos vamos reencontrar muitas vezes. Algumas pessoas me terão desiludido. Outras nem tanto. Mas, no geral, fiz amigos aqui. E fiz camaradas. Uns e outros continuarão a ser isso mesmo: amigos e camaradas.

Daniel Oliveira”

[Documento Consultado em 19/08/2016]

ANEXO E

CARTA DE DESFILIAÇÃO DE LUÍS RUSSO PISTOLA (CDS-PP)

(disponível em <https://www.facebook.com/notes/lu%C3%ADs-russo-pistola/a-minha-desfiliação-do-cds-pp/856009101094498/>)

“ A minha desfiliação do CDS-PP

16 de Junho de 2014, 16:57

Quase tudo na vida tem um princípio. E um fim. Até a própria vida. Até às vezes o amor. Até às vezes as promessas que julgamos eternas. E a política não pode, nem deve, ficar de fora da mais simples lei da natureza.

Acabo aqui o período de militância política no Centro Democrático Social – Partido Popular. Desfilio-me do CDS-PP. Corto o cordão, acabo com o que restava de ligação ao partido onde militei desde 2002 e cujas campanhas, movimentos e atribuições acompanhei desde 1993.

Tinha 6 anos quando participei numa primeira campanha ligada ao CDS, as Presidenciais nas quais Freitas do Amaral perdeu à tangente para Mário Soares. Algures terei ainda os autocolantes do “P’rá Frente Portugal” e recordo com saudade o entusiasmo que, pequenos e graúdos, sentíamos pela política, acreditando nela e nos seus agentes. Acreditando nas suas promessas e nas suas juras. Talvez fôssemos demasiadamente ingénuos – eu era-o forçosamente pela idade, é certo –, talvez fôssemos ainda muito verdes num sistema que tinha na altura pouco mais de uma dezena de anos. Não sei. O que é certo é que acreditávamos.

Cresci numa casa e numa família que sempre viveu a política e o político como coisa do dia-a-dia. Como coisa tão natural e tão necessária quanto os dias e quanto a honra. Ter opinião, tomar posição, defendê-la mesmo quando solitário, foi coisa sempre cultivada, e neste momento relembro as tardes a redigir redacções onde a história tinha de ter princípio, meio e fim. O começo de uma estratégia de argumentação: sabermos de onde vimos, onde nos posicionamos e para onde vamos. Saber sempre entrar, estar e sair.

Em casa aprendi o que era ser de direita, e os custos que isso tinha num regime genésicamente canhoto. Em casa aprendi que não bastava ter uma posição: era preciso defendê-la, vivê-la, habitá-la. Em casa aprendi a ser cidadão, que o voto é um direito obrigatório, que somos responsáveis por nós e pelos outros. Em casa aprendi que a política começa na porta da rua, no vizinho, no amor à terra onde nos enraizamos. E que daí à nação há apenas a diferença da dimensão.

Assim cresci a ir a comícios, a colar cartazes, a pendurar pendões, a envergar uma camisola aprendendo a não ter vergonha nem medo de o fazer. E a continuar a lutar pelos valores partilhados, pelos valores acreditados, mesmo quando não ganhávamos. Mesmo e sobretudo quando nunca ganhávamos. Porque a ideologia tem de valer mais do que os interesses, do que os egos, do que a pequenez do paroquialismo e dos acidentes do voto. E também porque quando acreditamos num caminho devemos segui-lo sem vacilar. Sem temer as pedras e os

obstáculos, custe o que custar.

Lembro-me da alegria e da esperança que vivemos com o CDS mais PP do Manuel Monteiro, com um partido a querer ser assumidamente de direita, sem complexos, sem teias de aranha, a ocupar o espaço natural e com o objectivo de ser a grande casa das direitas, acabando de vez com o logro social-democrata de que a nossa direita ainda hoje vive refém. Lembro-me da reconquista do deputado ribatejano pela campanha corajosa da Helena Santo, e do congresso onde Maria José Nogueira Pinto defrontou Paulo Portas e eu, em casa, vibrava pela Zézinha como se lá estivesse. Vivendo com uma “paulista” convicta, já se vê o que foram os tempos seguintes, as discussões infinitas sobre os caminhos que o partido seguia.

Recusei filiar-me ao fazer 18 anos precisamente por isso, porque Portas dirigia o partido e eu não concordava com o caminho que me parecia populista, pouco estruturado, avulso. Foram precisos 4 anos para que me convencesse. Acima de tudo para que percebesse que, não me identificando com nenhum outro partido, e acompanhando da vida do partido há anos, era uma decisão natural aceitar o repto que me foi feito de me filiar. Para isso ajudava o sinal diferente que era dado na altura pela actuação dos membros CDS do governo de Durão Barroso. Para isso contribuiu a admiração pelo faro, pela inteligência política de Portas, que me convencia aos poucos. É ainda hoje, com todos os defeitos que lhe encontro, com todas as falhas crescentes que lhe aponto, o único político activo da nossa praça a poder ostentar o título honorífico de maquiavélico – isto é, o título de político a sério, de alguém que consegue compreender quase naturalmente do que a política é feita. Não de como gostaríamos que fosse. Mas do que ela é na realidade, sem ilusões, sem utopias nem fantasias. Pena que se tenha acomodado.

Aquando do golpe de Estado de Sampaio já a minha admiração era crescente, Monteiro e a sua Nova Democracia já eram um tiro muito ao lado do alvo, e o consulado de Ribeiro e Castro só veio reforçar o meu alinhamento com Portas e com o que representava. Achei sempre que, havendo alguém que poderia chegar à Governação e obrigar às reformas que o país precisava, esse alguém era ele e foi nesse espírito que participei activamente e diariamente na campanha das Legislativas de 2005, na altura ainda em Coimbra. Guardo belas recordações desses tempos e – posso dizer – um punhado cheio de amigos feitos nesses dias de combate onde nem faltou passar o meu dia de anos em plena campanha.

Fui-me aproximando do funcionamento interno do partido, e aceitei que aumentassem as minhas responsabilidades partidárias. Naturalmente aceitei liderar a Comissão Política Concelhia de Ferreira do Zêzere e a pouco e pouco fui participando na organização distrital, primeiro, e nacional, depois (como Conselheiro Nacional eleito pelo distrito de Santarém). Em 2009 voltei à campanha, já em terras ribatejanas, e trabalhei para recuperar o deputado que se havia perdido nas eleições anteriores. Foi uma grande e grata campanha, contra os apostadores de serviço que não acreditavam ser possível, mas foi conseguido. Sobre o mote “Dar tudo pelo Ribatejo” mostrámos que havia cada vez mais pessoas a pensar como nós, e com muitos quilómetros percorridos, outros tantos andarilhados, conseguimos a eleição do Filipe

Lobo d'Ávila.

Meses depois, a Margarida Netto desafiou-me a acompanhá-la na sua candidatura à Comissão Política Distrital (CPD) do partido, e aceitando, fui eleito Secretário da mesma. Partilhávamos uma visão comum: havia que reimplantar o partido no distrito, pôr para trás das costas as velhas guerras que nos dividiam internamente, renovar a estrutura e conseguir trazer “sangue novo” para dar a cara pelos ideais do partido. Um programa reformista, portanto, de alto a baixo, partindo de uma CPD propositadamente concentrada e cheia de gente nova.

Trabalhámos muito por isso. Nos dois anos seguintes aqueles que não acreditavam que fosse possível a eleição de um deputado começaram a falar na hipótese do segundo. Nos dois anos seguintes renovámos a estrutura distrital, levámos o partido a quase todos os concelhos, participámos activamente na vida comunitária, debatemos, visitámos, conhecemos, demo-nos a conhecer, pusemo-nos ao serviço, criámos laços e hábitos – assumimos a marca “Ribatejo” como uma segunda pele e poucos foram os sítios onde não estivemos presentes. Internamente, na vida do partido, fizemos o mesmo: “Santarém” dava que falar, fazia-se notar, mostrava uma unidade e uma força que eu já não recordava desde os tempos da Helena Santo. Dava orgulho participar numa organização dessas, o socratismo esboroava-se em dívidas, o país olhava para o partido com outros olhos, Portas brilhava na Assembleia da República – os ventos eram favoráveis.

Com a antecipação de legislativas para 2011 assumimos como objectivo manter o deputado reconquistado e reforçar o resultado. Lançámos mãos à obra com a experiência adquirida, com o conhecimento reforçado que agora podíamos usar. Foram três semanas a percorrer o distrito de lés-a-lés, de Ourém a Benavente, de Mação a Rio Maior: o terceiro maior distrito de Portugal corrido, palmilhado, conhecido, sentido. “Este é o momento do Ribatejo”, dizíamos e ostentávamos orgulhosamente como mote, e em prova disso o barrete de campino tornou-se a nossa divisa.

O partido vivia-se forte, dizia saber o que queria para Portugal, ganhava músculo intelectual estudando os temas, propondo soluções, e o país estava disposto a deixá-lo provar o que valia. Os resultados foram os esperados e não fosse o efeito “voto útil” nos concelhos mais tradicionalmente ligados ao PSD e poderíamos ter disputado o segundo eleito. O CDS apresentava-se como um partido meritocrático, internamente também, com muita gente jovem a juntar-se, com muita gente qualificada a aceitar dar a cara e defender as cores e as políticas que defendíamos, sabendo todos de antemão que os tempos que viriam seriam difíceis em virtude do Programa de Financiamento negociado e acordado com a Troika pelo governo da falência de José Sócrates. Estava em causa a própria existência de Portugal como nação soberana e isso tinha de ser salvo a todo o custo.

O que se passou depois é conhecido. Uma coligação óbvia com o PSD, um programa de governo partilhado, mas a chave da estabilidade e da governança a ficar do lado do CDS. Mais do que mero parceiro de Governo, o partido era a condição sine qua non do mesmo e isso, é sabido, aumentava-lhe o poder negocial dentro da coligação.

Nunca pensei na altura assistir ao que assisti. Nunca na altura imaginei que um partido com pouca tradição governamental se acomodasse ao sistema tão depressa, e tão rapidamente traísse quem nele votou e quem nele acreditou. Maquiavel fala-nos da vertigem que o poder constitui, mas não se imaginaria que o ambiente que se vivia se inquinasse tão rapidamente. Não se imaginaria que um partido ideológico (graças a Deus) se transformasse numa réplica do centrão socialista onde só a manutenção do poder importa. Uma a uma as bandeiras foram postas na gaveta. O partido acomodou-se e calou-se perante o disparate socialista que tem sido este Governo. Adoptou o discurso do caminho único, justificação dos pobres de todos os partidos sem ideias (e ideais) do continente. Calou-se perante uma atitude de subserviência colonizada em face da troika e esqueceu o pensamento soberanista que sempre nele encontrou acolhimento. O discurso do “protectorado” visava fazer-nos acreditar que o caminho era único, mas curiosamente, as outras duas “maçãs podres” do cesto (segundo os nossos caros “parceiros” europeus) – a Grécia e a Irlanda – nunca se renderam a jogar o jogo de “a Troika manda”. E a Espanha também lutou para nunca ter de se render a essa humilhação.

De eurocéptico (diziam os inimigos), passou a eurocalmo, e a julgar pelo que vimos nas últimas europeias, hoje é eurovento. Até Marinho e Pinto, o trauliteiro de serviço, conseguiu melhor resultado do que o CDS, até ele conseguiu fazer melhor campanha do que a Aliança Portugal governamental (um erro a todos os níveis como muitos avisámos), e foi triste ver o Nuno Melo arrastado para aquela palhaçada sem ponta por onde se lhe pegasse. E mais triste – e sintomático – foi não conseguir votar na dita aliança e diferir o meu voto, pela primeira vez desde que em 1999 também não votei em Portas para o Parlamento Europeu. Fi-lo no PPM, posso agora dizê-lo, não por convicção profunda, mas pela pessoa do Nuno Correia da Silva. Julgo que nunca o conheci pessoalmente, mas lembro-me bem dele no CDS e não posso esquecer as palavras que me dirigiu na noite em que, há dois anos, perdemos as eleições para a distrital de Santarém na golpada que é por todos conhecida. O seu gesto, o seu cuidado, mostraram o seu valor. Mais: mostraram o seu carácter e é dessa gente que precisamos no Parlamento Europeu para nos representar – gente que não se verga nem se vende.

Foi triste não poder votar CDS, não conseguir votar CDS, por este longo caminho que agora termina. A actividade política tem uma capacidade rara de nos ocupar as vidas, de nos ocupar o pensamento e a respiração como só quem por lá passa pode saber. Vem e coloniza-nos, torna-se (aparentemente) determinante nas nossas vidas, enche-nos de ideias, vicia-nos no combate, na discussão, na luta, no gosto pelo serviço.

Quem como eu foi candidato autárquico (a uma junta, cabeça de lista à Assembleia Municipal e duas vezes cabeça de lista à Câmara Municipal, o melhor que terei feito no meio de tudo, por ter sido em prol da terra que meu viu crescer, por ter sido dos maiores desafios que aceitei), quem como eu foi candidato em legislativas (duas vezes), quem como eu fez activamente três campanhas eleitorais de legislativas, uma de Referendo ao Aborto, e muitas outras nestes mais de vinte anos, quem como eu participou e representou um partido em inúmeros debates, palestras, discussões, tertúlias, etc, sabe o que isso é. Quem como eu foi dirigente

– sobretudo por gosto – duma estrutura destas, sabe do que falo. Quem como eu gosta de política, da política e do político, sabe do que falo.

Devia ter tomado esta decisão – a da desfiliação – quando fui ameaçado de processo disciplinar (no partido) por me opor a uma tomada de poder e ingerência do dito na autonomia da Juventude Popular, da qual era dirigente. Digo-o sem peios e com todas as letras. Nesse dia, a pensar na “conversa amigável” na qual isto me tinha sido dito, na qual me tinha sido transmitido que “estava sobre observação e que quaisquer dos meus actos teriam consequências”, como “membro do partido” entenda-se, a olhar o mar na Costa da Caparica pensei seriamente em desfiliar-me de imediato como resposta. Não o fiz por consideração à Margarida Netto e ao trabalho que vínhamos desenvolvendo na CPD de Santarém, e apesar de não estar arrependido, hoje lamento-o. Teria sido, de facto, a melhor resposta à indignidade que se passava e nem adivinhava o que estava para vir.

Nestes três anos que passaram desde esse dia assisti ao reverso da medalha de tudo o que conhecia até então. Assisti a golpes palacianos de baixíssima ordem, assisti a assassinatos de carácter, a processos difamatórios dignos do prostíbulo mais ordinário, assisti a traições, facadas nas costas, faltas de consideração e de respeito, promoção de incompetentes, amiguismos vários, enfim: todo o cardápio da sordidez humana. Da demasiadamente humana sordidez e a vileza. E atenção: quando aceitei integrar o partido não o fiz de olhos fechados. Levava já quase uma década de observação próxima (por motivos familiares) de como as coisas eram, de como se passavam nestes meandros, mas nunca tinha assistido – confesso – a uma tão grande, tão profícua e tão organizada rebaldaria institucional, mais a mais sob o olhar permissivo do poder.

Três anos depois, cansado de lutar contra tudo isso, saio. Principalmente porque não creio que valha a pena continuar a lutar contra isso. Tudo o que assisti teve beneplácito e/ou conhecimento de quem o poderia impedir, de quem o poderia punir, de quem o poderia prevenir. Nunca nada foi feito. E isso diz tudo. Pelo menos, para mim, diz tudo. E não vale a pena porque, a julgar pelo que vejo, até a ideologia, até as ideias que defendíamos foram rapidamente postas na gaveta do poder. Hoje o CDS é outro PSD, hoje o partido soarizou-se: e isso nunca é um elogio. Hoje é outro partido igual a todos os outros do sistema, incapaz de mudar o que é preciso e urgente que mude. O montanhoso parto do ratinho de campo a que chamam pomposamente “Reforma do Estado” mostrou que o partido assumiu que o Estado está bem como está, que é bom como está, tão bom que só precisa de uns ajustamentos, uns cortes aqui e ali, uma dieta nas gorduritas para continuar a produzir défices crónicos controlados até ao próximo descontrolo. E que até esses cortes são coisa menosprezável, coisa para ser vista um dia destes, coisa para ir empurrando com a barriga para um amanhã que há-de vir se entretanto chegar. Se vier.

Não há qualquer réstia de discurso – muito menos de prática – soberanista para além da patetice de um relógio que não marcava nada e que foi impingido à JP como manobra de prestidigitação. Tão pobre quanto as suas pilhas. O que resta é um imenso silêncio, um imenso e

inquietante encolher de ombros, um gigantesco vazio. Verdadeiramente lamentável. Há dias em que, apesar das boas lembranças, lamento profundamente ter trabalhado tanto para que chegássemos à triste situação em que nos encontramos. Absolutamente órfãos e sem saída. Nem conservadora, nem liberal, nem democrata-cristã. Para onde quer que nos voltemos só há socialismo na prática e nos discursos, desrespeito pela propriedade, ataques vergonhosos à separação de poderes. Para não falar no resto.

O regime esperneia e agasta-se como um porco a caminho da matança, e o partido no qual militei contenta-se em ser mais uma costela do mesmo. A união política onde nos meteram mete água em todas as cavilhas e o partido onde militei e no qual acreditei assobia para o lado. O futuro de Portugal é posto em causa por tudo isto, o ar escasseia nesta modorra socialista em que vivemos, e o partido onde militei, no qual acreditei, e pelo no qual trabalhei, encolhe os ombros e adopta uma filosofia “carpe diem”, de viver a festa enquanto ela dura sem pensar em mais nada.

Foi também nesse sentido que, no último congresso, e encerrando a minha participação enquanto Conselheiro Nacional, mostrei o tão comentado cartão laranja. Foi um aviso à navegação, numa altura em que já calculava que, mais cedo ou mais tarde acabaria por tomar esta decisão. Foi precisamente por isso que não aceitei candidatar-me a Conselheiro Nacional: porque no entendimento que sempre fiz desses cargos representativos eles devem ser levados até ao fim e eu queria liberdade total para ponderar. E decidir.

Sobre isso quero aqui dar um testemunho acerca do Alternativa e Responsabilidade, grupo de militantes que graciosamente me acolheu nestes últimos tempos e onde encontrei ainda vivo algum do espírito que em tempos me fez filiar-me. Apesar da demonização e da caricaturização infantil que dele é habitualmente feita pela oposição interna no poder, lá encontrei gente de todas as sensibilidades ideológicas que enformaram a construção do CDS. Gente patriota e empenhada na construção de um Portugal mais justo e mais próspero. Não podia sair sem lhes agradecer o apoio, a confiança, o entusiasmo que me souberam e quiseram dar. Entre eles estão algumas das pessoas válidas que, num partido diferente, estariam a representá-lo na governação e na mudança de Portugal. Gente qualificada, independente, motivada e ainda guiada pela convicção de que Portugal deve estar acima de tudo. Por me terem alargado o tempo de permanência, agradeço reconhecido. E tenho a honra de os juntar ao longo rol de amigos que levo comigo para a vida, de todos os quadrantes, tendências e geografias. Talvez seja isso o mais importante de tudo isto.

Nesta hora de despedida do partido, quero também dar uma palavra à Juventude Popular. Filiei-me nela depois de o ter feito no partido, e, de 2005 a 2012 fui membro fundador do Núcleo de Estudantes Populares da Universidade de Coimbra, fui Vogal, Secretário e Vice-Presidente da Juventude Popular de Coimbra, fui Conselheiro Nacional durante esses mandatos, e por fim, Vice-Presidente e Secretário-Geral da Comissão Política Nacional. Sou orgulhosamente Militante Honorário desde o Congresso de Lamego onde saí por limite de idade. É na Juventude Popular que encontrei alguns dos melhores do CDS, não tenho disso

a menor dúvida. Foi na Juventude Popular – perdoem-me os meus amigos do partido - que encontrei alguns dos mais leais, dos mais fiéis colaboradores e amigos que levo para a vida e é justo que sublinhe isso. Foi na Juventude Popular que travei alguns dos mais interessantes e importantes combates de todo este período, e nesta hora recordo-o com muito orgulho. Na minha despedida em congresso (uma praxe da casa) pedi o que volto a pedir agora: que dêem nova vida à estafada frase de Amaro da Costa, por tantas vezes citada, “a juventude não é instalada.” Que não o sejam, que pensem pela própria cabeça, que questionem tudo o que é dado como coisa assente, eis o que de vós se espera. Eis o porquê de serdes novos, e jovens e ambicionardes o melhor. Creio ter mostrado que quando queremos, conseguimos, que quando acreditamos não há obstáculos – por maiores que sejam –que nos possam impedir de alcançar o que é justo. Creio ter mostrado que a soberana autonomia é um valor a ser conquistado em cada dia e a cada hora. Creio ter demonstrado que a lealdade e a honra ainda são valores de futuro e para o futuro. Numa época em que tanto mal se diz das juventudes partidárias, culpando-as por todos os vícios e problemas dos partidos, toda a minha esperança fica convosco.

Uma última palavra para todos aqueles – tantos, meu Deus, tantos – que ao longo destes anos todos me apoiaram, comigo lutaram, em mim confiaram, em mim votaram, em mim acreditaram – e nos meus. Em Ferreira, no Ribatejo e em pouco por todo o país quando isso se justificou. O meu mais humilde e comovido obrigado. Sem vós nada teria sido possível e, volto a repeti-lo, tenho grande orgulho do que conseguimos fazer juntos. Guardo estes tempos com muita gratidão pelo muito que aprendi e pelo pouco que consegui fazer. Não quero obviamente influenciar ninguém, que fique bem claro. A minha decisão é isso mesmo: minha. Pessoal, meditada, avaliada, decidida solitariamente como o devem ser as decisões definitivas na vida – uma decisão de consciência. Creio que só devemos ficar onde acreditamos valer a pena e onde acreditem em nós. Creio que só devemos ficar onde possamos ser úteis. Creio que uma militância política deve ser, antes de mais, uma militância de verdade: de crença firme na instituição e apenas enquanto tal. Todas as instituições são passageiras, e os partidos mais do que nenhuma outra. Quando não nos satisfazem, quando deixamos de nos rever, quando deixamos de nos sentir representados, devemos mudar, devemos sair, devemos ter a coragem de pôr um ponto final. De clarificar as águas. Ou não tivesse sido eu o defensor da “claridade do caminho”.

No CDS vivi a esperança de podermos mudar Portugal. No CDS vivi a tristeza de ver esse desejo gorado. Fora do partido farei agora o meu caminho de cidadania. Creio que a política partidária é apenas uma das vias de cidadania democrática como sempre o vinquei nos debates sobre o tema onde fui: cumpre agora continuar fora dela. Em liberdade absoluta. Aprendi a não dizer desta água não beberei e por isso não faço a solene jura de nunca mais voltar. Aprendi a ser prudente com essas promessas eternas. Mas pelo pouco que me conheço sei que dificilmente voltarei a integrar um partido. Aliás: neste momento fiquei sem partido em Portugal, na ausência de um partido que possa representar as direitas de modo efectivo, leal,

e eficiente. E não há nenhuma tragédia nisso. Só liberdade. De criar, de inventar, de continuar a lutar pelo Portugal livre que acredito.

Nesta minha hora de saída e despedida do CDS-PP muitos haveria a quem agradecer. Muitos haveria que lembrar e temo esquecer-me de alguns. Mas arriscarei.

Começando em primeiro lugar pela Juventude Popular, autónoma, mas sempre parte importante no partido, como não poderia deixar de ser, agradeço a todos os meus presidentes na Juventude Popular de Coimbra, do Hélder Faria ao Fernando Neves, do João Nogueira à Lúcia Santos: convosco aprendi o prazer da partilha da luta e o valor da amizade mesmo quando discordávamos. Dos muitos desses tempos, dos muitos amigos, um abraço especial às geografias conimbricenses, tripeiras, escalabitanas, albergarianas, leirienses, figueirenses, aveirenses, oliveirenses, poiarenses, lousanenses, penafielenses: vocês sabem quem são e sabem que vos abraço uma a uma, um a um.

Agradeço também aos meus presidentes na Juventude Popular, o João Almeida e o Pedro Moutinho: pelo que representaram de incentivo e de inspiração.

Uma palavra e um abraço especial ao Micha Seufert e nele a todos os militantes, especialmente a todos os que nos acompanharam na Comissão Política Nacional, a todos os que conosco trabalharam— sem exceção —, a todos os que em nós acreditaram e a todos os que, não acreditando, souberam separar a amizade e o respeito da mera luta circunstancial: não tenho dúvidas que a história nos honrará, não tenho dúvidas que foi um dos melhores momentos da nossa instituição e agradeço-vos a oportunidade de ter podido servir num tempo magnífico. Obrigado, pois.

Uma palavra igualmente particular— não se ofendam os outros - para alguns colaboradores mais próximos - e acima de tudo amigos - desses tempos: ao Daniel Albino que comigo viveu as atribuições da Secretaria-Geral: fica prometida a comemoração em Valença. Ao Diogo Pascoal: cá nos vamos apadrinhando. Ao Vítor Vicente: o meu orgulho e a minha amizade pelo muito alcançado e pelo muito que ainda alcançarás. Ao Tiago Loureiro e ao Manuel Oliveira: sois os melhores, carago! Ao Pedro Pinto Lopes: o meu obrigado por tudo. Ao Amílcar Figueira: em ti abraço todos os nossos amigos madeirenses. Ao Patrique Alves e ao André Correia: sem vós não tinha tido graça nenhuma. À Luisinha Ribeiro: temos de celebrar isto, não achas? Ao Manuel Aranha: havemos de voltar a Sernancelhe! Ao Carlos Martins: Mr. Pimenta ao poder! Ao Rodrigo Lobo d'Ávila: those were the times! Ao Zé Rosas Brandão: Bairro da Foz e o Tio Latim forever! Ao João Vinagre: 'ah primo, ra'stabrazassem! Ao Gomes Pereira e ao Duarte Cabral: grand'a call center! Ao Tiago Picão Abreu e ao Sebastião Fernandes: que a Força esteja sempre convosco. Ao Rafael Borges e ao António Pedro Barreiro: que a esperança nunca vos abandone.

No CDS há um país a quem quero agradecer.

Começo pelo Nuno Melo a quem quero agradecer o trabalho que sempre fez e o muito que aprendi com ele: na combatividade, na paixão, na integridade, na entrega, na genuinidade,

mesmo quando dele discordei. Obrigado, pois!

No “meu” Alentejo: um abraço especial ao Luís Assis, à Joana Figueira, à Madalena Acciaoli, ao Luís Dargent, ao Tozé, e a toda a malta de Montemor, Évora, Elvas, Beja, Ponte de Sor, Portalegre e arredores: sois do melhor que o partido tem, mesmo quando a ingratidão lisbonense não o reconhece.

Ao Meirinha e a toda a malta de Viana, Valença e Ponte de Lima: grande Alto Minho!

Ao Chico Mota, Carlos Carvalho, Pepe e João Campelos e a toda a malta do distrito de Braga: sois o berço!

Ao Jorge Pinho e a todos os amigos de Vila Real: do melhor e dos melhores que tive a oportunidade de conhecer. Grato sempre.

À Joana Abreu, ao David Lopes e a toda a malta de Aguiar da Beira e de Fornos de Algodres: grato sempre pela vossa amizade!

Ao Ricardo da Garcia e a toda a malta de Mirandela: fostes sempre uma referência.

Ao Paulo Pereira, Ana Sanches, Pedro Vidal, Lúcio Correia, minha querida Teresa Christo, Diogo Campos, gentes aveirenses em geral: convosco sempre me senti em casa ou não estivessem as minhas origens familiares aí.

Ao Porto e ao seu distrito: como D. Pedro IV também parte do meu coração está convosco. Da lealdade tendes vós uma legenda.

A Coimbra, a minha segunda casa: um abraço especial ao Paulo Almeida e ao Luís Providência e, em vós, a todos.

À vizinha Leiria, um abraço a todos personificado no Fábio Joaquim, no Micael Jorge, na Micá Barreiro e na Rosário Ladeira: se o futuro não passar por vós é porque quem manda é mais parvo do que a conta.

Em Lisboa não posso deixar de agradecer ao Filipe Anacoreta e ao Pedro Pestana Bastos pela amizade e pelo apoio. E um abraço especial à Catarina Alves, ao Pedro Morais Vaz e toda a sua malta, ao Manuel Sande e Castro, à Mary Aldim e ao Gonçalo Mil-Homens, ao Zé Soares, ao Frederico Duque dos Santos, ao Alves Pardal, ao Miguel Soares, ao Filipe Almeida Santos, Nuno Van Uden, ao Abel Matos Santos e a tantos outros.

Em Setúbal uma lembrança especial ao Jorge Teixeira, ao António Pedro Maco e à Raquel Paradella Faustino.

E esquecendo tantos outros que levo comigo, um agradecimento especialíssimo aos funcionários do Caldas e da AR nas pessoas do Capitão Valadas e da Mariana Freire de Andrade: sois vós os artífices invisíveis e tantas vezes injustamente menosprezados de tudo o que acontece. Só vos posso agradecer a dedicação e a amabilidade com que sempre me trataram. Não posso aqui esquecer a Teresa Godinho (com a sua competência a toda a prova, tantas vezes negligenciada por quem deveria reconhecê-lo e recompensá-lo), o Fernando Lima Duarte, o Sr. Malaca, o Sr. Rogério, a D. Júlia, a Elisabete Pereira, a Ana Braga e a Maria Arcelis, a Eunice Tinta e a Vanessa Rosa: a todos tenho de agradecer penhorado o muito que me deram. E o sorriso com que me receberam.

Em último, porque os últimos são os primeiros, o Ribatejo. Obviamente uma primeira palavra e um beijinho à Margarida Netto com o obrigado por sempre ter acreditado em mim: foi, é e será sempre a minha Presidente. A história far-lhe-á justiça, estou certo.

Depois o meu obrigado ao Filipe Lobo D'Ávila pelo trabalho que nos foi permitido fazer juntos, das duas campanhas ribatejanas à proposta sobre a reforma da Justiça. Foram tempos fantásticos. Desejo-lhe toda a sorte do mundo – vai precisar e muito. Que reste a amizade!

Um abraço especial ao Francisco Netto e a toda a família a quem só tenho a agradecer a fidalguia com que sempre fui recebido; ao Vasques Gomes, à Odete Caçador e a toda a família, e a todas as nossas gentes de Coruche; ao Manuel Santos Lima e às gratas lembranças das terras cartaxenses; ao João Castro, ao Jorge Costa Rosa, ao grande Babá, e a todos os inúmeros amigos scalabitanos; ao Paulo Silva, ao Carlos Salgado, famílias e a todos os amigos de Alcanede que sempre nos receberam em família; à Bló Pestana, Mica Pires da Costa, Joel Moedas Miguel, famílias e todos os amigos da Chamusca o meu obrigado pela amizade e forma principesca como sempre nos apoiaram e receberam; à Maria Domingas Mendonça e ao Luís Vaz de Almada e com eles a todos os alpiarcenses; ao Nuno Malta por todo o apoio que recebemos de Rio Maior; à Solange Martins, à família e ao Joaquim Ribeiro, um forte abraço pela resistência na terra da palha; ao Pedro Ramalheira e nele aos muito amigos da Golegã; ao Paulo Bica que como bom militar nunca abandonou o seu posto e sempre soube onde estava a claridade do caminho: grande abraço e prazer ter trabalhado consigo; à Madalena Felício, ao Nuno Gomes e ao Miguel Fragoso: um forte e saudoso abraço e temos de combinar uma jantarada, já tenho saudades de Torres Novas; à nossa gente de Alcanena, do Marco Serra ao Sérgio Jorge: um forte abraço; ao Pedro Pereira, à Sandra Borges de Freitas e neles a todos os oureenses: nunca esquecerei o vosso empenho; aos muitos amigos de Almeirim, representados pela Teresa e pelo Mário Amoroso que conheci nestas andanças: sois uma segunda família; aos muitos amigos tomarenses, mas em especial à Maria Romana Vasconcelos, à Fátima Valente e à Elsa Jerónimo: um beijinho e um abraço a todos.

Por fim, Ferreira do Zêzere. A minha terra. Pela qual lutei e continuarei sempre a lutar. A qual representei e seguirei a representar onde quer que pise o chão. Onde fui dirigente do partido e candidato autárquico. O meu obrigado a todos os militantes na pessoa do Paulo Alcobia Neves, meu caro primo, amigo e último presidente. O meu obrigado também a todos quantos em mim acreditaram e me deram o seu voto nas várias eleições em que concorri: espero nunca vos ter desiludido.

A todos os que esqueci neste longo agradecimento: sabeis que não foi intencional.

A todos: seguimos na vida.

Por Ferreira, pelo Ribatejo, por Portugal. Sempre!

(Luís Russo Pistola)”

[Documento Consultado em 19/08/2016]

